



CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 6ª À 10ª SESSÃO DA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA

VOLUME 28 Nº 3
26 JAN. A 30 JAN.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS
BRASÍLIA – BRASIL
2004

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I
CEP 70165-900 – Brasília – DF – Brasil**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA (2003-2004)

PRESIDENTE	Senador JOSÉ SARNEY (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE	Senador PAULO PAIM (PT- RS)
2º VICE-PRESIDENTE	Senador EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB-TO)
1º SECRETÁRIO	Senador ROMEU TUMA (PFL- SP)
2º SECRETÁRIO	Senador ALBERTO SILVA (PMDB-PI)
3º SECRETÁRIO	Senador HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)
4º SECRETÁRIO	Senador SÉRGIO ZAMBIASI (PMDB-RS)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Senador	JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB- MA)
2º Senadora	SERYS SLHESSARENKO (PT- MT)
3º Senador	GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSDB- AC)
4º Senador	MARCELO CRIVELLA (PL- RJ)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL □
(52ª LEGISLATURA)

BAHIA

PFL - Rodolpho Tourinho
PFL - Antonio Carlos Magalhães
PFL - César Borges

RIO DE JANEIRO

PT - Roberto Saturnino
PL - Marcelo Crivella
PMDB - Sérgio Cabral

MARANHÃO

PMDB - João Alberto Souza
PFL - Edison Lobão
PFL - Roseana Sarney

PARÁ

PMDB - Luiz Otávio
PT - Ana Júlia Carepa
PTB - Duciomar Costa

PERNAMBUCO

PFL - José Jorge
PFL - Marco Maciel
PSDB - Sérgio Guerra

SÃO PAULO

PT - Eduardo Suplicy
PT - Aloizio Mercadante
PFL - Romeu Tuma

MINAS GERAIS

PL - Aelton Freitas
PSDB - Eduardo Azeredo
PMDB - Hélio Costa

GOIÁS

PMDB - Maguito Vilela
PFL - Demóstenes Torres
PSDB - Lúcia Vânia

MATO GROSSO

PSDB - Antero Paes de Barros
PFL - Jonas Pinheiro
PT - Serys Slhessarenko

RIO GRANDE DO SUL

PMDB - Pedro Simon
PT - Paulo Paim
PTB - Sérgio Zambiasi

CEARÁ

PSDB - Reginaldo Duarte
PPS - Patrícia Saboya Gomes
PSDB - Tasso Jereissati

PARAÍBA

PMDB - Ney Suassuna
PFL - Efraim Morais
PMDB - José Maranhão

ESPÍRITO SANTO

PPS - João Batista Motta
PMDB - Gerson Camata
PL - Magno Malta

PIAUI

PMDB - Alberto Silva
PFL - Heráclito Fortes

PMDB - Mão Santa

RIO GRANDE DO NORTE

PTB - Fernando Bezerra
PMDB - Garibaldi Alves Filho
PFL - José Agripino

SANTA CATARINA

PFL - Jorge Bornhausen
PT - Ideli Salvatti
PSDB - Leonel Pavan

ALAGOAS

PT - Heloísa Helena
PMDB - Renan Calheiros
PSDB - Teotônio Vilela Filho

SERGIPE

PFL - Renildo Santana
PDT - Almeida Lima
PSB - Antonio Carlos Valadares

AMAZONAS

PMDB - Gilberto Mestrinho
PSDB - Arthur Virgílio
PDT - Jefferson Peres

PARANÁ

PSDB - Alvaro Dias
PT - Flávio Arns
PDT - Osmar Dias

ACRE

PT - Tião Viana
PSB - Geraldo Mesquita Júnior
PT - Sibá Machado

MATO GROSSO DO SUL

PMDB - Juvêncio da Fonseca
PT - Delcídio Amaral
PMDB - Ramez Tebet

DISTRITO FEDERAL

PMDB - Valmir Amaral
PT - Eurípedes Camargo
PFL - Paulo Octávio

TOCANTINS

PSDB - Eduardo Siqueira Campos
PFL - João Ribeiro
PMDB - Leomar Quintanilha

AMAPÁ

PMDB - José Sarney
PSB - João Capiberibe
PMDB - Papaléo Paes

RONDÔNIA

PMDB - Amir Lando
PT - Fátima Cleide
PMDB - Valdir Raupp

RORAIMA

PPS - Mozarildo Cavalcanti
PDT - Augusto Botelho
PMDB - Romero Jucá

ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		adoção do programa de Renda Mínima. Senador Eduardo Suplicy.	
Faz uma avaliação positiva da Medida Provisória nº 163, de 2004, que trata da reforma ministerial. Senador Eduardo Suplicy.	165	Faz algumas considerações sobre entrevista publicada na Revista Veja, edição de 12 de novembro, concedida pelo geógrafo norte-americano David McGrath, que aborda o desenvolvimento da Amazônia. Senador Mozarildo Cavalcanti.	165 181
AGRICULTURA		CALAMIDADE PÚBLICA	
Considerações sobre o aumento de recursos liberados para o programa de agricultura familiar. Senadora Ideli Salvatti.	40	Retrata o estado de calamidade pública no Estado de Sergipe, decorrente das fortes chuvas que atingiram o semi-árido e demonstra sua indignação diante da falta de atitude do Governo Federal perante os problemas desse Estado. Senador Almeida Lima.....	6
Elogia o setor agrícola do Brasil, principalmente o setor cafeeiro, pedindo às instituições financeiras brasileiras que disponibilizem crédito aos produtores de café do Estado de Rondônia. Senador Valdir Raupp.	378	Comenta a falta de solidariedade dos Ministros em atender às demandas e às necessidades do povo brasileiro. Aparte ao Senador Almeida Lima. Senador Leomar Quintanilha.	8
Comenta a expansão da agricultura e o crescimento da economia brasileira, conforme matéria publicada na edição de novembro da revista Indústria Brasileira. Senador Romero Jucá.	393	Solidariza-se com o pronunciamento do Senador Almeida Lima sobre a calamidade vivenciada pelo Estado de Sergipe. Aparte ao Senador Almeida Lima. Senador Eduardo Siqueira Campos.	8
AMAZÔNIA		Presta sua solidariedade às populações do Nordeste, em especial as do Estado de Sergipe, atingidas pelas últimas enchentes. Senador Antonio Carlos Valadares.	12
Fala sobre a importância da Amazônia para a vida humana. Senador Mozarildo Cavalcanti. ...	392	Manifesta sua preocupação com as enchentes que assolam o Estado do Piauí. Senador Mão Santa.	38
ARTIGO DE IMPRENSA		Aponta as iniciativas do Ministério da Integração Nacional para reduzir os efeitos da calamidade nos municípios brasileiros, em decorrência de desastres naturais e anuncia a criação do Centro Nacional de Gerenciamento de Desastres pelo Ministério da Integração Nacional que atuará na prevenção de catástrofes. Senadora Ideli Salvatti.	68
Comenta o artigo do jornalista Villas-Bôas Corrêa, publicado no Jornal do Brasil , intitulado “O governo não olha para o céu”, que versa sobre a calamidade pública que arrasa o Nordeste do Brasil. Senador Efraim Morais.	154	Registra a falta de cortesia do Senhor Ciro Gomes, Ministro da Integração Nacional, em visita	
Faz uma explanação sobre o título “Por que o Brasil não é Primeiro Mundo?”, estampado na revista Veja, que retrata estudo feito pelo Banco Mundial que aponta os melhores países de se fazer investimento. Senador Ramez Tebet.	163		

	Pág.		Pág.
às áreas em calamidade pública e conseqüentemente ter a dimensão exata dos estragos ocorridos. Senador Almeida Lima.	70	Fala sobre as enchentes no Estado do Piauí e a falta que faz a Sudene no auxílio deste tipo de calamidade. Senador Alberto Silva.	330
Destaca o desprezo por parte dos governantes do Brasil diante da calamidade pública no Nordeste. Aparte ao Senador Almeida Lima. Senador João Tenório.	72	Trata sobre a situação difícil do Estado do Rio Grande do Norte por causa das chuvas intensas. Senador Garibaldi Alves Filho.	346
Aponta a indiferença do Governo Federal no auxílio às populações atingidas pela calamidade pública no Estado de Sergipe. Senadora Maria do Carmo Alves.	86	Manifesta sua solidariedade ao pronunciamento do Senador Garibaldi Alves Filho e anuncia que o Estado da Paraíba está passando pela mesma situação. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho. Senador José Maranhão.	346
Discorre sobre as chuvas excessivas no Estado do Piauí e convoca o Governo Federal e o Governo Estadual a somarem esforços com o intuito de sanar a calamidade em que passa esse Estado. Senador Heráclito Fortes.	95	Faz um apelo ao Governo Federal pela disponibilização de recursos para reparação dos danos causados pelas inundações no Estado de Alagoas. Senadora Heloísa Helena.	380
Manifesta sua solidarização com o Senador Heráclito Fortes diante do estado de calamidade no Estado do Piauí. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Mão Santa.	96	COMBUSTÍVEL	
Solidariza-se com o pronunciamento do Senador Heráclito Fortes. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador João Tenório.	97	Expõe o processo de transformação da mamonha em combustível. Senador Alberto Silva.	330
Parabeniza o Senador Heráclito Fortes pelo discurso em que alerta as autoridades sobre a calamidade pública que aflige o Estado do Piauí. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Efraim Morais.	98	COMÉRCIO	
Fala sobre o descaso do Governo Federal em virtude da calamidade pública que aflige o Estado do Piauí. Senador Mão Santa.	111	Manifesta sua defesa em favor da aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 2.403, de 2003, de autoria do Senador José Sarney, que concede benefícios fiscais à área de livre comércio de Macapá e Santana. Senador Papaléo Paes.	9
Apresenta sua solidariedade com o pronunciamento do Senador Mão Santa e lamenta a ausência do Governo Lula na assistência aos flagelados das enchentes. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Efraim Morais.	113	CONCURSO PÚBLICO	
Parabeniza o Senador Mão Santa pelo discurso sobre a calamidade pública. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Heráclito Fortes.	113	Comunica a contratação de funcionários públicos sem concurso público. Senador Leonel Pavan.	67
Retrata a falta de sensibilidade política do Governo Federal diante da calamidade pública no Nordeste. Aparte ao Senador Efraim Morais. Senador Mão Santa.	156	Apresenta sua posição contrária à edição da Medida Provisória nº 163, de 2004, que cria 2.797 postos de trabalho sem concurso público. Senador José Agripino.	146
Afirma que, se a Sudene tivesse sido revitalizada, os problemas com a enchente no Nordeste estariam sendo contornados. Aparte ao Senador Efraim Morais. Senador Ney Suassuna.	157	Fala sobre a decisão da Executiva do PFL em ingressar com ação direta de inconstitucionalidade contra a Medida Provisória nº 163, de 2004, que cria 2.797 novos empregos, dispensados de concurso público. Senador Efraim Morais.	154
Corroborar com o pronunciamento do Senador Efraim Morais sobre a calamidade pública no Nordeste e afirma que a falta de solidariedade do Governo Federal não é só durante a cheia, mas também no período da seca. Aparte ao Senador Efraim Morais. Senador João Tenório.	157	CONTRATO	
		Requer explicações de contrato firmado pelo BNDES com a empresa americana AES. Senador Jorge Bornhausen.	82
		CORRUPÇÃO	
		Comenta operação da Polícia Federal, denominada Operação Anaconda, que visa coibir a corrupção. Senador Ney Suassuna.	348

	Pág.	III	Pág.
CRÉDITO			
Comunica a suspensão do crédito de custeio agrícola pelo Banco do Brasil no Estado do Piauí. Senador Mão Santa.....	111	calamidade pública vivida por algumas regiões do Nordeste. Aparte ao Senador Almeida Lima. Senador Eduardo Siqueira Campos.	71
CUMPRIMENTO		Elogia o Governo Federal por ter convocado sessão extraordinária para aprovação da Emenda nº 67, que trata da reforma da Previdência. Aparte ao Senador Efraim Morais. Senador Antonio Carlos Valadares.	89
Cumprimenta o Senador Efraim Morais pelo brilhante pronunciamento sobre a reforma do Judiciário. Aparte ao Senador Efraim Morais. Senador Paulo Octávio.....	93	Congratula o Senador Cristovam Buarque pelo trabalho desenvolvido no Ministério da Educação. Senador Paulo Octávio.	130
DESEMPREGO		EMPREGO	
Preocupa-se com a taxa de desemprego e a queda da renda do trabalhador. Senador Paulo Paim.	374	Comunica o retorno de brasileiros que entram ilegalmente nos Estados Unidos em busca de emprego, e aponta a ineficiência do modelo do PT na geração de empregos. Senadora Lúcia Vânia.	132
Discorre sobre a propagação do desemprego e solicita, do Governo Federal, mais criatividade na geração de emprego. Senador Edison Lobão.	379	ESTADO DE RORAIMA	
DISCRIMINAÇÃO RACIAL		Fala da necessidade de maiores investimentos governamentais no Estado de Roraima tendo em vista o seu crescimento populacional. Senador Mozarildo Cavalcanti.	353
Fala sobre a importância da política de cotas, adotadas por diversas universidades brasileiras e aguarda a sanção do Governo Lula do Estatuto da Igualdade Racial. Senador Paulo Paim.	17	ESTADO DO PIAUÍ	
EDUCAÇÃO		Preocupação com as enchentes nas cidades piauienses próximas ao Rio Parnaíba. Senador Mão Santa.	354
Demonstra sua preocupação com o não cumprimento, por parte do novo Ministro da Educação, Sr. Tarso Genro, de propostas educacionais aventadas pelo Sr. Cristovam Buarque em benefício do Estado do Tocantins. Senador Eduardo Siqueira Campos.	23	GÁS	
Afirma que o problema da educação no Brasil está ligado à falta de autonomia da política econômica. Aparte ao Senador Eduardo Siqueira Campos. Senador João Capiberibe.....	25	Informa a formação de cartel, no Estado do Acre, por parte dos fornecedores de gás de cozinha. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	114
Comenta a respeito do avanço na qualidade da educação no Brasil. Senador Mão Santa.	38	GOVERNO ESTADUAL	
Registra a avaliação da Ordem dos Advogados do Brasil dos cursos de Direito em funcionamento no País. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	114	Registra a falta de participação popular por parte do Governo do Estado do Mato Grosso. Senadora Serys Slhessarenko.	33
Fala sobre o modelo universitário brasileiro e defende a reformulação do mesmo. Senador Eduardo Siqueira Campos.	128	Retrata a atuação do Governo do Estado da Bahia na área rural e na geração de empregos. Senador Rodolpho Tourinho.	336
Discorre sobre a dramática crise do sistema de ensino superior no Brasil. Senador Garibaldi Alves Filho.	346	GOVERNO FEDERAL	
ELOGIO		Faz leitura do artigo do professor César Benjamin, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que discorre sobre a política econômica desenvolvida pelo Governo Lula, e fala da neces-	

IV

	Pág.		Pág.
<p>cidade de redução da burocracia. Senador Ney Suassuna.</p> <p>Menciona o aumento do desemprego, que atinge índice recorde, e a queda da renda média do trabalhador no Governo Lula. Senador Leonel Pavan. .</p> <p>Faz uma recordação das promessas feitas por Lula durante sua candidatura para Presidente da República. Aparte ao Senador Efraim Morais. Senador Leonel Pavan.</p> <p>Fala sobre a falta de zelo do Governo Federal diante da calamidade pública que aflige o Nordeste brasileiro. Senador Sérgio Guerra.</p> <p>Solicita que o Presidente da Câmara dos Deputados cumpra os acordos para a votação das matérias da convocação extraordinária. Senador Magno Malta.</p> <p>Crítica o poder excessivo do Ministro da Casa Civil, Sr. José Dirceu, no Governo Lula, deixando o Vice-Presidente, José Alencar, sem atuação. Senador Antero Paes de Barros.</p> <p>Faz uma abordagem sobre a conduta do Governo Lula diante dos problemas no Brasil. Senadora Lúcia Vânia.</p> <p>Profere um apelo ao Governo Federal para ajudar os Estados Nordestinos atingidos pelas chuvas. Senador Reginaldo Duarte.</p> <p>Põe à vista o descaso do Governo Federal com os efeitos causados pelas chuvas no Estado do Rio Grande do Norte. Senador José Agripino.</p> <p>Tece algumas críticas ao Governo Lula. Senador Demóstenes Torres.</p>	<p>53</p> <p>67</p> <p>91</p> <p>115</p> <p>122</p> <p>324</p> <p>334</p> <p>336</p> <p>337</p> <p>340</p>	<p>HABITAÇÃO</p> <p>Discorre sobre a política habitacional desenvolvida pelo Governo Lula. Senadora Ana Júlia Carepa.</p>	<p>17</p> <p>18</p> <p>19</p> <p>19</p> <p>23</p> <p>24</p> <p>38</p> <p>100</p> <p>185</p> <p>350</p> <p>353</p> <p>354</p> <p>363</p>
<p>HOMENAGEM</p> <p>Presta sua homenagem ao Senador Amir Lando, alçado à função de Ministro da Previdência Social. Senador Valdir Raupp.</p> <p>Homenageia o Senador Amir Lando por ser o novo Ministro da Previdência. Aparte ao Senador Valdir Raupp. Senador Ramez Tebet.</p> <p>Homenageia o Senador Eurípedes Camargo pela sua atuação no Senado Federal. Senador Sibá Machado.</p> <p>Corroborar o pronunciamento do Senador Sibá Machado no que tange à vida pública do Senador Eurípedes Camargo. Aparte ao Senador Sibá Machado. Senador Ramez Tebet.</p>	<p>10</p> <p>11</p> <p>16</p> <p>17</p>	<p>HOMENAGEM PÓSTUMA</p> <p>Homenagem de pesar pelo falecimento dos jornalistas catarinenses Miro e Aldírrio Simões. Senadora Ideli Salvatti.</p> <p>Homenagem pelo falecimento de Dona Kyo-la Ferreira de Araújo Costa, mãe do Senador José Sarney. Senador Valmir Amaral.</p>	<p>40</p> <p>182</p>
<p>IDOSO</p> <p>Fala sobre a divulgação do Estatuto do Idoso. Senador Paulo Paim.</p>	<p>17</p>	<p>Fala sobre a divulgação do Estatuto do Idoso. Senador Paulo Paim.</p>	<p>374</p>

	Pág.	V	Pág.
IGREJA CATÓLICA			
Comunica a nomeação de três arcebispos, pelo Papa João Paulo II, que serão os futuros cardeais de três sedes cardinalistas brasileiras. Senador Gerson Camata.	121		
ÍNDIO			
Faz algumas considerações sobre os conflitos que envolvem índios no Brasil. Senador Mozarildo Cavalcanti.	58		
Informa reunião que irá acontecer na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com os Ministros da Justiça e da Defesa, com o intuito de debater as diversas iniciativas para solucionar o problema das áreas em conflito com índios. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Eduardo Suplicy.	59		
Comenta a falta de comprometimento do Governo Federal em assentar os índios e pequenos agricultores que foram retirados de suas propriedades rurais em governos anteriores. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Augusto Botelho.	60		
Pede soluções ao Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, diante dos confrontos indígenas no Estado do Mato Grosso. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Romeu Tuma.	61		
Fala sobre a demarcação das terras indígenas no Brasil. Senador Osmar Dias.	124		
Demonstra sua preocupação com as invasões indígenas em terras particulares ocorridas nos municípios de Japorã e Iguatemi, no Estado de Mato Grosso do Sul. Senador Juvêncio da Fonseca.	151		
Convida o Senador Juvêncio da Fonseca para comparecer na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e prestar seu depoimento dos problemas que assolam os municípios de Japorã e Iguatemi, no Estado de Mato Grosso do Sul. Aparte ao Senador Juvêncio da Fonseca. Senador Eduardo Suplicy.	153		
Alerta o Senador Juvêncio da Fonseca para a existência de algum minério no município de Japorã e Iguatemi, devido à grande cobiça pelas terras desses municípios. Aparte ao Senador Juvêncio da Fonseca. Senador Augusto Botelho.	153		
Menciona a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima, e a criação de reservas na Amazônia. Senador Augusto Botelho.	342		
		Discorre sobre a importância da demarcação de terras no Estado de Roraima. Aparte ao Senador Augusto Botelho. Senador Mozarildo Cavalcanti. .	344
JUDICIÁRIO			
		Comenta a necessidade de se discutir a reforma do Judiciário no Senado Federal. Senador Papaléo Paes.	53
		Trata da demora da tramitação da reforma do Judiciário. Senador Efraim Morais.	86
		Corroboras as afirmações do Senador Efraim Morais sobre a reforma do Judiciário e retrata a inoperância e a falta de agilidade do mesmo. Aparte ao Senador Efraim Morais. Senador Tião Viana. ..	87
		Cumprimenta o Senador Efraim Morais pela explanação sobre a reforma do Judiciário. Aparte ao Senador Efraim Morais. Senador Antero Paes de Barros.	90
		Glorifica à iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania de convidar autoridades para aprofundar discussões para o aprimoramento da reforma do Judiciário e faz análise da explanação do Vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Edson Vidigal na referida Comissão. Senador Juvêncio da Fonseca.	327
		Cumprimenta o Senador Juvêncio da Fonseca pelo pronunciamento em favor da discussão e aprovação da reforma do Judiciário. Aparte ao Senador Juvêncio da Fonseca. Senador Romeu Tuma.	328
		Corroboras o pronunciamento do Senador Juvêncio da Fonseca em busca de uma reforma profunda no Judiciário. Aparte ao Senador Juvêncio da Fonseca. Senador Demóstenes Torres.	329
LEITE			
		Relata a crise do leite originada pela empresa Parmalat. Senador Garibaldi Alves Filho.	346
		Tece comentários sobre a crise do leite que abateu a Parmalat. Senador Valdir Raupp.	378
MENSAGEM			
		Mensagem nº 19, de 2004 (nº 33/2004, na origem), do Presidente da República, que informa que se ausentará do País no período de 24 a 31 de janeiro de 2004, a fim de realizar Visita de Estado à Índia, e participar, em Genebra, Suíça, de seminário sobre investimentos no Brasil e de reunião de trabalho com o Presidente da França e o Secretário-Geral da ONU.	1

	Pág.		Pág.
MERCOSUL			
Discute o Projeto de Decreto Legislativo nº 857, de 2003, que aprova o texto da Decisão CMC nº 17/02, do Conselho do Mercado Comum, que altera a Decisão CMC nº 1/98, que regulamenta o uso dos símbolos do Mercosul, aprovada por ocasião da XXIII Reunião do referido órgão do Mercosul, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002. Senador Eduardo Suplicy.....	79	2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, criando o tipo especial denominado “Violência Doméstica”. Senadora Serys Slhessarenko.	105
Discute o Projeto de Decreto Legislativo nº 857, de 2003, que aprova o texto da Decisão CMC nº 17/02, do Conselho do Mercado Comum, que altera a Decisão CMC nº 1/98, que regulamenta o uso dos símbolos do Mercosul, aprovada por ocasião da XXIII Reunião do referido órgão do Mercosul, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002. Senador Tião Viana.	79	Parecer nº 99, de 2004, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 2, de 2004 (nº 11/2004, na origem) da Presidência da República, que encaminha ao Senado Federal a programação monetária relativa ao primeiro trimestre de 2004. Senador Eduardo Suplicy.	303
OFÍCIO			
Ofício nº 18/2004, do Ministro de Estado da Educação, de 20 do corrente, que encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 638, de 2003, do Senador Arthur Virgílio.	104	Parecer nº 100, de 2004, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 283, de 2003, (nº 765/2003, na origem) que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até US\$ 80.040.000,00 (oitenta milhões e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Curitiba e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento parcial do “Programa de Transporte Urbano de Curitiba II”. Senador Jorge Bornhausen.	305
PARECER			
Parecer nº 95, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 854, de 2003 (nº 44/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção sobre Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos, adotada em 10 de setembro de 1998, na cidade de Roterdã. Senador Hélio Costa.	47	PESCA	
Parecer nº 96, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 894, de 2003 (nº 818/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes, adotada, naquela cidade, em 22 de maio de 2001. Senador José Agripino Maia.	49	Indica as realizações do setor pesqueiro brasileiro no ano de 2003 divulgados pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP. Senador Romero Jucá.	182
Parecer nº 97, de 2004, da Comissão Diretora, que dá redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2003 (nº 1.273, de 2003, na Casa de origem). Senador Paulo Paim.	81	PETROBRÁS	
Parecer nº 98, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2003 (nº3/03, na origem), que acrescenta parágrafo ao art. 129 do Decreto-Lei nº		Questiona a contratação, pela Petrobrás, de uma plataforma para a exploração de petróleo em Cingapura, no final do ano passado. Senador Jorge Bornhausen.	82
		Afirma que a contratação efetivada pela Petrobrás é uma estratégia que visa a desenvolver a tecnologia brasileira. Aparte ao Senador Jorge Bornhausen. Senador Tião Viana.	84
		POLÍTICA ENERGÉTICA	
		Importância de apoio do governo às pesquisas e aos projetos voltados para o incremento e a melhoria da produção de combustíveis biológicos no País, em especial, o Dendiesel, derivado do dendê. Senador Valmir Amaral.	43
		Defende um maior aproveitamento da energia elétrica no Brasil. Senador Alberto Silva.	330
		Comenta o relatório do grupo interministerial destinado a analisar a aplicação do biodiesel no Brasil. Senador Sibá Machado.....	381

	Pág.		Pág.
POLÍTICA EXTERNA			
Fala sobre a chegada, ao território nacional, de brasileiros que estavam presos nos EUA. Senadora Ideli Salvatti.	116	Esclarece as negociações que estão sendo concluídas para a tramitação da “Pec Paralela”. Senador Paulo Paim.	350
Manifesta sua estranheza sobre as declarações do Presidente Lula, na viagem à Índia, com relação aos exportadores brasileiros. Senador José Agripino.....	146	Apresenta sua preocupação com a PEC relativa à Previdência. Senador Paulo Paim.	374
Junta-se ao Senador José Agripino no tocante aos exportadores brasileiros. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Edison Lobão.	149	Comentários acerca da “PEC Paralela” à reforma da Previdência. Senador Edison Lobão.....	379
POLÍTICA FISCAL		PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	
Cobranças de revisão da Cofins, conforme acordo feito, no final de 2003, para a votação do projeto. Senadora Serys Slhessarenko.	33	Projeto de Decreto Legislativo nº 95, de 2004 (nº 2.209/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária, Cultural e Artística Itajaense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itajá, Estado do Rio Grande do Norte.	208
Assinala a importância da Medida Provisória nº 161, que estabelece novos critérios de partilha da Cide – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, para os Estados no referente à melhoria da infra-estrutura do País. Senador Rodolpho Tourinho.....	120	Projeto de Decreto Legislativo nº 96, de 2004 (nº 2.262/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Lagoa da Prata – ACLAP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa da Prata, Estado de Minas Gerais.....	211
POLÍTICA SOCIAL		Projeto de Decreto Legislativo nº 97, de 2004 (nº 2.445/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Prisma Engenharia em Telecomunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caracol, Estado de Mato Grosso do Sul.	230
Apresenta a importância da aprovação do Estatuto do Idoso, destacando a demanda por geriatrias em todo território nacional. Senador Leomar Quintanilha.....	13	Projeto de Decreto Legislativo nº 98, de 2004 (nº 2.447/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio e Televisão Libertas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jaboticatubas, Estado de Minas Gerais.	236
PRESIDENTE DA REPÚBLICA		Projeto de Decreto Legislativo nº 99, de 2004 (nº 2.459/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Educadora Nova Geração Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paranatinga, Estado de Mato Grosso. .	240
Demonstra sua preocupação com os discursos do Presidente da República no exterior. Senador Jefferson Péres.	333	Projeto de Decreto Legislativo nº 100, de 2004 (nº 2.537/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Alto da Serra Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.....	245
PREVIDÊNCIA SOCIAL		Projeto de Decreto Legislativo nº 101, de 2004 (nº 2.470/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Apoio ao Esporte e à Cultura de Cedro – Ceará (ACAEECC) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cedro, Estado do Ceará. .	250
Faz alguns questionamentos sobre a importância da tramitação da “PEC paralela” nº 77, que visa melhorar o funcionamento da Previdência Social. Senador José Agripino.	146		
Manifesta seu apoio ao pronunciamento do Senador José Agripino no referente a PEC paralela. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Antonio Carlos Valadares.	146		
Saúda o Senador José Agripino pelo discurso em defesa da PEC paralela. Aparte ao Senador José Agripino. Senadora Heloísa Helena.	147		

	Pág.		Pág.
Projeto de Decreto Legislativo nº 102, de 2004 (nº 2.472/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Centro de Atendimento Comunitário São Jorge – CEACOM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.	253	radiodifusão comunitária na cidade de Camapuã, Estado de Mato Grosso do Sul.	281
Projeto de Decreto Legislativo nº 103, de 2004 (nº 2.473/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão para Desenvolvimento Artístico e Cultural de Manhumirim, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manhumirim, Estado de Minas Gerais.	257	Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 2004 (nº 2.521/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Independente Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul.	284
Projeto de Decreto Legislativo nº 104, de 2004 (nº 2.474/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rita Mota Matos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tejuçuoca, Estado do Ceará.	260	Projeto de Decreto Legislativo nº 112, de 2004 (nº 2.542/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Alto Taquari Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Encantado, Estado do Rio Grande do Sul.	291
Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 2004 (nº 2.476/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Abreu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bernardo, Estado do Maranhão.	264	Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 2004 (nº 2.525/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Progresso Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul.	293
Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 2004 (nº 2.479/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Santana de Parnaíba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo.	267	Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 2004 (nº 2.530/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Jaraguá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.	295
Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 2004 (nº 2.497/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Itapeçerica da Serra – ACIS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapeçerica da Serra, Estado de São Paulo.	271	Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2004, que aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2004.	305
Projeto de Decreto Legislativo nº 108, de 2004 (nº 2.499/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Glória Radiodifusão Cultural e Educacional – GRACE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Glória de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul.	274	PROJETO DE LEI DA CÂMARA	
Projeto de Decreto Legislativo nº 109, de 2004 (nº 2.500/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Sociedade Comunitária de Radiodifusão de Canápolis – Rádio Triângulo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canápolis, Estado de Minas Gerais.	278	Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2004 (nº 7.068/2002, na Casa de origem), que dispõe sobre a transformação de funções comissionadas em cargos em comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho e dá outras providências.	311
Projeto de Decreto Legislativo nº 110, de 2004 (nº 2.512/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação das Entidades da Pró Rádio “Cidade” a executar serviço de		PROJETO DE LEI DO SENADO	
		Projeto de Lei do Senado nº 1, de 2004, que dispõe sobre percentual de vagas semigratuitas em cursos de graduação de instituições privadas de educação superior. Senador Paulo Paim.....	50
		Projeto de Lei do Senado nº 2, de 2004, que atualiza valores das faixas de referência do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, de que trata a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996. Senador Paulo Paim.	74

Pág.		Pág.
	Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2004, que insere parágrafo no art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), de modo a assegurar, aos docentes da rede pública que não tenham habilitação em nível superior, vagas nos cursos de graduação de formação de professores. Senador Cristovam Buarque.	
133	Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2004, que altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública, e a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para estabelecer, nos casos que especifica, critérios para o pagamento de justa indenização. Senador Cristovam Buarque.	
134	Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2004, que insere artigo na Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), com o fim de criar forma especial de amortização mediante serviço social. Senador Eduardo Siqueira Campos.	
136	Projeto de Lei do Senado nº 6, de 2004, que altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências, para incluir entre as receitas desse fundo linha de crédito especial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Senador Eduardo Siqueira Campos.	
138	Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2004, que altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências, para possibilitar que os codificados recebidos pelas instituições de ensino superior possam ser utilizados para pagamento de tributos federais. Senador Eduardo Siqueira Campos.	
141		
	PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO	
309	Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2004, que altera os arts. 102 e 105 e acrescenta parágrafo ao art. 111 da Constituição Federal, para restringir a utilização dos recursos extraordinário, especial e de revista. Senador Paulo Paim.	
	REFORMA POLÍTICA	
14	Faz algumas considerações sobre a reforma política. Senador Sibá Machado.	
	Corroboras as afirmações do Senador Sibá Machado no condizente à reforma política e apresenta alguns pontos que precisam de um estudo minucioso, como a questão da lista partidária. Aparte ao Senador Sibá Machado. Senador Ramez Tebet.	16
	REQUERIMENTO	
	Requerimento nº 21, de 2004, que solicita ao Ministro de Defesa informações sobre a instalação de equipamento de pouso por instrumentos no aeroporto de Rio Branco – AC. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	29
	Requerimento nº 22, de 2004, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de congratulações ao Grupo Empresarial Brasileiro Algar com sede em Uberlândia-MG, à qual pertence à Companhia Brasileira de Telecomunicações do Brasil Central – CTBC, que completa em fevereiro do corrente, 50 anos de atividade operando na área de telecomunicações. Senador Aelton Freitas.	42
	Requerimento nº 23, de 2004, que requer urgência, nos termos do art. 336, inciso II do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2003. Senador Antonio Carlos Magalhães.	52
	Requerimento nº 24, de 2004, que requer, nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, urgência para a PRS nº 57, de 2003 que “autoriza a cessão, para cobrança, da dívida ativa dos municípios a instituições financeiras e dá outras providências”. Senador Ney Suassuna.	52
	Requerimento nº 25, de 2004, que requer urgência, nos termos do art. 336, inciso II do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2004. Senador Ney Suassuna.	52
	Requerimento nº 26, de 2004, que requer, nos termos do art. 221 – inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a apresentação de condolências à família do advogado, professor, ex-reitor e fundador da Universidade Federal do Piauí – UFPI, José Camilo da Silveira Filho, falecido em 22 de janeiro de 2004, em Teresina-PI. Senador Francisco de Assis de Moraes Souza.	73
	Requerimento nº 27, de 2004, que requer, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento dos jornalistas Cláudio Hahn Silva, o “Miro”, do jornal O Estado , de Santa Catarina, e Aldirio Simões, do jornal A Notícia , também de Santa Catarina, e do SBT. Senadora Ideli Salvatti.	73
	Requerimento nº 28, de 2004, que solicita, nos termos do artigo 50 da Constituição Federal,	

	Pág.		Pág.
combinado com o art. 216 do Regimento Interno, informações ao ministro de Estado da Previdência Social, Senhor Amir Lando, sobre as medidas que estão sendo tomadas em relação à greve dos médicos peritos do INSS, responsável pela suspensão de mais de cem mil perícias médicas. Senadora Lúcia Vânia.	74	brasileiras. Aparte ao Senador Ramez Tebet. Senador Mão Santa.	165
Requerimento nº 29, de 2004, que requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, inserção em ata de um voto de profundo pesar e apresentação de condolências à família e ao Estado do Rio Grande do Sul pelo falecimento do Sr. Nestor Herculano de Paula, grande empresário brasileiro. Senador Antônio Carlos Magalhães.	143	Congratula o Senador Alberto Silva pela assessoria, gratuita, que oferece ao Governo Federal nos setores de transporte, energia, entre outros. Aparte ao Senador Alberto Silva. Senador Edison Lobão.	333
Requerimento nº 30, de 2004, que requer, nos termos do art. 218 do regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, inserção em ata de um voto de profundo pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do jurista Caío Mário da Silva Pereira, ocorrido no dia 27 de janeiro de 2004. Senador Almeida Lima.	143	SAÚDE	
Requerimento nº 31, de 2004, que requer, nos termos do caput do Art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de louvor à equipe de direção do filme brasileiro Cidade de Deus, pelo recebimento de 4 (quatro) indicações ao Oscar da Academia de Artes e Ciências Cinematográficas de Hollywood – EUA. Senadora Ideli Salvatti.	144	Apresenta sua preocupação com o surto da dengue que assola a Amazônia, e a falta de providências do Ministério da Saúde. Senador João Capiberibe.	31
Requerimento nº 32, de 2004, que requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno de acordo com as tradições da Casa, a inserção em ata de um voto de profundo pesar e apresentação de condolências à família e ao Estado pelo falecimento do Nivaldo Dias Lins da Costa. Senador Leonel Pavan.	180	Apresenta a necessidade de melhoria na política de saúde brasileira. Senadora Maria do Carmo Alves.	179
Requerimento nº 33, de 2004, que requer, nos termos do art. 218 do regimento Interno, que seja inserido em ata voto de pesar pelo assassinato de Nelson José da Silva, de Heratostenes de Almeida Gonçalves, de João Batista Soares Lages e de Ailton Pereira Oliveira e, nos termos do art 221, inciso I, a apresentação de condolências à seus familiares. Senador Paulo Paim.	338	SEGURANÇA PÚBLICA	
SAUDAÇÃO		Fala sobre a questão da violência doméstica. Senadora Serys Silhessarenko.	33
Parabeniza o Senador Ramez Tebet pelo tema abordado sobre a burocracia em abrir e fechar uma empresa e também por ser o Relator da Lei de Falências. Aparte ao Senador Ramez Tebet. Senador Ney Suassuna.	164	Comunica o assassinato de auditores fiscais em Minas Gerais. Senador Paulo Paim.	125
Cumprimenta o Senador Ramez Tebet pelo pronunciamento e aponta a decadência das empre-		SENADO FEDERAL	
		Destaca a dificuldade de se cumprir o Regimento Interno, principalmente no que concerne ao tempo destinado aos oradores. Senador Ramez Tebet.	133
		TELECOMUNICAÇÃO	
		Evidencia sua preocupação com a qualidade dos serviços de telefonia celular no Acre. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	29
		Defende a universalização de acesso dos serviços postais para todos os brasileiros. Senador Romero Jucá.	101
		Demonstra sua indignação diante da omissão da Anatel no que condiz a falta de serviço de qualidade por parte das empresas de telefonia móvel celular no Estado do Acre. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	114
		TRABALHO ESCRAVO	
		Evidencia o seu repúdio ao trabalho escravo existente no Brasil e registra as iniciativas do Governo Federal em acabar com esse tipo de trabalho. Senador Edison Lobão.	361

	Pág.		Pág.
TRANSPORTE			XI
Necessidade de instalação de equipamento de pouso por instrumentos no aeroporto de Rio Branco/AC. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	29	Parabeniza o Senador Renan Calheiros por fazer uma abordagem sobre o turismo brasileiro. Aparte ao Senador Renan Calheiros. Senador Eduardo Siqueira Campos.	358
Retrata a necessidade de se reformar e conservar as rodovias do Estado de Mato Grosso, em particular as BRs 158 e 364. Senadora Serys Silhesarenko.	33	VIOLÊNCIA	
Fala sobre a importância da renovação da malha ferroviária nacional. Senador Paulo Octávio. ..	130	Notícia o assassinato do motorista e de três auditores fiscais do Ministério do Trabalho. Senador Edison Lobão.	361
TURISMO			
Retrata a importância da atividade turística para o Brasil, destacando o potencial turístico do Estado de Alagoas. Senador Renan Calheiros. ...	356	Parabeniza a Revista Sinais dos Tempos, da Igreja Adventista do Sétimo Dia, por apresentar matéria sobre a violência doméstica em nosso país. Senador Romero Jucá.....	362

Ata da 6ª Sessão Não Deliberativa em 26 de janeiro de 2004

3ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos, da Sra. Serys Shlessarenko e dos Srs. Mão Santa e Juvêncio da Fonseca

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que, tendo cumprido seus objetivos, determinou o arquivamento das **Indicações nºs 1, de 1999, e 2, de 2003**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência comunica ao Plenário que determinou o arquivamento da **Indicação nº 7, de 2002**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Sobre a mesa, mensagem do Senhor Presidente da República que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 19, DE 2004 (Nº 33/2004, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los de que me ausentarei do País no período de 24 a 31 de janeiro de 2004, a fim de realizar Visita de Estado à Índia, e participar, em Genebra, Suíça, de seminário sobre investimentos no Brasil e de reunião de trabalho com o Presidente da França e o Secretário-Geral da ONU.

2. A visita à Índia, que realizarei a convite do Presidente Abdul Kalan, na qualidade de convidado de honra para as cerimônias do Dia da República da Índia (26-1), inscreve-se na política do Governo brasileiro de crescente aproximação com aquele país e permitirá o adensamento da relação bilateral e dos mecanismos de cooperação.

3. A ida a Genebra, Suíça, compreenderá minha participação, no dia 29, em seminário sobre investimentos no Brasil, organizado em conjunto com a Unctad e, no dia 30, de encontro de trabalho com o Presidente Jacques Chirac e o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, para trocar idéias sobre o combate à fome e à pobreza em escala global.

Brasília, 22 de janeiro de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Aviso nº 67 – Supar/C.Civil

Brasília, 22 de janeiro de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Senador Romeu Tuma
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Viagem Presidencial.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa secretaria mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República comunica que se ausentará do País no período de 24 a 31 de janeiro de 2004, a fim de realizar Visita de Estado à Índia, e participar, em Genebra, Suíça, de seminário sobre investimentos no Brasil e de reunião de trabalho com o presidente da França e o secretário-geral da ONU.

Atenciosamente, – **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A mensagem lida vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência comunica ao Plenário que foi autuado, por solicitação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o seguinte aviso:

Aviso nº 1, de 2004-CN (nº 3.124-SGS-TCU/2003, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia dos Acórdãos nºs 1.879 e 1.746, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à execução do acompanhamento das 40 (quarenta) obras e de levantamentos de auditoria necessários à validação da novel metodologia de fiscalização de obras (TC nº 005.530/2003-4), e auditoria realizada nas obras de construção das barragens de Pia-

us e Taquara, localizadas, respectivamente, nos Estados do Piauí e Ceará (TC nº 015.183/2003-0).

O expediente vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência comunica ao Plenário que a **Medida Provisória nº 162, de 2004**, que “Abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 3.400.000.000,00, para os fins que especifica”, será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, após o término do prazo para recebimento de emendas.

Fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação:

MPV Nº 162	
Publicação no DO	23-1-2004
Emendas	Até 29-1-2004 (7º dia da publicação)
Prazo final Comissão	23-1 a 5-2-2004 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	5-2-2004
Prazo na CD	de 6-2-2004 a 20-2-2004 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	20-2-2004
Prazo no SF	21-2 a 5-3-2004 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	5-3-2004
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	6-3 a 8-3-2004 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	9-3-2004 (46º dia)
Prazo final no Congresso	23-3-2004 (60 dias)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 1, de 2004-CN** (nº 18/GP-2004, na origem), do Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim, no exercício da Presidência, encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal – instituído pela Lei Complementar nº 101, art. 54, inciso III – referente ao terceiro quadrimestre de 2003.

O expediente vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. nº 20/04-BLP

Brasília, 20 de janeiro de 2004

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica os Deputados Humberto Michiles

(PL/AM), na qualidade de titular, e Paulo Marinho (PL/MA), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 143, de 2003, que “Extingue o Conselho Diretor do Fundo de Garantia à Exportação – CFGE, altera dispositivos da Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, e dá outras providências”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valdemar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

Of. nº 21/04-BLP

Brasília, 20 de janeiro de 2004

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica os Deputados Sandro Mabel (PL/GO), na qualidade de titular, e João Caldas (PL/AL), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 144, de 2003, que “Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis nºs 5.655, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valdemar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

Of. nº 022/04-BLP

Brasília, 21 de janeiro de 2004

Senhor Presidente

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica os Deputados João Caldas (PL/AL), na qualidade de titular, e Sandro Mabel (PL/GO), como suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 145, de 2003, que “Autoriza a criação da Empresa de Pesquisa Energética – EPE e dá outras providências”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valdemar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

Of. nº 023/04-BLP

Brasília, 21 de janeiro de 2004

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Exa que o Bloco PL/PSL indica os Deputados Carlos Mota (PL/MG), na qualidade de titular, e Ricardo Rique (PU/PB), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 146, de 2003, que “Dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social, e dá outras providências.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valde-
mar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

Of. nº 24/04-BLP

Brasília, 21 de janeiro de 2004

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica os Deputados Humberto Michiles (PL – AM), na qualidade de titular, e Carlos Souza (PL – AM), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 147, de 2003, que “institui o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior e dispõe sobre a avaliação do ensino superior”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valde-
mar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

Of. nº 25/04-BLP

Brasília, 21 de janeiro de 2004

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica os Deputados Amauri Robledo Gasques (PL – SP), na qualidade de titular, e Milton Monti (PL – SP), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 148, de 2003, que “atribui competências à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e fixa as diretrizes a serem observadas na definição de normas para implantação de programas especiais de incentivo à adaptação de contratos anteriores à Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valde-
mar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

Of. nº 26/04-BLP

Brasília, 21 de janeiro de 2004

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica os Deputados Marcos de Jesus (PL/PE), na qualidade de titular, e Lincoln Portela (PL/MG), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 149, de 2003, que “Autoriza o Poder Executivo a doar à República da Bolívia vacinas contra a febre aftosa.”

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valde-
mar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

Of. nº 27/04-BLP

Brasília, 21 de janeiro de 2004

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica os Deputados Almir Moura (PL/RJ), na qualidade de titular, e João Tota (PL/AC), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 150, de 2003, que “Altera a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, que institui o Programa de Arrendamento Residencial e dá outras providências”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valde-
mar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

Of. nº 32/04-BLP

Brasília, 21 de janeiro de 2004

Exmº Sr.

Senador José Sarney

Presidente do Congresso Nacional

Nesta

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica os Deputados Pedro Irujo (PL – BA),

na qualidade de titular, e Raimundo Santos (PL – PA), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 151, de 2003, que “dispõe sobre a criação do Instituto Nacional do Semi-Árido – INSA, unidade de pesquisa integrante da estrutura básica do Ministério da Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valde-
mar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

Of. nº 33/04-BLP

Brasília, 21 de janeiro de 2004

Exmº Sr.

Senador José Sarney
Presidente do Congresso Nacional
Nesta

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica os Deputados Almir Moura (PU – RJ), na qualidade de titular, e Ricardo Rique (PU – PB), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 152, de 2003, que “altera o art. 47 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valde-
mar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

Of. Nº 34/04-BLP

Brasília, 21 de janeiro de 2004

Exmº Sr.

Senador José Sarney
Presidente do Congresso Nacional
Nesta

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica os Deputados Paulo Marinho (PL/MA), na qualidade de titular, e Milton Monti (PL/SP), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 153, de 2003, que “institui a Taxa de

Avaliação **in loco** das instituições de educação superior e das condições de ensino dos cursos de graduação e dá outras providências.”

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valde-
mar Costa Neto**, Líder do PL/PSL.

Of. Nº 35/04-BLP

Brasília, 21 de janeiro de 2004

Exmº Sr.

Senador José Sarney
Presidente do Congresso Nacional
Nesta

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica os Deputados Amauri Robledo Gasques (PL/SP), na qualidade de titular, e Carlos Mota (PL/MG), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 154, de 2003, que “autoriza a Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ a disponibilizar medicamentos, mediante ressarcimento, e dá outras providências.”

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valde-
mar Costa Neto**, Líder do PL/PSL.

Of. nº 36/04-BLP

Brasília, 21 de janeiro de 2004

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica os Deputados Welinton Fagundes (PL/MT), na qualidade de titular, e Luciano Castro (PL/RR), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 155, de 2003, que “dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras, e dá outras providências”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valde-
mar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

Of. nº 37/04-BLP

Brasília, 21 de janeiro de 2004

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Ex^a que o Bloco PL/PSL indica os Deputados Marcos de Jesus (PL/PE), na qualidade de titular, e José Santana de Vasconcellos (PL/MG), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 156, de 2003, que “altera o **caput** do art. 1º da Lei nº 10.429, de 24 de abril de 2002, que institui o Auxílio-Aluno no âmbito do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores de Enfermagem - PROFAE.”

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valde-
mar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

Of. Nº 38/4-BLP

Brasília, 21 de janeiro de 2004

Exmº Sr.

Senador José Sarney
Presidente do Congresso Nacional
Nesta

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Ex^a que o Bloco PL/PSL indica os Deputados Coronel Alves (PL/AP), na qualidade de titular, e João Tota (PL/AC), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 157, de 2003, que” altera o inciso IV do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm e define crimes.”

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valde-
mar Costa Neto**, Líder do PL/PSL.

Of. Nº 39/4-BLP

Brasília, 21 de janeiro de 2004

Exmº Sr.

Senador José Sarney
Presidente do Congresso Nacional
Nesta

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Ex^a que o Bloco PL/PSL indica os Deputados Ricardo Rique (PL/PB), na qualidade de titular, e Luciano Castro

(PL/RR), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 158, de 2003, que “dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência- ABIN, e dá outras providências.”

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valde-
mar costa Neto**, Líder do PL/PSL.

Of. nº 40/04-BLP

Brasília, 21 de janeiro de 2004

Exmº Sr.

Senador José Sarney
Presidente do Congresso Nacional
Nesta

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Ex^a que o Bloco PL/PSL indica os Deputados Welinton Fagundes (PL/MT), na qualidade de titular, e João Leão (PL/BA), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 159, de 2003, que “autoriza o Poder Executivo a conceder subvenção econômica à Companhia de Navegação do São Francisco – FRANAVE.”

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valde-
mar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

Of. nº 41/04-BLP

Brasília, 21 de janeiro de 2004

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Ex^a que o Bloco PL/PSL indica os Deputados Humberto Michiles (PL/AM), na qualidade de titular, e Ricardo Rique (PL/PB), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 160, de 2003, que “dispõe sobre a instituição de Gratificação Temporária para os servidores Técnico-Administrativos e Técnico-Marítimos das Instituições Federais de Ensino, e dá outras providências.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valde-
mar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Há oradores inscritos.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição para uma comunicação importante de caráter inadiável.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO. Pela ordem.) – Da mesma forma, Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V. Ex^a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Este Senador também está inscrito.

A palavra será concedida para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno, aos três oradores, intercalados com aqueles que estão inscritos.

Passamos, de imediato, à concessão da palavra aos oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Com a palavra o Senador Almeida Lima, por cessão do Senador Augusto Botelho.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na última semana, precisamente na quarta-feira, ocupei a tribuna desta Casa para registrar o estado de calamidade pública em que se encontra Sergipe, decorrente das fortes chuvas que atingiram especificamente o semi-árido, sobretudo os Municípios de Poço Redondo, Monte Alegre de Sergipe, Porto da Folha, Canindé de São Francisco, Nossa Senhora da Glória, Gararu e outros.

Naquela oportunidade, fiz um apelo dramático ao Governo Federal no sentido de que efetivasse o apoio necessário para diminuir o sofrimento daquela gente que, em um ano, é atingida pela seca, em outro, pelas chuvas. Como foi dito, em aproximadamente 10 dias, choveu em torno de 520mm. Normalmente a precipitação pluviométrica é de 70mm por ano.

No mesmo dia, pleiteei uma audiência com o Ministro Ciro Gomes, da Integração Nacional. S. Ex^a não pôde me receber. Então fui ao Ministério e proto-

colizei um ofício no qual relatava os fatos que me trouxeram a esta tribuna naquela tarde e mostrava a importância da visita de S. Ex^a àquele Estado, para sobrevoar a área atingida e, de forma mais efetiva, mais abalizada, liberar os recursos necessários ao atendimento daquela população.

No último final de semana, não ia a Sergipe, pois tinha compromisso em outro Estado, mas, diante da calamidade, cancelei tudo e, na sexta-feira, para lá me dirigi, como era minha obrigação, e mantive contato com o Governador João Alves. No dia seguinte, logo cedo, integrei a caravana do Governador, a qual –vejam, Sr^{as} e Srs. Senadores –, teve necessidade de ir ao sertão sergipano de helicóptero, porque via terrestre isso se tornou inviável. Os Municípios a que me referi estavam completamente isolados. Estradas e pontes foram danificadas, destruídas, impedindo esse tráfego.

Ao sobrevoar a área, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a partir do Município de Nossa Senhora da Glória, recordei-me de uma paisagem que vi nos idos de 1976, quando, como estudante de Direito, participei de um Projeto Rondon, na cidade de Miranda, no Mato Grosso do Sul: vi o Pantanal no semi-árido sergipano e, embaixo, a destruição. Estivemos no Município de Poço Redondo, Canindé de São Francisco e Porto da Folha com os Prefeitos, as Lideranças locais, a comunidade e o Governador João Alves Filho, que ali determinava, decidia *in loco*, enfim, tomava providências. Aqui registro minhas homenagens ao Governador pela presteza, pela rapidez, pela celeridade, pelo jeito humano, administrador, executivo, com que tomou as providências para diminuir o sofrimento daquela gente que S. Ex^a, assim como eu, tanto admira e de que tanto gosta. S. Ex^a tomou inúmeras providências: distribuição de agasalhos, alimentos, medicamentos, transporte de helicóptero para levar a Aracaju e a outros centros pessoas acidentadas, que careciam de tratamento médico urgente.

Saí de lá impressionado com a situação e, por outro lado, desesperado. Embora este não seja o momento, a indignação me leva a dizer que aqui se instalou não a República Federativa do Brasil, mas a República do Partido dos Trabalhadores, como se república deixasse de ser **res**, a coisa pública, para ser a coisa de um partido. Tive informações da ausência completa do Governo Federal. Perdoe-me o Governador, que é do Partido da Frente Liberal – S. Ex^a não me autorizou a falar em seu nome e também não lhe pedi autorização para isso –, mas tomei conhecimento de que, desde o domingo retrasado, o Governador tem ligado para o Ministério da Integração Nacional

para manter um contato com o Ministro Ciro Gomes, com o qual, como já disse, tentei uma audiência. Até o último domingo, após oito dias, o Governo do Estado de Sergipe não havia recebido sequer um telefonema do Ministro, muito menos sua visita, como eu maginava. Isso é um desrespeito ao Governo do Estado. Trata-se da quebra do princípio federativo. Em uma República Federativa, nos Estados há Governadores, sejam de que Partidos forem, devidamente constituídos pelo povo. No caso de Sergipe, uma parcela da Nação brasileira está agonizando, sofrendo, precisando da ajuda efetiva do Poder Central, que se faz ausente.

O Ministro Ciro Gomes, um nordestino como nós, sergipanos, a exemplo do próprio Presidente da República, não deu a menor atenção ao problema. Meu gabinete não recebeu resposta à correspondência que entreguei pessoalmente. Estamos diante de um caso de calamidade pública, que carece de presteza, de celeridade, de rapidez nas ações. A defesa civil federal, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, está ausente. Em Sergipe, o Programa Fome Zero tem inúmeras cestas no 28º Batalhão de Caçadores, um batalhão do Exército brasileiro. Pois bem, enquanto o Governador tentava liberar as cestas, a representante local dizia que aquela não era a filosofia do Fome Zero e o sertanejo sergipano estava passando fome. Quando o prefeito de Poço Redondo, Frei Enoque, solicitava ajuda para a reconstrução das casas, a Defesa Civil – pasme V. Ex^a, Senador Eduardo Siqueira Campos – pedia as escrituras, a cadeia sucessória vintenária, o título de propriedade e o projeto de engenharia e arquitetura. Onde já se viu? Só na República do Partido dos Trabalhadores!

O Governo Federal, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, está completamente desarticulado. Os órgãos federais, as entidades não têm a menor condição, lá na base, de dar uma resposta efetiva, imediata. Órgãos como o Dnit encontram-se sem equipamentos e sem condições. Para que o Dnocs? Ele não existe. Há apenas um representante, um delegado, um diretor estadual, sem nenhuma função, sem recursos, sem nada. Com a Delegacia do Ministério da Agricultura, ocorre a mesma coisa: está completamente desaparelhada, sem recursos humanos, financeiros, orçamentários. A Codevasf, idem. Enfim, todo o Governo Federal está ausente.

Ao retornar do meu Estado, trago esta situação no dia de hoje para que, a partir desta Casa Legislativa e por intermédio de seus meios de comunicação, sobretudo a TV Senado, esta denúncia seja conhecida por todo o País. Este é o Brasil que não acode os

brasileiros. Ora é o sertanejo de Sergipe, ora são brasileiros que aqui não conseguem emprego e vão passar vexame em outros países, como por exemplo os Estados Unidos, conforme mostrado pela televisão.

Que País é este? Que Governo é este? Isso é um Governo ou é um péssimo padraço? Existe padraço bom, mas esse é um péssimo padraço, e é preciso que se diga isso desta tribuna, com todas as letras.

E mais: além de não estabelecer uma articulação com o Governo do Estado, estabelecem um Governo paralelo por meio do prefeito da capital, aquele mesmo que gastou aquela imensidão de dinheiro, como denunciei aqui, para capinar área pavimentada, paralelepípedo. Esse prefeito, em caravana com outros aliados, sem nenhuma articulação com o Governo do Estado, vai ao sertão sergipano anunciar recursos, embora ainda não haviam chegado. Usa a miséria do povo, do sertanejo sergipano, que passa dificuldades, para fazer campanha político-eleitoral de forma antecipada. É a campanha feita com a miséria do povo.

O Governador João Alves esteve nos quatro ou cinco Municípios desde a semana anterior, mas não viu legenda partidária: visitou e assistiu a prefeitos filiados ao PFL, como o de Monte Alegre de Sergipe; visitou e assistiu ao prefeito de Porto da Folha, filiado ao PMDB, que não votou com ele no primeiro turno; assistiu e visitou o prefeito de Poço Redondo, do PPS, que não votou com o Governador no primeiro turno e não votou no segundo turno das eleições.

E esse Partido dos Trabalhadores criticava os Governos da ditadura! Diante desse Governo, a ditadura militar precisa ser lembrada com mais respeito. E olhem que quem diz isso é alguém que passou a sua vida política, desde a fase estudantil, a combater a ditadura militar neste País. E digo isto porque hoje o Partido dos Trabalhadores constitui um Governo pior do que a ditadura, em todos os sentidos, Sras e Srs. Senadores.

Não vim pedir esmolas. Sergipe tem direitos, por ser um Estado integrante da Federação. Não estarei aqui de joelhos para reclamar apoio, e não pretendo receber apoio apenas se votar a favor do Governo. Não! Neste Governo e nestes projetos contrários à Nação brasileira, votarei sempre contra. Tenho o direito de fazer a reivindicação, mas não ficarei de joelhos para isso. E Sergipe, por ter um Governador do PFL, não pode receber esse tipo de tratamento, sem obter a mínima atenção. Só depois de muito insistir, já no último sábado, quase à noite, no instante em que estávamos para tomar o helicóptero e retornar a Aracaju, é que se recebeu uma ligação para ver a possibilidade de liberação das cestas básicas.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Senador Almeida Lima, V. Ex^a concede-me um aparte?

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Concederei o aparte a V. Ex^a. Permita-me apenas fazer a conclusão de uma informação, porque, diante de tanta ausência, de tanta omissão, de tanta irresponsabilidade, de tanta falta de civismo, de patriotismo, de amor ao povo brasileiro, eu não poderia deixar de fazer um registro que me deixa emocionado.

Faz-se sentir uma grande exceção a essa regra. Quero me referir ao Exército brasileiro. E, ao falar do Exército brasileiro, preciso dizer que não se trata de uma instituição de Governo, mas de uma instituição da República, uma instituição do Estado, uma instituição permanente, e não temporária. Mas é preciso dizer que o Exército brasileiro acudiu o Estado de Sergipe, sobretudo pela pessoa do patriótico e cívico General Moura Barreto, cujo nome faço questão de mencionar neste instante. Ele é o Comandante da 6^a Região Militar, sediada na Bahia, e Comandante de toda a região Nordeste do Brasil. Ele atendeu ao Governador e, em silêncio, mandou sua equipe de engenharia – engenharia de construção em tempos de paz – estudar a viabilidade de o Governo do Estado comprar seis pontes metálicas móveis, para serem montadas pelo Exército, tendo em vista a tecnologia dominada por eles. E o Exército, em dois ou três dias, concluiu os estudos e já mandou a equipe, segundo informações que obtive hoje pela manhã com os prefeitos daquela região.

Portanto, meus parabéns, minhas homenagens, minha admiração ao General Moura Barreto por sua decisão, pela sua postura cívica, patriótica, de brasileiro, de amor à Pátria. O povo de Sergipe agradece. Mas não deixo de dizer ao Governo Federal que ainda há tempo, mais do que suficiente, apesar da desgraça que lá existe, de acudir o Estado de Sergipe sem ver à frente o Governador do PFL, João Alves Filho. Não veja o Governador, mas o sertanejo, que neste instante precisa de ser acudido! E o Estado de Sergipe, que tanto contribui com este País com o petróleo, com minérios e com sua gente. O Governo Federal cruza os braços. Somos uma República. E o conceito de República, como já foi dito, é o Governo do povo, público, de todos. Não é um gueto. Não queiram transformar este País na “República Federativa do Partido dos Trabalhadores”!

Exigimos respeito enquanto brasileiros e sergipanos!

Ouçó, com imenso prazer, o aparte do Senador Leomar Quintanilha.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Eminentemente Senador Almeida Lima, compreendo a indignação

de V. Ex^a diante dos fatos clamorosos que assolam e afligem a valorosa gente do Estado que V. Ex^a representa nesta Casa, o Estado de Sergipe, a exemplo do que também está acontecendo em outros Estados da Federação, do Sul e muitos do Nordeste. O excesso de precipitação pluviométrica tem provocado destruição de inúmeros bens públicos: pontes são arrastadas e destruídas, casas desabam, deixando milhares de famílias desabrigadas, estradas são destruídas... Enfim, o excesso de chuvas – repetidas vezes – tem provocado no País todo esse caos. O que me surpreende, eminente Senador, é que não nos preparemos para as calamidades. E o pior é que, nessas horas, falta, no mínimo, o espírito de solidariedade daqueles que têm o dever de atender às demandas e às necessidades do povo brasileiro. Tem V. Ex^a razão: é preciso que os Ministros, principalmente o que ocupa a Pasta da Integração Nacional, tenham a preocupação de estenderem as mãos ao povo sofrido de Sergipe e de outros Estados, irmãos brasileiros que estão sofrendo com a calamidade que assola o País em decorrência da quantidade exacerbada de chuvas que tem caído nesses últimos dias. Tem V. Ex^a razão. Conte com a minha solidariedade.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Agradeço a manifestação de V. Ex^a.

Devo dizer que poderia haver uma alegação de falta de recursos. Claro que não a aceitaríamos. Que o Ministro Ciro Gomes, pelo menos, fizesse uso do telefone e ligasse para o Governador. Mas não! Embora esse não seja um argumento para S. Ex^a ligar, o fato de o Governador João Alves e eu próprio termos votado em Ciro Gomes para Presidente da República, no primeiro turno das eleições. Não se justifica a ausência de recursos, porque, na calada da noite, no final do ano, o BNDES liberou um montante de juros, dispensou a dívida da AES – fato que trarei ainda a esta tribuna.

Mas peço a compreensão desta Presidência, que tem sido generosa para comigo, para que possamos ouvir o aparte do ilustre Senador Eduardo Siqueira Campos, que será breve em seu aparte.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO) – Senador Almeida Lima, agradeço a atenção de V. Ex^a. Quarta-feira passada, quando V. Ex^a deixou a tribuna, assomei a tribuna e, prontamente, solidarizei-me com o povo de Sergipe e com o apelo de V. Ex^a. Recebi os agradecimentos do Governador João Alves, com quem estive em São Luís, por ocasião da missa de 7^o Dia de Dona Kyola. Apenas para destacar a triste sina dos meus antecedentes nordestinos – pais e avôs –, que vieram para o sul, fugindo da seca.

Triste sina a do nordestino: sofre com a falta e com o excesso de chuvas. Até parece que não estamos, neste século, descobrindo água em Marte. Preocupa-me ainda não termos tecnologias suficientes para a administração de um recurso tão importante como o hídrico. Chama-me a atenção a falta de uma proposta permanente nesse sentido. No nosso pequeno Tocantins, apesar de termos altos índices pluviométricos, também há regiões secas. No entanto, lá, temos um Projeto chamado Cacimbas, em que fazemos o armazenamento de água quando há excesso de chuvas, reserva essa utilizada em períodos de seca. Isso em um Estado que tem a necessidade da construção imediata de mais de duas mil pontes, em função, eu não diria do excesso, mas da bênção de termos água suficiente. Para me solidarizar novamente com V. Ex^a, registro que, infelizmente, estamos vivendo uma nova transição no Governo, que pretende aumentar o seu “núcleo duro”. Para quem não sabe o que seja “núcleo duro”, esclareço que se trata dos Ministros competentes; o “núcleo mole” seria composto por Ministros que não parecem tão competentes e influentes. Mudamos, agora, o Ministro da área social, o Ministro da Educação e o Ministro da área do Trabalho. V. Ex^a tem razão em preocupar-se ao ver que o Governo pode demorar ainda mais para ter uma resposta imediata. O “núcleo duro” é composto por Ministros como José Dirceu, Márcio Thomaz Bastos, Palocci, Guschiken, Ciro Gomes, ou seja, aqueles considerados competentes e eficientes. Espero que os apelos de V. Ex^a sensibilizem essas autoridades e que o povo sergipano possa efetivamente contar com o apoio, e tem contado, do grande Governador João Alves e do Senador que tão bem representa o Estado de Sergipe como V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Agradeço a V. Ex^a e também à Presidência pelo tempo concedido.

A minha satisfação não era vir à tribuna no dia de hoje para registrar esse protesto. A minha satisfação estaria em vir aqui agradecer, como, aliás, o fiz em relação ao General Moura Barreto, comandante de toda a região do Nordeste e também da 6^a Região Militar, sediada em Salvador. Entretanto, lamento – e é este o registro que desejo fazer – a posição, até o presente momento, de quase completa omissão do Governo Federal. Espero que o Governo ainda se sensibilize e veja que os sergipanos integram a Nação brasileira e que também precisam do Governo Federal. Esta é uma Federação. Os Prefeitos estão trabalhando na sua base, assim como, da mesma for-

ma, está o Governador. Porém, é preciso também a participação do Governo Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Passamos a palavra ao Senador Papaléo Paes.

V. Ex^a dispõe da palavra por cinco minutos.

Em seguida, falará o nobre Senador Valdir Raupp.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez, venho manifestar minha defesa ao Projeto de Lei nº 2.403, de 2003, que se encontra na Câmara dos Deputados, de autoria do Senador José Sarney, que é, sem dúvida alguma, um projeto que faz justiça ao Estado do Amapá e à Amazônia Ocidental, pois são notórias as desigualdades regionais neste País, as quais penalizam particularmente a Região Norte.

O projeto tem como objetivo conceder os mesmos benefícios fiscais conferidos à Zona Franca de Manaus também para à área de livre comércio de Macapá e Santana.

Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje a área de livre comércio do Amapá dá incentivos apenas para compra e venda de produtos e não para a produção. A proposta determina a renúncia fiscal para bens elaborados tão-somente com matérias-primas de origem regional.

Para melhor reflexão, faço questão de repetir as palavras do Governador do Amazonas, Eduardo Braga, que sobre o referido projeto entende que o mesmo visa priorizar a interiorização do desenvolvimento da Amazônia.

Diz o Governador:

Lamentavelmente, o nosso homem do interior do Estado está com a sua atividade econômica esvaziada, porque não tem como agregar valor aos produtos naturais da Amazônia.

Como é sabido por todos nós, o pólo industrial de Manaus, hoje, é responsável pela geração de 50 mil empregos diretos e 350 mil indiretos, com um faturamento anual de US\$9 bilhões, consolidando-se como a mais importante força motriz da economia da Amazônia.

Ora, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana reúne condições para igualar esse êxito por meio do aproveitamento racional de sua biodiversidade, em um Estado que tem 90% do seu território intocados pelo homem, dotado

de um porto localizado próximo à foz do rio Amazonas e vizinho à costa dos países do norte da América e do Caribe.

Não podemos penalizar o Estado do Amapá, negando-lhe o direito de desenvolver-se e, por conseguinte, penalizando o povo sofrido da região por questões menores.

Sr. Presidente, a oposição ao projeto a que me referi é gerada por interesses espúrios, uma vez que o objetivo é tão-somente incentivar a industrialização de matérias-primas regionais e, com isso, desenvolver a Amazônia.

Quero deixar registradas as minhas palavras em virtude da campanha que está sendo feita contra esse projeto, principalmente na mídia do Sul, demonstrando a discriminação que o Norte sempre sofreu do Sul e do Sudeste do País. Portanto, manifesto o meu protesto, porque naturalmente essas pessoas não sabem distinguir as regiões do País, as dificuldades e as necessidades de cada região, principalmente da Região Norte, para que possa desenvolver-se e elevar, cada vez mais, o nome do Brasil no cenário nacional.

Sr. Presidente, peço permissão para, dentro do meu tempo, registrar que esta Casa deverá receber brevemente o Senador Cristovam Buarque, que deverá assumir a titularidade do cargo em substituição ao seu primeiro suplente, Senador Eurípedes Camargo.

Desejo fazer referência justamente ao Senador Eurípedes Camargo, que teve uma excelente convivência com seus Pares. S. Ex^a é um bom companheiro, determinado, que luta pelo seu Partido e pelas causas sociais justas. Todos nós o prezamos muito.

Senador Eurípedes Camargo, saiba que tem um amigo. Permaneceremos nesta Casa e, tenha certeza absoluta de que, quando do seu retorno, se Deus quiser!, V. Ex^a terá a mesma convivência que teve até hoje com todos nós, sendo respeitado V. Ex^a respeitou e zelou pelo povo do seu Estado e do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao nobre Senador Valdir Raupp, que disporá de até 20 minutos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de abordar o assunto que desejo tratar nesta oportunidade, gostaria de falar algumas palavras sobre o pronunciamento do companheiro Senador Papaléo Paes.

Ao projeto de incentivo do Senador José Sarney foi apresentado um substitutivo de autoria do Senador Arthur Virgílio. Se não me falha a memória, também os Senadores Gilberto Mestrinho, Jefferson Péres e eu assinamos o projeto juntamente com o Senador Romero Jucá, de Roraima.

Penso que está havendo um equívoco, na Câmara, por parte de alguns Parlamentares e até mesmo da imprensa. O primeiro projeto apresentado, do Senador José Sarney, estendia, sim, para o Estado do Amapá os mesmos benefícios da Zona Franca de Manaus. Seria muito difícil aprovar esse projeto até mesmo no Senado, por isso, foi apresentado um substitutivo, como já falei, assinado por outros Senadores. Entretanto, esse projeto não altera muito a situação atual, porque grande parte dos benefícios que traz já eram concedidos a alguns produtos regionais pela lei anterior que criou a Zona Franca de Manaus. Acrescentou-se muito pouco para o Estado do Amapá, porque há a Área de Livre Comércio para os Estados do Acre, Rondônia e Amazonas. Então, na verdade, estão fazendo uma tempestade em copo d'água em relação a esse substitutivo ao projeto do Senador José Sarney. O antigo, sim, estendia todos os incentivos concedidos à Zona Franca de Manaus para toda a Amazônia ocidental.

Sr. Presidente, gostaria que o meu Estado de Rondônia tivesse apenas 5% dos incentivos e dos benefícios dados à Zona Franca de Manaus. Só assim algumas indústrias se instalariam lá. Não tenho nenhuma ilusão de que, mesmo com esse substitutivo, ampliando alguns incentivos para alguns produtos regionais, teremos um pólo industrial que se iguale a 5% do que tem hoje o Estado do Amazonas, com a Zona Franca de Manaus. Portanto, repito, estão fazendo tempestade em copo d'água.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para mim, para o PMDB de Rondônia e do Brasil e, creio também, para toda a classe política e para este Senado Federal, foi muito bom ter o companheiro Amir Lando, nosso colega de Rondônia, indicado como novo Ministro da Previdência Social, assim como o companheiro Deputado Eunício Oliveira para o Ministério das Comunicações. Ambos são leais ao PMDB e ao Presidente Lula, companheiros de primeira hora. Tenho certeza de que irão desempenhar as suas funções com dignidade e lealdade não só aos seus Estados, mas a todo o Brasil.

Com referência ao Senador Amir Lando, não causou nenhuma surpresa sua indicação para o Ministério do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Dos Estados do Norte, Rondônia era um dos únicos (o ou-

tro é o Estado do Amapá) que nunca teve um de seus líderes políticos nessa função de tanta relevância como é a de Ministro.

O Senador Amir Lando, em todas as missões que foi convocado pelo PMDB, sempre soube corresponder com competência e determinação. A de Ministro será apenas mais uma em sua vitoriosa carreira política.

Em Rondônia, Sr^{as} e Srs. Senadores, a história do Senador se confunde com a da instalação do Estado, pois compôs a primeira legislatura estadual como um dos Parlamentares mais brilhantes daquele Estado.

Quem conhece os Anais do Poder Legislativo rondoniense sabe do brilhantismo com que Amir Lando exerceu o mandato de primeiro Deputado Constituinte de Rondônia. Sou testemunha do trabalho e do empenho do Senador no Congresso Nacional pelos pleitos rondonienses, assim como do seu apoio aos pleitos estaduais defendidos pelos colegas da bancada oriunda de Rondônia.

Foi com sua indispensável colaboração que a Constituição Estadual de Rondônia tomou forma, seja nos aspectos jurídicos ou nos sociais. Pioneiro da região sul do Estado, Amir continua sendo mais um defensor implacável dos interesses de Rondônia neste Parlamento.

Como presidente do Diretório Estadual do PMDB, há oito anos Amir Lando tem contribuído para que nosso Partido continue sendo o mais forte e mais bem estruturado no Estado. Optou, no mês passado, por deixar a direção do PMDB para estimular um rodízio entre as lideranças, mas continua participando decididamente para que a legenda se renove e cresça ainda mais, visando às próximas eleições municipais e a estadual.

Em 1985, quando Rondônia ainda era administrada por um governador indicado pelo Presidente da República, época do governo humanista de José Sarney, recaiu sobre o então Deputado Estadual Amir Lando toda a articulação para que fosse indicado um novo governador oriundo dos Partidos PMDB e PFL, que formavam a Aliança Democrática. Cumpriu a missão com perfeição, visto que conseguiu, além da indicação do Governador peemedebista, também outro companheiro de Partido na Prefeitura da capital, Porto Velho.

Quem conhece a história de Rondônia sabe que toda articulação política visando retirar do poder estadual o grupo antigo que há décadas dominava aquele Estado foi feita sob a responsabilidade de Amir Lando. Sua competência de negociação e sua perspicácia

de grande líder ajudaram a eleger, sete meses depois, o primeiro Prefeito da capital eleito livremente e, logo depois, o primeiro Governador do Estado de Rondônia. E para nosso regozijo, ambos do nosso Partido, Senadores Ramez Tebet, Papaléo Paes e Gilberto Mestrinho, do PMDB.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Concedo o aparte ao nobre Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Valdir Raupp, creio que V. Ex^a não fala apenas pelo Estado de Rondônia. Fala também pelos nossos companheiros de Partido. Todos nós, amigos, colegas e conhecedores da capacidade do Senador Amir Lando e de seu espírito público, sentimos alegria de, neste momento, vê-lo como Ministro da Previdência Social. Esta Casa debateu longamente, no ano de 2003, a reforma da previdência, que será implementada e, para isso, necessita de homens que possuam as qualidades do Senador Amir Lando. Homem de espírito humanitário, qualidade importante no momento de implementação de uma nova lei da Previdência Social, que, aliás, precisa ser complementada – e será, se Deus quiser – pela Câmara dos Deputados, por meio da PEC paralela. Então, um homem como o Senador Amir Lando à testa da Previdência Social nos dá a certeza de êxito de S. Ex^a, do nosso Partido e do Brasil. O Presidente da República, ao empossar os novos Ministros, por várias vezes disse que acabou a hora do “eu acho”, é a hora do “eu faço”. E realmente este é o momento em que é preciso fazer as coisas acontecerem no Brasil. É preciso diminuir o desemprego, promover o crescimento econômico, gerar emprego, gerar renda. De sorte que cumprimento o Presidente da República pela escolha e, na oportunidade, cumprimento, na pessoa do Senador Amir Lando, toda a nova equipe do Presidente da República. E cumprimento ainda o Estado de Rondônia pela conquista de ter o Senador Amir Lando no Ministério, como V. Ex^a está ressaltando. Portanto, em nome do meu Estado, Mato Grosso do Sul, quero dizer da minha alegria, do meu contentamento e dar, por intermédio do pronunciamento de V. Ex^a, minhas congratulações ao Senador Amir Lando e ao Estado de Rondônia.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado, Senador Ramez Tebet, V. Ex^a que já foi Ministro – e, diga-se de passagem, um grande Ministro – sabe da missão importante que têm agora os novos integrantes da equipe do Presidente Lula.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em 1994, quando pela segunda vez disputei o cargo de Governador de Rondônia, o apoio e o empenho do Senador Amir Lando na campanha foram essenciais para que pudéssemos também, pela segunda vez, retirar do poder o mesmo grupo político que fez carreira sob as bênçãos do Partido que dava sustentação ao governo de exceção.

Portanto, pelos motivos e fatos aqui relatados, é grande nossa satisfação com a nomeação do Senador Amir Lando ao cargo de Ministro de Estado. O Presidente Lula, ao escolher um político do Norte, especialmente de Rondônia, demonstra seu espírito federalista em buscar as experiências adquiridas em Estados que sempre foram considerados, por outros mandatários, como periféricos.

No Governo, além de Amir Lando, reluz com dignidade e a mesma competência a estrela de Marina Silva, do nosso vizinho Acre. Antes apenas os Estados considerados mais fortes economicamente dominavam essa área indicando nomes para os Ministérios, todos igualmente competentes e preparados.

O Senador Amir Lando deu também sua contribuição no processo de cassação do ex-presidente Fernando Collor de Mello, como relator da CPI naquela época; foi sempre fiel colaborador do Governo do Presidente Lula, como Líder no Congresso Nacional, na discussão e aprovação de todas as pendências orçamentárias, durante o ano passado; bem como sua liderança na aprovação do Orçamento Geral da União de 2004, sancionado sem qualquer veto pelo Presidente da República, com compromisso de executá-lo integralmente. Assim esperamos, pois será muito bom para o Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, temos certeza de que o Senador Amir Lando, no Ministério da Previdência Social, corresponderá com a mesma competência e a mesma perspicácia com que correspondeu às missões anteriores confiadas pelo PMDB e será um fiel colaborador das políticas públicas idealizadas pelo Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Senador Antonio Carlos Valadares, concedo a palavra a V. Ex^a como Líder do PSB.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, gostaria de registrar a minha inteira solidariedade às populações do Brasil, do Nordeste, de Sergipe atingidas pelas últimas enchentes, que não só causaram prejuízos materiais, como também ceifaram vidas humanas preciosas.

Mais de trinta pessoas perderam a vida em decorrência desse fenômeno climático. Na história do meu Estado, por exemplo, não se registrou, pelo menos nos últimos cem anos, algo semelhante em termos de violência das águas, que destruíram, na sua passagem, pontes, estradas, derrubaram casebres, deixando moradores e populações inteiras ilhadas, conforme constatamos na visita que fizemos, no último sábado, à região mais atingida no Estado de Sergipe. Fomos aos Municípios de Poço Redondo, Monte Alegre e Porto da Folha, na companhia do Prefeito Municipal de Aracaju, Dr. Marcelo Déda, dos Deputados Federais Jackson Barreto, Pastor Heleno, dos Deputados Estaduais Ana Lucia, Belivaldo Chagas e tantos outros que compareceram àquela visita de solidariedade que fizemos. Hoje já temos condições de apresentar um relato fiel de tudo o que ocorreu, para que o Ministério da Integração promova, imediatamente, assistência às pessoas que estão sofrendo em consequência das enchentes. Pontes precisam ser recuperadas; deslizamentos causaram derrubada de casas e de estradas, que agora necessitam, sem dúvida alguma, de uma providência urgente do Ministério da Integração no sentido de proporcionar alívio às populações flageladas.

Sr. Presidente, deixo aqui o registro da participação do Governo do Estado e da Petrobras, a qual destinou recursos da ordem de R\$450 mil a fim de atender aqueles Municípios mais atingidos na recuperação de obras essenciais à sua comunicação, na distribuição de colchões, cestas básicas, cobertores, para que as Prefeituras tenham o mínimo de recursos para o atendimento as suas populações.

Também devo, Sr. Presidente, manifestar-me neste instante, sugerindo ao Sr. Ministro da Integração, Ciro Gomes – que até o momento não esteve em nenhuma das regiões sobre as quais se abateu esse grande castigo da natureza –, que percorra Minas Gerais, Rio de Janeiro e Nordeste, pois ainda é tempo de S. Ex^a visitar as regiões afetadas como aquelas a que me referi no Estado de Sergipe.

Leio nos jornais que o Diretor do Departamento de Desenvolvimento Hidroagrícola da Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica, Ramon Rodrigues – que coin-

cidentemente se encontrava em Sergipe –, visitou, em companhia do Governador João Alves, as regiões mais atingidas, utilizando um helicóptero cedido inicialmente pela Petrobras.

No entanto, Sr. Presidente, dada a gravidade da situação e sendo como é o Ministro Ciro Gomes um nordestino, um ex-Governador de Estado, um ex-candidato à presidência da República e que conhece como poucos o sofrimento dos nordestinos, S. Ex^a jamais poderia ter deixado de visitar as regiões que mais sofreram com as chuvas, mesmo se, naquele período em que ocorreu o fenômeno, Sr. Presidente, o Governo Federal estivesse recompondo seu Ministério. Acredito que nada tem a ver uma coisa com a outra. Enquanto o Ministério não é mudado, enquanto num Ministério não há substituição, todos os Ministros têm competência suficiente para exercerem o papel que lhes é devido.

Sr. Presidente, assim como aqui falou o Senador Almeida Lima, reclamando providências no que diz respeito ao atendimento às populações mais sofridas, neste instante quero solidarizar-me mais uma vez com todas as populações do Brasil, com a população do Estado de Sergipe: tanto a de Aracaju, onde chuvas torrenciais aconteceram, quanto a dos Municípios a que me referi.

Por essa razão, Sr. Presidente, a minha presença nesta tribuna é no sentido de que a burocracia do Ministério da Integração Nacional aja mais rapidamente, porque lá existem pelo menos R\$32 milhões já disponibilizados pelo Presidente Lula para atendimento às populações flageladas. O Instituto Nacional de Meteorologia, Sr. Presidente, previa, há três meses, que chuvas fortes aconteceriam nas regiões aqui citadas. Acho que o Ministério da Integração Nacional está devidamente aparelhado, até pelo aviso da meteorologia, para o atendimento às necessidades básicas da população dos Estados envolvidos, dos Municípios envolvidos nesse lamentável acontecimento.

Por isso, Sr. Presidente, empresto a minha solidariedade total e quero dar ênfase à preocupação da Bancada Federal, que esteve na região conflagrada, na região que sofreu as conseqüências dessa chuva muito forte que caiu no Estado de Sergipe. A Bancada Federal esteve presente; jamais esteve ausente. Por essa razão, espero que o Ministério da Integração Nacional envie para o Senado Federal um relatório completo de suas atividades nesse período do atendimento às populações que mais sofreram com as enchentes ocorridas em todo o Brasil.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem. Peço uma informação de V. Ex^a: a ordem das inscrições será alternada?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Não, será mantida na íntegra. Como as comunicações inadiáveis são intercaladas com os oradores inscritos, V. Ex^a será o próximo a fazer uso da palavra. O nobre orador falará por cinco minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Passamos a palavra ao nobre Senador Leomar Quintanilha.

V. Ex^a dispõe da palavra, para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se o eminente Senador Sibá Machado fizer questão, cedo meu tempo e S. Ex^a pode falar antes de mim. (Pausa.)

Agradeço ao nobre Senador.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, efetivamente, 2003 foi um ano extremamente positivo para os trabalhos desta Casa. Entre tantas matérias importantes, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, votamos aqui o Estatuto do Idoso, uma lei que se propõe consolidar a legislação existente no País e balizar a prática das ações públicas em relação à proteção e em respeito a uma faixa da população que cresce de forma impressionante e em ritmo acelerado, mudando efetivamente o perfil da sociedade brasileira.

Já hoje são mais de 15 milhões de brasileiros com mais de 60 anos de idade e que merecem efetivamente um reexame da sua vida, do seu convívio social, da sua participação e da sua cidadania no contexto socioeconômico da Nação.

Nós constatamos que continuam multiplicando-se o número de médicos pediatras neste País, enquanto observamos que as famílias, espontânea e intuitivamente, têm procurado reduzir sua prole. A cada ano que passa o número de crianças recém nascidas é proporcionalmente menor do que as famílias tinham em anos anteriores. No entanto, as universidades insistem em colocar à disposição da sociedade e do mercado profissionais responsáveis pelo atendimento a crianças.

Creio, embora não tendo ainda em mão dados que comprovem essa situação, que há uma certa comodidade no número de pediatras para atender à demanda do número de crianças existentes no País, mas não posso dizer o mesmo com relação aos ido-

sos. Há cerca de quinhentos geriatras no País e, se formos localizá-los geograficamente, vamos encontrá-los notadamente nas capitais e nas maiores cidades. No entanto, idosos ocupam, de forma muito democrática, todos os Municípios brasileiros, inclusive os menores, sem a necessária assistência dos profissionais de saúde, que lhes deveriam prestar o atendimento adequado e propício à sua faixa etária.

E o que vimos, Sr. Presidente? Agora, com a aprovação do Estatuto do Idoso, tenho recebido muitos telefonemas expressando a reclamação pela dificuldade de sua prática, principalmente no que diz respeito aos transportes interestaduais. O Estatuto do Idoso assegura duas vagas para as pessoas idosas nesse tipo de transporte, mas esse direito, decidido nesta Casa pelo Congresso Nacional, não está sendo respeitado, sob a argumentação de que não foi regulamentado. Ora, essa lei não precisa de regulamentação, mas necessita ser aplicada. Se efetivamente há alguma dificuldade na sua interpretação e no seu entendimento, é imperativo que o Ministério dos Transportes o faça, por meio de portaria ou do mecanismo que julgar conveniente, dando a informação àqueles que devem obedecer à lei, cumprir as decisões exaradas por esta Casa no Estatuto do Idoso.

Por essa razão, pretendo ainda, em momento mais oportuno, abordar a questão de forma mais aprofundada, mas, neste momento de breves comunicações, queria fazer esse alerta principalmente ao Ministro dos Transportes, Sr. Anderson Adauto, a fim de que cuide dos interesses e dos direitos dessa faixa etária da sociedade brasileira, que tanto respeito deve merecer de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao nobre Senador Sibá Machado, que dispõe de vinte minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje gostaria de abordar o tema da reforma política. Entre os diversos ajustes reclamados pela sociedade brasileira, a reforma política é um dos que, vez por outra, volta à pauta e, espantosamente, com a mesma frequência, acaba saindo do foco. Seja porque não se quer reformar as instituições políticas, seja por acomodação, seja por falta de opções ou de criatividade, o fato é que o Congresso acaba sempre por adiá-la. Entretanto, vimos que a vontade política pode tornar possível a aprovação de uma reforma. Executivo e Legislativo se mobilizaram para as reformas previdenciária e tributária de tal modo, que foram aprovadas em menos de um ano.

Mas, enquanto questões previdenciárias e tributárias são de fácil visualização pela sociedade e pelos atores econômicos e políticos, aparentemente não há sensibilização tão forte para a reforma política. Consegue-se até vislumbrar a necessidade da reforma do Judiciário, principalmente quando vem a público que alguns de seus membros são envolvidos em acusações de corrupção e de outras falcatruas. Mas esse é apenas o aspecto menor de uma possível reforma do Judiciário.

A reforma política, há anos, está a vagar pelo Congresso, principalmente porque estamos muito habituados a essas regras. (Quando digo “estamos”, refiro-me aos que participam mais de perto das decisões políticas: parlamentares, sindicatos, centrais sindicais, corporações de empresários, etc.) Estamos muito habituados, repito, a essas regras. E de tal modo “cegos” que não vislumbramos saídas.

Na época da ditadura, era fácil unir esforços em torno de sua derrubada: anistia, liberdades políticas, constituintes, eleições diretas, etc. Para tudo isso, conseguimos mobilizar a sociedade; e foi a sociedade o motor dessas mudanças. E o Parlamento, que deixou de estar imune às pressões sociais, consagrou-as em documentos legais que conhecemos como Constituição Federal e a Lei Eleitoral, entre outras.

Vencida essa etapa, precisamos agora aperfeiçoar os mecanismos democráticos da sociedade brasileira. Precisamos aperfeiçoar os mecanismos de participação; é imperativo “desviciar” as máquinas de fazer candidatos e consagrar vitoriosos, que é a mesma máquina de fazer candidatos derrotados; e é a mesma máquina de isolar não as chamadas “minorias”, mas as “maiorias silenciosas”, isto é, as que não encontram os mecanismos adequados para se expressarem. Ou, até, que de tanto terem sua voz reprimida, seus clamores negados, acabam por vislumbrar outras saídas para sua atuação política. Fogem da esfera institucional e passam a, pelo menos, tolerar ações administrativas e políticas que não as favorecem.

E o Estado, com toda a sua máquina e todo o seu aparato, de tanto marginalizar esses segmentos da população, acaba, ele sim, sendo ignorado. E ignorado não por um processo sistemático que chamamos, nobremente, de “desobediência civil”, mas de fuga dos processos tradicionais.

Não precisamos recorrer a muitos expedientes históricos para constatarmos o quanto a sociedade brasileira tem sido, desde a chegada dos colonizadores, uma sociedade que, deliberadamente, constrói a exclusão. A exclusão do acesso à terra, pela doação de ex-

tenhos territórios a poucos donatários, situação essa que o nosso Governo tem o compromisso de mudar.

Como, então, tal sociedade não seria excludente politicamente? Como, se é a política que comanda todos os outros setores? E afirmo, com convicção, que uma das mais perversas exclusões é mesmo a política.

Basta ver que apenas no século XX foram feitas algumas conquistas para incorporar vastas maiorias. Mas nem é necessário retornar até o período monárquico. Na República mesmo, houve exclusão deliberada, já que, no antigo regime, a concentração de poder é que era a legitimada.

Primeiro, o mecanismo do voto censitário do Império, que era baseado na renda, foi substituído pelo voto masculino, o que deixava de fora as mulheres, os menores de 21 anos, os analfabetos, os religiosos monásticos e os soldados em geral. Quem votava, então? Menos de 6% da população brasileira! Além disso, pelo fato de ser aberto (não secreto), a identificação vinculava votantes e “patrões” de um modo geral, o famoso “voto de cabresto”. Isso sem falar nas fraudes e na famigerada “Comissão Verificadora”, cuja missão era a de convalidar ou não o resultado das eleições nacionais.

Com todas as idas-e-vindas da democracia, sempre interrompida por períodos ditatoriais, pouco se avançou no poder real da sociedade. E hoje, com todas as liberdades democráticas de que aparentemente dispomos, continuamos a nos guiar por regras que, de antemão, já excluem grupos sociais significativos de terem sua representação no Congresso.

Com raras exceções, nossos partidos, que são a expressão dessa mediação, permanecem frágeis e suscetíveis a desagregações. Tal crise dos partidos, segundo os especialistas, não é privilégio nosso, pois está presente em todo o Ocidente. Trata-se de uma crise de representação. O alto absentismo em eleições, como é o caso dos Estados Unidos, é emblemático dessa situação. Se, em passado recente, certos partidos se estruturavam de tal modo a representar uma visão “totalizante” (não totalitária), que hoje se diz “global”, da sociedade, na época atual, isso dificilmente ocorreria. Para tais modelos partidários, não apenas a política, mas a cultura, a economia, o lazer, a estética deveriam ter algo em comum, dirigida partidariamente. Não é difícil constatar que esse modelo não se sustenta nos dias de hoje.

Na agenda daqueles que querem fazer política estão incluídas questões como sexualidade, etnia, religião, gênero, opções de consumo, meio ambiente e

tantos outros. E nem sempre os partidos estão aptos a darem conta dessa multiplicidade de interesses.

Estamos pois, de fato, frente a uma crise de representação que afeta diretamente os Partidos. Uma crise que não se resolverá só com regras do tipo fidelidade partidária. Não se pode chegar a uma situação de obrigatoriedade de filiação que se assemelhe à obrigação que temos hoje de pagar impostos. Será que, ao invés de limitar, não se deve ampliar as possibilidades de participação? Desse ponto de vista, retirar do Partido o monopólio da política institucional, seria até um bom começo. Na Itália, por exemplo, qualquer grupo de cidadãos pode apresentar candidatos por intermédio de listas cívicas.

Mas esse é apenas um dos aspectos das reformas nas quais precisamos avançar. Outro aspecto é o do financiamento público de campanhas. Enquanto não houve igualdade de condições de acesso aos meios de divulgar plataformas eleitorais, teremos sempre no Congresso, salvo exceções, uma “plutocracia”, ou seja, um poder sempre regado pelo favoritismo financeiro, ainda que um ou outro operário ou até camponês chegue até aqui.

Mas há outros aspectos nos quais podemos avançar. Será que não podemos adotar o voto distrital? Por tal sistema, teremos a possibilidade de os candidatos se vincularem a determinadas regiões específicas de cada Estado. Cito aqui o caso de Minas Gerais, com mais de 800 Municípios. Se tirássemos um dia para visitar cada Município, seriam necessários três anos para realizar uma campanha eleitoral em Minas Gerais.

Com o Estado dividido em determinado número de distritos equivalentes ao de cadeiras no Legislativo, os Partidos apresentariam seus candidatos, e ganharia o mais votado em cada distrito. Como a condição básica para dividir o mapa é que cada área tenha um número equivalente de eleitores, teríamos uma vantagem a mais, que seria acabar com os problemas sobre-representação e sub-representação, dos quais tanto se reclama hoje.

Hoje, como os Deputados podem eleger-se com votos de qualquer lugar do Estado, acabam ganhando os de maior poder de alcance – leia-se, quase sempre, dinheiro – em diversas regiões. Assumem as vagas os mais votados das legendas com maior votação.

Mas, se achamos que a adoção do voto distrital é um passo muito grande para nossas pernas, por que não um sistema misto? Nessa concepção, metade das vagas do Legislativo seria escolhida pelo sistema proporcional, como é hoje, e outra metade, pelos distritos, por listas feitas pelos Partidos, com no-

mes e ordem de preferência definidos em convenções partidárias.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Sibá Machado, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador Ramez Tebet, ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Sibá Machado, V. Ex^a está tratando de uma reforma que há muitos anos é esperada. Fala-se em reforma política, como se ela realmente pudesse aprimorar os nossos costumes. Mas V. Ex^a aborda um ponto muito importante em seu pronunciamento. Fala do voto distrital misto, no qual haveria uma lista partidária. A meu ver, esta é a grande dificuldade: a elaboração da lista. Sabemos como a cúpula domina os Partidos políticos. Então, quanto à organização da lista, a grande incógnita é encontrar um meio de essa lista ser democrática, senão estaremos contribuindo para aumentar o coronelismo e o caciquismo no País, pois quem prepara essa lista é uma cúpula, que poderá incluir os nomes que quiser, ficando a base alheia. É esse o problema da lista partidária. Não sei que critério adotariamos para evitar o predomínio do caciquismo e do coronelismo. Cumprimento V. Ex^a por abordar tema tão importante, a reforma política, e agradeço a oportunidade. Precisamos refletir sobre esse assunto da lista partidária. Muito obrigado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador Ramez Tebet, agradeço a brilhante contribuição. V. Ex^a até me fez pensar na decisão que terão os Partidos de tomar, ampliando ao máximo o número de filiados ou reduzindo. Porque para ter uma plenária representativa para a escolha e definição dessas listas, se o Partido tiver milhões de filiados, como fará para definir as listas? Realmente, é muito bem pensada a consideração de V. Ex^a. Agradeço o aparte.

Outra modificação que considero importante, objeto de proposta de emenda constitucional que apresentei, é o fim da possibilidade de reeleição para o Executivo, que passaria a ter mandato de cinco anos. A experiência colhida dos pleitos realizados com direito de reeleição exibiu à sociedade um espetáculo triste de uso abusivo da máquina pública, da frouxidão da ação da Justiça Eleitoral, da impotência dos mecanismos de controle dos excessos políticos e a má compreensão desse instituto. Por isso, a minha PEC propõe a extinção dessa possibilidade.

Pretendo ainda apresentar outra proposição no sentido de *unificar os processos eleitorais em todos os seus níveis*. O Brasil tem prejuízos incalculáveis com o sistema eleitoral atual. Saímos de um forte jejum político para um liberalismo quase descontrolado,

uma quase banalização da democracia por meio de *eleições a cada dois anos*. Com mandatos de apenas quatro anos intercalados por eleições no meio desses mandatos, o planejamento da gestão torna-se refém desses processos, ficando o País à mercê dos eternos debates preparatórios de candidaturas e de mobilizações eleitorais, configurando-se um estrangulamento para o crescimento econômico.

Nossa proposição visa unificar as eleições em data única a partir do ano de 2010, ficando então os eleitos de 2004 com mandatos excepcionais de seis anos e os eleitos de 2006 com mandatos ainda de quatro anos, ambos com direito à reeleição. A partir de 2010, todos serão submetidos a mandatos de cinco anos, sendo vetado ao Executivo o direito de reeleição. Assim, as eleições no Brasil ocorrerão nos interstícios de um lustro.

Penso ainda na possibilidade de exigência, para efeito de candidaturas, de certificado de cursos preparatórios dos candidatos pelos seus respectivos Partidos políticos e/ou fundações de formação política, onde o pretendente conheça o básico da doutrina política de seu Partido e temas de interesse público. Considero isso uma necessidade para um melhor desempenho de mandato e fortalecimento das organizações partidárias, que em muitas ocasiões pecam em transformar o espaço público em algo banal ou simplesmente experimental. Um mandato é coisa muito séria, envolve grandes responsabilidades, onde a dicotomia do “fazer o que penso” e “fazer conforme o coletivo partidário” precisa ser mais bem resolvida, sob pena de prejudicar ainda mais a disciplina e a fidelidade partidária.

Acredito que tais medidas, juntamente com outras proposituras que circulam no Congresso Nacional, como a votação em listas e o financiamento público de campanha, entre outras, vão contribuir para o fortalecimento das estruturas de representação e melhor adequação do planejamento administrativo de governo e do Estado Brasileiro.

Sr^{as} e Srs. Senadores, não tenho aqui a fórmula perfeita. Mas precisamos reduzir o grau de “imperfeição” reinante hoje. Imperfeições que não são acidentais, geralmente, sustentam privilégios renitentes. Imperfeições que relegam parcelas significativas da população de terem suas idéias representadas no Parlamento.

Nesta oportunidade, quis apenas sinalizar o quanto é importante reformarmos nossas instituições representativas. Inclusive algumas dessas reformas já aprovadas nesta Casa. E nem entrei nas considerações sobre as formas alternativas de organização,

como é o caso dos “conselhos” de gestão, seja para as políticas de saúde, de educação, de cultura, meio ambiente, seja para aspectos mais gerais, como o orçamento participativo e tantas e tantas outras formas de participação popular. Portanto, o Congresso não pode desconhecê-las, não pode ignorá-las, não pode fazer ouvidos moucos.

Sr. Presidente, antes de encerrar, eu gostaria de saudar o nobre Senador Eurípedes Camargo. Mediante as reformas realizadas pelo Governo, o ex-Ministro da Educação e atual Senador da República pelo Distrito Federal, Cristovam Buarque, já retornou a esta Casa.

Portanto, estamos alegres em receber o nosso companheiro Cristovam Buarque; por outro lado, tristes ao perdermos a companhia do nosso amigo, companheiro e fiel militante do PT, Senador Eurípedes Camargo, que conheci durante nosso convívio nesta Casa. Desejo congratular-me com S. Ex^a que, de vez em quando, nos ajudava com os trabalhos desta Casa.

Concedo um aparte ao Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Sibá Machado, gostaria de pedir a V. Ex^a e à Mesa a sua permanência na tribuna, porque V. Ex^a ainda dispõe de dois minutos, justamente para que possamos suprir o Regimento Interno da Casa, porque, tendo em vista as reformas realizadas pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, o Senador Cristovam Buarque automaticamente já ocupa o cargo de Senador. Assim sendo, o Senador Eurípedes Camargo não é mais o titular. S. Ex^a não está mais no exercício do mandato de Senador. Portanto, é preciso que façamos justiça a S. Ex^a, homem de origem humilde, filho de carroceiro, ele mesmo um serralheiro, militante político desde o tempo em que Brasília não possuía representação política no Senado Federal nem na Câmara dos Deputados, S. Ex^a já militava em partidos políticos, auxiliando a comunidade. Sempre presente, militava no exercício da cidadania, o que é muito importante. No convívio que mantive conosco, Senador Sibá Machado, Eurípedes Camargo se revelou um homem sensível, defensor do Distrito Federal, que falava pelos humildes. Homem que, pela trajetória de um ano no Senado da República, honrou a representação do Distrito Federal. Gostaria, portanto, que V. Ex^a permanecesse na tribuna a fim de aceitar, em seu discurso, a manifestação de um representante do Mato Grosso do Sul, Estado também pertencente ao Centro-Oeste, manifestação sincera, que vem do fundo do meu coração, pela amizade que mantive com o Senador Eurípedes Camargo. Conhecedor, portanto,

do que lhe vai no fundo da alma; desejoso de contribuir para que o País encontre seu verdadeiro destino. Aproveito o pronunciamento de V. Ex^a para me congratular com o Senador Eurípedes Camargo e com o Distrito Federal, que tem este homem na vida pública, que aqui exerceu, por um ano, o cargo de Senador da República, defendendo os interesses do Distrito Federal e sempre atento aos melhores destinos da sociedade brasileira. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador Ramez Tebet, com muita satisfação, peço a incorporação do aparte de V. Ex^a ao meu pronunciamento.

Peço mil desculpas ao Senador João Capiberibe por não ter percebido que S. Ex^a havia me pedido um aparte. Não faltará oportunidade de ouvi-lo, com toda a atenção, nos próximos apartes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Siba Machado, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Esta Presidência deseja, antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Paulo Paim, por cessão do Senador Eurípedes Camargo, congratular-se com o nobre Senador Eurípedes Camargo, que exerceu seu mandato até a última sexta-feira passada, inclusive quando esteve à frente desta Mesa, presidindo os trabalhos.

Durante todo o período em que esteve como integrante desta Casa foi digno representante do Distrito Federal e portou-se com dignidade, com competência e com humildade, que lhe é peculiar, muito bem representando a população do Distrito Federal.

Portanto, ao final desse período em que esteve na condição de representante do Distrito Federal, em função do afastamento do Senador Cristovam Buarque, que foi designado Ministro de Estado e que amanhã retorna a esta Casa, esta Presidência deseja destacar a passagem brilhante e digna do Senador Eurípedes Camargo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Tem V. Ex^a, Senador Paulo Paim, Vice-Presidente desta Casa, a palavra, por vinte minutos, por cessão do nobre Senador Eurípedes Camargo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos,

início o meu pronunciamento exatamente na linha do de V. Ex^a. O Senador Eurípedes Camargo, sem sombra de dúvida, foi um grande Senador na defesa dos servidores públicos, dos trabalhadores da área privada – aí está a sua origem –, na defesa dos discriminados, assumindo a sua posição de negro e Senador da República.

Diria, neste momento, que o Governo Lula perdeu um grande Ministro, e o Senado da República, um grande Senador. Todos sabemos da capacidade também do Ministro ora indicado, companheiro Tarso Genro, de meu Estado, mas se dependesse de mim, trabalharia muito para que Tarso Genro continuasse no Ministério, na Pasta que mais lhe conviesse; que Cristovam Buarque continuasse também no chamado “primeiro time” do Presidente Lula, e também Eurípedes Camargo, como nosso companheiro de todos os momentos. É uma pena que Eurípedes Camargo não esteja no plenário neste momento. Quando da votação das PECs 67 e 77, Eurípedes Camargo, líder político de Brasília – eu diria uma cidade em que, no mínimo, metade do colégio eleitoral é composto de servidores públicos e de trabalhadores –, teve que optar e optou pelo Governo, votou pela PEC 67. Ao mesmo tempo, trabalhou conosco, Senador Sibá Machado, assim como todos os Senadores aqui presentes trabalharam conosco, neste Senado e na Câmara dos Deputados, para articularmos a votação da PEC 77. E o Senador Eurípedes Camargo me acompanhou por duas vezes à Câmara dos Deputados, inclusive, em uma delas, conversamos com o Presidente João Paulo.

Sr. Presidente, hoje é um dia, para mim, de tristeza. Não gostaria de ver o Senador Eurípedes Camargo sair desta Casa neste momento. E, por uma questão regimental, tive que usar o espaço destinado a S. Ex^a, inclusive já havia me preparado para apartear-lo. Infelizmente a Mesa informa-nos de que, no momento em que o Ministro Cristovam Buarque deixa sua Pasta, de imediato, independentemente da sua presença aqui hoje, o Senador Cristovam Buarque passa a assumir o cargo de titular.

Fica aqui, então, meu abraço, minhas palavras de carinho, de respeito e de admiração pela forma como o Senador Eurípedes Camargo se portou ao longo desse período. Tenho a certeza de que Brasília continua tendo um grande militante, talvez não neste plenário, mas nas ruas, contribuindo para que efetivamente o Distrito Federal tenha o respaldo deste Senador. O Distrito Federal há de dar a S. Ex^a todo esse carinho.

Concedo um aparte ao nobre Senador Geraldo Mesquita.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (Bloco/PSB – AC) – Obrigado Senador Paulo Paim, meu nobre amigo. Creio que é impossível deixarmos de registrar o fato que V. Ex^a está trazendo a público neste momento, fato que nos entristece, a todos: a saída do Senador Eurípedes Camargo do nosso convívio formal, porque S. Ex^a terá sempre a possibilidade de estar conosco, contribuindo da forma como vinha fazendo ao longo desse último ano, quando passou no exercício do cargo de Senador. Das grandes pessoas procuro sempre colher as lições, e do convívio com o Senador Eurípedes Camargo pude aprender a seguinte: a grandeza política nem sempre ou raramente se encontra na grandiloquência, nos atos que por vezes aparecem como gestos majestosos. O Senador Eurípedes Camargo, naquela sua modéstia, sua humildade, deu um exemplo, a todos nós nesta Casa, exatamente de grandeza política, defendendo as suas idéias e convicções com firmeza, porém com serenidade, equilíbrio e companheirismo. V. Ex^a bem ilustrou a participação de S. Ex^a, tão importante, por ocasião da tramitação da reforma da Previdência. Impossível deixarmos de agradecer a convivência com esse grande homem público, líder político, como V. Ex^a mencionou, em Brasília e neste País. A lição de grandeza política que S. Ex^a nos deixa, exercitada com absoluta simplicidade, com absoluta modéstia, serve exatamente para que tenhamos a certeza de que são esses sentimentos que reforçam, que nos dão a conotação exata do que é grandeza política. Nossa homenagem ao sempre presente Senador Eurípedes Camargo, bem como nosso agradecimento pela possibilidade de ter convivido com tão brilhante político e homem público do nosso País. Muito obrigado, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agradeço, Senador Geraldo Mesquita Júnior, pelo seu aparte. V. Ex^a enfocou algo que eu nem tinha mencionado: a simplicidade, a humildade. Não se trata de um homem que procure os holofotes, mas foi um grande articulador. Por isso a PEC nº 77 foi aprovada aqui, pelo trabalho de S. Ex^a, como articulador, promovendo o diálogo entre os Líderes, tendo falado com todos, e participei disso com S. Ex^a passo a passo. Portanto, o destaque que V. Ex^a lhe dá é muito merecido. A existência da PEC nº 77 deve-se, claro, à participação dos 81 Senadores, mas muito dela se deve ao Senador Eurípedes Camargo. Por isso, meus cumprimentos pelo seu aparte.

Concedo o aparte ao Senador João Capiberibe.

O Sr. João Capiberibe (Bloco/PSB – AP) – Eu gostaria de prestar um testemunho sobre o que assisti ontem na TV Câmara. Falo de um documentário sobre a luta dos moradores da Ceilândia pela legalização de seus terrenos. Lá estava o líder popular Eurípedes Camargo, conduzindo uma luta, fundamental, pelo direito à moradia, ainda muito jovem. Convivemos este ano com uma pessoa generosa e articulada politicamente. Durante esse período, S. Ex^a trouxe para cá sua marca de líder popular. É a marca de quem construiu uma liderança no confronto e na luta em defesa dos direitos mínimos do povo imigrante, de gente que aqui chegou de todas as regiões do País. S. Ex^a se destaca como líder popular; depois, ingressa no Partido dos Trabalhadores e chega até aqui, compartilhando conosco o primeiro ano desta legislatura, o primeiro ano de governo do Presidente Lula, um ano que marca a história do País que faz um operário chegar à sua Presidência e a esta Casa um líder popular como Eurípedes Camargo. Essa convivência de um ano certamente vai marcar todos nós.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Capiberibe, estou entendendo que este momento da minha fala e os apartes que V. Ex^{as} estão fazendo é, sem sombra de dúvida, uma homenagem merecida ao nosso Senador Eurípedes, já que S. Ex^a não pôde usar a tribuna.

Concedo um aparte, com muita alegria, ao Senador Siba Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Paulo Paim, não sei se esse era o tema que V. Ex^a queria abordar como eixo central de seu pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não, não era.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Mas acho que, devido ao momento, é muito importante o que está sendo feito. Cada um de nós tem suas características, suas habilidades, e o estilo do Senador Eurípedes Camargo é impressionante: um jeito simples de agir, de se pronunciar, de tomar suas decisões. S. Ex^a foi um grande companheiro. Mas eu queria fazer um paralelo. Uma decisão como a tomada na sexta-feira pelo Presidente Lula gera saudades e mesmo até algumas incompreensões, mas é, em alguns momentos, muito necessária. Formar o Governo, como um Parlamentar ao montar o seu gabinete, é uma questão de equipe, e uma

equipe é um time que entra em campo e precisa, de certa forma, produzir resultados. Mas nem sempre as coisas funcionam exatamente como previstas inicialmente. Acho que, de certa forma, o Governo estava precisando de uma reforma, embora o trabalho tenha sido muito bem feito. Acho que algumas coisas poderiam ter sido evitadas, mas o que estamos dizendo aqui é que realmente o Senador e ex-Ministro Cristovam Buarque é um grande companheiro e que sua experiência administrativa no Governo do Distrito Federal e na Universidade de Brasília já o colocam como uma pessoa acima de qualquer suspeita. Para nós, é motivo de orgulho conviver com S. Ex^a nesta Casa. E quero também dizer a V. Ex^a do seu companheirismo e da sua capacidade de fazer valer aqui o espírito daqueles que poderiam ser vistos como menos atendidos nesta Casa, sendo um dos baluartes, um dos defensores da causa dos pequenos, dos desassistidos e agora também da questão étnica. Parabenizo-o por esse brilhante zelo que tem tido até o momento. Parabéns, Senador!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Sibá Machado.

É com alegria que vemos aqui no Plenário o Senador Eurípedes Camargo. Se estou falando nesta tribuna é porque, mais uma vez, S. Ex^a teve a grandeza, já que o Regimento não permitia, de me ceder o espaço, como me cedeu diversas vezes em que eu precisava colocar uma posição muito dura, por muitos não compreendida, em relação à reforma da Previdência.

Eu dizia, Senador Eurípedes Camargo, da sua articulação para que fosse aprovada a PEC nº 77 e de quantas vezes V. Ex^a se dirigiu a mim, dando-me parabéns pelo trabalho de negociação. Mas V. Ex^a não dizia isso simplesmente para me agradar, e sim para me incentivar, para que eu continuasse negociando e não chegasse ao extremo de sair do Partido. Inúmeras vezes V. Ex^a conversou muito comigo, dando-me conselhos inclusive, afirmando que era fundamental negociarmos a PEC nº 77. E V. Ex^a deu sua contribuição, indo comigo conversar com os Líderes, para esse grande entendimento.

Então, na verdade, o que estou fazendo neste momento é reconhecer a sua liderança. Brasília, sem sombra de dúvida, tem homens como o Senador Cristovam Buarque, que é um grande líder, e, graças a Deus, tem homens como V. Ex^a, que, como eu dizia

antes de V. Ex^a estar aqui, inclusive assumiu a sua negritude. Sabemos – e sei que falo hoje para grande parte do Brasil – que nem todos os negros assumem a sua negritude, e nós temos muito orgulho de dizer que assumimos a nossa negritude e por isso defendemos a política de cotas. Sabemos que essa é uma matéria controversa, mas achamos importante o debate. E estamos fazendo um bom debate.

Casualmente, meu pronunciamento de hoje é sobre a política de cotas, que não vou deixar de defender, porque entendo que é um processo que permitirá de fato a inclusão. Se todos os dados mostram que não chega a 2% o número de negros nas universidades, existe algum problema. Se todos os dados mostram que no setor executivo, mesmo na área privada, esse número não chega a 10%, sendo os negros 48% da população, é preciso que se trabalhe para essa inclusão. Por isso, o pronunciamento de hoje tem um pouco a ver com a sua história, com a minha história, com essa caminhada do povo negro, de todos aqueles que são, de uma forma ou de outra, discriminados.

Em resumo, Sr. Presidente, sei que não será permitido mais que eu possa ler na íntegra meu pronunciamento, que acaba, na verdade, fazendo um elogio à política de cotas usada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, pela Universidade de Brasília, pela Universidade Federal da Bahia e tão usada nos Estados Unidos, sempre tido como país referência para o chamado bloco capitalista. Por que lá a política de cotas foi usada e deu certo e aqui não poderia sê-lo?

Eu poderia falar do trabalho realizado pela equipe interministerial, que aprofundou o debate. Pelo que percebia, até medidas provisórias seriam editadas nesse sentido, contudo, de uma hora para outra, parece-me que o Governo parou para pensar e as medidas provisórias não foram encaminhadas. Tratava-se de uma política de cotas sem percentual definido, mas, pelo menos, era um incentivo para que as universidades, públicas e privadas, se debruçassem sobre um assunto tão importante para que a comunidade negra tivesse acesso à universidade.

Digo mais, Sr. Presidente, estou um pouco preocupado porque vi, há cerca de uma semana, um recuo do Governo no que tange ao debate da política de cotas. Já estou preocupado com o Estatuto da Igualdade Racial, que trata da terra dos remanescentes

dos quilombos, da saúde, da educação, da habitação, do acesso ao trabalho e de cotas nas mais variadas áreas. Estou preocupado até em relação à mídia. Mas vou torcer, naturalmente, para que o Estatuto da Igualdade Social, que encaminhei a esta Casa há mais de cinco anos, que está pronto para ser votado, não seja posto na gaveta, de uma hora para outra.

Será um retrocesso enorme se não avançarmos nessa área, já que todas as pesquisas mostram que efetivamente, no Brasil, o preconceito, o racismo é muito forte.

Senadora Serys Slhessarenko, sei que V. Ex^a atua muito não apenas na questão dos negros, mas das chamadas minorias. Não que os negros sejam minoria, pois representam 48% da população; e em as mulheres, que são mais de 51%. Mas são chamados de minorias, embora nós discordemos dessa tese. Pelo contrário, nós estamos fazendo política pensando também nessa maioria. Por isso, espero pelo Estatuto da Igualdade Racial, que está pronto para ser votado nesta Casa e também na Câmara dos Deputados. Aqui o Relator da matéria, Senador César Borges, já emitiu parecer favorável. Na Câmara, o Deputado Reginaldo Germano, do PFL, já proferiu relatório com parecer também favorável. Espero que esse importante projeto seja aprovado rapidamente.

Deixo claro que aqui não faço crítica alguma às palavras do Ministro do meu Estado. Alguém poderia fazer essa ligação, pois estou elogiando o Ministro Cristovam Buarque, que sai, e o trabalho do meu companheiro Senador Eurípedes Camargo. E, devido às matérias do fim de semana, pode-se imaginar que eu esteja fazendo, no mínimo, uma reflexão sobre as palavras do meu amigo pessoal, meu candidato a Governador – S. Ex^a foi candidato a Governador e eu, ao Senado, mas, infelizmente, a vitória foi para o hoje Governador Germano Rigotto. Mas não se trata disso.

Entendo que o Ministro Tarso Genro, na declaração desse fim de semana, quis apenas situar que o debate da política de cotas precisa ser aprofundado. Já vínhamos fazendo o debate com o Ministro Cristovam, então, que não passe a impressão de estar criticando o Ministro recém-nomeado. Pelo contrário. Considero-o também um intelectual extremamente preparado e que haverá de fazer um belo trabalho, como vinha fazendo, sem sombra de dúvida, o Ministro Cristovam Buarque, pelo qual tenho o maior carinho e respeito até pelo trabalho que S. Ex^a vinha de-

sempenhando no Proep, Programa de Expansão da Educação Profissional. Haverá neste País milhões de trabalhadores preparados para enfrentar a disputa no mercado de trabalho via Proep, que o companheiro Aldo está a coordenar como Diretor dessa Pasta tão importante. Tenho certeza de que vai continuar seu trabalho também na linha da postura correta e adequada, que sempre acompanhei, do hoje Ministro da Educação, Tarso Genro.

Reitero, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que vamos continuar lutando pela política de cotas, até porque está avançando. Quando iniciamos esse debate, há cerca de 10 anos, todos diziam que ele não tinha nenhuma possibilidade de se tornar realidade. Hoje, já se percebe que, nos próprios programas de televisão, tem havido aumento do número de negros, como na novela que será exibida às 19 horas pela TV Globo a partir de hoje, cujo papel principal caberá à atriz negra Taís Araújo, o que será fundamental para o grande debate em nível nacional da luta contra o preconceito. Portanto, estamos avançando.

Falamos muito da política de cotas nas universidades, inclusive nos Estados Unidos. Naquele país, a política de cotas teve grande avanço porque sua população negra é em torno de 11%. Hoje, sem sombra de dúvidas, essa cota já foi ultrapassada. O número de negros na universidade e na participação da mídia é muito mais do que 11%, então o problema foi superado. Os próprios negros não estão mais a defender políticas de cotas. No Brasil, sonhamos, quem sabe, daqui a cinco ou dez anos, dizer: nós não queremos mais políticas de cotas, pois já ultrapassamos a barreira. Mas enquanto esse quadro não for real, temos que continuar lutando pelas políticas afirmativas, políticas reparatórias. E a política de cotas é um dos meios para atingir esse objetivo.

Sr. Presidente, peço que seja publicado na íntegra o meu pronunciamento, que trata da importância da política de cotas, já adotada em inúmeras universidades federais brasileiras. Já há universidades particulares também adotando o procedimento, mostrando que é um caminho. Todos viram as críticas ocorridas, em um primeiro momento, na Universidade do Rio de Janeiro. Os atuais resultados demonstram que, praticamente, os alunos qualificados em primeiro lugar foram aqueles que tiveram acesso à universidade exatamente pela política de cotas. Eles souberam ocupar o espaço, prepararam-se e vão formar-se naturalmente. Eu não digo que sejam melhores, mas

possuem a mesma capacidade dos outros estudantes que não são negros.

A assessoria recorda-me o nome da novela que começa hoje, que quero aqui também cumprimentar. Chama-se “Da Cor do Pecado” e conta a história de um romance entre uma mulher negra, encenada por Taís Araújo, e um homem branco, que é o Reynaldo Gianecchini. É lógico que é importante esse debate. E por que eu trago para esse debate o elogio à TV Globo? Porque não me esquecerei jamais de que o Estatuto do Idoso foi aprovado, fundamentalmente, em razão do debate que ocorreu no horário privilegiado das 20 horas sobre a realidade dos idosos no nosso País. É claro que um debate em horário nobre ajuda, pois movimenta a sociedade. Isso influenciou muito na aprovação do Projeto do Estatuto do Idoso, como, tenho certeza, essa novela também – “Da Cor do Pecado” – levará esse grande debate à Nação, para provar se existe ou não racismo.

Não se trata apenas de provar o não, pois todos sabemos que existe. Temos é de trabalhar para extinguir, de uma vez por todas, essa posição, na nossa história, daqueles que são preconceituosos e racistas.

Sr. Presidente, deixo o meu pronunciamento na certeza de que estamos a avançar na matéria. O Governo Lula há de sancionar o Estatuto da Igualdade Racial ainda este ano. Eu gostaria que fosse no dia 21 de março, mas que seja ainda este ano. E no Estatuto da Igualdade Racial está contemplada a política de cotas.

Era o que tinha a dizer. Obrigado.

SEGUE PRONUNCIAMENTO NA ÍNTEGRA DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

**PRONUNCIAMENTO DO
SENADOR PAULO PAIM (PT – RS)
SOBRE RECUO DO GOVERNO FEDERAL NA
ADOÇÃO DE COTAS NO ENSINO SUPERIOR**

26-12-04

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Senadores,

Os jornais divulgaram, na semana passada, um recuo do Governo Federal na questão das cotas nas universidades públicas. O governo alegou, segundo o noticiário, a necessidade de ampliar o debate antes de editar medida provisória que autorizaria universidades federais a adotarem as cotas a partir deste ano.

O Governo Federal está cometendo um grave equívoco. Combate-se resistência com política pública. Se há focos de resistência às ações afirmativas, eles devem ser enfrentados com a implementação das políticas. E não fugindo delas.

O debate sobre cotas e ações afirmativas em prol da população negra, que se arrasta há anos, já produziu, além de opiniões contrárias, experiências concretas bem-sucedidas.

No final do ano passado, exatamente no dia 15 de dezembro de 2003, estivemos nesta tribuna para falar sobre uma pesquisa da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj) sobre o desempenho dos alunos cotistas.

Dizíamos então que, ao contrário das previsões negativas dos adversários das cotas para afro-brasileiros, os dados da pesquisa mostravam que os alunos que chegaram à Uerj pelas cotas tiveram um rendimento superior e taxa de evasão menor em relação aos demais estudantes.

A pesquisa da Uerj não foi comentada em editoriais. Ninguém se debruçou sobre os dados divulgados pela Uerj. Porque eram dados positivos, que mostravam que os alunos cotistas tinham obtido um rendimento acadêmico superior aos não –cotistas. Dados que mostravam que as ações afirmativas não vão baixar o nível dos cursos superiores no Brasil.

Desde o mês de dezembro, quando ficou pronto o relatório do Grupo de Trabalho Interministerial para tratar do tema, uma bem articulada reação retomou seus argumentos cegos por meio de importantes veículos de nossa mídia.

O que está propondo o Grupo de Trabalho é a criação de um programa de ações afirmativas para acesso e permanência de negros nas instituições públicas de educação superior.

O que está propondo o grupo de trabalho é que o Governo Federal autorize e incentive a criação, pelas instituições de educação superior e de educação profissional e tecnológica, de um sistema especial de reserva de vagas ou cotas, dentre outras espécies de ações afirmativas, para o acesso e permanência de estudantes negros.

O que está propondo o grupo de trabalho é a criação de uma Comissão permanente de Políticas de Ações afirmativas no Ensino Superior da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Tudo perfeitamente de acordo com a proposta de governo que saiu vitoriosa das urnas. Tudo perfeitamente de acordo com o programa “Brasil sem Ra-

cismo”, com o qual se atraiu o voto negro. Todas as pesquisas eleitorais com recorte racial foram unânimes em demonstrar que os negros votaram no Presidente Lula.

Votaram numa proposta de desenvolvimento social e econômico com inclusão. Proposta que no Brasil só pode ser realmente implementada se colocar como seu núcleo central de prioridades a superação das desigualdades raciais.

E não apenas os negros querem as ações afirmativas. A consciência social brasileira avançou e amadureceu. O recuo do Governo Federal reverte expectativas já consolidadas na sociedade.

O Grupo de Trabalho Interministerial, por meio de consulta por escrito, obteve resposta de treze universidades que estão em processo de discussão para efetiva implementação de ações afirmativas em benefício da população negra. A Universidade de Brasília, a primeira instituição federal a adotar o sistema de ações afirmativas, implantará o sistema de cotas a partir do vestibular de julho deste ano.

Parte expressiva da sociedade brasileira entende que sem o acesso de todos à educação, não é possível falarmos de igualdade oportunidade e de efetiva democracia.

Esta Casa sabe bem disso e aprovou o projeto do Senador Sarney estabelecendo cotas para afro-brasileiros nas instituições federais. O projeto foi aprovado no Senado e, na Câmara, foi incorporado ao Estatuto da Igualdade Racial.

O estatuto já entrou em seu quinto ano de tramitação. O Governo Lula levou todo o ano passado examinando o estatuto, retirado da pauta de votação do Plenário da Câmara.

Com o recuo dessa semana, estamos temendo pelo futuro deste projeto. O estatuto trata de educação, saúde, mercado de trabalho, meios de comunicação, terra, cultura, religião. É um conjunto articulado de políticas para garantir a participação dos afro-brasileiros, em condições de igualdade de oportunidades, na vida econômica, social política e cultural do País.

Senador Paulo Paim.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Shessarenko, Suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shlessarenko) – Com a palavra o Senador Eduardo Siqueira Campos, por cessão do Senador Mozarildo Cavalcanti.

V. Ex^a dispõe de até 20 minutos, Senador.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado FM e em ondas curtas, profissionais da imprensa que cobrem os trabalhos desta Casa da tribuna da imprensa, da tribuna de honra e também das galerias, nesta sessão não deliberativa do Senado Federal, aproveito a presença de uma professora ilustre, hoje Senadora pelo Estado de Mato Grosso, Senadora Serys Shlessarenko, do Partido dos Trabalhadores, integrante, portanto, da base aliada do Governo, a presença do Senador Paulo Paim e do nobre Senador Eurípedes Camargo, para dizer, assim como o fiz da direção dos trabalhos, que foi efetivamente uma honra ter convivido com o Senador Eurípedes Camargo. Sem dúvida nenhuma, terá sido também uma honra para o Senador Cristovam Buarque ter exercido, por esse período as funções de Ministro da Educação e ter ensejado não só ao povo do Distrito Federal, mas também a esta Casa e a S. Ex^a um convívio tão rico e tão proveitoso.

A substituição de um Ministro por outro é, no meu entendimento, um ato da rotina de quem exerce o poder, ainda mais tendo em vista o grau de complexidade da função de presidir os interesses da sociedade brasileira ao exercer o mandato de Presidente da República. Essas mudanças se fazem necessárias por razões diversas.

Entretanto, quero destacar alguns aspectos que envolvem a educação. Ainda que não esteja no exercício do magistério há muitos anos, já disse, mais de uma vez, desta tribuna que cursei Pedagogia. Guardo a minha carteira do MEC e, sem dúvida nenhuma, preocupo-me com os aspectos que envolvem a educação.

Em primeiro lugar, quero dizer que conheço há muitos anos o Professor Cristovam Buarque. É assim que ele gosta de ser chamado e é assim que é conhecido em Brasília, no País e no exterior. Homem de caráter e formação indiscutíveis, humilde, digno, extraordinário professor, extraordinário homem público, honrou a população do Distrito Federal como seu Governador e honra o mandato de Senador que breve exercerá nesta Casa. Não o fez num primeiro momento porque foi escolhido Ministro da Educação.

Quando estive em Palmas, ocasião em que estive presente, o Ministro Cristovam Buarque se com-

prometeu com os estudantes e com a comunidade científica educacional do nosso Estado um compromisso com relação ao combate ao analfabetismo.

Tenho certeza de que o competente Ministro Tarso Genro vai incluir na sua agenda e nos seus compromissos com a nação a priorização do combate ao analfabetismo, que afeta as camadas mais pobres, seguramente de grande maioria negra como são de grande maioria negra os presos, os mais necessitados, os mais miseráveis deste País. Portanto, tão justificada é a luta de V. Ex^a, Senador Paulo Paim, e de V. Ex^a, Senador Eurípedes Camargo, entre outros Senadores, que V. Ex^{as} atuam nesta Casa tendo essa preocupação com as parcelas mais pobres da nossa sociedade.

Portanto, reconheço que o Senador Cristovam Buarque teve, em sua breve passagem pelo Governo, atuação impecável como homem sério e determinado. Registro ainda, fazendo uma análise política da saída de S. Ex^a, que mais importantes são a humildade e o reconhecimento expressos nas palavras do Ministro ao deixar o cargo.

Um Ministro da Educação não pode, necessariamente, pertencer a um núcleo que não seja o núcleo duro do Governo. Sem dúvida nenhuma, é preocupante que o Ministro de uma pasta tão importante não seja considerado integrante do núcleo duro do Governo. Sr^a Presidente, essa história começa a não ficar bem. É difícil reconhecermos que existe um núcleo duro e outro que, se não é duro, é necessariamente o núcleo mole do Governo. Na interpretação da população, mole é aquele que não tem energia, eficácia, reconhecimento, conhecimento, competência. Quero crer que o Presidente da República, a começar por S. Ex^a, não reconhece que, no seu Ministério, existe um núcleo mole, principalmente na área de Educação.

Sr^a Presidente, destaco a humildade do Professor Cristovam Buarque ao reconhecer que não tinha, na esfera do Governo, a relação, o reconhecimento, o contato direto que a área da Educação merece. Ora, se não lhe faltam atributos, como conhecimento e dignidade, fez bem o Ministro em dizer que considera saudável sua saída. S. Ex^a formula ao seu sucessor votos de que tenha, no mínimo, o contato direto que deve ter o Ministro de uma área tão importante.

Reconheço ser o Ministro Tarso Genro, de quem fui colega na Câmara dos Deputados, um homem de grande talento, competente e digno, que tem uma história, embora não seja na área da educação, uma militância e uma passagem administrativa irretróvel. Desejo a S. Ex^a não só que seja um competen-

te Ministro da Educação, mas também que integre o núcleo duro do Governo.

Não sei se essa providência será afeta ao Ministro da Saúde, mas gostaria de sugerir que o Presidente da República determine, se a indústria farmacêutica já o fez, (????) à área competente para esse fim que não haja no Governo núcleo mole ou núcleo duro. Que todos sejam integrantes do núcleo duro.

Sr.^a Presidente, o PSDB tem tido um comportamento sem nenhum reparo como Oposição e ajudou a construir as reformas que o Governo prometeu à sociedade. Não corremos o risco de ser candidatos a Ministro, pois não integraremos o Governo. Não pedimos cargos. Por não correremos esse risco, não estamos sob suspeição. Como fomos parceiros do Governo nos momentos mais difíceis portando-nos como Oposição construtiva, sobra-nos autoridade para dizer que queremos um Governo totalmente ocupado por integrantes do núcleo duro, por pessoas competentes e reconhecidas. Senão poderemos chegar à conclusão de que há assuntos que não merecem Ministério e pessoas que não merecem ser Ministros, mas, em função de uma derrota eleitoral ou de uma composição política, ocupam o cargo.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Eduardo Siqueira Campos, conceda-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Senador Edison Lobão, com grande honra, concederei o aparte a V. Ex.^a assim que concluir o raciocínio.

Como cidadão, fico um pouco preocupado quando vejo uma pessoa pretender ser Ministro do Trabalho ou da Previdência ou ainda, de uma hora para outra, ter algum cargo na área social, como, por exemplo, na educação.

Algumas barreiras e alguns preconceitos a respeito da gestão pública caíram durante o Governo Fernando Henrique Cardoso. Nós brasileiros aprendemos que podemos ter o melhor Ministro da Saúde do mundo, reconhecido por uma entidade internacional insuspeita – tivemos o melhor Ministro da Saúde –, embora não seja médico. Basta que seja um bom gestor, como o foi o Ministro José Serra. Penso que nem mesmo aqueles que não votaram em S. Ex.^a para Presidente da República deixam de reconhecer que foi um bom Ministro da Saúde. O Ministro José Serra mereceu elogios da tribuna desta Casa por parte de Senadores como, por exemplo, o médico Senador Tião Viana, integrante da Oposição construtiva na época, que destacou avanços importantes conquistados por S. Ex.^a Hoje o Senador Tião Viana integra a

base construtiva do Governo, sem dúvida alguma, para a honra de seus eleitores e do próprio Governo. Hoje já não existe a preocupação de que para ser um bom Ministro da Saúde é preciso ser médico. Espero que Tarso Genro, pessoa não ligada à área da educação, seja, sim, um grande gestor para a educação, incluindo em pauta as preocupações do Ministro Cristovam Buarque e que também discuta a reforma universitária, tão necessária.

Concedo um aparte do Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Eduardo Siqueira Campos, V. Ex.^a faz uma homenagem ao Senador Cristovam Buarque, à qual também me associo. Manifesto igual preocupação com o que possa ocorrer com a educação no seu Estado e em Palmas, por conta das promessas feitas por S. Ex.^a, que agora deixa o Ministério da Educação. Também sigo nessa linha de preocupações que tem V. Ex.^a, porque tenho um amor muito grande pelo seu Estado, o Tocantins. Sei da luta do seu pai, o Governador Siqueira Campos, e da que está tendo o Governador Marcelo, sucessor dele, de V. Ex.^a, como Senador, dos demais Senadores da Bancada do Tocantins para a instalação de uma universidade naquele Estado. Ora, o Tocantins é um Estado recém-criado. Palmas agiganta-se recebendo brasileiros de todos os Estados a todo momento. É a cidade que mais cresce no Brasil atualmente. Temos todos – eu, como maranhense – o dever de zelar pelo futuro da educação no Estado de Tocantins. Eu tenho essa preocupação. Sei quantos maranhenses se transferem para o seu Estado em busca de uma oportunidade melhor, naturalmente, imaginando que também seus filhos possam ter uma escola em que possam estudar com todas as possibilidades. Manifesto, portanto, a minha preocupação com as promessas do Ministro Cristovam Buarque, que tantas esperanças abriram, mas estou na persuasão, no convencimento de que o Ministro Tarso Genro haverá de honrar também essas promessas. S. Ex.^a não vai ao Ministério da Educação para ser contra aquilo que foi feito de bom, ou prometido pelo seu antecessor; S. Ex.^a vai para abrir novas esperanças e para cumprir aquilo que havia sido prometido legitimamente pelo seu antecessor. Essa é não só a minha palavra de solidariedade a V. Ex.^a e ao Senador Cristovam, mas também para fixar aqui a minha convicção de que o Ministro Tarso Genro cumprirá tudo aquilo que se imagina que possa fazer de bom no Ministério da Educação.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Agradeço a V. Ex.^a, Senador Edison Lobão, sem dúvida alguma uma das maiores expe-

riências desta Casa, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ex-Governador do Maranhão, Senador de vários mandatos, com passagem pela Câmara dos Deputados, com passagem por lideranças de partidos, enfim, V. Ex^a é um homem público que conhece este País. É reconhecidamente um grande gestor público, tendo em vista a passagem que teve pelo Governo do Estado de Maranhão. Gostaria também de não só dar as boas-vindas ao Ministro, hoje e sempre, nosso Senador Cristovam Buarque, como também corroborar a sua expectativa de que um homem da competência de Tarso Genro não venha a ter uma atuação que não seja a mais eficaz, principalmente numa área fundamental como é a da Educação.

O Ministro Tarso Genro já assume o Ministério da Educação, Senador Edison Lobão, Sr^s Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, colocando um tema polêmico, difícil, importante, que é o da reforma do sistema universitário brasileiro.

Houve um congresso da UNE em 1962, se eu não estiver enganado, do qual participou, por exemplo, o Professor Osvaldo Della Giustina, que já foi Reitor da Universidade de Santa Catarina, já foi Reitor da Universidade de Tocantins, a Unitins, estadual, já foi membro de todas as comissões que estudaram as reformas universitárias no País. E me dizia que todos os problemas relacionados à reforma das universidades públicas ou do sistema universitário apresentados em 1962 continuam os mesmos e que de lá para cá nada mudou. Ou seja, o sistema apenas aprofunda a crise, agravando os problemas, principalmente no que se refere a um saudável crescimento da população brasileira nas faixas jovens, de 14, 16, 18, 24 anos. Existe um crescimento muito grande nessa faixa, mas o IBGE aponta que os jovens brasileiros, principalmente negros, na faixa de 18 a 24 anos, estão desaparecendo de nossas estatísticas em função da pobreza, da miséria e da violência nos grandes centros urbanos. Esses são os que não chegam aos centros universitários.

Portanto, existe um modelo educacional concebido que coloca na universidade pública os filhos da classe média alta que estudam em cursos particulares e empurra para o sistema privado os que trabalham o dia todo, já possuem mais de 30 anos e buscam no período noturno o complemento de sua educação, que vem do antigo curso denominado Madureza. Tenho a impressão de que a grande maioria dos Senadores, não diria pela idade, mas pela experiência, sabe do que estou falando. A grande maioria da população pobre do País que não pode cursar o pri-

meiro e o segundo graus acaba nesse sistema complementar de ensino, adquirindo o diploma de primeiro e de segundo graus. Essas pessoas efetivamente não conseguem se credenciar com o sistema do vestibular. Ele é altamente seletivo. Acompanhamos nas propagandas de cursinhos, quando dizem cursinho tal e tal, das 25 vagas, 23 aprovados; ou seja, ali está dito que ou o pai tem dinheiro para pagar o ensino do seu filho num curso de qualidade, privado e particular para ingressar no sistema público e não pagar mais nada, ou ficam os filhos da pobreza, das classes menos favorecidas, com um único recurso para o complemento dos seus estudos: as redes privadas de ensino superior, para o qual não têm financiamento, para o qual o Governo não tem um modelo que lhes permita estudar.

Quero ouvir V. Ex^a, Senador João Capiberibe, tendo a certeza de que V. Ex^a há de complementar o pronunciamento que faço, conhecedor que é também da área da educação, tendo sido Governador do seu Estado.

O Sr. João Capiberibe (Bloco/PSB – AP) – Senador Eduardo Siqueira Campos, na verdade, já que V. Ex^a está fazendo um discurso que é um diagnóstico da paralisia da educação nacional, é fundamental que possamos identificar para a sociedade brasileira onde está o gargalo, onde está engarrafado esse processo de desenvolvimento do nosso País. O Brasil, repito com muita frequência isso aqui e acho que é importante que todos tenhamos muita consciência do que representamos na economia internacional: o Brasil está entre os dez países com maior PIB, com uma carga tributária significativa, quase 37%. Portanto, um País produtivo, com uma estrutura de produção muito forte. Mas tudo o que produzimos é para pagar juros e serviços da dívida. Para 2004, vamos ter 35 bilhões no orçamento da educação. Quando pesquisamos um **site na Internet**, vamos ao item juros e encargos da dívida: 183 bilhões. Pronto, está explicado, não há mais o que discutir. O que impede a sociedade de atingir um grau de desenvolvimento que possa contemplar todos com universidade pública, com educação de qualidade, como fizeram e ainda fazem os europeus, é a falta de autonomia sobre nossa política econômica, ou seja, estão nos roubando a oportunidade de desenvolver o nosso País, porque não temos essa autonomia. Como Senadores, sabemos, conhecemos o diagnóstico e temos a obrigação de esclarecer neste plenário. Temos que identificar onde está o entrave e buscar alternativas. Temos que criar uma comissão para analisar essa dívida. Precisamos liberar mais recursos para esses investimentos im-

prescindíveis como é o caso da educação, do desenvolvimento da pesquisa na área de Ciência e Tecnologia. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Agradeço V. Ex^a.

Sr^a Presidente, para concluir, quero manifestar aqui a minha esperança e a minha preocupação. Minha esperança de que vamos retomar esse debate. O Ministro José Dirceu já havia anunciado que iria propor uma ampla discussão sobre a reforma universitária e foi criticado por isso. Esse é um assunto melindroso.

Tenho defendido, nesta Casa, que se deixe essa decisão para Governo, que tem a responsabilidade de repensar o ensino público, tem a responsabilidade de repensar o País – ganhou a eleição com esse compromisso, e creio que o esteja fazendo. Digo sempre que não me sinto menos oposição ao dizer que reconheço nos Ministros José Dirceu, Antonio Palocci, Luiz Gushiken, Ciro Gomes, Márcio Thomaz Bastos, pessoas da mais alta qualificação, como também o Ministro do Desenvolvimento Agrário. Digo sempre que temos 40 ministros – e incluo na relação, desde já, o Ministro Tarso Genro –, e aqueles são os ministros do núcleo duro, que são, reconhecidamente, bons ministros.

Felicito o Governo por trazer para o núcleo duro a área da educação. Se não estava nesse núcleo, não foi por falta de competência do Ministro Cristovam Buarque. Ele mesmo disse que não sentia intimidade com o poder, ou seja, não era daqueles ministros que eram recebidos, com mais frequência, pelo Presidente da República e, nem sequer, atendido. Ao contrário, o ministro fez fama por reclamar verbas para a educação, mas, embora com o nosso apoio, fazia reclamações públicas, o que, de uma certa forma, demonstra que não havia um entrosamento da área da educação com o Governo.

Se é assim, Sr^a Presidente, melhor que tenha mudado, melhor que venha o Professor Cristovam Buarque de volta para essa Casa, pois tem muito com que contribuir, ainda que com o forte prejuízo, para nós e para Brasília, da saída do Senador Eurípedes Camargo, que deixa saudades nesta Casa, desde já.

Entretanto, tenho certeza de que essa modificação é vista como um ato normal da Administração Pública. Se não havia, dentro do Governo, um entrosamento da área da educação com o Presidente da República, que se faça mudança. E espero, Sr^a Presidente, que o Ministro Tarso Genro, o qual vem com uma proposta de discutir o modelo, traga a fórmula

que seja, mas não precisaremos acabar com a universidade pública gratuita neste País; ao contrário, alocaremos mais recursos, aumentaremos a pesquisa e o acesso das pessoas para as quais esse modelo não faz distinção, a não ser no debate das quotas. Também me sinto muito pouco à vontade. Eu gostaria que a população tivesse acesso ao ensino público gratuito – negros, pobres, menos ou mais favorecidos –, e que houvesse um sistema justo, um sistema abrangente.

Definitivamente, enquanto o Poder Público não for competente e não tivermos um modelo de tal sorte abrangente, continuaremos com a realidade perversa de ver os nossos estudantes, principalmente os pobres, os de menor condição, os das classes mais baixas, indo de ônibus para as escolas privadas, pagando aquilo que não podem pagar sem um modelo de financiamento, enquanto continuam a ganhar carro zero os filhos daqueles que poderiam pagar alguma coisa, mas que estão freqüentando as escolas públicas – o estacionamento, a propósito, é um dos problemas da UnB, sem falar na falta de verbas para pesquisa.

Quero concluir, Sr^a Presidente, defendendo a ampliação do sistema público de ensino. Não precinizemos o fim da universidade pública gratuita, mas encontremos, enquanto isso, uma forma rápida de financiar os estudos das classes menos favorecidas.

O debate está exposto. Está de volta a esta Casa o Prof. Cristovam Buarque, para dar continuidade a este debate, desta tribuna que o povo lhe conferiu. E é bem-vindo ao núcleo duro do Governo o Ministro Tarso Genro, em quem deposito as esperanças de que esta Casa venha a discutir uma ampla reforma no sistema universitário brasileiro.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Sobre a mesa, comunicação que passo a ler.

É lida a seguinte:

Em, 26 de janeiro de 2004

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em obediência ao disposto no art. 139, inciso II, do Regimento Interno, que nesta data 23-01-2004 me afastado do exercício do mandato de Senador pelo Estado Rondônia a fim de, nos termos do art. 56, I, da Constituição, assumir o cargo, para o qual fui nomeado, de Ministro de Estado da Previdência.

Atenciosas saudações,
Senador **Amir Lando**.

TERMO DE POSSE

Na presente data, perante o Excelentíssimo Senhor _____

Presidente da República

LUIZ INACIO LULA DA SILVA

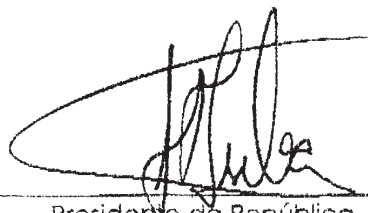
_____, toma posse no cargo de Ministro de Estado da Previdência Social

o Senhor AMIR FRANCISCO LANDO

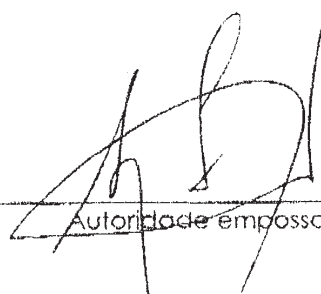
nomeado por Decreto de 23 / 01 / 2004, Diário Oficial de 23 / 01 / 2004, tendo sido prestado o compromisso de exatidão no cumprimento dos deveres, bem como estrita observância às normas vigentes do Código de Conduta da Alta Administração Federal.

Cumpridas as formalidades legais, lavrou-se o presente termo para assinatura do Senhor Presidente da República e da Autoridade empossada.

Brasília, 23 de janeiro de 2004



Presidente da República



Autoridade empossada

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**DECRETOS DE 23 DE JANEIRO DE 2004**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso I, da Constituição, resolve

EXONERAR

RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI do cargo de Ministro de Estado da Previdência Social.

Brasília, 23 de janeiro de 2004; 183ª da Independência e 116ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso I, da Constituição, resolve

NOMEAR

AMIR FRANCISCO LANDO, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Previdência Social.

Brasília, 23 de janeiro de 2004; 183ª da Independência e 116ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Márcio Thomaz Bastos

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**DECRETOS DE 23 DE JANEIRO DE 2004**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso I, da Constituição, resolve

EXONERAR, a pedido,

MIRO TEIXEIRA do cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

Brasília, 23 de janeiro de 2004; 183ª da Independência e 116ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso I, da Constituição, resolve

NOMEAR

EUNÍCIO LOPES DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

Brasília, 23 de janeiro de 2004; 183ª da Independência e 116ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Márcio Thomaz Bastos

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**DECRETOS DE 23 DE JANEIRO DE 2004**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 1.565, de 5 de setembro de 1939, regulamentado pelo Decreto nº 44.721, de 21 de outubro de 1958, e na Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973, resolve

DESIGNAR

a seguinte delegação para acompanhá-lo em sua visita à República da Índia, incluindo trânsito, no período de 23 a 29 de janeiro de 2004:

Senhora MARISA LETÍCIA LULA DA SILVA (sem ônus);
Embaixador CELSO AMORIM, Ministro de Estado das Relações Exteriores;

Senhor LUIZ FERNANDO FURLAN, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

Senhor GUIDO MANTEGA, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão;

Senhor WALFRIDO MARES GUIA, Ministro de Estado do Turismo;

Senhora SHEILA MARES GUIA (sem ônus);

Senhor ROBERTO REQUIÃO, Governador do Estado do Paraná;

Senhora MARISTELA DE MELLO E SILVA (sem ônus);

Senhor JOSÉ ORCIRIO MIRANDA DOS SANTOS, Governador do Estado do Mato Grosso do Sul;

Senhora GILDA MARIA GOMES DOS SANTOS (sem ônus);

Embaixadora VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO, Embaixadora do Brasil junto à República da Índia; e

Senhor RONALD MACHADO;

CONVIDADOS ESPECIAIS:

Senhor EDUARDO DUHALDE, Presidente da Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL;

Embaixadora LEILA RACHID, Ministra de Relações Exteriores da República do Paraguai;

Embaixador CEFERINO VALDEZ, Diretor de Ásia do Ministério das Relações Exteriores da República do Paraguai;

Embaixador EDUARDO SIGAL, Subsecretário de Integração Americana e Mercosul da República Argentina;

Embaixador GUSTAVO VANERIO, Diretor-Geral de Integração da República Oriental do Uruguai;

Doutora NANA MIURA IKARI;

Doutor OSCAR YOSHINORI IKARI; e

Senhor LUIZ VERDI.

Brasília, 23 de janeiro de 2004; 183ª da Independência e 116ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Celso Luiz Nunes Amorim

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 1.565, de 5 de setembro de 1939, regulamentado pelo Decreto nº 44.721, de 21 de outubro de 1958, e na Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973, resolve

DESIGNAR

a seguinte comitiva oficial para acompanhá-lo em sua visita à cidade de Genebra, incluindo trânsito, no período de 27 a 31 de janeiro de 2004:

Senhora MARISA LETÍCIA LULA DA SILVA (sem ônus);

Embaixador CELSO AMORIM, Ministro de Estado das Relações Exteriores;

Senhor ANTÔNIO PALOCCI, Ministro de Estado da Fazenda;

Senhor ROBERTO RODRIGUES, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

Senhor LUIZ FERNANDO FURLAN, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

Senhora DILMA ROUSSEFF, Ministra de Estado de Minas e Energia;

Senhor GUIDO MANTEGA, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão;

Senhor AGNELO QUEIROZ, Ministro de Estado do Esporte;

Senhor WALFRIDO MARES GUIA, Ministro de Estado do Turismo;

Senhora SHEILA MARES GUIA (sem ônus);

Senhor ROBERTO REQUIÃO, Governador do Estado do Paraná;

Senhora MARISTELA DE MELLO E SILVA (sem ônus);

Senhor JOSÉ ORCIRIO MIRANDA DOS SANTOS, Governador do Estado do Mato Grosso do Sul; e

Senhora GILDA MARIA GOMES DOS SANTOS (sem ônus);

CONVIDADOS ESPECIAIS:

Doutora NANA MIURA IKARI; e

Doutor OSCAR YOSHINORI IKARI.

Brasília, 23 de janeiro de 2004; 183ª da Independência e 116ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Celso Luiz Nunes Amorim

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME**DECRETO DE 23 DE JANEIRO DE 2004**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso I, da Constituição, resolve

NOMEAR

PATRUS ANANIAS DE SOUSA, para exercer o cargo de Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Brasília, 23 de janeiro de 2004; 183ª da Independência e 116ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Márcio Thomaz Bastos

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**DECRETOS DE 23 DE JANEIRO DE 2004**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso I, da Constituição, resolve

EXONERAR

JACQUES WAGNER do cargo de Ministro de Estado do Trabalho e Emprego.

Brasília, 23 de janeiro de 2004; 183ª da Independência e 116ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso I, da Constituição, resolve

NOMEAR

RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI, para exercer o cargo de Ministro de Estado do Trabalho e Emprego;

Brasília, 23 de janeiro de 2004; 183ª da Independência e 116ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Márcio Thomaz Bastos

GABINETE DO MINISTRO EXTRAORDINÁRIO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E COMBATE À FOME**DECRETO DE 23 DE JANEIRO DE 2004**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso I, da Constituição, resolve

EXONERAR, a pedido,

JOSÉ FRANCISCO GRAZIANO DA SILVA do cargo de Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome.

Brasília, 23 de janeiro de 2004; 183ª da Independência e 116ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO POLÍTICA E ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**DECRETO DE 23 DE JANEIRO DE 2004**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso I, da Constituição, resolve

NOMEAR

JOSÉ ALDO REBELO FIGUEIREDO, para exercer o cargo de Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República.

Brasília, 23 de janeiro de 2004; 183ª da Independência e 116ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Márcio Thomaz Bastos

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES**DECRETOS DE 23 DE JANEIRO DE 2004**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso XXV, da Constituição, resolve

EXONERAR, a pedido,

EMÍLIA THEREZINHA XAVIER FERNANDES do cargo de Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República.

Brasília, 23 de janeiro de 2004; 183ª da Independência e 116ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso XXV, da Constituição, resolve

NOMEAR

NILCEA FREIRE, para exercer o cargo de Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República.

Brasília, 23 de janeiro de 2004; 183ª da Independência e 116ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso XXV, da Constituição, resolve

EXONERAR

TARSO FERNANDO HERZ GENRO do cargo de Secretário Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

Brasília, 23 de janeiro de 2004; 183ª da Independência e 116ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso XXV, da Constituição, resolve

EXONERAR

JACQUES WAGNER, para exercer o cargo de Secretário Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

Brasília, 23 de janeiro de 2004; 183ª da Independência e 116ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso XXV, da Constituição, resolve

EXONERAR

JACQUES WAGNER, para exercer o cargo de Secretário Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

Brasília, 23 de janeiro de 2004; 183ª da Independência e 116ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Márcio Thomaz Bastos

A SRª PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 21, DE 2004

Solicita ao Ministro da Defesa informações sobre a instalação de equipamento de pouso por instrumentos no aeroporto de Rio Branco – AC.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministério da Defesa as seguintes informações:

- 1) Se o Comando da Aeronáutica dispõe de equipamento de pouso por instrumentos, para ser utilizado no aeroporto de Rio Branco, no Estado do Acre.
- 2) Em caso afirmativo, quando foi adquirido, em que data foi entregue, qual o preço de aquisição, que operações permitirá quando instalado, e que outros aeroportos brasileiros dispõem de equipamento idêntico ou similar?
- 3) Na hipótese de se tratar de parte do equipamento, faltando a aquisição de peças, partes ou componentes que permitam sua instalação, em quanto importa, estimativamente, o respectivo valor e se existe disponibilidade de recursos orçamentários ou extra-orçamentário no corrente exercício para esse fim?
- 4) Tratando-se de equipamento completo, pendente apenas da realização de obras de instalação, qual o respectivo valor, informando-se a disponibilidade de recursos necessários a esse fim, no corrente exercício.
- 5) Se o Comando da Aeronáutica dispõe de pessoal especializado para a operação do equipamento e, em caso negativo, quais as providências necessárias para a sua contratação, designação ou eventual treinamento?
- 6) Na hipótese de se tratar de equipamento completo, estando as providências para sua instalação e uso já adotadas, qual o prazo previsto para que possa entrar em operação?

Sala das Sessões, 26 de janeiro de 2004. – **Geraldo Mesquita Júnior.**

A SRª PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – O requerimento lido será despachado à Mesa para deci-

são, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

A SRª PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, por cessão do Senador Ney Suassuna. S. Exª dispõe de 20 minutos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, assim como V. Exªs estiveram nos seus Estados, durante os dias que tivemos livres para aproveitar – uns aproveitaram para visitar suas bases, seus Estados, outros cumpriram outras obrigações –, também estive no meu querido Estado do Acre. E, no convívio, na conversa com as pessoas, com os amigos da minha querida terra, tive oportunidade de colher preocupações e casos que me trazem à tribuna hoje, porque os considero de extrema gravidade.

Um deles diz respeito ao requerimento cuja ementa a nobre Senadora Serys acaba de ler, acerca da instalação no Aeroporto de Rio Branco de um equipamento que, pelo que me consta, encontra-se lá encaixotado, há cerca de dois anos, sem que a Infraero providencie, efetivamente, a sua instalação. Não sei quais as razões que levaram a Infraero a agir dessa maneira.

A propósito, eu viajava do Município de Cruzeiro do Sul para Rio Branco, em um **boeing**, e, na metade da viagem de 55 minutos, o comandante, verificando que as condições do tempo haviam se alterado substancialmente, anunciou que possivelmente não poderia pousar em Rio Branco. Ainda tentou, mas não conseguiu e retornou para Cruzeiro do Sul; já à noite, as condições se alteraram para pior. Aquela é uma região perigosa, e pode ocorrer de o tempo fechar geral, como se diz, e não restarem alternativas para quem está no comando de uma aeronave como aquela.

Ao pousar em Cruzeiro do Sul, o comandante me disse que só não pousou em Rio Branco por falta daquele equipamento, não instalado no Aeroporto de Rio Branco, o que forçou a aeronave a retornar para Cruzeiro do Sul. Este assunto já foi e é objeto permanente da preocupação do Senador Tião Viana, que já teve oportunidade de se manifestar a esse respeito, nesta Casa, que já fez diversos contatos juntamente com o Governador Jorge Viana, trabalhando no sentido de que providências sejam tomadas para que, efetivamente, a situação se resolva.

Vejam o que ocorre no Centro-Sul, por exemplo, o aeroporto de Brasília, que foi ampliado enormemente, com todos os equipamentos instalados, tendo

tudo, do bom e do melhor, assim como os demais aeroportos daqui. A Infraero não deixa que lhes falte absolutamente nada. Os aeroportos operam com nível de segurança máximo. No entanto, na região amazônica, tão perigosa, um simples aparelho está há dois anos para ser instalado no Aeroporto de Rio Branco, sem que sejam tomadas as providências necessárias pela Infraero.

Por isso, fiz o requerimento. Não quero ser injusto com ninguém, mas começo a imaginar que se trata de descaso e até de preconceito com a população do meu Estado, talvez um tratamento injusto, preconceituoso e discriminatório.

No ano de 2002, houve um grave acidente com em Rio Branco. Começo a ligar os fatos. Não posso dizer até que ponto a ausência desse equipamento fez com que aquela aeronave despencasse na cabeceira da pista do aeroporto, provocando a morte de pessoas que nos eram muito queridas, inclusive um Parlamentar federal morreu naquele episódio. Não sei até que ponto esse descaso, essa negligência contribuiu para o acidente. É o caso de começarmos a provocar talvez o Ministério Público ou algumas instituições, para que apuremos esse fato. Uma coisa é certa: vou-me alinhar com os Senadores Tião Viana e Sibá Machado, do Senado Federal, para que tiremos essa questão a limpo, para que a instalação do equipamento denominado ILS no aeroporto de Rio Branco tenha uma solução definitiva, porque a população do meu Estado não suporta mais tanto descaso com relação ao assunto.

Outro tema que preocupa por demais a população do Acre – e quero crer que também a de outros Estados – é a situação da telefonia móvel instalada naquela região. O Acre encontra-se quase em estado de calamidade. Não se consegue mais falar por telefone móvel celular de um Município para outro. O Senador Tião Viana me lembrava há pouco que, no final do ano, muitos de nós ficamos impossibilitados de transmitir mensagens natalinas, tanto local como para fora, e, também, tivemos dificuldades em recebê-las de outros Estados. Uma coisa é certa: as empresas de telefonia móvel instaladas em meu Estado demonstram cabalmente a completa irresponsabilidade e ganância comercial. Senadora Serys Slhessarenko, uma coisa é certa: essas empresas se estabeleceram no Acre, acenando para a população com uma capacidade de instalação de serviço muito aquém do que anunciaram. O resultado desses serviços todo o povo acreano já percebeu. É uma situação de colapso. E as empresas ainda estão anunciando – e a meu ver enganando

a população do meu Estado – que dentro de um mês ou dois a situação será normalizada.

Digo sem medo de errar que isso não procede. As empresas estão enganando a população do meu Estado, porque se trata de capacidade instalada muito aquém da necessidade de serviço da população daquele Estado. Isso diz respeito à infra-estrutura, que leva tempo para ser redimensionada e ampliada. Duvido muito que essas empresas, em curto espaço de tempo, cheguem próximo ao padrão de serviço que elas acenaram para a população do Estado. A situação é de colapso. É uma irresponsabilidade.

Eu cobro da Anatel e não deixo de trazer a agência à baila neste momento, porque a ela cabe tratar deste assunto com seriedade. Não se trata apenas de posteriormente atribuir uma multa qualquer – neste País essas empresas não pagam multa, Senadora Serys. A verdade é esta. O que adianta multar, se a desgraça está feita, Senador Capiberibe? Não adianta multar. O trabalho da Anatel precisa ser preventivo.

É necessário verificar a capacidade de instalação dessas empresas antes de autorizar a ampliação do serviço. Não se deve autorizar expansões de prestação de serviços sem exigir que essas empresas estejam devidamente aparelhadas e qualificadas para prestar um serviço de utilidade pública como é a telefonia celular.

Estou, da mesma forma, endereçando requerimento ao Ministério das Comunicações pedindo informações, porque, repito, não quero ser injusto, mas a situação está intolerável e insustentável no meu Estado. As pessoas não conseguem mais falar de um município para o outro; de fora do Estado para dentro; ou de dentro do Estado para fora; ou seja, a situação é de completo descaso e de completa irresponsabilidade.

Uma outra reclamação ouvi das pessoas, na rua, em Cruzeiro do Sul, o segundo Município do Acre em número de habitantes e em importância, um Município bonito, de população trabalhadora que sofre com um verdadeiro cartel de venda de gás. Duas empresas distribuem gás na região e, pelo preço que praticam, está configurada a existência de um cartel vergonhoso. Eles cobram o que querem da população. O gás chega à região, se não me falha a memória, por cerca de R\$25 ou R\$28 e é vendido por cerca de R\$45 para a população sofrida daquele Município. A situação também diz respeito a uma agência reguladora. Onde está a agência? Onde está a fiscalização? Sei que o preço do gás está liberado. Mas tem que haver um limite. Esse preço deve ser monitorado, acompanhado. As planilhas de custo devem ser exa-

minadas, para que a população não venha a sofrer nas mãos de comerciantes inescrupulosos.

Estou também endereçando requerimento ao Ministério das Minas e Energia, cobrando informações e providências de fiscalização e de presença maior da agência em Cruzeiro do Sul, no meu Estado e em outros municípios onde a situação ainda é mais grave. Essa situação não pode continuar.

Estive acompanhando o Senador Tião Viana no município de Santa Rosa. E nós ficamos estarecidos com o preço do botijão de gás que é cobrado daquela população tão humilde, tão sofrida e que merecia atenção maior do Governo Federal por intermédio de sua agência reguladora.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC. *Intervenção fora do microfone.*) – São R\$ 65,00.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – O Senador Tião Viana está lembrando aqui que na ocasião, há mais de um ano, o preço do botijão de gás chegava em Santa Rosa por R\$ 65,00.

Trago estes assuntos para que atentemos para esses fatos. Fala-se muito hoje nas agências, na liberdade de ação dessas agências. E muitas vezes, Senadora, em última instância, essas empresas prestadoras de serviços são multadas. O que em nosso País é absolutamente inócuo, porquanto, aqui, em nosso País essas empresas não pagam multa. Dizem assim: “Deixa que multem; e nós vamos empurrando com a barriga”.

Multa, elas não pagam. Quem paga é a população pelo descaso e irresponsabilidade dessas agências. Que autonomia é essa? Que liberdade de ação essas agências pretendem ter?

Eu pretendo, quando o assunto tramitar nesta Casa, intervir na discussão, para que o povo acreano não seja prejudicado. Não vou admitir, Senadora, essa autonomia. Deve-se trabalhar seriamente. Portanto, cabe a essas empresas e agências o trabalho preventivo, ou então não há sentido, Senador João Capiberibe.

Agradeço a atenção das Sr^{as} e dos Srs. Senadores. Registro que estou encaminhando requerimentos ao Ministério das Minas e Energia, ao Ministério das Comunicações, à Infraero, ao Ministério da Defesa, para que esses casos sejam corretamente explicados. Espero retornar ao meu Estado do Acre com explicações convincentes à população, com a posição do Governo Federal quanto à solução para esses assuntos, que, espero, satisfaça a população que vive lá no extremo do nosso País, atendendo as

suas necessidades, na expectativa de que essas agências e esses órgãos atuem com responsabilidade e com atenção máxima à situação pela qual a população está passando, às vezes de completo abandono e completo descaso.

Obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador João Capiberibe, por 20 minutos.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto a clamar desta tribuna e deste plenário, na tentativa de que minha voz possa ecoar no deserto da Esplanada dos Ministérios. Na verdade, quero que minha voz chegue a um endereço certo: o Ministério da Saúde.

Na semana passada, ocupei a tribuna para falar sobre a epidemia de dengue que assola a Amazônia, em particular o meu Estado. Antes do pronunciamento da semana passada, tomei algumas iniciativas. Encaminhei um ofício ao Ministro da Saúde, no dia 26 de agosto de 2003, expondo a situação de epidemia que meu Estado estava vivendo. Os casos de doença aumentaram, de janeiro a julho, em 139%, passando de 199 casos por mês para 476. Encaminhei esses dados ao Ministro em agosto. Em dezembro, a realidade era o avanço dramático da doença. Chegamos ao final de dezembro com mais de seis mil notificações de dengue. Ora, 6 mil notificações numa população de 500 mil habitantes correspondem a 1% da população já atingida pela doença. Quando seis mil pessoas notificam uma doença é porque há pelo menos cinco pessoas que não procuraram o centro de saúde, nenhuma unidade hospitalar, pois a doença se tornou tão comum que as pessoas sabem inclusive o tratamento. Sabem que tomar Tylenol alivia as dores – aqui está um médico, Senador Mão Santa – e também faz baixar a febre. Portanto, não sentem mais necessidade de notificar que estão doentes.

Encaminhei outro pedido de informação ao Ministro no dia 19 de agosto, fazendo uma série de perguntas sobre os recursos do Sistema Único de Saúde. Esse requerimento foi aprovado no plenário desta Casa, mas não obtivemos nenhuma resposta. Ou seja, estamos realmente clamando no deserto.

Vejam só: imaginemos São Paulo, na linha do discurso do Senador Geraldo Mesquita. Se 1% da população de São Paulo fosse atingida pela epidemia de dengue, teríamos 360 mil pessoas infectadas. Evidentemente seria uma calamidade política, pois a dengue é uma doença política, proveniente do desleixo, da falta de execução dos programas preventivos

de saúde, do roubo do dinheiro público, porque se desviam somas fabulosas que deveriam ser aplicadas na saúde da população.

Peço aos Ministros da Justiça e da Saúde que façam uma auditagem dos recursos do Sistema Único de Saúde transferidos ao Estado do Amapá. Quero saber em que foram aplicados esses recursos, porque não há medicamento nas unidades hospitalares nem é possível fazer exames.

A situação é de extrema gravidade, porque o Governador do Estado do Amapá e os Prefeitos dos Municípios de Macapá e de Santana perderam o controle sobre a doença. Estou falando de seis mil notificações, mas numa consulta a várias famílias, metade dos componentes já tiveram dengue.

Portanto, é preciso que o Ministro da Saúde responda às questões que lhe foram formuladas e tome alguma iniciativa. Não é possível que, em razão de vivermos numa região isolada na Amazônia, mereçamos esse tratamento.

Acreditávamos que, no Governo do Presidente Lula, a Amazônia teria um olhar diferenciado, mas o que estamos constatando é que está se deteriorando a situação de saúde das populações da Amazônia. E falo da dengue porque a situação é grave em todos os Estados da Amazônia, à exceção do Pará, o único Estado que conseguiu reduzir o avanço da epidemia.

Depois de tantos apelos, depois de relatórios, requerimentos votados nesta Casa, não obtive nenhuma resposta. Estou aqui mandatado pelo voto do povo do Amapá. Sou cidadão e represento o Estado do Amapá, mas sou um Senador de todo o País e tenho uma função que me foi delegada e tem que ser respeitada pelos que exercem a função pública, pelos gestores públicos.

Se este Parlamento, se esta Casa de lei aprova um pedido de informação e o Ministro não o responde, existem medidas legais para que S. Ex^a possa respeitar este Parlamento. Também há outras medidas que, em algum momento, teremos que tomá-las. De acordo com a distribuição das poltronas neste Senado, a que me corresponde poderá ser ocupada se eu não obtiver uma resposta do Ministro da Saúde. Há oito meses, estou tentando obtê-la e terei de esperar sentado aqui na cadeira, a que tenho direito, até que o Ministro me responda. Não é possível que este Parlamento não receba o respeito que lhe é devido e o que a lei lhe garante.

É dramática a situação que estamos vivendo em função da epidemia de dengue. E estamos levantando os dados relativos à malária. É possível que eu venha

aqui amanhã para falar sobre malária, leptospirose, "doenças da pouca-vergonha", porque não existe outra classificação. Essas são doenças políticas, que ocorrem por falta de saneamento, até porque os recursos que poderiam melhorar a vida dos brasileiros, principalmente a dos mais pobres, são todos canalizados para pagar juros e amortizações da dívida pública.

Quero fazer minhas as palavras do Senador Geraldo Mesquita quando diz que a Amazônia e os Estados mais isolados são tratados com brutal discriminação. Eu diria que, lá em Cruzeiro do Sul, que conheço muito bem, na fronteira com o Peru, não se sente a presença do Governo Federal. O mesmo ocorre no Oiapoque, na divisa com a região francesa da Guiana. Trata-se de um Município com mais de dez mil habitantes, onde não há a presença do Governo Federal. De maneira surpreendente, não havia sequer a presença da Receita Federal, que só recentemente lá se instalou em definitivo. Quanto à Polícia Federal, foi necessária uma luta de cinco anos perante o Ministério da Justiça para que para lá fossem deslocados alguns policiais.

O Estado brasileiro não está presente na sua fronteira. Dessa forma, ocorrem fatos com o relatado pelo Senador Geraldo Mesquita: as agências que deveriam controlar a qualidade dos serviços, por exemplo, não aparecem por lá e fazem propaganda enganosa. Conheço o caso da propaganda da Telemar, que, durante muito tempo, no rádio, na televisão e nos jornais, mostrava os índios palikur lá na comunidade do Kumenê, na fronteira com a Guiana, falando por telefone. Senador Mão Santa, acho que aqueles índios falaram só aquela vez por telefone, que está mudo até hoje. Não se consegue entrar em contato com ninguém naquela região. O mesmo acontece no Acre. Essas agências foram criadas para garantir o direito do consumidor. Afinal, no paraíso do mercado, o consumidor deveria estar garantido. Entretanto, neste País, o consumidor, muitas vezes, não tem a quem recorrer. Em muitas regiões, não se conhecem nem os órgãos a que se dirigir para fazer um apelo para melhorar a qualidade do serviço.

A minha esperança era a de que, a essa altura, terminando o primeiro mês do segundo ano do Governo do Presidente Lula, estivéssemos operando o Programa Amazônia Sustentável, anunciado pelo Presidente em maio, lá em Rio Branco, no Acre. Mas tudo ficou na palavra de Sua Excelência. Até agora, nada se fez. Não se esboçou nenhum debate, nenhuma discussão, não se implantou nenhuma política para a Amazônia capaz de aproveitar as riquezas fantásticas disponíveis, de adensar a cadeia produtiva das

espécies da biodiversidade, gerando renda, gerando riqueza, gerando trabalho. Está parado o Programa Amazônia Sustentável, que pretendia criar nova maneira de oferecer o crédito, nova maneira de incentivar projetos por meio da Sudam, para impedir a corrupção desastrosa que, de 1995 a 2002, desviou US\$1,4 bilhão da Sudam. Agora, vem à tona outro escândalo, o do Fundo Nacional da Marinha Mercante, operado pelo Ministério do Transporte e pelo BNDES.

E o programa destinado à Amazônia? Tive oportunidade de participar de dois seminários sobre a Amazônia com o Presidente Lula, o último em novembro de 2001. Sua Excelência conhece várias experiências bem-sucedidas desenvolvidas na Amazônia. Existe tecnologia capaz de ser aplicada. Mas, para tal, é necessário que haja assistência técnica e crédito.

Atualmente, no Basa, cerca de 70% dos recursos do FNO não são aplicados todos os anos. Servem para lastrear o banco, mas não servem para promover o desenvolvimento. O Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva precisa mobilizar seus Ministros, a fim de que, nos próximos meses, iniciemos o Programa Nacional para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, que é fundamental. Devemos dotar um modelo de desenvolvimento que não reproduza o que foi feito na Mata Atlântica e no resto do País. Não podemos permitir, de braços cruzados, sem debate, a reprodução de um modelo de avanço da fronteira agrícola.

Há alguns anos, havia financiamento para a criação de gado. Atualmente, há financiamento para a monocultura da soja, para exportá-la como matéria-prima, sem valor agregado, fazendo do Brasil o maior exportador de natureza do planeta. Devemos debater e implantar o Programa Amazônia Sustentável, anunciado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em maio, na capital do Acre, Rio Branco, a fim de que possamos, com convicção, imaginar a Amazônia integrada ao restante do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. João Capiberibe, a Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko, do PT do Estado de Mato Grosso.

V. Ex^a terá direito a usar da tribuna durante vinte minutos.

A SR^a SERYS SLHESARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero lembrar a questão da Cofins.

Nós, Senadoras e Senadores, por ocasião da votação da Cofins, no final de 2003, assumimos o compromisso de rever a matéria, porque realmente o aumento foi muito grande de 3,5% para 7%, isto é, aumento de 100%. Eu me recordo de que o acordo foi o de que votaríamos, mas poderíamos fazer uma revisão. Com os dados que recebêssemos no final de janeiro ou fevereiro, no início dos trabalhos, faríamos a revisão na nova lei da Cofins. Por que isso? Porque principalmente os pequenos prestadores de serviços – e neste momento não temos como especificar todos – estão se sentindo prejudicados pelo aumento da Cofins.

Temos pedido e estamos pedindo aos que nos ouvem e que se sentem prejudicados para que atenham a isso, que se comuniquem com as Sr^s e os Srs. Senadores, porque o acordo, Sr. Presidente, foi no sentido de que aqueles setores que se sentissem prejudicados trouxessem esses dados para que estudássemos uma possível revisão nessa legislação. Isso é importante e queremos receber essas reivindicações, para que não fique pairando na sociedade o pensamento de que houve um compromisso na hora da votação da nova legislação, da legislação que aumentou a Cofins, e que ele caiu no esquecimento.

Estamos lembrando e alertando àqueles que se sentem prejudicados para que tragam pessoalmente ou que enviem por meio de **e-mails** ou de **fax** suas reivindicações a qualquer um dos Srs. Senadores ou Sr^s Senadoras, para que possamos buscar essa revisão e não prevaleça a idéia de que o compromisso foi assumido na hora da votação e depois caiu no esquecimento. Não esqueci e continuo buscando.

Outra questão que quero abordar é a Cide, essa famosa contribuição para conservação, restauração e construção de estradas, que já vem com seu recolhimento sendo feito há dois anos. São bilhões de reais, mas muitas das nossas estradas continuam em situação de calamidade pública. Reconhecemos que algumas já melhoraram. No meu Estado de Mato Grosso, algumas já sofreram melhoras significativas, mas outras ainda precisam de muita restauração e conservação.

No meu Estado, a BR-158 e a BR-364 precisam de colocação de asfalto mesmo; a BR-070 e a BR-163 ainda têm alguns trechos que necessitam de conservação e restauração. E os recursos da Cide, como eu já disse aqui, ficaram, por dois anos, para

dos por falta de regulamentação. A regulamentação foi feita ainda no Governo anterior, de Fernando Henrique, que, no entanto, a vetou, e não conseguimos ultimar as condições de derrubada do veto.

O Presidente Lula assinou, há poucos dias, a medida provisória que destina 25% desses recursos aos Governos Estaduais. Acho isso correto. Acredito que é importante repassá-los, até pela possibilidade de agilidade no trato da conservação e da restauração especialmente das estradas federais nos Estados.

Espero que os Governadores usem esse recurso para o fim devido e que informem para a população que esse recurso é do Governo Federal. Está muito na moda o Governo Federal repassar o recurso aos Governos Estaduais e os Governadores Estaduais fazerem de conta que não sabem de onde é esse recurso e o usarem como bem entenderem, sem a fiscalização do Governo Federal e muito menos dando os méritos a quem destinou o dinheiro. Mas não estamos buscando méritos, e sim que as coisas ocorram como têm de ocorrer, ou seja, que o dinheiro vá para onde foi destinado: se foi para estradas, que seja realmente usado para estradas.

Quero mais. Não quero apenas os 25% repassados aos Governadores para as estradas nos Estados. Quero mais recursos. Pela regulamentação, feita em 2002, ainda no Governo anterior, 75% dos recursos da Cide eram destinados para a conservação, restauração e construção de estradas. Infelizmente, nada foi destinado, porque foi vetada a regulamentação. Que os recursos da Cide não se restrinjam a apenas 25% para os Governadores, que o nosso Governo destine, por meio do Ministério dos Transportes, do Governo Federal, mais recursos da Cide para as estradas federais nos Estados.

Faço, mais uma vez, uma reivindicação especial em favor do meu Estado, Mato Grosso, principalmente para a construção da BR-158 e da BR-364 e para a conservação da BR-163 e da BR-070. Quem está transitando por lá sabe que há alguns trechos que já estão muito melhores. No entanto, ainda há alguns trechos que estão deixando muito a desejar, como, por exemplo, no caso da BR-070, um trecho de dez quilômetros entre São Vicente e Campo Verde.

Existem outros problemas que ainda estão sendo resolvidos. Reconheço que muito já foi feito. Em Mato Grosso, o Governo Federal e o Ministério dos Transportes, mesmo diante das dificuldades de 2003, agiram de forma eficiente, porque as estradas do Estado estavam em situação de absoluta calamidade pública. Chove muito lá nesta época, e, com certeza, se não tivéssemos tido uma grande atuação do DNIT,

estariamos com estradas absolutamente intransitáveis. Estamos com problemas, mas já passamos para a fase da superação.

Reivindico que os recursos da Cide não se restrinjam a apenas 25% do repasse feito aos Governos Estaduais.

Gostaria de utilizar apenas um minuto – não quero gastar muito do meu tempo com esse assunto – para responder ao Governador do meu Estado, Blairo Maggi, que disse que não precisa do PT, que está pouco se incomodando com que o Partido pensa do seu Governo, que tem um relacionamento direto com o Presidente da República e com os Ministros, e que, portanto, o Partido dos Trabalhadores não conta para S. Ex^a. Acredito que S. Ex^a está muito equivocado.

Em primeiro lugar, eu diria que S. Ex^a demonstra uma falta de habilidade política, para não dizer uma truculência ímpar, porque, se S. Ex^a tem um bom relacionamento com o Governo Federal, que é do Partido dos Trabalhadores, é o Partido o Presidente da República, como pode, então, tratar o Partido dos Trabalhadores como tem tratado no seu Estado?

Não estamos preocupados com a sua truculência em relação ao nosso Partido, mas com a desconsideração manifesta em relação a questões que os nossos Deputados Estaduais, especialmente os do PT, têm levantado na Assembléia Legislativa. É um Governo que não tem absolutamente nada de participação popular, que não considera, não ventila a possibilidade de ouvir a população. A transparência de seu Governo é algo que também não se consegue perceber. E quando o Partido dos Trabalhadores, em suas instâncias competentes, reivindica, reúne – não participamos do governo, a decisão do nosso Partido foi de participar com apoio político e parlamentar e não com cargos. Alguns podem achar estranho, porque há partidos que gostam de cargos por não estarem preocupados com a participação política e com o apoio parlamentar, mas, sim, com a participação em cargos. O nosso Partido, lá em nosso Estado, se comportou de maneira completamente oposta: não queremos cargos no governo e não temos cargos. E que ninguém pense que a Senadora está chiando, na tribuna, porque tem ou não cargos ou porque os quer. Não. Nós não temos e nem queremos cargos no Governo do Estado.

Realmente, houve, no início do Governo, uma decisão do Sr. Blairo Maggi de que o Partido dos Trabalhadores, em uma discussão mais ampla, participaria das discussões políticas, com apoio parlamentar, com nossos Deputados Estaduais – a Deputada Vera Araújo e o Deputado Saguas Moraes – buscando

apoiá-lo, o que está impossível por determinadas medidas, tão fechadas e, às vezes, até retrógradas que S. Ex^a vem tomando no âmbito estadual. Havia dito que me restringiria a apenas um minuto, porque penso que isso, inclusive, é perda de tempo.

Sr. Presidente, um outro assunto que me traz à tribuna é a violência praticada contra a mulher. Aliás, esse foi o tema principal que me trouxe à tribuna, apesar de já haver me referido à Cide, ao Cofins e ao Governo, enfim, são inúmeras as questões colocadas. No entanto, todos sabemos que a cada quinze segundos, em nosso País, uma mulher sofre algum tipo de violência, que vai desde agressões leves até o assassinato, passando por um sem-número de formas de violência.

Sr. Presidente, presido o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, do Senado, composto por quatro Senadoras e quatro Senadores, e quero dizer que estamos bastante preocupados com a questão da violência contra a mulher. Além disso, também sou uma das coordenadoras da Frente Feminina do Congresso Nacional, coordenação essa que se compõe de Deputadas e eu, como Senadora, na coordenação, que também está bastante inteirada nessa questão.

Ao término de 2003, foi aprovado, por unanimidade, nesta Casa, que 2004 seria o Ano Nacional da Mulher. Inclusive foi constituída, no Senado, pelo Presidente José Sarney, uma Comissão Especial para definir a programação, constando inúmeras ações, desde o desarquivamento de projetos que ficaram trancados, engavetados e paralisados há anos e, portanto, não tramitaram, não alcançando novos caminhos, até novos projetos, novas formas de visibilidade da questão da violência contra a mulher.

Sr. Presidente, isso não pode mais continuar escondido! A mulher da camada popular está mostrando sua coragem ao se dirigir às Delegacias Especializadas da Mulher – infelizmente, são pouquíssimas essas Delegacias – para denunciar quando sofre algum tipo de violência. Mas precisamos muito mais do que isso. Não basta só a denúncia, porque denunciar e voltar para casa para junto do agressor significa ser agredida novamente e, com certeza, com maior violência; ou então voltar à delegacia, humilhada, para retirar a queixa, como costumeiramente muitas fazem, principalmente onde não existe a instituição especializada. Em outras delegacias que não as da mulher, muitos que lá trabalham fazem chacota com a mulher que volta para retirar a queixa, dizendo que “mulher é assim mesmo, vai lá dar queixa, mas parece que gosta de apanhar, porque volta para retirá-la”. Isso também tem proce-

dência, porque se a mulher voltar para casa e receber ameaças do tipo “te mato”, “te espanco”, “te arrebento” muitas voltarão, com certeza, para retirarem a queixa porque têm os filhos, além de uma série de situações extremamente difíceis.

Entendo que essa questão precisa ser tratada em âmbito maior, ou seja, a partir das casas de abrigo e de acolhimento à mulher, para que essa mulher, que sofre qualquer tipo de violência, para lá possa ir e ficar abrigada com os filhos, até que ela consiga se organizar em termos de moradia e trabalho, se estiver desempregada, para o seu sustento. Digo isso porque inúmeras mulheres sofrem agressão física – e não somente física, mas também psicológica e outras agressões mais – e não têm para onde ir com seus filhos.

Sr. Presidente, sou Relatora do Projeto da Deputada Iara Bernardi, que trata da questão da violência doméstica. Chega de o agressor pagar a punição apenas com a tal pena alternativa. Não sou contra, de jeito nenhum. Mas ser punido com o pagamento de cesta básica, cesta essa que certamente significará menos comida na boca dos próprios filhos da vítima, retirando-lhes o pão-nosso-de-cada-dia, isso também não dá certo. Nós queremos a detenção! Detenção mesmo! Portanto, em sendo a Relatora desse Projeto, quero informar-lhes que quarta-feira próxima ele deverá entrar na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Tenho a certeza de que de lá sua votação será unânime por parte dos Senadores que compõem a Comissão, para vir ao Plenário, ainda em sessão extraordinária. Então esse Projeto, agora sim, trará detenção para o agressor com relação à violência doméstica.

Sr. Presidente, ser agredido, na rua, por um estranho já é terrível, mesmo em se tratando de alguém que a vítima nunca tenha visto e que jamais o verá novamente. Assim mesmo, somos contra, é crime! Agora, ser agredido, dentro de casa, por alguém com quem se convive diariamente, ser agredido um dia sim e talvez no outro é muito mais grave. Por isso, solicitamos o aumento de um terço da pena, conforme a gravidade da agressão, e, principalmente, sendo agravada por um terço, de imediato, em se tratando de alguém ligado à convivência familiar.

Sr. Presidente, como faltam apenas alguns segundos para o término do tempo a mim destinado, não poderei discutir uma outra alteração no Código Penal, também em tramitação, que visa à elisão do termo “mulher honesta”. Realmente é mais um dos absurdos da nossa legislação machista feita através dos tempos. Como o tempo urge, não posso falar so-

bre esse projeto. Mas, certamente, o termo “mulher honesta” será banido do Código Penal.

Queria apresentar-lhes um quadro atinente às primeiras mulheres que realmente se notabilizaram no País, mas não será possível fazê-lo, pois já se acenderam as luzes que indicam que meu tempo acabou. Refiro-me à primeira advogada, à primeira aviadora, à primeira dentista e à primeira Deputada na História do Brasil, que foi Carlota Pereira de Queiroz. Pretendemos, inclusive, nomear um setor do Senado da República com um nome feminino, coisa que aqui não existe. Nada contra os nomes masculinos, nomes extremamente proeminentes. Mas queremos o nome de Carlota Pereira de Queiroz em um anexo do Senado; queremos o nome de Cora Coralina no Arquivo do Senado da República, esse diamante incrustado em Goiás!

Sr. Presidente, voltarei ao tema violência contra a mulher em outra oportunidade.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Serys Silhessarenko, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência informa que se encontra na Casa o Sr. Mário Calixto Filho, primeiro Suplente do Senador Amir Lando, da representação do Estado de Rondônia, convocado em virtude do afastamento do titular para exercer o cargo de Ministro de Estado da Previdência Social.

S. Ex^a encaminhou à Mesa o Diploma e demais documentos legais exigidos por lei, que serão publicados na forma regimental.

É o seguinte o diploma encaminhado:



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Designo comissão formada pelo Sr. Senador Valdir Raupp, pela Sr^a Senadora Ideli Salvatti e pelo Sr. Senador Juvêncio da Fonseca para conduzir S. Ex^a ao plenário, a fim de prestar o compromisso regimental.

(O Sr. Mário Calixto Filho é conduzido ao plenário e presta, perante a Mesa, o compromisso.)

Solicito que todos os presentes permaneçam de pé para o compromisso de posse que será feito pelo nosso futuro Senador Mário Calixto Filho.

O SR. MÁRIO CALIXTO (PMDB – RO) – Prometo guardar a Constituição Federal e as leis do País,

desempenhar leal e fielmente o mandato de Senador que o povo me conferiu, e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Declaro empossado, no mandato de Senador da República, o nobre Sr. Mário Calixto Filho, que, a partir deste momento, passa a participar dos trabalhos da Casa.

(Palmas.)

Sobre a mesa comunicação que será lida pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lida a seguinte:

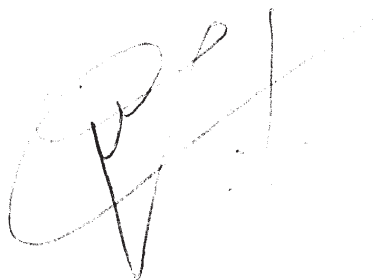
COMUNICAÇÃO DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA E NOME PARLAMENTAR

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em conformidade com o art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do ESTADO DE RONDÔNIA, em substituição ao Senador AMIR LANDO, adotarei o nome abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido PMDB.

Nome Parlamentar: MÁRIO CALIXTO

Sala das Sessões, em de de 200__.



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – O expediente lido vai à publicação.

Damos boas-vindas ao nosso colega.

De imediato, voltamos, então, à lista de oradores.

Passamos a palavra ao nobre Senador Mão Santa.

V. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, ilustre Senador do Rio Grande do Sul, do Partido dos Trabalhadores; Sr^{as} e Srs. Senadores; brasileiras e brasileiros presentes e que assistem a esta sessão de segunda-feira por meio do sistema de comunicação do Senado Federal; sei que é muito comum prestar homenagem ao sol que nasce, mas quero ver o ocaso de um sol que tínhamos nesta Casa e prestar-lhe a nossa homenagem.

É muito comum reverenciar-se o sol que nasce, como os Ministros que assumiram e o Senador Mário Calixto, do meu Partido, que chega a esta Casa. Mas quero prestar uma homenagem ao nosso Senador Eurípedes Camargo.

Em 180 anos desta Casa, quero crer que ninguém o excedeu naquilo que considero a mais importante das virtudes.

Senadora Ideli Salvatti, o filósofo La Cordelle disse: “A humildade une os homens; o orgulho afasta-os!”. E nós tivemos o privilégio de conhecer o Suplente do mestre laureado, doutor, magnífico reitor e extraordinário Ministro da Educação deste País, Professor Cristovam Buarque.

O nosso Senador Eurípedes Camargo, Senador Tião Viana, cursou a escola da vida, da luta e do trabalho. E esta é a impressão que acredito que todo o Senado da República tem: a figura humilde, humana, real e verdadeira.

Senadora Ideli Salvatti, neste momento, eu gostaria de ter os poderes do Presidente Lula para manifestar gratidão a esta figura, uma das mais extraordinárias que conheci ao longo da minha vida pública, símbolo da humildade.

Sr. Presidente, também venho à tribuna para reconhecer o momento por que passa o País. Ressalto que há duas professoras presentes a esta sessão: as Senadoras Ideli Salvatti e Serys Slhessarenko. O Brasil tem melhorado muito na área de educação. Justiça se faça, porque, sem dúvida nenhuma, o me-

lhor Ministro do Governo Fernando Henrique Cardoso foi o Ministro da Educação, Sr. Paulo Renato.

Senador Juvêncio da Fonseca, governei o Piauí nesse período e vi a transformação que o Ministro realizou. Entre as minhas considerações, registro aquilo que julgo mais importante. Fui “Prefeito-nho”, assim como V. Ex^a. Sem dúvida alguma, essa é a mais valiosa e a mais dignificante experiência de um homem público, porque o prefeito é o único que governa seu pai, sua mãe, seus avós, pois moram na cidade. Ninguém tem mais amor, mais responsabilidade, mais devoção do que o Prefeito em todo o quadro político.

Ele trouxe uma grande inovação. Todos sabem que, antigamente, quando havia um temporal e um telhado era destruído, era o Ministro quem liberava dinheiro para o conserto da telha, assim como para o papel higiênico e o giz. E ele teve a competência de destinar recursos para cada diretora administrar a escola, o que foi um avanço extraordinário. E ele incorporou à administração pública, Sr. Presidente, Senador Juvêncio da Fonseca, milhares e milhares de diretoras, que passaram a administrar com zelo e carinho.

Um outro passo foi a gritante diminuição do analfabetismo no Piauí, com a ajuda do Ministro e do nosso Secretário de Educação, o extraordinário Professor Ubiraci de Carvalho. Tive o prazer de ver 98% das crianças do Piauí na escola. Outro grande avanço se deu em relação à profissão de professora normalista. E gosto tanto delas, que busquei a Adalgisinha na escola normal para casar e vivemos juntos há 35 anos.

Ele transformou o curso normal, que era de três anos, em licenciatura de curta e longa duração. Isso, Professora Ideli Salvatti, foi um avanço extraordinário, porque havia muita gente ensinando o que não sabia. E ele acabou com isso.

Na questão do Provão, S. Ex^a teve coragem e visão, e o desenvolvimento universitário foi extraordinário. O País foi feliz quando, em um momento de inspiração divina, o Presidente Lula nomeou o Senador Cristovam Buarque para ser Ministro da Educação. Digo isso sem mágoa, e poderia tê-las, como homem, mas, como brasileiro, fico agradecido. Teria até motivos pessoais, porque S. Ex^a chegou a fazer campanha política para o adversário que derrotei. São coisas do passado, e eu, como homem do Piauí, vim aqui e pedi aos piauienses que não votassem nele, e S. Ex^a perdeu as eleições aqui em Brasília.

Mas reconhecemos os méritos de S. Ex^a, como símbolo da única classe – e não é a dos políticos, Senadores e Deputados, não é a dos ricos empresários, dos banqueiros e dos bancários ou a dos fazendeiros e dos fazendários – a que chamamos de mestre: os professores. E o Professor Cristovam Buarque simboliza isto: o mestre.

O País teve a felicidade de ter, por nove anos, dois extraordinários Ministros da Educação. Nenhum deles pertence ao meu Partido, nunca me apoiaram, mas traduziram o sentimento de grandeza do povo do Piauí e tenho que prestar esses reconhecimentos.

Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a será a Líder do PT e creio que, assim como o Ministro Tarso Genro, terá dificuldades em sua próxima função. V. Ex^a porque substituirá essa extraordinária figura de inteligência, homem de grande capacidade nas relações humanas, que faz da medicina a mais humana das ciências, o grande Líder Tião Viana. Terá dificuldades, assim como o Ministro Tarso Genro, que, pelo que sei, é formado e foi brilhante Prefeito de Porto Alegre.

O Brasil precisa investir nessa área.

Sr. Presidente, Senador Juvêncio da Fonseca, recentemente, estive no Chile e tive uma agradável surpresa quando ouvi o povo chileno, um taxista, povo da rua dizendo que a Polícia do Chile não é corrupta. Que coragem! E é verdade, eu testemunhei. Mas isso tudo se deve à educação. Lá, não há analfabetos, o ensino é gratuito, obrigatório e era de oito anos. O Presidente Ricardo Lagos determinou que, a partir de agora, a educação pública gratuita será de 12 anos obrigatórios. Essa é a diferença. Eles consideram o Chile a Inglaterra da América do Sul. Santiago é Londres, pela educação. O atual Presidente foi Ministro da Educação e está realizando investimentos nesse setor. O ensino universitário não é pago pelo Governo, mas o Governo propicia a todos que querem estudar nas universidades privadas um crédito, que só será cobrado dois anos após a formatura, quando a pessoa estiver estabilizada.

Essas são as nossas preocupações, para que o Brasil continue a avançar. Que possamos dizer do Brasil, no futuro, o que estou dizendo agora da evolução cultural do Chile!

As minhas últimas palavras são justamente as que alguns Senadores já trouxeram à tribuna: são apelos pelas dificuldades. O Piauí, como o Nordeste,

também está sofrendo com graves enchentes, Sr. Presidente, Senador Juvêncio da Fonseca.

Quando fui Secretário de Saúde do meu Município, vi uma grande enchente, em 1972. Depois, quando era Prefeito, vi outra enchente. Vi seca, quando fui Governador do Estado. Mas o País possuía uma estrutura de assistência, que era a Sude-ne, um órgão de desenvolvimento do Nordeste, que mantinha um determinado departamento especializado para enfrentar as calamidades. E pude ver a Sudene socorrer bem a minha cidade durante a enchente, e o meu Estado, quando era Governador, durante a seca.

E agora os Prefeitos enfrentam esses problemas sem a Sudene, que, segundo anunciaram, não ressuscitou. O Presidente da República não falou com a firmeza de Cristo, que disse: “Levanta-te, Lázaro!” Ela continua moribunda, e o Nordeste necessita do seu funcionamento.

Faço um apelo ao Ministro nordestino, ex-Prefeito, ex-Governador, que tem sensibilidade para as dificuldades ora vividas pelos prefeitos. Todos sabemos das dificuldades orçamentárias ao longo dos anos, dos impostos que surgiram em forma de taxas Cide, CPMF –, dos quais os Municípios e seus prefeitos não pegaram fatias. A calamidade é séria, grande Líder Ideli. Então, faço um apelo para que V. Ex^a sensibilize o Ministro e que acuda também o Piauí.

Em Teresina, cidade mesopotâmica, dois rios se enchem: o Parnaíba e o Poti. Segundo dados do jornalista Efrém Ribeiro, várias famílias já estão desabrigadas: no conjunto Frei Damião, Vila Irmã Dulce, Esplanada, Palitolândia, Morro dos Cegos, nas margens das lagoas da zona norte e, sobretudo, na região de Picos e Itainópolis. Picos é a cidade de maior capacidade de trabalho do Piauí. Quando Governador, eu a chamava de São Paulo do Piauí, com seus rios Guaribas e Itaim. Em Picos, segundo informação, os desabrigados já somam 26 mil pessoas.

O Senador Juvêncio da Fonseca já foi Prefeito. A Senadora Ideli Salvatti ainda não foi, mas o será, como também será Governadora e que Deus permita até Presidenta pelo PT. Imagino as dificuldades de hoje dos prefeitos. Nós, do Senado, sabemos e temos consciência das dificuldades por que eles passam, em virtude de modificações na arrecadação.

São 26 mil pessoas atingidas. Itainópolis, cidade do rei do teclado, Frank Aguiar, também está inun-

dada são quase três mil pessoas. Além das cidades importantes, há as menos importantes: Oeiras, que foi a primeira capital, está inundada; Paulistana é outra grande cidade. Contudo, as pequenas é que sofrem: Jacobina, Santa Rosa, Paulistana, Arraial, Francisco Ayres e Vila Nova.

Senador Juvêncio e Senadora Ideli Salvatti, peço que hoje abram o dicionário e leiam o verbete “ingratidão”. O Presidente Lula está sendo ingrato com o Piauí. Demos a vitória ao candidato do PT. Senador Juvêncio, um quadro vale por dez mil palavras. Há poucos dias, fui entrevistado em uma televisão de Teresina, do conhecido jornalista Amadeu. Antes de mim, era entrevistado o ex-Senador Freitas Neto, ex-Prefeito da capital, ex-Governador, uma das figuras mais importantes que passou por este Senado e que foi Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa. E Freitas Neto puxava os números. Senadora Ideli, atentai bem: votei no Lula e quero apagar a palavra “ingratidão”. E é fácil: agora é o momento de socorrer os nossos alagados.

Então, o Senador Freitas Neto, que presidiu a Comissão de Economia deste Senado, buscou todos os recursos que chegaram ao Piauí em 2003 lógico, excluindo aqueles obrigatórios, como o Fundo de Participação Municipal do Estado. Foram exatamente um terço apenas do que o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso endereçou ao Piauí em 2002. Trinta por cento! O Governador do Estado do Piauí, bom caráter, boa índole, bons propósitos, está sendo sacrificado pelo Presidente do PT. É a hora da grande Líder. Todo o País é testemunha de que aqui passei mendigando R\$60 mil por um ano, para que o Presidente da República fizesse funcionar o Hospital Universitário do Piauí que continua parado.

No caso de agora, há desespero, porque são muitos os desabrigados.

Senadora Ideli Salvatti, agora surgiu uma mulher como Líder, e a mulher sempre foi mais corajosa do que o homem. Vejam o grande drama da humanidade, a crucificação de Cristo. Todos os homens fraquejam, falharam: Anás; Caifás; Pedro, o maior amigo; os apóstolos; os amigos; José, o pai; todos, Senador Juvêncio da Fonseca. E as mulheres? Estava lá a mulher de Pilatos, dizendo: “Você está fraquejando.” Estava lá Verônica, estavam lá as três Marias, e agora está aqui Ideli Salvatti, para, com coragem, mostrar a sensibilidade que o Partido

dos Trabalhadores deve ter com os alagados do Piauí!

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Senador Mão Santa, a Senadora Ideli Salvatti está inscrita em seguida. Digo a V. Ex^a que já foram ultrapassados mais de dois minutos do tempo destinado a V. Ex^a, e gostaríamos ainda de ouvir a Senadora nesta tarde.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois recebo a nova Líder do PT como uma bênção de Deus! Assim como Deus mandou a chuva, que é boa, manda Ideli Salvatti para que este Governo tenha a sensibilidade de ajudar o Piauí e para que, em outra entrevista de televisão, possamos rebater o ex-Senador Freitas Neto, que demonstrou, com dados, que o Presidente Lula, em 2003, só mandou 30% dos recursos destinados por Fernando Henrique Cardoso para o Piauí em 2002.

Contando com a sensibilidade do Ministro Ciro Gomes, mesmo sem o instrumento que existia no passado a Sudene, mantenho a esperança, que se transforma em certeza, de que virei aqui, na próxima semana, manifestar a maior das virtudes que minha mãe me ensinou, a gratidão. Virei aqui agradecer ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao Ministro e à Senadora Ideli Salvatti, que inicia sua missão de estender sua mão forte e feminina ao povo do Piauí alagado.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Juvêncio da Fonseca.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Após as palavras inspiradas do Senador Mão Santa, concedo a palavra à ilustre Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero agradecer as palavras e a expectativa do Senador Mão Santa. Deixo registrado que a eleição na Bancada do PT ainda não ocorreu. Como a Liderança ainda vai passar pelo processo eleitoral, prefiro continuar dizendo que sou apenas postulante à Liderança da Bancada.

O que me traz à tribuna, em primeiro lugar, é o sentimento de profundo pesar que tomou conta da população de Santa Catarina e, de forma muito especial, da população da capital do nosso Estado, porque perdemos, na semana passada, dois jorna-

listas. Pessoas extremamente importantes que se dedicavam a manter, a cultivar, a resgatar a cultura intitulada na ilha de Florianópolis, na ilha de Santa Catarina, de cultura manezinha, que tem raízes açorianas e que faz parte da colonização de boa parte do nosso litoral, e de forma especial, da nossa ilha de Santa Catarina.

Aldírio Simões faleceu num processo trágico – morreu de amor – o que provoca imensa comoção. Com um programa semanal de televisão, o Fala Mané, ele mantinha uma ligação com toda a cultura regional, em que apresentava todos os expoentes da cultura da nossa ilha, terno de reis, boi de mamão, nossas escolas de samba, todos nossos poetas e compositores. Escrevia também para uma coluna diária, contando casos, os casos da nossa ilha, da nossa cultura açoriana manezinha.

O falecimento do jornalista Miro foi provocado por um processo de doença e havia uma certa expectativa com relação à sua sobrevivência. Mas o falecimento do Aldírio deixou toda a população de Florianópolis em comoção. Registro o pesar e o quanto Florianópolis fica diminuída em termos da sua cultura pela perda desses dois cronistas da nossa ilha.

Além desse registro, inscrevi-me para fazer a prestação de contas de algo que não é da minha área, que é educação. Mas, no ano passado, como anteriormente, tivemos muita ligação com a agricultura familiar no entendimento de que esse setor econômico é de fundamental importância para o Brasil, para a economia brasileira, para a manutenção do homem no campo, para a preservação do meio ambiente, para que possamos manter o território brasileiro ocupado, resguardado e preservado.

Os dados que obtivemos do Ministério do Desenvolvimento Agrário são extremamente positivos, porque o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) recebeu, em 2003, investimentos da ordem de 3,8 bilhões, um valor recorde. Se compararmos com 2002, último ano do Governo Fernando Henrique, o recurso liberado para os agricultores familiares foi de apenas de 2,4 bilhões. Portanto, de 2,4 para 3,8 bilhões, é um valor significativo, um recorde. Foram assinados 1 milhão 147 mil contratos, com aumento tanto da operação de custeio (crédito para manutenção das atividades desenvolvidas na propriedade), quanto de investimento (destinada à aquisição de equipamentos ou construção de benfeitorias geradoras de renda).

É importante ressaltar ainda que, no Pronaf, para a safra 2003/2004, o Governo Lula adotou dois novos programas fundamentais: um, abrindo a possibilidade de, na mesma propriedade, ter um programa de financiamento para as atividades desenvolvidas pela mulher; e outro, um programa para o jovem agricultor, também na mesma propriedade, ou seja, não impedindo que pudessem ser feitos os diversos financiamentos.

Além de termos esse valor recorde de 3,8 bilhões, bastante superior ao anterior, de apenas 2,4 do último ano do Governo Fernando Henrique, ainda tivemos inovações importantes como o Pronaf Mulher, o Pronaf Jovem Trabalhador Rural, o Pronaf Pesca e tantas outras novidades que foram implementadas, este ano, para o Pronaf safra 2003/2004.

O maior impacto das ações do Pronaf, como política pública de emprego e renda, está na sua capacidade de preservar e manter ocupações na área rural. De acordo com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), cada operação de financiamento de crédito do programa garante a manutenção de três empregos e a geração de 0,58 ocupações. Ou seja, somente no ano passado, o Pronaf gerou 638 mil novos empregos no campo e garantiu a manutenção de outros 3,3 milhões. Para este ano, a estimativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário é a que o programa crie 812 mil empregos na área rural.

Quando estamos com todo esse debate em torno do desemprego; quando o Presidente Lula diz de forma enfática que é a tarefa nº 1, 2, 3 ou 4 deste ano a geração de emprego, o Pronaf já sinalizou, nas ações desenvolvidas em 2003, como sendo um programa eficiente que realmente produz aquilo a que se destina, ou seja, a geração do emprego, renda e do produto final da agricultura familiar, que é o que comemos. “Se o agricultor não planta a gente não janta”. Esse é o refrão utilizado em meu Estado pela agricultura familiar e que mostra bem a importância deste setor da economia.

O destinado para a safra 2003/2004 é da ordem de 5,4 bilhões. Como já tivemos a aplicação de 3,8 bilhões, temos algo em torno de 2 bilhões a serem destinados ainda neste início de 2004 para a agricultura familiar, para terminar o financiamento desta safra.

Entre as regiões brasileiras, a Região Norte e a Região Centro-Oeste registram os maiores aumentos no número de financiamentos concedidos, 137% e 88%, respectivamente. Este crescimento pode ser

explicado pela iniciativa do Governo Federal de intensificar a nacionalização do programa através de lançamentos regionais. O maior desafio do Pronaf, no início de 2003, era o de expandir o financiamento em regiões que pouco o utilizavam, aumentando o acesso ao programa e democratizando o crédito. Este ano, o programa continuará focado na expansão do financiamento para áreas e agricultores pouco contemplados.

A agricultura familiar é extremamente importante para o Brasil, onde 81,5% dos Municípios são considerados rurais. Ela é responsável por 77% da ocupação no meio rural e por 37% da produção agrícola brasileira. Nos Municípios brasileiros, há cerca de cinco milhões de estabelecimentos agropecuários, dos quais 84% são de agricultores familiares. Portanto, a agricultura familiar é, como eu já disse no início do meu pronunciamento, um dos setores mais importantes da economia, pela sua abrangência, capilaridade e sustentabilidade que dá à grande maioria dos Municípios brasileiros.

O Pronaf financia 27% dos 4,1 milhões de estabelecimentos rurais familiares do País. Além de garantir emprego e produção no campo, a agricultura familiar leva à maior circulação de capital nos Municípios e aumenta o número de empregos indiretos (atividades comerciais, serviços, agroindústria e transporte da produção). Portanto, a cadeia produtiva desencadeada com o financiamento da agricultura familiar é indiscutivelmente responsável pelo aquecimento da economia na grande maioria dos Municípios brasileiros.

Quero também registrar que o Ministério do Desenvolvimento Agrário retomou algo de fundamental importância para o desenvolvimento da agricultura familiar brasileira, ou seja, o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural. Nesse ano de 2003, foram efetivados 146 contratos de capacitação e de assistência técnica e extensão rural, além de mais R\$20 mil em ATER Indígena (destinado às comunidades indígenas). Esses convênios proporcionam informações e conhecimento a cerca de 250 mil técnicos e agricultores familiares em todo o Brasil. Os serviços de assistência técnica e extensão rural estão direta e necessariamente vinculados ao crédito, tanto no processo de concessão quanto no processo de aplicação. Dessa forma, garante-se a qualidade do financiamento e, conseqüentemente, o desenvolvimento dos estabelecimentos rurais, além do retorno do financiamento concedido aos agricultores.

Registro, ainda, que o Programa Garantia-Safra, no ano de 2003, beneficiou 256 mil famílias, que puderam ter, dessa forma, algum tipo de ressarcimento pela perda de sua safra por problemas climáticos, principalmente em face da seca. No total, foram concedidos R\$16,7 milhões em benefícios para produtores de 114 Municípios dos Estados da Paraíba, Alagoas, – para saudar o Senador Mão Santa – Piauí e Pernambuco, Estados assolados pela seca, que tiveram, no Programa Garantia-Safra, alguma possibilidade de ressarcimento. A meta, este ano, é alcançar 500 mil beneficiados com o Programa, que pretende exatamente promover algum tipo de sustentação para os agricultores atingidos por calamidades.

Como o Senador Mão Santa relatou aqui, é bastante grave a situação dos alagamentos ocorridos pelas enchentes em face das chuvas torrenciais que assolaram boa parte do território brasileiro. Mesmo não tendo sido escolhida para a Liderança do meu Partido, porque o processo eleitoral, como eu já disse, deverá acontecer entre os dias 10 e 12 fevereiro, nós, independentemente da Liderança ou não, estaremos pleiteando junto ao Ministério do Governo Lula que possa dar um atendimento rápido para essas emergências que não assolam apenas o Piauí, mas também outros Estados brasileiros.

Sr. Presidente, agradeço a gentileza e a atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Não há mais oradores inscritos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 22, DE 2004

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o Plenário voto de congratulações ao Grupo Empresarial Brasileiro Algar com sede em Uberlândia-MG, à qual pertence à Companhia Brasileira de Telecomunicações do Brasil Central –CTBC, que completa em fevereiro do corrente, 50 anos de atividade operando na área de telecomunicações, oferecendo vários serviços, tais como: transmissão de dados, telefonia fixa e móvel, **data center** e provimento de acesso à internet, atendendo a uma população de 3,5 milhões de pessoas com pontos de presença no Triângulo Mineiro, Brasília, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Goiás e Paraná, alcançando desta for-

ma 350 localidades em todo o País, por meio de redes metropolitanas e de longa distância.

Justificação

O Grupo Brasileiro Algar, cuja sede é em Uberlândia (MG), atua nos segmentos de telecomunicações, agroalimentar, serviços e entretenimento. Em 2003, suas empresas apresentaram juntas uma receita líquida de R\$1,5 bilhão. Hoje, o grupo, que é um dos maiores do Brasil, está presente nos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Ceará, Pernambuco, Distrito Federal, Paraná e Rio de Janeiro.

A CTBC, Companhia Brasileira de Telecomunicações do Brasil Central, operadora de telecomunicações que completa 50 anos em fevereiro próximo, oferece de uma só vez vários serviços como: transmissão de dados, telefonia fixa e móvel, **data center** e provimento de acesso à Internet.

Atuando no segmento de **call center**, um dos mais promissores da economia brasileira, outra empresa de destaque da Algar é a ACS. Com cinco anos de operação é um dos mais modernos **contact centers** do Brasil e conta hoje com cerca de cinco mil associados (como são chamados os funcionários). Assim, é grande geradora de empregos, principalmente para jovens que estão iniciando a vida profissional. Além de atendimento a clientes, a empresa oferece serviços de televendas, cobrança, pesquisas, **help-desk**, entre vários outros. A ACS também acaba de iniciar sua atividade internacional, atendendo ao mercado americano e iniciando um novo mercado de trabalho no País.

No Grupo Algar, na Divisão Agro, destaca-se a ABC Inco, que é outro exemplo bem-sucedido nos negócios da Algar. É um dos mais importantes parques industriais de armazenamento e processamento de soja em Minas Gerais. Localizada em Uberlândia, em uma área de cerca de 400 mil metros quadrados, a Inco é a única processadora de soja da América Latina a conquistar vários prêmios de excelência em gestão, como o ISO 9002 (qualidade), e ISO 14001 (meio ambiente). Atende as regiões Nordeste e Centro-Oeste do Brasil e o Estado de Minas Gerais, onde é líder em vendas de óleo de soja.

Já na Divisão de Serviços e Entretenimento, destaca-se o Rio Quente Resorts, o maior pólo de entretenimento do Brasil fora da orla marinha. O empre-

endimento, localizado em Goiás, possui uma das maiores taxas de ocupação do País.

Como um grupo brasileiro, a Algar se sente ainda mais comprometida com as comunidades localizadas em suas áreas de atuação e desenvolve um extenso programa de responsabilidade social. Com o objetivo de concentrar, focar e ampliar os projetos de cidadania corporativa realizados pelas suas empresas, o grupo brasileiro Algar decidiu pela criação do Instituto Algar de Responsabilidade Social, que entrou em operação em janeiro de 2002. O foco escolhido foi “educação de crianças”. Hoje, a CTBC, Engeset, ABC Inco, Sabe, ACS e Rio Quente Resorts são as empresas Algar que investem constantemente em projetos sociais que têm incentivado mais de 52 mil alunos, 2.635 professores e 194 escolas em toda área de atuação do grupo, que é basicamente o Sudeste e o Centro-Oeste do País.

A preocupação com educação também se estende para o público interno. No final de 1998, o grupo Algar criou sua universidade corporativa, chamada UniAlgar, cujo modelo de gestão já é referência nacionalmente. São ministrados programas de treinamento e capacitação, garantindo a aprendizagem contínua dos 9.500 associados do grupo.

Tais práticas administrativas resultaram em reconhecimentos importantes, entre eles sua eleição por quatro vezes consecutivas, pela revista Exame, como uma das “Melhores Empresas para Você Trabalhar” no Brasil, sendo que nos últimos dois anos foi qualificada entre as 10 Melhores.

Sala das Sessões em, 26 de janeiro de 2004. – Senador **Aelton Freitas**.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – A Presidência encaminhará o voto de congratulações à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – O Sr. Senador Valmir Amaral enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, por diversos motivos, é evidente que a generalizada dependência dos combustíveis fósseis que caracteriza o mundo contemporâneo não pode perdurar indefinidamente.

Em primeiro lugar, é preciso ter em conta a realidade pura e simples de que o petróleo e o carvão mineral acabarão um dia. Além disso, existe a questão cada vez mais preocupante do impacto ambiental provocado pela queima desse tipo de combustível. É óbvio que a capacidade da atmosfera terrestre de absorver e reprocessar as monumentais emissões de dióxido de carbono e outros poluentes está bem próxima de se esgotar, já se podendo perceber alguns dos efeitos deletérios dessas descargas sobre o equilíbrio ambiental planetário.

Desde há muito se sabe, portanto, que é necessário buscar alternativas para substituir os combustíveis fósseis. A primeira crise do petróleo, em 1973–1974, induziu o Brasil a buscar uma opção genuinamente nacional, que acabou por se mostrar muito exitosa. Em 1975, o álcool combustível produzido a partir de cana-de-açúcar virou programa governamental, com o nome de Proálcool, e passou a abastecer milhões de carros em todo o País. E, nas quase três décadas decorridas desde então, a pesquisa de novos combustíveis nunca estacionou.

Entre os projetos que tiveram continuidade, em face dos resultados promissores que apresentaram, está o do biodiesel, produto de uma reação química gerada pela mistura de óleo vegetal e álcool de cana. E temos, aqui no Brasil, um dos maiores pesquisadores do assunto no mundo, refiro-me ao Engenheiro químico e especialista em combustíveis, Hernani Sá, brasileiro que desejo homenagear por ser o pioneiro na produção do DENDIESEL – biodiesel produzido a partir do óleo de dendê, e que vê com preocupação o esgotamento das reservas brasileiras de petróleo entre 13 e 17 anos seguido de problemas gerando uma grave crise econômica nacional. Acredita o ilustre engenheiro que tal situação poderá ser evitado através do seu projeto de ESEL, ajudando os agricultores e gerando milhares de empregos no Brasil.

Após o 1º choque do petróleo, Hernani Sá, foi trabalhar no Instituto Nacional de Tecnologia objetivando a busca de substitutos nacionais para os derivados de petróleo, que tiveram seus preços, assustadoramente aumentados com a criação da OPEP, desequilibrando a economia mundial.

Foi, como chefe do Grupo de Engenharia da Fundação de Tecnologia Industrial (FTI) do Instituto Nacional de Tecnologia (INT), responsável pelo “Levantamento das Necessidades Atuais e Futuras da Substituição de Matérias Primas e Insumos Básicos

de origem fóssil por produtos Naturais Renováveis”, que identificou os óleos vegetais como a melhor alternativa para a substituição dos derivados do petróleo.

Em 1979, publicou no Boletim informativo do INT, de circulação internacional, e na revista ENERGIA o Trabalho: “Diagnóstico da viabilidade técnica de utilização dos óleos vegetais brasileiros como combustíveis e lubrificantes”.

Em 1981, apresentou no VI Simpósio Anual da Academia de Ciências do Estado de São Paulo, trabalho de sua autoria: “Emprego dos óleos vegetais não modificados em substituição ao Óleo Diesel”.

Em 1982, elaborou o Relatório Final: “Estudo de óleos vegetais como substitutos de derivados de petróleo”. Após este trabalho, foram intensificados os estudos sob sua responsabilidade, no INT, com o objetivo de constatar o que foi pesquisado sobre óleos e gorduras, animais e vegetais, desde o final do século 19 até o final do século 20. Foram feitas exaustivas determinações em laboratório de combustíveis e lubrificantes do INT e em motores de bancada, no Centro Tecnológico Aeroespacial -CTA, comparando os óleos vegetais com o óleo diesel.

A Alternativa de utilizar-se produtos vegetais para a produção de combustível, além da cana-de-açúcar, pareceu tão viável que se discutiu muito em diversos eventos nacionais, congressos, seminários etc. e foi então lançado pelo governo, o Programa Nacional de Óleos Vegetais - Pro-Óleo, para em complementação ao Proálcool substituir o petróleo importado e reduzir o impacto dos dois “choques do petróleo” (1973 e 1979) na economia do país. Contudo em 1982 o Pro-Óleo foi engavetado por motivos não explicados à época.

O Engenheiro Hernani Sá não conformado, pois era a grande oportunidade para o Brasil tornar-se auto-suficiente e exportador de combustíveis; com mercado praticamente ilimitado e tecnologia acessível sem equipamentos especiais e gerar oportunidades para todos, por conta própria ou com empregos dignos, articulou, com as instituições: FTI, Ceplac (órgão do Ministério da Agricultura), SULBA (Cia. de Transportes Coletivos baiana), Volkswagen do Brasil, Instituto Nacional de Metrologia - INMETRO, Secretaria de Tecnologia Industrial - STI, um projeto, vetor para um grande programa nacional. O projeto DENDIESEL.

Hernani Sá, trouxe em função das suas articulações, para a Bahia, para ser conduzidos pela Ce-

plac, os recursos necessários para o referido projeto, ou seja – um posto de abastecimento, além de um veículo Parati – cedido pela Volkswagen e um ônibus da SULBA e apoio tecnológico do INT, INMETRO e Volkswagen, era o ano de 1984.

Contudo, as promessas de recursos oferecidas ao projeto não foram cumpridas, mas o engenheiro Hernani Sá não desanimou e continuou ao longo dos anos a divulgação do seu ideal de ver o Brasil uma grande potência pacífica através das “Energias Alternativas Renováveis”, tendo como carro chefe, os biocombustíveis, especialmente os óleos e gorduras animais e vegetais em suas diversas formas. E é hoje um dos maiores conhecedores do assunto no mundo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a finalidade do DENDIESEL é ocupar o lugar do óleo diesel usado por ônibus e caminhões. Esse subproduto do petróleo lança na atmosfera, além do dióxido de carbono, partículas de enxofre danosas ao meio ambiente e aos pulmões humanos.

Todos sabemos das pressões observadas em nível internacional para que sejam reduzidas as emissões de poluentes. Muitos países do mundo são signatários do chamado Protocolo de Quioto, que define limites para as emissões de dióxido de carbono, cuja principal causa é a queima do petróleo e seus derivados. Essa conjuntura tem acelerado, logicamente, a corrida por novos combustíveis.

Na Europa, o biodiesel vem sendo utilizado faz já oito anos. Em alguns países, como na França e na Suécia, ele serve como aditivo ao óleo diesel. Em outros, como na Alemanha, Áustria e Itália, é usado para colocar um motor em marcha. Só a Alemanha consome 300 mil toneladas anuais de óleo biológico. E o Engenheiro Hernani Sá tem o projeto do DENDIESEL pronto e acabado, já disponível para ser amplamente utilizado no País.

Técnicos do Instituto de Motores Independente de São Paulo explicam que, misturado numa proporção de 5% ao óleo diesel, o combustível vegetal ajuda a reduzir a emissão de partículas de enxofre, além de amenizar o desgaste do motor, graças a seu efeito lubrificante.

Para fabricar o biodiesel, é possível usar uma ampla variedade de grãos. Os mais eficazes são soja, girassol e colza, cultivo muito disseminado na França e perfeitamente adaptável ao clima mais frio do Sul do Brasil. Outras plantas também apropriadas são os coqueiros e palmeiras típicas do clima tropical, as quais

produzem diversas variedades de óleos vegetais, entre os quais se destaca o dendê, que é a grande pesquisa do Dr. Hernani Sá, daí DENDIESEL.

O agrônomo alemão Dietrich Schmidt, estudioso dos combustíveis brasileiros desde a década de 60, lembra o óbvio: “Nenhuma outra terra do mundo tem potencial igual ao do Brasil para a produção de óleo vegetal”.

De fato, o Brasil apresenta condições competitivas superiores às de qualquer outro país no segmento de produção de combustíveis renováveis. De um lado, temos as condições geográficas favoráveis, representadas pela abundância de terras férteis e pelo clima ameno. De outro, temos o domínio tecnológico da produção e utilização do álcool combustível e toda uma indústria voltada para a produção de equipamentos para o segmento sucro-alcooleiro. E, repito, temos a tecnologia do DENDIESEL amplamente estudada e preparada para ser implantada.

Ao visitar São Paulo, três anos atrás, fazendo sua pregação em defesa do uso do biodiesel, o Sr. Dietrich Schmidt informou que a meta de seu País era substituir, em dez anos, 5% do combustível diesel por biodiesel. E declarou o interesse alemão em adquirir o excedente da produção de óleo vegetal brasileiro para abastecer os mil postos de combustíveis alemães que já ofereciam biodiesel.

Os motores a óleo vegetal possibilitam uma redução de 11% a 53% na emissão de monóxido de carbono, e os gases resultantes da combustão do óleo vegetal não contêm dióxido de enxofre, um dos principais agentes causadores da chamada chuva ácida. É importante também ressaltar que, além de ajudar na redução da descarga de poluentes na atmosfera, a utilização do biodiesel contribuiria para amenizar outros problemas: o incentivo ao aumento da produção agrícola, decorrente da demanda pelo combustível vegetal, concorreria para a fixação do homem no campo, para a absorção de mais mão-de-obra pelo setor primário da nossa economia.

E, além da utilização para alimentar motores de ônibus e caminhões, o DENDIESEL poderia ser usado, também, em geradores de energia ou, até mesmo, nos motores de barcos que cruzam os rios no meio da floresta amazônica.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meses atrás, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Petrobrás e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) fir-

maram um Protocolo de Intenções com a finalidade de estabelecer ações conjuntas que resultem no desenvolvimento do setor sucro-alcooleiro do País, visando a atender a potencial demanda interna e externa de etanol e de outros biocombustíveis.

O objetivo do Protocolo é o desenvolvimento de toda a cadeia produtiva, incluindo o plantio de cana-de-açúcar, a produção, a distribuição – aí incluídos a estocagem e o transporte – e a revenda de etanol. Também serão estimulados a pesquisa de novas tecnologias e o aumento da competitividade da indústria de máquinas, equipamentos, materiais e serviços.

Para substituição da gasolina, o etanol apresenta-se como principal alternativa, seja mediante o emprego em veículos movidos exclusivamente a álcool, seja mediante a mistura à gasolina – como já ocorre no Brasil, em proporções de até 25% –, seja, ainda, pela utilização em veículos bicompostíveis, que foram recentemente lançados no País, funcionando com qualquer desses combustíveis, ou com qualquer mistura deles dois.

Já como alternativa ao óleo diesel, o biodiesel, aparece como substituto viável, apresentando diversas vantagens, como já tivemos oportunidade de mencionar.

Com uma produção de quase 13 bilhões de litros por ano, o Brasil é o maior produtor de álcool do planeta. Nosso potencial para a produção de biodiesel é gigantesco. Com a adoção das políticas corretas, poderemos tornar este País um importantíssimo supridor mundial de combustíveis renováveis. Os países industrializados, por seu turno, são grandes compradores em potencial desse tipo de combustível.

Por tudo isso, o Governo Federal deve emprestar decidido apoio às pesquisas e aos projetos voltados para o incremento e a melhoria da produção de combustíveis biológicos no País, em especial o DENDIESEL, por ser derivado do dendê, que encontra no Brasil um clima adequado e próprio para seu crescimento e ter, ainda, uma relação de produção superior à maioria dos outros vegetais utilizados na produção do biodiesel.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encer-

rar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1–

Projeto de Decreto Legislativo nº 855, de 2003
(Nº 3.004/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo de Assistência Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para Prevenção, Investigação e Combate a Infrações Aduaneiras, celebrado em Brasília, em 12 de dezembro de 2001.

Parecer nº 8/2004-CRE, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável.

Discussão, em turno único.

– 2–

Projeto de Decreto Legislativo nº 856, de 2003
(Nº 683/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Protocolo de Integração Educacional para o Prosseguimento de Estudos de Pós-Graduação nas Universidades dos Estados Partes do Mercosul e da República da Bolívia, assinado em Brasília, em 5 de dezembro de 2002.

Parecer nº 9/2004-CRE, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho, favorável.

Discussão, em turno único.

– 3–

Projeto de Decreto Legislativo nº 857, de 2003
(Nº 684/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto da Decisão CMC nº 17/02, do Conselho do Mercado Comum, que altera a Decisão CMC nº 1/98, que regulamenta o uso dos símbolos do MERCOSUL, aprovada por ocasião da XXIII Reunião do referido órgão do MERCOSUL, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.

Parecer nº 10/2004-CRE, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo, favorável.

Discussão, em turno único.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 18 horas e 24 minutos.*)

Ata da 7ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 27 de janeiro de 2004

3ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos,
Romeu Tuma, da Sra. Lúcia Vânia e do Sr. Leonel Pavan*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS,
ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.
SENADORES:

Aelton Freitas – Almeida Lima – Aloizio Mercadante – Alvaro Dias – Ana Júlia Carepa – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Augusto Botelho – César Borges – Demostenes Torres – Duciomar Costa – Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Efraim Morais – Fátima Cleide – Fernando Bezerra – Garibaldi Alves Filho – Geraldo Mesquita Júnior – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Heloísa Helena – Heráclito Fortes – Ideli Salvatti – Jefferson Peres – João Alberto Souza – João Batista Motta – João Capiberibe – João Ribeiro – João Tenório – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Maranhão – Juvêncio da Fonseca – Leonel Pavan – Lúcia Vânia – Luiz Otavio – Magno Malta – Maguito Vilela – Mão Santa – Marco Maciel – Maria do Carmo Alves – Mozarildo Cavalcanti – Ney Suassuna – Osmar Dias – Papaléo Paes – Patrícia Saboya Gomes – Paulo Octávio – Paulo Paim – Pedro Simon – Ramez Tebet – Reginaldo Duarte – Renan Calheiros – Roberto Saturnino – Rodolpho Tourinho – Romero Jucá – Romeu Tuma – Roseana Sarney – Sérgio Cabral – Sérgio Guerra – Sérgio Zambiasi – Serys Slhessarenko – Sibá Machado – Tião Viana – Valdir Rapp – Valmir Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A lista de presença acusa o comparecimento de 68 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma, procederá à leitura do Expediente.

São lidos os seguintes

EXPEDIENTE

PARECERES

PARECER Nº 95, DE 2004

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 854, de 2003 (nº 44/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção sobre Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos, adotada em 10 de setembro de 1998, na cidade de Roterdã.

Relator: Senador **Hélio Costa**

Relatora **ad hoc**: Senadora **Fátima Cleide**

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 854, de 2003 (PDC nº 44, de 2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção sobre Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos, adotada em 10 de setembro de 1998, na cidade de Roterdã.

Em cumprimento ao disposto no artigo 49, inciso I, da Constituição Federal, o Presidente da República submete à apreciação parlamentar o texto deste ato internacional.

O diploma legal em apreço foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 30 de outubro de 2003, tendo, naquela Casa, passado pelo crivo das Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, de Economia, Indústria, Comércio e Turismo; de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias e de Constituição e Justiça e de Redação.

Segundo a Exposição de Motivos encaminhada a esta Casa pelo Ministério das Relações Exteriores,

a Convenção em apreço dispõe que as operações de exportação e importação relativas a produtos constantes de seus anexos deverão ser precedidas de processo que assegure ao país importador o direito de analisar as informações extensivas sobre os potenciais riscos causados por tais produtos ao meio ambiente e à saúde humana, para exercer a faculdade de autorizar ou proibir tais operações.

O artigo 2º do referido ato internacional define os termos “substância química”; “substância química proibida”; “substância química severamente restrita”; “formulações de agrotóxicos severamente perigosas”; “ação regulamentadora final”; “exportação e importação”; “Parte”; “Organização de Integração Econômica Regional” e “Comitê de Revisão Química”.

O artigo 3º estabelece o escopo de aplicação da Convenção, arrolando, por outro lado, as substâncias químicas às quais não se aplica, com as drogas narcóticas e substâncias psicotrópicas; materiais radiativos; resíduos; armas químicas; produtos farmacêuticos; aditivos em alimentos; alimentos; e substâncias químicas em quantidades que não afetem a saúde humana ou o meio ambiente, desde que importadas para fins de pesquisa ou por indivíduo para seu uso pessoal e em quantidades compatíveis.

O artigo 4º dispõe que cada Parte signatária designará uma ou mais autoridades nacionais para agir em seu nome no desempenho das funções exigidas pela Convenção, enquanto que o artigo 5º estabelece procedimentos para substâncias químicas ou severamente restritas.

A artigo 6º, por seu turno, cria procedimento para formulações de agrotóxicos severamente perigosos. O artigo 7º diz respeito à inclusão de substâncias químicas no Anexo III, referente às substâncias químicas sujeitas ao procedimento de Consentimento Prévio Informado.

Os artigos 8º e 9º são pertinentes às substâncias químicas incluídas no procedimento de Consentimento Prévio Informado e àquelas dele excluídas.

Os artigos 10 e 11 enumeram as obrigações, assumidas pelas partes signatárias da Convenção, no tocante à importação e exportação de substâncias químicas relacionadas no Anexo III. O artigo 12 dispõe que sempre que uma substância química proibida ou sujeita a severas restrições for exportada de seu território, essa Parte encaminhará notificação de exportação à Parte importadora.

O artigo 13 define que informações devem acompanhar as substâncias químicas exportadas, o artigo 14º dispõe sobre intercâmbio de informações

entre as Partes, e o artigo 15 estabelece medidas para a implementação da Convenção.

O artigo 16 prevê mecanismos de cooperação em matéria de assistência técnica voltada ao desenvolvimento da infra-estrutura e ao gerenciamento de substâncias químicas entre as Partes, levando particularmente em consideração as necessidades de países em desenvolvimento e de países com economias em transição.

O artigo 17 trata do não-cumprimento da Convenção, enquanto que o artigo 18 institui uma Conferência das Partes; o artigo 19 cria um Secretariado; e o artigo 20 institui um regime de solução de controvérsias.

O artigo 21 determina que qualquer das Partes signatárias poderá propor emendas à Convenção, a serem adotadas em reunião da Conferência das Partes. A Convenção não admite reservas, conforme consignado no artigo 27.

Em anexo ao ato internacional em análise, seguem-se cinco documentos, sendo que o Anexo I regulamenta o artigo 5º, sob o título “Informações necessárias para notificações feitas em conformidade com o artigo 5º”.

O Anexo II tem por título “Critérios para a inclusão de substâncias químicas proibidas ou severamente restritas arroladas no Anexo III”, e o Anexo III arrola as “Substâncias Químicas Sujeitas ao Consentimento Prévio Informado”.

O Anexo IV trata das “Informações e Critérios para a Inclusão de Formulações de Agrotóxicos Severamente Perigosas”, e o Anexo V cuida das Informações Exigidas para a Notificação de Exportação”.

II – Análise

Trata-se de instrumento internacional que vem consolidar esforços intensificados a partir de regimes internacionais não-vinculantes sobre a matéria no âmbito da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

No que se refere aos objetivos consignados na Agenda 21, adotada pela Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro – a ECO-92, a presente Convenção representa importante instrumento para o fortalecimento da segurança internacional no tocante a potenciais riscos causados por produtos químicos.

A entrada em vigor da Convenção ora em exame, conhecida como Convenção PIC “previous informed consent” (consentimento prévio informado), foi

estabelecida como uma das metas do Plano de Ação instituído pela III Sessão do Foro Inter-governamental de Segurança Química, realizada em outubro de 2000 na cidade de Salvador, na Bahia.

Segundo esclarece a Exposição de Motivos, datada de 18 de julho de 2002, que acompanha o texto da referida Convenção, o Brasil participou de forma ativa de sua negociação, tendo, desde 1998, assistido a todas as Sessões do Comitê Internacional Negociador.

Trata-se, o ato internacional em pauta, de significativo avanço no que tange ao controle e regulamentação internacional das várias etapas da produção, comercialização, aplicação, descarte e destruição dos produtos químicos e agrotóxicos perigosos, estando em consonância com a preocupação que o Governo brasileiro vem demonstrando quanto à preservação ambiental e da saúde humana.

III – Voto

Por todo o exposto, opinamos favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 854, de 2003 (PDC nº 44, de 2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção sobre Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos, adotada em 10 de setembro de 1998, na cidade de Roterdã.

Sala da Comissão, 22 de janeiro de 2004, – **Eduardo Suplicy**, Presidente, – **Mozarildo Cavalcanti**, **Fátima Cleide**, Relatora *ad hoc* – **José Agripino** – **Aelton Freitas** – **João Capiberibe** – **Sibá Machado** – **Flávio Arns** – **Marco Maciel** – **Juvêncio da Fonseca** – **Lúcia Vânia**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;
.....

PARECER Nº 96, DE 2004

Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 894, de 2003 (nº

818/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes, adotada, naquela cidade, em 22 de maio de 2001.

Relator: Senador **José Agripino Maia**

Relator *ad hoc*: Senador **Juvêncio da Fonseca**

I – Relatório

O Projeto de Decreto Legislativo em questão aprova o texto da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes, adotada, naquela cidade, em 22 de maio de 2001.

O texto foi encaminhado à Câmara dos Deputados em 20 de maio de 2003, por intermédio da Mensagem Presidencial nº 190, e foi aprovado naquela Casa enquanto Projeto de Decreto Legislativo com o nº 818-A, em 6 de novembro de 2003.

Na Câmara, o referido Projeto de Decreto Legislativo foi aprovado com cláusula interpretativa no sentido que o Brasil apenas poderá efetuar a importação prevista no art. 3º, § 2º, alínea (b) i, se tiver sido o país produtor ou exportador da substância a ser importada, ficando vedadas outras importações com base nesse dispositivo.

O art. 3º versa sobre medidas para reduzir ou eliminar as liberações decorrentes de produção e uso intencionais, sendo que seu § 2º, **b**, i, dispõe que cada Parte adotará medidas para garantir que uma substância química relacionada no Anexo A, para a qual esteja em vigor uma exceção específica para produção ou utilização, ou uma substância química relacionada no Anexo B para a qual esteja em vigor uma finalidade aceitável de produção ou uso, considerando as disposições relevantes dos instrumentos internacionais de consentimento prévio informado, seja exportada apenas para sua disposição ambientalmente adequada, nos termos do art. 6º, § 1 (d).

II – Análise

De acordo com a exposição de motivos do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e da Ministra Marina Silva, os poluentes orgânicos persistentes são substâncias químicas que permanecem no meio ambiente por longos períodos, intoxicam a cadeia alimentar e ameaçam o bem-estar humano e o ecossistema.

Os poluentes orgânicos persistentes, conforme ressalta o preâmbulo da Convenção de Estocolmo, resistem à degradação, se bioacumulam, são transportados pelo ar, pela água e pelas espécies migrató-

rias de modo transfronteiriço e são depositados distantes do local de sua liberação, onde se acumulam em ecossistemas terrestres e aquáticos. São exemplos desses poluentes o aldrin, o clordano, dieldrin, endrin, heptacloro, hexaclorobenzeno, mirex, toxafeno, bifenilas policloradas e o DDT, que podem ser alargados mediante proposta de inclusão de substância química nos Anexos A, B e C (ver art. 8º) da Convenção de Estocolmo.

O art. 3º dispõe sobre medidas que a Parte da Convenção deverá tomar ou adotar para proibir ou eliminar a produção e utilização das substâncias em tela, sua importação ou exportação, nos termos dos Anexos à Convenção. Ainda nesse dispositivo, regula-se a importação e a exportação para uso ou fins ambientalmente adequados ou expressamente permitidos pela Convenção.

Entretanto, a legítima preocupação exposta pela Câmara, a respeito do § 2º deste artigo no que toca à importação dos produtos em tela, está relacionada à sua alínea **a**, inciso i, e não à alínea **b**, inciso I, que se refere às exportações.

O artigo 3º, entre outras regulamentações, também dispõe sobre o respeito do princípio da precaução em relação à produção de novos agrotóxicos ou substâncias químicas industriais, bem como à avaliação dos já produzidos.

A Convenção, igualmente, cuida de processos de transição, como o sistema que permite à Parte registrar exceções específicas de produtos por período de até cinco anos (artigo 4º) e de dificuldades de implementação em razão do grau de desenvolvimento econômico da Parte (ver Anexo F), que deverão ser assistidos tecnicamente pelos demais e apoiados financeiramente.

A Convenção de Estocolmo determina várias medidas a serem tomadas pelas Partes, além das referidas, como as para reduzir ou eliminar as liberações da produção não-intencional das substâncias químicas incluídas no Anexo C; para reduzir ou eliminar as liberações de estoques e resíduos das substâncias químicas relacionadas no Anexo A ou B; e a de elaboração de plano para a implementação das obrigações decorrentes da Convenção.

Outro ponto característico da Convenção é o de estabelecer sistema de troca de informações entre as Partes a respeito dos objetivos da Convenção, bem como o dever de a Parte informar, conscientizar e educar seus membros sobre os problemas derivados dos poluentes orgânicos persistentes. Nesse esforço doméstico e internacional, também serão fomentadas atividades de pesquisa, de desenvolvimento de programas, de monitoramento de resultados e de coope-

ração entre as Partes para atingir os objetivos da Convenção, entre outras iniciativas.

Como sistema de controle, haverá a obrigação de envio de Relatórios pelas Partes, bem como serão feitas pela Conferência das Partes avaliações de eficiência e elaborados procedimentos e mecanismos institucionais para casos de não-cumprimento dos dispositivos da Convenção.

Ademais, nota-se que a Convenção, do ponto de vista estrutural, é dinâmica e define com correção as obrigações das partes, sendo de suma importância para a manutenção da qualidade de vida do planeta.

III – Voto

Pelo exposto, manifestamo-nos favoravelmente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 894, de 2003, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1 DE REDAÇÃO

Dê-se ao § 1º do artigo 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 894 a seguinte redação:

“Art. 1º.”

§ 1º O Brasil apenas poderá efetuar a importação prevista no artigo 3º, §2º, alínea **(a)** i, se tiver sido o país produtor ou exportador da substância a ser importada, ficando vedadas outras importações com base nesse dispositivo.

.....”

Sala da Comissão, 22 de janeiro de 2004. –
Eduardo Suplicy, Presidente – **Juvêncio da Fonseca**, Relator *ad hoc* – **José Agripino** – **Marco Maciel** – **Flávio Arns** – **Aelton Freitas** – **Sibá Machado** – **Fátima Cleide** – **João Capiberibe** – **Mozarildo Cavalcanti** – **Lúcia Vânia**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Os Pareceres lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, DE 2004

Dispõe sobre percentual de vagas semigratuitas em cursos de graduação de instituições privadas de educação superior.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As instituições privadas de educação superior deverão conceder, anualmente, a pelo menos quin-

ze por cento dos alunos matriculados em cada um de seus cursos de graduação, abatimento do valor contratual para prestação de serviços educacionais.

Parágrafo único. Poderá fazer jus ao abatimento de que trata este artigo o aluno que comprovar renda familiar **per capita** inferior a um salário mínimo e meio.

Art. 2º Os alunos que requererem o benefício de que trata o art. 1º devem apresentar, no ato da matrícula, declaração de renda dos integrantes da família para efeito de apuração da renda familiar **per capita**.

Art. 3º Terão abatimento de oitenta por cento da mensalidade os cinco por cento de alunos de cada curso com menor renda familiar **per capita** e os restantes dez por cento do total mencionado no art. 1º pagarão metade do valor da mensalidade.

Art. 4º Caberá a órgão colegiado da instituição, com representação de docentes, técnicos administrativos e alunos, a regulamentação, a coordenação e o controle da concessão de abatimentos a que se refere o art. 1º.

§ 1º Serão excluídos do benefício os alunos que não obtiverem presença e desempenho suficientes nas atividades acadêmicas.

§ 2º Trinta dias após o encerramento das matrículas de cada período letivo, a instituição deverá encaminhar ao Conselho Nacional de Educação lista completa dos alunos matriculados em cada curso de graduação, com indicação dos que foram contemplados com os abatimentos dispostos nesta lei, bem como o valor dos benefícios.

§ 3º A falta de informações previstas no parágrafo anterior implicará na suspensão do reconhecimento do curso em que ocorrer a omissão.

Art. 5º Esta lei terá vigência de quinze anos, a partir do primeiro dia do ano subsequente ao de sua publicação.

Justificação

No início da década de 1980, concluíam o ensino médio cerca 500.000 estudantes, metade dos quais em escolas privadas, pertencentes, pois, às camadas altas e médias da população.

Em 2002, terminaram o ensino médio aproximadamente 2.250.000 alunos, dos quais 2.000.000 estudantes de escolas públicas. Não somente cresceu exponencialmente o número de concluintes, como evoluiu a sua extração social: mais de oitenta por cento deles pertence a famílias de camadas populares ou classe média baixa.

Se se quer garantir a educação superior para 30% dos brasileiros de 18 a 24 anos, ou seja, para sete milhões de jovens, como preceitua o Plano Nacional de Educação, estabelecido pela Lei nº 10.172, aprovada nesta Casa, é urgente que, além de aumentar as vagas gratuitas nas universidades públicas, sejam criados mecanismos de apoio aos estudantes carentes das instituições privadas da educação superior, que hoje respondem por mais de setenta por cento das vagas nos cursos de graduação no País.

Tal é o objetivo desse projeto, que mais não faz do que oficializar uma prática já existente em muitas instituições privadas, principalmente nas sem fins lucrativos. O ensino oficial, mesmo quando oferecido em instituições privadas, não é uma atividade qualquer: ele corresponde a um direito de todos, conforme reza o art. 205 da Constituição Federal. Se não existem recursos financeiros federais e estaduais para a oferta de mais vagas gratuitas em suas universidades, as instituições privadas precisam regular o preço de suas mensalidades de forma a não impedir que uma parcela dos alunos, mesmo minoritária, aprovada para seus cursos, fique excluída por não ter dinheiro para pagar seus estudos. O exercício da liberdade de iniciativa na oferta do ensino é limitada pelas condições sociais da clientela. Um pequeno aumento no preço da mensalidade da maioria, somado a uma limitação indolor nos lucros dos empresários, poderá beneficiar cerca de 400.000 estudantes, se considerarmos quinze por cento dos 2.600.000 alunos hoje matriculados em cursos de graduação privados de norte a sul do País.

As três maiores vantagens desta regra são:

- a) constituir-se numa estratégia temporária, estipulada inicialmente em quinze anos;
- b) beneficiar exatamente os alunos mais carentes, ao invés de facilitar a prática de protecionismos e clientelismos em matéria de direitos sociais;
- c) incluir um mecanismo automático de ampliação de gratuidade, proporcional à expansão da atividade privada no ensino superior, em medida que não prejudica a rentabilidade dos investimentos.

Espero contar, portanto, com o apoio de todos os parlamentares para esta iniciativa, que corresponde a urgente necessidade da juventude de todos os estados de nosso País.

Sala das Sessões, 27 de janeiro de 2004. –
Paulo Paim.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001

Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

.....

(À Comissão de Educação – decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A proposição que acaba de ser lida terá a sua tramitação iniciada a partir do dia 15 de fevereiro de 2004.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lida a seguinte

MEMORANDO GSEC Nº 1-001/2004

Brasília, 27 de janeiro de 2004

Excelentíssimo Senhor

Senador José Sarney

DD. Presidente do Senado Federal

Nesta

Assunto: Comunica reassunção de funções no Senado Federal.

Senhor Presidente,

Com os meus cordiais cumprimentos, é com grande satisfação que comunico a Vossa Excelência, que reassumo as minhas funções junto ao Senado Federal, a partir desta data.

Cordialmente, – **Cristovam Buarque.**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A comunicação lida vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 23, DE 2004

Senhor Presidente,

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2003.

Sala das Sessões, 27 de janeiro de 2004. – **Antonio Carlos Magalhães – Tião Viana – Jefferson Péres – Mozarildo Cavalcanti – Efraim Moraes – Renan Calheiros.**

REQUERIMENTO Nº 24, DE 2004

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, requeremos urgência para a PRS nº 57, de 2003 que “autoriza a cessão, para cobrança, da dívida ativa dos municípios a instituições financeiras e dá outras providências”.

Sala das Comissões, 16 de dezembro de 2003. – **Ney Suassuna**, Presidente – **Jonas Pinheiro**, Relator – **Aloizio Mercadante – Ana Júlia Carepa – Delcídio Amaral – Roberto Saturnino – Antonio Carlos Valadares – Geraldo Mesquita – Fernando Bezerra – Mão Santa – Garibaldi Alves Filho – Romero Jucá – Pedro Simon – Valdir Raupp – Hélio Costa – César Borges – Jorge Bornhausen – Antonio Carlos Magalhães – Antero Paes de Barros – Eduardo Azeredo – Arthur Virgílio.**

REQUERIMENTO Nº 25, DE 2004

Senhor Presidente,

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2004

Sala das Sessões, 27 de janeiro de 2004. – **Ney Suassuna – José Agripino.**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Os requerimentos serão votados após a Ordem do Dia, na forma do disposto no artigo 340, II, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Há oradores inscritos.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável, se possível antes da Ordem do Dia.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável, da mesma forma que o Senador que me antecedeu.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, da mesma forma, solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra pela Liderança do PMDB, já devidamente autorizado pelo Líder, Senador Renan Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – V. Ex^a terá assegurada a palavra como Líder.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável, no momento oportuno, como suplente, no caso de alguma desistência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Na prorrogação da Hora do Expediente, os Senadores que solicitaram a palavra para uma comunicação inadiável terão assegurado o seu uso, por cinco minutos, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao nobre Senador Papaléo Paes, como Líder, por cinco minutos, para comunicação urgente de interesse partidário, pela Liderança do PMDB.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta convocação extraordinária, cabe ao Senado Federal discutir a reforma do Judiciário, que, só na Câmara dos Deputados, passou cerca de dez anos, e que no Senado já se encontra há cerca de dois anos.

Esse tema, embora o tempo paradoxalmente diga o contrário, é de grande importância para toda a sociedade brasileira.

A reforma do Judiciário na verdade visa ao atendimento do clamor popular por uma justiça eficiente, rápida e efetivamente democrática.

O inesquecível Senador Rui Barbosa repetia à exaustão: “A justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta”.

Quanto mais rápido aprovarmos a reforma tão esperada, mais rapidamente se beneficiarão os usuários do sistema judiciário. Portanto, temos o dever de cumprir com a nossa obrigação nesta Casa.

Um dos pontos dessa reforma que merece ampla discussão e reflexão é o controle externo do Judiciário, que, a nosso ver, não pode ser entendido como uma interferência na independência do Poder, mas como uma forma de tornar o Poder mais ágil e transparente.

Outro tema polêmico é a adoção da súmula vinculante. Essa proposta, a nosso ver, vai sem dúvida “engessar” o direito, impedindo que a interpretação das leis se dê no primeiro grau de jurisdição.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a reforma do Judiciário é ansiosamente aguardada pela sociedade. É fundamental lembrar que o melhor instrumento de resgate social e de promoção da cidadania continua sendo um sistema judiciário eficaz, ágil e acessível.

Quero dar a minha parcela de contribuição, com a colaboração dos meus assessores, ouvindo a sociedade e, em particular, o Conselho Federal da OAB.

Já que citei a OAB, aproveito a oportunidade para cumprimentar o Dr. Roberto Antonio Busato e os demais membros da Diretoria e conselheiros federais da OAB que vão tomar posse no próximo domingo, 1º de fevereiro. Tenho certeza de que a OAB estará nas mãos de advogados probos e proficientes, o que garante pleno êxito no mandato.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, dia 27 do corrente, terça-feira, às 19 horas, no plenário do Senado Federal, destinada à votação da retificação da Lei Orçamentária para 2004.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna.

V. Ex^a dispõe de vinte minutos, Senador.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho ocupado a tribuna desta Casa com alguma frequência para falar da necessidade de reformularmos a mentalidade e os processos no País. Quando falo de processos, refiro-me à rotina como tal. Não é possível que continuemos com uma série de atavismos. Não é a primeira vez que falo no assunto nesta Casa, e acho que vou passar o resto do meu mandato falando nisso: ou reduzimos a burocracia ou não teremos futuro como País.

Na semana passada, eu falava sobre o problema que é abrir uma nova empresa, sobre as dificuldades para encerrar uma empresa, sobre a burocracia geral que assola o País de ponta a ponta e sobre a nossa mania de controlar em excesso. E eu dizia que não geráramos empregos assim, que não progrediríamos assim. Enquanto todos os países do mundo estão inseridos num mundo globalizado, dinâmico, continuamos com a mania ibérica da burocracia em todas as instâncias. Parece que poder controlar e dizer “não” é poder. É isso que entendem os nossos burocratas. Ou reduzimos a burocracia ou não teremos futuro. E repito: ou reduzimos a burocracia ou não teremos futuro.

Nessa burocracia, está o ritual de importar agendas. Por isso, suspendo a minha fala e passo a ler a análise, Sr^{as} e Srs. Senadores, de um petista

histórico, que faz o balanço de um ano do Governo Luiz Inácio Lula da Silva.

Diz ele, o professor César Benjamim, da UFRJ:

Boa noite a todos e a todas.

Meus colegas e amigos do projeto de análise da conjuntura sabem que eu não gostaria de estar falando aqui. Pedi para não ocupar essa posição por motivos pessoais. Ando muito deprimido, e isto está me criando uma certa angústia. Há mais ou menos vinte dias fui falar na UFRJ e acabei chorando no meio. Espero chegar ao fim desta minha fala, e por isso vou fazê-la de maneira rápida.

Vou fugir da economia por três motivos. O primeiro é que tenho feito uma análise mensal de economia e política econômica na nossa página, de tal maneira que o que eu venho pensando sobre o tema vocês podem ler ali. Segundo, as duas intervenções que me precederam já trabalharam o tema; acho que seria chover no molhado. Terceiro, porque estou convencido de que economia não é o mais importante. O xis do problema está na política, mais precisamente nas decisões políticas de fundo que estão sendo tomadas.

O governo Lula, ao se constituir e nos meses subseqüentes à sua posse, trabalhou simultaneamente com três discursos diferentes para a sociedade brasileira [sou da base do Governo; sou Vice-Líder do Governo e estou aqui porque acho que temos que ajudar; esta é uma crítica construtiva]. O primeiro – que foi muito enfatizado, por exemplo, pela área econômica – afirmava a existência de uma “continuidade virtuosa” em relação à política anterior. Todos se lembram dos enormes elogios que foram feitos à gestão de Pedro Malan e Armínio Fraga, causando na época muita surpresa, à medida que se tratava de um novo governo, eleito pela oposição.

Em paralelo, uma segunda linha de discurso acentuava a existência de uma “herança maldita”. Ficava difícil entender como uma política econômica tão virtuosa, que merecia tantos elogios e tantas garantias de continuidade, poderia estar nos legando uma herança maldita. Mas isso não inibiu o novo governo, que adotou esses dois dis-

ursos, dirigidos a públicos diferentes: um feito pelas novas autoridades econômicas para os chamados mercados, o outro feito pela área política para a militância do próprio PT e a esquerda em geral, de modo a justificar a política econômica conservadora. Para conciliar esses dois discursos contraditórios, o próprio presidente Lula enfatizava um terceiro, que pode ser assim resumido: “Não vamos olhar para o passado; vamos falar do futuro”.

Assim, nós assistimos à implantação de um governo que desde o início foi fortemente marcado pela ambigüidade, que, a meu ver, vem cultivando até o limite. Pois cultivar a ambigüidade é parte essencial de sua estratégia política. Quando você é muito ambíguo, cada um se vê um pouco em você. Este é um governo que se esforça por manter-se enigmático, pelo menos do ponto de vista do discurso, fazendo com que cada segmento social e cada grupo se reconheça um pouco nele – seja realmente, seja no plano do imaginário – de maneira a produzir uma fuga para frente em seu projeto.

Não compartilho da idéia de que havia uma herança maldita em macroeconomia. Havia um conjunto de dificuldades e inconsistências que nós vínhamos denunciando e debatendo havia muitos anos. Um péssimo modelo econômico, que gerava um conjunto de dificuldades. Mas não havia uma crise especialmente aguda. Ao contrário. Alguns indicadores importantes – como o saldo comercial – estavam numa fase excepcionalmente boa.

Apesar disso, concordo com a afirmação de que esses dez anos de hegemonia neoliberal nos deixaram de fato “uma herança maldita”, mas em outro nível. No nível do nosso imaginário. No nível da nossa capacidade de sonhar. No nível do nosso reconhecimento sobre nós mesmos. Desse período herdamos três grandes características não econômicas talvez mais importantes para perpetuar nossa crise do que as questões econômicas **stricto sensu**.

Uma primeira herança maldita é a enorme perda na nossa autoconfiança. Isso significa uma alteração profunda no imaginário brasileiro. O Brasil, ao longo do século XX, pensou em si mesmo, cada vez mais,

como um grande país, um país cheio de potencialidades. O Brasil da geração de meus pais era o país do futuro, que recebia populações do mundo inteiro, atraídas pelas oportunidades daqui. Em nome desse imaginário, o Brasil fez no século XX algumas coisas impressionantes, pois foi capaz de ousar.

Pois bem. Uma primeira herança maldita que recebemos dessa década de 1990 foi a destruição desse imaginário [isso é muito sério, meus amigos]. Passamos a nos pensar como um país pequeno, problemático, frágil, sempre doente, pedinte, necessitado de auxílio. Que no terreno da economia, por exemplo, depende crucialmente de atrair capital estrangeiro para que possa se desenvolver. Nos convencemos – ou fomos convencidos – de nossa própria incapacidade, o que aliás contrasta de forma chocante com as condições estruturais desse enorme país que herdamos e temos o dever de conduzir.

O primeiro elemento da crise brasileira é a perda da confiança em nós, é a idéia de que não valemos nada: nossa língua não vale nada, precisamos falar inglês; nossos produtos não valem nada, os produtos bons são produtos importados. Nosso povo não vale nada. Alteramos o imaginário brasileiro em um sentido muito perverso.

Uma segunda herança maldita que recebemos desse período – daqui a pouco eu choro – é a terrível incapacidade de construir nossa própria agenda [o articulista, um petista histórico, analista econômico e financeiro, proferiu esta palestra, que estou lendo porque entendo que está de acordo com o tema de que, há semanas, venho falando]. Quais são os nossos problemas? Qual é a nossa pauta de ação? Reparem qual é a agenda brasileira há muitos anos: o chamado “risco Brasil”, a cotação do dólar e a oscilação da bolsa de valores. Que tem isso a ver com o nosso povo? O que tem isso a ver com o nosso país? [Até mesmo aqui no Senado, quantos têm ações na bolsa de valores? Quantos de nós especulam em dólar? Não conheço. Mas isso está enfiado na nossa cabeça]. Ninguém aqui tem ações em bolsa. Ninguém aqui especula com dólar. Nossas questões fundamentais de habitação, saneamento, educação, alimentação e

saúde dependem de mobilizarmos capacidade produtiva e técnica que estão aqui dentro e que não passam por nenhum desses indicadores.

Outro dia minha filha chegou em casa assustada. Trabalhava no Ibase, no centro da cidade, e foi assaltada em um ônibus, a mão armada, às 2 horas da tarde. No dia seguinte, a faxineira disse que seu marido havia perdido o emprego. Abri o jornal e li: o “risco Brasil” caiu... De que esses caras estão falando?! Não sei que risco Brasil é esse que caiu. Na minha família não caiu risco nenhum. Pelo contrário, aumentou.

O mais importante é que isso nos subtrai a capacidade de olharmos para nós mesmos. Vou dar um exemplo para vocês, mas poderia dar vários. Estive no ano passado na beira do São Francisco, no sertão da Bahia. Conversando com o pessoal das igrejas e de outras instituições, pude ver, debater e ter acesso a estudos que mostram o processo de morte do rio, aliás bem visível. Hoje, em grandes extensões, você atravessa o São Francisco com água pelos joelhos, e estudos mostram que ele pode se tornar um rio intermitente em 10 ou 12 anos.

Alguém aqui se dá conta da tragédia que será a morte do São Francisco? Primeiro, tragédia social imediata. Centenas de milhares de famílias moram na bacia do rio e de alguma maneira têm nele a sua fonte, direta ou indireta, de sustento. Mas há mais: há a tragédia simbólica. Esse é o “rio da integração nacional”. Parte significativa da História do Brasil se fez em torno dele, que nasce no coração de Minas Gerais e vai ao Nordeste. Foi elo fundamental de parte do território brasileiro. Se nós deixarmos o São Francisco morrer, estaremos dizendo para nós mesmos que somos uns fracassados.

Mas esse problema não freqüenta a agenda de debates brasileira, nem a de decisões do nosso governo. Por quê? Porque isso não interessa em nada a investidores internacionais, “não afeta o risco Brasil”, não influencia a cotação do dólar, não faz as bolsas oscilarem. Estou apontando para um problema importante: não temos mais discernimento sobre os nossos problemas, não sabemos mais escolher o que devemos tratar. Não sabemos mais olhar para nós, para

o nosso povo e o nosso território, identificar nossos problemas e nossas potencialidades. Gravitamos por temas artificiais e importados.

Agora, por exemplo, todos debatem a Alca. Será que a Alca foi uma proposta que surgiu da sociedade brasileira, dos seus movimentos, das suas necessidades, da sua vontade? Não! É mais uma proposta de fora para dentro! As propostas de fora para dentro são as únicas que impulsionam os nossos debates e mobilizam os nossos governos. As únicas.

O terceiro elemento da herança maldita é a perda do sentimento de que a nação existe em uma temporalidade estendida. O capital financeiro, que nos domina, é móvel, fluido, esperto, melífluo, rápido. O tempo do capital financeiro é o curto prazo. Quando ligamos o Jornal Nacional da Rede Globo – dirigido à massa da população brasileira –, vemos todo dia o índice de oscilação infinitesimal da Bolsa de Valores do Brasil e da de Nova Iorque. Além de dar o índice geral Dow Jones, a Globo dá o Nasdaq, do setor de alta tecnologia da bolsa de Nova Iorque. Às vezes, a oscilação ocorre na segunda casa decimal, mas assim mesmo é notícia no principal jornal do Brasil. Há um componente ideológico extremamente perverso nisso, que redefine a dimensão essencial da nossa existência, o tempo.

O capital financeiro é móvel, rápido, fluido. Mas a nação não é. A nação tem território, tem história, tem memória, tem cultura. Principalmente, a nação tem gente. Nós não somos móveis, fluidos, melífluos. Por isso, o processo de construção de uma nação se dá em outro tempo, que não é o tempo rápido do capital financeiro. Nós fomos expropriados dessa dimensão. Nossos ministros se reúnem para debater a cotação do dólar na semana que vem, mas não se reúnem para discutir as grandes questões que vão definir o que o Brasil será no século XXI.

Dou mais um exemplo, poderia dar 30. No início dos anos 50, vivíamos o auge do ciclo do petróleo. O país tinha uma economia muito frágil, antes do Plano de Metas. Nossa pauta de exportações, em 1950, era composta de café, cacau e madeira. [Não está muito diferente; agora, estamos com

farelo de soja, frango e carne.] Não tínhamos técnica desenvolvida nem capital. Chamamos, à época, uma missão norte-americana para fazer a prospecção de petróleo aqui, e a conclusão da missão foi a de que não havia petróleo no Brasil.

O que o Brasil fez? Fundou a Petrobrás! Vocês se dão conta da ousadia e da grandeza desse gesto? Nós somos pobres, não temos técnica, não temos experiência, e “os melhores geólogos do mundo” [os americanos] dizem que não temos petróleo. Ah é? Então, fundamos a Petrobrás e procuramos, nós mesmos, o petróleo.

O Sr. Almeida Lima (PDT – SE) – Senador Ney Suassuna, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Estou terminando de ler o artigo. Em seguida, eu lhe concederei o aparte.

Em que essa decisão estava ancorada? Não em um relatório técnico, por certo. Estava ancorada “no imaginário” a que me referi. O imaginário da viabilidade do Brasil, da generosidade do nosso território, da possibilidade de fazer e construir.

Pois bem, estamos entrando no século XXI. Nas próximas décadas, a importância do petróleo tenderá a diminuir, e vamos entrar de vez no ciclo das biotecnologias. Somos detentores do maior estoque de riqueza genética do mundo. Por que este país, em vez de discutir a “m” [a palavra não é clássica, não é acadêmica; por isso estou colocando somente a primeira letra] da bolsa Nasdaq, não discute a constituição de uma empresa brasileira de desenvolvimento de biotecnologia, que, associada ao conhecimento que as populações amazônicas têm, nos coloque na frente daqui a 20 anos? Hoje somos mais fortes do que em 1950! Temos muito mais capacidade técnica! Não precisamos procurar a biodiversidade sob o chão, ela está aí, na floresta exuberante!

Todas as instituições e empresas foram criadas um dia: a UERJ, a UFRJ, a Embrapa, a Vale do Rio Doce, o Museu Goeldi, o Impa, o Inpe, o Instituto de Manguinhos, a Embraer, a Coppe. Percebam, por favor, que nós não criamos nada faz muitos anos. É só cortar, cortar, cortar. Vender, desnacionalizar, fiação, desmontar, desfazer. Tudo o que existe tem

de ser destruído. Vocês se dão conta disso? Tudo o que existe e começa a dar certo fica sob suspeita. Porque no fundo da nossa alma fomos convencidos de que o Brasil não pode dar certo, não vai dar certo, não deve dar certo, a não ser que o sétimo regimento de cavalaria – ou seja, o capital americano – venha aqui nos ensinar tudo o que a gente tem que fazer.

É uma lástima. Eles vêm para cá quando querem, saem quando querem, com a agenda deles, os problemas deles, as necessidades deles, as técnicas deles, as bugigangas deles, que freqüentemente não correspondem ao que precisamos. Para uma empresa ou um banco multinacional não é problema se o São Francisco vai morrer ou se nossas periferias estão cheias de gente sem lugar e sem perspectivas. Esses problemas são nossos.

“A verdadeira herança maldita que nós recebemos da década neoliberal” é a combinação conservadora, reacionária, medíocre e indecente que nos diz (o tempo todo) que não podemos nada; que nos impede de construir a nossa própria agenda; e que nos expropria as dimensões do espaço, do tempo e das pessoas, que são os elementos mais importantes para se construir a nação. É aí que o governo Lula mostra um caráter verdadeiramente reacionário. Podemos discutir macroeconomia com o Ministro Palocci, mas isso, de certo modo, é secundário. Mesmo que tivéssemos de manter elementos do modelo anterior – não é minha opinião! – quanta coisa deveríamos estar fazendo! Não me venham com falta de recursos. Eles estão sobrando. Contingenciados.

Nossa crise é só secundariamente uma crise econômica. Antes de tudo, é falta de projeto. Pior: falta de vontade de ter projeto. Por isso, o dilema central do governo Lula é político. Ao longo do primeiro ano, Lula atuou metodicamente para demolir a capacidade de organização e mobilização das forças sociais que podem ajudar a mudar o Brasil, forças que o conduziram à Presidência. O desemprego em alta inibe a organização e a ação dos trabalhadores. O aumento da miséria aumenta a clientela das ações caridosas dos políticos. Continua-se a demonizar o funcionalismo público, sem o qual não há políti-

cas públicas nem políticas de Estado. Movimentos e organizações da sociedade civil são ignorados. Temos um governo inimigo do debate e da participação, que pede infinita paciência aos que têm fome e atende antes aos gulosos.

Recentemente, saiu um documento do Ministério da Fazenda que diz que as “universidades públicas são de elite”. Eles consideram elite todo mundo que tem renda mensal acima de R\$850. É a mesmice de sempre: tudo que constitui algum nível de organização e de cidadania, tudo o que pode vir a ser um ponto de Arquimedes para a nação pôr sua alavanca – alavancar a si própria e puxar os mais pobres – tem de ser destruído. Reforça-se, assim, uma clara linha de continuidade ideológica do governo anterior.

Os discursos do Presidente são pérolas de conservadorismo. (...)

Há um enlace direto entre a política econômica conservadora e um governo ideologicamente conservador. Pois, se a política econômica é essa, a prioridade é acalmar os mercados financeiros. Mas, se houver participação popular, mobilização, organização, ares de mudança, os mercados financeiros não se acalmarão. Ficarão nervosos. Logo, a mediocridade de sempre inunda a economia e política.

Nós poderemos assistir em curto prazo, no Brasil, à maior derrota da esquerda mundial. Somos um país muito desigual e com muita pobreza. Fazer aqui esta política, exercer aqui este tipo de governo é mais grave que fazer algo mais ou menos semelhante na Europa. A Europa tem ampla maioria de cidadãos e alguns focos de pobreza. Nós, país-continente, temos ampla maioria de pobres e poucos focos de cidadania. Aqui a reprodução dessa política é muito mais dramática e vergonhosa. Daí a minha angústia.

Repito: a questão central do governo brasileiro não é a macroeconomia. O juro está alto hoje, poderá estar baixo amanhã. Mas o mal que está sendo feito neste país para perpetuar a verdadeira herança maldita inviabiliza a esperança e estima o governo Lula como fracasso de grandes dimensões.

O autor desse artigo é o Professor César Benjamim, da UFRJ.

Não concordo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com todos os dizeres da palestra, mas eu a li por uma única razão: temos que largar mais a preocupação econômica. Que se continue vendo a tranqüilidade econômica, mas não podemos parar de cuidar dos seis milhões de casas que não precisam de bolsa, de dólar. São casas populares num País que tem terra, barro, telha, pedra e desempregados. Não precisamos, para melhorar os nossos hospitais, da alta do dólar, da Nasdaq, de nada disso; podemos realizar isso com o nosso próprio esforço. O que precisamos é fazer a nossa população vibrar e conscientizar cada brasileiro de que é uma missão de todos nós combater a burocracia que nos sufoca.

Agradecendo à Presidência a boa vontade, encerro dizendo que precisamos diminuir a burocracia, mas precisamos também tirar essa agenda estrangeira e passar para uma agenda nossa, cuidando mais dos problemas nacionais.

Muito obrigado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de falar, depois do Senador Mozarildo Cavalcanti, pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Será assegurada a palavra a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Como hoje há Ordem do Dia e reunião da Mesa às 17 horas, a Presidência faz um apelo aos Srs. Senadores para que façam os apartes dentro do tempo regimental do orador.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos últimos dias, temos lido na imprensa nacional a respeito dos conflitos entre índios e não-índios no Mato Grosso do Sul, em Roraima e em outros Estados. Esses problemas precisam e devem ser encarados com muita seriedade e administrados também pelo Congresso Nacional, especificamente pelo Senado.

O Senado já criou uma comissão que vai aos Estados de Roraima e de Mato Grosso do Sul para levantar todos os dados sobre o assunto e, com isso,

apresentar um relatório capaz de conduzir a soluções consensuais e pacíficas. Assim, evita-se o que vem ocorrendo até agora, em que apenas o Poder Executivo conduz esse processo, propiciando que aumentem os conflitos e que as soluções terminem por serem buscadas no âmbito do Poder Judiciário.

Apresentei uma proposta de emenda constitucional, que já foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que passou por cinco sessões de discussões e que está pronta para ser votada em primeiro turno, mas que foi reencaminhada à CCJ para reexame. O objetivo dessa emenda constitucional é trazer para o âmbito das competências privativas do Senado o exame das terras indígenas, das terras de reservas ambientais, de forma que, apreciado o assunto sob o aspecto federativo, possa haver soluções que não impliquem, como se dá hoje, uma verdadeira agressão à Federação por parte do Poder Executivo.

Sr. Presidente, recentemente estive em Roraima o Grupo de Trabalho Interministerial, criado pelo Presidente da República, para levantar todos os dados referentes não só à questão indígena, como também às outras terras da União no Estado, que juntas correspondem a 88% da área do meu Estado.

Espero que esse Grupo de Trabalho, embora tenha recebido algumas críticas pela forma como atuou em Roraima, possa levar ao Presidente opções, para que Sua Excelência encontre a melhor solução para o caso de Roraima. Espero também que os casos de Mato Grosso do Sul e de outros Estados que têm conflitos permanentes possam ser solucionados.

Chamo a atenção para o fato de que o Senado precisa realmente ser responsável por essa questão, porque, afinal, representamos os Estados e não podemos assistir passiva e pacificamente a União, por meio de portarias da Funai e do Ibama e de decretos do Presidente da República, confiscar terras dos Estados, que ficam sem ter como reagir.

No caso de Roraima, esperamos que a solução seja consensual, para se evitar, inclusive, uma ação judicial. Contudo, estamos nos preparando para tanto, já que não podemos aceitar que apenas um grupo monopolize o que considera ser a verdade e imponha, por meio da Funai, essas imensas reservas indígenas, o que está criando problemas em todos os Estados.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Aproveito a oportunidade para informar a V. Ex^a e a todos os Senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que os Ministros da Justiça e da Defesa, Márcio Thomaz Bastos e José Viegas, respectivamente, aceitaram o convite formulado, inclusive por iniciativa de V. Ex^a, para comparecerem à nossa Comissão, às 10 horas da próxima quinta-feira, para debatermos as diversas iniciativas para solucionar o problema das áreas em conflito, seja com índios, seja com outros segmentos. Como V. Ex^a foi um dos autores do requerimento, informo-lhe que ambos os Ministros virão ao Senado. Informei ainda ao Ministro da Justiça que também será bem-vindo, acompanhando S. Ex^a, o Presidente da Funai. Era essa a informação que julguei importante trazer a V. Ex^a. Aproveito para convidar todos os membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para a reunião de quinta-feira, às 10 horas. Obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Agradeço a V. Ex^a pelo aparte, Senador Eduardo Suplicy, e louvo sua iniciativa como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional de ter levado o problema para nossa reflexão. Como V. Ex^a bem disse, a Comissão aprovou requerimento de minha autoria, convidando os dois Ministros, nessa primeira fase, e depois os Governadores de Roraima e do Mato Grosso do Sul, a fim de que realmente formemos um juízo capaz de propor soluções definitivas.

No caso de Mato Grosso e de Roraima, estaremos resolvendo situações emergenciais, que já se vêm arrastando há muito tempo – no caso de Roraima, há três décadas pelo menos –, chegando-se ao ponto em que hoje o conflito, Senador Eduardo Suplicy, já não é mais entre índios e não-índios, mas entre índios de etnias diversas, que defendem formas de demarcação diferentes.

A propósito, passo a ler um documento enviado por três entidades indígenas ao Ministro da Justiça, vazado nos seguintes termos:

Os índios abaixo-assinados, na condição de Presidentes das Organizações Indígenas de Base, SODIURR, ALIDCIR E ARIKON, com sede e foro no Estado de Roraima, e que representam uma significativa maioria da população indígena do Estado de Roraima, vêm mui respeitosamente ante V. Ex^a para apresentar uma proposta reivindicatória no sentido de sugerir uma demarcação justa para as áreas indígenas Raposa Serra do Sol.

1.

Que seja agendado por V. Ex^a, na forma da lei, uma audiência para receber essas representações, possibilitando a elas uma manifestação formal no sentido de esclarecer fatos que constam do procedimento administrativo, onde se discute a demarcação das terras indígenas Raposa Serra do Sol, abrindo margem para que possam apontar os vícios que o processo demarcatório contém.

2.

Que desejam adiantar que não concordam com a demarcação de forma contínua das referidas terras, segundo o que foi apregoado por V. Ex^a na grande imprensa e que tomou todos de surpresa, pois, além de não representar a verdade fática a respeito da posse memorial, exigência constante da Constituição Federal, portanto injusta, se converteria num verdadeiro caos as comunidades que hoje estão encravadas nas referidas terras, cuja preservação é vital para a sobrevivência das etnias indígenas, eis que necessitam das cidades para a comercialização do que produzem. (...)

Esses Municípios somente sobreviverão se contarem com incremento econômico representado pela produção agrícola que dali é retirada pelos não-índios e que ali estão estabelecidos, cujas lavouras deverão ser preservadas.

3.

Que é desejo que a audiência se efetive em Boa Vista, com a presença imediata de V. Ex^a, acompanhado pelos membros integrantes da Comissão interministerial, formada para solucionar a questão fundiária que hoje assola o Estado de Roraima, justamente para resolver definitivamente a grave questão que envolve a demarcação de terras indígenas, com a escuta de todas as partes interessadas, justamente para que Vossa Excelência e a Comissão criada possam formar o necessário juízo a respeito dos fatos, através de um canal direto, sem intermediários e que sempre deturpam a verdade.

4.

Que, enquanto o presente pedido não for atendido, ou mesmo a almejada audiência não for agendada, os indígenas perma-

necerão mobilizados juntamente com a integralidade da cidadania roraimense.

Esse documento data do dia 7 de janeiro e é assinado por Silvestre Leocárdio da Silva, Presidente da Sodiur; Anizio Pedrosa Lima, Presidente da Alidcir; e Gilberto Macuxi Pereira Lima, Presidente da Arikon.

Sr. Presidente, o problema da Raposa Serra do Sol, em Roraima, não é mais uma questão limitada ao simples conflito entre índios e não-índios. Já é um conflito entre índios de diferentes etnias, que representam a maioria. Tanto é verdade que eles querem que, em caso de se decidir pela homologação da reserva, seja feito um plebiscito entre os índios ali residentes para que seja conhecido o desejo da maioria, e não apenas imposto o desejo de uma minoria.

O Juiz Federal de Roraima Helder Girão Barreto recebeu uma ação popular movida por advogados de Roraima e nomeou uma comissão interdisciplinar para realizar uma perícia técnica no laudo antropológico e nos procedimentos que levaram à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol. Sabemos que existem inúmeros vícios nos procedimentos e nas informações que muito prejudicam a área demarcada.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Ouço, com muito prazer, V. Ex^a, Senador Augusto Botelho.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Senador Mozarildo Cavalcanti, é uma coisa clara no nosso Estado que a região Raposa Serra do Sol – nome inventado há 30 anos, porque a distância da Serra do Sol à Maloca do Raposa é de 150 a 250 quilômetros – é habitada por cinco povos diferentes, com hábitos e línguas diferentes. Para retirar os pequenos agricultores das cidades, dos Municípios e das áreas de produção, o Governo terá de pagar uma indenização e reassentá-los. Reafirmo que em meu Estado mais de mil e duzentos, quase dois mil, pequenos agricultores foram retirados de suas propriedades rurais em governos anteriores e não foram reassentados. Em meu Estado, não houve sequer um reassentamento e as indenizações pagas foram irrisórias. A avaliação do bem ocorre quando da saída da propriedade. Cinco, dez anos depois, é feita nova reavaliação. Há o caso de um pequeno produtor de Normandia que recebeu de indenização R\$ 3.000,00 o ano passado, depois de quase 20 anos. Quer dizer, é brincadeira, é falta de respeito. Espero que o Presidente Lula não vá produzir sem-terras, nem ampliar o número de pessoas pobres no entorno da cidade de Boa Vista. Os bens dos

agricultores, aqueles a que chamam de fazendeiros, que estão na área Raposa Serra do Sol não valem R\$ 10 mil – sua casa, tudo. Então, com os R\$ 7 mil que irão receber, não conseguirão sequer comprar uma casa na periferia de Boa Vista. Começa por aí. Além desse fato, os 10 mil hectares de arroz cultivados – na realidade, são cultivados quase 20 mil hectares, porque são duas, até três, as safras em algumas área de Roraima – terão de ter indenização de lucro cessante. Tomei conhecimento de um cálculo superficial de R\$ 200 milhões, R\$ 300 milhões. Se for esse o valor, daria para investir R\$ 20 mil em cada cidadão indígena em Roraima. Quer dizer, a metade ou um terço do dinheiro que será usado para indenizar as pessoas que estão trabalhando, produzindo riqueza e alimento no meu Estado, melhoraria a vida de todos os indígenas, porque nunca foi investido sequer R\$ 1 mil por ano, a não ser para a saúde do indígena, para a qual é destinada uma quantia maior, mas, mesmo assim, está havendo uma gestão não muito eficiente das ONGs que administram o dinheiro. Essas organizações gastam mais de 60% só com a administração. Ano passado, dos R\$ 24 milhões destinados ao Estado, só 40% chegaram aos indígenas. Duas organizações receberam R\$ 24 milhões para cuidar da saúde básica dos indígenas, e apenas R\$12 ou R\$13 milhões para cuidar da saúde de todo o Estado, de seus 310 mil habitantes. Em nosso Estado, são 30 mil indígenas e 310 mil não-indígenas. Então, gostaria de deixar bem claro que, a ser promulgado de acordo com o que quer a Funai, o Presidente Lula criará sem-terra e sem-casa em meu Estado. Será a primeira criação de sem-terra e sem-casa, fora a ampliação da região da reserva dos wai wai, no sul do meu Estado, onde foram retirados lotes de vários produtores rurais, assentados pelo Incra há alguns anos. Quer dizer, pessoas são assentadas, muitas até morrem de malária, lutam e, quando se fixam na terra, resolve-se ampliar a área indígena, com base em critérios antropológicos duvidosos, e retiram-se essas pessoas de suas terras. O meu povo está sofrendo muito. E, agora, indígenas estão ficando contra indígenas. Um conflito interétnico está ocorrendo no meu Estado e, a ser feito dessa forma, o conflito vai se acirrar e haverá derramamento de sangue dos indígenas. Quando a Comissão esteve lá, ficou claro, eles disseram que não aceitariam pacificamente a situação. Os indígenas não querem o mesmo que ocorreu com a Reserva de São Marco, definida em 1996, onde a qualidade de vida de seus habitantes só caiu, pois as ONGs só demarcam a terra e largam o pessoal para trás. Agradeço a oportunidade do aparte, Senador.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Agradeço a V. Ex^a pelo aparte.

Senador, o conflito e o derramamento de sangue já estão acontecendo. Recentemente, por uma

desavença, um índio que não queria a demarcação em área contínua terminou matando um outro.

Essa é uma questão de segurança nacional, considerando que essa reserva está na fronteira com a Guiana e com a Venezuela, uma região de contencioso, já que a Venezuela não reconhece o direito da Guiana sobre aquela área, portanto, uma área delicada para a integridade do território nacional. Não se pode pretender esvaziar aquela fronteira. Hoje, inclusive, instituições já questionam até a presença do Exército brasileiro na região.

Portanto, é preciso que o Senado, a partir da audiência com o Ministro da Defesa, com o Ministro da Justiça, da ida da Comissão a Roraima e a Mato Grosso, passe a ser efetivamente pró-ativo nessa questão, produza ações que possam defender a Federação e a integridade do nosso Estado.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que o ofício das entidades indígenas, o documento que trata da determinação de perícia pelo juiz lá de Roraima e também um terceiro, Sr. Presidente, publicado no **site** Alerta em Rede, cujo título é “O que está por trás dos conflitos indígenas”, façam parte integrante do meu pronunciamento.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Senador Romeu Tuma, o microfone que V. Ex^a está utilizando não está funcionando. (Pausa.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Senador Romeu Tuma, faço questão de ouvir V. Ex^a.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que desconte o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Aqui também temos o mesmo problema. (Pausa.)

O sistema não voltou a funcionar no plenário ainda.

Estamos trabalhando com a técnica para resolver o problema em questão de minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Senador Tuma, ocupe a outra tribuna e faça de lá o aparte, excepcionalmente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Ouviremos o aparte da tribuna, enquanto a técnica resolve o problema do som no plenário.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Agradeço a V. Ex^a pela oportunidade de apartear-lo da tribuna. Faz de conta que V. Ex^a, Senador Mozarildo, é um Ministro de Estado. Não quero entrar no mérito, Senador, porque V. Ex^a e o Senador Augusto Botelho conhecem bem a situação que está acontecendo em Mato Grosso e na Região Norte do País. É antiga essa discussão da Raposa

do Sol. Conheço-a de perto, sei das angústias que se passam por lá – há mais de cem anos ocupada por produtores. Essa região – o Senador Augusto me explicou outro dia – produz toneladas de arroz, que vão, infelizmente, se perder. Não sei se os índios vão ter a capacidade, e o Governo de apoiá-los, para continuar a produção agrícola que há na região. Mas o que me assustou, Senador – eu até havia me inscrito para falar amanhã – foi o fato de um prefeito de uma cidade de Mato Grosso, com um pistola 380 em cima da mesa, dizer que fazendeiros e índios estão se armando, trocando armas por produtos agrícolas. Isso é preocupante. O que queremos é que o Ministro da Justiça aja agora. Não adianta vir para a audiência sem antes tomar uma decisão sobre essa situação, que é aflitiva. Fiquei assustado, Senador. Como ex-Diretor da Polícia Federal, teria me deslocado para a região, porque se um prefeito despacha com uma pistola 380 em cima da mesa, com medo de uma ação mais violenta na cidade, e diz que vai haver morte, não se pode desacreditar num homem desse. Ainda amanhã, se der, vou falar sobre a reestruturação e o reforço do Calha Norte, instalado pelo Presidente José Sarney. Segundo o Ministro da Defesa, deverá ser incrementado um projeto que deverá ajudar para uma solução mais rápida e com um maior reforço das Forças Armadas na região. Não podemos desocupar as fronteiras. É uma ameaça permanente que se deve cuidar. V. Ex^a está certo. Não tenho nada contra as comunidades indígenas. Penso que devem ser protegidas e respeitadas, mas não podem ficar vivendo no isolamento, com falta de assistência à saúde e tantas outras necessidades que eles têm e que V. Ex^a e o nobre Senador Augusto Botelho tão bem conhecem. Desculpe pelo aparte ao discurso de V. Ex^a.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Eu é que lhe agradeço o aparte. V. Ex^a, como ex-Diretor-Geral da Polícia Federal, conhece muito bem a Amazônia e os seus problemas, principalmente das suas imensas fronteiras com os países limítrofes. No nosso caso, com a Guiana e com a Venezuela, que estão em litígio por uma porção de terra que faz fronteira com o Brasil.

É importante alertar para essa questão e deixar bem frisado, Sr. Presidente, que a questão, agora, na Raposa Serra do Sol é de discordância entre índios – índios que pertencem a etnias diferentes e que pensam diferente sobre a mesma questão.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Excelentíssimo Senhor Doutor Márcio Thomaz Bastos
DD. Ministro dos Negócios da Justiça
Brasília – DF.

Os índios abaixo assinados, na condição de Presidentes das Organizações Indígenas de Base, SODIURR, ALIDCIR E ARIKON, com sede e foro no Estado de Roraima, e que representam uma significativa maioria da população indígena do Estado de Roraima, vêm muito respeitosamente ante Vossa Excelência, para apresentar uma proposta reivindicatória, no sentido de sugerir uma demarcação justa para as áreas indígenas, RAPOSA SERRA DO SOL.

1.

Que, seja agendada por Vossa Excelência, na forma da lei, uma audiência para receber estas representações, possibilitando a elas uma manifestação formal no sentido de esclarecer fatos que constam do procedimento administrativo onde se discute a demarcação das terras indígenas, Raposa/ Serra do Sol, abrindo margem para que possam apontar os vícios que o processo demarcatório contém.

2.

Que, desejam adiantar, que não concordam com a demarcação de forma continua das referidas terras, segundo o que foi apregoado por Vossa Excelência na grande imprensa e que tomou todos de surpresa, pois além de não representar a verdade fática a respeito da posse imemorial, exigência constante da Constituição Federal, portanto injusta, se converteria num verdadeiro cáus às comunidades, que hoje estão encravadas nas referidas terras, cuja preservação é vital para a sobrevivência das etnias indígenas, eis que necessitam das cidades para a comercialização do que produzem.

Importante é referir, que os municípios afetados pela demarcação das terras da Raposa/ Serra do Sol, foram criados com a aprovação dos indígenas, pois participaram das consultas plebiscitárias, onde a maioria dos eleitores são índios.

Estes municípios, somente sobreviverão se contarem com o incremento econômico representado pela produção agrícola que dali é retirada pelos não índios e que ali estão estabelecidos, cujas lavouras deverão ser preservadas.

3.

Que, é desejo que a audiência se efetive em Boa Vista, RR., com a presença imediata de Vossa Excelência, acompanhado pelos membros integrantes da Comissão Inter-Ministerial, formada para solucionar a questão fundiária que hoje assola o Estado de Roraima. Justamente para resolver definitivamente a grave questão que envolve a demarcação de terras indígenas, com a escuta de todas as partes interessadas. Justamente para que Vossa Excelência e a Comissão criada, possam formar o necessário juízo a respeito dos fatos, através de um canal direto, sem intermediários e que sempre deturpam a verdade.

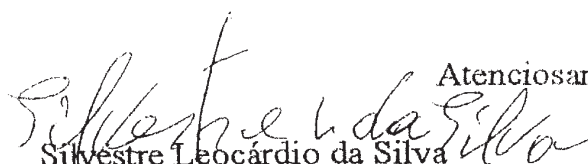
Processo / 955 431/456

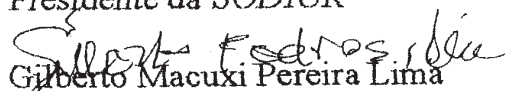
4.


Que, enquanto o presente pedido não for atendido, ou mesmo a almejada audiência não for agendada, os indígenas permanecerão mobilizados juntamente com a integralidade da cidadania Roraimense.

Boa Vista, 07 de janeiro de 2004.

Atenciosamente


Silvestre Leocádio da Silva
Presidente da SODIUR


Gilberto Macuxi Pereira Lima
Presidente da ARIKON


Amizio Pedrosa Lima
Presidente da ALIDCIR

São Paulo, quinta-feira, 08 de janeiro de 2004

brasil

Envie esta notícia por e-mail para assinantes do UOL ou da Folha


[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Juiz determina perícia sobre a demarcação

KÁTIA BRASIL
DA AGÊNCIA FOLHA, EM MANAUS

O juiz federal Helder Girão Barreto determinou a realização de uma perícia técnica por uma comissão interdisciplinar na reserva indígena Raposa/ Serra do Sol. O laudo da comissão embasará a sentença do magistrado sobre a ação popular que questiona, desde 1999, a demarcação contínua da área.

Se a ação for julgada procedente, abre-se uma brecha para questionar a homologação da reserva, anunciada pelo ministro Márcio Thomaz Bastos (Justiça). A portaria é base do decreto de homologação, que pode ser assinado a qualquer momento pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Essa homologação vai ficar condicionada porque ela está sob juízo. Não sei se o presidente homologaria ou não, a portaria está sendo questionada judicialmente. Então ela [a portaria] pode ser mantida como está [demarcação contínua] ou pode ser simplesmente anulada, como pede a ação popular", afirmou o juiz à Agência Folha.

A comissão de cinco peritos, que serão remunerados pela União [a reportagem apurou que seriam gastos R\$ 100 mil], é formada por um antropólogo, um geólogo, um economista, um agrônomo e um especialista em relações internacionais.

Segundo o juiz, a demarcação não é de interesse exclusivo dos índios. "Quando chegava um processo aqui eu sempre via que a base para o juiz dar uma sentença era apenas um parecer antropológico. Eu achava muito pouco para um juiz dar uma sentença porque essa questão da demarcação não é só de interesse dos índios, interessa a todo mundo que está em volta. Nomeei essa comissão interdisciplinar para que ela me mostre com mais elementos quais seriam as consequências da demarcação da forma como está proposta".

A demarcação da reserva Raposa/Serra do Sol começou a ser discutida pela Funai em 1977 -que na época iniciou a identificação da área na qual vivem hoje, além dos índios, garimpeiros e fazendeiros (sobretudo produtores de arroz).

A ação popular interposta por advogados de Roraima quer a nulidade da portaria ou a revisão desta área para descontínua, ou seja, deixando três cidades na área de 1,57 milhão de hectares. A ação argumenta que a demarcação inviabiliza a economia do Estado.

Em 2002, em outra ação, o STJ negou liminar pedida pelo governo de Roraima para impedir a homologação da área. A portaria da demarcação foi assinada em 1998 pelo então ministro da Justiça, Renan Calheiros, que declarou a reserva posse permanente dos índios das etnias macuxã, uapixana, ingaricó e taurepang. No processo de demarcação, a Funai realizou o laudo antropológico sobre a reserva e ouviu todas as partes interessadas. Desde então, já indenizou com cerca de R\$ 1,5 milhão cerca de 37 fazendeiros.

[Texto Anterior](#): [Questão indígena: Brasil não vai se retirar da área](#)

[Próximo Texto](#): [Juiz adverte Funai contra invasão em MS](#)

[Índice](#)

Alerta

em Rede

O que está por trás dos conflitos indígenas

Rio, 20/jan/04 – O processo de “balcanização” em curso em Roraima e os conflitos fundiários de origem indígena que explodiram em Mato Grosso do Sul, na fronteira com o Paraguai, sendo esse por alguns considerado como uma visível tentativa para a criação de uma nação guarani soberana, está longe de serem fenômenos “espontâneos” e independentes, oriundos da conhecida incompetência e/ou passividade dos órgãos governamentais pertinentes frente a estas situações.

A perspectiva estratégica sob a qual esses conflitos devem ser analisados inclui a crise política que eclodiu na Bolívia em outubro passado onde foi visível a ascensão de um movimento pró-separatista entre a população de origem aimará, que tem mais de 2 milhões de indivíduos (quase 25% da população nacional) e ramificações no Peru e no Chile. Seu líder visível é Felipe Quispe, presidente da Confederação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUCTB), que prega abertamente a “autonomia indígena”. Na mesma ocasião, os índios Sarayacu, do Equador, que se dizem pertencer à Nação Quíchua, proclamaram seu território como autônomo, em comunicado público assinado pelo dirigente indígena Mario Santi, denunciando que “nós, indígenas, levamos muito tempo vivendo e sofrendo os vários modelos de desenvolvimento”, mas que, para eles, esse tem um conceito bem diferente: “Nosso desenvolvimento é para repartir e não para dominar. É para manter nosso mundo e não para mudá-lo”.

Tais insurgências compõem uma massa de manobra para a qual já existe até mesmo uma nova construção ideológica: as “multidões”, que, diante da suposta falência dos Estados nacionais, ver-se-iam forçadas a reivindicar suas necessidades por meio de ondas contínuas de raiva globalizada – formulação que vem sendo propagandeada pelo filósofo-terrorista italiano Antonio Negri e seus seguidores (ver também *Bolívia: separatismo indígena e as “multidões do Império”*).

De fato, esta onda de conflitos fundiários no Brasil provocados por grupos indígenas para pressionar o governo a demarcar ou aumentar as áreas de suas reservas, cujas táticas de invadir propriedades rurais, fazer reféns e bloquear rodovias foram nitidamente copiadas de ações similares promovidas pelo MST, foi claramente iniciada em meados do ano passado (ver detalhes em *Os focos de tensão indígena*).

Concomitantemente a estes conflitos, há que considerar-se os desdobramentos da bem coordenada Campanha Nacional e Internacional em Defesa dos Direitos Indígenas, lançada em agosto de 2003 por uma agrupação de ONGs vinculadas ao indigenismo internacional, para exigir do governo brasileiro mais “agilidade, clareza e determinação no atendimento das demandas dos povos indígenas do país” e que incluem, dentre outras exigências: a homologação de todas as terras indígenas com o processo de demarcação já concluído; a indicação de um líder indígena para a presidência da Funai; a criação e instalação do Conselho Superior de Política Indigenista; aprovação do

Estatuto dos Povos Indígenas; e até mesmo que os indígenas sejam recompensados pelos serviços ambientais que têm prestado ao país.

A campanha foi concebida e desencadeada pela COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira), e coadjuvada pela Apoinme (Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo) e pelo Conselho de Caciques do Sul. Em realidade, a **COIAB** vem a ser a extensão no Brasil de uma rede internacional de ONGs controladas pela **COICA** (Coordinación de los Indígenas de la Cuenca del Amazonas), sediada em Quito (Equador), sendo seu atual presidente Sebastião Manchineri, do Brasil. Em abril passado houve a reunião anual da COICA onde ficou decidida a implementação da "Agenda Indígena Amazônica", em cujas diretrizes se incluem ações como a campanha deslançada pela COIAB no Brasil.

Por sua vez, a COICA é controlada por diversas entidades internacionais, sendo a mais notória a **Amazon Alliance**, com sede em Washington (EUA). De fato, a Amazon Alliance chamava-se Coalition for Amazonian Peoples and Their Environment e seus objetivos ficam explícitos quando se analisa as circunstâncias de sua criação.

Segundo seus próprios anais, a Coalition foi criada em 1990 em Iquitos, Peru, durante uma reunião entre a COICA e diversas ONGs do aparato ambientalista internacional para "defender a Amazônia". Segundo a Declaração de Iquitos, que formalizou a criação da Coalition, a melhor forma de defender o meio ambiente amazônico é apoiar as reivindicações territoriais dos povos indígenas da região pois estes acreditam que foram aí colocados para proteger a mãe-Terra e necessitam manter estes territórios intactos para continuar a reproduzir suas culturas. Os vilões deste processo são as devastadoras obras de infra-estrutura, a exploração de matérias-primas, a agricultura moderna e a colonização conduzida pelos governos locais.

A Coalition, atualmente, Amazon Alliance, congrega a fina flor das ONGs ambientalistas-indigenistas bem conhecidas: World Wildlife Fund-Latin American/Caribbean Program (WWF), World Resources Institute (WRI), National Wildlife Federation (NWF), Oxfam, União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), Friends of the Earth (FOE), Environmental Defense Fund (EDF), Cultural Survival e Conservation International; pelo lado "nacional" encontramos o indefectível Instituto Socioambiental (ISA), o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a citada COIAB, a Comissão Pro-Yanomami (CCPY), o Conselho Indígena de Roraima (CIR) e o Conselho Nacional de Seringueiros.

O financiamento para as operações da COICA e agregados é feito por intermédio de programas patrocinados, via de regra, do exterior. Por exemplo, a COICA fez agradecimentos públicos à Ford Foundation, Oxfam, WWF, UICN, Inter American Foundation (IAF, órgão do governo estadunidense) e ao governo da Finlândia, entre outros, pelo apoio recebido no período 1992-1997. Existem também outras propostas que ferem diretamente as soberanias dos países da Amazônia, como a feita pela COICA em maio de 1991, que chegou mesmo a ser analisada em artigo do jornal londrino *Financial Times* e cujo título é auto-explicativo: "Indígenas propõem conversão de dívida para assumir o controle de suas terras". O artigo relata um encontro de três dias realizado em Iquitos, Peru, entre "o denominado Corpo Coordenador dos Povos Indígenas da Bacia Amazônica (COICA), que

inclui representantes de 220 nações (sic) indígenas dos cinco países amazônicos. A conferência incluiu a participação de grupos ecológicos como a Greenpeace, World Wide Fund for Nature (WWF), National Wildlife Federation, Conservation International e Friends of the Earth". Não por acaso, uma das afirmações prediletas do ambientalismo internacional é que os indígenas são os guardiões perfeitos das florestas amazônicas.

[040120a]

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Tem a palavra V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero fazer minha inscrição para falar pela Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – V. Ex^a fica inscrita logo após o Senador Leonel Pavan.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Passamos a palavra, pela Liderança do PSDB, ao Senador Leonel Pavan, que dispõe de cinco minutos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos os jornais, no final de semana, divulgaram o aumento do desemprego em 12,3% no Governo Lula, índice esse recorde; e também divulgaram a queda da renda média do trabalhador em 12,5%, em comparação a dezembro de 2002.

Ou a imprensa e o IBGE estão errados, ou o Governo é que está equivocado. A leitura que às vezes ouvimos aqui é outra. Aliás, é bom dizer que as novas estatísticas do IBGE certamente vão melhorar e muito nos próximos meses, já que o Governo Federal, por meio de uma medida provisória, está contratando três mil novos funcionários, sem concurso público. Esta é uma medida do Governo do PT, contratar 3 mil novos funcionários, sem concurso público, com salários que variam de R\$1.600,00 a R\$7.300,00, acarretando uma despesa de mais de R\$ 58 milhões de reais por mês.

Gostaria de começar um debate nesta Casa sobre esse tema, pois, com R\$ 50 milhões conseguiríamos diminuir muito o déficit habitacional em nosso País. Poderíamos construir 5 mil casas por mês, 60 mil casas por ano; assim, nos quatro anos de governo, teríamos 240 mil novas casas – casas de

R\$10.000,00, sem o terreno – que atenderiam, em média, quatro pessoas por família, ou 960 mil pessoas.

O que me estranha e deixa até revoltado é que se fez uma reforma para economizar, uma reforma que, todos sabem, prejudicou os velhinhos, as viúvas, os aposentados e os funcionários públicos. Se a questão era economia, como criar, meu Presidente Paulo Paim, mais três mil novos cargos por medida provisória, sem concurso público?

Aliás, quero dizer uma frase do Cristovam Buarque. Quando se fala em reforma, ele diz o seguinte: "Ora, se precisa de reforma, se reforma". Se o Governo reformou para tirar direito dos velhinhos, porque não reformar para dar direito às criancinhas sem escola? Por que não reformar para dar habitação, casas aos sem-casa? Por que não se fazer um projeto de economia realmente para atender aos mais de 10 milhões de desempregados deste País?

Mas o IBGE, nos próximos meses, certamente vai trazer outros números, porque quem prometeu 10 milhões de novos empregos já começou a dar, pois serão 3 mil novos empregados. Inclusive faço um alerta aos muitos petistas e outros que devem estar me ouvindo: você que está desempregado, que acreditou nessa proposta, corra, leve a sua ficha partidária, mostre que é filiado ao Governo e que quer uma vaga nesses três mil novos empregos. Muitos desempregados, muitos estudantes que abandonaram os estudos por falta de dinheiro para pagar a universidade nos cobram diariamente nas ruas o fato de que não podem estudar porque não têm emprego. Digo para terem calma, porque o Lula está começando a empregar. Já começou com três mil novos empregos. Aliás, quando ele não desempregou Berzoini, garantiu um. Agora, são mais três mil novos empregos.

Refiro-me a isso, porque para se criar empregos é preciso investir na agricultura, no homem do campo, na microempresa, na média empresa, até em empresas de fundo de quintal. É preciso investir na produção. Nós, Parlamentares, não temos, às vezes, nem condições para enfrentar a população e justificar a forma pela qual estão fazendo as coisas. Mesmo sendo de Oposição, Senador Efraim Morais, mesmo chamando a atenção diariamente, somos cobrados nas ruas. As pessoas nos perguntam se não estamos fazendo nada, se estamos aqui para ajudá-los e dizem que precisamos chamar a atenção e dar um pito, se necessário. Estamos aqui para dizer à população e aos desempregados que corram, porque o Governo abriu três mil novos empregos, cargos para os quais não haverá concurso público. Basta apenas levar a ficha, mostrar que acreditou e quer essa vaga.

Refiro-me dessa forma, Senador Paulo Paim, porque temos uma PEC paralela para ser votada, temos um compromisso firmado entre o Governo e os parlamentares que não saiu até agora, porque ainda estão discutindo, e ainda não se sabe o que vai acontecer. No entanto, de repente, o Brasil inteiro fica sabendo, pela imprensa, que não apenas foram criados novos ministérios, mas empregos. Eles foram criados por medida provisória, instrumento que o PT e o PDT – eu era do PDT e participava disso – condenávamos. Chamávamos a atenção sobre o número de medidas provisórias que eram editadas e condenávamos com veemência quando se ofereciam vagas para não concursados.

Corra! Há três mil novos empregos! A vaga é sua.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Esta Presidência cumprimenta nas galerias o grupo de idosos e crianças órfãos da Catedral da Bênção de Taguatinga – DF. Sejam bem-vindos. Vamos torcer para que o Estatuto do Idoso seja logo aplicado. Um abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra a nobre Senadora Ideli Salvatti, por cinco minutos, pela Liderança do Bloco.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da revisora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos acompanhando de forma muito atenta a seqüência de tragédias que vêm acometendo inúmeras regiões do nosso País decorrentes do excesso de chuvas, as enchentes. Tratamos como calamidades, mas todos sabemos que quando chegam janeiro, fevereiro e março – há inclusive uma belíssima música de Tom Jobim chamada “Águas de Março” – vêm as inundações de verão. Como sempre é melhor prevenir do que re-

mediar, deixo bastante claras as iniciativas que o Ministério da Integração Nacional vem adotando, desde o primeiro momento, para que possamos ter ações preventivas. Essa situação de desastre é decorrente da falta de uma política pública permanente de orientação para prevenção dos acidentes. Portanto, o Ministério da Integração Nacional no Governo Lula está estruturando a formação de um Centro Nacional de Gerenciamento de Desastre, que funcionará 24 horas por dia e que terá como objetivo acompanhar os fenômenos meteorológicos com antecedência para alertar às regiões potencialmente atingidas. O alerta e o alarme vão começar a funcionar este ano. Essa é uma ação de prevenção.

Temos tido preocupações também com a mobilização das comunidades, com a formação de núcleos comunitários de prevenção dos acidentes, principalmente meteorológicos. Registro que, em Santa Catarina, o famoso Vale do Itajaí bem como as famosas enchentes de Blumenau são experiências bem-sucedidas desta comunicação entre Poder Público e comunidade na prevenção dos acidentes que periodicamente assolam as nossas comunidades.

O Ministério da Integração tem formado constantemente pessoas para a ação de Defesa Civil. Este ano há previsão da formação de 3.500 pessoas para atuarem na prevenção junto aos Conselhos de Defesa Civil.

O Brasil tem 5.508 Municípios e, até dezembro de 2002, apenas em 2.200 deles havia Coordenadoria Municipal de Defesa Civil. Em 2003, ampliamos esse número para 3.600. Isso é de fundamental importância, porque, em momentos de chuva, enchentes e inundações, a pré-organização da defesa civil é a diferença entre ter ou não pessoas mortas, entre ter ou não perda de patrimônio.

Volto a citar a experiência de Santa Catarina, exemplo para todo o País na organização da Defesa Civil. É importante registrar que apenas 7% dos Municípios brasileiros têm Corpo de Bombeiro.

Portanto, o enfoque do Ministério da Integração Nacional tem sido a organização da prevenção. Contudo, face à calamidade, à situação de emergência, obviamente, o Ministério tem a obrigação de tomar as medidas adequadas.

Cito aqui as medidas adotadas face às emergências no mês de janeiro. No dia 22 de janeiro, foi publicada portaria liberando mais R\$26 milhões, ampliando o montante de R\$6 milhões que já havia sido

liberado, por decreto, no dia 16 de janeiro. Dessa forma, R\$32 milhões estão disponibilizados no Ministério da Integração Nacional para as situações emergenciais que estamos vivenciando. É necessário que Governadores e Prefeitos agilizem o envio da documentação, porque a liberação desses recursos não pode ser feita sem que seja apresentado o relatório da situação de emergência e calamidade juntamente com o plano de aplicação conforme exige a lei.

Por meio do Ministério da Integração Nacional, estamos também fazendo as comunicações a todos os órgãos de Defesa Civil para que encaminhem diariamente as informações a respeito da situação em cada uma das regiões, Municípios e Estados brasileiros a fim de que sejam monitoradas e acompanhadas pelo Ministério da Integração Nacional. Como a situação de Sergipe acarretou vários pronunciamentos no dia de ontem, o Ministério da Integração Nacional prestou contas das iniciativas tomadas com relação à situação específica do Estado de Sergipe. Faço questão absoluta de apresentá-las.

Na segunda-feira da semana passada (dia 19), o Diretor do Departamento de Desenvolvimento Hidro-Agrícola, da Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional, Ramon Rodrigues, visitou, de helicóptero, em companhia do Governador João Alves, algumas das cidades atingidas pelas inundações, vendo a extensão dos prejuízos causados pelas pesadas chuvas.

Por sua vez, o Secretário Nacional de Defesa Civil, Jorge Pimentel, por determinação do Ministro Ciro Gomes, passou a acompanhar, permanentemente, a situação das enchentes em Sergipe. Ele vem mantendo contato diário com o Governador João Alves e com a direção da Coordenação da Defesa Civil sergipana.

No último sábado (dia 24), o Secretário Jorge Pimentel manteve contato telefônico com o Comando da Aeronáutica em Recife, conseguindo a liberação de um helicóptero, que no mesmo dia se deslocou para Aracaju, onde se encontra cumprindo missões de assistência humanitária e ainda auxiliando no levantamento dos danos.

No mesmo sábado, o Secretário Jorge Pimentel, sempre por determinação do Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, obteve a liberação de 20 toneladas de ali-

mentos, que se encontravam sob a guarda do Comando do Exército, em Aracaju. Esses alimentos, que pertencem à Coordenadoria de Ação da Cidadania Fome Zero, já estão sendo transferidos para a cidade de Poço Redondo, uma das que mais sofreram prejuízos com as enchentes. Lá, em forma de cestas básicas, os alimentos estão sendo distribuídos às famílias que se encontram desalojadas ou desabrigadas por causa das enchentes no interior sergipano.

Ontem, um helicóptero, cedido pela FAB, decolou de Aracaju para as áreas inundadas, levando a bordo o Coronel Lauro, do Batalhão de Engenharia de Construção do Exército, que já cuida da instalação de pontes metálicas, necessárias para a restauração da ligação rodoviária entre parte do sertão de Sergipe e sua capital, Aracaju.

Também ontem o Secretário Nacional de Defesa Civil, Jorge Pimentel, recebeu fax do Governo de Sergipe, pedindo a remessa de medicamentos, no valor de R\$63 mil, além de equipamento hospitalar no valor de R\$49,6 mil. Essa solicitação foi imediatamente encaminhada ao Ministério da Saúde com a solicitação de atendimento imediato.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Já vou concluir, Sr. Presidente.

A Gerência de Comunicação Nacional e Disponibilidade Social da Petrobras entrou em contato, na última sexta-feira, dia 23, com a Secretaria Nacional de Defesa Civil, colocando à disposição do Ministério da Integração Nacional alimentos para suprir as necessidades das famílias desalojadas ou desabrigadas nos Estados castigados pelas enchentes nas Regiões Sudeste e Nordeste. Nessa mesma sexta-feira, o Secretário Jorge Pimentel enviou fax aos governos estaduais pedindo-lhes suas necessidades de alimentos. O Governo de Sergipe foi o primeiro a responder, informando que necessita de mil toneladas de alimentos.

Portanto, o Governo Federal já tomou todas as providências no sentido de atender às emergências. Todos os Governadores e Prefeitos, que têm problemas com enchente e inundação, devem imediatamente fazer contato e enviar um relatório, porque te-

mos R\$32 milhões, já publicados em Portaria, para serem liberados para as regiões atingidas pelas enchentes e inundações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Senadora Ideli Salvatti, faço um apelo a V. Ex^a, porque são passados quatro minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Concluo, Sr. Presidente, dizendo que todas as providências tomadas não merecem, desta tribuna, pronunciamentos tão contundentes versando sobre providências não tomadas.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra, de imediato, ao Senador Almeida Lima.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos. Logo após, daremos início à Ordem do Dia.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pronunciamentos contundentes sempre serão feitos da tribuna do Senado Federal quando fatos verídicos assim os justificarem. Imaginava até que, no dia de hoje, eu não faria um pronunciamento contundente. Apenas cumpro o dever de, nesta tribuna, dar resposta a uma comunicação que recebi, após o pronunciamento de ontem, ao Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes. A Senadora Ideli Salvatti, ao fazer referência aos pronunciamentos contundentes sobre as calamidades públicas, as enchentes, mais especificamente às ocorridas no Estado de Sergipe, me leva a ampliar o meu pronunciamento não apenas em resposta ao Ministro Ciro Gomes, mas também no sentido de tecer algumas observações em relação ao que disse a nobre Senadora Ideli Salvatti.

A primeira dessas observações diz respeito às providências a que S. Ex^a se refere, objeto de comunicação do Ministro ontem, por volta de 20 minutos após o meu pronunciamento. Essas providências foram aqui, há poucos instantes, citadas, mas não foram disponibilizadas para o Estado de Sergipe. Portanto, as informações que S. Ex^a prestou, recebidas do Ministério, tenho a certeza, não por culpa da Senadora, mas de quem as encaminhou, não são verdadeiras. As providências não foram tomadas.

Embora a extensão territorial do nosso País seja continental, os meios de comunicação encurtaram as distâncias. Uma decisão tomada neste instante em Brasília, em tempo real, chega ao Estado de Sergipe. Hoje tive oportunidade de, em uma ligação ao Prefeito do Município de Poço Redondo, semi-árido sergi-

pano, ser informado de que, do Governo Federal, salvo a presença do Exército Brasileiro que iniciou, juntamente com o Governo do Estado, que contribuiu com a mão-de-obra especializada de engenharia, a construção de pontes móveis nos lugares das que foram destruídas pelas cheias, nem um copo d'água, nem uma ação chegou àquele Município. Portanto, essa é a resposta que posso dar. E a dou, com segurança, à Senadora Ideli Salvatti. Ao Ministro, S. Ex^a teve a delicadeza de me enviar um cartão, cujo teor é o seguinte:

Eminente Senador Almeida Lima,

Em respeito à sua crítica, mesmo que injusta, esclareço-lhe que tomei todas as providências ao meu alcance em relação às cheias em Sergipe e outros Estrados [Ele a considerou injusta. Veremos, se foram injustas.

Estou ultimando providências no sentido de liberar os recursos de que disponho no Orçamento.

É o meu jeito de trabalhar. Prefiro agir que fazer visita publicitária inconseqüente.

Atenciosamente, **Ciro Gomes**.

Espero que essa indelicadeza, constante da conclusão do raciocínio de S. Ex^a, não tenha sido para com este Senador, que, nas últimas eleições para Presidente da República, preferiu votar em S. Ex^a para presidente – o meu Partido e o PFL de Sergipe. Imagino que essa indelicadeza foi para com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, como todo o Brasil sabe, em vasta comitiva, visitou, no início do seu Governo, vários Municípios do Nordeste brasileiro, ali, sim, por orientação do seu marqueteiro ou marquetólogo – como hoje prefere –, Duda Mendonça, para estabelecer as visitas publicitárias e de **marketing**. A visita que reclamei foi uma visita humanitária e não publicitária. Aliás, assim fazem os chefes de governo e os ministros.

Quantas e quantas vezes presenciamos no noticiário nacional pela televisão, quando acontece, por exemplo, na Flórida, os tufões, os ventos em alta velocidade, destruindo habitações de ricos, o Presidente americano desloca-se e vai visitar, quando não os ministros, porque é importante. Naquele instante, famílias inteiras, desesperadas, no seu sofrimento, na sua angústia, sentindo a presença de uma autoridade, como um Ministro de Estado ou um Presidente da República, do ponto de vista psicológico sentem-se confortadas. O chefe de Estado ou de Governo tem esse papel, e não apenas esse.

Quando pedi ao Ministro Ciro Gomes, desta tribuna, que visitasse as áreas em calamidade pública, o fiz para que S. Ex^a pudesse sobrevoar a área e, de lá, trazer a dimensão exata dos estragos e daquilo que deveria ser o apoio às comunidades atingidas, o que fez o Governador João Alves.

Encontrava-me em Brasília, em pronunciamentos e em requerimento ao Sr. Ministro e, no final de semana, cancelei viagem para outro Estado, pois minha obrigação como Senador da República era dirigir-me ao sertão sergipano. Lá chegando, incorporei-me à delegação do Governador e fui visitar a área. Visitei-a exatamente com o objetivo não de fazer visita publicitária, mas de fazer aquilo que o Ministro não quis: ir ao sertão sergipano e elaborar um relatório fidedigno, um relatório que corresponda aos fatos reais, algo que hoje, Sr. Presidente, o Ministro não tem condições de fazer por não ter estado *in loco*. S. Ex^a não tem condições de fazê-lo e cometeu mais uma impropriedade.

No relatório que S. Ex^a me mandou – a Senadora Ideli Salvatti deve possuí-lo em mão –, entre tantas informações, há dados referentes aos danos materiais de Sergipe. Segundo o relatório, há duas pontes destruídas no Município de Poço Redondo. Porém, temos mais de seis pontes destruídas e temos interrompidas e cortadas mais de cinco pistas, pavimentadas em asfalto, entre as quais visitei a que fica na divisa entre os Estados de Sergipe e Alagoas, exatamente logo após a descida da cidade de Canindé de São Francisco e a passagem pela ponte sobre o rio São Francisco que nos leva ao Município vizinho de Piranhas. Ali há uma cratera de aproximadamente vinte metros de largura por oito metros de profundidade.

Os dados que o Ministério possui não são verdadeiros, porque o Ministro não se dignou a ir à área, alegando que a visita seria publicitária. É preciso deixar os gabinetes de Ministérios palacianos e voltar às origens. Esse procedimento faria muito bem ao Ministro Ciro Gomes, para que S. Ex^a diminuísse um pouco a dose de arrogância, de prepotência e de insensibilidade.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Concedo o aparte, primeiramente, ao nobre Senador Eduardo Siqueira Campos e, em seguida, ao nobre Senador João Tenório, do meu querido Estado vizinho, Alagoas.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO) – Nobre Senador Almeida Lima, V. Ex^a que é um Parlamentar brilhante e um defensor intransigente e inar-

redável dos interesses do Estado de Sergipe sabe, em primeiro lugar, que sou um amigo do Governador João Alves e um admirador de V. Ex^a e que já tratei do assunto. Pretendo, nesta minha breve interrupção, nobre Senador Almeida Lima, dar uma contribuição, uma vez que fui solidário, desde o primeiro momento, quando V. Ex^a trouxe esse assunto tão grave ao Plenário. V. Ex^a sabe que não integro a base do Governo e que jamais integrei os quadros do PPS e de nenhum outro Partido a que estivesse filiado o Ministro Ciro Gomes. O exercício da oposição intransigente que faz V. Ex^a ou de posições intransigentes na defesa do seu Estado é também o meu em relação ao Tocantins. Mas quero, nobre Senador Almeida Lima, nesse caso específico, poder dar um depoimento. O Ministro Ciro Gomes, que foi Prefeito e Governador – o Governador João Alves o conhece, por ter sido um grande Ministro do Interior, pois existe essa semelhança entre os dois –, é um brasileiro que conhece bem este País. Senador Almeida Lima, não seria este Parlamentar que iria pedir que V. Ex^a arrefecesse, diminuísse ou atenuasse seja qual for a crítica, a reivindicação, a solicitação, porque é direito não de um Senador de base aliada ou de base oposicionista, mas direito e dever de V. Ex^a defender Sergipe num momento de tanta gravidade. No entanto, conhecendo o interlocutor que é o Ministro Ciro Gomes, conhecendo a capacidade do Ministro, lembrando a ida de S. Ex^a ao nosso Estado, sei que é um dos Ministros – referi-me a núcleos duro ou mole – que não deixa um assunto dormir sobre sua mesa. Estou apenas dando um depoimento, porque experimentei, do Ministro Ciro Gomes, algumas situações e tive prontas respostas. Num Governo de 40 Ministros, certamente, se o próprio Governo divide seus Ministros em núcleos duro e mole, posso dizer a V. Ex^a que esse é um setor de Governo que responde quando solicitado. Tenho certeza de que V. Ex^a tem autoridade para falar, por ter recebido correspondência que interpreta, até certo ponto, como indelicada, mas talvez a autenticidade com a qual lida com os assuntos o Ministro Ciro Gomes tenha causado em V. Ex^a essa impressão. Não posso querer ter a legitimidade que tem V. Ex^a para defender Sergipe, mas quero ver esse problema resolvido, até porque sei do sofrimento dos irmãos. Eu disse a V. Ex^a ontem que fico indignado ao ver sofrerem com a falta e com o excesso da água. Parabênizo V. Ex^a pela veemência e pela luta em defesa de Sergipe. Não quero retirar de Sergipe e de V. Ex^a a oportunidade de uma audiência esclarecedora entre a bancada, sem a perda da legitimidade e da autoridade que tem V. Ex^a e que o assunto requer. Tenha a certe-

za de que o Ministro Ciro Gomes terá não só a competência, mas o cuidado de brasileiro e de nordestino para com um assunto tão importante. Não quero ver essa oportunidade perdida por um desentendimento. V. Ex^a traz com clareza os assuntos à tribuna. Tenho certeza de que V. Ex^a encontrará nele um interlocutor competente – S. Ex^a o é – e um homem modesto e humilde. Se errou, saberá reconhecer, mas, acima de tudo, S. Ex^a tem as condições para dar as respostas de que seu Estado necessita – espero que as dê realmente a V. Ex^a e a Sergipe.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Senador Eduardo Siqueira Campos, sem tanta veemência ou até mesmo sem nenhuma veemência, informo a V. Ex^a que essa era a impressão que também tinha de S. Ex^a, o Ministro Ciro Gomes.

Devo informar a V. Ex^a e a esta Casa que o Ministro não recebeu um único Parlamentar de Sergipe. Lá estive pessoalmente, assim como outros parlamentares. Até o último domingo, depois de oito dias, o Ministro Ciro Gomes não se dignou a dar um telefonema em resposta ao Governador João Alves Filho, que, basicamente, ficou todo o período tratando exclusivamente do assunto, transferindo, inclusive, uma viagem que faria – e o fez na noite de ontem – a Portugal e Espanha para tratar de assuntos do Estado de Sergipe, para poder ficar no semi-árido sergipano. E, no entanto, recebo uma comunicação como esta, cujo relatório fala em 135 pessoas desalojadas, enquanto a Defesa Civil estadual apresenta 740 desabrigados. S. Ex^a nos informa por que lá não foi; não quis ir por entender que poderia ser visto como uma visita publicitária. Aliás, como o governo dele gosta de fazer e como nós não fizemos. Informa a destruição de duas pontes, quando, na verdade, há mais de seis e outras de madeira que não foram identificadas ainda, diante da impossibilidade de a Defesa Civil fazer todo o percurso para as regiões do interior desses municípios. Além de rodovias interditadas, com crateras, há mais de cinco ou seis trechos entre o município de Glória e Monte Alegre; Monte Alegre e Poço Redondo; entre Monte Alegre, Poço Redondo e Porto da Folha; entre Monte Alegre, Poço Redondo e Canindé do São Francisco, e entre o Município de Canindé do São Francisco a Piranhas, como tive a oportunidade de ver, na companhia da Senadora Maria do Carmo, que está presente.

Não pode ser diferente. Não pode haver outra veemência, outro comportamento senão este, quando, em nosso Estado, os nossos irmãos estão passando por dificuldades, e o Ministro fala sem ter informações.

Ouçõ, com prazer, o Senador João Tenório, do Estado do Alagoas. Em seguida, concederei aparte à Senadora Maria do Carmo e ao Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Senador Almeida Lima, temos que iniciar a Ordem do Dia às 16 horas. Então, dentro do expediente do orador, esse aparte está assegurado, mas os outros, infelizmente, não poderemos permitir hoje.

O Sr. João Tenório (PSDB – AL) – Senador Almeida Lima, tive, igualmente, a oportunidade de, neste final de semana, caminhar um pouco pelo interior, pelo sertão do Estado de Alagoas e ver a tragédia que aconteceu de maneira inusitada, porque o infortúnio que estamos acostumados a ver no sertão do Nordeste é o da seca, que se repete com muita frequência e intensidade. De fato, o que se verifica lá, neste momento, é algo dramático, que mereceria atenção por parte do Governo Federal. Se, por acaso, fatos dessa natureza tivessem acontecido numa região desprezada, como é o Nordeste, mereceria a atenção não de uma viagem de Ministro, mas, talvez, de um grupo de pessoas que tivessem poder de decisão, de definir uma assistência mais efetiva para aquela região. Concordo com a veemência de V. Ex^a ao se revoltar contra essa atitude do Ministro por uma simples razão. Há pouco tempo, vi esse mesmo Ministro num helicóptero, visitando um outro Estado, não nordestino, sujeito a uma tragédia semelhante a essa. Parece-me que, naquele momento, S. Ex^a não dizia, não reconhecia que se tratava de uma viagem publicitária; dizia que se tratava de uma viagem de solidariedade àqueles que estavam sofrendo naquele Estado. E essa solidariedade falta agora, não acontece neste momento, acredito que seja porque somos do Nordeste, essa região que todos sabemos é desprezada com muita frequência pelas autoridades que nos governam. Muito obrigado.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Nobre Senador João Tenório, tenha a certeza V. Ex^a de que o aparte que me concede engrandece enormemente o meu pronunciamento. Trata-se do testemunho de um nordestino alagoano, vizinho a todos nós sergipanos e que vivencia da mesma forma os problemas que os nossos sertanejos estão vivenciando neste instante.

Lamento não poder conceder os apartes aos nobres Senadores, mas, pela referência que fiz à Senadora Maria do Carmo, quem sabe V. Ex^a possa requerer a palavra para uma explicação pessoal pelo fato de ter sido citada.

Sr. Presidente, muito obrigado pela benevolência de V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Tem V. Ex^a a palavra, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, há pouco, em aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti, informei que os Ministros Márcio Thomaz Bastos e José Viegas Filho haviam concordado em estar na quinta-feira próxima na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Recebi um telefonema há pouco dizendo que os Ministros virão, de fato, no dia 12.

Então, quero retificar a informação: será no dia 12 a presença dos Ministros da Justiça e da Defesa na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 26, DE 2004

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do art. 221 – Inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a apresentação de condolências à família do advogado, professor, ex-reitor e fundador da Universidade Federal do Piauí – UFPI, José Camilo da Silveira Filho, falecido em 22 de janeiro de 2004, em Teresina-PI.

Sala das Sessões, 27 de janeiro de 2004. – **Francisco de Assis de Moraes Souza.**

REQUERIMENTO Nº 27, DE 2004

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento dos jornalistas Cláudio Hahn Silva, o “Miro”, do Jornal **O Estado**, de Santa Catarina, e Aldírrio Simões, do jornal **A Notícia**, também de Santa Catarina, e do SBT. São perdas precoces de influentes jornalistas e profissionais de destaque no mencionado Estado.

a) inserção em ata de voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências às famílias.

Sala das Sessões, 27 de janeiro de 2004. – **Ideli Salvatti.**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Senador Mão Santa, V. Ex^a pode usar da palavra para encaminhar a votação.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Quero justificar e fazer o reconhecimento de todo o Estado do Piauí à pessoa do falecido professor Camilo Filho, figura extraordinária, e eu resumiria tudo: ele, sem dúvida nenhuma, foi o pai do ensino superior no Estado do Piauí. A sua inteligência, associada a de homens de sua época – ao Ministro Petrônio Portella, que presidiu esta Casa por duas vezes, e ao Ministro João Paulo dos Reis Velloso –, sem dúvida, criou a Universidade Federal do Piauí. Infelizmente, o Professor faleceu recentemente. Era possuidor de uma personalidade tão marcante que chegou a ser reconhecido popularmente no Estado do Piauí como Camilão, por sua grandeza como educador e advogado. Destaco também que foi a pessoa que por mais vezes foi Secretário de Estado no Governo do Piauí.

Solicitamos aos nossos Pares que esta Casa envie manifestação de pesar pelo falecimento desse grande homem que serviu à educação do Piauí e do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Senador Mão Santa, a Presidência agradece a V. Ex^a pela brevidade.

Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Peço a V. Ex^a para me associar à manifestação de pesar proposta pelo Senador Mão Santa.

Trata-se do professor José Camilo da Silveira Filho, uma das figuras mais notáveis do Estado do Piauí, tendo-se destacado nos campos político e educacional. Foi Secretário de Estado por diversas vezes e Diretor de Ensino Superior do Ministério da Educação por longo período. Acima de tudo, era uma pessoa querida por todos que com ele conviviam. O professor Camilo da Silveira deixa uma lacuna muito grande no setor cultural e educacional do Piauí, uma vez que, como membro da Academia de Letras, era um homem que se destacava por sua erudição e preparo.

Associo-me ao pronunciamento do Senador Mão Santo e peço a V. Ex^a que faça chegar a todos os seus familiares meus votos de profundo pesar por essa lamentável perda, também comunicando à Academia Piauiense de Letras e à Universidade Federal do Piauí a manifestação que ora se registra nos Anais desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Aprovados os requerimentos, a Presidência encaminhará as condolências solicitadas.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 28, DE 2004

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno, requero à Mesa sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado da Previdência Social, Senhor Amir Lando, sobre as medidas que estão sendo tomadas em relação à greve dos médicos peritos do INSS, responsável pela suspensão de mais de cem mil perícias médicas.

O movimento, que teve início em 3 de dezembro de 2003, afeta a concessão de benefícios do INSS, como auxílio-doença e auxílio-acidente, além dos pedidos de renovação de aposentadoria por invalidez, bem como as avaliações para isenção de Imposto de Renda (atualmente as cardiopatias graves e casos de câncer, entre outras patologias, isentam o cidadão do IR).

Sala das Sessões, 27 de janeiro de 2004. – **Lúcia Vânia.**

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 2, DE 2004

Atualiza valores das faixas de referência do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, de que trata a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os valores expressos em real no art. 2º, incisos I e II, e no art. 5º, inciso I, alíneas a a c, e inciso II, alíneas a a i, da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, consideradas as alterações posteriores, ficam

reajustados mediante sua multiplicação pelo fator 1,7 (um inteiro e sete décimos).

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos fatos geradores ocorridos a partir do dia primeiro de janeiro do exercício financeiro subsequente.

Justificação

A finalidade do Simples, tal como determinado pelo art. 179 da Constituição Federal, é a de proporcionar tratamento simplificado para os pequenos empresários, incentivando a formalização de suas atividades e do emprego de mão-de-obra.

A partir de sua instituição, centenas de milhares de empresas se organizaram e passaram a contribuir para o Erário, tirando da marginalidade os micro e pequenos empreendedores que, de outra forma, seriam constrangidos a se ocultar na informalidade.

Entretanto, desde a sua criação, a tabela do Simples está congelada. Ao invés de se atualizar a tabela, foram acrescentadas novas faixas, pela Lei nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998. Essas novas faixas elevaram o valor máximo da tabela de oitocentos e quarenta mil para um mil e duzentos reais. Aí estava o reconhecimento explícito de que a tabela necessitava um reajuste de cerca de cinquenta por cento, já naquela oportunidade.

Ora, persistindo essa política de acrescentar novas faixas na parte superior da tabela, ao invés de promover seu reajustamento em todas as faixas, o SIMPLES estará nada menos que condenado à extinção. Em pouco tempo não mais haverá diferença entre a tributação pelo Simples ou pelo regime normal.

Na atual tabela do Simples, e em consequência do acréscimo das novas faixas, a alíquota mais alta já está em 8,6%, que é acrescentada em cinquenta por cento quando se tratar de determinados tipos de empresa ou de pessoas jurídicas que auferirem receita bruta decorrente da prestação de serviços em montante igual ou superior a trinta por cento da receita bruta total.

Portanto, em alguns casos a alíquota pode atingir 12,9%. Ora, a alíquota normal para o Imposto de Renda é de 15%. É fácil perceber que as empresas de pequeno porte, em breve, estarão praticamente iguais às demais empresas, extinguindo-se o tratamento especial determinado pela própria Constituição.

Tudo isso tem efeito perverso e deseducativo. Com a tabela congelada, os pequenos empreendedores ficam literalmente proibidos de exibir progresso

em sua atividade, pois isso significa imediato aumento de tributação, por ingressarem em faixa superior.

Como, na verdade, esse “progresso”, representado por aumento de faturamento, em boa parte nada mais é que o resultado do efeito inflacionário, o que a lei está fazendo é induzir o empresário a duas alternativas: ele tem de decidir se volta para a informalidade ou se passa a sonegar para simular receita que garanta seu enquadramento na mesma faixa.

A proposta é que se reajuste em setenta por cento para a tabela. Esse aumento é o mínimo que se pode imaginar para repor os valores da tabela no mesmo patamar do ano de sua criação. O Simples é uma experiência vitoriosa. Tirou da informalidade centenas de milhares de pequenos empreendedores e milhões de empregos diretos. Não se pode correr o risco de provocar sua extinção pelo simples acúmulo da inflação.

Sala das Sessões, 27 de janeiro de 2004. – **Paulo Paim.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.317, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1996

Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES e dá outras providências.

O Presidente Da República Faça saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 2º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I – microempresa, a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);

II – empresa de pequeno porte, a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e igual ou inferior a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

§ 1º No caso de início de atividade no próprio ano-calendário, os limites de que tratam os incisos I e II serão proporcionais ao número de meses em que a pessoa jurídica houver exercido atividade, desconsideradas as frações de meses.

§ 2º Para os fins do disposto neste artigo, considera-se receita bruta o produto da venda de bens e

serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

SEÇÃO II

Do Recolhimento e dos Percentuais

Art. 5º O valor devido mensalmente pela microempresa e empresa de pequeno porte, inscritas no SIMPLES, será determinado mediante a aplicação, sobre a receita bruta mensal auferida, dos seguintes percentuais

I – para a microempresa, em relação à receita bruta acumulada dentro do ano-calendário:

a) até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais): 3% (três por cento);

b) de R\$ 60.000,01 (sessenta mil reais e um centavo) a R\$ 90.000,00 (noventa mil reais): 4% (quatro por cento);

c) de R\$ 90.000,01 (noventa mil reais e um centavo) a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais): 5% (cinco por cento);

II – para a empresa de pequeno porte, em relação à receita bruta acumulada dentro do ano-calendário:

a) até R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais): 5,4% (cinco inteiros e quatro décimos por cento);

b) de R\$ 240.000,01 (duzentos e quarenta mil reais e um centavo) a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais): 5,8% (cinco inteiros e oito décimos por cento);

c) de R\$ 360.000,01 (trezentos e sessenta mil reais e um centavo) a R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais): 6,2% (seis inteiros e dois décimos por cento);

d) de R\$ 480.000,01 (quatrocentos e oitenta mil reais e um centavo) a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais): 6,6% (seis inteiros e seis décimos por cento);

e) de R\$ 600.000,01 (seiscentos mil reais e um centavo) a R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais): 7% (sete por cento).

f) de R\$ 720.000,01 (setecentos e vinte mil reais e um centavo) a R\$ 840.000,00 (oitocentos e quarenta mil reais): sete inteiros e quatro décimos por cento;

g) de R\$ 840.000,01 (oitocentos e quarenta mil reais e um centavo) a R\$ 960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais): sete inteiros e oito décimos por cento;

h) de R\$ 960.000,01 (novecentos e sessenta mil reais e um centavo) a R\$ 1.080.000,00 (um milhão e oitenta mil reais): oito inteiros e dois décimos por cento;

i) de R\$ 1.080.000,01 (um milhão, oitenta mil reais e um centavo) a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais): oito inteiros e seis décimos por cento;

§ 1º O percentual a ser aplicado em cada mês, na forma deste artigo, será o correspondente à receita bruta acumulada até o próprio mês.

§ 2º No caso de pessoa jurídica contribuinte do IPI, os percentuais referidos neste artigo serão acrescidos de 0,5 (meio) ponto percentual.

§ 3º Caso a Unidade Federada em que esteja estabelecida a microempresa ou a empresa de pequeno porte tenha celebrado convênio com a União, nos termos do art. 4º, os percentuais referidos neste artigo serão acrescidos, a título de pagamento do ICMS, observado o disposto no respectivo convênio:

I – em relação a microempresa contribuinte exclusivamente do ICMS: de até 1 (um) ponto percentual;

II – em relação a microempresa contribuinte do ICMS e do ISS: de até 0,5 (meio) ponto percentual;

III – em relação a empresa de pequeno porte contribuinte exclusivamente do ICMS: de até 2,5 (dois e meio) pontos percentuais;

IV – em relação a empresa de pequeno porte contribuinte do ICMS e do ISS: de até 2 (dois) pontos percentuais.

§ 4º Caso o município em que esteja estabelecida a microempresa ou a empresa de pequeno porte tenha celebrado convênio com a União, nos termos do art. 4º, os percentuais referidos neste artigo serão acrescidos, a título de pagamento do ISS, observado o disposto no respectivo convênio:

I – em relação a microempresa contribuinte exclusivamente do ISS: de até 1 (um) ponto percentual;

II – em relação a microempresa contribuinte do ISS e do ICMS: de até 0,5 (meio) ponto percentual;

III – em relação a empresa de pequeno porte contribuinte exclusivamente do ISS: de até 2,5 (dois e meio) pontos percentuais;

IV – em relação a empresa de pequeno porte contribuinte do ISS e do ICMS: de até 0,5 (meio) ponto percentual.

§ 5º A inscrição no SIMPLES veda, para a microempresa ou empresa de pequeno porte, a utilização ou destinação de qualquer valor a título de incentivo fiscal, bem assim a apropriação ou a transferência de créditos relativos ao IPI e ao ICMS.

§ 6º O disposto no parágrafo anterior não se aplica relativamente ao ICMS, caso a Unidade Federada em que esteja localizada a microempresa ou a empresa de pequeno porte não tenha aderido ao SIMPLES, nos termos do art. 4º

§ 7º No caso de convênio com Unidade Federada ou município, em que seja considerada como empresa de pequeno porte pessoa jurídica com receita bruta superior a R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), os percentuais a que se referem:

I – o inciso III dos §§ 3º e 4º fica acrescido de um ponto percentual;

II – o inciso IV dos §§ 3º e 4º fica acrescido de meio ponto percentual.

.....
(À Comissão de assuntos Econômicos
– decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A proposição que acaba de ser lida terá sua tramitação iniciada a partir do dia 15 de fevereiro de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Na sessão do dia 20 do corrente, foi proposta a indicação da Senadora Ana Júlia Carepa para, nos termos regimentais, representar o Senado Federal na solenidade de encerramento das comemorações pelo transcurso do 81º aniversário da Previdência Social, a realizar-se em Belém, Pará.

Em votação a indicação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Na sessão do dia 19 do corrente, foi lido o **Requerimento nº 5, de 2004**, do Senador Marcelo Crivella, solicitando a prorrogação, até o dia 27 do corrente, de licença autorizada pelo Senado, tendo em vista a necessidade de sua permanência nos Estados Unidos da América do Norte, a fim de concluir participação em missão da Subcomissão Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros detidos em estabelecimentos prisionais naquele país.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Na sessão do dia 20 do corrente, foi lido o **Requerimento nº 9**,

de 2004, do Senador Hélio Costa, solicitando, nos termos regimentais, autorização para ausentar-se do País no desempenho de missão cultural e política de interesse parlamentar.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 855, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 855, de 2003 (nº 3.004/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Assistên-

cia Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para Prevenção, Investigação e Combate a Infrações Aduaneiras, celebrado em Brasília, em 12 de dezembro de 2001.

Parecer favorável, sob nº 8, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 855, DE 2003

(nº 3.004/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo de Assistência Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para Prevenção, Investigação e Combate a Infrações Aduaneiras, celebrado em Brasília, 12 de dezembro de 2001.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Assistência Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da

Rússia para Prevenção, Investigação e Combate a Infrações Aduaneiras, celebrado em Brasília, em 12 de dezembro de 2001.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, assim como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Item 2:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 856, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 856, de 2003 (nº 683/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo de Integração Educacional para o Prosseguimento de Estudos de Pós-Graduação nas Universidades dos Estados Partes do Mercosul e da República da Bolívia, assinado em Brasília, em 5 de dezembro de 2002.

Parecer favorável, sob nº 9, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Rodolpho Tourinho.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)
Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentado. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 856 DE 2003

(nº 683/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Protocolo de Integração Educacional para o Prosseguimento de Estudos de Pós-Graduação nas Universidades dos Estados Partes do Mercosul e da República da Bolívia, assinado em Brasília, 5 de dezembro de 2002.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Protocolo de Integração Educacional para o Prosseguimento de Estudos de Pós-Graduação nas Universidades dos

Estados Partes do Mercosul e da República da Bolívia, assinado em Brasília, 5 de dezembro de 2002.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Protocolo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do artigo 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – **Item 3:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 857, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 857, de 2003 (nº 684/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Decisão CMC nº 17/02, do Conselho do Mercado Comum, que altera a Decisão CMC nº 1/98, que regulamenta o uso dos símbolos do Mercosul, aprovada por ocasião da XXIII Reunião do referido órgão do Mercosul, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.

Parecer favorável, sob nº 10, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, este projeto se refere aos símbolos do Mercosul. Gostaria de salientar que, na última semana, o Ministro Celso Amorim solicitou ao Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que forneça a orientação para que, nos aeroportos, portos e lugares de chegada às fronteiras do Brasil, seja exigida apenas a carteira de identidade dos cidadãos oriundos dos países do Mercosul e também do Chile, Peru e Bolívia; ou seja, para os cidadãos do Chile, Bolívia e Peru haverá tratamento similar àquele que já vêm sendo dado aos da Argentina, Paraguai e Uruguai.

Considero importante essa iniciativa. Nos aeroportos, haverá lugar de chegada para os brasileiros, para os cidadãos do Mercosul e do Chile, Bolívia e Peru, para os demais estrangeiros e agora também para os americanos, que terão sua fotografia e identificação datiloscópica realizadas.

Sr. Presidente, gostaria de ressaltar que o ideal seria um procedimento simplificado para os cidadãos das três Américas, como o que começa a existir para os do Mercosul, Peru, Bolívia e Chile, a fim de que haja, de fato, livre trânsito de pessoas, com a menor burocracia possível.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trago a minha concordância com as palavras ditas pelo Senador Eduardo Suplicy sobre um assunto tão importante, que diz respeito à convivência entre os povos latinos, os povos irmãos da América do Sul, de modo distinto, aqueles vinculados ao Mercosul.

Aproveito para citar a matéria do item anterior, já aprovada, que assegura a jovens formados nos países do Mercosul, como também na Bolívia, Peru e demais países da América do Sul o acesso a cursos de pós-graduação em universidades, num intercâmbio cultural e científico.

Ambas são matérias da maior relevância. Acredito que o Brasil deveria ficar alerta para a legislação draconiana que trata do reconhecimento da atividade de brasileiros formados no exterior. Nessa integração cultural que move os países da América Latina, jovens saem do País em busca de uma melhor qualificação e, ao retornarem, infelizmente, recebem tratamento marginal. Essa legislação baseia-se em conceitos corporativistas das universidades, presas a dogmas e atitudes fechadas de algumas corporações e atividades profissionais.

O Ministério da Educação tem responsabilidade direta nessa matéria e deve normatizá-la, seguindo o que está sendo feito no campo das relações internacionais. O Brasil não pode ter uma política externa atualizada e, ao mesmo tempo, políticas draconianas de integração e cooperação cultural e científica em educação entre os povos irmãos.

O apelo que faço é para que o Ministério da Educação fique atento e procure atualizar-se em uma matéria tão relevante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Continua em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado

**(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 857, DE 2003**

(Nº 684/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto da Decisão CMC nº17/02, do Conselho do Mercado Comum, que altera a Decisão CMC nº 1/98, que regulamenta o uso dos Símbolos do Mercosul, aprovada por ocasião da XXIII reunião do referido órgão do Mercosul, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Decisão CMC nº 17/02, do Conselho do Mercado Comum, que altera a Decisão CMC nº 1/96, que regulamenta o uso dos símbolos do Mercosul, aprovada por ocasião da XXIII Reunião do referido órgão do Mercosul, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Decisão, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento nº 23, de 2004, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2003.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, este assunto é realmente muito importante e foi unanimemente aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Todos os líderes com quem conversei são favoráveis a que se vote na sessão de hoje esta matéria, levando em conta que amanhã ou depois poderá haver problema de pauta. É importante para associações e empresários que seja resolvido com brevidade. Como foi dado o caráter de urgência, poderíamos votar hoje, sobretudo porque estamos em período de convocação extraordinária, quando esses assuntos costumam ser votados com mais pressa, fugindo às vezes aos dispositivos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência colocará em votação o requerimento e, em seguida, consultará os Líderes para saber se não há objeção a que a matéria seja votada na sessão de hoje, como solicitou o Senador Antonio Carlos Magalhães.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A partir deste momento, passamos a consultar os Srs. Líderes.

Líder Tião Viana, V. Ex^a concorda que esta matéria seja votada na sessão de hoje?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Nenhuma discordância, Sr. Presidente. Inteira concordância com a votação hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Pelo mérito, Sr. Presidente, o PFL está inteiramente de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – O PDT está de acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Senador Efraim Morais, Líder da Minoria.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – De acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Pelo PSDB, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – De acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Senador Aloizio Mercadante, pela Liderança do Governo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – O Governo está de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Como houve entendimento, vamos passar à discussão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Item extra-pauta:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 113, DE 2003

(Incluído na pauta, após consulta às Lideranças, nos termos do Requerimento nº 23, de 2004, de urgência, lido e aprovado nesta oportunidade)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2003, e da Emenda nº 1, da CCJ, que tem parecer favorável. (Pausa.)

(*) Republicado em virtude de incorreções no texto do Projeto.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação a Emenda nº 1, da CCJ, de redação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final para o Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2003, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte

PARECER Nº 97, DE 2004

Da Comissão Diretora

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2003 (nº 1.273, de 2003, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2003 (nº 1.273, de 2003, na Casa de origem), que institui regime especial para alteração estatutária das associações, e altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, consolidando a Emenda nº 1, de redação, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovada pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 27 de janeiro de 2004. – **Paulo Paim**, Presidente – **Romeu Tuma** – Relator, **Heráclito Fontes** – **Eduardo Siqueira Campos**.

ANEXO AO PARECER Nº 97, DE 2004

Institui regime especial para alteração estatutária das associações, e altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** do art. 2.031 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2.031. As associações, sociedades e fundações, constituídas na forma das leis anteriores, terão o prazo de 2 (dois) anos para se adaptar às disposições deste

Código, a partir de sua vigência igual prazo é concedido aos empresários.

.....”(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Passa-se, agora, à apreciação do **Requerimento nº 24, de 2004**, de urgência, lido no Expediente, para o **Projeto de Resolução nº 57, de 2003**.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria a que se refere figurará na Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária, nos termos do art. 345, inciso II, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos regimentais, somente podem ser apreciados dois requerimentos de urgência por sessão. Entretanto, como estamos em período de convocação extraordinária, consulto se o Plenário concorda que um terceiro requerimento de urgência seja apreciado nesta oportunidade. (Pausa.)

Não havendo objeção do Plenário, passa-se à apreciação do **Requerimento nº 25, de 2004**, de urgência, lido no Expediente, para o **Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2004**.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria a que se refere figurará na Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária, nos termos do art. 345, inciso II, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Voltamos à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Bornhausen, como Líder, por 20 minutos, para uma comunicação de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “b”, do Regimento Interno.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. Senadoras e Srs. Senadores, em 2003, o crescimento econômico do País foi zero. Tivemos mais 650 mil desempregados, e os trabalhadores registraram perda salarial de 13% do trabalhador brasileiro. 2003 foi um ano perdido, com uma administração absolutamente reprovada.

Encerrada a sessão legislativa, com a oposição sem acesso à tribuna parlamentar, ocorreram fatos envolvendo dois contratos de mais de US\$2 bilhões, que precisam ser investigados. Feitos pelas gigantes estatais Petrobras e BNDES, esses contratos são, no mínimo, fruto de gestão temerária. A Petrobras contratou por US\$923 milhões a plataforma P-52 e patrocinou milionária publicidade; o BNDES, por sua vez, refinanciou um contrato de US\$1,2 bilhão com a empresa americana AES, perdendo juros de mora de US\$193,7 milhões. A Petrobras gastou na sua campanha publicitária mais de 50 milhões para justificar a compra da plataforma; páginas de jornais, encartes maravilhosos, para justificar o injustificável.

A memória levou-me ao primeiro programa eleitoral do candidato do PT à Presidência da República. O candidato dirigiu-se a Angra dos Reis e, num estaleiro, de forma emocionada e num lance espetacular, de efeito eleitoral positivo, declarou:

No momento em que a economia precisa de dólares e nosso povo de empregos, a Petrobras faz o inexplicável e contrata a construção de uma plataforma em Cingapura e outras duas podem tomar o mesmo caminho. Achei essa história tão absurda que vim até Angra conferir. E é tudo verdade. É um duplo prejuízo.

Isso disse o candidato, citando o valor que seria pago aos estaleiros estrangeiros – US\$1,5 bilhão – e os 25 mil empregos que deixariam de ser criados no Brasil.

O impacto do programa do PT foi fulminante. Todo o noticiário repercutiu o programa e informava que cada plataforma custaria US\$500 milhões.

Os ataques eleitorais continuaram. O atual Presidente da Eletrobras, Professor Luiz Pinguelli Rosa, elaborou com outros “companheiros” artigo publicado na Folha de S.Paulo com o título “A construção de plataformas de petróleo no País”, em que ataca a direção da estatal.

Em artigo publicado no jornal **O Globo**, em 30 de agosto de 2002, o Dr. Ricardo Beltrão, Gerente-Geral de Pesquisa em Engenharia Básica da Pe-

trobrás, defendeu a decisão da empresa, e devo destacar alguns trechos do seu texto que são muito esclarecedores.

Plataforma: assunto técnico.

Evidentemente a construção de plataformas desse porte requer infra-estrutura compatível com o vulto do empreendimento. Ao menos neste ponto, todos parecem estar de acordo. Mas, daí a crer que o projeto pudesse se ajustar a outros requisitos ou limitações, como, por exemplo, as registradas nos estaleiros brasileiros, vai uma distância além do razoável.

Cabe esclarecer que eventuais limitações de movimentação de carga de estaleiros e canteiros acarretarão impactos no prazo de construção e, conseqüentemente, perdas financeiras. Um mês de atraso na entrega dessas plataformas representaria perda de receita da ordem de 100 milhões de dólares por mês, por plataforma.

No final de novembro de 2002, após as eleições, a direção da Petrobras indicada pelo Governo anterior, prudentemente, adiou para janeiro de 2003 a licitação, atendendo a uma posição pública do Presidente eleito.

Em fevereiro, o Governo petista, atendendo às instruções do Presidente da República, alterou o edital, incluindo percentuais mínimos obrigatórios de conteúdo nacional. E, novamente, o noticiário advindo da Petrobras orçava o preço das duas plataformas em US\$500 milhões cada uma.

Finalmente, as propostas foram recebidas em abril, com um atraso de três meses, apesar do alerta sobre grandes prejuízos feito publicamente pelo Dr. Ricardo Beltrão.

Já em 24 de setembro de 2002, o Senador José Jorge, com o conhecimento e a autoridade de ex-Ministro de Minas e Energia, pedia no Senado informações sobre o processo de contratação das plataformas P-51 e P-52.

Em 24 de outubro de 2003, a Petrobras respondeu. Na resposta, consta que o consórcio ganhador apresentou os melhores preços para P-51 e para P-52, respectivamente US\$701 milhões e US\$774 milhões.

Diz a Petrobras:

Após a análise das propostas comerciais em conjunto com os financiamentos apresentados, a Petrobras decidiu classifi-

car, para a plataforma P-52, o Consórcio FELS/SETAL/TECHNIP...

O processo licitatório da plataforma P-51 foi encerrado com base na disposição do Convite que impedia a adjudicação das duas plataformas à mesma empresa.

O Senador José Jorge considerou que algumas indagações não mereceram respostas objetivas e concretas e formulou novo requerimento de informações até hoje não respondido, e cujas indagações principais passo a ler:

Indago a respeito da significativa diferença de preços entre a P-40 e a P-52. A diferença da capacidade de produção entre uma e outra, de 20%, justificaria pagar mais de três vezes pela nova unidade?

Indago também o seguinte: se o Consórcio FELS/SETAL/TECHNIP [o consórcio ganhador] apresentou preços para a P-51 e a P-52, por que adquirir da empresa a plataforma de maior preço (P-52)? Não seria mais conveniente e econômico adquirir a de menor preço (P-51), sabendo que esses equipamentos são praticamente iguais?

Até hoje não há resposta.

No final de dezembro, com toda pompa, o Presidente da República, responsável maior pela decisão, participou da celebração do contrato, que, orçado em US\$500 milhões, quase dobrou, chegando a US\$923 milhões.

Resultado: o preço contratado subiu mais de 80% do que o previsto, o atraso causará prejuízos mensais enormes, a meta para 2007 está defasada e, em vez de duas plataformas, teremos uma pelo preço de duas e os 25 mil empregos previstos pelo candidato foram reduzidos a 2.500.

Triste resultado para o País, além de prejuízo evidente para cerca de 420 mil acionistas minoritários, sem falar do desprestígio para os adquirentes de papéis da Petrobras na bolsa da Nova Iorque.

Não bastasse o grande desastre, a Petrobras arrematou o desperdício com um nababesco e desnecessário processo de publicidade, competentemente denunciado no final do ano pelo jornalista Josias de Souza no jornal **Folha de S.Paulo**, do qual destaco importante trecho:

A Petrobras celebrou o seu cinquentenário à grande. Patrocinou uma festa publi-

citária de arromba. Incinerou R\$54 milhões na divulgação de anúncios.

As peças trazem a digital do Planalto.

O bolo publicitário foi rateado entre 156 jornais, 61 emissoras de rádio, 14 canais de TV e sete revistas. Até o final de outubro, a Petrobras havia desembolsado R\$47 milhões do total de R\$54 milhões.

Também o jornal **O Estado de S. Paulo**, no dia 25 de dezembro de 2003, publicou um editorial cujo título, por si só, já diz tudo: "O preço da demagogia". Lá está escrito:

O leitor desprevenido fica sabendo, se depender apenas do presidente e do anúncio da empresa estatal, que Lula cumpriu uma promessa de campanha, ao fazer a P-52 ser montada – e não "construída", como ele afirmou – em estaleiro nacional. Isso é fato, da mesma forma que é verdade que haverá emprego para cerca de 2.500 operários brasileiros.

Alguns detalhes, porém, não foram revelados.

Por exemplo, ninguém se lembrou de dizer que, se os prazos do edital original tivessem sido cumpridos, a contratação da plataforma não teria sofrido um atraso de oito meses – e cada mês de atraso, segundo advertiu, na época, a antiga diretoria da Petrobras, significaria um prejuízo da ordem de US\$100 milhões para a empresa.

Também se omitiu o fato de que a P-52 terá um índice de nacionalização de 40% – abaixo dos 45% previstos... e muito abaixo dos 55% de fato obtidos com a construção da plataforma P-50, nos estaleiros Juong, em Cingapura.

.....
Na decisão do Governo, também não se levou em consideração – e isso não foi explicado ao público – o peso dos impostos brasileiros. Só de ICMS, a Petrobras pagará ao Estado do Rio de Janeiro a bagatela de US\$170 milhões, o que significa um sobrepreço de cerca de US\$130 milhões sobre a mesma plataforma construída no exterior.

Por fim, a publicidade feita pelo Presidente Lula e pela Petrobras informa que a plataforma de produção será montada no Brasil, mas surrupia a notícia de que os cas-

cos da embarcação serão construídos em Cingapura – e é esta a etapa industrial que mais gera empregos.

Igualmente esclarecedor foi o artigo “A corrida entre a propaganda e os fatos”, divulgado pelo jornalista Carlos Alberto Sardemberg – doc. nº 10 – no jornal **O Estado de São Paulo** no dia 29 de dezembro. Diz um trecho:

(...) Armou-se uma solenidade para sacramentar a encomenda, oportunidade para um discurso do Presidente e vasta propaganda paga na imprensa, incluindo um encarte nas revistas. Tudo bem que o Governo anuncie seus atos, mas a coisa ficou meio marota.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Jorge Bornhausen, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Atenderei V. Ex^a em seguida.

O encarte diz que a P-52 “significa um investimento de US\$900 milhões e a geração de mais de 2.500 empregos diretos”. (...) E diz no texto maior: “Serão 2.500 empregos diretos na sua construção e milhares de novos postos de trabalho nas indústrias de bens de capital”. “Viram como é simples?”, disse Lula. Mas não é bem assim. Primeiro, o preço da plataforma, o “investimento”, de US\$900 milhões, é alto.

Não explicaram que saiu bem mais caro do que se tivesse sido feita em estaleiro de fora. Uma das razões é o ICMS de US\$170 milhões cobrado pelo Governo fluminense. (...)

Na verdade, a P-52 será “montada” no Brasil, como diz a chamada do encarte, e não “construída”, como diz, numa confusão marota, o texto da outra página. Ou seja, a peça de propaganda embaralha as coisas, para esconder que: 1) a indústria nacional, de fato, não tinha condições de construir a plataforma, como dizia a gestão anterior da Petrobras; 2) a parte principal da P-52 vem do exterior para ser montada aqui; 3) fica mais caro, o que é prejuízo para cerca de 400 acionistas da Petrobrás; e 4) a estatal está, portanto, pagando mais caro para gerar empregos. E, por sinal, quantos seriam mesmo os empregos? São 2.500

empregos diretos na montagem, diz uma das páginas do encarte.

Mas não ficou aí o processo do Governo.

Ouçó o Líder do PT, já que farei, em seguida, a advertência sobre o contrato realizado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e a AES.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Caro Senador Jorge Bornhausen, estou ouvindo atentamente o pronunciamento de V. Ex^a, um pronunciamento que tem densidade e que aborda uma visão estratégica do desenvolvimento nacional, uma visão de proteção do patrimônio nacional e de defesa da indústria brasileira, numa área tão fundamental como a prospecção, a utilização e a transformação do petróleo, que no caso tem como alvo a Petrobras. Eu gostaria apenas de externar a V. Ex^a que acompanhei também esse processo e que tenho conversado com o Presidente José Eduardo Dutra, estimado ex-Senador desta Casa. Vejo absoluta responsabilidade na forma como S. Ex^a tem conduzido o processo. Foi um processo licitatório demorado, sim, mas por razões de ponderações e de apelos das empresas participantes quanto aos prazos, que deveriam ser dados com maior extensão para a adequação. Há uma complicação grave procedente de subfornecedores que se avolumam, complicação que tem suas características também no processo licitatório. E estão sendo tomados todos os cuidados que a Petrobras tinha que ter na condução do grande volume de investimento de US\$2 bilhões, como V. Ex^a expõe muito bem. Tenho certeza absoluta de que não estamos tratando de compra e implantação de serviço apenas. Estamos falando de tecnologia de ponta. E não dispusemos de recursos para que afirmássemos o projeto no Brasil. E não foi somente Cingapura, mas componentes fundamentais vinham dos Estados Unidos e da Itália porque havia a necessidade de acomodar o trinômio “custo, prazo e qualidade”. Tivemos de considerar todos esses fatores. E o componente nacional mínimo inserido em cada plataforma foi uma luta árdua e incessante da Petrobras. Trabalhamos com componentes nacionais mínimos da ordem de 75%, oscilando até 35% – aproximadamente os 40% que V. Ex^a mencionou. Mas foi uma realidade construída a partir do que era possível, pensando nesse trinômio. E grande parte da tecnologia para a implantação e os testes de resistência dos cascos – não só os **topsides**, que são a parte superior da plataforma – provêm de Angra dos Reis, gerando dois mil e quinhentos empregos diretos e dez mil empregos indiretos. Seria bom que essas matérias feitas pelo jornal **O Estado de SPaulo** tivessem levado isso em conta, particularmente nesse debate e crítica externada

pela imprensa. Creio que o trinômio “custo, prazo e qualidade” foi um componente fundamental e veio associado a uma visão estratégica. A Petrobras é uma empresa estatal que disputa tecnologia de ponta e tem que estar à altura dos tempos atuais. Esse foi o recurso que encontramos para conduzir um processo de tamanha responsabilidade, com a elevada visão estratégica que deve ter o Brasil. Não houve uma frustração na geração de emprego nacional; houve uma composição daquilo que era possível associar entre tecnologia e geração de emprego e a consolidação da empresa nacional.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Agradeço o aparte de V. Ex^a. Quanto aos pontos destacados por V. Ex^a – custo, prazo e qualidade –, cabe-me tecer algumas considerações. Quanto ao custo, uma plataforma orçada em US\$500 milhões custou US\$923 milhões. Quanto ao prazo, a entrega, apesar do alerta da diretoria anterior, teve um atraso de oito meses, o que vai diminuir em faturamento US\$800 milhões para a Petrobras. Não discuto a qualidade porque não tenho capacidade nem conhecimento suficiente para isso, mas V. Ex^a, que é um Líder eficiente, poderia perfeitamente, na abertura dos trabalhos normais do Congresso, convidar o Presidente da Petrobras para explicar o custo, o preço e a propaganda colocada fora dos recursos públicos brasileiros.

Quero me referir ainda ao contrato do BNDES com a AES. O jornal **Folha de SPaulo**, no dia 30 de dezembro, publicou uma reportagem com a seguinte manchete: “BNDES perdoa US\$193,7 milhões de dólares”. E traz os detalhes da contratação, inclusive o fato de que o contrato teve quatro mil páginas e de que se entrou madrugada a dentro do último dia do ano.

Diz a reportagem da **Folha de SPaulo**:

Pelo contrato, o BNDES reestrutura a dívida de US\$1,2 bilhões da AES da seguinte forma: US\$601,6 milhões passam a ser capital da Brasileira; US\$90 milhões serão pagos à vista; e US\$510 milhões serão transformados em debêntures conversíveis em ações a vencer em 11 anos, com três de carência, a juros de 9% ao ano. (...)

O contrato de renegociação da dívida da AES com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), divulgado ontem, inclui o perdão pelo banco de US\$193,7 milhões (cerca de R\$554 milhões). Esse valor representa os juros de mora devidos pela empresa norte-americana por atraso no pagamento da sua dívida de US\$1,2 bilhão (cerca de R\$3,43 bilhões).

O valor perdoado é R\$60 milhões maior do que o empréstimo de R\$494 milhões que o banco acaba de fazer à Prefeitura de São Paulo para investimentos no sistema de transporte coletivo. O perdão está condicionado a que a AES não volte a ficar inadimplente [uma cláusula perfeitamente dispensável]. (...)

O contrato faz do BNDES sócio, em condições praticamente iguais às da AES, da Brasileira Energia S.A., cabeça de um emaranhado de 18 empresas (...).

O banco investiu US\$601,7 milhões para ser dono de 50% menos uma ação ordinária (com direito a voto) e mais 50 milhões de ações preferenciais (sem direito a voto). O BNDES terá 53,85% do capital da Brasileira, mas apenas dois assentos no Conselho de Administração, contra três da AES.

Esse contrato causa ainda mais espanto quando recordamos as declarações do Presidente Carlos Lesa, do BNDES, na Comissão de Assuntos Econômicos, quando se discutiu, como devem estar bem lembrados seus integrantes, a autorização para ser contratado o financiamento do BNDES para a Prefeitura de São Paulo. Com sua franqueza habitual, o Presidente do BNDES disse que o Banco estava já em desacordo com o Tratado da Basiléia e que, por isso, não poderia ser liberado o financiamento feito, aprovado naquele dia, porque, de acordo com o estabelecido nos critérios internacionais, estavam trancados para o BNDES os financiamentos públicos.

Na realidade, ele fez uma declaração de falência, pediu que houvesse aportes de financiamentos e disse: a única solução é a AES pagar. Mas pagar dessa maneira? Pagar com um perdão de US\$193 milhões? Pagar noventa milhões e receber debêntures em onze anos, com três anos de carência e juros de 9%? Isso não é pagamento, isso tem que ser minuciosamente examinado.

O PFL deseja obter esclarecimento completo sobre os dois contratos e tomará todas as providências congressuais possíveis, já que não compactua com desperdício de dinheiro público, ainda mais de um Governo que se especializou em uma única coisa: aumentar tributos. O País quer e o PFL pede que tudo seja esclarecido.

Durante o discurso do Sr. Jorge Bornhausen, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.

Durante o discurso do Sr. Jorge Bornhausen, o Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra, pela Liderança do PFL, à nobre Senadora Maria do Carmo Alves. A Senadora fala devidamente autorizada, por ofício enviado a esta Mesa, pela Liderança do PFL.

V. Exª dispõe de até 20 minutos.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ao chegar hoje a esta Casa, solicitei uma comunicação inadiável, até para reforçar as comunicações feitas ontem aqui com relação ao estado de calamidade em que se encontra o Estado de Sergipe. Mas, para minha surpresa, eu estava no meu gabinete e ouvi a Senadora Ideli Salvatti dar algumas explicações aqui que, lamentavelmente, não são verdadeiras.

S. Exª listou uma série de providências que o Governo Federal teria tomado com relação a Sergipe. Mas lamento informar, Sr. Presidente, que nenhuma dessas providências foi efetivada. Foi o Governo do Estado que teve de bancar toda a assistência emergencial às três cidades do Estado que estão isoladas da capital – Poço Redondo, Porto da Folha e Canindé, extremamente prejudicadas pelas chuvas.

O Governo do Estado teve de arcar com tudo. Fez gestões junto à Defesa Civil e enviou um relatório de tudo o que ocorreu lá – sete pontes foram destruídas –, mas não conseguiu nenhuma resposta.

Ontem, o Exército iniciou a instalação de pontes móveis, contratadas pelo Governo do Estado. Abro um parêntese para dizer da eficiência e rapidez com que o Exército teve em atender a esse apelo do Governo de Sergipe. No próximo domingo, o Governador deverá inaugurar essas pontes que farão a ligação dessas cidades ao restante do Estado de Sergipe e, inclusive, ao Estado de Alagoas.

É lamentável que o Governo Federal não tenha tido a sensibilidade nem de responder a um telefonema do Governo de Sergipe, quanto mais aos expedientes que foram enviados para a Defesa Civil inicialmente e, depois, para o Ministério da Integração Nacional. Na semana passada, a Bancada Federal fez gestões junto à Defesa Civil e ao Ministério da Integração Nacional, não obtendo sucesso algum.

Então, confirmo a veracidade de todas as afirmações do Senador Almeida Lima, que, no sábado,

acompanhou o Governador do Estado – eu também estava lá –, sobrevoando a região e tendo reuniões em cada uma dessas cidades.

É, desse modo, lamentável o tratamento que o Governo Federal dispensa ao Governo de Sergipe. Trata-se de um Governo do PFL, mas apelo para que não se faça essa distinção, pois, neste momento, quem está sofrendo é a população do Estado. Sergipe é um Estado pobre que não pode arcar com as despesas que está tendo que fazer: colocou à disposição dessas cidades quatro ou cinco helicópteros alugados para transportar pessoas para os hospitais em Aracaju. É uma situação de muita preocupação, e o Governo Federal deve ter a sensibilidade de saber que ali está uma parcela do povo brasileiro. A preocupação não deve ser apenas com o povo só do PT.

No sábado, uma comitiva comandada pelo Prefeito de Aracaju – que é do PT – foi ao sertão. O Prefeito é do PT, mas quem foi socorrer foi o Governo do Estado. Deram antes uma entrevista, dizendo que a Petrobras estava disponibilizando R\$150 mil para cada Município, o que é profundamente lamentável. Esse não é o papel da Petrobras; é o papel do Governo Federal, que tem a Defesa Civil, que tem o Ministério da Integração Nacional, que deve imediatamente enviar auxílio para os flagelados.

Deixo aqui meu registro e lamento o relatório que ouvi da Senadora, porque nada do que foi dito é verdade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador João Capiberibe. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais, que falará por cessão do nobre Senador Valdir Raupp.

V. Exª dispõe de até 50 minutos.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho mais uma vez a esta tribuna tratar da reforma do Judiciário. Abordei pela primeira vez esse tema no início do ano passado, quando o Governo Lula não o havia ainda inscrito entre suas prioridades. Louvo que o tenha feito na seqüência.

Não tenho dúvidas de que a reforma do Judiciário é das mais dramáticas prioridades do País. Sem Justiça – no sentido estrito e no sentido lato –, de que serve a democracia? Não passa de figura de retórica, a enfeitar discurso de bacharéis. A Justiça é que dá conteúdo ético e moral ao Estado de Direito Democrático. Dá-lhe consistência.

Lamentavelmente, não a temos. Ou a temos precariamente. A notória inoperância do sistema judiciário brasileiro retarda a produção de Justiça. E Justiça que tarda, já advertia o nosso Patrono Rui Barbosa, é “injustiça qualificada e manifesta”. Mais que tardá-la, torna-a inacessível às camadas menos privilegiadas da população. Hoje, apenas os bem-remunerados – que são relativamente bem poucos no Brasil – têm condições de fazer frente a uma demanda judicial.

Por todas essas razões e por outra que não mencionei, a reforma do Judiciário é mais do que uma prioridade; é uma urgência e uma emergência institucional.

Contrasta com essa urgência o fato de a proposta que promove essa reforma estar tramitando no Congresso há nada menos do que doze anos. Mas antes tarde do que nunca. A proposta chegou à Câmara em 1992 e só foi votada em plenário em 2000, resultando em algo bem diferente da original. De lá, veio para o Senado, onde sofreu novas alterações na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo como Relator o ex-Presidente da OAB e ex-Senador Bernardo Cabral.

Ouçõ V. Ex^a, Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Efraim Morais, ouvi atentamente o pronunciamento de V. Ex^a e fiquei feliz em poder concordar integralmente com o que diz, pois V. Ex^a atende ao clamor da sociedade brasileira e com isso demonstra sensibilidade. É disso que o Brasil precisa quando se fala em visão de cidadania, em Estado democrático de direito e em ordenamento jurídico. A reforma do Judiciário parece ser uma parte da atividade do Congresso Nacional e da vida pública brasileira, mas, no meu entendimento, que coincide com o de V. Ex^a, pelo que expressou aqui, essa reforma deveria ser o coração de todo o movimento em busca da cidadania e do Estado democrático nacional. Quando me lembro de que o projeto está no Congresso há doze anos, assim como V. Ex^a, fico angustiado e aflito. Não ficaria talvez se percebesse um Parlamento atento e judicioso no acompanhamento e no debate da matéria. Na legislatura passada, quando o Senador Bernardo Cabral pregava a reflexão sobre a reforma do Judiciário e uma agenda para votá-la, observei o completo esvaziamento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e o desinteresse pelo debate tão importante que tínhamos. Assim, ao receber o relatório de S. Ex^a, a Casa estava despreparada para votá-lo. Agora o Senador José Jorge apresenta também uma agenda, e o esvaziamento se confirma na CCJ. Há uma inconstância, uma contradição entre o que é uma necessidade nacional e aquilo que tem sido o comporta-

mento legislativo para dar ênfase à votação de matéria dessa natureza. Gostaria de dizer a V. Ex^a, Senador Efraim Morais, crítico duro da reforma da Previdência, que estão retidos mais de 150 bilhões, decorrentes de dívidas dos sonegadores da Previdência, do INSS, mas não temos um Poder Judiciário operante, atual e ágil o suficiente que nos permita recolher esses recursos para investimento na Previdência Social brasileira ou em outros setores. E tudo em função de não termos uma reforma do Judiciário atual. Penso que essa reforma pode ser a grande causa, o grande vetor de um novo modelo de política pública e de investimento social efetivo no Brasil. Ela é inadiável e penso que não há razão para o Parlamento querer que continue sendo protelada.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL PB) – Senador Tião Viana, V. Ex^a tem razão no que diz respeito à reforma ser, sem dúvida, a mais importante. Confesso a V. Ex^a que estranhei o fato de ela não ter sido considerada prioritária entre tantas outras reformas. Se assim tivesse acontecido, acredito, o Governo do Presidente Lula teria evitado essa situação incômoda em que ficaram os Parlamentares que o apoiavam, os quais tiveram de votar a reforma da Previdência, tentando cobrir um rombo que, como sabemos, não representava 0,5% daquilo que era possível adquirir por meio da Justiça, levando para os funcionários públicos, mais uma vez, a carga com a cobrança de INSS dos aposentados, o estabelecimento do teto, enfim, tudo aquilo que prejudicou uma classe que não é responsável por esse rombo, já que o funcionário público é descontado em folha e não sonega. O funcionário público, todo fim de mês, é taxado de acordo com o que determina a legislação. Não há perigo algum de estar incluído na relação de sonegadores.

V. Ex^a tem razão: precisamos encontrar os caminhos dentro da conveniência da sociedade brasileira! Vou concluir mais adiante, no meu pronunciamento, dizendo que estranho essa reforma não ter tramitado convenientemente. Estranho também o fato de o Governo não lhe ter dado a prioridade e ter preferido tentar votá-la em vinte dias, em uma convocação extraordinária.

Vamos adiante! Temos muito o que conversar. A verdade é que essa reforma não chegou ao plenário desta Casa. Nos primeiros meses do Governo, V. Ex^a, Líder do PT, Partido do Presidente, e o Ministro da Justiça e também ex-presidente da OAB, Ministro Márcio Thomaz Bastos, consideraram ruim a proposta resultante dos trabalhos da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado. Instituiu-se, então, uma comissão, no âmbito do Ministério da Justiça, para formular nova proposta da reforma. É eviden-

te que, diante disso, o Presidente desta Casa, eminente Senador José Sarney, decidiu devolver à CCJ a proposta que seria encaminhada ao plenário para votação, a fim de que fosse novamente discutida no âmbito daquela Comissão.

Sabemos que o Governo Lula não gosta da proposta que o Senado iria votar, mas ainda não encaminhou a dele. E precisamos dessa urgência! Em respeito à posição do Ministro e em decorrência de uma decisão do Presidente desta Casa, que os Líderes e os Senadores acataram, estamos esperando uma proposta do Poder Executivo, que, infelizmente, ainda não chegou.

Diante disso, surpreendeu-me a iniciativa do Governo de incluir a reforma do Judiciário na pauta da convocação extraordinária do Congresso, sem ter enviado sugestões, que foi o motivo por que a proposta saiu deste plenário.

Se, em doze anos, não foi possível produzir uma proposta conclusiva que atendesse não apenas às expectativas dos chamados operadores do Direito, ou seja, advogados, magistrados e procuradores, como fazê-lo no estrito prazo de vinte dias de uma convocação extraordinária? Supus que a inclusão da proposta teria o objetivo apenas de contar prazo para a tramitação ou, menos ainda, de deflagrar novo debate, que acredito seja a parte positiva da inclusão, à luz das diretrizes sugeridas pelo Ministro da Justiça.

Mas não. Soube pela mídia que é intenção do Governo votar, neste estrito prazo, alguns pontos fundamentais da proposta. Sr. Presidente, peço vênia para discordar do Governo e protestar contra essa atitude. Sou daqueles que entendem que não tem sentido fatiar a reforma. E V. Ex^a concorda comigo que é a matéria mais importante a ser discutida no decorrer deste primeiro semestre, mas entende o Governo que pode fatiá-la. Isso não. O Governo deve respeitar, acima de tudo, o Poder Judiciário, que merece nosso respeito. Nós, Senadores e Deputados, entendemos que esse não é o melhor caminho para a reforma do Judiciário. Não pode um tema de tal magnitude ser aprovado em rito sumário. Ora, se o Governo não deseja rito sumário para a PEC nº 77 – quero lembrar que houve um acordo, de cuja negociação o Ministro José Dirceu participou e até ligou para o Líder do meu Partido, o PFL, dizendo que concordava –, imagine nós, Senadores, aceitarmos, porque o Governo o quer, o rito sumário para a reforma do Judiciário!

Pois bem, Sr. Presidente, entendo que não podemos discutir essa matéria sem antes submetê-la à ampla discussão da sociedade brasileira – como já o foi, e sustentam alguns membros do Governo que já

houve discussões exaustivas sobre a matéria. Trata-se, na realidade, de meia-verdade. Trata-se de meia-verdade porque houve discussão, sim, mas, além de restrita a operadores do Direito, tratavam de outra proposta, considerada insatisfatória pelo Governo. Se os paradigmas são outros, se a fundamentação mudou, é preciso que novas audiências públicas sejam feitas. E nós, que participamos da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, já decidimos, sob o comando do Senador Edison Lobão, Presidente da Comissão, depois de ouvirmos nosso Relator, Senador José Jorge, que devíamos convocar novos membros da sociedade, do Direito, para que possamos ouvi-los sobre essa matéria.

Creio, por isso, que é mais razoável que a reforma seja discutida e votada no curso deste primeiro semestre. Temos tempo suficiente para discutir essa matéria e, até o final deste final semestre, concluí-la, e não fazer a vontade do Governo e votá-la em 20 dias, como se aqui tivéssemos que trabalhar na base do chicote: quero, posso e mando. Não, vamos ter que discutir a matéria com tranquilidade, com a responsabilidade que tem não só esta Casa, mas o Congresso Nacional. Porque, repito, não estou conseguindo entender essa pressa do Governo, que está descumprindo a palavra em relação à PEC paralela, pois assumiu compromisso com esta Casa, com o Congresso Nacional, com os Srs. Senadores, com os funcionários públicos, com a sociedade brasileira, para que essa matéria fosse votada. Aí sim, aquilo que foi acordado, aquilo que não pode ser alterado... O Governo acha que não pode aprovar a PEC nº 77 porque há, acima de tudo, despesas. Se ele vai mudar, é para gerar mais despesas. Então, o Governo deveria ter a coragem de dizer: não quero e não vou votar na Câmara dos Deputados.

Lamento que meu amigo Senador Pedro Simon tenha que vir...

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Efraim Morais, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Vou permitir, em seguida, com muito prazer.

Lamento que meu amigo Pedro Simon tenha de vir, logo no início dessa Legislatura, para esta tribuna cumprir aquela aposta que fizemos. Fui claro e disse... Parece-me que V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Valadares, foi uma das pessoas que votaram a outra PEC com o compromisso de se votar a PEC nº 77. Mas, lamentavelmente, pelo que estou sentindo, o Governo do PT, o Governo Lula não vai cumprir a sua promessa, não vai votar nesta convocação. Não votando nesta convocação.

ção, ele não cumpre, acima de tudo, aquilo que foi o carro-chefe da convocação. Esta convocação não se justifica se não for votada a PEC nº 77. E é bom lembrar à sociedade de que quem convocou o Congresso Nacional não foi o Presidente José Sarney, não foi o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado João Paulo, mas o Presidente Lula. Quem fez a despesa foi o Presidente Lula, que sabe que é constitucional: ao ser convocado o Congresso Nacional, ele tem que pagar o que estão recebendo os Srs. Senadores e os Srs. Deputados Federais.

Então, o Presidente Lula e a sua equipe não são nada inocentes para não saber e para tentar jogar para a opinião pública que os Senadores e os Deputados se autoconvocaram. A sociedade brasileira precisa entender: quem nos chamou para cá, quem nos convocou para trabalhar no nosso recesso foi o Presidente Lula, tendo como carro-chefe a votação da PEC nº 77. Se ela não acontecer, tenho impressão, repito, de que esse Governo termina ainda neste recesso.

Escuto V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Efraim Morais, V. Ex^a tem toda a razão quando afirma, de forma procedente e responsável, que a convocação do Congresso Nacional neste período se deve à iniciativa do Governo Federal. Sem dúvida, sem a iniciativa do Poder Executivo, essa convocação jamais poderia ter acontecido. Agora, V. Ex^a sabe como as coisas acontecem na política. Na verdade, debruçamo-nos aqui sobre a possibilidade de mudanças essenciais, mudanças importantes na reforma da Previdência, aquela da Emenda nº 67. E a própria Oposição, tendo à frente V. Ex^a, grande Líder da Oposição nesta Casa, não acreditava quando pregávamos uma abertura na PEC paralela, que se criava sob a iniciativa e o estímulo do Senador Tião Viana. Afinal, V. Ex^a, como a quase totalidade da Oposição, terminou acreditando na possibilidade de melhorias, de uma amenização daquelas regras bastante enérgicas aprovadas pela PEC nº 67. Ora, nobre Líder, o que quero dizer é que cumprimos com a nossa parte e o Governo cumpriu com sua parte, que era convocar o Congresso, inclusive sob o estímulo do Senado, porque houve negociações no sentido de que, para a PEC paralela andar, seria preciso uma convocação extraordinária, com a qual todos nós fomos favoráveis, não só V. Ex^a. Vários Líderes aqui se pronunciaram sobre a necessidade imperiosa desta convocação extraordinária. O Presidente da República atendeu ao apelo do Senado Federal e fez esta convocação, naturalmente esperando que a Câmara cumpra o seu papel, como nós e o próprio Presidente

o cumprimos. Vejo no **Jornal da Câmara** de hoje que o Deputado Maurício Rands, Relator da PEC nº 77, na Câmara dos Deputados, afirmou que “a tramitação de uma proposição como essa, num fórum como a Câmara dos Deputados, que tem 513 representantes do povo, implica que esses Deputados expressem as visões dos setores da sociedade. Então, é natural que esses Deputados exerçam seu direito de apontar divergências, de propor emendas. A gente pode tentar conduzir o processo para que seja rápido, mas não se pode proibir o exercício do mandato dos 513 Deputados”. Na visão do Relator, assim como tivemos condições de emendar, como tivemos condições de discutir e aprofundar a questão, a Câmara tem o mesmo direito que o Senado. Onde está o Governo? Acredito que o Governo nada tenha com a questão. É a Câmara dos Deputados que se acha com o direito de propor emendas, de discutir em profundidade a questão. Estou do lado de V. Ex^a, entendo que quanto mais rapidamente essa proposta for aprovada, menos direitos serão retirados dos servidores públicos. Que a Câmara dos Deputados cumpra com o seu papel! O Presidente da Câmara dos Deputados – e V. Ex^a foi um grande Presidente da Câmara – há de reconhecer que as declarações equivocadas do Presidente da Câmara, a meu ver, amorteceram um pouco a vontade do corpo daquela Casa. S. Ex^a disse que não havia necessidade nenhuma da convocação extraordinária. Tal afirmação é um desestímulo para uma Casa que vai reunir-se para discutir uma matéria tão importante. Por isso, creio que, se houve equívocos, eles não foram por parte do Senado nem por parte do Governo. Está havendo um equívoco, sim, na Câmara dos Deputados. Espero que isso não seja motivo de divergência ou de divisão no Congresso Nacional, já que respeitamos muito a Câmara dos Deputados, órgão essencial à democracia brasileira. Meus parabéns! Apesar de uma pequena divergência, V. Ex^a tem razão: a PEC paralela tem que ser aprovada e o mais rápido possível!

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Senador Antonio Carlos Valadares, V. Ex^a pode ter certeza de que vamos superar essa divergência.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Líder Efraim...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Pode ter certeza, porque, permita-me a sinceridade, essa história de Deputado emendar essa proposta é uma forma de o Governo continuar enganando a sociedade.

Senador, quem votou a PEC 67 não tem o que pensar sobre a PEC 77. Votaram a favor daquela matéria danosa para a sociedade brasileira e para o fun-

cionalismo público e receberam um filé, que é a PEC 77, uma forma de reparar a consciência de cada um daqueles Parlamentares que votaram contra os aposentados, os velhinhos, as viúvas e contra o funcionalismo público em geral. Eles receberam um filé, a PEC 77, que foi aprovada por unanimidade nesta Casa. Não é culpa dos Deputados; vamos apontar para o Planalto. Se o Primeiro-Ministro José Dirceu quiser, essa matéria poderá ser votada esta semana. V. Ex^a sabe disso, é um homem inteligente, e está doído para que isso aconteça. Todos nós, Senadores, queremos abrandar a situação em que deixamos hoje os funcionários públicos do País e a sociedade. A vontade é exclusivamente do Governo.

Tenho dito que a PEC terá que ser votada, senão o Governo estará acabado, desmoralizado. Quem, nesta Casa, acreditará no Líder do Governo? Quem acreditará nos Líderes do PT no resto desta legislatura? Quem confiará num Governo que o que diz não escreve e o que escreve não cumpre?

Paciência, Senador. A vontade é do Palácio do Planalto. Só não vota se não quiser. O que diz o Regimento da Casa? Constituir uma comissão especial na Câmara dos Deputados. Já foi constituída. Mais: a matéria poderá ser votada em até 40 reuniões. Portanto, basta uma ou duas. No Senado, abrimos mão do número de reuniões na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e votamos a matéria, porque acreditamos naquela proposta. Confesso que acreditei na palavra do Líder e não na do Governo, mas, infelizmente, esse quadro está piorando.

V. Ex^a sabe que, terminada a convocação, vem o carnaval, depois vem a Semana Santa, as festas juninas e, finalmente, as eleições. E quem vai pagar é o funcionalismo público, é a sociedade brasileira.

Há esta pequena divergência entre nós dois: V. Ex^a acha que são os Deputados, e eu acho que os Deputados não têm nada a ver com isso. Se receberem o sinal do Planalto, votam a matéria ainda nesta semana.

Vou dizer mais a V. Ex^a: o PFL é a favor da PEC nº 77, o PSDB é a favor da PEC nº 77, o PDT é a favor da PEC nº 77, as Oposições são a favor da PEC nº 77. Será que quem é contra é a Base do Governo? Se a Oposição quer votar, não põe dificuldades, retira todos os prazos, por que não pode votar? Vamos perguntar ao chamado comando duro ou algo com essa denominação, não sei.

Ouçó o aparte do Senador Antero Paes de Barros.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Senador Efraim Morais, quero cumprimentar V. Ex^a e

fazer justiça ao que aqui afirmou o Senador Antonio Carlos Valadares. Realmente, as Lideranças do Senado chegaram ao entendimento de que seria imprescindível a convocação extraordinária. Mas precisamos preparar aqui uma outra emenda constitucional, porque esta convocação extraordinária existe substantivamente para votar a PEC paralela. Foram empenhadas aqui a palavra de honra do Governo e a palavra dos Líderes do Governo. Não me sai da memória a imagem do Senador Pedro Simon na tribuna, dizendo: “Eu acredito, porque, senão, será para nós, que estamos alterando até para apoiar a reforma original, um passa-moleques. Não há por que duvidar, eu acredito”. O Senador Paulo Paim disse: “Até dezembro” – primeiro, era até dezembro – “estará aprovada a PEC paralela”. Ainda perguntei para o Senador Paulo Paim: “Senador Paulo Paim, será isso Papai Noel que descerá aqui de trenó? Será que Papai Noel existe e até dezembro estará aprovada a PEC paralela?” Aí, mudaram um pouco: “Até janeiro estará aprovada a PEC paralela”. Ou os partidos são um erro de português? Todos os partidos desta Casa apoiaram a proposta. O PT daqui apoiou; o PT de lá é contra? Os líderes daqui negociaram; os líderes de lá são contra? O que um partido faz aqui, esse mesmo partido faz diferente na Câmara dos Deputados? Eu sou admirador do Presidente João Paulo. Considero-o um dos moços mais futuros da política brasileira, um Deputado que realmente tem capacidade para ser Presidente da Câmara dos Deputados. Mas não é hora de colocar a sucessão em São Paulo à frente dos interesses dos aposentados e pensionistas do Brasil. Direitos já foram surrupiados demais na reforma original. Não é hora de esse espírito do Berzoini baixar sobre a Câmara dos Deputados para prolongar o sofrimento. Por quê? Não cabe essa picuinha. Qual emenda precisamos elaborar aqui? Precisamos fazer uma emenda na Constituição, com o apoio da Câmara, para que seja possível convocar apenas uma das Casas. Este é o típico caso em que se deveria convocar apenas uma das Casas, a Câmara dos Deputados, para votar exclusivamente a PEC paralela. Pauta única: a PEC paralela. O resto todo pode não se justificar, mas a PEC paralela se justificaria. Entretanto, já que estamos convocados, é hora de reabrirmos o debate sobre a reforma do Judiciário, que é um tema imprescindível. Porém, creio que o relator e este Plenário têm que deliberar, pois o debate da reforma do Judiciário deve ser renovado, uma vez que a conjuntura mudou. Com certeza, o parecer do Senador Bernardo Cabral precisa ser reformulado, a fim de que os Srs. Parlamentares possam oferecer novas

emendas. Não queremos realizar uma reforma contra o Judiciário, mas para facilitar o funcionamento da prestação jurisdicional à população brasileira. Cumprimento V. Ex^a!

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Senador Antero Paes de Barros, agradeço a participação de V. Ex^a no meu pronunciamento. Eu ainda continuo acreditando na votação – acreditando entre aspas –, pois já estou até preparando o discurso que desejaria tanto fazer desta tribuna elogiando o Presidente Lula, caso essa matéria seja votada nesta convocação extraordinária. Gostaria de vir aqui parabenizar o Governo, para mostrar que a oposição que fazemos não é a predatória, a de quanto pior, melhor, mas a que procura resultados. E a votação da PEC nº 77 tem um resultado, a diminuição do sofrimento, da perseguição danosa feita ao funcionário público e à sociedade brasileira. Estou começando a escrever o discurso até emocionado para felicitar o Governo, a fim de que não diga amanhã que sou radical, que só venho à tribuna para falar do Governo. Estou querendo até ajudar o Governo, mostrando-lhe o melhor caminho. Oposição construtiva é esta. Oposição sem radicalismo é esta. Oposição em defesa da sociedade brasileira é esta. Não é aquela do passado, a Oposição do palanque, que visava chegar ao poder e depois de consegui-lo, como fez o PT, esqueceu todos seus compromissos de campanha e com a sociedade brasileira.

Ouvirei V. Ex^a mais uma vez, Senador Antonio Carlos Valadares, e desejo ouvi-lo várias vezes, porque sempre aprendo com sua participação nos meus pronunciamentos. Antes, porém, ouço o eminente Senador Leonel Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Companheiro e amigo Efraim Morais, sempre tenho reiterado nesta Casa que precisamos ter um pouco de coragem para dizer o que sentimos e para transmitir os sentimentos do povo na tribuna do Senado. Poucos senadores têm liberdade e coragem de dizer realmente o que sentem. Hoje vi os Senadores Antonio Carlos Valadares, Antero Paes de Barros e outros tantos presentes com coragem de falar. Vi inúmeros Senadores da Situação e da Oposição com coragem de vir à tribuna e dizer o que sentem. Alguns, porém, são intimidados, acuados, porque têm medo do Governo. Perdoem-me se acabo ofendendo alguns Senadores e até Deputados. Mas a verdade é que estamos sendo verbalmente agredidos nas ruas, e com razão, porque fomos convocados – gerando uma despesa razoável para o Congresso e para o País – com o objetivo de melhorar a qualidade de vida do nosso povo, principalmente dos idosos, dos aposentados, dos

pensionistas, dos trabalhadores do Brasil. As pessoas que nos cobram nas ruas têm razão, porque estamos usando a tribuna do Senado Federal, falando o que sentimos, sendo porta-vozes do sentimento dos brasileiros, no entanto, não estamos conseguindo sensibilizar o Governo. Ou a Oposição não está conseguindo encontrar eco, ou a Situação não tem o valor que pensa ter. O Governo não está respeitando os seus aliados. Fala-se aqui em palavra. Mas o que podemos esperar da palavra de um governo que escreveu uma carta aos brasileiros, em que lhes prometia o céu. Prometia aos trabalhadores, às empresas, aos microempresários, aos agricultores, às mulheres, aos idosos, o céu. Prometia uma esperança muito grande, e hoje todos estão frustrados. Como acreditar na palavra de um governo que prometeu criar 10 milhões de empregos, se hoje o desemprego está aumentando no País. Como acreditar na palavra de alguém que utilizava a tribuna para contestar os governos passados, quando inchavam a máquina administrativa, se hoje o Governo cria três mil novos empregos sem concurso público. Como acreditar na palavra de um governo que prometeu dobrar o salário mínimo e até agora não fez esforço algum para atender o desejo dos trabalhadores. Então, não podemos ficar aqui cobrando a palavra de quem ainda não cumpriu uma sequer das promessas de campanha eleitoral. Lamentavelmente, Senador Efraim Morais, teremos de retornar às nossas casas e explicar à população que o governo eleito pela maioria da população brasileira não cometeu apenas estelionato eleitoral nas eleições passadas. O Governo não está enganando apenas a população, mas também a Oposição e os seus próprios aliados. Fomos nós, da Oposição, que forçamos o Governo ou os companheiros para que se criasse a Emenda paralela. Essa é a verdade. Talvez o Governo não queira colocá-la em votação porque dará, sem dúvida alguma, a vitória à Oposição, pois fomos nós que decidimos e que acordamos com o Governo em aprovar o Projeto da PEC nº 67, que teve votos do PFL e do PSDB, desde que fosse depois aprovada a PEC nº 77. Lamentavelmente, se o Governo não cumpriu até agora os compromissos que assumiu em campanha eleitoral, imagine se vai cumprir os compromissos com a Oposição.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Senador Leonel Pavan, V. Ex^a tem toda razão. O que está acontecendo no País é o descrédito total do Governo que aí está instalado. Temos que tirar essas dúvidas.

Eu li uma matéria hoje que começava mais ou menos assim:

A julgar pelo noticiário, começou ontem o primeiro ano do mandato do Primeiro-Ministro José Dirceu, com o Presidente Lula viajando e o Presidente em exercício, José Alencar, enfiado em despachos internos, que inclui a decisão de emitir ou não uma nota sobre suposto tráfico de influência. O Ministro-Chefe da Casa Civil teve agenda de Chefe de Governo: recebeu ex-Ministros e seus sucessores, Parlamentares e Embaixadores.

Então, esta é a dúvida que temos de resolver: de quem vamos ter de cobrar mesmo essa votação, do Presidente eleito pelo povo ou do que está presidindo o País. Temos de tirar essa dúvida, para que se possa cobrar realmente aquilo que a sociedade está reclamando.

Quanto ao fato de V. Ex^a justificar a nossa presença nesta convocação, não tem de se explicar, Senador. Está explicado. V. Ex^a não pediu para vir para cá. Eu não pedi para vir para cá. O Senador Antônio Carlos Valadares também não pediu para estar aqui, hoje, convocado. Nem o Senador Heráclito Fortes pediu. Tenho certeza de que tampouco pediu a Senadora Lúcia Vânia, que está presidindo esta sessão. Ninguém pediu, nem o Senador João Tenório e nenhum de nós; muito menos o Senador Mão Santa.

Eu quero reafirmar que quem convocou o Congresso Nacional foi o Presidente Lula em uma das passagens rápidas pelo País. Devemos deixar claro que essa é a realidade, a posição que estamos vivendo. A sociedade brasileira está acompanhando os trabalhos do Congresso Nacional, as sessões do Senado Federal. E temos dito isso da mesma forma que os Srs. Deputados o fazem na outra Casa.

Ouçó o Senador Antonio Carlos Valadares em mais uma oportunidade que me honra muito e enriquece o meu pronunciamento.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – É uma honra para mim apartear mais uma vez V. Ex^a. Senador Efraim Morais. Penso que a disposição da Câmara em demorar na apreciação desta matéria – a PEC paralela – está gerando, certamente, algumas dúvidas não só na cabeça de V. Ex^a, também na minha.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Ainda bem que é nas duas.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Mas não em relação ao Presidente da República, não em relação ao Governo, mas, quem sabe, em relação a pessoas que não querem uma melhoria da-

quilo que aprovamos no Senado Federal. A minha proposta, a minha sugestão...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – V. Ex^a faz uma acusação muito forte à base do Governo.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Como integrante da Base do Governo, não posso deixar de dizer que empenho houve por parte do Senado. E esse empenho não pode deixar de existir, pois o Presidente do Congresso, Senador José Sarney, tem alguma responsabilidade, sem dúvida, por esta convocação extraordinária. Se o Presidente do Congresso tivesse dito ao Presidente da República que não seria de bom alvitre uma convocação, tenho certeza absoluta de que ela não teria ocorrido. Portanto, há alguma responsabilidade do Presidente do Congresso. Naturalmente, S. Ex^a fez isso estimulado pelas Lideranças partidárias para salvar a PEC paralela. Sugiro que, após uma reunião da qual participem o Presidente da Câmara, o Presidente do Senado, as Lideranças da Câmara e do Senado, surja uma definição para tirar essas dúvidas. Espero que, nessa reunião, o Presidente João Paulo Cunha, que não queria a convocação, diga que está empenhando-se pela aprovação da matéria; que o Relator, que disse que acatará várias emendas, diga que o Presidente da República e o Ministro José Dirceu não têm nada com isso. Seria interessante, inclusive, a participação do Ministro da Articulação Política – que não é mais o Ministro José Dirceu, que agora está na gestão administrativa, na cobrança dos Ministérios das providências que devem ser tomadas em nome do Presidente da República, a fim de agilizar a máquina. A coordenação política não cabe mais ao Ministro José Dirceu, mas ao Ministro da Articulação Política, Aldo Rebelo. O Ministro José Dirceu não participará dessa reunião, porque não é mais da competência de seu cargo administrar esse problema. Essa dúvida só poderá ser sanada em uma reunião com pessoas de responsabilidade, inclusive V. Ex^a, Senador Efraim Morais, pois sua voz é importante. Como humilde Líder do PSB, também lá estarei, ao lado de V. Ex^a, defendendo a agilização da aprovação dessa matéria na Câmara dos Deputados. Foi para isso que nos empenhamos no Senado Federal. Não estou fazendo nenhuma acusação à Base aliada. V. Ex^a entendeu de outra forma, mas eu quis dizer que pode ser que alguém, na Câmara, esteja desejoso de fazer isso. Aqui no Senado, noto o contrário. O Presidente da República assinou a convocação, então, até que se prove o contrário, Sua Excelência é inocente. Creio que o Presidente tenha enviado o projeto a esta Casa com o objetivo de aprová-lo.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Caro Líder, com todo o respeito que tenho por V. Ex^a, devo

dizer que continuo divergindo de sua opinião. Parece-me que não será nesta sessão ou neste discurso que chegaremos à convergência. Diria até que, com todo o respeito – considere as minhas palavras com seriedade –, pelo que acabei de ouvir de V. Ex^a, homem competente e sério que tem muitos serviços prestados ao Brasil e ao Estado de Sergipe, se eu fosse o Presidente Lula, V. Ex^a seria convocado para preencher a vaga do Senador Amir Lando, porque V. Ex^a mostra, com essa posição que apresentou, o quanto é competente como Parlamentar e como homem público e o quanto sabe exatamente fazer a defesa de um Governo.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Efraim Morais, V. Ex^a está me obrigando a voltar a falar.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – V. Ex^a não considere isso uma brincadeira. Repito que poucas vezes ouvi, neste Plenário, uma defesa tão consistente como a de V. Ex^a, e com muito equilíbrio, diga-se de passagem. Nós da Oposição ficaríamos muito felizes se V. Ex^a assumisse a condição de Líder da Maioria ou do Governo, nesta Casa – ou melhor, no Congresso, para que não tome vaga de ninguém. V. Ex^a bem entende o que quero dizer.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Prefiro, na minha humildade, continuar como Líder do PSB, porque fico ao lado de V. Ex^a, aprendendo cada vez mais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – V. Ex^a tem competência de sobra para assumir essa missão.

– Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na realidade, o nosso pronunciamento dizia respeito à questão da reforma da Justiça. Como reclamou o nosso colega Cristovam Buarque – que foi demitido por telefone –, as reformas têm que ser feitas. Se há reformas, vamos fazê-las.

Hoje, o Senador Leonel Pavan mencionou que queria fazer uma reforma para colocar em sala de aula as criancinhas que estão fora, e que o Governo foi contra. No entanto, para fazer a “reformazinha” contra os velhinhos, os aposentados e as viúvas, não houve nenhuma dificuldade. Elas foram feitas.

Considero, portanto, mais razoável que a reforma da Justiça seja discutida e votada no curso deste primeiro semestre e não no espaço de pouco mais de duas semanas.

Sou – repito – dos que mais se empenham em atender ao caráter urgente dessa demanda, que, insisto em dizer, é das mais urgentes e dramáticas da agenda institucional brasileira. Entretanto, essa urgência não

pode resultar em uma aprovação, no escuro, de matéria de tal relevância para a sociedade brasileira.

Sr^a Presidente, solicito que o meu discurso seja dado como lido.

Concluo dizendo que, por todas essas razões que damos por lidas e que comentamos, julgo fundamental que seja reaberta a discussão em torno dessa matéria, com novas audiências públicas que ampliem o leque das discussões e dos agentes nelas envolvidos. Neste ponto, cabe parafrasear a velha máxima, sustentando que o Judiciário é importante demais para ser discutido apenas por especialistas.

Antes de concluir meu pronunciamento, Sr^a Presidente, concedo um aparte ao Senador Paulo Octávio.

V. Ex^a, dentro do prazo, tem o aparte.

O Sr. Paulo Octávio (PFL – DF) – Não pretendo tomar o seu tempo precioso, Senador Efraim Morais, mas vinha no carro ouvindo o seu pronunciamento e quero cumprimentá-lo pela brilhante oração, digna de V. Ex^a, como sempre, defensor que é do povo brasileiro. Na semana passada, estive em uma viagem oficial à Europa, buscando uma alternativa de transporte para o Brasil, buscando, Sr^a Presidente Lúcia Vânia, juntamente com o Governador Marconi Perillo e com o Governador Joaquim Roriz, uma solução para o transporte entre Brasília e Goiânia. Visitamos ferrovias alemãs, francesas, espanholas – assunto que pretendo abordar com mais profundidade –, e dou o meu testemunho da vontade dos dois governadores em implantar um sistema ferroviário de transporte mais ágil entre Brasília e Goiânia. Por isso, não estive presente nesta Casa, na semana passada, Senador Efraim Morais, mas estou aqui hoje, terça-feira, assumindo o meu papel e cumprimentando V. Ex^a por este brilhante pronunciamento. Senador Efraim Morais, estarei ao seu lado em 2004. Teremos boas lutas pela frente, sempre em benefício da população do nosso Brasil. Por isso, fico feliz, ao adentrar o plenário do Senado Federal, de ver o seu pronunciamento sendo bem recebido por todos os demais Senadores. Meus cumprimentos, votos de muito sucesso e de um feliz 2004, não só a V. Ex^a, mas a todos os Senadores presentes, com a honra de termos a Senadora Lúcia Vânia presidindo a Casa no momento em que volto com uma missão que une muito os dois Estados – Distrito Federal e Goiás. Parabéns, Senadora Lúcia Vânia, pela Presidência. É uma honra encontrá-la presidindo esta Casa.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Octávio, desejando-lhe, a toda Casa e ao povo brasileiro um 2004 não mais com esperança, mas com realidade. A esperança já morreu. Queremos, agora, que haja fatos concretos neste Governo.

Sr^a Presidente, agradecendo a tolerância de V. Ex^a, gostaria de fazer apenas um registro de 30 segundos, a fim de parabenizar o Governador do meu Estado, Cássio Cunha Lima, do partido de V. Ex^a, o PSDB, pelo que vem realizando no combate às enchentes, calamidade que toma conta de alguns Municípios da Paraíba e acarretou a morte de dez pessoas e o corte de BRs, estradas vicinais e PBs estaduais. Mas o Governador Cássio Cunha Lima tem sido incansável, procurando estar ao lado do povo paraibano, levando-lhe tranqüilidade.

Em nome de todo o Brasil, principalmente do Nordeste, peço que o Governo Federal acorde para a situação que enfrentamos hoje em decorrência das enchentes e que a Defesa Civil chegue mais perto dos Estados brasileiros do Sul, do Norte, do Nordeste, enfim, daqueles que precisarem. No passado, o Governo não atendia ao Nordeste durante a seca, porque dizia que era uma questão de politicagem da seca; e agora nos dá as costas nesta situação de enchentes.

Faço um apelo para que o Governo Federal chegue mais perto dos Governadores, independentemente de que Partido sejam. O importante é que estenda a mão, que dê o pequeno empurrão, tão necessário aos nossos irmãos nordestinos, do Sul ou de qualquer parte do País. O Governador Cássio Cunha Lima está fazendo sua parte; faz, como se diz em nossa região, “das tripas coração”. Tenho certeza de que vamos vencer a batalha.

A água é importante, mas também causa danos. Mas tenho certeza de que o País vai superar os problemas que a bendita água que cai no País está nos causando. Espero que o Governo tenha sensibilidade e reflita a respeito do que ocorre no País. É lamentável que, em uma crise como esta, o Presidente se ausente e deixe nossos irmãos nessa situação.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR EFRAIM MORAIS.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho mais uma vez a esta tribuna tratar da reforma do Judiciário. Abordei pela primeira vez este tema no início do ano passado, quando o governo Lula não o havia ainda inscrito entre suas prioridades. Louvo que o tenha feito na seqüência.

Não tenho dúvidas de que a reforma do Judiciário é das mais dramáticas prioridades do país. Sem Justiça no sentido estrito e no sentido lato, de que serve a democracia? Não passa de figura de retórica, a enfeitar discurso de bacharéis. A Justiça é que dá

conteúdo ético e moral ao Estado de Direito Democrático. Dá-lhe consistência.

Lamentavelmente, não a temos. Ou a temos precariamente. A notória inoperância do sistema judiciário brasileiro retarda a produção de Justiça. E Justiça que tarda, já advertia Ruy Barbosa, é “injustiça qualificada e manifesta”. Mais que tardá-la, torna-a inacessível às camadas menos privilegiadas da população. Hoje, só os bem remunerados que são relativamente bem poucos no Brasil têm condições de fazer frente a uma demanda judicial.

Por todas essas razões e outras que não mencionei, a reforma do Judiciário é mais que uma prioridade, é uma urgência, uma emergência institucional.

Contrasta com essa urgência o fato de a proposta que promove essa reforma estar tramitando no Congresso há nada menos que doze anos. Mas antes tarde que nunca. A proposta chegou à Câmara em 1992 e só foi votada em plenário em 2000, resultando em algo bem diferente da original. De lá, veio para o Senado, onde sofreu novas alterações na Comissão de Constituição e Justiça, tendo como relator o ex-senador e ex-presidente da OAB, Bernardo Cabral.

Não chegou ao plenário desta Casa. Nos primeiros meses do governo Lula, o ministro da Justiça e também ex-presidente da OAB, Márcio Thomaz Bastos, considerou ruim a proposta que resultou dos trabalhos da CCJ do Senado. E instituiu comissão no âmbito do Ministério da Justiça para formular nova proposta de reforma.

Diante disso, o presidente desta Casa, senador José Sarney, decidiu devolver a proposta da CCJ, que seria encaminhada a plenário para votação, ao âmbito da CCJ, para novas discussões. E aí estamos.

Sabemos que o governo Lula não gosta da proposta que o Senado iria votar, mas ainda não encaminhou a sua.

Diante disso, surpreendeu-me a iniciativa do governo de incluir a reforma do Judiciário na pauta da convocação extraordinária do Congresso. Se, em doze anos, não foi possível produzir uma proposta conclusiva, que atenda não apenas às expectativas dos chamados operadores do Direito advogados, magistrados e procuradores, como fazê-lo no estrito espaço de vinte dias de uma convocação extraordinária?

Supus que a inclusão da proposta teria o objetivo de apenas contar prazo para a tramitação ou, menos ainda, apenas para deflagrar novo debate, já agora à luz das diretrizes que lhe quer sugerir o ministro da Justiça.

Mas, não. Soube, pela mídia, que é intenção do governo votar, neste estrito prazo, alguns pontos fundamentais da proposta. Peço, sr. Presidente, vênua para discordar e protestar.

Não pode tema de tal magnitude ser aprovado em rito sumário, sem antes ser submetido a ampla discussão pela sociedade brasileira. Sustentam alguns membros do governo que já houve discussões exaustivas sobre a matéria. Trata-se de meia verdade.

Houve discussão, sim, mas, além de restrita a operadores do Direito, tratavam de outra proposta, considerada insatisfatória pelo governo. Se os paradigmas são outros, se a fundamentação mudou, é preciso que novas audiências públicas sejam feitas.

Creio, por isso, que o mais razoável é que a reforma seja discutida e votada no curso deste primeiro semestre e não no espaço de pouco mais de duas semanas. Sou, repito, dos que mais se empenham em atender ao caráter urgente dessa demanda, que, repito mais uma vez, é das mais urgentes e dramáticas da agenda institucional brasileira. Mas essa urgência não pode resultar numa aprovação no escuro de matéria de tal relevância para a sociedade brasileira.

Feitas estas considerações, quero sublinhar dois aspectos dessa reforma que têm passado à margem das discussões encaminhadas pelo governo: a legislação processual e a qualidade do ensino jurídico em nosso país. Começamos pela legislação processual.

Fala-se, em geral, no anacronismo da estrutura judiciária e em seu hermetismo. O presidente Lula chegou a usar a expressão “caixa-preta” do Judiciário para designar a necessidade de torná-lo mais transparente e submetê-lo a um controle externo.

Sem desdenhar dessas questões, com as quais concordo, quero lembrar a precedência que sobre elas têm as leis processuais. Sem que sejam mudadas, a produção de justiça continuará insatisfatória, submetida a ritos absurdos, que mais se assemelham a motos-perpétuos. Temos que rever toda a legislação processual e isso precisa ocorrer simultaneamente à discussão da reforma judiciária.

Vamos agora ao ensino jurídico. Têm proliferado no país as chamadas faculdades de fim de semana, que produzem diplomas em massa, mas atentam contra a qualidade da mão-de-obra do setor.

Em 1960 e esses dados são da OAB, havia no Brasil 69 faculdades de Direito. Nos anos 90, esse número passou para mais de 400. Hoje, funciona regularmente quase o dobro: 735 instituições de ensino jurídico superior.

O ex-ministro Cristovam Buarque, com quem hoje temos a honra de conviver nesta Casa, teria, segundo a mídia, feito menção a lobbies da indústria do ensino que teriam sensibilizado o Palácio do Planalto. Seu depoimento será importante no curso dessa discussão.

Seja como for, a OAB, por competência legal, foi chamada a pronunciar-se quanto a abertura de novos cursos jurídicos no último triênio. Manifestou-se favoravelmente a apenas 19 dos cursos que lhe foram submetidos, mas o Conselho Nacional de Educação, do MEC, autorizou bem mais: 222 cursos.

Há algo aí que fere o bom senso, gera inquietação e convoca a sociedade a uma discussão mais aprofundada. Esta Casa, que tem, entre suas atribuições, a de fiscalizar o Poder Público, não pode ficar indiferente a isso. Precisa manifestar-se.

Não tenho dúvidas, Sr. Presidente, de que a qualidade do ensino jurídico (ou a falta dela) é uma ameaça à qualidade da Justiça que temos mais uma ameaça. Não se pode discutir a sério a reforma do Judiciário sem um aprofundamento dessa discussão.

Por todas essas razões, julgo fundamental que seja reaberta a discussão em torno dessa matéria, com novas audiências públicas, que ampliem o leque das discussões e dos agentes nelas envolvidos. E aqui cabe parafrasear a velha máxima, sustentando que o Judiciário é importante demais para ser discutido apenas por especialistas.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Efraim Morais, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Lúcia Vânia.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senador Efraim Morais, de acordo com o Regimento, o discurso de V. Ex^a será transcrito na íntegra.

Colho o ensejo para agradecer as palavras gentis do Senador Paulo Otávio.

Passo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, para pronunciar seu discurso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, neste final de tarde, ocupo a tribuna do Senado da República para falar sobre o que vi no meu Estado neste último fim de semana.

Percorri a região de Picos, mais precisamente a cidade de Picos, a cidade de Itainópolis e trecho da estrada que liga Itainópolis ao Município de Vera

Mendes. Sobrevoei outros municípios, como Monsenhor Hipólito, e vi ali, Sr^a Presidente, verdadeira calamidade pública.

Na cidade de Itainópolis, por exemplo, anteontem, 80% das casas encontravam-se ou alagadas ou comprometidas pela fúria do rio Itaim. Um terço da cidade de Picos, banhada pelo rio Guaribas, estava alagada. Picos, terceiro Município em população e em importância do Estado do Piauí, está completamente comprometido.

Cheguei cedo a Picos, sem avisar o Prefeito José Néri, e já o encontrei na Prefeitura com sua equipe, trabalhando para minorar a dor dos que estavam padecendo pela perda de bens e, em alguns casos, até de vidas. Fiquei impressionado com o poder de organização montado pela estrutura da prefeitura para dar assistência imediata aos flagelados. Alguns foram colocados de improviso na sede da Escola Normal, que também teve parte de seu prédio atingido. Doentes, crianças, idosos, todos ali, dentro do possível, estavam recebendo assistência das autoridades do Município.

Logo após, segui para a cidade de Itainópolis. E lá encontrei também o Prefeito José Maia Filho, com sua equipe, fazendo tudo o que lhe era possível para diminuir a dor e o sofrimento dos atingidos.

Vi em Jaicós e quero fazer este registro aqui, por dever de justiça a atuação conjunta do Governo do Estado com a Prefeitura do Município. Lá encontrei o comandante do Corpo de Bombeiros do Piauí, Coronel Barbosa, e funcionários da Defesa Civil, fazendo cadastramento, distribuindo alimentos, remédios e, acima de tudo, confortando os atingidos.

A estrada que liga Picos a Itainópolis está cortada, e esse percurso está sendo feito por canoas ou barcos do Corpo de Bombeiros do Estado do Piauí.

Sr. Presidente, estendi-me, em um sobrevôo rápido, até a cidade de Vera Mendes, onde novamente a estrada está cortada. Vera Mendes está ilhada, como ilhada também está a cidade de Isaías Coelho, tanto no sentido Picos-Isaías Coelho, como no sentido Isaías Coelho-Simplício Mendes.

Monsenhor Hipólito está com parte dos seus bairros comprometidos e ameaças de chuva iminente, o que deixa a população preocupada. Mantive contato com o Prefeito José Ayrton, que já se deslocava para Teresina, a fim de tomar as providências urgentes e necessárias para um atendimento rápido à sua cidade.

Há comprometimentos também, devido à cheia, nas cidades de Curral Novo, Santa Cruz do Piauí, Wall Ferraz, Paulistana e Colônia do Gurguéia.

Quero aqui fazer um apelo ao Governo Federal e, mais uma vez, ao Governo Estadual para que somem esforços e, acima de tudo, consigam driblar a famigerada burocracia, que independe de Governo ou

de quem está no poder. Burocracia no Brasil é e será burocracia, independentemente de quem governa. Que se diminua o caminho da burocracia, fazendo com que o atendimento seja rápido e urgente.

Srs. Senadores, dois anos atrás, já vivi um episódio em situação inversa, quando o Governador do Estado era o Senador Mão Santa. Durante uma seca no Piauí, trabalhamos conjuntamente e conseguimos recursos. Só que, quando o dinheiro chegou ao Piauí – o Governador Mão Santa lembra-se bem disso –, já era inverno. Foi um tal de “vir” um coronel da época, de quem não me lembro o nome, e ele ouvia o Governador, ouvia o Secretário, ouvia o secretário do secretário. Ele então voltava para Brasília e dizia que o número não batia com o número que tínhamos – foi um inferno.

O meu apelo é no sentido de que isso não se repita. A imprensa noticiou e a futura Líder do Governo do PT aqui no Senado anunciou a liberação de R\$26 milhões ou R\$32 milhões para socorrer as vítimas de enchente no Brasil. E quero ponderar isto: esse dinheiro não resolve problema de ninguém; esse dinheiro não resolve sequer o problema que o Piauí enfrenta.

Apelo para a sensibilidade do Governo Federal, por meio do Presidente da República, do Vice-Presidente da República em exercício, Senador José Alencar, que também teve seu Estado atingido pelas enchentes; apelo para o Ministro José Dirceu, para o Ministro Ciro Gomes, enfim, para as autoridades federais, no sentido de que ajam com a maior rapidez possível para minimizar a questão.

Recebi, há pouco, informações da cidade de Picos que me foram passadas pelo Deputado Estadual Nery Filho, o Nerinho. S. Ex^a disse-me que BR-316, que faz a ligação de Picos com Teresina e de Teresina com o sul do Estado, encontra-se coberta pelas águas do rio Guariba e do riacho dos Macacos. A situação de Picos é grave. Além da avalanche provocada pelo rio Guariba, temos vários outros pequenos rios e riachos cujas águas, nesse período do ano, avolumam-se e fazem com que as cidades fiquem comprometidas. Temos o Canto da Várzea, o Belo Norte e a Baixa do Dr. Moura. São locais conhecidos e tradicionais da cidade de Picos.

Ouçó, com muito prazer, o aparte do Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, quero dar o testemunho da sua dedicação e preocupação com os Municípios do Piauí. Já no fim da semana passada eu fazia um pronunciamento e V. Ex^a, ao me apartear, advertia o Governo Federal para o que estamos enfrentando. Hoje, ouvi o Senador Almeida Lima, a quem hipoteco minha solidariedade. Quero dizer que, como Prefeito e Governador

do Estado, enfrentei esses problemas, que, no passado, eram minimizados pela Sudene, que tinha instrumentos, tinha **know how** em atendimentos de calamidades, quer secas – como V. Ex^a falou e nos ajudou, no nosso Governo, na liberação de recursos – ou enchentes. Recordo, quando iniciei o Governo do Estado do Piauí, em 1995, que tivemos uma grande enchente – normalmente, elas ocorrem a partir dos rios Parnaíba e Poti; dessa vez atingiram Teresina e as cidades ribeirinhas até o litoral, a minha Parnaíba. E, de pronto, o Ministro, à época o nordestino Cícero Lucena, do Estado do Senador Efraim, foi ao Piauí e nos acompanhou, deixando nas mãos do Governador do Estado, que era eu, US\$5 milhões – o dólar equivalia ao real. Com esses recursos, o Prefeito da época, que transferi da capital, Francisco Gerardo, desalojou os pobres da região ribeirinha e construiu os dois hoje importantes bairros: Wall Ferraz e Mão Santa, da Ribeirinha. E metade desses recursos transferi para as cidades da região ribeirinha. Depois, o Ministro Suassuna, em outra oportunidade, também foi. Quer dizer, o Ministro tem que estar atento. Hoje é pior, porque a Sudene, que nos protegia, desapareceu, e porque os Prefeitos estão numa situação muito pior, assim como o Governador do Estado, que, herói, sofredor, não está tendo o apoio do PT. O ex-Senador Freitas Neto, quando eu dava uma entrevista recente, em Teresina, no canal 10, do jornalista Amadeu, expôs que, em 2003, só recebeu 30% dos recursos que o Presidente Fernando Henrique Cardoso mandou em 2002, quando S. Ex^a era Líder, sacrificando o Governador do Estado – que é gente boa, que tem virtudes, mas que está sacrificado. Do PT, S. Ex^a só recebeu 30% do ano anterior, alocado por Fernando Henrique Cardoso. Tanta é a dificuldade que S. Ex^a não conseguiu viabilizar o 13^o mês. Há ainda grande percentagem, que não se submeteu a um empréstimo bancário. Então, é hora de se chegar ao Presidente da República, mesmo ausente, para manifestar uma oportunidade de gratidão ao Piauí, que deu vitória ao Presidente, que entregou o Governo do Estado ao PT, e vive dificuldades que tão bem V. Ex^a descreve aqui. A V. Ex^a, a nossa solidariedade nessa sua reivindicação.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço, Senador Mão Santa, o aparte de V. Ex^a, que enriquece este pronunciamento e que, com toda certeza, ajudará a sensibilizar aqueles que detêm o poder e que têm neste momento, através de ações concretas, a oportunidade de auxiliar o Estado do Piauí.

Concedo um aparte ao Senador João Tenório, do Estado de Alagoas.

O Sr. João Tenório (PSDB – AL) – Senador Heráclito Fortes, eu gostaria de trazer minha solidariedade, até porque vejo em suas palavras um retrato muito semelhante daquilo que ocorre no meu Estado de

Alagoas. Tive a oportunidade, como disse há pouco, de, neste final de semana, fazer uma viagem pelo interior, pelo sertão alagoano, e o que se presencia, uma coisa que pouca gente percebe numa situação dessa, é que essa cheia acontece numa região que não está “preparada” para a cheia. É uma região em que não chove. A precipitação que aconteceu agora em Alagoas, e deve ter acontecido de forma semelhante nos demais Estados nordestinos, talvez em 100 anos não tenha havido, em tempo tão curto, algo parecido. O efeito da cheia em uma região como essa, que não está preparada, que não tem convivência com chuvas dessa intensidade, é dramático, provoca destruições muito mais intensas do que em regiões que, bem ou mal – e evidente que também sofrem –, já estão, digamos, mais acostumadas com a seqüência dessa tragédia que aconteceu no Nordeste. Portanto, chuvas como essas em nossa região trazem conseqüências muito mais dramáticas do que em outras regiões, onde a chuva é algo mais constante. Eu gostaria apenas de tranquilizá-lo em um ponto que V. Ex^a colocou de forma muito importante. É a questão da burocracia, a demora entre as decisões, e o povo está sofrendo, passando fome, com as necessidades naturais de qualquer ser humano. Convém lembrar que parece que o Governo Federal inaugurou um período de pouca ou nenhuma burocracia. Foram nomeados agora, como foi dito aqui, entre 3.500 e 3.600 funcionários públicos sem concurso, de uma maneira muito prática e rápida. Seria interessante que o Governo usasse esses mesmos procedimentos para, agindo de maneira tão rápida quanto, atenuar imediatamente a situação de agruras por que passa o povo do nosso Nordeste. Obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço, Senador João Tenório, o aparte de V. Ex^a. É a solidariedade de Alagoas que se junta ao Piauí nesse momento. Para mim é motivo de muita satisfação, sendo V. Ex^a um homem experiente e empresário bem-sucedido na iniciativa privada, que agora empresta ao País a sua colaboração, representando o Estado de Alagoas no Senado da República.

Tem razão V. Ex^a, nós esperamos sempre a seca. Quando vem a chuva, não há nenhuma condição de infra-estrutura para enfrentar o problema.

Lembro aqui, já que V. Ex^a tocou exatamente neste assunto, um fato que se deu e eu testemunhei, nobre Senador. Na década dos 60 – eu tinha, portanto, meus 10 anos –, o meu pai, funcionário público, era fiscal de renda exatamente na cidade de Picos. Naquela época, Senador Efraim Morais, todo fiscal de renda era tido como príncipe do Estado e havia poucos. Realmente, era uma função importante e graças a ela estou aqui hoje. Foi exatamente como fiscal de renda que o meu pai conseguiu educar todos os seus filhos.

Na cidade de Picos e também em Itainópolis, houve uma cheia muito semelhante a essa que presenciemos. Naquela época, as comunicações eram difíceis e meu pai era radioamador. O tempo, Senador Mão Santa, faz com que não esqueçamos nem os detalhes. O prefixo do rádio de meu pai era o PY8TO, o tempestade-onda, como se chamava no jargão dos radioamadores, e foi graças a esse serviço, subindo com o aparelho para um morro muito conhecido na cidade de Picos, conseguiu-se fazer a comunicação com a região inteira. Com Teresina, era fácil porque havia vários radioamadores, mas na região havia somente o aparelho pertencente a meu pai, que servia para comunicação. A partir dessa data, Itainópolis ficou na minha cabeça porque foi altamente atingida. Já naquela época, com a Sudene dando seus primeiros passos, dizia-se que aquela seria a última enchente que a região viveria.

Hoje, muitos anos depois, estamos vendo exatamente a repetição de tudo, Senador João Tenório. Mas a culpa não cabe somente ao Governo. O próprio homem despreza a natureza. Na região de Itainópolis e de Picos, o que se vê também são construções desordenadas de pequenas barragens. A iniciativa privada barra um rio aqui, um riacho acolá, sem nenhuma estrutura, e quando vem um inverno como o que estamos presenciando, acontece o que está acontecendo: o volume de águas na cidade de Itainópolis é impressionante. A correnteza do rio Itaí, que não é rio perene, é assustadora!

Senador Mão Santa, anteontem, o ex-Senador e ex-colega desta Casa, João Lobo, político tradicional do Piauí, esteve na minha casa juntamente com Lideranças políticas de Floriano, o Professor Néelson Filho, preocupado com a situação de Floriano. Na semana passada, Floriano foi a cidade onde mais choveu no Brasil durante 24 horas, e a outra cidade, que fica às margens do rio Parnaíba, está sempre à mercê de enfrentar alagamento dessa natureza, com alguns bairros já comprometidos. Vamos ter problema. O Senador Mão Santa lembrou bem que Floriano, Amarante, Teresina e União poderão ser atingidas, prejudicando toda a população ribeirinha, Luzilândia, e assim por diante. Porque essas chuvas vão ter o seu efeito nessa região um pouco mais adiante, são as águas de março para abril.

Aproveito este pronunciamento para alertar as autoridades para esta questão e que comecem a tomar as providências imediatamente. Não tem erro, Senador Efraim Moraes, o inverno na Paraíba e no Rio Grande do Norte é siamês com o inverno do Piauí. É tanto que os paraibanos que são do campo e os rio-granden-

ses-do-norte, ano após ano, pedem sempre informação sobre as chuvas no Piauí, Senador João Tenório.

Tenho certeza, Senador Efraim Moraes, de que o Estado de V. Ex^a também está na iminência de enfrentar, infelizmente, o problema do excesso de água, água essa que, em algumas épocas do ano e em outros períodos, nos faz tanta falta.

Concedo o aparte ao nobre Senador Efraim Moraes.

O Sr. Efraim Moraes (PFL–PB) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a tem razão de se preocupar com a questão das águas de março. Eu acredito que nem V. Ex^a nem eu, ou nenhum de nossa geração conseguiu ou se lembra de algum janeiro com tanta água – graças a Deus, muita água, pois estávamos precisando. Mas V. Ex^a está chamando a atenção das autoridades federais, estaduais e municipais para que possamos nos prevenir quanto ao que pode acontecer, já que estamos com os nossos mananciais no limite. As águas de março e de abril ocorrendo, naturalmente, em maior volume, elas poderão causar um desastre ao nosso Nordeste, porque perderemos grandes barragens que estão acumulando hoje milhões e bilhões de metros cúbicos d'água. Então, é preciso que principalmente os governos estaduais passem a fazer uma manutenção quase diária em relação a esses mananciais. Senador Heráclito Fortes, como disse V. Ex^a, esperávamos um inverno no Piauí e, depois, na Paraíba. Este ano, eles ocorrem ao mesmo tempo. É claro que nós nos sentimos felizes; os agricultores paraibanos estão felizes e as famílias estão retornando à zona rural. Eu digo a V. Ex^a que, no caso da Paraíba, graças a Deus – eu repito –, estamos hoje com a expectativa de safra recorde, já que o Governo do Estado garantiu a todos os agricultores paraibanos sementes selecionadas de feijão, milho e, principalmente, de algodão colorido, que é um fato novo na agricultura brasileira. A Paraíba hoje é o único Estado que produz algodão colorido. Já há duas versões e está começando uma terceira: o marrom, o verde e, possivelmente, em pequena área, neste ano, o vermelho. Para que V. Ex^a tenha idéia, este ano, vamos chegar aos 30 mil hectares de algodão plantado no Estado da Paraíba. No ano passado, tínhamos no máximo 6 mil hectares. Parabéns a V. Ex^a por seu discurso preventivo, que chama a atenção das autoridades. É o momento de o Governo Federal, os governos estaduais e os governos municipais – evidentemente, em menor proporção – estarem juntos e, ao mesmo tempo, na expectativa do que venha a ocorrer. Se Deus quiser, essas águas passarão a ter uma ocorrência menor, uma vez que, em boa parte do Nordeste, elas já são suficientes para a demanda de abastecimento das cidades nordestinas. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a, nobre Senador Efraim Moraes. V. Ex^a fazia o

seu aparte e eu me lembrava de um grande companheiro, seu conterrâneo, paraibano, que perdemos recentemente, o ex-Deputado Aduino Pereira, que era um dos que insistentemente, todos os anos, ao longo dos meus mais de vinte anos na Casa, perguntava-me sobre as chuvas no Piauí. Mas ele fazia isso por um motivo diferente, era dono de propriedades no meu Estado e na Paraíba. Portanto, com as informações que recebia constantemente, tinha um prenúncio da situação que iria enfrentar nos dois Estados.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por uma questão de justiça, quero dizer que, nesse episódio, tem sido realizada uma ação coordenada entre o Governo do Estado e as prefeituras municipais. Pelo menos, até agora, é o que tenho visto.

Procurei o Ministro Ciro Gomes, que se encontrava em outro compromisso, mas imediatamente respondeu-me a ligação seu Chefe de Gabinete, Pedro Brito, a quem relatei os fatos, pedindo providências. Hoje, pela manhã, a Secretária do Sr. Ministro me telefonou, comunicando-me que S. Ex^a tinha uma viagem longa a empreender durante toda a semana, mas colocou-me à disposição o Secretário Executivo do Ministério, para com ele trocar idéia sobre o assunto, o que vou fazer ainda hoje.

Reitero o meu apelo ao Ministro José Dirceu para que, com sua sensibilidade, seu prestígio, seu poder, socorra o Estado do Piauí.

Por dever de justiça, faço referência a pessoas e a entidades que estão envolvidas em campanhas para minorar a dor dos piauienses.

Senador Mão Santa, vi um trabalho iniciado pela Ação Social Arquidiocesana de Teresina, coordenada por uma figura de grande prestígio naquela capital: o padre Toninho Batista, que vai à televisão pedir às pessoas com condições que façam doações de alimentos e de agasalhos, enfim, de tudo aquilo que esteja ao alcance delas. E tem obtido sucesso.

Apelo a todos os piauienses que nos escutam pela TV Senado que, de uma maneira ou de outra, ajudem aos piauienses da grande região de Picos que passam por dificuldades neste instante.

Esqueci-me de citar, no início do meu pronunciamento, a região de Isaías Coelho, que também começa a viver problemas devido às enchentes.

Por fim, conclamo a Bancada Federal, os colegas Senadores aqui presentes, como o Senador Mão Santa, e os Deputados companheiros de Bancada, para que haja uma união e, acima de tudo, uma estratégia coordenada para que todos possam trabalhar de maneira planejada, auxiliando o Governo Estadual e as prefeituras a ajudar o Piauí nesta hora de dificuldade e de muita angústia para a população atingida pelas águas.

Senador Paulo Paim, a população atingida é aquela mais pobre. Como disse anteriormente, ao percorrermos as cidades de Picos e de Jaicós para vermos os abrigos, percebemos que se trata da população mais carente, que tem mais necessidade. Oitenta por cento das casas atingidas não terão mais condições de ser habitadas, deverão ser reconstruídas, porque as que não caíram em parte, tiveram suas estruturas comprometidas.

Agradeço o Senador Garibaldi Alves Filho por ter-me proporcionado este tempo para que eu falasse em nome do povo do Piauí. Agradeço a gentileza. Sabedor da urgência e da importância deste meu pronunciamento, S. Ex^a abriu mão de sua fala para me dar a oportunidade.

Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, agradeço a paciência. Agradeço o Senador Mão Santa e todos aqueles que apartearam o meu discurso.

Tenho certeza de que o Governo Federal saberá quebrar as barreiras da insensibilidade burocrática e agir o mais rápido possível para atender o sofrido povo do Piauí.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, a Sra. Lúcia Vânia, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Leonel Pavan e Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, sucessivamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia de ontem, esta Casa deu posse ao Senador Mário Calixto. No dia de hoje, chegaram-nos as informações de que seus direitos políticos estariam suspensos. Diante do fato, a Mesa esclarece a sua posição para que não haja qualquer dúvida.

O ato de posse de Senador é precedido da apresentação à Mesa do “diploma expedido pela Justiça Eleitoral” (art. 4º do Regimento Interno do Senado), da “declaração de bens com indicação das fontes de renda” (art. 1º da Lei nº 8.730, de 1993), bem como da apresentação, ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, da declaração de bens e fontes de renda e passivos, da declaração de atividades econômicas ou profissionais e da declaração de interesse (art. 6º da Resolução nº 20, de 1993).

Todas essas exigências foram cumpridas pelo Senador Mário Calixto e, assim sendo, o Senado Federal deu posse à S. Ex^a.

Ocorre que, na data de hoje, a Presidência tomou conhecimento, por meio de fax enviado ontem, às 20 horas e 06 minutos, do Ofício nº 46, de 2004, do Desembargador Eliseu Fernandes de Souza, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, co-

municando o trânsito em julgado de condenação criminal do Sr. Mário Calixto Filho, bem como a determinação do Juiz Eleitoral João Luiz Rolim Sampaio de se oficialiar à "6ª Zona Eleitoral, para fins de suspensão dos direitos políticos do Sr. Mário Calixto Filho".

Diante do exposto, esta Presidência informa ao Plenário que a Mesa reuniu-se hoje, às 17 horas, e tomou a seguinte deliberação: até o momento, só nos chegaram documentos por fax e precisamos de documentos oficiais para que possamos iniciar o processo de afastamento do Senador. Com a chegada a esta Casa desses documentos, por decisão unânime da Mesa, instala-se, de imediato, processo para o afastamento do Senador Mário Calixto Filho. Para tanto, foi indicado Relator da matéria – confirmados os fatos, pois vamos aguardar os documentos oficiais –, o Senador Eduardo Siqueira Campos.

Esclarecemos, ainda, que será dado ao Sr. Mário Calixto Filho, Senador empossado, o legítimo direito à defesa durante cinco dias úteis.

Mediante tal decisão, a Mesa não tem dúvida de que tomou o procedimento correto.

Esperamos que os documentos legais cheguem às nossas mãos amanhã, para que o processo seja instalado imediatamente. Naturalmente, a lei será cumprida, e a Mesa não vai se omitir de cumprir a decisão já tomada pela Justiça, se confirmados os fatos que até o momento nos chegaram por fax.

A Mesa esclarece, ainda, que tomou todas as providências legais junto à Casa no sentido de que não haja dúvida em relação a pagamento indevido.

Era o que gostaria de dizer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Tem a palavra pela ordem o Sr. Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como companheiro de Mesa de V. Ex^a, louvo a decisão da Mesa. Não havia outro procedimento a ser tomado. Lembro que nada disso teria ocorrido, se as autoridades eleitorais de Rondônia tivessem, pelo menos, comunicado ao Senado Federal que o diploma havia sido cassado. As decisões que a Justiça tomou foram no mês de outubro, salvo engano no dia 12.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – No dia 10 de outubro.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Gostaria que isso ficasse bem claro, Senador Romeu Tuma, 1º Secretário desta Casa, porque hoje a comunicação é muito rápida, para que não paire em Rondônia ou em qualquer lugar do Brasil a impressão de que não agimos com a rapidez necessária.

O Senador tomou posse no final da tarde de ontem, munido de toda a documentação que a legislação exige, e somente ontem, sem nenhum cunho ofi-

cial, recebemos um fax de um juiz de Rondônia tomando as primeiras providências.

A decisão da Mesa é a mais correta, a mais justa, até porque assim procedeu a Casa em questões anteriores. Portanto, louvo a decisão de V. Ex^a e ficaremos no aguardo de que o Tribunal de Rondônia seja o mais célere possível no sentido de preencher as formalidades que o caso requer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Esta Presidência agradece o apoio do Senador Heráclito Fortes, membro da Mesa, que esclarece, não deixando nenhuma dúvida, que a suspensão dos direitos políticos do Senador foi tomada em outubro e que esta Casa até o momento não recebeu nenhum documento legal confirmando essa posição. Esperamos que ela chegue amanhã para que o processo seja instalado de imediato. Para isso, já indicamos o Relator, Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Os Srs. Senadores Valmir Amaral e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S Ex^{as} serão atendidos.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, subo à tribuna do Senado Federal com o objetivo de homenagear a Cidade de São Paulo, em razão da passagem de seu quadringentésimo quinquagésimo aniversário, que se comemorou no dia 25 de janeiro deste ano.

Não cometeria qualquer impropriedade ou exagero em dizer que São Paulo, há 450 anos, vem cumprindo a função de pólo dinamizador do Brasil. Foi de lá, daquela cidade, que partiram, em tempos coloniais, os movimentos humanos que deram ensejo à conquista de um vasto território para nós, brasileiros: eram as bandeiras paulistas. Foi lá que, financiados pelo excedente da economia cafeeira, os primeiros estabelecimentos industriais surgiram em solo pátrio. Finalmente, é lá que, hoje, está situado o centro financeiro, industrial, comercial e cultural do País.

Sr. Presidente, da saga dos bandeirantes, aldeados na pequena vila de Piratininga, no século XVI e XVII, até o desenvolvimento da moderna metrópole que é a quarta maior cidade do mundo, em termos populacionais, neste começo de novo século, – pensar São Paulo é pensar o Brasil em todas suas facetas de conquistas e de derrotas, de ações que nos motivam o orgulho, bem como de ações e omissões que nos causam desconforto. No seu papel de vanguarda do Brasil, São Paulo oferece-nos um espelho: guia-nos em busca de uma sociedade melhor e acautela-nos

quanto a erros e atitudes que não gostaríamos de ver mantidos e repetidos.

Do passado colonial, já muito distante, louvamos o heroísmo e o espírito ousado e empreendedor dos bandeirantes: de homens que não conheciam nem medo nem fadiga. Espicaçados pela cobiça de bens materiais que impelia o europeu e seus descendentes no Novo Mundo, os paulistas de Piratininga singraram os afluentes do rio Paraná, em sua margem esquerda, partindo do Tietê, e subiram para o norte e desceram para o sul, enfiando-se em trilhas de silvícolas e de animais, abriram a mata, acharam metais e empurraram a fronteira centro-sul do Brasil até entestar com as terras ocupadas pelos espanhóis.

Nesse sentido, a saga dos bandeirantes é notável, talvez seja uma das mais belas histórias de conquista de toda a humanidade. Sem dizer da imensa dívida, impagável, que nossa sociedade mantém em relação aos índios brasileiros, para não falar de outras etnias. Foi com sofrimento, suor e sangue.

Do presente, por sua vez, contemplamos a prosperidade e o desenvolvimento econômico de São Paulo, cidade que concentra, em torno de si, o maior parque industrial da América Latina! – São Paulo, que é a locomotiva do País, como é carinhosamente chamada.

Admiramos em São Paulo o concurso das raças, migrantes e imigrantes, para edificar esse colosso da produção e da tecnologia! Nesse aspecto, São Paulo faz jus ao mito do homem americano, livre e empreendedor. É também São Paulo o símbolo brasileiro da iniciativa privada, onde se abriga o povo que, de todo o Brasil, é o mais independente do Estado e dos recursos do Estado! O sítio da ousadia e da invenção! Do esforço e do talento! – ou, como diria Camões, do engenho e arte.

Foi em São Paulo que se deu a Semana de Arte Moderna de 1922, que renovou nossa literatura e disciplinas artísticas, sob a influência das vanguardas européias. Foi em São Paulo que se urdiu a trama concreta de uma poesia genuinamente nacional. Foi São Paulo o berço do moderno sindicalismo brasileiro, que se desdobrou no partido político que está hoje no poder. Tudo acontece primeiro em São Paulo!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apresento minhas sinceras homenagens à cidade de São Paulo por seu aniversário! O Brasil não seria o que é hoje sem sua contribuição!

Nenhuma cidade brasileira mais do que São Paulo convalida melhor a divisa inscrita em nossa bandeira nacional, que, sobre a faixa branca da paz, corta no meio a abóbada celeste e proclama: ordem e progresso!

Era o que tinha a dizer.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a universalização de acesso dos serviços postais para todos os brasileiros consiste em importante objetivo do poder público, associado aos objetivos estratégicos do Estado de promoção da cidadania e de justiça social.

Universalizar os serviços postais, com qualidade elevada e preços acessíveis, representa, de fato, a missão–síntese da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Para cumpri-la, não podem os Correios descurar dos aspectos empresariais e econômicos de suas atividades, como bem o traduz o editorial da revista *CEP Brasil*, publicada em agosto/setembro do corrente ano:

Como conciliar os interesses de uma organização comercial dinâmica, disposta a liderar seu setor, com a vocação de uma entidade pública comprometida com a promoção da inclusão social? Há anos esse aparente antagonismo é visto pelos Correios de forma positiva: suas duas faces, a empresarial e a social, nutrem-se e beneficiam-se uma da outra, num saudável equilíbrio.

Certamente essa salutar conciliação de opostos, Sr. Presidente, deveria pautar as ações das empresas públicas e, mesmo, do serviço público no sentido mais amplo. A busca de eficiência, com o máximo aproveitamento dos recursos disponíveis, em parâmetros semelhantes aos das empresas privadas, deve associar-se do modo mais íntimo aos fins sociais do serviço público, podendo, assim, melhor atendê-los.

Mas a relevância para a sociedade desses escopos sociais vai exigir, muitas vezes, um tratamento legislativo diferenciado para as empresas públicas, restringindo o princípio capitalista da competição universal.

Em determinados países, a cobertura de áreas pouco rentáveis pelos correios é bancada por subvenções do Estado, quando não por tarifas postais bastante elevadas, ou mesmo pela cobrança de um tributo específico para tal fim.

No caso dos Correios brasileiros, é a exclusividade de alguns segmentos, nomeadamente os de carta, cartão postal, telegrama e malote, que vem possibilitando os consistentes avanços rumo à expansão dos serviços postais, tendo por horizonte sua universalização.

Discute-se hoje em dia, principalmente por iniciativa de alguns operadores postais privados, a manutenção dessa exclusividade pelos Correios públicos. Como um Senador da Região Norte, onde as populações se distribuem de modo ainda bastante rarefeito pela imensidão das terras amazônicas, julgo impor-

tante a manutenção da exclusividade dos referidos segmentos, ao menos por um razoável intervalo de tempo. De toda maneira, qualquer flexibilização da mesma deveria ser realizada de modo gradual e cuidadoso, para não comprometer a almejada universalização e a manutenção ou aprimoramento dos padrões de qualidade dos serviços oferecidos a áreas não-rentáveis, sejam aquelas mais isoladas ou as que oferecem menos segurança.

As metas que os Correios se atribuíram prevêem uma consistente expansão da oferta de serviços postais até o ano de 2007, de modo que todos os distritos brasileiros com mais de 500 habitantes, que somam 145 milhões de brasileiros ou 85% da nossa população, serão atendidos pela distribuição domiciliar. Essa meta corresponde a um crescimento de 5% em população atendida.

O crescimento da disponibilidade de serviços oferecidos por agências e postos de atendimento postal, por sua vez, propõe-se a ser bem mais expressivo: ela deve alcançar, em 2007, os 170 milhões de brasileiros, pulando dos 60% atuais para a totalidade de nossa população.

Tais objetivos revelam, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma “perfeita sintonia com as ações sociais e de valorização da cidadania empreendidas pelo governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva”, como enfatiza o Presidente da ECT, Airton Dipp.

Voltamos a afirmar, Sr. Presidente, que essas metas, de grande significação social, só podem ser alcançadas por uma empresa dinâmica, que não cessa de buscar seu aperfeiçoamento administrativo e operacional e que não se recusa a enfrentar novas realidades e novos desafios. Isso se traduz, por exemplo, na adaptação aos novos tempos da rede mundial de computadores.

Entre os novos serviços oferecidos pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, queremos destacar pelo menos dois. O Exporta Fácil consiste em um serviço de remessas de produtos ao exterior com simplificação de procedimentos, voltado para micro e pequenas empresas. Seus efeitos positivos traduzem-se tanto na ampliação do saldo comercial brasileiro como em geração de renda para diversas comunidades, principalmente do interior.

O CorreiosNet Shopping é um portal de hospedagem de lojas virtuais de pequenos e médios empresários que queiram atuar no comércio eletrônico, disponibilizando-lhes infra-estrutura tecnológica, comercial e logística. Esse serviço pode ser utilizado em integração com o programa Exporta Fácil, por meio de vitrines em espanhol e em inglês.

Outro exemplo do dinamismo empresarial dos Correios, voltado para ações de interesse econômico-social, é a parceria estabelecida com o Banco do Brasil (BB), que integra os sistemas operacionais dos serviços Exporta Fácil, da ECT, e Balcão do Comércio Exterior, do BB. Este último ajuda o pequeno exportador a divulgar seus produtos no exterior e fechar, pela Internet, negócios de até 10 mil dólares, sem preocupação com os trâmites burocráticos.

Constatamos assim, Sr. Presidente, que não há qualquer incompatibilidade entre a eficiência empresarial e a busca prioritária dos interesses públicos. A atuação dos Correios brasileiros oferece-nos prova incontestada de que as empresas estatais, tendo bem delineados seus objetivos e regras e sendo bem gerenciadas, ainda têm muito a contribuir com o desenvolvimento econômico e social, bem como com a promoção da cidadania em nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

– 1 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 136, DE 2003

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 136, de 2003, que acrescenta artigo à Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, que transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade em Autarquia e dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica.

– 2 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 137, DE 2003

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 137, de 2003, que autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro e dá outras providências.

– 3 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 138, DE 2003

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 138, de 2003, que altera e acresce dispositivo à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social.

– 4 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 859, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 859, de 2003 (nº 732/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre o Benefício da Justiça Gratuita e Assistência Jurídica Gratuita, entre os Estados Partes do Mercosul, celebrado em Florianópolis, em 15 de dezembro de 2000.

Parecer favorável, sob nº 11, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Mozarildo Cavalcanti.

– 5 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 891, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 891, de 2003 (nº 1.695/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Nova Zelândia sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo, Militar e Técnico, celebrado em Wellington, em 3 de outubro de 2001.

Parecer favorável, sob nº 12, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

– 6 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 892, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 892, de 2003 (nº 612/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Acre, nas proximidades das Cidades de Brasiléia e Cobija, assinado em Brasília, em 28 de abril de 2003.

Parecer favorável, sob nº 13, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e De-

fesa Nacional, Relator: Senador Sibá Machado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 32 minutos.)

**ATA DA 2ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA,
EM 17 DE DEZEMBRO DE 2003**

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 214, de 18 de dezembro de 2003)

RETIFICAÇÕES

1) No sumário da Ata, à pagina nº 41770, No Item 1 – Ata da 2ª Sessão Deliberativa, em 17 de dezembro de 2003,

Onde se lê:

“1 – Ata da 2ª Sessão Deliberativa, em 17 de dezembro de 2003”

Leia-se:

“1 – Ata da 2ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 17 de dezembro de 2003”

2) Na Ata, à página nº 41793, referente ao Requerimento Nº 1.711, de 2003,

Onde se lê:

“Requerimento nº 17, de novembro de 2003”

Leia-se:

“Requerimento nº 1.711, de 2003”

**ATA DA 6ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA,
EM 22 DE DEZEMBRO DE 2003**

Publicada no Diário do Senado Federal nº 217, de 23 de dezembro de 2003

RETIFICAÇÃO

1) Na Ata, à página nº 42730, 1ª coluna, referente ao Ofício nº 93/LM/03, de autoria do Senador Efraim Morais,

Onde-se lê:

“Ofício nº 95/LM/03”

Leia-se:

“Ofício nº 93/LM/03”

Ata da 8ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 28 de janeiro de 2004

3ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos e Romeu Tuma

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS,
ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.
SENADORES:

Aelton Freitas – Alberto Silva – Almeida Lima – Aloizio Mercadante – Alvaro Dias – Ana Júlia Carepa – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Augusto Botelho – César Borges – Cristovam Buarque – Delcídio Amaral – Demostenes Torres – Duciomar Costa – Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Efraim Morais – Fátima Cleide – Fernando Bezerra – Garibaldi Alves Filho – Geraldo Mesquita Júnior – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Heloísa Helena – Heráclito Fortes – Ideli Salvatti – Jefferson Peres – João Alberto Souza – João Batista Motta – João Capiberibe – João Ribeiro – João Tenório – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Maranhão – Juvêncio da Fonseca – Leomar Quintanilha – Leonel Pavan – Lúcia Vânia – Luiz Otavio – Magno Malta – Maguito Vilela – Mão Santa – Marco Maciel – Maria do Carmo Alves – Mozarildo Cavalcanti – Ney Suassuna – Osmar Dias – Papaléo Paes – Patrícia Saboya Gomes – Paulo Octávio – Paulo Paim – Pedro Simon – Ramez Tebet – Reginaldo Duarte – Renan Calheiros – Roberto Saturnino – Rodolpho Tourinho – Romero Jucá – Romeu Tuma – Roseana Sarney – Sérgio Cabral – Sérgio Guerra – Sérgio Zambiasi – Serys Slhessarenko – Sibá Machado – Tasso Jereissati – Tião Viana – Valdir Raupp – Valmir Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A lista de presença acusa o comparecimento de 73 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mão Santa.

É lido o seguinte

AVISO

DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

– Nº 10, de 21 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.082, de 2003, do Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mão Santa.

É lido o seguinte

OFÍCIO

DO MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

– Nº 18/2004, de 20 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 638, de 2003, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência informa ao Plenário que se esgotou, ontem, o prazo previsto no art. 91, §3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 195, de 2003**, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que *concede às parturientes o direito à presença de um acompanhante durante o trabalho de parto e o pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde*.

Tendo sido apreciada terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência informa ao Plenário que se esgotou, ontem, o prazo previsto no art. 91, §3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação pelo Plenário, do **Projeto de Decreto Le-**

gislativo nº 611, de 2002 (nº 1.672/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rede Vitoriosa de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Senador Canedo, Estado de Goiás*.

Tendo sido aprovada terminativamente pela Comissão de Educação, a matéria vai à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mão Santa.

É lido o seguinte

PARECER Nº 98, DE 2004

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2003 (nº 3/03, na origem), que acrescenta parágrafo ao art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, criando o tipo especial denominado “Violência Doméstica”.

Relatora: Senadora **Serys Slhessarenko**

I – Relatório

Vem a esta Comissão, para exame, o Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2003, cuja apreciação é da competência desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, por força do art. 101, II, **d**, do Regimento Interno do Senado Federal.

O projeto em exame, de autoria da Deputada Iara Bernardi, cria novo tipo penal – Violência Doméstica, acolhendo-o como modalidade especial do crime de lesão corporal, introduzindo o § 9º no art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

Não foram oferecidas emendas ao projeto, ora sob apreciação por esta Comissão.

II – Análise

A proposição não apresenta óbices quanto à sua constitucionalidade ou à sua juridicidade. Cabem alguns reparos quanto à técnica legislativa, como se exporá mais adiante.

A violência doméstica é um problema universal que atinge milhares de pessoas, o mais das vezes silenciosa e dissimuladamente. Trata-se de um problema que acomete ambos os sexos e não costuma

prender-se a qualquer nível social, econômico, religioso ou cultural específico, como poderiam pensar alguns.

Sua importância surge sob dois aspectos. Primeiro, devido ao sofrimento indescritível que imputa às suas vítimas; segundo, porque, comprovadamente, a violência doméstica – incluindo aí a negligência precoce e o abuso sexual – podem impedir um bom desenvolvimento físico e mental da vítima.

Segundo o Ministério da Saúde, as agressões constituem a principal causa de morte de jovens entre 5 e 19 anos; a maior parte dessas agressões provém do ambiente doméstico. A Unicef estima que, diariamente, 18 mil crianças e adolescentes sejam espancados no Brasil. Os acidentes e as violências domésticas provocam 64,4% das mortes de crianças e adolescentes no País, segundo dados de 1997.

A violência doméstica constitui – um dos “números nefastos” das estatísticas criminológicas; ou seja, trata-se de uma modalidade de crime que ocorre o mais das vezes às ocultas, longe dos olhos públicos e encerrada no confinamento do lar.

Conquanto oculta, esta violência nem por isto deixa de fazer sentir os graves danos que provoca. Na justificativa ao seu projeto, a Deputada Iara Bernardi registra dados da Sociedade Mundial de Vitimologia que estimam em 23% a porcentagem de mulheres brasileiras sujeitas a violência doméstica.

O fenômeno da violência doméstica acontece dentro da família, no Brasil e no Mundo, incidindo fundamentalmente sobre a vida e a saúde de crianças, idosos e, sobretudo, mulheres, com sérias e graves conseqüências não só para o seu pleno e integral desenvolvimento pessoal – comprometendo o exercício da cidadania e dos direitos humanos – mas também para o desenvolvimento econômico e social do país.

A violência doméstica caracteriza-se pelos comportamentos violentos e excesso de poder de uma pessoa sobre outra, susceptível de controlá-la. Muitas vezes ela acontece de mais variadas formas e pode ser temporária ou constante. Ao longo das sessões de violência, os danos físicos e psicológicos tendem a ter sua gravidade aumentada.

Os agressores são vistos como pessoas normais, que se mostram bastante amáveis em público. Na maioria dos casos, as vítimas de agressão calam-se, não revelam que são vítimas de maus tratos, vivendo por isso uma vida inteira num autêntico drama.

O forte impacto que a violência doméstica tem sobre a família, esteio da sociedade, exige do Poder Público a mais veemente condenação. Neste sentido, a proposição atende admiravelmente a esta

necessidade, eis que cria um tipo especial de lesão corporal, qualificando este crime quando revestir-se de características domésticas.

Porém, reside aqui um problema de natureza técnica legislativa, conforme alerta o nobre Senador Demóstenes Torres, autor do PLS nº 54, de 2003, que trata da pena causada pela violência doméstica com mais rigor, aprovado nesta Casa e remetido à Câmara dos Deputados em 28-11-03, com carga na Comissão de Constituição e Justiça daquela Casa ainda sem a designação de relator.

De fato, na forma apresentada, somente a lesão corporal simples – vale dizer, a tipificada no **caput** do art. 129 – é passível de transformar-se em lesão de violência doméstica, restando inalteradas as demais formas qualificadas deste delito. Uma lesão corporal seguida de aceleração de parto, por exemplo, continuará tipificada pelo § 1º do art. 129, inalterada pela circunstância de violência doméstica.

Andou melhor o legislador quando o Estatuto da Criança e do Adolescente fez alteração comparável neste mesmo art. 129, acrescentando-lhe os atuais §§ 7º e 8º. Efetivamente, estes parágrafos criaram uma circunstância agravante da pena, esteja ela disciplinada pelo **caput** do art. 129 ou por qualquer de seus parágrafos. Revela-se, assim, recomendável que também no caso da violência doméstica seja criada uma circunstância agravante, ao invés de indicar de pronto qual a pena.

III – Voto

Por todo o exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2003, nos termos do substitutivo ora apresentado, com o acolhimento da Emenda apresentada pelo Senador Demóstenes Torres:

EMENDA Nº 1-CCJ (Substitutivo)

AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2003

Acrescenta parágrafo ao art. 129, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, criando o tipo especial denominado “lesão corporal com abuso de situação doméstica”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“Art. 129.
.....

Lesão corporal cansada com abuso das relações domésticas, de hospitalidade ou de parentesco

§ 9º Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, se o fato não constitui crime mais grave.” (NR)

§ 10. Nos casos previstos nos parágrafos 1º a 3º, se as circunstâncias são as indicadas no parágrafo anterior, aumenta-se a pena em um terço. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 28 de janeiro de 2004. – **Edison Lobão**, Presidente – **Serys Slhessarenko**, Relatora – **Tião Viana** – **Garibaldi Alves Filho** – **José Maranhão** – **Pedro Simon** – **Ramez Tebet** – **João Alberto Souza** – **Antônio Carlos Magalhães** – **César Borges** – **Demóstenes Torres** – **Rodolpho Tourinho** – **Jefferson Peres** – **Mozarildo Cavalcanti**.

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO

Relatório

Relatora: Senadora **Serys Slhessarenko**

I – Relatório

Vem a esta Comissão, para exame, o Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2003, cuja apreciação é da competência desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, por força do art. 101, II, **d**, do Regimento Interno do Senado Federal.

O projeto em exame, de autoria da Deputada Iara Bernardi, cria novo tipo penal – Violência Doméstica, acolhendo-o como modalidade especial do crime de lesão corporal, introduzindo o § 9º no art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

Não foram oferecidas emendas ao projeto, ora sob apreciação por esta Comissão.

II – Análise

A proposição não apresenta óbices quanto à sua constitucionalidade ou à sua juridicidade. Cabem alguns reparos quanto à técnica legislativa, como se exporá mais adiante.

A violência doméstica é um problema universal que atinge milhares de pessoas, o mais das vezes si-

lenciosa e dissimuladamente. Trata-se de um problema que acomete ambos os sexos e não costuma prender-se a qualquer nível social, econômico, religioso ou cultural específico, como poderiam pensar alguns.

Sua importância surge sob dois aspectos. Primeiro, devido ao sofrimento indescritível que imputa às suas vítimas; segundo, porque, comprovadamente, a violência doméstica – incluindo aí a negligência precoce e o abuso sexual – podem impedir um bom desenvolvimento físico e mental da vítima.

Segundo o Ministério da Saúde, as agressões constituem a principal causa de morte de jovens entre 5 e 19 anos; a maior parte dessas agressões provém do ambiente doméstico. A Unicef estima que, diariamente, 18 mil crianças e adolescentes sejam espancados no Brasil. Os acidentes e as violências domésticas provocam 64,4% das mortes de crianças e adolescentes no País, segundo dados de 1997.

A violência doméstica constitui um dos “números nefastos” das estatísticas criminológicas; ou seja, trata-se de uma modalidade de crime que ocorre o mais das vezes às ocultas, longe dos olhos públicos e encerrada no confinamento do lar.

Conquanto oculta, esta violência nem por isto deixa de fazer sentir os graves danos que provoca. Na justificativa ao seu projeto, a Deputada Iara Bernardi registra dados da Sociedade Mundial de Vitimologia que estimam em 23% a porcentagem de mulheres brasileiras sujeitas a violência doméstica.

O fenômeno da violência doméstica acontece dentro da família, no Brasil e no Mundo, incidindo fundamentalmente sobre a vida e a saúde de crianças, idosos e, sobretudo, mulheres, com sérias e graves consequências não só para o seu pleno e integral desenvolvimento pessoal – comprometendo o exercício da cidadania e dos direitos humanos – mas também para o desenvolvimento econômico e social do país.

A violência doméstica caracteriza-se pelos comportamentos violentos e excesso de poder de uma pessoa sobre outra, susceptível de controlá-la. Muitas vezes ela acontece de mais variadas formas e pode ser temporária ou constante. Ao longo das sessões de violência, os danos físicos e psicológicos tendem a ter sua gravidade aumentada.

Os agressores são vistos como pessoas normais, que se mostram bastante amáveis em público. Na maioria dos casos, as vítimas de agressão calam-se, não revelam que são vítimas de maus tratos, vivendo por isso uma vida inteira num autêntico drama.

O forte impacto que a violência doméstica tem sobre a família, esteio da sociedade, exige do Poder Público a mais veemente condenação. Neste sentido, a proposição atende admiravelmente a esta necessidade, eis que cria um tipo especial de lesão corporal, qualificando este crime quando revestir-se de características domésticas.

Porém, reside aqui um problema de natureza técnica legislativa, conforme alerta o nobre Senador Demóstenes Torres, autor do PLS 54, de 2003, que trata da pena causada pela violência doméstica com mais rigor, aprovado nesta Casa e remetido à Câmara dos Deputados em 28-11-03, com carga na Comissão de Constituição e Justiça daquela Casa ainda sem a designação de relator.

De fato, na forma apresentada, somente a lesão corporal simples – vale dizer, a tipificada no **caput** do art. 129 – é passível de transformar-se em lesão de violência doméstica, restando inalteradas as demais formas qualificadas deste delito. Uma lesão corporal seguida de aceleração de parto, por exemplo, continuará tipificada pelo § 1º do art. 129, inalterada pela circunstância de violência doméstica.

Andou melhor o legislador quando o Estatuto da Criança e do Adolescente fez alteração comparável neste mesmo art. 129, acrescentando-lhe os atuais §§ 7º e 8º. Efetivamente, estes parágrafos criaram uma circunstância agravante da pena, esteja ela disciplinada pelo **caput** do art. 129 ou por qualquer de seus parágrafos. Revela-se, assim, recomendável que também no caso da violência doméstica seja criada uma circunstância agravante, ao invés de indicar de pronto qual a pena.

III – Voto

Por todo o exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2003, nos termos do substitutivo ora apresentado.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, (SUBSTITUTIVO), DE 2003

Acrescenta parágrafo ao art. 129, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, criando o tipo especial denominado “lesão corporal com abuso de situação doméstica”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“Art. 129.

.....
Lesão corporal com abuso de situação doméstica

§ 9º Se a ofensa ou violência é cometida contra cônjuge ou pessoa que, ligada pelo parentesco natural, civil ou por afinidade, esteja sob sua guarda ou vigilância, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou com quem tenha relação de hospitalidade:

Pena – reclusão, de um a cinco anos, se o fato não constitui crime mais grave. (NR)

§ 10º Nos casos previstos nos parágrafos 1º a 3º, se as circunstâncias são as indicadas no parágrafo anterior, aumenta-se a pena em um terço. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, – **Edison Lobão**, Presidente
 – **Serys Slhessarenko**, Relatora.

EMENDA Nº

(ao PLC nº 102, de 2003)

Dê-se ao § 9º, do art. 129, do Decreto–Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 –Código Penal, nos termos do que dispõe o art. 1º do PLC 102, de 2003, a seguinte redação:

“Art. 129.

.....
Lesão corporal causaria com abuso das relações domésticas, de hospitalidade ou de parentesco

§ 9º Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, se o fato não constitui crime mais grave.” (NR)

Justificação

A violência doméstica tem se apresentado como um dos principais problemas enfrentados pela população mundial. Em todos os quadrantes são progressivas as agressões contra as mulheres, filhos, idosos e outras pessoas que, de qualquer forma, têm vínculos com os sujeitos ativos do delito em virtude das relações de hospitalidade ou de coabitação.

A questão tem implicações não só sociais, mas também econômicas, trabalhistas e, principalmente, de saúde pública.

De acordo com dados da Organização das Nações Unidas, um em cada 5 dias de falta ao trabalho é decorrente da violência sofrida pelas mulheres em suas residências. A mesma fonte informa que a vítima da violência de gênero perde um ano de vida saudável a cada 5 anos de sistemática agressão.

Em 1993, o Banco Mundial diagnosticou que as práticas de estupro e de violência domésticas são as principais causas de morte e de incapacitação para o trabalho de mulheres em idade produtiva.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento, em estudo semelhante, realizado em 1997, concluiu que a mulher agredida física, psicológica ou sexualmente por seu companheiro em geral recebe salário inferior ao de uma trabalhadora que não sofre de igual violência.

Na América Latina, de uma forma geral, a violência doméstica atinge quase 50% das mulheres e tem um custo econômico em torno de 200 bilhões de dólares anuais, algo como 16% do Produto Interno Bruto continental.

No Brasil, segundo dados disponíveis nas instituições envolvidas com a questão, o problema se repete, e não raras vezes, em maior intensidade. De acordo com o Relatório Nacional destinado à Convenção sobre Eliminação de Toda Discriminação Contra a Mulher (Cedaw), elaborado pelo Governo do Brasil e remetido à Organização das Nações Unidas (ONU), 25% das mulheres brasileiras são vítimas da violência de gênero e em apenas 2% dos casos ocorre punição do agressor. Conforme dados da Fundação Perseu Abramo, de São Paulo, a cada 15 segundos uma mulher é espancada no País. A instituição realizou pesquisa onde é apontada a responsabilidade do marido ou do companheiro em 70% dos casos de quebradeira, 56% de espancamentos e 53% de ameaças. Nesta pesquisa foram consultadas 2,3 mil mulheres e 43% confirmaram ter sido vítima da violência de gênero.

A ONU estima que o Brasil perde, em razão da violência doméstica, cerca de 10% do Produto Interno Bruto para financiar o atendimento à saúde física e mental das vítimas, bem como para arcar com os custos do absenteísmo ao trabalho, da diminuição da produtividade, dos encargos previdenciários, do sistema policial e Judiciário.

A situação no Brasil é também agravada pela leniência do sistema penal que mostra-se inadequado

e incapaz de prevenir e punir o delito. No País, a candura das penas e os obstáculos de acesso ao aparelho repressor estatal são um convite à delinquência. Consoante a sistemática esposada pelo Código Penal Brasileiro e pela famigerada Lei nº 9.099/95, não raro o agressor, após ter comparecido a uma instituição policial, retoma ao lar antes mesmo da vítima. É corrente, sob a forma de penas alternativas, punir quem pratica lesões corporais contra os seus familiares, com a doação de uma “cesta básica” ou inócua prestação de serviço à comunidade.

Não raro, o cônjuge agressor, ao comparecer a uma Delegacia de Polícia e comprometer-se a apresentar em juízo, volta de automóvel para sua residência, enquanto a vítima, após submeter-se à burocracia policial de praxe, faz o mesmo caminho, só que de ônibus e, muitas horas depois, para ser novamente agredida.

Ante o quadro exposto, cabe indignar-se e alterar a matéria legislativa pertinente à questão com a finalidade de reduzir ao mínimo possível a violência doméstica, devolvendo aos lares brasileiros a necessária e merecida tranqüilidade social.

E é esta, Senhor Presidente, a tranqüilidade social, a meta primeira buscada pela presente Emenda de alteração ao texto do projeto que, em nada modifica a sanção atual: pena máxima – um ano de detenção – prevista no **caput** do art. 129, além da possibilidade já existente de agravamento da pena, nas circunstâncias previstas no artigo 61, II, alíneas **e** e **f**.

É corrente o entendimento doutrinário no Direito Brasileiro de que o **quantum** da pena prevista para o crime de maior ocorrência relacionado à violência doméstica, lesões corporais, é insuficiente para prevenir e reprimir a nauseante prática delituosa.

Tendo em vista a mais alta relevância social da matéria, propõe-se a aplicação da pena: reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, se o fato não constitui crime mais grave. Se praticado contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade.

A proposta justifica-se porque o agente que pratica a ação delituosa dotado da condição privilegiada da coabitação, o que implica em vasto conhecimento dos hábitos da vítima tais como seus medos, suas fraquezas e inseguranças, bem como a condição de prevalência hierárquica na estrutura familiar. Tais razões, indubitavelmente, estimulam sobremaneira a prática do crime, conferindo-lhe circunstâncias favoráveis, consolidando a impunidade, o que justifica, por si só, a adoção da pena proposta.

Conclui-se que, os motivos supra elencados são de grande relevância e justificadores à aprovação por essa v. Comissão, da Emenda ora apresentada.

Sala da Comissão, 28 de Janeiro de 2004. –
Senador **Demóstenes Torres**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência comunica ao Plenário que o **Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2003** (nº 3/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo ao art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, criando o tipo especial denominado “Violência Doméstica”*, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, **d**, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes

Ofício nº 5/LM/04

Brasília, 27 de janeiro de 2004

Senhor Presidente,

Tendo sido editada a Medida Provisória nº 161, em 21 de janeiro de 2004, que “Acréscce o art. 1º-A à Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, que institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (CIDE) e dá outras providências”, indico o Senador Rodolpho Tourinho para integrar a Comissão como membro titular no lugar do Senador Efraim Morais, que comporá a Comissão como Suplente.

Cordialmente, – Senador **Efraim Morais**.

OF. PSDB/Nº 73/04

Brasília, 28 de janeiro de 2004

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os Deputados Vicente Arruda e Zenaldo Coutinho, como membros titulares, e os Deputados Bonifácio de Andrada e Bosco Costa, como membros suplentes, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 152, de 2003, que “altera o art. 47 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998”, em substituição aos indicados anteriormente.

Respeitosamente, – Deputado **Jutahy Junior**,
Líder do PSDB.

OF. PSDB/Nº 78/2004

Brasília, 28 de janeiro de 2004

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os Deputados Nârcio Rodrigues e Paulo Kobayashi, como membros titulares, e os Deputados João Almeida e Júlio Redecker, como membros suplentes, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 161, de 2004, que "acresce o art. 1º-A à Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, que institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (Cide), e dá outras providências", em substituição aos indicados anteriormente.

Respeitosamente, – Deputado **Jutahy Junior**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/Nº 83 /2004

Brasília, 28 de janeiro de 2004

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os Deputados Carlos Sampaio e Nârcio Rodrigues, como membros titulares, e os Deputados Carlos Alberto Leréia e Ariosto Holanda, como membros suplentes, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 163, de 2004, que "altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências; em sua substituição aos indicados anteriormente.

Respeitosamente, – Deputado **Jutahy Junior**, Líder do PSDB.

Ofício nº 1/04-GLPDT

Brasília, 27 de janeiro de 2004

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
DD. Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Temos a honra de solicitar a inclusão deste líder, em substituição ao Senador Augusto Botelho, na composição da Comissão Temporária Externa, para visitar à Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, visando o conhecimento e acompanhamento das questões fundiárias e a busca das soluções mais viáveis para solucionar os conflitos ali existentes.

Ao ensejo, renovamos a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração. – Senador **Jefferson Péres**, Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Há oradores inscritos.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição para falar como Líder da Minoria após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Após a Ordem do Dia, será concedida a palavra a V. Exª pela Liderança da Minoria.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço minha inscrição para uma comunicação inadiável.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra a V. Exª.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, da mesma forma, gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Este Senador foi o primeiro inscrito para uma comunicação inadiável. Então, eu, o Senador Osmar Dias e a Senadora Lúcia Vânia temos assegurado o direito de usar da palavra por cinco minutos para uma comunicação inadiável na prorrogação da Hora do Expediente.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Tem V. Exª a palavra pela ordem.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, requeiro a minha inscrição como Líder do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Está assegurada a palavra, como Líder, ao nobre Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERSON CAMATA (Sem Partido – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. GERSON CAMATA (Sem Partido – ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PMDB após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Está assegurado o uso da palavra a V. Ex^a, após a Ordem do Dia, pela Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Há oradores inscritos.

Passamos a palavra ao nobre Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cumprimento as brasileiras e os brasileiros aqui presentes e os que assistem a esta sessão pelo sistema de comunicação do Senado.

Senador Gerson Camata, V. Ex^a queria fazer uma intervenção dentro do meu horário, e eu lhe concedo a palavra.

O Sr. Gerson Camata (Sem Partido – ES) – Senador Mão Santa, estou muito agradecido a V. Ex^a, mas, como consegui minha inscrição pela Liderança do PMDB após a Ordem do Dia e como sei que seu Estado está sofrendo muito com as enchentes, V. Ex^a não poderá, apesar de toda a gentileza, ceder seu tempo. Solidarizo-me com o povo do Piauí e ouço V. Ex^a falar sobre a tragédia que se abate sobre o seu Estado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – É muito justo V. Ex^a falar como Líder do PMDB, porque V. Ex^a simboliza o grande líder que está encantado no fundo do mar, Ulysses Guimarães, representante das lutas do Partido.

Sr. Presidente, lamento dizer que o Piauí, primeiro Estado a participar de uma luta sangrenta para expulsar os portugueses e garantir a unidade deste Brasil, nas últimas eleições também mostrou sua coragem e sua força, pois foi o primeiro Estado do Nordeste a acreditar no PT ao eleger seu Governador. Entretanto, Senador Efraim Moraes, o Presidente da República tem sido ingrato com o Piauí, que lhe deu a vitória e que elegeu um Governador do PT.

Foi feita a suspensão do crédito de custeio agrícola pelo Banco do Brasil no Estado do Piauí. O Piauí tem hoje a última fronteira agrícola: 11 milhões de hectares de cerrado. Quando eu era Governador, o Estado produzia 10 mil toneladas de soja; hoje, produz mais de 400 mil toneladas. Essa produção possibilitou a uma multinacional de Santa Catarina, a Ceval, hoje incorporada pela Bunge Alimentos, implantar uma fábrica de beneficiamento da soja. Agora, há

a suspensão do crédito de custeio agrícola. Isso é uma vergonha e, sobretudo, uma ingratidão do Presidente viajante.

Passo a ler uma carta assinada pelo Sr. Osmar Antônio de Araújo, Secretário Executivo Estadual do Pronaf/PI:

A Secretaria de Desenvolvimento Rural, SDR, através da Secretaria Executiva do Pronaf, que tem como Secretário o Sr. Osmar Antônio de Araújo, realizou 19 Encontros Regionais da Agricultura Familiar, abrangendo todo o Estado. Nesses encontros, foi divulgado o Plano Safra da Agricultura Familiar, que estabelecia as novas normas de crédito, volume de recursos disponíveis e as facilidades para que o agricultor tivesse acesso ao crédito do referido programa. Houve, inclusive, o compromisso dos gerentes de agências em aplicar o máximo de recursos na presente safra 2003/2004. Entretanto, após todo o processo de cadastro, seleção, elaboração das propostas, o Banco do Brasil suspendeu todas as operações de custeio do Pronaf, com alegação de que haveria necessidade da aprovação do OGU e a publicação no Diário Oficial da União.

Portanto, até o presente, a superintendência do Banco do Brasil no Estado ainda não liberou os recursos para a presente safra, causando grande repercussão negativa junto aos agricultores familiares e suas entidades representativas.

Solicitamos a interferência de Vossa Excelência no sentido de buscar, junto à direção do Banco do Brasil, as providências que o caso requer, pois os agricultores do Estado do Piauí estão sendo prejudicados em suas atividades. (*sic*)

E, por uma bênção de Deus, chega a Senadora Ideli Salvatti, essa extraordinária mulher, que hoje é a Líder do PT. Essa é uma reivindicação do Piauí, para podermos afastar o título de ingrato do Presidente da República, que abandona aquele Estado que nele tanto acreditou.

Senador Geraldo Mesquita, são interessantes as coisas. Senador Paulo Paim, aprendi que é mais fácil tapar o sol com uma peneira do que esconder a verdade para o caboclo do Piauí. Esse Governo está pensando que o Brasil vai acreditar no trabalho e nas

ações de Duda “Goebbels” Mendonça. É só propaganda. Essa é a realidade.

No início do Governo, de chofre, único acontecimento na história universal desde Adão e Eva até os dias de hoje, chegaram quarenta Ministros no Piauí, Senadora Ideli Salvatti. Perderam o rumo: iam para Guaribas e, como não havia acesso e como havia gente demais para comandar, ficaram em Teresina. Eram quarenta Ministros. Agora, estamos precisando, mas para lá não vai nenhum Ministro.

As enchentes estão aí. Fui “Prefeitinho” da maior cidade do Piauí, Parnaíba, região ribeirinha; antes, fui Secretário de Saúde. Essas enchentes não são as primeiras que ocorrem, mas havia Governo responsável para enfrentá-las. Lembro-me muito bem da eficiência da Sudene em ajudar os Estados do Nordeste não só no desenvolvimento industrial, no planejamento, mas também nas calamidades, na seca e nas enchentes. A Sudene, agora, Senador Mozarildo Cavalcanti, só existe nos jornais, na imprensa semi-falida que se está ajoelhando às ordens de Duda “Goebbels” Mendonça. Goebbels é aquele do rito que dizia: “repita a mentira, que esta acaba se transformando em verdade”.

O fato é que me lembro muito bem de que, no início do meu mandato de Governador do Estado do Piauí, houve uma enchente dessa natureza. Os rios estão aí. O Piauí sempre teve rios. Senador Mozarildo Cavalcanti, são cem lagoas, dezenove rios, dos quais seis são perenes. E chuva, São Pedro sempre mandou para o meu Estado. Calamidade sempre existiu. O que nunca aconteceu foi a falta de assistência. Entendo que o Presidente devia cumprir o que disse, que ia viajar pelo Brasil.

Em 1995, enfrentei uma enchente desse tipo, Senador Mozarildo. Esta é a voz da verdade. Já existia o Ministério de Integração, mas não havia tantos Ministros. Eram só 15 ou 16 Ministros, mas, agora, são uns 40 Ministros; é uma confusão que ninguém entende. Foi para lá Cícero Lucena, o Ministro da Integração, mas sem conversa fiada. Eu era Governador, e ele era do Estado de Efraim Moraes. E o paribano visitou comigo as cidades alagadas. E não houve só conversa para colocar no jornal, para sair nas manchetes, não. Deixou na mão do Governador US\$5 milhões, o que, hoje, representa R\$15 milhões. De chofre, chamei o Prefeito da Capital, Francisco Gerardo, e dei-lhe a metade. Ele tirou os alagados, as famílias pobres, das regiões ribeirinhas e construiu dois parques: num deles, colocou o nome do ex-Prefeito Professor Wall Ferraz; no outro, colocou o nome

de Mão Santa. E a metade do dinheiro, eu a dirigi aos Prefeitos das cidades das regiões ribeirinhas.

O Prefeito de Teresina iniciou um movimento. Sem a ajuda do Governo Federal, um jovem fez uma campanha com muita criatividade. Destaca reportagem da **Agência Nordeste** de notícias: “A chuva não intimidou o prefeito de Teresina, Firmino Filho, que, na manhã de ontem, saiu com uma equipe para ver de perto a situação dos desabrigados”. Ele criou o programa Família Acolhedora. A cada família que acolhe, o Governo dá o apoio naquilo que é necessário: alimento, remédio, agasalhos.

Mas a enchente maior se dá na região de Picos. Picos para o Piauí é como São Paulo para o Brasil, Senador Paulo Paim. É um entroncamento, uma região industrial, produtora agrícola.

Ontem, na Câmara Federal, Paes Landim fez um apelo. Ontem, aqui, o Senador da República Heráclito Fortes fez um apelo. E nenhum Ministro vai ao Piauí. Eles só vão lá para fazer propaganda. Eles, os amaldiçoados, não lêem, Senador Paulo Paim, nem a Bíblia. A Bíblia é que deve ser a nossa Constituição de cristãos. Vão se alegrar no momento das vitórias com os irmãos e chorar e se solidarizar nas dificuldades. Eles foram muito ao Piauí para fazer propaganda por Guaribas. Eu queria ao menos cobrar o cachê que usaram de Guaribas para dizerem que são solidários. Usaram Guaribas. Está aí Picos, o Prefeito de Itainópolis e de várias cidades da região, banhadas pelo rio Guariba e pelo rio Itaim. Essas águas é que vêm do Ceará, de um grande riacho, do Guariba. Senador Efraim Moraes, o Piauí tem dezenove rios, seis perenes, e todos eles deságuam no rio Parnaíba – são 1.458 quilômetros –, que separa o Piauí do Maranhão.

Essas águas estão afligindo a cidade de Picos, de Itainópolis, de Monsenhor Hipólito e várias outras regiões e começaram a atingir Teresina. Todos são afluentes, Senador Paulo Paim, do rio Parnaíba. São as grandes cidades do Piauí, da região ribeirinha, que sofrerão, daqui a uns dias, enchentes.

O Sr. Efraim Moraes (PFL – PB) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Daí a nossa preocupação em advertir o Ministro Ciro Gomes de que S. Ex^a tem que ir lá mesmo. Desnecessária foi aquela ida publicitária de quarenta Ministros de uma só vez, fazendo propaganda de solidariedade em Guaribas. De solidariedade, nós precisamos agora, Presidente Lula!

Quem faz a agenda do Presidente? É o José Dirceu? Olhe, Ministro José Dirceu, o amor que V. Ex^a

tem por Cuba eu tenho pelo Piauí. É lá que está a minha força, foi o Piauí que me mandou para cá. Agende para o Presidente Lula ir até lá. Não é nada de mais. Pedro II foi ao Nordeste. Havia uma seca, uma intempérie, e ele disse: “Venderei até a última jóia de minha coroa para que o Nordeste não sofra mais com essas calamidades”.

Ontem, ouvi aqui o pronunciamento do bravo Senador Heráclito Fortes, fazendo este mesmo apelo ao Ministro da Integração Nacional. Eu vou mais além, dirijo-me ao Secretário Nacional de Defesa Civil.

Sou médico e sei que, acompanhando essas calamidades e enchentes, vêm as endemias e epidemias. Então, que a Fundação Nacional de Saúde faça um programa para o Piauí, o Piauí que acreditou no PT, que acreditou no Lula.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, concederei o aparte a V. Ex^a após ouvir o grande Senador da Paraíba, mas antes gostaria de dizer que, uma vez, o Presidente Lula me perguntou como ia o meu “menino”? O meu “menino” era o Governador do Piauí. Eu digo que está mal, porque o Governo Federal não tem ajudado o Piauí.

Heráclito Fortes foi Líder do último Presidente da República e sabe que, em 2002 e 2003, o Presidente Lula mandou apenas um terço dos recursos que o Presidente Fernando Henrique Cardoso mandava ao Piauí.

Concedo o aparte ao Senador Efraim Morais e, logo em seguida, ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Senador Mão Santa, só quero alertar ao Plenário para o fato de que inúmeros Senadores reclamaram ontem pelo fato de o orador que está na tribuna conceder apartes após o término do seu tempo regimental. Assim sendo, a Mesa, hoje, fará de tudo para cumprir o Regimento, no sentido de que os apartes fiquem dentro do tempo do orador.

Obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, já que o PT não auxilia o Piauí com recursos, que V. Ex^a nos ajude pelo menos com generosidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Senador, estou ajudando V. Ex^a com essa informação.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Senador Mão Santa, sou solidário a V. Ex^a e ao povo do Piauí. Acredito que o pronunciamento de V. Ex^a e outros que ainda virão hoje nesse sentido – inclusive, depois da Ordem do Dia, tratarei dessa matéria – servirão de

aviso ao Governo, tanto às autoridades que estão viajando com o Presidente Lula quanto às que permaneceram aqui, que é iminente a situação de desespero em várias regiões do Brasil, devido às enchentes. Elas são imprevisíveis, são as famosas enchentes antecipadas às chuvas do mês de março. No meu Estado, a Paraíba, lamentavelmente, Senador Mão Santa, já foram registradas, até às 13 horas de hoje, treze mortes. Infelizmente, o Governo está mais preocupado com o que está ocorrendo na Índia ou com a reforma do Ministério para o início de um novo Governo do que com os desabrigados das enchentes. V. Ex^a tem a minha solidariedade e aproveito para também me solidarizar com os paraibanos, meus conterrâneos, que estão realmente em situação de calamidade. Registro a força do jovem Governador Cássio Cunha Lima, que, mesmo sem recursos, está fazendo o impossível para amenizar o sofrimento da população do nosso Estado. Parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento e lamento, sinceramente, a ausência do Governo Lula na assistência aos flagelados das enchentes.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço a V. Ex^a o aparte, Senador Efraim Morais.

Concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Nobre Senador Mão Santa, estamos ainda dentro do tempo permitido pelo nosso generoso Presidente Paulo Paim. Tenho certeza de que o Rio Grande do Sul se sensibiliza com a dor que o Piauí sente neste momento e S. Ex^a será tolerante com este seu companheiro. Acompanhei o seu pronunciamento e solidarizo-me com V. Ex^a. Em relação à nossa preocupação com as chuvas no Piauí, V. Ex^a tem razão, pois, dentro de mais alguns dias, enfrentaremos esse problema envolvendo as cidades que margeiam o rio Parnaíba. Neste momento, a situação está agravada em outras regiões, além da Grande Picos. Como foi dito, ontem, em um pronunciamento que fiz e no qual fui apartado por V. Ex^a, recebi informações de que a barragem de São João e a barragem de São Raimundo chegaram ao limite das águas, estão sangrando, e já começam a oferecer preocupação para os moradores. Recebi agora mesmo no carro, enquanto me dirigia para cá, a informação de que as águas lavam a estrada próxima a São João, inclusive destruindo uma passarela que foi construída no Governo de V. Ex^a. De forma que me associo ao pronunciamento de V. Ex^a e faço coro para que a burocracia, pelo menos uma vez na vida, se sensibilize e aja com rapidez. Não é possível que se fique numa troca de papel, com reunião para lá e para cá. Digo isso porque se encontra aqui a

nova Líder do PT no Senado, Senadora Ideli Salvatti, que fez um pronunciamento ontem demonstrando que está interessada no assunto, e defende o Piauí, porque conhece o que é enchente, já que convive com o problema em Santa Catarina. Ontem, o Senador Aloizio Mercadante também se comprometeu a conversar no sentido de que se aumentem os recursos orçamentários – que são pouco – para calamidades dessa natureza. De forma que louvo a iniciativa de V. Ex^a e entendo que temos que bater na mesma tecla todos os dias, sem preocupação de nos tornarmos chatos, para que, em determinado momento, haja sensibilidade da burocracia federal. Parabenizo V. Ex^a e agradeço a oportunidade do aparte.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradecemos e incorporamos o aparte de V. Ex^a ao nosso discurso.

Para terminar, em respeito ao Regimento e ao extraordinário Presidente Paulo Paim, estrela do PT, queria apresentar, Senadores Heráclito Fortes e Efraim Moraes, um exemplo do passado. Quando governei o Estado do Piauí, dois paraibanos foram Ministros da Integração Regional, o Senador Ney Suassuna, do PMDB, e Cícero Lucena. Ambos visitaram o Piauí quando estava em dificuldade. Então, esse Governo tem exemplos a seguir.

Solidarizo-me com o Governador do Piauí pelas dificuldades por que passa. O Piauí todo admira as virtudes e o estoicismo do Governador Wellington Dias, do PT, que está sozinho, abandonado no Estado.

Senador Juvêncio da Fonseca, o Governador Wellington Dias acaba de decretar estado de emergência e calamidade pública em todo o Piauí, uma reivindicação do nosso amigo, o extraordinário Presidente da Associação Piauiense dos Municípios, José Maia, que conseguiu fosse decretado estado de calamidade e emergência nos Municípios de Fronteiras, Arraial, Vera Mendes, Francisco Ayres, Santa Cruz do Piauí, Wall Ferraz, Paulistana, Caridade do Piauí, Uruçuí, Colônia do Gurguéia, Picos, Floriano, Alagoinha e Isaías Coelho. O Prefeito de Teresina está temeroso porque todas essas águas correm para o rio Parnaíba.

Era o que tinha a dizer, agradecendo ao Presidente a generosidade de ter me concedido cinco minutos além do tempo regimental. Que esse gesto de generosidade e sensibilidade de um Senador do PT chegue ao Planalto e siga para a assistência aos irmãos do Piauí que sofrem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, pela Liderança do PSB, já que neste momento não se en-

contra presente no plenário o Senador Antonio Carlos Valadares.

Em seguida, ouviremos a Senadora Ideli Salvatti.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, farei apenas um breve registro para assinalar a avaliação da Ordem dos Advogados do Brasil dos cursos de Direito em funcionamento no País, cujos resultados foram divulgados nos jornais de hoje.

Dos 762 cursos jurídicos existentes no Brasil, a OAB conseguiu dados para aferir o rendimento de 215, dos quais apenas 60 mereceram o selo de rendimento da entidade que congrega os advogados brasileiros. A metodologia utilizada consistiu em ponderar as notas obtidas pelos alunos dos cursos jurídicos nos exames do MEC, conhecidos como “Provão”, com os resultados do exame para o exercício profissional, a cargo da própria OAB.

É com imenso prazer que assinalo, entre as Faculdades contempladas, a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Acre, o que a recomenda pelo nível de qualidade reconhecido por duas instituições respeitáveis, como a OAB e o Ministério da Educação. Já tive a oportunidade de congratular-me pessoalmente com o Magnífico Reitor Professor Dr. Jonas Pereira de Souza Filho, e aproveito esta oportunidade para enviar meus cumprimentos ao Chefe do Departamento de Direito, Professor Dr. Edson Ferreira de Carvalho, ao seu corpo docente e a seus alunos de graduação.

A questão do ensino universitário, e em especial do ensino de Direito, por cuja excelência vêm se batendo o Conselho Federal da OAB, seu Presidente e os Conselhos Estaduais, exige mais do que simplesmente licenciar cursos e reconhecer-lhes os graus expedidos. O Brasil, depois do simultâneo processo de deterioração das universidades públicas e de privatização acelerada nos últimos anos de inúmeros cursos, que, embora sem obter o desempenho mínimo obtido em sucessivas avaliações, ainda continuam em funcionamento, exige medidas urgentes de correção de rumos de nossa política educacional.

Faço votos, Sr. Presidente, de que esse processo de avaliação seja progressivamente aprimorado, constantemente ampliado e, em breve, estendido a todo o universo dos cursos de graduação e pós-graduação no campo do Direito, para que possa continuar produzindo os resultados que dele todos nós esperamos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há dois ou três dias, vim a esta tribuna falar de situações problemáticas vividas pela população do meu Estado, em especial de Cruzeiro do Sul, relativa ao fornecimento e ao preço do gás de cozinha. Lá há a formação de um verdadeiro cartel, que cobra daquela população tão sofrida preço abusivo por um botijão de gás. Estou pedindo informações ao Ministério competente e também providências para que essa situação seja verificada e também que se coíba, de uma vez por todas, essa prática abusiva na venda de gás para a população de Cruzeiro do Sul.

Referi-me igualmente a outro fato, também de extrema preocupação para o povo da minha terra, que diz respeito à instalação de um equipamento de segurança no aeroporto de Rio Branco.

Após o meu pronunciamento, chegaram ao meu conhecimento algumas informações. Tive o prazer inclusive de receber um telefonema do próprio Presidente da Infraero, o ex-Senador Carlos Wilson, nosso companheiro, que me informou que o aparelho já teria sido instalado no aeroporto de Rio Branco e já estaria em vias de funcionar, o que nos tranquiliza, porque aquela é uma situação que envolve risco de vida, tendo em vista as condições operacionais das aeronaves na região.

Hoje, colhi na imprensa nacional informações da atividade da Anatel em relação às rádios comunitárias. Faço essa referência porque, naquela oportunidade, também relatei a omissão da Anatel no meu Estado, ao permitir que empresas de telefonia móvel celular deixem de prestar um serviço de qualidade à população. A Anatel, ao fechar os olhos para a situação, fez com que chegássemos a um estado de calamidade. No entanto, leio no jornal que a sua atuação em relação às rádios comunitárias, tão úteis à população do interior do nosso País, é de extremo rigor, chegando a fechar emissoras.

Por que a Anatel não age com o mesmo rigor com essas grandes empresas que, no meu Estado – digo sem medo de mentir –, estão praticando picaretagem, estão prestando um péssimo serviço à população? Por que a Anatel não percebeu que isso iria acontecer? Por que ela não age com o mesmo rigor com relação a essas empresas? Isso ocorre porque são grandes? O que está por detrás disso? Por que não age com o mesmo rigor com que age contra as pequenas rádios comunitárias? Acredito que o Ministério das Comunicações e a própria Anatel deveriam era promover a instalação dessas rádios pelo Brasil afora. Até penso que poderiam fornecer kits de equipamentos e selecionar pessoas das comunidades

com potencial e vocação para administrar essas pequenas estações, pois entendo que são de extrema utilidade.

Ao fazer esses registros, peço providências às autoridades. Não deixarei que essa situação perdure no meu Estado. A população merece mais respeito.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Geraldo Mesquita Junior, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Esta Presidência acusa ofício assinado pelo nobre Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, que lhe credencia o uso da palavra por cinco minutos.

Contudo, antes de passar a palavra a V. Ex^a, Senador Sérgio Guerra, quero saudar a presença do Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, Deputado Fabion Gomes, do Prefeito Baltazar, carinhosamente conhecido pela população como Tazinho, e dos Deputados Federais Homero Barreto e Ronaldo Dimas.

Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Sérgio Guerra, por cinco minutos.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como outros companheiros desta Casa, sou representante de um Estado do Nordeste brasileiro. São muito comuns manifestações de Senadores, Deputados Federais, políticos regionais que reclamam de forma sistemática da falta de atenção para o Nordeste, em particular, e para regiões como o Nordeste, em geral.

Do Governo do Presidente Lula – sendo Sua Excelência um homem do Nordeste, de Pernambuco, com origem nas áreas mais secas do Estado – esperávamos outra atitude. Não haveria necessidade de sensibilizá-lo, pois a vida de Sua Excelência era a melhor prova de que a palavra de tantos que reclamam pelo Nordeste não é uma palavra jogada ao vento, mas uma palavra consistente, concreta, que explana apenas para o País uma situação real que não pode prevalecer por muito mais tempo.

No entanto, os fatos nos conduzem a acreditar que não é bem assim.

O Governo atual está faltando de forma dramática com os seus compromissos para com o Nordeste,

entre eles o compromisso com a recuperação da Sudene. Não faz cinco meses, o Presidente da República reuniu mais de 70 Parlamentares federais, todos os seus Ministros, todos os Governadores do Nordeste e foi buscar o Dr. Celso Furtado para anunciar a recriação da Sudene para o Nordeste e para o Brasil. Não há recriação, não há coisa alguma. Os recursos que fundamentavam aquele projeto já não estão disponíveis. O regime de urgência atribuído a ele foi retirado. O Nordeste continua a ser, como sempre, prioridade vocal e não prioridade real.

Falo, agora, sobre a situação emergente. A região passa por um momento dramático que não tem a ver com a seca, mas tem a ver com o excesso de chuvas concentrado em regiões que não estão habilitadas a trabalhar com água em excesso. A consequência é uma grande calamidade, extensa, com mortes que estão aumentando a cada dia.

O Governo Federal sobre isso não deu uma palavra. Não há um Ministro visitando o Nordeste. Assintimos há poucos dias a uma situação que não era parecida com essa, mas era uma situação de calamidade em outra área do Brasil. Lá, o Governo cumpriu as suas responsabilidades. Três Ministros voaram, na época, para saber o que acontecia nesse outro Estado da Federação com o qual não concorremos.

O problema não é esse. O problema é o descaso comprovado, total com o Nordeste. Este é o Governo que falou, que prometeu, que reacendeu as esperanças de muitos brasileiros e não cumpriu rigorosamente nada do que prometeu. Não reclamaríamos que mudou muitas vezes o seu ponto de vista se tivesse mudado na direção certa, mas temos o dever de reclamar sua completa e total falta de responsabilidade com uma região do tamanho, da complexidade e da pobreza do Nordeste.

Não posso imaginar que um Presidente da República eleito pelo povo do Brasil e do povo do Nordeste, em especial, não tenha neste momento uma palavra urgente para o povo em relação ao que está aí: uma festa de transmissão de cargo sem consequência concreta, uma reforma que não conduz à reforma alguma, a manutenção de um Estado que não produz, só conversa. É preciso que seja muito clara essa manifestação de rebeldia, de absoluta e completa insatisfação dos nordestinos que não torcem para ver o que está havendo: um Governo que não opera o Nordeste, não sabe do Nordeste, desconhece o Nordeste, como desconhece, de maneira geral, a situação da grande parcela brasileira, vítima de um processo de exploração e pobreza.

Essa é a situação real. Esses são os fatos. No mais, é o discurso de sempre.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Ex^a, pela ordem, Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever, pela Liderança do PFL, antes da Ordem do Dia, por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Tendo esta Presidência já recebido a delegação, se for do seu desejo, V. Ex^a pode subir à tribuna imediatamente, ou poderá fazê-lo após as palavras da Senador Ideli Salvatti.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Líder, Senadora Ideli Salvatti – V. Ex^a está muito próxima de assumir a liderança do PT e sabe disso – tem sempre a preferência regimental. Mas, de forma muito cavalheira, o Senador Rodolpho Tourinho acena à Mesa dizendo que vai preferir ouvir as palavras de V. Ex^a em primeiro lugar.

A Mesa agradece e parabeniza V. Ex^a pela conduta sempre a mais cordial com os seus pares, Senador Rodolpho Tourinho.

Tem a palavra V. Ex^a, Senadora Ideli Salvatti, como oradora regularmente inscrita, por vinte minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a e, de forma muito especial, ao nobre Senador Rodolpho Tourinho. Realmente, trata-se de um cavalheiro que inúmeras vezes deu demonstrações da sua gentileza e cordialidade.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, apesar dos inúmeros discursos a respeito das enchentes, como já tive oportunidade de me pronunciar sobre o assunto, inclusive dando conta das providências tanto emergenciais quanto de formação de uma política pública mais consistente e permanente para o tratamento das calamidades, vou me restringir ao assunto que me traz à tribuna. Depois conversarei com os meus dois Líderes, do PT e do Governo, para tratar do assunto.

O que me traz à tribuna hoje é o fato de que, às 13h51min, chegou ao território brasileiro um avião trazendo a primeira leva de brasileiros presos nos Estados Unidos. Esse vôo, em que vieram 262 brasileiros de vários Estados – a grande maioria, de Minas – é fruto de um processo de negociação que tem como objetivo trazer até o final de março algo aproximadamente mil brasileiros que estavam presos em inúmeras prisões de vários Estados americanos. Até o fi-

nal de março todos estarão libertos e repatriados. Além do vôo de hoje, há uma previsão ainda de mais três vôos, um em fevereiro e dois em março. Ao desembarcarem às 13h51min, esses brasileiros estão sendo recepcionados por várias autoridades: Ministério Público, Receita Federal, Ministério da Saúde, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça e, também, Polícia Federal.

Tais brasileiros, que estão passando por um processo de acolhimento, de prestação de depoimentos, viveram momentos difíceis, presos, longe da família e sem perspectiva de retorno ao País. Eles só puderam chegar hoje ao Brasil, Senador Romeu Tuma, graças ao esforço de três Parlamentares, dois dos quais muito nos honram por pertencerem ao Senado da República: o Senador Hélio Costa, do PMDB de Minas Gerais, e o Senador Marcelo Crivella, do PL de Minas Gerais, que está acompanhado do Deputado Federal João Magno do PT de Minas Gerais.

O assessor do Senador Marcelo Crivella, há pouco minutos, pelo telefone, nos passou a emoção, toda cobertura que este acontecimento está provocando no Aeroporto de Confins, em Belo Horizonte, e a importância de todo esquema que foi montado para recepcionar os brasileiros, composto pelas autoridades federais, pelas autoridades do Governo do Estado de Minas Gerais. Inclusive ele destacou a ação muito precisa, preciosa até, da Infraero e da Polícia Federal.

A Polícia Federal, Senador Romeu Tuma, órgão para o qual V. Ex^a trabalhou uma parte significativa da sua vida, montou 25 guichês de atendimento para acolher o depoimento desses brasileiros, de forma ágil, de forma rápida, com um delegado, um escrivão, computadores, para que possamos ter o relato do que foi esta experiência vivenciada por esses brasileiros, desde a forma como saíram, como entraram nos Estados Unidos, vinculações que possam ter tido com a máfia do passaporte, como foram tratados pelas autoridades nas prisões americanas.

É muito importante registrar o significado da vida desses brasileiros, da forma como estão sendo recepcionados, porque autoridades americanas estão na recepção. E o Sr. Maurício, Assessor do Senador Marcelo Crivella, nos comunicava que os americanos ainda se surpreendem com a competência brasileira na montagem de todo o sistema de recepção. É muito importante registrarmos a forma com que as autoridades brasileiras atuaram, como a comitiva dos três Parlamentares foi de fundamental importância nesse processo para que pudéssemos ter esses brasileiros de volta ao País.

De uma forma até emocionada, estamos acompanhando, praticamente **on line**, o que está acontecendo em Minas Gerais neste momento, porque, nesta comitiva, dentre os 262 brasileiros que retornam, temos pelo menos uma dúzia de catarinenses. Digo pelo menos uma dúzia porque 12 estão identificados como sendo de Santa Catarina, a grande maioria do sul do nosso Estado – Laguna, Criciúma, Içara, Aranguá. Mas, na comitiva, 24 não puderam ser identificados **a priori**, nem se sabe de onde são seus familiares. Portanto, poderemos ter até mais do que uma dúzia de catarinenses.

E aqui eu não poderia deixar de registrar toda a solicitude, o empenho do Governo do Estado de Santa Catarina e da Força Aérea Brasileira, de forma muito especial, do Comandante da Base Aérea de Florianópolis, que, quando solicitado pela Casa Civil do Governo do Estado de Santa Catarina na pessoa do Secretário Danilo Cunha, prontamente colocou à disposição um avião da Força Aérea Brasileira que já está em Belo Horizonte, no Aeroporto de Confins para levar os catarinenses para o solo do nosso Estado. Estão aguardando o término de todo o processo de recepção e de coleta dos depoimentos para levá-los imediatamente ao nosso Estado.

Registro, mais uma vez, essa solicitude, essa agilidade com que tanto o Governo do Estado de Santa Catarina quanto a Base Aérea de Florianópolis disponibilizou o avião para que pudéssemos ter também os catarinenses rapidamente devolvidos as suas cidades, as suas famílias. Ressalto a recepção feita pela Polícia Federal, porque o depoimento dos brasileiros que estão chegando nesta primeira das quatro levadas que vão ocorrer até o final de março, é muito precioso, muito importante, uma vez que vai nos permitir detectar como se dá o envolvimento de brasileiros nessa ida para os Estados Unidos, como é que entram, qual é a relação que tem isso com a máfia do passaporte. Todos sabemos que existem verdadeiras quadrilhas atuando no tráfico de pessoas, dada a rigidez das autoridades americanas no impedimento, na barreira que está imposta. Essa barreira é inclusive física, porque há um muro. Tanto se falou do Muro de Berlim, e os americanos não querem falar do muro que separa os Estados Unidos do México. Mediante esses depoimentos, vamos coletar as informações de como se dá o envolvimento, como atuam esses grupos que se beneficiam de forma significativa com esse desejo, com a vontade que muitas pessoas têm de desenvolver num outro país o sonho da sua realização, do seu sucesso pessoal, econômico. Além de podermos detectar como atuam, como esses grupos

se relacionam aqui, no nosso País, também poderemos detectar como as autoridades americanas têm tratado os nossos brasileiros quando são presos, quando são pegos, quando são flagrados nisso que os Estados Unidos teimam em fazer: o impedimento da livre circulação das pessoas.

Num País como o nosso, que sempre acolheu de braços abertos os imigrantes, um País de todas as raças, de todas as cores, onde inúmeras nacionalidades foram aqui acolhidas, recepcionadas e tiveram sucesso, desenvolveram-se, puderam criar suas famílias, fizeram os seus negócios, sob os braços abertos, como os do Cristo Redentor do Rio de Janeiro, que representa tão bem, num país com o nosso é inconcebível nos Estados Unidos isso se dê de forma tão bárbara, muitas vezes, tão rígida, tão forte, até brutal.

Então, é muito importante termos, por meio desses depoimentos, a identificação de como as autoridades americanas tratam os brasileiros que são pegos no crime de querer mudar de país para encontrar uma nova perspectiva de vida. Poderemos identificar inclusive por que o Brasil tem tomado, no último período, atitudes muito firmes, inclusive a mais recente, da reciprocidade do fechamento. Se exigem o fechamento dos brasileiros que chegam nos Estados Unidos, nada mais justo que nós também o façamos aqui no Brasil.

Penso que essa posição que inicialmente foi da Justiça brasileira e depois do Governo brasileiro é muito importante e devemos ressaltá-la neste momento, porque não queremos nem mais nem menos; queremos um tratamento igual, ou seja, queremos que os Estados Unidos se enxerguem e nos enxerguem como pessoas iguais, soberanas, que têm os mesmos deveres, mas, obviamente, também os mesmos direitos.

Por isso, eu não poderia deixar de registrar, neste dia em que estamos tão orgulhosos da ação dos nossos dois Senadores que, numa missão importantíssima, conseguiram repatriar para o Brasil essa primeira leva de 262 brasileiros, a posição do Governo brasileiro nas relações internacionais. Trata-se de uma posição de absoluta ofensividade. Temos sido ofensivos, sim, e isso tem sido muito importante e tem dado frutos nas negociações com a Alca, tem dado frutos nas negociações com a União Européia. Temos uma perspectiva muito concreta de fecharmos, inclusive, o acordo Mercosul/União Européia antes do prazo que foi dado à Alca. Ou seja, temos condições de, em 2004, fechar acordo Mercosul/União Européia inclusive com negociação da redução dos subsídios agrícolas. A União Européia tem sinalizado na dire-

ção do fechamento desse acordo, e isso se dá pela posição ofensiva do Governo brasileiro.

Além da questão da Alca, da União Européia e da OMC, agora, nessa viagem à Índia, o Presidente Lula assistiu ao primeiro Acordo Mercosul com um país do Oriente. E esse Acordo Mercosul/Índia, que abre toda uma fronteira nova, toda uma perspectiva nova, vem exatamente nessa linha da ofensividade. Fazendo ainda o registro positivo dessa ofensividade, faço questão de fazer a leitura de duas notícias que, por coincidência, saíram na mesma página do **O Globo**, no dia 26 de janeiro, segunda-feira. Trata-se da prova mais concreta de que a soberania não se curva e de que temos a consciência do papel e do valor do Brasil, do nosso País, da nossa potencialidade é a melhor política.

O título é: "Uma guerra nos campos de algodão" – e é a reprodução do que saiu no **New York Times**:

A ação do Brasil na OMC pode forçar negociação sobre subsídios agrícolas.

Um painel internacional em Genebra poderá forçar um acordo definitivo na guerra comercial dos subsídios agrícolas, que durante décadas colocou em campos opostos nações ricas e pobres. O Brasil é o primeiro país a desafiar esses subsídios na Organização Mundial do Comércio (OMC), acusando os Estados Unidos de desrespeitarem regras comerciais ao dar ao produtores americanos de algodão US\$1,54 bilhão em subsídios anuais.

Estes produtores – que são os maiores exportadores mundiais do produto – afirmam que o processo aberto pelo Brasil ameaça todo o sistema de auxílio agrícola americano. O Brasil, por sua vez, diz que a superprodução, provocada pelo subsídios americanos está destruindo o mercado exportador e afetando o padrão de vida dos produtores brasileiros [e, aliás, se registre produção de algodão no Brasil significa produção principalmente de estados nordestinos.]

Para embaraço da Casa Branca e do setor de algodão do país, o argumento brasileiro no processo se baseia quase que exclusivamente em dados do Departamento de Agricultura dos EUA e de especialistas americanos. O caso é considerado um marco e a decisão final deve estabelecer jurisprudência, levando a ações semelhantes por outros países.

Analistas do setor acreditam que o papel pedido pelo Brasil está levando os EUA a mudarem de estratégia. Na semana passada, o representante de comércio americano Robert Zoellick enviou uma carta a cem ministros de comércio, solicitando uma nova rodada de negociações, que incluiria o setor agrícola. Isto foi considerado um sinal de que os subsídios poderão finalmente ir para a mesa de negociações.

Esta é a ofensividade brasileira: é o primeiro País a exigir, a obrigar os Estados Unidos a sentarem à mesa e negociarem essa questão de tanta importância a nós, brasileiros.

A segunda notícia, que está na mesma página do jornal O Globo, do dia 26, é a seguinte:

Brasil pode integrar grupo de elite econômica.

Líderes debatem a criação do G-11, que englobaria os sete países mais ricos, além de Brasil, Rússia, China e Índia.

O Fórum Econômico Mundial começou a discutir pela primeira vez a possibilidade de criação do G-11, que integraria três potências emergentes – Brasil, China e Índia – ao seletivo grupo do G-8, formado pelos sete países mais ricos do mundo e a Rússia. (...) [Esse debate foi feito em Davos.]

O Presidente do BC concorda com o que todos no Brasil dizem – a saída para o Brasil é de fato o crescimento econômico – e acredita que é fundamental insistir na fórmula atual de garantir a estabilidade econômica e manter a inflação controlada. Meirelles afirmou ainda que a discussão das potências emergentes tem como pano de fundo um estudo da Goldman Sachs sobre Brasil, Rússia, China e Índia – Brics, como está sendo chamado o grupo.

Com a Rússia entrando para o G-8, o que surge agora é a questão da China. O debate que se coloca é: como fazer uma discussão entre as potências do mundo sem incluir a China? Também se discute que os dois próximos candidatos a potência são a Índia e o Brasil. Portanto, começa a se falar da idéia do G-11 – explicou Meirelles.

Emergentes terão um PIB maior do que o G-7, diz estudo.

Segundo o presidente do BC, a proposta surgiu com base no estudo da Goldman Sachs e em projeções internacionais de que o Brics teria um PIB, em 2025, superior aos sete países mais ricos.

Lembrando que o Presidente Lula, em um de seus principais discursos na Índia, em recente visita, afirmou que este é o século da entrada do Brasil no círculo dos países que decidem e cuja política econômica oferece mundialmente maior repercussão, constatamos que existe sintonia da política internacional brasileira com o que vem sendo analisado e apresentado pelos principais organismos de estudo da realidade sócio-econômica do nosso planeta.

Por isso, mais uma vez gostaria de saudar a comitiva liderada pelos Senadores Hélio Costa e Marcelo Crivella – que trazem os brasileiros que estavam presos nos Estados Unidos –, dizendo que a posição por ela adotada está em sintonia absoluta com este novo momento soberano da política de relações internacionais do nosso País e do Governo Lula.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Cumprimento os telespectadores da TV Senado e os ouvintes da Rádio Senado FM e AM e destaque a presença nas galerias desta Casa de um grupo de representantes do Conselho Indigenista Missionário de vários Estados. Para nós, Senadores, é uma honra tê-los presentes a nossa sessão.

Esta Presidência também destaca, com grande honra, a presença do Deputado vietnamita Nguyen Ngoc Tran, Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Assembléia Nacional, acompanhado de comitiva e do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional desta Casa, Senador Eduardo Suplicy.

Receba, nobre Deputado Nguyen Ngoc Tran, as boas-vindas e a acolhida deste Plenário do Senado da República. Para nós, é uma honra tê-lo presente a nossa sessão.

Gostaria de destacar, ainda, a presença do Prefeito Ailton Parente Araújo, da cidade de Santa Rosa, na tribuna de honra desta Casa, em companhia do Deputado Fabion Gomes e do Prefeito Tazinho.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Dando continuidade à lista de oradores inscritos, concedo a palavra ao nobre Líder Rodolpho Tourinho, que falará pela liderança do Partido da Frente Liberal.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos.

Em seguida, falará o Líder Gerson Camata, de acordo com a inscrição solicitada, e o Líder Magno Malta, que também remete à Mesa a sua inscrição.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Como líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Eduardo Siqueira Campos, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 161 na semana passada, que estabelece novos critérios de partilha da Cide – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico e novas regras de repasse desses recursos já para o ano de 2004.

Essa matéria foi fruto de um amplo acordo durante a discussão do projeto de reforma tributária; foi, aliás, o que viabilizou a sua aprovação quase unânime.

A medida provisória estabelece que a União entregará 25% dos recursos da Cide aos Estados e Municípios, para o financiamento de programas de infra-estrutura, cabendo 75% aos Estados e 25% aos Municípios.

O montante será de cerca de R\$1,85 bilhão ao ano. A distribuição desses recursos será trimestral, até o quinto dia útil subsequente ao do encerramento de cada trimestre, e a arrecadação será mensal.

Os critérios contidos na medida provisória para estabelecer os coeficientes de participação dos Estados resultaram de acordo político entre a maioria dos Governadores – é a segunda vez em que me refiro a acordo político; o primeiro se estabeleceu para a aprovação da reforma tributária nesta Casa –, observada a seguinte ponderação: 40%, com base na extensão da malha viária pavimentada federal ou estadual, segundo dados do Dnit, do Ministério dos Transportes; 30%, com base no consumo de combustíveis de cada Estado, de acordo com os dados a serem fornecidos pela ANP; 20%, de acordo com a população, pelos dados do IBGE; e 10% distribuídos de forma linear.

A medida provisória editada contrária, no entanto, pontos essenciais do acordo realizado pelo Governo Federal, por intermédio do seu Líder nesta Casa, Senador Aloizio Mercadante, e do Relator da reforma tributária, Senador Romero Jucá, com os Senadores e Governadores de todos os Partidos.

O acordo estabelecia que a transferência dos recursos se daria mediante convênio entre Estados e Municípios – com base no Fundo de Participação dos Municípios seria inconstitucional; por se tratar da Cide, ela teria de ser feita, observando-se o princípio das obras de infra-estrutura – e não por critérios que seriam determinados em lei federal, como prevê a

medida provisória no art. 1º, § 1º. Isso não foi o combinado com os Senadores, com o Governo Federal, com o Ministério da Fazenda e com a Liderança do Governo no Senado.

O acordo previa também que o repasse dos recursos aos Estados seria realizado por meio de transferência de capital e que caberia aos mesmos decidir sobre sua aplicação, observada a determinação da Cide sobre as obras de infra-estrutura.

Acontece que a medida provisória traz uma mudança muito importante. O §6º do art. 1º diz que “os Estados e o Distrito Federal deverão encaminhar ao Ministério dos Transportes, até o último dia de outubro de cada ano, programa de trabalho para a utilização dos recursos mencionados”. Deverão ser informados o detalhamento dos projetos de infra-estrutura, os cronogramas financeiros correlatos e caberá – §7º – ao Ministério dos Transportes aprovar os programas de trabalho, disciplinar a proposição. Enfim, Senador José Agripino, diferentemente de tudo aquilo que nós combinamos nesta Casa, sujeita-se à aprovação do Ministério dos Transportes um programa de aplicação que seria única e exclusivamente feito pelos governadores nos seus Estados.

Essa medida provisória contrária, sim, um acordo – e há o reforço que trago nesse momento de como contrária. Em determinado momento, os líderes todos se reuniram e fizeram uma nova proposta de Reforma Tributária trazendo novos pontos. O Governo trouxe uma proposta que seria a seguinte: os governos estaduais ficariam com 25% da Cide, mas o Governo Federal entraria com outros 25%, ou seja, o valor seria dobrado – essa seria a contrapartida do Governo Federal –, mas todo esse programa deveria ser aprovado pelo Ministério dos Transportes. Os governadores não aceitaram, e assim também os Senadores que compunham a subcomissão de relatores. Essa medida provisória propõe exatamente o que não foi combinado: a subordinação integral desse programa, de forma que a aprovação dos projetos fica a cargo do Governo Federal.

Entendo que os acordos devem ser cumpridos e isso não está acontecendo. Para resgatar esse acordo, apresentei três emendas. Duas delas visam à correção das distorções apontadas e uma, de caráter operacional, visa a agilizar a realização desses programas, fazendo com que as transferências sejam mensais, uma vez que a arrecadação da Cide é mensal e a arrecadação está sendo feita a cada três meses.

Concluo registrando a importância dessa medida provisória para os Estados, especialmente para a melhoria da carente infra-estrutura do País. Apelo no sentido do restabelecimento do acordo firmado entre Governo Federal, Senadores e governadores quando da aprovação da reforma tributária.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, foi dado ciência ao Plenário da Câmara de um episódio em Minas Gerais em que três fiscais do trabalho em atividade foram emboscados e brutalmente assassinados. Solicito a V. Exª que possamos ter acesso às informações já veiculadas na Câmara para que também o episódio seja comunicado ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa buscará as informações e as transmitirá a V. Exª e ao Plenário.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço minha inscrição para falar como Líder do PDT, devidamente autorizado pelo Líder Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Esta Presidência registra que já recebeu a delegação. Pela ordem de inscrição, falará agora o Senador Gerson Camata, o Senador Magno Malta, pela Liderança do PL, e, em seguida, V. Exª, Senador Osmar Dias.

A Presidência prorrogará a Hora do Expediente para ouvirmos os oradores inscritos para comunicações inadiáveis, o nobre 1º Vice-Presidente desta Casa, Senador Paulo Paim, este Parlamentar, substituindo o Senador Osmar Dias, e depois a Senadora Lúcia Vânia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Líder Senador Gerson Camata para falar pelo horário da Liderança do PMDB.

S. Exª dispõe de até cinco minutos.

O SR. GERSON CAMATA (Sem Partido – ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sua Santidade, o Papa João Paulo II, acaba de nomear mais três arcebispos que serão os futuros três cardeais de três sedes cardinalistas brasileiras. O Padre Wagner Augusto Portugal nos forneceu dados biográficos dos três preladados que assumirão as três sedes cardinalistas.

O novo Arcebispo de Aparecida do Norte será o mineiro Dom Damasceno, atual Bispo Auxiliar de Brasília. As bandeiras que saíram do Vale do Paraíba para colonizar os rincões das Minas consideradas Gerais recebem hoje um genuíno filho para Arcebispo Metropolitano de Aparecida, capital Mariana do Brasil. Exatamente de Mariana, vetusta Arquidiocese Primaz das Minas Gerais e precisamente da bucólica capela de Nova Dores, saiu o novo Arcebispo Dom Raymundo Damasceno Assis, de 66 anos, até o presente Bispo Titular de Nova Pietra e Bispo Auxiliar de Brasília.

Dom Raymundo nasceu em 15 de fevereiro de 1937, em Minas Gerais, filho de Francisco Solano de Assis, já falecido, e de Dona Carmem Damasceno de Assis, que, do alto de seus 92 anos, continua rezando para que Nossa Senhora proteja o seu filho Arcebispo e futuro Cardeal de Aparecida. Seus estudos básicos foram realizados nos Irmãos Maristas, em Mendes, no Rio de Janeiro; e depois no Seminário São José, em Mariana, Minas Gerais, onde fui seu colega de seminário. Atualmente, ele é Bispo Auxiliar de Brasília e será brevemente empossado, dia 27 do mês de abril, Arcebispo da cidade de Aparecida.

O outro futuro Cardeal e Arcebispo nomeado hoje para Brasília por Sua Santidade, o Papa João Paulo II, foi Dom João Braz de Aviz, 56 anos. Até o presente momento, Arcebispo de Maringá, no Paraná, a Santa Sé acaba de nomeá-lo para suceder o Eminentíssimo Cardeal José Freire Falcão no governo pastoral da Arquidiocese de Brasília. Nascido em Mafra, em 24 de abril de 1947, seus estudos fundamentais e básicos foram realizados em Itaiópolis, Santa Catarina, e no Seminário São Pio X, em Assis, São Paulo. Os estudos médios foram realizados no mesmo Seminário São Pio X. Coursou Filosofia no Seminário Maior Rainha dos Apóstolos, em Curitiba. Foi ordenado Padre em 26 de novembro de 1972 em Apucarana. Foi Pároco, Diretor Espiritual e Reitor do Seminário de Apucarana, Diretor Espiritual do Seminário de Ipiranga, São Paulo, e foi eleito Bispo em 10

de março de 1994 para Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Vitória, no Espírito Santo. (Hoje os capixabas estão em festa, com essa designação.) Foi secretário do 13º Congresso Eucarístico Nacional e membro da Comissão Episcopal de Doutrina por dois mandatos. Atualmente, é Arcebispo Metropolitano de Maringá.

Em Brasília, Dom João Braz de Aviz terá um intenso trabalho pastoral. Numa cidade única em atividades pastorais múltiplas, caberá ao eleito intenso diálogo com os muitos movimentos eclesiais e políticos dos que trabalham na Capital Federal.

Para Belo Horizonte, foi nomeado Dom Walmor Oliveira de Azevedo, de 49 anos de idade, sacerdote secular do clero da Arquidiocese de Juiz de Fora, até o presente momento Bispo Titular de Calábria e Bispo Auxiliar de São Salvador da Bahia; foi designado nessa festa litúrgica de Santo Tomás de Aquino no dia 28 de janeiro de 2004 como sucessor do Eminentíssimo Cardeal Serafim Fernandes de Araújo no encargo de Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte. Nascido na cidade de Cocos, na Bahia, em 26 de abril de 1954, transferiu sua residência para Juiz de Fora, na Zona da Mata Mineira, onde realizou estudos no Seminário Menor. Foi nomeado Bispo por João Paulo II em 21 de janeiro de 1998 e foi sagrado em Juiz de Fora pelo Cardeal Lucas Moreira Neves, tendo como consagrantes Dom Clóvis Frainer (Terceiro Arcebispo de Juiz de Fora) e Dom Eurico dos Santos Veloso (atual Arcebispo de Juiz de Fora).

Juiz de Fora, Belo Horizonte e todas as Minas consideradas Gerais elevam a Deus um Te Deum Laudamus na tarde de hoje, pela nomeação do novo Arcebispo que terá pela frente grandes desafios: clero numeroso, sistema arquidiocesano de ensino, a Pontifícia Universidade Católica, uma pastoral muito bem organizada e uma extensão territorial muito grande, com duas centenas de paróquias e uma imensa quantidade de comunidades.

Em nome do PMDB, saúdo – tenho certeza de que o faço também em nome da maioria católica de Senadores – esses novos três bispos e futuros cardeais que Sua Santidade o Papa acaba de nomear na manhã de hoje.

Era o que eu desejava falar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem.) – Quero comunicar à Mesa que, em nome da Liderança do PDT, o Senador Osmar Dias usará da palavra, se possível antes da Ordem do Dia, para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Senador e Líder Jefferson Péres, está devidamente inscrito, após o Senador Magno Malta, próximo Líder a usar da palavra, o nobre Senador Osmar Dias, que falará pelo horário de Liderança, de acordo com a comunicação feita por V. Ex^a.

A Hora do Expediente fica prorrogada até às 16h15, para que possamos ouvir, além dos dois Líderes inscritos – Senadores Magno Malta e Osmar Dias –, os três oradores inscritos para comunicações inadiáveis. O primeiro deles é o 1º Vice-Presidente desta Casa, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Líder Magno Malta por cinco minutos, pela Liderança do PL.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, são vários os motivos que me trazem a esta tribuna hoje à tarde. Primeiramente, quero me solidarizar com a família do Governador do meu Estado, Paulo Hartung, que submeteu-se a uma cirurgia, em São Paulo, para extrair um rim. Que Deus o proteja, juntamente com sua família, neste momento da sua vida.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, estamos esperando a posição do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado João Paulo, e aguardando que o Governo cumpra com esta Casa o acordo feito para votarmos a PEC nº 67, ou seja, aprovar a PEC nº 77, garantindo os avanços conseguidos pelo Parlamento brasileiro quanto à paridade, à regra de transição, à cobrança dos inativos. Isso é necessário para que o Governo continue a ter crédito nesta Casa. Caso contrário, Sr. Presidente, o Governo sofrerá, nesta Casa, ao longo deste ano, muitas decepções. Não teremos mais razão nenhuma para confiar em qualquer tipo de acordo proposto pela Liderança do Governo, e o Líder do Governo empenhou a sua palavra no sentido de que o acordo seria cumprido para que todos pudessemos caminhar juntos.

Faço parte da base do Governo, mas uma coisa é fazer parte da base do Governo e outra é subserviência, que não existe. É necessário que os líderes do Governo se esforcem no sentido de convencer o Presidente João Paulo, que continua na sua posição de pirraça com relação a PEC nº 77, a imediatamente colocá-la na pauta da Câmara dos Deputados para darmos uma resposta que justifique a convocação extraordinária à população brasileira.

Sr. Presidente, outro assunto que me traz a esta tribuna refere-se às denúncias veiculadas na mídia nacional nesse final de semana, fazendo uma exposição desnecessária de um homem de bem chamado José Alencar. Sou o Líder do PL nesta Casa, e o País conhece o Vice-Presidente da República, que faz, para nossa alegria e honra, parte do nosso Partido.

José Alencar é um homem de bem, gerador de honra, porque quem gera emprego, Sr. Presidente, gera honra. José Alencar é um homem que construiu a sua vida com dignidade, e não temos quem possa levantar um dedo contra a sua honra. É um homem que construiu a sua vida dando emprego, permitindo que o trabalhador brasileiro pudesse, por meio da iniciativa desse empreendedor vitorioso que é o Vice-Presidente da República, levar o alimento para a sua mesa. Fomos todos assaltados nesse final de semana pela exposição grosseira que se fez do Vice-Presidente. Não sei com que interesse, não sei de onde vieram as duas denúncias feitas. Uma dizia que se tratava de transplante de medula.

Sabe-se que um Deputado Federal pediu ajuda a S. Ex^a, que mandou que encaminhasse o caso ao Ministério da Saúde. A única coisa que S. Ex^a não podia fazer era mandar que o caso fosse encaminhado para a Dilma Rousseff, porque Dilma toma conta do setor elétrico. Não podia encaminhar o caso também ao Ministro do Esporte. S. Ex^a tinha de encaminhá-lo ao Ministro da Saúde. Na verdade, não há que se seguir a ordem das filas de transplante, mas há que se fazer uma avaliação técnica. Toda mãe, todo pai, que procura um Senador, um Deputado Estadual ou Federal, um Vereador, buscando ajuda, tem um familiar que está morrendo. Se não houver ajuda, a filha morrer, o filho vai morrer. Vê-se o desespero da família. O encaminhamento é para que se faça uma avaliação técnica.

Há dois anos e meio, sofri uma cirurgia de medula. Tenho a medula lesionada, algumas pessoas que me vêm puxando um pouco a perna perguntam

se estou com o joelho machucado. Não, a minha coluna tem um enxerto; devido a uma lesão de medula, o fio condutor que recebe informação do meu cérebro foi lesionado. Tiraram um tumor da minha medula.

Fui ao ortopedista da Câmara tratar do meu joelho e disse a ele que sentia dores nas costas. Ele recomendou uma avaliação no joelho e na coluna e pediu uma ressonância magnética. Fiz, e detectaram que o problema do joelho era muito menor que o problema na medula, um tumor. Perguntei o que eu devia fazer, e ele disse que ia fazer o encaminhamento para que o neurocirurgião me avaliasse e para ver se eu poderia ser operado em janeiro, durante o recesso. O neurocirurgião disse que, se eu não operasse em 60 dias, ficaria paralisado, pois estava comprometida a cauda equina, os nervos que dão comando às pernas. Desmarquei todos os meus compromissos e fui operado na semana seguinte. Arrancaram o tumor que achavam que era maligno, e fui mandado para a cadeira de rodas com a medula lesionada. A minha avaliação foi técnica.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – O médico que me operou, Dr. Paulo Said, tinha outros pacientes para serem operados no mesmo dia, mas eles podiam esperar. Tenho apenas um pequeno movimento no pé direito em função da lesão de medula. Fui operado porque fui tecnicamente examinado e porque se identificou que eu precisava de cirurgia em 60 dias.

O que o Vice-Presidente da República fez com esse Deputado foi o que todos fazemos. Se se colocar um sino no pescoço dos Deputados Federais e Senadores que fazem encaminhamento de pedidos, Brasília não vai dormir, o Brasil não vai dormir, porque todos fazemos encaminhamentos.

Ora, as pessoas fazem pedidos absurdos, fazem concurso público, são transferidas do seu Estado e querem a ele retornar; o pai telefona, manda uma carta, a mãe manda uma carta, e recebemos os pedidos educadamente.

Sr. Presidente, a carta – ainda com relação ao nosso Vice-Presidente – era de um velho companheiro de José Alencar, um senhor de 84 anos que foi exposto na televisão, um homem simples do interior. Parecia que se tratava de um bandido, mas era um avô que escreveu uma carta intercedendo por seu neto. Nós já vimos milhões de pais, de tios, de avós fazerem algo semelhante. Era o caso de uma residên-

cia. Na verdade, em se tratando de residência, é preciso passar na prova. Não se pode colocar ninguém na frente de ninguém. Pode ter havido erro da assessoria no encaminhamento que fizeram, mas o Vice-Presidente da República não pediu que alguém fosse retirado e colocado o neto do amigo dele. Não pediu que tirasse o sujeito que estava em último lugar para colocar o neto do amigo dele, que tirasse o que passou em segundo lugar e colocasse o rapaz. Não foi nada disso. De onde vem isso? Dizia S. Ex^a hoje: "Só o sombra sabe".

Expõe-se toda uma família, um homem que tem o respeito da Nação brasileira, que não vai parar de fazer encaminhamentos, porque nenhum de nós vai parar. Quantos pedidos recebemos?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Quantos pedidos a população brasileira nos faz? Pedem-nos até para arrumar um visto, porque acham que parlamentar pode tudo, até arrumar um visto para alguém ir para os Estados Unidos. Sabemos que não podemos. Não existe critério. Não somos atendidos. Mas eles mandam-nos as cartas. E não custa nada fazer uma carta de apresentação quando conhecemos o cidadão: "Conheço fulano de tal, é decente, é honrado".

Se colocar, volto a dizer, um sino no pescoço de todos os parlamentares que fazem encaminhamento de pedidos que lhes são feitos, o Brasil não dormirá, porque o sino tocará 24 horas por dia.

Por isso, como Líder do meu Partido, eu precisava vir à tribuna defender o Vice-Presidente da República, um cidadão de bem, que passou por esta Casa e honrou o Parlamento brasileiro quando no exercício do seu mandato.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Antes de passar a palavra ao nobre Senador Osmar Dias, que falará pela Liderança do PDT, a Presidência deseja destacar a presença no plenário da nobre Deputada Luciana Genro.

Tem V. Ex^a a palavra, nobre Senador Osmar Dias, para uma comunicação de interesse partidário, por cinco minutos.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como Presidente da Comissão de Educação do Senado, antes de iniciar o assunto que me

trouxe à tribuna, saúdo o Senador Cristovam Buarque, que, como Ministro da Educação, me proporcionou momentos de enriquecimento pelo seu vasto conhecimento na área. Com certeza, este País teve, por um ano, um grande Ministro da Educação. Para nós, é um orgulho, uma honra tê-lo no Senado Federal. Seja bem-vindo!

Sr. Presidente, agradeço ao Líder do meu Partido, Senador Jefferson Péres, por me proporcionar esta oportunidade. S. Ex^a, ontem, abordou o assunto de que falarei aqui e que também tem sido tratado pelo Senador Juvêncio da Fonseca, do nosso Partido, o PDT, e pelo Senador Mozarildo Cavalcanti: a preocupação com os conflitos que começam a ocorrer em função da falta de regulamentação ou da falta de atitude em relação à demarcação das terras indígenas.

Eu, de longe, não imaginava que esse problema pudesse alcançar o Paraná. Recebi um dossiê sobre Umuarama, no Paraná, onde 12,5 mil hectares de terras estão sendo cultivados por mais de mil pessoas. Esse dado é importante, pois são mais de mil pessoas que dependem dessa terra, plantam, produzem, trabalham e lá vivem, numa vila rural formada por um programa desenvolvido pelo governo anterior, que construiu casas em terrenos de 5 mil metros quadrados. Há 30 famílias vivendo nessa situação. Pois bem, uma pesquisadora resolveu apresentar um trabalho de mestrado e levantou a existência de uma tribo de índios Xetás nessa área. Existem, hoje, oito índios xetás, com 28 descendentes.

A Funai designou, em outubro de 2003, um grupo de trabalho que está procedendo ao levantamento das propriedades nessa área, que correm o risco de ser desapropriadas. Vou repetir o número: lá estão trabalhando mil pessoas. No entanto, no lugar dessas mil pessoas estarão sendo colocados, se prosperar a iniciativa de uma ONG que apresentou o processo junto à Funai, oito índios. Desses oito índios, Senador Mozarildo Cavalcanti, quatro são funcionários públicos, devidamente integrados à sociedade, já casados com brancos. Reza a lei que os índios integrados à sociedade deixam de ser da comunidade indígena.

Aliás, não existe mais nenhuma tribo Xetá no Brasil. Os que não estão hoje vivendo na comunidade ou na cidade estão distribuídos em outras aldeias de índios, portanto, devidamente incorporados ao processo de desenvolvimento da cultura indígena.

Duvido até que a maioria desses oito índios queira voltar àquela região, àquela situação. Não vão

querer, a não ser que essa proposta generosa de tirar mil pessoas que estão vivendo na área para colocar oito índios seja realmente aprovada e admitida por “alguém que tenha consciência” dentro da Funai.

Por isso, Senador Mozarildo Cavalcanti, manifesto apoio à fala do Senador Jefferson Péres, que pediu clareza nessa situação. V. Ex^a apresenta um projeto de lei que devemos discutir com urgência, para que o Congresso Nacional se envolva nessa questão, de forma que qualquer decisão sobre demarcação de terras para índios seja decidida pelo Senado Federal também. Cumprimento V. Ex^a pela oportunidade e felicidade da iniciativa. Com certeza, não estou falando em nome apenas das mil pessoas que estão, neste momento, ameaçadas de serem retiradas de 12,5 mil hectares em Umuarama, no Paraná, mas também em nome de mais de 400 mil produtores do Paraná, amedrontados com a condução de mais seis processos iguais a esse. E é claro que essa preocupação pode se espalhar por outros Estados, tomando conta da cabeça dos produtores rurais e dos legítimos proprietários de suas áreas.

Senador Mozarildo Cavalcanti, conte com o meu apoio. Pedirei ao Líder do meu Partido que insista, como fez ontem, para que o Congresso Nacional seja o local onde se decida uma questão tão importante como a que estamos tratando.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Antes de conceder a palavra ao nobre 1º Vice-Presidente do Senado, Senador Paulo Paim, a Presidência destaca a presença no plenário do Senador Cristovam Buarque.

Senador Cristovam Buarque, tivemos a oportunidade de ressaltar a passagem do Senador Eurípedes Camargo por esta Casa enquanto V. Ex^a exercia o honroso cargo de Ministro da Educação. Para nós, principalmente para este Presidente, é uma honra tê-lo em nosso meio novamente. Certamente, não só a população do Distrito Federal, mas seus Pares e a Nação esperam muito do mandato de V. Ex^a, fruto do passado, da relevância e da importância de V. Ex^a para este País, sem dúvida nenhuma reconhecido internacionalmente.

Eram essas as palavras que a Presidência desejava manifestar no retorno de V. Ex^a às atividades de Senador eleito pelo Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao 1º Vice-Presidente desta Casa, nobre Senador Paulo Paim, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu não poderia deixar de me dirigir ao nobre Senador Cristovam Buarque com a seguinte frase: o Governo perdeu um grande Ministro, mas o Senado ganha um grande Senador.

Sr. Presidente, é com profundo pesar que trago ao conhecimento desta Casa a notícia de que três auditores fiscais do trabalho e um motorista foram assassinados hoje no Município de Unaí, Minas Gerais, no exercício de suas atividades.

Foram assassinados Nelson José da Silva, Heratostenes de Almeida Gonçalves, João Batista Soares Lages e Ailton Pereira de Oliveira, que era motorista e chegou a ir para o hospital, mas, infelizmente, faleceu há uma hora.

Tomamos conhecimento do fato pelo Sindicato Nacional dos Auditores dos Fiscais do Trabalho. Diante da gravidade do crime, cabe-nos solicitar que o Ministério da Justiça, por meio da Polícia Federal – e já manteve contato com o Senador Romeu Tuma –, tome todas as providências que se fizerem necessárias para que esse crime não fique impune.

No documento que recebi, Sr^{as} e Srs. Senadores, os auditores fiscais dizem que, infelizmente, as viúvas – porque a PEC nº 77 não foi votada, criando esse espaço jurídico perigoso – não terão os benefícios daquela PEC, mas os da PEC nº 67. Eles apelam, mais uma vez, para que o Senado se mobilize para que a Câmara vote rapidamente, mediante amplo acordo entre as duas Casas, a PEC nº 77.

Quero ainda, por coincidência, Senador Cristovam, dirigir-me a V. Ex^a, mais uma vez. Hoje, o jornal **Folha de S.Paulo** informa, com destaque, que “cota leva mais de sete mil negros à universidade”. Conversei muito com V. Ex^a sobre essa questão. A todo momento V. Ex^a me dizia que a cota não poderia ser um fim, mas que iríamos discuti-la por se tratar de uma medida de emergência. E esse documento comprova que tínhamos razão ao estabelecer esse debate.

Então, é com satisfação, Sr. Presidente, que peço o registro, na íntegra, da matéria feita pelo jornalista Marcos de Moura e Souza. Trata-se de uma belíssima matéria, que fala das quatro universidades que já estão aplicando a política de cotas, demonstrando que aqueles negros que tiveram acesso à universidade via política de cotas estão se destacando, estão entre os melhores colocados.

Sr. Presidente, para nós, é muito importante o debate da política de cotas, que interessa, no mínimo, a 48% da população, que tem como referência a comunidade negra.

Temos certeza de que o Estatuto da Igualdade Racial e Social por nós apresentado e que contempla a política de cotas haverá de ser aprovado rapidamente aqui no Senado e também na Câmara dos Deputados.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Ex^a por ter prorrogado a Hora do Expediente para que eu pudesse fazer esta rápida manifestação.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com profundo pesar que trago ao conhecimento desta Casa a notícia de que três Auditores Fiscais do Trabalho e um Motorista foram vítimas de emboscada e assassinados em diligência no meio rural do Município de Unaí-MG, próximo aqui de Brasília, em pleno exercício de suas atividades profissionais.

As vítimas foram: Nelson José da Silva, Herastostenes de Almeida Gonçalves, João Batista Soares Lages e Ailton Pereira de Oliveira (Motorista).

Tomamos conhecimentos do fato através do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT), cujos diretores encontravam-se, na manhã de hoje, em audiência com os deputados Luis Eduardo Greenhalgh e Maurício Rands para tratar da PEC Paralela.

Diante da gravidade do fato, cabe-nos solicitar que o Ministério da Justiça, através da Polícia Federal, tome todas as providências que se fizerem necessárias para que este crime não fique impune e que seja rigorosamente investigado, viabilizando aos Auditores Fiscais tenham as condições necessárias para o cumprimento de suas funções.

Aproveito o momento para me solidarizar com as viúvas e dependentes desses servidores barbaramente assassinados, que ironicamente deixarão de ter a proteção integral da previdência social.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por outro lado, é com grande satisfação que trago a este plenário uma reportagem do jornal **O Estado de S. Paulo** sobre a ampliação do número de alunos negros cotis-

tas, prevista para este ano, e o bom desempenho dos alunos que ingressaram no ano passado.

Quero cumprimentar os jornalistas e o jornal “O Estado de S. Paulo”, porque são reportagens isentas como esta que ajudarão a superar as resistências que ainda existem à política de cotas.

Estávamos certos quando insistíamos na necessidade de políticas específicas para a superação das desigualdades raciais na educação. Os primeiros resultados começam a aparecer. São experiências bem-sucedidas que precisam ser amplamente disseminadas.

Aos universitários negros cotistas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – Uerj e da Universidade Estadual da Bahia, se juntarão este ano os da Universidade de Brasília e da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul. Mais 3.500 alunos só este ano.

Muitas outras universidades públicas preparam iniciativas para 2005. Estamos satisfeitos com as primeiras declarações do novo ministro da Educação, Tarso Genro.

O Ministro garantiu que o sistema será instituído. Concordamos também com suas restrições. As cotas sozinhas não resolvem. Mas precisamos enfatizar que as cotas criam compromissos.

As cotas são ações imediatas, aqui e agora. As cotas são medidas de curto prazo. Mas elas criam compromissos e definem o rumo para uma sociedade que não aceita mais a exclusão e a marginalização dos afro-brasileiros.

Concordamos com o Ministro que também precisamos de políticas de inclusão de médio e longo prazos.

Precisamos de reformas estruturais que, na base, possam garantir a igualdade de oportunidades para todos.

Mas as cotas são indispensáveis. Precisamos delas, porque levamos muito tempo sem fazer nada pelos excluídos. Demoramos tanto a fazer, que precisamos com urgência das cotas.

Gostaria agora de ler a matéria divulgada hoje por **O Estado de S. Paulo**, para que fique registrada nos anais desta Casa.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Cota leva mais de 7 mil negros à universidade

"O Estado de São Paulo"
28/1/04

Bom desempenho de cotistas e adoção de critérios de renda pode reduzir resistências

MARCOS DE MOURA E SOUZA

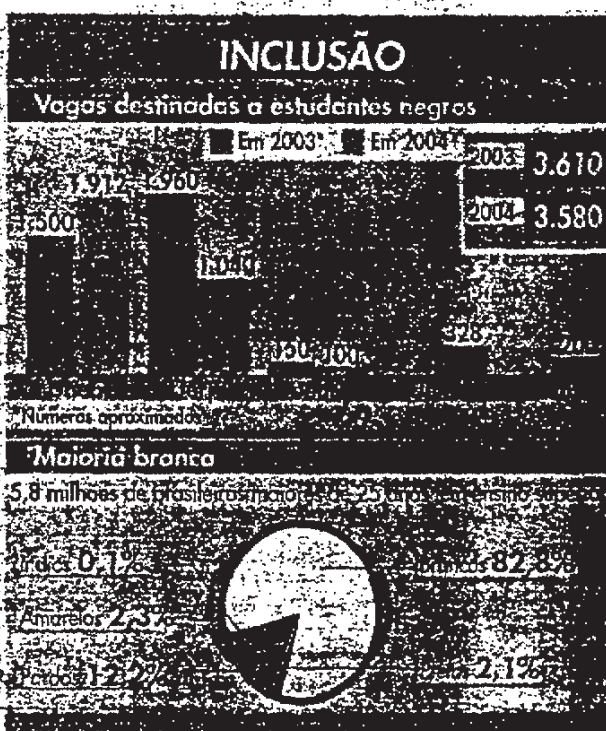
Mais de 7 mil negros vão estudar em universidades públicas este ano graças a políticas de cotas. Desse total, cerca de 3.500 jovens são calouros. Os demais entram no ano passado e cursarão agora o 2º ano. Até o ano passado, apenas três instituições estaduais, duas do Rio e uma da Bahia, reservavam vagas para candidatos negros. Agora, a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (Uems) e a Universidade de Brasília (UnB) também adotam o critério.

Este ano, para tentar diminuir a polêmica sobre quem, de fato, merece ser beneficiado, os universidades negros terão de provar que vêm de famílias carentes ou que estudaram em escola pública. A Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (Unenf), por exemplo, vão contemplar somente negros cuja renda per capita familiar seja de até R\$ 300,00.

Apoiar de sua criação ter provocado polêmica, para muitos professores e defensores do sistema o bom desempenho dos cotistas ajudou a melhorar a imagem do programa. Balancos preliminares indicam que — ao contrário da previsão de muitos críticos — cotistas e não-cotistas tiveram rendimen-

to semelhante na sala de aula em 2003. Na Universidade Estadual da Bahia (Uneb), não houve variação de notas entre os dois grupos. Na Uerj, 49% dos cotistas passaram de ano sem exame ou dependência, contra 47% dos não-cotistas. A evasão entre os negros foi menor. Na Uerj, 5% contra os 9% registrados entre alunos brancos. Na Uneb, 1,9% contra 2,7%.

Embora considere os dados muito preliminares, a sub-reitora de Graduação e professora da Faculdade de Educação da Uerj, Raquel Villardi, diz que os cotistas aproveitaram a oportunidade. De um modo geral, eles têm uma vontade enorme de aprender, de correr atrás. Minha impressão é de que essa dedicação vai levá-los a superar outras dificuldades. Em algumas das universidades que adota a política, o perfil do alunado já é ruim. Em 2002, antes das cotas, Uerj e Uneb recebiam juntas aproximadamente 1.500 negros. No ano seguinte, o número subiu para quase 3.500.



A discussão sobre o tema se espalhou. A Universidade Federal do Mato Grosso está desenvolvendo o seu sistema. Na federal de Alagoas, as cotas passarão a valer em 2005. Outras cinco federais no País tratam do assunto internamente há pelo menos um ano. E o governo federal analisa um projeto para a criação de uma política nacional de cotas.

"O contingente que entra este ano é significativo, tendo em vista o percentual de negros no ensino superior. Mas, se compararmos com os demais de 45% que os negros representam na população brasileira, ainda é pouco", diz a diretora da organização não-governamental Geledés — Instituto da Mulher Negra, Cidinha Sil-

va, organizadora do livro *Ações Afirmativas em Educação*. Para ela, as cotas são um meio efetivo para combater a desigualdade racial. Segundo o IBGE, 1 em cada 10 brancos com 25 anos ou mais concluiu a universidade. Entre os negros, a proporção é de 1 em cada 50. "Políticas universalistas não têm resolvido o desequilíbrio racial", diz Cidinha.

Mas as cotas revelam contradições. Em 2003, muitos dos negros ou pardos da Uerj vieram da classe média e estudaram em bons colégios, segundo a sub-reitora Raquel. Daí a decisão da Assembleia Legislativa do Rio, de também adotar a renda como critério. A mudança adiciona à política um caráter de cota social — ideia que tem a simpatia do novo ministro da Educação, Tarso Genro.

"É difícil separar o problema racial do socioeconômico", diz o reitor da Universidade de São Paulo, Adolpho José Melli. "Se você colocar cotas usando o ponto de vista econômico, atenderá melhor os alunos que vêm do ensino público, sejam brancos ou negros ou pardos". Na USP, apenas 9% dos estudantes são negros.

Estudante negra se destaca em curso de universidade baiana da Uerj revelam contradições

Laura passou em 1.º lugar em Administração e teve boas notas, mas acha cota necessária

BIAGGIO TALENTO

SALVADOR – A estudante Laura de Araújo Mercês, de 18 anos, teve em 2003 um ano letivo excelente. Passou com folga em todas as matérias, fez novos amigos e foi uma das melhores alunas da nova turma de Administração de Empresas da Universidade Estadual da Bahia (Uneb), primeira instituição pública do ensino superior no Estado a adotar o sistema de cotas para negros – ao vestibular de 2003.

Laura preencheu o formulário de inscrição identificando-se como afrodescendente, com direito a disputar 40% das vagas destinadas aos candidatos desse grupo. Não precisou: ficou em primeiro lugar entre os postulantes ao curso de administração de empresas. Nem por isso acha desnecessário o sistema de cotas. “O negro sofreu uma grande discriminação ao longo da história do Brasil e é preciso reparar isso de todas

as formas possíveis: a reserva de 40% de vagas numa universidade pública é mais uma porta que se abre. Se ninguém der o primeiro passo, nada vai mudar”, diz.

Laura afirmou que durante o ano não sofreu nenhum tipo de discriminação, nem brincadeiras dos colegas não-cotistas. Segundo ela, a questão das cotas foi discutida pelos alunos da Uneb no ano passado, mas ninguém foi contra sua adoção. O principal tema em debate era se as cotas não deveriam beneficiar alunos oriundos da rede pública, independentemente de serem negros ou brancos.

Laura é contra esse modelo e considera a cota racial a mais adequada. “Eu mesma estudei o 2.º grau em escola pública e passei no primeiro vestibular em que me inscrevi”. Para ela, o negro ainda enfrenta grandes dificuldades no mercado de trabalho, em virtude da discriminação. Por isso, afirma, o aluno afrodescendente é sempre mais esforçado. Algo que Laura acredita ter demonstrado no ano passado, com os 15 colegas beneficiados pela cota racial na turma de 40 alunos de Administração de Empresas,

Estudante de escola particular fez 2 anos de cursinho e só obteve vaga por se declarar parda

BEATRIZ COELHO SILVA

RIO – As experiências recentes dos estudantes de Medicina da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Wagner Alves Pimenta, de 17 anos, e Michele Wada, de 21, ilustram as imperfeições da medida que instituiu cotas para negros e para alunos egressos de escola pública.

Vindo de uma escola pública, o Colégio Técnico da Universidade Rural, Wagner abriu mão do benefício e ficou entre os primeiros classificados para o disputado curso da Uerj, mesmo sem ter feito pré-vestibular.

Ela é filha de advogados e reconhece que só conseguiu a vaga porque se declarou parda. Aluna de escola particular, tentava em 2003 entrar em Medicina pelo terceiro ano consecutivo e foi reprovada nos vestibulares da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Uni-Rio. “Fiz pré-vestibular durante dois anos.”

Wagner reclama que, das 92 vagas do vestibular, só sobra-

ram 18 para candidatos que não se enquadravam no esquema de cotas, o que tornou a disputa muito mais difícil. Ele é branco, mas se arrepende de não ter se declarado negro ou pardo. “Esses cotistas têm direito a bolsa de estudos e eu, mesmo precisando, não posso pedir, porque não estou nesse grupo.” Michele tem direito, mas abriu mão. “Tem muita gente que precisa mais que eu.”

Os dois concordam num ponto. O desempenho no primeiro ano da faculdade independe de ser ou não cotista. “Depende do esforço de cada um e da matéria. Há cotistas que foram melhor e não-cotistas que tiveram dificuldade”, arrisca Wagner. “Mas o curso de Medicina é um dos mais procurados e mesmo quem entra por cota está acima da média do 2.º grau. Talvez faça diferença em vestibulares menos concorridos.”

Quanto ao ambiente na sala de aula, os dois afirmam que o coleguismo predomina. Michele, porém, reclama de discriminação dos professores. “Alguns dizem que formamos uma turma atípica. Mas somos um grupo com qualquer outro, com alunos que conseguem acompanhar bem as matérias e outros com mais dificuldade.”

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a palavra, como segundo inscrito para comunicação inadiável, o Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador Romeu

Tuma, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com grande satisfação que venho a esta tribuna hoje, especialmente já com a presença do Senador Cristovam Buarque, para falar um pouco daquilo que tem sido uma das minhas lutas nesta Casa, para falar um pouco daquilo que tomou conta do noticiário nacional em função da assunção do Ministério da Educação pelo Ministro Tarso Genro.

Destaca hoje a imprensa nacional, Sr. Presidente, que passaremos por um grande processo de reformulação do modelo universitário brasileiro. Pude dizer ontem desta tribuna que aqueles que participa-

ram, no ano de 1960, integrantes da UNE, de um congresso que discutia o modelo universitário brasileiro, naquela época já diziam: “Estamos com um modelo ultrapassado”.

Mas, de 1960 para cá, podemos dizer que pouco ou nada mudou e que estamos com um sistema de ensino que é, na verdade, um grande funil, que impede que as classes desfavorecidas sejam atendidas pelo instituto da universidade pública e gratuita.

O que sabemos é que centros universitários importantes estão sem luz, sem material básico para a limpeza, para não dizer que estão sem papel higiênico. Os nossos centros universitários deixaram de ser centros de produção da pesquisa, tão necessária para um país em desenvolvimento. Com a riqueza que temos, com a biodiversidade, com 20% da água doce deste Planeta, com toda a Amazônia, com tantos ecossistemas, estamos desprezando os centros de pesquisa que temos em nossas universidades.

Só estranho um pouco, Sr. Presidente, uma vez que tenho a mais profunda admiração pelo Ministro Tarso Genro. Creio ser ele capaz de promover esse debate, que tinha toda a condição de ter sido realizado com a presença do Ministro Cristovam Buarque, ninguém menos do que um reitor internacionalmente reconhecido. Para falar um pouco da biografia de S. Ex^a, ele é o criador do bolsa-escola, dentre outros importantes trabalhos realizados e serviços relevantes prestados à Nação. O professor Cristovam Buarque hoje nos dá a honra de estar no plenário desta Casa para exercer o mandato que o povo do Distrito Federal lhe conferiu.

Dentro dessa discussão da reformulação do modelo universitário brasileiro, tenho me batido muito, Senador Cristovam, por aqueles estudantes que as pesquisas apontam como sendo a grande maioria de pobres, de negros, de pessoas que conseguiram concluir o segundo grau, por meio do ensino supletivo – citei ontem o Curso de Madureza, como era chamado o ensino supletivo –, do ensino à distância, de tele- cursos, estão aí trabalhando, e, se conseguem chegar ao ensino de terceiro grau, vão para as universidades privadas.

E qual é a realidade dos mais de dois milhões de estudantes brasileiros que estão nas entidades privadas? É a falta de dinheiro para custear os estudos. Para isso, existe o Fies, Senador Cristovam, Senadora Lúcia Vânia, Senador Romeu Tuma, Senador Paulo Paim. E a inadimplência nesse tipo de financiamento é assustadora. Mas, o que é pior: quantos alunos são atendidos pelo Fies, a começar pelo processo de inscrição? A inscrição é feita pela Internet, como se o

Brasil fosse um país em que todas as regiões, todas as cidades estivessem atendidas por centrais, pela inclusão digital, que permitiria aos estudantes o acesso via Internet. Mas isso ainda não é o pior, porque é exigida a figura de um fiador. E aí, meus nobres Pares, com mais de cem milhões de brasileiros inscritos no Serasa, esse cadastro que condena o cidadão à falta de crédito e de credibilidade, como é que o estudante vai arrumar um fiador? O resultado disso tudo, professor Cristovam Buarque, é que há um pouco mais de duzentos mil alunos atendidos pelo Fies dos dois milhões que estão cursando as entidades de ensino superior. Eles não ganham carro zero quando passam no vestibular; eles andam de ônibus e estudam à noite, após trabalhar o dia todo.

Por isso, apresentei três projetos de lei. Quero discuti-los e analisá-los com meus nobres Pares e não apenas falar sobre eles no horário destinado às comunicações inadiáveis.

Professor Cristovam, tenho me batido muito por uma questão e devido a ela já mantive contato com o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES, Carlos Lessa. Entendo que, se o BNDES pode financiar a construção de entidades privadas de ensino, por que não atender o outro lado do balcão? Por que não destinar parte dos recursos do Fies para o financiamento dos estudos dessa grande massa de brasileiros, aproximadamente 400 mil jovens, que chega ao mercado de trabalho e não têm como financiar seus estudos?

Um dos projetos de lei que apresentei inclui entre as possíveis fontes de receita para o programa de Financiamento Estudantil, o Fies, o BNDES. Por que não destinar recursos desse órgão para aumentar a receita do Fies e elevar o número de apenas 200 mil alunos atendidos – que são inadimplentes?

Para resolver o problema da inadimplência, apresentei um segundo projeto de lei, que dispõe sobre o pagamento do crédito com serviço social, nos parâmetros do Projeto Rondon, que emocionou o Brasil inteiro. Por que não permitir que o aluno carente que concluiu seu curso e que não pode pagar sequer os R\$ 50,00 que lhe são cobrados do parcelamento do Fies com serviço social, com apoio às comunidades? Isso lhe daria experiência e valorizaria a participação do jovem no serviço de atendimento à nossa população.

O terceiro projeto altera a permissão às entidades privadas para usar o Fies para pagar débitos junto ao INSS para que possam pagar também outros tributos. Tudo isso contribui para que o estudante en-

contre uma linha de financiamento para cursar o ensino de terceiro grau.

Esta é, Senador Cristovam Buarque, apenas uma parte do debate dessa revisão que devemos fazer no modelo de ensino universitário público e gratuito deste País.

Sr. Presidente, só não entendo por que já estão dizendo que a reforma vai doer. Ao contrário, Ministro Tarso Genro – em que acredito tanto –, ao contrário, Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a reforma do ensino universitário no Brasil não deve e não vai doer, porque ele há de ser mais abrangente, menos excludente, para que não estejam nas universidades públicas brasileiras apenas aqueles que puderam pagar os bons cursos das escolas privadas.

Vamos estabelecer, sim, Senador Paulo Paim, as cotas para os negros, para os menos favorecidos. Vamos sonhar com um novo modelo universitário. Mas, sinceramente, Sr. Presidente, sem dor. Não consigo entender que iniciemos uma discussão tão importante como a do modelo universitário brasileiro já dizendo que vai doer.

Não, Sr. Presidente, é papel desta Casa – que se sente enriquecida com a presença do Senador Cristovam Buarque – participar de forma profunda do debate da reformulação do sistema universitário brasileiro.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senadora Ideli Salvatti, a Presidência encaminha a V. Ex^a o pronunciamento do Deputado Arnaldo Faria de Sá sobre a morte dos funcionários da fiscalização do trabalho, que interessa também ao Senador Paulo Paim, que acabou de fazer um pronunciamento a respeito.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do Bloco da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Octávio, como Líder, e, em seguida, à Senadora Lúcia Vânia. Depois, entraremos na Ordem do Dia.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tinha a intenção de usar a tribuna hoje, na qualidade de Presidente da Comissão de Turismo do Senado Federal, para discutir a polêmica do mês de janeiro no Brasil, os vistos exigidos aos americanos que aqui vêm fazer turismo.

Trago esse assunto – que abordarei amanhã em profundidade – para que possamos conhecer o prejuízo que o Brasil teve com essa medida, adotada por medida judicial. Na minha visão, faltou ao Gover-

no visão política para, rapidamente, abortar tal decisão judicial, que, sem dúvida, trouxe inúmeros prejuízos ao nosso País, que tanto luta pelo aumento do turismo. O assunto é complexo e, por isso, usarei a tribuna amanhã para discuti-lo em profundidade.

Outro assunto a que quero me referir é a chegada, hoje, a esta Casa, do Senador Cristovam Buarque, eleito pelo povo de Brasília, que já foi Governador desta cidade por quatro anos, função que exerceu com muita dignidade. Fomos adversários políticos na última eleição, em 2002, mas procuramos, mesmo em campos opostos, fazer da democracia e da eleição um espaço de troca de idéias. Realizamos uma disputa ética, com troca de idéias em prol do povo de Brasília. E ambos fomos eleitos e aqui estamos representando o povo desta cidade.

Acompanhei o trabalho do Senador Cristovam Buarque à frente do Ministério da Educação e tive, inclusive, oportunidade de, de comum acordo com S. Ex^a, preparar um projeto que está tramitando nesta Casa que cria a alfabetização nas indústrias, nos canteiros de obras. Trata-se de um projeto que sonhamos ver aprovado no ano de 2004.

Entendo que o objetivo de acabar com o analfabetismo no Brasil não é só do professor Cristovam Buarque, que foi reitor da Universidade de Brasília, a nossa UnB, mas de todos nós, Senadores, e de todo o povo brasileiro. Realmente não podemos, Senador Paulo Paim, conviver com a ignorância, com a não-cidadania. É só é cidadão quem sabe ler e escrever.

Senador Cristovam Buarque, recebemos V. Ex^a aqui com muita alegria. Temos certeza de que Brasília estará muito bem representada. E, aqui, abro um parêntese para homenagear o Senador Eurípedes Camargo. Ontem, um grupo de Senadores resolveu, espontaneamente, fazer uma homenagem ao Senador Eurípedes em um jantar que se realizará na próxima terça-feira. Tivemos uma convivência muito harmoniosa com S. Ex^a, que soube substituir V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque, à altura, foi um grande companheiro, um amigo, que participou ativamente das discussões, que foi um Senador assíduo no plenário. V. Ex^a está de parabéns pelo suplente que o substituiu nesses meses em que exerceu uma missão tão importante no Ministério da Educação.

E, para terminar, Sr. Presidente, hoje pela manhã, na reunião da Executiva Nacional do PFL, narrei a visita que fiz a diversos países nos últimos dias, para conhecer o sistema de transporte ferroviário, que, na minha visão, será o futuro do sistema de transportes brasileiro.

O Brasil, nos últimos 50 anos, investiu no setor rodoviário. Construímos rodovias, abrimos o País, JK foi o precursor, o grande idealizador, construiu a Belém–Brasília, que é uma obra inacreditável, em que, há 50 anos, ninguém acreditava, e o Brasil se desenvolveu no setor automobilístico. Mas este é o momento de repensar.

Tínhamos, nos últimos anos, 50 mil quilômetros de ferrovias; hoje, não temos a metade. As nossas ferrovias não cumprem o papel de ligar as cidades, de dar conforto no transporte aos brasileiros. É hora de repensar.

Todos os países adiantados do mundo, na Ásia, na Europa e na América do Norte, estão construindo ferrovias, com trens de alta velocidade. Para V. Ex^{as} terem uma idéia, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Espanha, nos próximos dez anos, vai construir 8 mil quilômetros de ferrovias para trens de alta velocidade, o que significa velocidade entre 250 e 350 km/h. As grandes cidades espanholas passam a ser ligadas por trens, o que está fazendo com que o turismo, a economia, os negócios na Espanha cresçam de uma forma assustadora e impressionante. Eles buscam recursos e investem, porque acreditam que o sistema ferroviário descongestiona as grandes cidades, não é poluente e desenvolve todo o entorno das cidades.

Por isso, estivemos nessa missão, acompanhando os Governadores de Goiás e do Distrito Federal, Marconi Perillo e Joaquim Roriz. Essa foi a primeira vez que dois Governadores visitaram vários países europeus buscando conhecer esse sistema de transporte.

O trecho que queremos implementar, Senador Cristovam Buarque – e V. Ex^a certamente fará parte dessa discussão – ligará Brasília a Goiânia. São 194 quilômetros apenas. A nossa intenção é desenvolver o entorno de Brasília e de Goiânia, criar um pólo industrial na região de Corumbá IV – o grande lago que está sendo construído –, intensificar a economia da cidade de Anápolis e fazer com que Brasília e Goiânia, que hoje reúnem 5 milhões de habitantes, possam estar interligadas por um transporte que permita que um goiano saia da sua cidade e chegue a Brasília em apenas uma hora.

Esse foi o objetivo da nossa viagem. Temos certeza de que é possível.

E hoje, conversando com o Senador Romeu Tuma, nasceu a idéia de criarmos aqui uma frente parlamentar em favor das ferrovias brasileiras. O Brasil é um país continental, que carece de transporte eficiente e rápido. Portanto, entendo que a ousadia, a revolução, agora, é tentar implantar ferrovias em trechos

que tenham grande populações, que tenham desenvolvimento econômico, que tenham viabilidade financeira para construí-las.

Por isso, quero dizer aos meus colegas do Senado que foi uma satisfação enorme participar dessa viagem. Voltei entusiasmado, com a certeza de que o Brasil tem que repensar essa questão. Fiquei muito triste, porque, nos últimos sessenta dias, o Brasil só conversou sobre troca de Ministro, a única coisa que saía nos jornais brasileiros era a substituição de nomes. E o Brasil não pode se apeguar desta forma. O Brasil é um País com grandes desafios. Temos que gerar, conforme quer o Presidente, dez milhões de empregos. Uma ferrovia de Brasília a Goiânia pode gerar de 60 a 100 mil empregos. E existem investimentos estrangeiros; podemos trazer dinheiro de fora. As empresas brasileiras têm capacidade para participar de um desafio como esse. Somos competentes! Somos capazes! Nós podemos fazer!

Por isso, trago esta discussão ao Senado, Senador Romeu Tuma, e trago esta discussão ao Senado na sua presença, que conhece bem o assunto. Não sei ainda por que não existe um trem bala ligando Rio de Janeiro a São Paulo. Sei que existem vários estudos feitos mas não implementados. Mas tenho certeza de que essa discussão não passa dos próximos anos. Não tenho dúvida de que o próximo candidato a prefeito de São Paulo ou do Rio de Janeiro terá que colocar em pauta a discussão de uma obra como esta. Acho que os brasileiros merecem conforto: os brasileiros estão sendo muito maltratados em função da falta de vôos, pois não existem vôos regulares ligando as cidades; e as rodovias estão uma verdadeira vergonha, esburacadas, inseguras. O brasileiro não tem como conhecer o próprio Brasil. Faltam meios de transporte.

É o momento de o Brasil repensar o sistema ferroviário. E o exemplo de Brasília é muito emblemático. É um sinal que Brasília, a capital da esperança – uma cidade que foi construída com a ousadia e a tenacidade dos brasileiros –, dá a todo o Brasil. Temos que ter coragem de enfrentar esse desafio, dar transporte aos brasileiros, transporte com técnica moderna, transporte eficiente, transporte rápido.

Era o que tinha a dizer, e fico feliz de justamente estar presidindo a sessão, neste momento, o Senador Romeu Tuma, que conhece muito bem o sistema ferroviário brasileiro.

Quero dizer, Senador Cristovam Buarque, que é uma alegria para todos nós Senadores tê-lo de volta – vi como V. Ex^a foi recebido, nesta Casa, por todos os Partidos. V. Ex^a tem amigos no PFL, no PSDB, no

PTB e, certamente, nos ensinará muito, contribuirá muito com o Congresso Nacional e principalmente com o Senado Federal.

Bem-vindo. Em nome de Brasília, quero dizer que ficamos felizes de tê-lo aqui representando o nosso Distrito Federal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador Paulo Octávio, informo a V. Ex^a que o Governador de São Paulo já assinou um protocolo com o Governo da Espanha para o estudo definitivo da implantação de trem de alta velocidade entre os aeroportos de São Paulo, Viracopos e outros setores. Acho que isso deve avançar.

Estou solidário com V. Ex^a para fazer a frente parlamentar em favor das ferrovias, que estão desgastadas, morrendo aos poucos. Foram privatizadas e o Governo praticamente vê como contrapartida da exploração dessas ferrovias. Está na hora de se estabelecer um programa efetivo para o sistema ferroviário brasileiro.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Fico feliz com essa notícia, da qual eu não tinha conhecimento, Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma. Quero dizer que entre o Rio de Janeiro e São Paulo moram 16 milhões de brasileiros. Uma iniciativa como essa pode ativar o turismo e a economia das duas cidades e desenvolvê-las muito.

Quero dizer que esse é um desafio que os paulistas e os cariocas não devem temer, mas, sim, partir para realização.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia, que fará uma comunicação urgente, como inscrita, por cinco minutos.

Em seguida, entraremos na Ordem do Dia, sob a Presidência do Senador Paulo Paim.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, voltam hoje ao Brasil os 262 brasileiros que estavam presos por tentar entrar ilegalmente nos Estados Unidos. Entre eles estão 35 goianos, que arriscaram a liberdade em busca do sonho de oferecer uma vida melhor para suas famílias. Foram atrás do emprego que não conseguiram no Brasil e acabaram presos e humilhados.

Quero ressaltar o trabalho excepcional de dois Senadores: Hélio Costa e Marcelo Crivella. Graças a esse trabalho excepcional foi garantido tratamento digno a essas pessoas que hoje retornam desiludidas ao País. Apesar da alegria do reencontro com as famílias, não se pode garantir a eles a esperança de

uma vida melhor, porque a situação de desemprego só tem se agravado, na contramão das promessas de campanha de criar dez milhões de empregos.

Ainda estamos sob o impacto das recentes pesquisas do IBGE, que apontaram desemprego maior em 2003 do que em 2002. Mas o Governo estava tão envolvido na reforma ministerial que ficou devendo uma satisfação ao Brasil. Por que em um ano o desemprego se agravou de tal forma se o Governo canta todos os dias em prosa e verso o sucesso da política econômica e da estabilidade? E o que se pode esperar para 2004?

É preciso dizer que as conseqüências sociais da atual conjuntura vão além do problema do desemprego, porque incluem um crescimento inusitado da precariedade dos vínculos empregatícios.

Os números do IBGE, divulgados recentemente, revelam um aumento de 17% de trabalhadores sem carteira assinada; 60% da população ativa não contribui para a Previdência Social, e aguarda a aprovação da PEC 77 para que sejam criados os instrumentos que possibilitem a inclusão desses brasileiros na Previdência.

É de quase 22% o percentual de pessoas trabalhando por conta própria, comprovando a ineficiência do modelo petista de combate ao desemprego e à precariedade da inserção no mercado e trabalho.

Apesar da redução na taxa de inflação, os rendimentos do trabalhador no primeiro ano de gestão petista caíram 12,9%; segundo o IBGE, a renda mensal do brasileiro, que era de R\$983,85, desceu para R\$856,85. Uma das conseqüências foi a queda de venda nos supermercados em cerca de 4,5% em relação a 2002.

Há no ar um sentimento de amargura, mencionado nesta tribuna, na semana passada, pelo Senador José Agripino, e de frustração diante das ações de um Partido que prometia o paraíso.

As famílias, não vendo seu cotidiano sendo mudado de forma efetiva, com dificuldades para suprir suas necessidades básicas, perdem a esperança de aspirar a padrões melhores de consumo, educação e saúde. Para o mercado, cada desempregado representa de dois a três consumidores a menos. Com menos venda, cai a produção e somem os empregos. Após um ano perdido, é tempo agora de tirar o social da fila de espera e dar **status** de prioridade à redução das desigualdades e geração de emprego e renda.

Tenho certeza de que a grande mudança prometida pelo PT na área social não pode ficar reduzida

a uma gestão mais eficiente de programas herdados da administração passada.

Muito obrigada.

Antes de deixar a tribuna, eu me somo às vozes que aqui homenagearam a chegada do ex-Ministro e hoje Senador Cristovam Buarque. Senador Cristovam Buarque, tenho certeza de que a sua experiência e seu compromisso com a educação muito enriquecerão os debates nesta Casa. Portanto, seja bem-vindo e tenha certeza da alegria que sua presença causa aqui entre nós.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Lúcia Vânia, o Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Antes de iniciar a Ordem do Dia, esta Presidência gostaria de convidar todos os Líderes para uma reunião na Sala da Presidência para discutir assuntos relacionados à convocação extraordinária, entre eles, como principal, a discussão da PEC nº 77, a PEC paralela.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Pela ordem, tem a palavra V. Exª.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Serei breve, Sr. Presidente. Cheguei aqui e observei que, dos oradores inscritos – a prática vem se repetindo, e a culpa não é de ninguém –, apenas dois falaram, embora tenha havido prorrogação do tempo antes da Ordem do Dia. Presidi esta Casa e sei como é difícil dirigi-la, principalmente no que concerne ao controle do tempo destinado aos oradores.

Farei uma proposta aqui, Sr. Presidente, para ver se a Mesa adota o mesmo critério da Câmara dos Deputados. Assim, não precisaríamos mexer no Regimento, pelo menos no momento. Isto é, se o prazo determinado é de vinte minutos, em vinte minutos, automaticamente é desligado o microfone e retornado para que a pessoa tenha um minuto para encerrar a sua fala. Se o Líder precisa, se o tempo da comunicação é de cinco minutos, não é o Presidente que vai desligar. Automaticamente, o microfone será desligado e retornará para que ele conclua em trinta segundos. Essa é a única maneira, Sr. Presidente, para não haver constrangimento nesta Casa.

É o que eu penso, salvo melhor juízo. Consultei vários dos Srs. Senadores e parece-me que todos concordam com essa proposta.

Eu perguntei ao Senador Juvêncio – porque estou inscrito depois de S. Exª: Senador, V. Exª já falou? E S. Exª disse: “Eu tenho questão importante para falar. Vamos ver se chega a minha vez”.

Positivamente, penso que está na hora de fazermos o que a Câmara dos Deputados já faz há muito tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Senador Ramez Tebet, a Mesa informa...

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Eu não estou culpando ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Eu tenho certeza disso. Não foi a intenção de V. Exª.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Paulo Paim, eu mesmo fui muito tolerante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Mesa informa que usaram da palavra sete Líderes; houve três comunicações inadiáveis e somente dois oradores inscritos.

A proposta de V. Exª é procedente e já assumimos o compromisso de levá-la à reunião da Mesa, com os Líderes, para agilizar a discussão e votação aqui neste plenário, até para não atrasar a Ordem do Dia, como foi o caso de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 3, DE 2004

Insere parágrafo no art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), de modo a assegurar, aos docentes da rede pública que não tenham habilitação em nível superior, vagas nos cursos de graduação de formação de professores.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 87 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigor acrescido do seguinte § 7º:

Art. 87.

.....

§ 7º Aos docentes da rede pública que não tenham habilitação em nível superior, será assegurado o ingresso nos cursos de graduação de formação de professores da educação básica, nos termos do regulamento desta lei, que estabelecerá os critérios para a fixação do número de vagas, bem como os processos seletivos que deverão

ser adotados para os casos em que haja maior demanda que possibilidades de atendimento. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Uma das inovações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) consistiu em favorecer a habilitação, em nível superior, dos professores da educação básica, ainda que admitisse a formação mínima de nível médio para os docentes da educação infantil e das quatro primeiras séries do ensino fundamental. Assim, a LDB determinou que, ao final da Década da Educação, prevista em seu art. 87, somente serão admitidos no magistério da educação básica professores com nível superior ou que forem formados por treinamento em serviço.

Apesar dessas diretrizes, ainda é significativo o contingente de professores leigos sem a formação mínima para o exercício profissional. Conforme o Censo Escolar de 2002, havia 272 mil funções docentes exercidas por leigos (13% do total), no ensino fundamental e no médio. Os resultados do Censo mostraram a persistência de outros problemas relacionados à docência leiga. Um deles diz respeito às dificuldades da zona rural. O campo concentrava 25% das 272 mil funções docentes exercidas por leigos, embora possuísse apenas 15% do total de funções docentes. Se fossem consideradas apenas as mais de 25 mil funções docentes exercidas por profissionais com escolaridade de ensino fundamental, completo ou não, a contribuição da zona rural passava a ser de 73%.

O desequilíbrio entre as grandes regiões também foi demonstrado pelo Censo. A região Nordeste continha 56% de todas as funções docentes que correspondiam à escolaridade de ensino fundamental. Embora as regiões Norte e Nordeste possuíssem 37% das funções docentes de todo o País, concentravam quase 63% dos profissionais leigos do ensino fundamental e do médio.

Além do desafio de qualificar os docentes leigos, será preciso também grande esforço para habilitar, em nível superior, o contingente de professores que possuem a formação mínima para o exercício profissional, de forma a cumprir a referida inovação desejada pela LDB. Ainda segundo o Censo Escolar de 2002, das quase 810 mil funções docentes da 1ª à 4ª série do ensino fundamental, 541 mil eram constituídas por professores com titulação de nível médio. A esse contingente, deve-se somar as 247 mil fun-

ções docentes (75% do total) exercidas por leigos e portadores de escolaridade de nível médio que atuam na educação infantil.

Também na titulação de nível superior, as desigualdades regionais transpareciam: enquanto na região Sudeste 75% das funções docentes do ensino fundamental e do médio tinham formação de nível superior, nas regiões Norte e Nordeste essa cifra caía para 40% e 41%, respectivamente.

Ora, as metas de extinguir a docência leiga e de ampliar a habilitação em nível superior dos professores da educação básica somente serão alcançadas se um grande esforço for feito pelo Poder Público, com o apoio das instituições de ensino superior e da sociedade em geral. Com esse propósito, a presente iniciativa fixa uma nova diretriz para a educação brasileira: a de assegurar, aos docentes da rede pública que ainda não tenham habilitação em nível superior, o acesso aos cursos de graduação de formação de professores da educação básica. Assim, todo professor da rede pública terá acesso às universidades, públicas ou privadas, de modo a obter a qualificação requerida pela lei. Os critérios para a fixação do número de vagas, os termos de convênios que poderão ser firmados com instituições privadas, bem como os processos seletivos que deverão ser adotados para os casos em que haja maior demanda que possibilidades de atendimento, deverão ser fixados por meio de norma regulamentadora.

Em razão de sua relevância para ampliar a escolaridade dos professores da educação básica, promovendo melhorias na qualidade do ensino oferecido a milhões de estudantes, contamos com o apoio dos nossos Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 28 de janeiro de 2004. – Senador **Cristóvam Buarque**,

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 4, DE 2004

Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública, e a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para estabelecer, nos casos que especifica, critérios para o pagamento de justa indenização.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 5º

.....

p) a preservação ambiental;

q) a proteção do ordenamento urbanístico e territorial;

.....”(NR)

“Art. 27-A Nos casos de parcelamento ilegal de terras para fins urbanos, a iniciativa da desapropriação caberá ao poder público municipal, fixada a justa indenização com base nos seguintes critérios:

I – não serão consideradas como loteadas ou loteáveis as glebas não inscritas ou irregularmente inscritas no Registro de Imóveis como parcelamentos urbanos ou para fins urbanos;

II – serão deduzidos integralmente da indenização devida todos os valores necessários, conforme o caso, à reparação dos danos urbanísticos e ambientais, bem como aos procedimentos de desconstituição ou regularização do parcelamento, nos termos do que fixar, para tanto, ato administrativo da respectiva prefeitura ou do Distrito Federal;

III – as benfeitorias realizadas para a constituição do parcelamento ilegal não serão indenizáveis.

§ 1º Os valores fixados no ato administrativo de que trata este artigo decorrerão de laudos técnicos elaborados em conjunto por, pelo menos, dois profissionais legalmente habilitados, integrantes dos quadros efetivos da administração pública.

§ 2º Caso as importâncias a serem deduzidas da indenização excedam o valor da gleba, passará o expropriado a ser devedor, perante o poder público, da diferença apurada.”

Art. 2º O art. 42 da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 42. Nas desapropriações, não se considerará como terrenos loteados ou loteáveis, para fins de indenização, as glebas não inscritas ou irregularmente inscritas no

Registro de Imóveis como loteamentos urbanos ou para fins urbanos”. (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Um dos mais graves problemas com que se deparam as administrações municipais, o parcelamento ilegal de terras para fins urbanos tem causado danos não apenas à preservação ambiental e ao ordenamento urbanístico, mas também aos adquirentes dos falsos lotes vendidos ilicitamente. Trata-se de crime contra a administração pública punível, nos termos da Lei nº 6.766, de 1979, com pena de reclusão de até cinco anos. Nem mesmo a Capital da República, onde apenas um terço das terras pertencem a proprietários particulares, escapou dessa insídia. No Distrito Federal, a exemplo do que ocorre em todas as grandes cidades brasileiras, contam-se às centenas os loteamentos ilegais que incidem em áreas de propriedade privada.

No entanto, mesmo nos escassos casos que resultam na efetiva condenação dos que praticam essa atividade criminosa, o problema remanesce no âmbito da gestão pública. Ainda que responsabilizados civil e penalmente, os promotores dos loteamentos clandestinos mantêm a propriedade da gleba parcelada ilegalmente, restando às prefeituras, ou ao Distrito Federal, os ônus da reconstituição ambiental ou da regularização urbanística, de difícil transferência aos que lhes deram causa.

Para sanar suficientemente os imensos danos causados nesses casos, quase sempre conviria ao poder público desapropriar as terras em que ocorrem os loteamentos ilegais para, dispondo do bem, nele promover o uso adequado ao interesse público, seja ao implementar programas habitacionais, seja ao restaurar as características ambientais que tenham sido degradadas. Lamentavelmente, contudo, quando opta pela via da desapropriação, aparentemente adequada, o poder público é comumente instado a pagar indenizações que, ao invés de punir e desestimular a prática desse crime, constituem verdadeiro prêmio ao criminoso.

São valores fixados judicialmente, com base em interpretações patrimonialistas do preceito de “justa indenização”, previsto no art. 7º, XXIV, da Constituição Federal, que a rigor conflitam com o princípio da “função social da propriedade”, inscrito em vários dispositivos constitucionais, em especial no art. 170, III, como um dos fundamentos da própria ordem econô-

mica. Em livro recentemente publicado, “Os Parcelamentos Ilegais do Solo e a Desapropriação como Sanção: O Caso dos ‘Condomínios Irregulares’ no Distrito Federal”, a Dr^a Alessandra Elias de Queiroga, promotora do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – com amparo em consagrados doutrinadores, como Hely Lopes Meirelles, José Afonso da Silva, Eros Roberto Grau, Adilson Dallari, entre outros, aborda brilhantemente a questão. Ao comentar a finalidade essencial da desapropriação, a autora assim se expressa:

Não se olvida, portanto, de que este instrumento de intervenção do Estado na propriedade tem como um dos objetivos garantir a função social do bem, aproveitá-lo em benefício da coletividade, realizando melhorias ou sua distribuição, ou, ainda, mantendo-o intacto para a correta preservação de seus recursos naturais, paisagísticos, culturais ou históricos.

Adiante observa, já agora especificamente em relação às terras utilizadas para a prática do crime de parcelamento ilegal, que a utilização da propriedade de maneira a lesar a coletividade deve dar ensejo, sim, à sua desapropriação. Aliás, esta desapropriação não deve ser apenas uma possibilidade, mas um dever do Poder Público, o qual tem que zelar pelos princípios constitucionais, dentre os quais se destaca o da função social da propriedade, do respeito ao meio ambiente e à ordem urbanística. Mas é na fixação do quantum indenizatório que se poderá reestabelecer o equilíbrio social quebrado quando o particular se utiliza de sua propriedade para a prática de ato ilícito.

É esse, portanto, o objetivo do presente projeto de lei: conferir conteúdo prático ao conceito de “justa indenização” nos casos de terras utilizadas para o crime de parcelamento ilegal do solo para fins urbanos. Para tanto, a lei proposta: (a) inclui expressamente, no rol dos casos considerados de “utilidade pública”, a preservação ambiental e a proteção do ordenamento urbanístico e territorial; (b) reserva a iniciativa das desapropriações dessa natureza ao poder municipal, em consonância com o art. 182 da Lei Maior; (c) veda a prática, contraditória mas freqüente, de considerarem-se loteadas ou loteáveis, para efeito de indenização, as terras utilizadas criminosamente para tal; (d) determina a subtração da verba indenizatória dos dispêndios em que o poder público deve incorrer para mitigar o dano causado.

Assim, ao estabelecer os parâmetros para a fixação da indenização devida nos casos de desapropriação de terras utilizadas para o crime de parcelamento ilegal do solo, o projeto que ora apresentamos

constituirá eficaz desestímulo à continuidade dessa prática. Contribuirá, assim, para reduzir o retalhamento indiscriminado do território, o espraiamento excessivo de nossas cidades e os graves danos ambientais que têm sido impostos à nossa população urbana. Oferecerá, enfim, a todos os Municípios e ao Distrito Federal, meios para enfrentar os problemas já constituídos e evitar a sua reprodução.

Estamos certos, pelas mencionadas razões, de que a proposição merecerá o apoio dos membros do Congresso Nacional, atentos aos dramas que enfrentam as municipalidades em nosso País.

Sala das Sessões, 28 de janeiro de 2004. – Senador **Cristovam Buarque**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, DE 2004

Insere artigo na Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), com o fim de criar forma especial de amortização mediante serviço social.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, passa a vigor acrescida do seguinte art. 5º-A:

“Art. 5º-A. Trinta por cento, no mínimo, das receitas orçamentárias do Fundo serão destinados a financiamentos cuja amortização será feita, em até cinquenta por cento de seu valor, mediante serviço de alcance social, na forma do regulamento, observada a seleção dos estudantes mais carentes, bem como a definição de áreas prioritárias de formação”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor sessenta dias após a sua publicação.

Justificação

Os últimos anos testemunharam uma significativa expansão da educação superior no Brasil. O total de matrículas na graduação subiu de 1,7 milhão, em 1995, para cerca de 3,5 milhões, em 2002. Entretanto, esse crescimento, que tenta corrigir a baixa proporção de brasileiros que têm acesso ao ensino superior, apresenta-se marcado por persistentes distorções.

Uma delas diz respeito à equidade no acesso escolar. Expressivo contingente de estudantes de ba-

ixa renda não consegue obter vaga nas instituições públicas, nas quais o ensino é gratuito, precisando recorrer ao ensino privado, cujas anuidades nem todos podem pagar.

Para atenuar esse problema, o Governo Federal mantém, há quase trinta anos, programa de financiamento estudantil. Em 1999, o modelo sofreu importante mudança, quando, por meio de medida provisória, foi extinto o Programa de Crédito Educativo e criado o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES).

Ocorre, todavia, que essas iniciativas de crédito estudantil padecem de dois grandes problemas: o primeiro reside no atendimento insuficiente. Por exemplo, em 2003, 291 candidatos se inscreveram para obter acesso ao Fies, mas tão-somente 42 mil foram atendidos.

O segundo grande desafio, que este projeto de lei procura atenuar, é o constituído pelas dificuldades de pagamento dos financiamentos contraídos. A inadimplência do sistema é alta, o que periodicamente obriga o Governo Federal a lançar iniciativas de renegociação das dívidas. Conforme a Lei nº 10.260, de 2001, as condições de ressarcimento dos empréstimos contraídos no âmbito do Fies são as seguintes:

1) a amortização tem início no mês imediatamente subsequente ao da conclusão do curso, ou antecipadamente, por iniciativa do estudante financiado;

2) nos doze primeiros meses de amortização, as prestações têm valor igual ao da parcela paga diretamente pelo estudante financiado à instituição de ensino superior no semestre imediatamente anterior;

3) o saldo devedor restante é parcelado em período equivalente a até uma vez e meia o prazo de permanência na condição de estudante financiado;

4) os juros, estipulados pelo Conselho Monetário Nacional, para cada semestre letivo, aplicam-se desde a data da celebração até o final da participação do estudante no financiamento;

5) ao longo do período de utilização do financiamento, o estudante financiado deve pagar, trimestralmente, os juros incidentes sobre o financiamento, limitados ao montante de R\$50,00.

Com efeito, as dificuldades de obter emprego e de alcançar uma estabilidade financeira nos pri-

meiros anos de exercício profissional tomam a amortização do financiamento estudantil um grande estorvo para muitos estudantes. Lamentavelmente, as condições de pagamento do empréstimo obtido no âmbito do Fies não são substancialmente diferentes daquelas que regiam o extinto Programa de Crédito Educativo. O resultado disso é que já começam a se manifestar altas taxas de inadimplência relativas aos primeiros grupos de estudantes que concluíram seus cursos por meio do novo sistema de financiamento.

É justo crer que o pagamento parcial do empréstimo por meio de prestação de trabalho social pode representar uma saída para esse impasse. O projeto que ora apresentamos prevê essa forma de amortização do financiamento para, pelo menos, trinta por cento dos valores orçamentários destinados aos empréstimos estudantis. Metade do valor financiado passaria a ser pago segundo os critérios atualmente previstos na lei. A outra metade seria saldada mediante o exercício de trabalho de cunho social, conforme parâmetros definidos na regulamentação da lei. Dois critérios são previamente estipulados: a seleção dos estudantes mais carentes e a definição de áreas prioritárias de formação.

Esperamos, assim, que o pagamento dos empréstimos tome-se viável para os estudantes de mais baixa renda, ao mesmo tempo em que programas sociais recebem reforço do trabalho de estudantes e profissionais de nível superior, em programas como a alfabetização de jovens e adultos e o atendimento médico em áreas mais remotas do interior do País.

Em vista do alcance social desta proposta, solicitamos o apoio dos Senhores Congressistas para sua aprovação.

Sala das Sessões, 28 de janeiro de 2004. – Senador **Eduardo Siqueira Campos**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.260, DE 12 DE JULHO DE 2001

Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências.

O Presidente da República,
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

Do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES)

.....

Art. 5º Os financiamentos concedidos com recursos do FIES deverão observar o seguinte:

I – prazo: não poderá ser superior à duração regular do curso;

II – juros: a serem estipulados pelo CMN, para cada semestre letivo, aplicando-se desde a data da celebração até o final da participação do estudante no financiamento;

III – oferecimento de garantias adequadas pelo estudante financiado;

IV – amortização: terá início no mês imediatamente subsequente ao da conclusão do curso, ou antecipadamente, por iniciativa do estudante financiado, calculando-se as prestações, em qualquer caso:

a) nos doze primeiros meses de amortização, em valor igual ao da parcela paga diretamente pelo estudante financiado à instituição de ensino superior no semestre imediatamente anterior;< p> b) parcelando-se o saldo devedor restante em período equivalente a até uma vez e meia o prazo de permanência na condição de estudante financiado;

V – risco: os agentes financeiros e as instituições de ensino superior participarão do risco do financiamento nos percentuais de vinte por cento e cinco por cento, respectivamente, sendo considerados devedores solidários nos limites especificados;

VI – comprovação de idoneidade cadastral do estudante e do(s) fiador(es) na assinatura dos contratos.

§ 1º Ao longo do período de utilização do financiamento, o estudante financiado fica obrigado a pagar, trimestralmente, os juros incidentes sobre o financiamento, limitados ao montante de R\$50,00 (cinquenta reais).

§ 2º É permitido ao estudante financiado, a qualquer tempo, observada a regulamentação do CMN, realizar amortizações extraordinárias do financiamento.

§ 3º Excepcionalmente, por iniciativa da instituição de ensino superior à qual esteja vinculado, poderá o estudante dilatar em até um ano o prazo de que trata o inciso I do **caput** deste artigo, hipótese na qual as condições de amortização permanecerão aquelas definidas no inciso IV e suas alíneas.

§ 4º Na hipótese de verificação de inidoneidade cadastral do estudante ou de seu(s) fiador(es) após a assinatura do contrato, ficará sobrestado o aditamento do mesmo até a comprovação da restauração da respectiva idoneidade, ou a substituição do fiador inidôneo.

Art. 6º Em caso de inadimplemento das prestações devidas pelo estudante financiado, a instituição referida no § 3º do art. 3º promoverá a execução das garantias contratuais, conforme estabelecido pela instituição de que trata o inciso II do

caput do mesmo artigo, repassando ao FIES e à instituição de ensino superior a parte concernente ao seu risco.

CAPÍTULO III Dos Títulos da Dívida Pública

Art. 7º Fica a União autorizada a emitir títulos da dívida pública em favor do FIES.

§ 1º Os títulos a que se referem o **caput** serão representados por certificados de emissão do Tesouro Nacional, com características definidas em ato do Poder Executivo.

§ 2º Os certificados a que se refere o parágrafo anterior serão emitidos sob a forma de colocação direta, ao par, mediante solicitação expressa do FIES à Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 3º Os recursos em moeda corrente entregues pelo FIES em contrapartida à colocação direta dos certificados serão utilizados exclusivamente para abatimento da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional.

Art. 8º Em contrapartida à colocação direta dos certificados, fica o FIES autorizado a utilizar em pagamento os créditos securitizados recebidos na forma do art. 14.

Art. 9º Os certificados de que trata o artigo 7º serão destinados pelo FIES exclusivamente ao pagamento às instituições de ensino superior dos encargos educacionais relativos às operações de financiamento realizadas com recursos do FIES.

Art. 10. Os certificados recebidos pelas instituições de ensino superior na formado art. 9º serão utilizados para pagamento de obrigações previdenciárias junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ficando este autorizado a recebê-los.

§ 1º É facultado às instituições de ensino superior a negociação dos certificados de que trata este artigo com outras pessoas jurídicas.

§ 2º Os certificados negociados na forma do parágrafo anterior poderão ser aceitos pelo INSS como pagamento de débitos referentes a competências anteriores a fevereiro de 2001.

Brasília, 12 de julho de 2001; 180º da Independência e 113º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Pedro Malan.**

.....
(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 6, DE 2003

Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Fi-

nanciamento aos Estudantes do Ensino Superior e dá outras providências, para incluir entre as receitas desse fundo linha de crédito especial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 6º

.....
VIII – linha especial de crédito, criada para essa finalidade, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

..... (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, instituiu o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não-gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação. Esse fundo veio substituir o Programa de Crédito Educativo, com o objetivo de democratizar o acesso ao ensino superior do País.

O FIES financia até 70% dos encargos educacionais cobrados do estudante pelas Instituições de Ensino Superior particulares. Representa instrumento fundamental para viabilizar que estudantes das camadas pobres da população possam cursar a sua graduação e obter o diploma de curso superior tão sonhado, que poderá abrir as portas do mercado de trabalho e proporcionar uma vida digna.

Segundo a mencionada lei, constituem receitas do FIES:

- dotações orçamentárias consignadas ao MEC;
- trinta por cento da renda líquida dos concursos de prognósticos administrados pela Caixa Econômica Federal, bem como a totalidade dos recursos de premiação não procurados pelos contemplados dentro do prazo de prescrição;
- encargos e sanções contratualmente cobrados nos financiamentos concedi-

dos no âmbito do Programa de Crédito Educativo;

- rendimento de aplicações financeiras sobre suas disponibilidades;
- receitas patrimoniais.

Em 2003, a execução da despesa do FIES mostra que foram liquidados recursos da ordem de R\$595 milhões, dos quais R\$241 milhões relativos a dotações orçamentárias, R\$189 milhões provenientes da loteria esportiva e R\$165 milhões referente ao retomo das aplicações, estando a liquidar, nesse ano, R\$115 milhões (posição acumulada até 19 de dezembro). Não obstante, esse fundo não tem conseguido atender à demanda dos estudantes por financiamento. Por exemplo, no 1º semestre de 2002, de 227 mil inscrições, apenas 36 mil estudantes obtiveram o financiamento do FIES, enquanto no 2º semestre essa relação foi de 148 mil para 42 mil. Em 2003, o mesmo problema se repetiu, pois dos 291 mil estudantes inscritos, foram atendidos apenas 42 mil. Assim, por insuficiência de recursos, a maior parte dos estudantes carentes que pleiteiam o financiamento estudantil não tem sido beneficiada pelo fundo.

Por esse motivo, venho propor o presente Projeto de Lei, que visa incluir, entre as receitas do FIES, linha especial de crédito do BNDES, a ser criada especialmente para essa finalidade. Como esse banco tem desempenhado papel cada vez mais significativo no desenvolvimento social, cremos que ele poderá também dar sua contribuição para o fortalecimento do programa de financiamento do estudante, reforçando os recursos do FIES.

Pela importância da proposição para que não sejam frustrados os sonhos de milhares de estudantes de obter o diploma de curso superior, peço apoio aos nobres Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, em 28 de janeiro de 2004. –
Senador **Eduardo Siqueira Campos**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.260, DE 12 DE JULHO DE 2001

Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies)

Art. 5º Os financiamentos concedidos com recursos do FIES deverão observar o seguinte:

I – prazo: não poderá ser superior à duração regular do curso;

II – juros: a serem estipulados pelo CMN, para cada semestre letivo, aplicando-se desde a data da celebração até o final da participação do estudante no financiamento;

III – oferecimento de garantias adequadas pelo estudante financiado;

IV – amortização: terá início no mês imediatamente subsequente ao da conclusão do curso, ou antecipadamente, por iniciativa do estudante financiado, calculando-se as prestações, em qualquer caso:

a) nos doze primeiros meses de amortização, em valor igual ao da parcela paga diretamente pelo estudante financiado à instituição de ensino superior no semestre imediatamente anterior; b) parcelando-se o saldo devedor restante em período equivalente a até uma vez e meia o prazo de permanência na condição de estudante financiado;

V – risco: os agentes financeiros e as instituições de ensino superior participarão do risco do financiamento nos percentuais de vinte por cento e cinco por cento, respectivamente, sendo considerados devedores solidários nos limites especificados;

VI – comprovação de idoneidade cadastral do estudante e do(s) fiador(es) na assinatura dos contratos.

§ 1º Ao longo do período de utilização do financiamento, o estudante financiado fica obrigado a pagar, trimestralmente, os juros incidentes sobre o financiamento, limitados ao montante de R\$ 50,00 (cinquenta reais)

§ 2º É permitido ao estudante financiado, a qualquer tempo, observada a regulamentação do CMN, realizar amortizações extraordinárias do financiamento.

§ 3º Excepcionalmente, por iniciativa da instituição de ensino superior à qual esteja vinculado, poderá o estudante dilatar em até um ano o prazo de que trata o inciso I do **caput** deste artigo, hipótese na qual as condições de amortização permanecerão aquelas definidas no inciso IV e suas alíneas.

§ 4º Na hipótese de verificação de inidoneidade cadastral do estudante ou de seu(s) fiador(es) após a assinatura do contrato, ficará sobrestado o aditamento do mesmo até a comprovação da restauração da respectiva idoneidade, ou a substituição do fiador inidôneo.

Art. 6º Em caso de inadimplemento das prestações devidas pelo estudante financiado, a instituição referida no § 3º do art. 3º promoverá a execução das garantias contratuais, conforme estabelecido pela instituição de que trata o inciso II do **caput** do mesmo artigo, repassando ao FIES e à instituição de ensino superior a parte concernente ao seu risco.

CAPÍTULO III

Dos Títulos da Dívida Pública

Art. 7º Fica a União autorizada a emitir títulos da dívida pública em favor do FIES.

§ 1º Os títulos a que se referem o **caput** serão representados por certificados de emissão do Tesouro Nacional com características definidas em ato do Poder Executivo.

§ 2º Os certificados a que se refere o parágrafo anterior serão emitidos sob a forma de colocação direta, ao par, mediante solicitação expressa do FIES à Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 3º Os recursos em moeda corrente entregues pelo FIES em contrapartida à colocação direta dos certificados serão utilizados exclusivamente para abatimento da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional.

Art. 8º Em contrapartida à colocação direta dos certificados, fica o FIES autorizado a utilizar em pagamento os créditos securitizados recebidos na forma do art. 14.

Art. 9º Os certificados de que trata o art. 7º serão destinados pelo FIES exclusivamente ao pagamento às instituições de ensino superior dos encargos educacionais relativos às operações de financiamento realizadas com recursos do FIES.

Art. 10. Os certificados recebidos pelas instituições de ensino superior na forma do art. 9º serão utilizados para pagamento de obrigações previdenciárias junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ficando este autorizado a recebê-los.

§ 1º É facultado às instituições de ensino superior a negociação dos certificados de que trata este artigo com outras pessoas jurídicas.

§ 2º Os certificados negociados na forma do parágrafo anterior poderão ser aceitos pelo INSS como

pagamento de débitos referentes a competências anteriores a fevereiro de 2001.

Brasília, 12 de julho de 2001; 180º da Independência e 113º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Pedro Malan.**

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 7, DE 2004

Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento aos Estudantes do Ensino Superior e dá outras providências, para possibilitar que os codificados recebidos pelas instituições de ensino superior possam ser utilizados para pagamento de tributos federais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º art. 10 da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 10. Os certificados recebidos pelas instituições de ensino superior na forma do artigo 9º serão utilizados para pagamento de obrigações previdenciárias junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ficando este autorizado a recebê-los, bem como para quitação de débitos de outros tributos federais, a serem definidos em regulamento.

..... (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, instituiu o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não-gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação. Esse fundo veio substituir o Programa de Crédito Educativo, com o objetivo de democratizar o acesso ao ensino superior do País.

O FIES financia até 70% das mensalidades cobradas do estudante pelas Instituições de Ensino Superior particulares, com juros de 9% ao ano, pagos pelo aluno depois da conclusão do curso de graduação.

Constituem receitas do FIES:

- dotações orçamentárias consignadas ao MEC;
- trinta por cento da renda líquida dos concursos de prognósticos administrados pela Caixa Econômica Federal, bem como a totalidade dos recursos de premiação não procurados pelos contemplados dentro do prazo de prescrição;
- encargos e sanções contratualmente cobrados nos financiamentos concedidos no âmbito do Programa de Crédito Educativo;
- rendimento de aplicações financeiras sobre suas disponibilidades;
- receitas patrimoniais.

A mencionada lei autoriza que a União emita certificados do Tesouro Nacional em favor do FIES, que os utiliza no pagamento às instituições de ensino superior dos encargos educacionais relativos às operações de financiamento realizadas com recursos do fundo. Os certificados recebidos pelas instituições de ensino superior podem ser utilizados para pagamento de obrigações previdenciárias junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ou serem negociados com outras pessoas jurídicas.

As instituições de ensino superior há muito reivindicam que os certificados recebidos em pagamento da mensalidade dos alunos possam ser utilizados para quitação de outros tributos federais, pois muitas já pagaram suas dívidas com o INSS e suas obrigações previdenciárias futuras são inferiores aos valores correspondentes aos certificados do FIES. Por esse motivo, venho propor o presente projeto de lei, que abre a possibilidade de que débitos de outros tributos, a serem definidos em regulamento do Poder Executivo, possam ser quitados com os certificados recebidos. Com isso, haverá maior interesse das universidades privadas de aceitar o recebimento de alunos beneficiados pelo FIES.

Considerando que essa proposição permitirá o aprimoramento e fortalecimento do programa de financiamento do estudante, peço apoio aos nobres Pares para sua discussão e aprovação.

Sala das Sessões, 28 de Janeiro de 2004. – Senador **Eduardo Siqueira Campos.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.260, DE 12 DE JULHO DE 2001

Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior o dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei

CAPÍTULO I

Do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES)

Art. 5º Os financiamentos concedidos com recursos do FIES deverão observar o seguinte:

I – prazo: não poderá ser superior à duração regular do curso;

II – juros: a serem estipulados pelo CMN, para cada semestre letivo, aplicando-se desde a data da celebração até o final da participação do estudante no financiamento;

III – oferecimento de garantias adequadas pelo estudante financiado;

IV – amortização: terá início no mês imediatamente subsequente ao da conclusão do curso, ou antecipadamente, por iniciativa do estudante financiado, calculando-se as prestações, em qualquer caso:

a) nos doze primeiros meses de amortização, em valor igual ao da parcela paga diretamente pelo estudante financiado à Instituição de ensino superior no semestre imediatamente anterior; **b)** parcelando-se o saldo devedor restante em período equivalente a até uma vez e meia o prazo de permanência na condição de estudante financiado;

V – risco: os agentes financeiros e as instituições de ensino superior participarão do risco do financiamento nos percentuais de vinte por cento e cinco por cento, respectivamente, sendo considerados devedores solidários nos limites especificados;

VI – comprovação de idoneidade cadastral do estudante e do(s) fiador(es) na assinatura dos contratos.

§ 1º Ao longo do período de utilização do financiamento, o estudante financiado fica obrigado a pagar, trimestralmente, os juros incidentes sobre o financiamento, limitados ao montante de R\$50,00 (cinquenta reais).

§ 2º É permitido ao estudante financiado, a qualquer tempo, observada a regulamentação do CMN,

realizar amortizações extraordinárias do financiamento.

§ 3º Excepcionalmente, por iniciativa da instituição de ensino superior à qual esteja vinculado, poderá o estudante dilatar até um ano o prazo de que trata o inciso I do **caput** deste artigo, hipótese na qual as condições de amortização permanecerão aquelas definidas no Inciso IV e suas alíneas.

§ 4º Na hipótese de verificação de idoneidade cadastral do estudante ou de seu(s) fiador(es) após a assinatura do contrato, ficará sobrestado o aditamento do mesmo até a comprovação da restauração da respectiva idoneidade, ou a substituição do fiador idôneo.

Art. 6º Em caso de inadimplemento das prestações devidas pelo estudante financiado, a instituição referida no § 3º do art. 3º promoverá a execução das garantias contratuais, conforme estabelecido pela instituição de que trata o inciso II do **caput** do mesmo artigo, repassando ao FIES e à instituição de ensino superior a parte concernente ao seu risco.

CAPÍTULO III

Dos Títulos da Vida Pública

Art. 7º Fica a União autorizada a emitir títulos da dívida pública em favor do FIES.

§ 1º Os títulos a que se referem o **caput** serão representados por certificados de emissão do Tesouro Nacional, com características definidas em ato do Poder Executivo.

§ 2º Os certificados a que se refere o parágrafo anterior serão emitidos sob a forma de colocação direta, ao par, mediante solicitação expressa do FIES à Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 3º Os recursos em moeda corrente entregues pelo FIES em contrapartida à colocação direta dos certificados serão utilizados exclusivamente para abatimento da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional.

Art. 8º Em contrapartida à colocação direta dos certificados, fica o FIES autorizado a utilizar em pagamento os créditos securitizados recebidos na forma do art. 14.

Art. 9º Os certificados de que trata o artigo V serão destinados pelo FIES exclusivamente ao pagamento às instituições de ensino superior dos encargos educacionais relativos às operações de financiamento realizadas com recursos do FIES.

Art. 10. Os certificados recebidos pelas instituições de ensino superior na forma do artigo 9º serão utilizados para pagamento de obrigações previden-

ciárias junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ficando este autorizado a recebê-los.

§ 1º É facultado às instituições de ensino superior a negociação dos certificados de que trata este artigo com outras pessoas jurídicas.

§ 2º Os certificados negociados na forma do parágrafo anterior poderão ser aceitos pelo INSS como pagamento de débitos referentes a competências anteriores a fevereiro de 2001.

Brasília, 12 de julho de 2001; 180º da Independência e 113º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO; Pedro Malan.**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – As proposições que acabam de ser lidas terão sua tramitação iniciada a partir de 15 de fevereiro de 2004.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 29, DE 2004

Requeremos, “nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do Sr. Nestor Herculano de Paula, grande empresário brasileiro.

a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à família e ao Estado do Rio Grande do Sul, condolências as Associações Comerciais do Rio Grande do Sul e da Bahia.

Sala das Sessões, 28 de janeiro de 2004. – **Antônio Carlos Magalhães.**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Mesa encaminhará o voto de pesar, mas assim mesmo colheremos o referendo do Plenário.

Em votação o requerimento.

Com a palavra, para encaminhar, o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Eu serei breve, Excelência.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Sr. Nestor Herculano de Paula foi um grande empresário brasileiro, principalmente no Estado de V. Ex^a. Ele era o Presidente do Grupo Azaléia, talvez o maior pólo calçadista do País. Também fez fábrica na Bahia, um grande êxito no Município de Itapetinga, que trouxe

mais dezoito outras fábricas. Conseqüentemente, o seu falecimento é um motivo de pesar para o Estado de V. Ex^a, mas também para o meu Estado, daí ter apresentado esse requerimento de pesar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Esta Presidência incorpora o pronunciamento de V. Ex^a ao que já havíamos anunciado e, ao mesmo tempo, informa que será cumprida a deliberação já votada e apreciada por este Plenário.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 30, DE 2004

Requeremos, “nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do jurista Caio Mário da Silva Pereira, ocorrido no dia 27 de janeiro de 2004,

a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, 28 de janeiro de 2004. – Senador **Almeida Lima.**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Em votação o requerimento.

Concedo a palavra ao eminente Senador Almeida Lima, para encaminhar a votação.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um dos maiores juristas brasileiros, especialista em Direito Civil, o mineiro Caio Mário da Silva Pereira foi Consultor Geral da República no Governo Jânio Quadros e também Secretário de Segurança Pública e Advogado Geral de seu Estado na gestão de Magalhães Pinto. Tornou-se Professor Titular de Direito Civil da Universidade Federal de Minas Gerais e, a partir de 1970, quando se mudou para o Rio, da UFRJ.

Participou como membro dos Institutos dos Advogados do Brasil, de Minas Gerais e São Paulo, tendo recebido numerosas honrarias, tais como o Colar do Mérito Judiciário concedido pelos Tribunais de Justiça de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Recebeu o título de Doutor **Honoris Causa** da Universidade de Coimbra.

Integrou a Academia Internacional de Direito Comparado e a Associação de Legislação Comparada, ambas em Paris. Ocupou a cadeira 21 da Academia Mineira de Letras, homenagem prestada em razão de sua extensa obra, quase sempre voltada para o Direito.

De seu casamento de 60 anos com Marina Célia Silva Pereira nasceram quatro filhos, treze netos e quatro bisnetos. Caio Mário morreu ontem, vítima de parada cardíaca e complicações pulmonares. Estava internado no Hospital Copa D'Or. Seu corpo será sepultado hoje no Cemitério São João Batista.

Não apenas por essas razões apresento este requerimento, Sr. Presidente, mas também porque, como então estudante de Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Sergipe, hoje Advogado, há mais de 20 anos, aprendi as lições do Direito Civil entre tantos autores honrados deste nosso grande País, a exemplo de Washington Barros Monteiro, do baiano Orlando Gomes, mas também do Professor Caio Mário da Silva Pereira; não apenas pelo texto de suas obras, mas pelas lições que me foram repassadas pelos Professores Cabral Machado, Paulo Machado, Antônio Góes.

Por essas razões, na lembrança do grande jurista, do seu grande nome, das suas grandes lições, sensibilizado, apresento este requerimento de pesar, pedindo a aprovação de todas as Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 31, DE 2004

Requeiro, nos termos do **caput** do Art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de louvor à equipe de direção do filme brasileiro *Cidade de Deus*, pelo recebimento de 4 (quatro) indicações ao Oscar da Academia de Artes e Ciências Cinematográficas de Hollywood – EUA. O mencionado filme foi indicado aos prêmios nas categorias de diretor, roteiro adaptado, edição e fotografia, fato inédito no cinema nacional, ratificando sua qualidade e

crescente participação no cenário cinematográfico mundial.

Sala das Sessões, 28 de janeiro de 2004. – **Ideli Salvatti**, PT/SC – **Maguito Vilela** – **Romeu Tuma**.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – O Expediente lido vai à publicação.

Para essa questão não há encaminhamento. Mas, como V. Ex^a, eu sei, é um estudioso da área, permitirei que disponha de um minuto.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Para justificar a proposição. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o País foi premiado, realmente, com essa belíssima notícia. O filme **Cidade de Deus**, do cineasta Fernando Meirelles, recebeu quatro indicações ao Oscar 2004, o que é um feito inédito para o cinema brasileiro.

Trata-se de um número respeitável para um cinema feito fora de Los Angeles. Isso é o mais significativo: não se trata de indicações consideradas menores ou maiores. Uma das indicações foi ao prêmio de melhor direção, considerado o segundo mais importante prêmio concedido pela Academia.

Além de melhor direção, o filme **Cidade de Deus** recebeu indicações para o Oscar de melhor roteiro, melhor montagem e melhor fotografia.

As quatro indicações ao Oscar do filme **Cidade de Deus** dão bem a dimensão da evolução experimentada pelo cinema nacional. Nos últimos anos, a presença de filmes brasileiros concorrendo ao Oscar e a outros prêmios internacionais importantes tem aumentado, de forma expressiva, a nossa credibilidade com relação ao cinema.

Cabe destacar, entre outros, as Organizações Globo, por meio da Globo Filmes, que tem produzido ou co-produzido inúmeros filmes importantes no País. A Globo Filmes é uma das produtoras do filme *Cidade de Deus*, agora indicado a quatro estatuetas no Oscar 2004.

Para finalizar, Sr. Presidente, trata-se não apenas de uma vitória profissional dessas pessoas, mas de uma vitória cultural do Brasil, que, a cada dia, vem-se firmando como referência em outras áreas que não apenas o esporte.

Congratulo-me com Fernando Meirelles por esta importante conquista, independentemente do resultado do Oscar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência comunica ao Plenário que determinou o arquivamento do **Requerimento nº 1.191, de 2003**, em virtude da aprovação da emenda substitutiva à Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não havendo acordo de Lideranças quanto à deliberação do **item 1** da pauta, os demais itens ficam sobrestados e a Ordem do Dia fica encerrada.

São os seguintes os itens sobrestados:

Item 1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 136, DE 2003

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 136, de 2003, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, que transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade em Autarquia e dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica.*

Item 2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 137, DE 2003

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 137, de 2003, que *autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro e dá outras providências.*

Item 3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 138, DE 2003

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 138, de 2003, que *altera e acresce dispositivo à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social.*

Item 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 859, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 859, de 2003 (nº 732/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre o Benefício da Justiça Gratuita e Assistência Jurídica Gratuita, entre os Estados Partes do Mercosul, celebrado em Florianópolis, em 15 de dezembro de 2000.*

Parecer favorável, sob nº 11, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Item 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 891, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 891, de 2003 (nº 1.695/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Nova Zelândia sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo, Militar e Técnico, celebrado em Wellington, em 3 de outubro de 2001.*

Parecer favorável, sob nº 12, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

Item 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 892, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 892, de 2003 (nº 612/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Acre, nas proximidades das Cidades de Brasília e Cobija, assinado em Brasília, em 28 de abril de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 13, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Sibá Machado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Volta-se à lista de oradores.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, devo ter uma autorização...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Informamos ao Plenário, mais uma vez, que, pelo Regimento Interno, o Líder pede a palavra a qualquer momento. Temos ainda mais dois Líderes inscritos. Somente a partir daí os oradores normalmente inscritos poderão fazer uso da palavra. Infelizmente, é o Regimento.

Em seguida, falarão os Senadores Efraim Moraes, pela Liderança da Minoria, Alberto Silva, pelo PMDB, e Almeida Lima, pelo PDT.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – De imediato, passamos a palavra ao Senador José Agripino, pela Liderança do PFL, em permuta realizada com o Senador Efraim Moraes.

V. Ex^a dispõe da palavra por vinte minutos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e

Srs. Senadores, inicialmente, eu gostaria de, em nome do meu Partido, dar as boas-vindas ao Senador Cristovam Buarque, que assume seu lugar nesta Casa. Com certeza, S. Ex^a dará, com o brilho da sua inteligência, uma bela contribuição aos trabalhos do Senado Federal.

Antes de entrar no assunto principal que me traz a esta tribuna, eu gostaria de cumprimentar V. Ex^a, Sr. Presidente, pela convocação que fez há poucos minutos. Foi uma convocação aos Líderes para que, no Gabinete da Presidência, que V. Ex^a exerce...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Por uma questão de justiça, provocado por V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Obrigada, Sr. Presidente.

Foi uma convocação para fazermos uma reunião a fim de tratarmos de diversos assuntos. Eu gostaria de ousar sugerir que déssemos importância preeminente à questão da PEC paralela, por uma razão muito simples. Na semana passada, V. Ex^a estava no plenário e não presidia a sessão quando eu tive oportunidade de apresentar uma proposição, pragmática, no sentido de que os Líderes se reunissem com o Presidente da Casa, Senador José Sarney, para que cada um, Partido a Partido, tomasse posição e que o Presidente do Senado Federal pudesse ter entendimento com o Presidente da Câmara dos Deputados, o Líder do PMDB no Senado Federal pudesse ter entendimento com o Líder do PMDB na Câmara dos Deputados, o Líder do PFL no Senado Federal pudesse ter contato, que já teve, com o Líder do PFL na Câmara dos Deputados e assim por diante. Assim, conheceríamos a posição dos Líderes, que estariam traduzindo a posição de suas Bancadas com relação à tramitação rápida da PEC paralela.

Vejo o Senador Tião Viana, que rapidamente sorve dois goles d'água. Com absoluta certeza, este assunto incomoda profundamente S. Ex^a, que foi quem mais se empenhou nos compromissos tomados em torno da tramitação da PEC paralela e quem mais asseverou que a PEC paralela era para valer. Porém, agora S. Ex^a sente que a PEC paralela está travada na Câmara por uma razão simples, Sr. Presidente: na Câmara, se V. Ex^a colocar o ouvido no chão, como já o fiz, apenas ouvirá falar em medida provisória. Parece que esta convocação não foi feita, diferentemente do que imaginávamos, para examinar, em caráter prioritário, a PEC paralela, que é o antídoto à perversidade contida na PEC nº 67.

Senador Tião Viana, parece que esta convocação destina-se a examinar uma série de medidas pro-

visórias, a começar pela do setor elétrico, que receberá a posição contrária do meu Partido, o PFL.

Portanto, creio que precisamos passar essa história a limpo, com maturidade, com equilíbrio. É fundamental que haja uma conversa do Presidente do Senado com o Presidente da Câmara. Senador Paulo Paim, conheço a posição de V. Ex^a, que neste momento exerce a Presidência, e sei que V. Ex^a se manifestará com relação a esta matéria como Presidente da Casa, isento, interpretando o pensamento de todos os Partidos do Senado. Esse entendimento começaria com o diálogo do Presidente do Senado com o Presidente da Câmara e entre todos os Líderes do Senado e da Câmara, para que possamos passar a limpo essa história e analisar por que a PEC paralela não tramita, por que a PEC paralela não caminha como se esperava e como se comprometeu esta Casa inteira, aprovando, ainda no final da convocação, essa matéria, que, além de ser da maior importância, removerá dificuldades para deficientes, para portadores de doenças incapacitantes, que, se ela não for aprovada até o dia 15, pagarão 11% de contribuição previdenciária, para aqueles que dependem do subteto, para viúvas e pensionistas, que sofrerão a limitação de 30%, para todos aqueles para quem a PEC paralela traz benefícios.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador José Agripino, concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Com muito prazer, Senador Antonio Carlos Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador José Agripino, manifesto minha inteira concordância com as preocupações de V. Ex^a a respeito da PEC paralela, enviada à Câmara depois de tramitar em um ambiente saudável neste Senado, onde todas as Lideranças, todos os segmentos partidários se uniram para melhorar os efeitos e os impactos ocasionados pela PEC nº 67, substituída em parte pela PEC nº 77, e reconheço que V. Ex^a, Senador José Agripino, foi um dos grandes Líderes desse movimento. Por isso, tem razão V. Ex^a ao perguntar: quem está por trás disso? Quem está contribuindo para a não-votação dessa matéria? Sei de uma pessoa que está contribuindo para o desestímulo para que a PEC nº 77 não seja aprovada: o Governador do PSDB do Ceará, ex-Senador Lúcio Alcântara, que afirma textualmente que “o compromisso do Governo com os Senadores era com a tramitação da emenda, mas não com a sua aprovação”. Quer dizer, não participamos de nenhum artifício, de nenhuma molecagem. Participamos de um ato saudável e construtivo para melho-

rar o funcionamento da Previdência Social. Esse Governador do PSDB vestiu a carapuça. E chamo a atenção dos companheiros do PSDB, no Senado Federal, que apoiaram, de forma intransigente, a aprovação da Emenda nº 77, que, agora, um Governador do seu Partido está procurando engavetar a PEC nº 77 na Câmara dos Deputados. Registro o meu apoio ao pronunciamento de V. Exª e a minha inteira solidariedade às suas palavras em favor do posicionamento positivo do Senado Federal e da autonomia do Congresso Nacional. Agradeço a V. Exª.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Antonio Carlos Valadares, agradeço a interferência de V. Exª.

Quero relembrar a V. Exª que os Senadores e Deputados são inteiramente livres para votar como julgarem as suas consciências; que as manifestações de Governadores aconteceram – e vão continuar acontecendo –, e aconteceram à larga durante a tramitação da PEC da Previdência e da PEC tributária. Mas sabemos como votar e temos compromissos tomados.

O Líder Arthur Virgílio garantiu todos os votos do PSDB a favor da PEC nº 77. E tenho a certeza de que S. Exª transmitirá esse espírito ao Líder na Câmara, Deputado Jutahy Júnior, que honrará, evidentemente, o pensamento congressional do PSDB com relação à PEC paralela.

Ouçõ, com muito prazer, o aparte da Senadora Heloísa Helena.

A Srª Heloísa Helena (Sem Partido – AL) – Senador José Agripino, quero saudar o pronunciamento de V. Exª e fazer uma intervenção muito rápida em relação a esse fato. Primeiro, é sempre importante repetir, não numa cantilena enfadonha como os argumentos fraudulentos apresentados pelo Governo para justificar a proposta de reforma, que tudo isso podia ter sido resolvido se tivéssemos feito as emendas que entendíamos necessárias na PEC nº 67. Mas elas não foram feitas. Se isso tivesse acontecido, com certeza, não seria preciso haver toda essa discussão regimental. E digo que Governo tem maioria quando quer. Às vezes, monta balcão de negócios, distribuição de cargos, prestígio, poder, emprega curriolas inteiras quando quer aprovar algo. Então, se o Governo quiser aprovar, aprovará. Infelizmente, há uma dinâmica maldita de falta de independência dos Poderes e, quando o Governo diz que quer aprovar, isso acontece. Com certeza, não atribuo a responsabilidade a uma ou outra pessoa individualmente, como conversava há pouco com o Senador Jefferson Péres. Do mesmo jeito que, aqui, fico lutando e brigando pelo

respeito ao Regimento da Casa, obrigatoriamente, irei respeitar o Parlamentar que quiser respeitar o Regimento da outra Casa. É bom dizer também que quem está falando o tempo todo são os Líderes da tropa de choque do Governo, não apenas o Presidente João Paulo que, sem dúvida, como Presidente da Casa, tem que refletir a vontade da maioria dos seus Líderes. E também o próprio Líder do Governo – S. Exª funciona como Líder do Governo lá – o Professor Luizinho, o Deputado Paulo Bernardo e várias outras pessoas. Assim, temos que acabar com essa cantilena, essa sim, enfadonha, de querer atribuir a uma ou a outra personalidade política a aprovação. Portanto, entendo que o requerimento de V. Exª é extremamente bom, muito importante, porque cada um dos Líderes, como diz V. Exª, deverá reunir os membros de sua Bancada, no caso específico da Câmara Federal, e aí desvendará o mistério, responsabilizando-se quem, de fato, merecer ser responsabilizado em relação ao compromisso assumido na Casa e que não está sendo viabilizado lá. Portanto, a proposta de V. Exª é de fundamental importância para que possamos desvendar esse mistério, que ora é atribuído a uma personalidade, ora a outra, em relação à não-aprovação da PEC nº 77 lá na Câmara Federal. Obrigada.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço a V. Exª, que esteve ao nosso lado, ao lado dos que fazem a maioria do PFL, quando insistimos para que a PEC nº 67 fosse emendada com os temas que, ao final, foram para a PEC nº 77. Nós do PFL, e V. Exª também, fizemos o que esteve ao nosso alcance, no limite dos nossos votos, para que as emendas acontecessem na PEC nº 67, a fim de que apenas ela contivesse os temas da Previdência.

Mas, humildade diante dos fatos, o que foi possível fazer foi a produção da PEC paralela. Resta-nos, agora, lutar para que ela seja aprovada. E, como há tergiversação em torno de compromissos tomados, está na hora da verdade, está na hora de desmascarar a posição de cada Partido político. Está na hora de ver quem é quem no jogo do bicho. É isso o que vamos fazer, e essa é a reunião que propus e que o Presidente Paulo Paim vai realizar em muito boa hora.

Sr. Presidente, gostaria de, em segundo lugar, manifestar a minha estranheza com as declarações que li hoje na primeira página de todos os jornais de circulação nacional. Declarações que continham o carão que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva passou nos empresários exportadores, dizendo que eles precisavam parar de chorar e lutar para exportar ma-

is. Carão naqueles que deram ao povo brasileiro a melhor das esperanças em 2003.

A resposta veio no ato, Senador Edison Lobão. Os empresários que se encontram com o Presidente, que cavalheirescamente acompanham Sua Excelência na viagem à Índia – com certeza às suas próprias custas –, disseram ao Presidente que lamentavam a rudeza daquela manifestação, mas que para ter comportamento semelhante ao dos empresários indianos, que certamente estariam, em seu comportamento, por trás da declaração do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que os admoestou, dizendo que eles precisavam parar de chorar e cuidar de exportar, que eles precisavam das condições que o Governo indiano dava aos empresários daquele país: juros de 6% ao ano; mão-de-obra barata; carga de impostos baixa. Foi a resposta à altura que os empresários deram. Os empresários, Senador Edison Lobão, que produziram no ano passado a melhor das notícias que o Brasil pôde produzir dentre as poucas boas notícias: superávit de US\$24 bilhões na balança comercial.

Se os empresários estão chorando, e o Presidente Lula os admoestou de forma inconveniente, no meu entender, e desrespeitosa, com certeza, o choro tem por objetivo obter condições para exportarem mais. Será que não interessa ao Brasil exportar mais? Exportar mais significa mais emprego e mais divisa. Será que esse não é o interesse nacional? Será que em vez da reprimenda pública não seria melhor o entendimento com empresários exportadores que estão a serviço de suas empresas, mas a serviço do interesse nacional?

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, lamentei profundamente ler as notícias que **O Estado de S. Paulo**, a **Folha de S.Paulo**, **O Globo**, o **Jornal do Brasil**, todos, trazem na primeira página, porque – repito – os exportadores produziram a única, grande e boa notícia que a economia do Brasil produziu em matéria de geração de emprego no ano de 2003. Porque, convenhamos, o ano de 2003 foi marcado por dois números perversos: o desemprego que, em 2002, terminou em 11,7% da população economicamente ativa, em 2003, subiu para 12,3%. A renda do Brasil – que pelo sexto ano, é verdade, caiu – caiu 12,9 pontos percentuais. Devidos a quê? A uma perversa taxa de juros, a uma desnecessária alta, altíssima taxa de juros, que desencorajava investimentos, que levava o capital produtivo para a especulação financeira, para uma carga tributária alimentada pelo aumento da CSLL, pela não-revisão da tabela do Imposto de Renda, pela revisão dos critérios do PIS, uma carga tributária que inibiu a geração de empre-

gos no Brasil e que impôs ao Brasil terminar 2003 amargando estes números: renda menor em 12,9 pontos percentuais e 12,3% da população economicamente ativa desempregada. A promessa de geração de 10 milhões de empregos transformou-se em 650 mil desempregados a mais.

Qual a constatação, Senadora Heloísa Helena, que qualquer brasileiro comum faz, de como terminou o Brasil em 2003? O País em dificuldades. Senadora, quando V. Ex^a, eu, o Senador Edison Lobão ou o Senador Leonel Pavan estamos em dificuldades em casa, o que fazemos? Evidentemente, a prática da austeridade, para escapar. E o que o Governo do Presidente Lula, que produziu uma redução da renda do brasileiro de 12,9% e uma taxa desemprego de 12,3%, deveria fazer?

Senadora Heloísa Helena, quem votou em Lula não esperava que Sua Excelência assumisse a Presidência e começasse a falar alemão e inglês no dia seguinte, nem que começasse a envergar ternos vistosos e gravatas bonitas. Não. Mas esperava dele o comportamento de um homem que ganhou a eleição para Presidente da República saindo das camadas operárias, que tivesse o comportamento de um homem modesto. Era isso, no mínimo, que o brasileiro comum esperava.

A que estamos assistindo nesses primeiros dias de 2004? Vejam que o País exige austeridade. Primeiro ponto: o Presidente da República compra uma aeronave nova por US\$56 milhões. Estamos falando em R\$165 milhões. Trata-se de fato inédito, Senador Leonel Pavan, Senador Efraim Morais? Não, muitos outros presidentes compraram. O “sucato” foi comprado, envelheceu. Os dois Boeings 737 ainda estão muito bons e atendem perfeitamente às necessidades das viagens domésticas do Presidente. Até concordo que, para as viagens internacionais, o “sucato” já esteja perigoso.

O que fazia o Presidente Fernando Henrique Cardoso? Alugava aviões de companhias aéreas. Pagava quanto? Três milhões por ano. Viajava bem? Viajava. E um avião novo serve a quem? Serve a V. Ex^a, Senador Leonel Pavan? Senador Gilberto Mestrinho, serve a V. Ex^a? Serve a mim? Senador Jorge Bornhausen, serve a V. Ex^a? Senador Garibaldi Alves, serve a V. Ex^a? Não. Só serve ao Presidente da República. É uma aeronave para servir a um cidadão: o Presidente da República! Sua Excelência leva quem quer, mas só quem pode usar é o Presidente da República.

A austeridade é recomendada, e o Presidente da República tem a obrigação de sinalizar, de dar

exemplo ao País. Não se trata de um cidadão qualquer, mas do Presidente da República, que tem a obrigação de sinalizar, dar exemplo de austeridade. Entretanto, o Presidente concorda com a compra da aeronave.

Quanto vai custar, Senador Mão Santa, a manutenção desse avião? É caro. Não era muito melhor alugar um avião para fazer as viagens internacionais? Onde é que o desempenho da Presidência da República ou do Presidente vai melhorar por conta da compra desse avião?

Cento e sessenta e cinco milhões será o valor de uma aeronave comprada por um País que termina o ano em situação de dificuldade, onde se impõe a austeridade, e onde, em nome da austeridade, define-se como prioridade número um a compra de uma aeronave.

Senador Mão Santa, meço prioridade por números. V. Ex^a sabe, no Orçamento de 2004, pela proposição do Governo, quanto está destinado ao Ministério da Pesca, para atender a pescadores do Brasil inteiro? São R\$75 milhões. Para a compra do avião, são R\$165 milhões. A prioridade para a pesca são R\$75 milhões; para o avião são R\$165 milhões. Para todos os pescadores do Brasil, está destinada a verba de R\$75 milhões para investimentos, como está no Orçamento.

V. Ex^a sabe quanto está aprovado no Orçamento, por determinação do Poder Executivo, que fez essa proposta, para investimento no setor de esporte, para as nossas quadras de esporte, para a juventude do Brasil, para os jovens, que nos pedem tanto obras no campo do esporte? São R\$122 milhões. Para a aeronave, R\$165 milhões; para os jovens e o esporte no Brasil, R\$122 milhões.

V. Ex^a sabe quanto está aprovado no Orçamento, por iniciativa do Poder Executivo, para o turismo do Brasil, que pode atrair milhões e milhões de estrangeiros, que gerarão milhares e milhares de empregos no Brasil? São R\$200 milhões, para o turismo inteiro, para a atividade inteira. Para o avião, são R\$ 165 milhões.

Senador Edison Lobão, posso calar-me diante disso? Como cidadão, tenho de interpretar o sentimento daqueles que, como eu, não votaram em Lula, mas também a indignação dos que votaram em Lula esperando austeridade. De um cidadão que saiu do meio operário esperava-se modéstia. "Ele é um de nós" foi por essa razão que, em sua maioria, o povo brasileiro votou em Lula.

Ouçõ, com muito prazer, o aparte do Senador Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. *Fazendo soar a campainha.*) – Peço brevidade no aparte, pois o tempo já se esgotou.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Em homenagem a V. Ex^a, usarei apenas 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Muito obrigado, Senador.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – V. Ex^a não pode silenciar-se. Ainda se esqueceu de arrolar, como defeito fundamental existente no Brasil que atinge frontalmente os empresários, aqueles que produzem, como acabou de dizer, que a legislação trabalhista foi recentemente mencionada por uma instituição internacional como a pior do mundo, juntamente com a de Portugal e a do Panamá. Não há empresariado que suporte trabalhar com uma legislação dessa natureza. Ainda assim, o setor realmente puxou o Brasil, sob um ponto de vista positivo, e agora é condenado dessa maneira pelo Presidente. Ao invés de receberem uma admoestação, creio que os empresários deveriam ser homenageados pelo ato de heroísmo que praticaram durante o ano de 2003.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Condecorados, eu diria. Agradeço a V. Ex^a pelo aparte e pelos argumentos, que enriquecem meu discurso.

Para terminar, Sr. Presidente, quero agradecer a benevolência de V. Ex^a com o meu tempo.

O Brasil precisa gerar empregos. No entanto, não precisa de empregos pagos com dinheiro público. Pois bem, o País que precisa de austeridade está assistindo o Presidente comprar uma aeronave por US\$56 milhões ou US\$57 milhões, que poderia ser comprada, se nenhum dos meus argumentos valesse, da Embraer, para gerar empregos para brasileiros. Entretanto, está sendo comprada de uma empresa francesa, para gerar empregos para os franceses. Compra feita por um Presidente eleito com 61% dos votos dos brasileiros, operários que confiam nele e de quem esperavam um comportamento de igual para igual.

Outro fato que me causa espécie, estranheza e revolta, Sr. Presidente, é a MP nº 163. Um País que exige austeridade, Senadora Heloísa Helena, Senador Demóstenes Torres, Senadora Lúcia Vânia, não se pode calar ao ler, como li, a Medida Provisória nº 163. Aliás, esse Governo é campeão de edição de medidas provisórias. Essa chuva de MPs é um desrespeito ao Congresso brasileiro, ao debate, à discussão e ao voto dos representantes do povo. Uma MP é editada atrás da outra.

Pois a última delas é a MP nº 163. Senador Romeu Tuma, meu Presidente, essa MP trata de várias medidas, entre elas a reorganização do Poder Executivo no âmbito dos Ministérios e a troca de seis por meia dúzia. Ora, a reforma ministerial que acabou de ser feita fundiu as pastas dos Ministros José Graziano e Benedita da Silva, e entregou-as a Patrus Ananias; por outro lado, apartou a Casa Civil, exercida pelo Ministro José Dirceu, em dois ministérios: um para o Ministro Aldo Rebelo e outro para o Ministro José Dirceu. Eliminaram um e, por outro lado, criaram outro. Jogo empatado. Não houve enxugamento na máquina administrativa, e permanece a crítica a um Governo que engordou o Poder Executivo para 34 Ministérios.

Pois bem. Sem ter havido aumento de estrutura administrativa, de janeiro do ano passado para cá, essa MP nº 163 cria 2.797 cargos ou funções gratificadas, a serem preenchidas sem concurso público, com salários que vão de R\$1,2 mil a R\$7,5 mil. São 2.797 novos postos a serem preenchidos sem a exigência de concurso público.

Sr. Presidente, não houve variação no número de Ministérios. Será que morreram três mil ou cinco mil bons funcionários do Poder Executivo ou eles estariam disponíveis, no banco de reserva, para serem aproveitados por convocação do Governo? Ou será que não se respeita a burocracia estatal? Será que o Governo, que fez esse remanejamento da estrutura administrativa, não tinha condições – ele que se diz competente, Senador Leonel Pavan – de buscar, no banco de reservas do Poder Executivo, as pessoas que utilizará na gestão dos órgãos que está criando? Não houve nenhum aumento visível na estrutura administrativa, após janeiro do ano passado. Para que 2.797 novos postos de trabalho, a serem preenchidos sem concurso público?

Vem-me imediatamente, Senador Mão Santa, uma preocupação: se serão preenchidos sem concurso público, é porque o Governo do PT, que tem o cacete de colocar os seus nas funções de confiança, e somente os seus, sejam ou não competentes – como no caso do Inca (Instituto Nacional do Câncer), para ilustrar o que estou falando –, está reservando para novos petistas 2.797 postos de trabalho. A minha preocupação, Senador Leonel Pavan, é que todos esses novos cargos e funções que o Governo está propondo criar – e que tenho fé em Deus de que vamos recusar, pela derrota, a proposta da Medida Provisória nº 163 – estão reservados para petistas. Não tenho nenhuma dúvida.

Sabemos que, pelo estatuto do PT, 20% do salário dos seus filiados revertem-se para o Partido polí-

tico, chamado de Partido dos Trabalhadores. Senador Pavan, desculpe-me – são R\$58 milhões o total da folha de pagamento; quando forem preenchidos os 2.797 postos, esses 20% significarão R\$17 milhões. Senador Leonel Pavan, está em curso uma operação “gafanhoto” monstruosa. Está em curso um “gafanhoto”, às claras, para quem quiser ver.

Senador Leonel Pavan, não estou criando fato algum. A MP propõe a criação de 2.797 postos, entre funções gratificadas e cargos de confiança – de níveis de 01 a 06 –, a serem preenchidos sem concurso público. Como V. Exª sabe, o PT só nomeia petista. Obviamente, nomeará petistas de carteirinha para essas funções, mas sem necessidade, porque a burocracia brasileira teria quadro de pessoal para preencher esses postos. O que ele deve estar querendo são 20%, para engordar com R\$17 milhões o caixa do Partido dos Trabalhadores.

Por essa e outras razões, Sr. Presidente, o meu Partido vai se manifestar frontalmente contra a MP nº 163, que, dentre outras coisas, propõe o remanejamento de recursos orçamentários, o que é inconstitucional, pois não pode ser feito por medida provisória. Interpretando o sentimento das ruas e em defesa do cidadão, o PFL tomará providências contra a MP nº 163.

Sr. Presidente, agradeço a V. Exª pela compreensão do meu tempo. Eu precisava manifestar essas preocupações, que são do meu Partido e, mais do que do isso, são do povo brasileiro.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Obrigado, Senador José Agripino.

Eu gostaria de fazer uma consulta aos Senadores Almeida Lima e Juvêncio da Fonseca.

Pergunto se eu poderia chamar o Senador Juvêncio da Fonseca – V. Exª está inscrito em terceiro lugar, não é isso? Se V. Exª poderia falar, como orador inscrito, por vinte minutos, e, em seguida, eu concederia a palavra ao Líder, Senador Almeida Lima.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pela ordem.) – Houve uma inversão entre mim e o Senador José Agripino.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Peço desculpas.

Eu estava vendo a lista, porque assumi agora, e, como o Senador José Agripino estava na tribuna, pensei que seria em seguida.

Então, eu estava perguntando se V. Ex^a, Senador Alberto Silva, concordaria com a palavra do Senador Juvêncio da Fonseca. Em seguida, prorrogaríamos o tempo, porque S. Ex^a fez um insistente apelo, pois tem um compromisso e é o terceiro inscrito.

Pergunto ao Senador Efraim Moraes se faz alguma oposição?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – De minha parte, não há problema. Pode atender ao Senador Juvêncio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, tem a palavra V. Ex^a, Senador Juvêncio da Fonseca, por 20 minutos. E pedimos que seja respeitado o limite de tempo, a fim de que possamos dar a palavra a todos os inscritos.

O SR. JUVÊNIO DA FONSECA (PDT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria que multiplicássemos ainda mais as Lideranças nesta Casa. Como é importante ter Líderes! No entanto, esse excesso de Liderança, às vezes...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador, eu pediria licença a V. Ex^a.

Como o Senador José Agripino saiu da tribuna agora, aproveito para informar que o Presidente em exercício, Senador Paulo Paim, solicitou a presença de todos os Líderes, no gabinete da Presidência, para uma reunião.

Desculpe-me. Continua com a palavra V. Ex^a.

O SR. JUVÊNIO DA FONSECA (PDT – MS) – Reafirmando, esta Casa está cheia de Líderes, o que é muito importante. São Líderes talentosos, que representam Partidos fortes nesta Casa. No entanto, nós, que não somos Líderes, formalmente falando, Senador Mão Santa, inscrevemo-nos e temos grande dificuldade de usar a tribuna. Graças também à benevolência e à compreensão das Lideranças presentes, pude usar da palavra ainda nesta tarde.

Fiz questão de usar da palavra ainda hoje, Sr. Presidente, para abordar um assunto extremamente delicado. Mato Grosso do Sul, mais uma vez, passa por instantes que podem gerar para a população, para o País inclusive, um momento de delicadeza extrema. Preocupa-me sobremaneira o que está acontecendo em Japorã e em Iguatemi, no meu Estado.

Semana passada, fiz uso da palavra para falar das invasões indígenas que aconteceram e que estavam ainda a depender de decisão judicial acerca da reintegração de posse, que, embora concedida, não foi alcançada. Essa situação faz com que, neste momento em que estamos aqui, esteja ocorrendo em Japorã um iminente conflito com possibilidade até de violência física.

Vamos explicar novamente o que, na verdade, ocorreu. Em Japorã, houve uma invasão de propriedades particulares por centenas de índios. Essas invasões, porém, ocorreram em terras legitimamente tituladas, ocupadas. Não são terras indígenas. O interessante foi que, do dia 22 de dezembro até hoje, ocorreram 14 invasões de terras por indígenas, da mesma natureza desta que acontece no Município de Japorã. Essas invasões foram objeto de ação de reintegração de posse, a qual foi decidida pelo eminente Juiz Odilon de Oliveira e que disse o seguinte na sua sentença: “Com relação ao pedido de reintegração liminar, os autores estão cobertos de razão. Suas poses estão demonstradas, tanto que fizeram provas de que os imóveis, que além de registrados em seus nomes, são totalmente produtivos”.

A sentença foi prolatada, foi determinado que se fizesse a reintegração de posse. Entre a sentença e a reintegração, houve um recurso ao Tribunal Regional Federal da 3^a Região, em São Paulo. E, surpreendentemente, a juíza que atendeu ao caso, que analisou os fundamentos da decisão de primeira instância, deu uma solução que, a meu ver, apesar do esforço imenso no sentido de conciliar as partes, é esdrúxula e de difícil execução. Ao mesmo tempo em que a juíza suspende a execução da sentença de primeira instância, diz ela o seguinte: “Sem prejuízo da presença física e ostensiva de representantes dos indígenas, que cesse a ocupação desordenada e predatória que resulta em danos ao patrimônio dos proprietários dos referidos imóveis”.

Quando a juíza diz isso, Senador Mão Santa, ela reconhece que existem proprietários, que existe patrimônio está sendo violado e que existe o esbulho da posse, ou seja, que esta foi violentada. E acrescenta mais a juíza: “Assim sendo, concedo parcialmente o efeito suspensivo, pleiteado, para suspender a eficácia da respeitável decisão agravada, e determinar que, com a participação da Funai e do Ministério Público Federal, sejam constituídas oito comissões de até vinte representantes dos indígenas, que deverão permanecer na entrada de cada imóvel, pelo prazo de vinte dias, cessando-se os atos de esbulho e turbação dos imóveis”.

Raciocinem, Srs. Senadores – Senador Tuma, V. Ex^a conhece bem o que seja uma invasão, uma violação da posse –, pois a juíza entende que tem de ser evacuada a área; que os índios deixem a posse, porque esbulharam a posse dos proprietários, e diz que os índios, em comissões de vinte, fiquem nas porteiras das fazendas, por vinte dias, aguardando uma solução amigável. Que solução esdrúxula! Que decisão difícil de ser executada! Se os índios saem das propriedades mas ficam nas entradas das fazendas, as suas presenças nas porteiras das fazendas é uma iminência de invasão que justifica o interdito proibitório também.

Então é uma decisão que não dá deslinde para a questão. O esforço da juíza é no sentido de que aqueles que estão em conflito devem recuar de dentro das fazendas e fazer as comissões de indígenas para, em 15 dias, encontrarem uma solução. Ora, meu Deus do céu!, quem tem que encontrar a solução é justamente o Poder Judiciário. E o Poder Judiciário, em primeira instância, encontrou a solução. Ou seja, deferiu a reintegração de posse, que não está podendo ser, de forma nenhuma, executada, porque a decisão de reforma da sentença, lá no Tribunal Regional Federal de São Paulo, impede que seja a sentença executada. E o impasse continua: todos em confronto.

Sr. Presidente, os índios não saíram de dentro das fazendas e ainda reforçaram os seus ânimos no sentido de que devem permanecer nas áreas e de que estão autorizados a permanecer à frente das propriedades. E o conflito continua. A iminência do confronto é muito grande. E isso está trazendo uma preocupação muito forte para todas as autoridades do Estado de Mato Grosso do Sul. Tanto é assim que a Ordem dos Advogados do Brasil, a própria Funai, a Polícia Federal, o Governo do Estado estão se reunindo para encontrar uma solução. E a solução o Poder Judiciário deveria ter encontrado, porque este País, que tem um Poder Judiciário que decide, cuja sentença não é cumprida ou cuja sentença não pode ser cumprida porque é indefinida e não há como executá-la, mostra-se uma Nação que tem lei mas não pode cumprir a lei. É difícil uma solução pacífica naquela região a partir dessas duas decisões.

A Ordem dos Advogados do Brasil está esforçando-se para que haja uma conciliação. Deus queira que se encontre essa conciliação! O Juiz Odilon de Oliveira, que prolatou a sentença de primeira instância, homem de bom senso, corajoso, que é hoje um símbolo nacional do bom juiz, do bom magistrado, está também enviando muitos esforços para que não haja o confronto

definitivo, confronto esse que pode incluir esforço físico que chegue até resultar em mortes.

O confronto é iminente.

Mas eu gostaria de dizer ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que já pediu uma comissão do Senado para ir a Roraima, onde está ocorrendo praticamente a mesma coisa, que precisamos de uma comissão para ir a Mato Grosso do Sul, onde há 14 invasões desde o dia 22 de dezembro. E, hoje aqui, o Senador Osmar Dias informou que no Paraná, onde havia paz no campo, onde os índios todos são aldeados, onde não havia conflito no campo entre índios e proprietários, já estão ocorrendo invasões também, como se fosse tudo orquestrado.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o fato que considero mais grave – e já me referi ao assunto na semana passada – diz respeito à fotografia publicada em jornais nacionais em que os índios, nas invasões ou em suas manifestações, aparecem encapuzados. Índio não põe capuz no rosto; índio não se mascara; índio é simples, é natural. Nossos irmãos estão sendo vítimas ao fazerem essas invasões em terras de propriedades legítimas.

Precisamos trabalhar para que os interesses dos indígenas sejam defendidos. Precisamos proteger os nossos indígenas. No Mato Grosso do Sul, há muitas aldeias que devem ser protegidas. Há terras, sim, a serem demarcadas. O nosso esforço é bastante grande para que essas áreas sejam demarcadas, mas a Funai age de maneira diferente, prevaricando no exercício da sua função. Em vez de favorecer as demarcações, a Funai instiga a invasão de terras que não são de aldeamento indígena. Essa situação está causando uma preocupação muito grande.

Sr. Presidente, estou apresentando uma PEC e espero que os meus Pares possam subscrevê-la, para alcançar o número de assinaturas necessárias. A proposta determina que a União possa, nesses casos, se quiser, conciliar as partes, desapropriando áreas legitimamente de domínio de terceiros, porque o § 6º do art. 231 da Constituição não permite essa desapropriação. Não é possível que a União tenha condições de fazer essa conciliação, desapropriando essas áreas de conflito para compor a situação, indenizando os proprietários e demarcando áreas para a expansão de aldeias. O caso de Porto Lindo, em Japorã, é justamente uma expansão de aldeamento. Porto Lindo tem apenas mil e seiscentos hectares. Querem aumentar para nove mil hectares, mas o saldo restante é de propriedade de terceiro; não faz parte das terras indígenas. A União não tem como fazer a desapropriação desses sete mil hectares a mais para

conceder uma demarcação a favor dos indígenas, indenizando regiamente os proprietários. A PEC que apresento visa exatamente a propiciar essa possibilidade de desapropriação e conciliação das partes neste instante de conflito entre índios e proprietários.

Concedo um aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Juvêncio da Fonseca, permita-me informar-lhe que estava atendendo o telefonema do Senador Hélio Costa, a quem estou convidando, juntamente com o Senador Marcelo Crivella, para, amanhã, às 10 horas, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, fazerem um relato sobre a missão que desempenharam nos Estados Unidos a respeito da questão dos brasileiros que ali se encontram. Desejava discorrer justamente sobre o convite que fizemos, por iniciativa de V. Ex^a e do Senador Mozarildo Cavalcanti, para falar sobre os problemas que estão ocorrendo em Mato Grosso do Sul, bem como em Roraima. Fiz o convite, em nome da Comissão, aos Ministros da Justiça e da Defesa, Márcio Thomaz Bastos e José Viegas, para comparecerem à nossa Comissão e ambos preferiram reunir-se conosco. Em virtude disso, para compatibilizar essa presença conjunta, designamos o dia 12, pois haveria um impedimento, amanhã, para o Ministro Márcio Thomaz Bastos e, na próxima semana, para o Ministro José Viegas que vai à África do Sul. Então, no dia 12, ambos estarão na nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Em razão disso, já convidei o Governador Flamarion Portela, de Roraima, para comparecer à Comissão no próximo dia cinco e confirmarei o convite ao Governador Zeca do PT, que se encontra na Índia com o Presidente Lula, para que ambos compareçam no dia cinco, com o objetivo de trazerem os seus depoimentos em relação à solução para os problemas que V. Ex^a vem nos apresentando aqui, para que possamos chegar à uma solução que possa evitar qualquer violência, para quaisquer dos lados envolvidos, sejam os índios, sejam os fazendeiros ou aqueles que estão procurando trabalhar nas diversas áreas para a finalidade da produção agrícola e/ou pecuária. Assim, ressalto a importância do interesse de V. Ex^a para que haja uma solução adequada. Além da comissão de Senadores que foi designada para essa finalidade, a nossa Comissão também estará sendo um lugar de debate para a solução do problema. Agradeço a oportunidade do aparte.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) –

Agradeço pelo aparte e registro o esforço de V. Ex^a na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para que este assunto seja realmente aprofundado no Senado Federal com o objetivo de evitar maiores prejuízos, não só para os índios mas também para os proprietários rurais.

Concedo o aparte ao ilustre Senador Augusto Botelho.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Senador Juvêncio da Fonseca, é com preocupação que vejo esse movimento começar a ocorrer no seu Estado. No meu isso já vem ocorrendo há trinta anos. As pessoas são postas para fora de suas propriedades e, até há pouco tempo, não tinham sequer direito de defesa, porque os entendidos da lei achavam que não havia esse direito para aqueles que ocupavam as áreas que foram solicitadas pelos indígenas. Certamente, há alguma organização não-governamental por trás desse movimento, provavelmente financiada com dinheiro de fora deste País. É assim que acontece no meu Estado. Agora, essas propriedades que estão sendo invadidas, se for como em Roraima, deve haver algo debaixo da terra que não sabemos. Porque todas as áreas indígenas do meu Estado são coincidentemente alocadas em cima de províncias minerais. V. Ex^a me falou que há suspeita de que estão trazendo indígenas de outro País para aumentar o número de indígenas no local. Há trinta anos, procedem desta forma no meu Estado. Basta citar o exemplo dos Wai-Wai, indígenas que habitavam na Guiana e que foram atraídos quatrocentos indivíduos para a fronteira sudoeste do meu Estado que, inicialmente, tinham trezentos mil hectares; e agora o Presidente Lula ampliou mais quatrocentos mil hectares. E os senhores agora vão lutar com algumas pessoas, inclusive de dentro da Funai, que costumam não usar da verdade para falar das coisas. Recentemente, ouvi um ongueiro comentando que o Presidente Lula, em seu governo, não havia feito nada pelos indígenas. Sua Excelência reconheceu e homologou um milhão e cem mil hectares de terras indígenas nesse primeiro ano de governo, dos quais oitocentos mil no meu Estado, em cinco áreas indígenas que foram ampliadas. Então, isso vai acontecer no seu Estado. Prepare-se, porque vai ser assim. Vão começar, vão ficar com um pedaço, e, daqui a uns anos, chega um antropólogo não sei da onde e am-

plia a área. Se não houver uma solução neste País por parte deste poder, para que essa questão de criação e ampliação de áreas indígenas seja decidida pelo Parlamento, vamos continuar tendo problemas. Peço inclusive aos participantes do conflito que não usem da violência, porque a cordinha é muito tênue para começar a violência numa situação dessas. Vemos a nossa propriedade de repente se acabar. É como vêem as pessoas. Na minha terra, pessoas que nasceram e que estão na segunda geração, vivendo nas cidades, são consideradas invasores. E as vilas onde moram as famílias são chamadas, por esse pessoal que defende de forma radical isso, de corrutelas, que são os prostíbulos dos garimpos. Quer dizer, eles chegam ao ponto de atingir a dignidade das famílias, quando querem atingir os objetivos deles. Mas, no meu Estado, sempre pergunto e pergunto em qualquer lugar: por que as áreas indígenas são demarcadas em cima de áreas minerais? Certamente, nesse Município, deve haver algum minério por baixo da terra. Muito obrigado.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Agradeço pelo aparte, Senador Augusto Botelho, que enriquece meu discurso.

Ao concluir, Sr. Presidente, pois está esgotado o tempo, gostaria de dizer que tanto o Juiz de 1ª Instância, Dr. Odilon de Oliveira, reconheceu a propriedade de terceiros, como também a Juíza Federal do Tribunal Regional da 3ª Região, de São Paulo, que afirmou em sua decisão: “Como se vê, todos estão empenhados na mais rápida e eficaz solução do litígio. E temos consciência de que sua perpetuação só aumentará os prejuízos dos proprietários dos imóveis invadidos, afora outros prejuízos, inclusive institucionais.”

Não há dúvida de que a invasão existiu, que é ilegal e que há prejuízo patrimonial para os proprietários. Mas os índios não desocupam a área. A Funai está continuamente instigando, assim como lideranças do MST, infiltradas, pois existem acampamentos do MST por perto. E os encapuzados se colocam sempre à frente dos movimentos indígenas, insuflando as invasões e os confrontos. É iminente, Sr. Presidente, um derramamento de sangue em Japorã. O conflito pessoal, físico, é iminente. Temos que ter consciência do fato. Graças à Polícia Federal e à Justiça Federal, estamos em Mato Grosso do Sul contendo a situação. Mas hoje recebi informações de Japorã

dizendo que a população está se organizando para, juntamente com os proprietários rurais, retirar os índios das áreas de invasão. Isso é muito perigoso, Presidente Romeu Tuma. É preciso que haja uma consciência no sentido de que nós, aqui no Senado Federal, que já tomamos algumas iniciativas, mas sabemos que isso está acontecendo, porque, quando lá faltar a vida de algum irmão nosso, seja índio ou não, não vamos dizer que somos inocentes ou que ignorávamos o fato grave que está ocorrendo dentro do território nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem a palavra o Senador Efraim Morais, como Líder da Minoria. Agradeço a compreensão de V. Ex^a, ao permitir que o Senador Juvêncio da Fonseca ocupasse a tribuna antes de V. Ex^a.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, parece até que eu havia combinado com o Líder José Agripino sobre o que tratar nesta tarde. Mas para não ser cansativo, farei alguns comentários sobre o artigo do jornalista Villas-Bôas Corrêa, publicado no **Jornal do Brasil** de hoje – e peço antecipadamente a V. Ex^a seja transcrito nos Anais da Casa –, que tem como título “O governo não olha para o céu”. Não está olhando para a terra também não. O artigo diz o seguinte:

Alguém precisa avisar ao governo – tanto ao pedaço que viaja pelo mundo, na comitiva do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como aos ministros e secretários que permanecem em Brasília, nas voltas e roscas do maxixe de despedida dos que saem e nos saracoteios do cordão dos que entram a reboque do abre-alas do PMDB – que imensas regiões do país estão em literal estado de calamidade pública, castigadas por temporais de violência incomum que se anteciparam às chuvaradas tradicionais do verão nas despedidas das águas de março.

É preciso que o Presidente saiba – Sua Excelência está na Índia – que abandonou o País num momento como esse.

Há semanas que a televisão, em todos os noticiários dos diferentes canais, registra as cenas da tragédia das ruas alagadas, dos açudes e represas que transbordam,

das centenas de casas destruídas, com a perda total de móveis e utensílios domésticos, das pontes aluídas, interrompendo o trânsito nas rodovias esburacadas e intransitáveis. Há dezenas de vítimas de afogamento e milhares de desabrigados que tudo perderam, recolhidos a colégios e prédios públicos e socorridos pela solidariedade da população e pelos governos estaduais e municipais.

A desgraça virou rotina e perdeu espaço nos jornais, baixando das manchetes para as notas nas páginas internas, com raras fotos.

O que não se vê é a presença federal. Nem do presidente Lula nem, muito menos, de um só dos 35 ministros e secretários do paquiderme ministerial que não emagreceu um quilo na fajuta dieta da reforma. O presidente espairose no giro nostálgico da despedida do Sucatão e vive a ansiedade da espera do novíssimo Airbus, que o levará de Brasília à Europa sem escalas, num conforto de Primeiro Mundo, e já está encomendado ao preço de US\$ 56 milhões – por extenso, cinquenta e seis milhões de dólares e quebrados, para penitência do erro denunciado por um leitor atento. Em Brasília, estão todos ocupadíssimos com a sucessão de posses e de olho nas possíveis vagas do segundo escalão ou onde possam faturar uma função gratificada.

Reconheça-se que o governo, enrolado nas intermináveis reuniões, conversas e fofocas para fechar a barganha, foi expedito em anunciar a liberação de verba raspada nas sobras orçamentárias, se não me falha o neurônio solitário da memória, no total de R\$ 32 milhões, que não se teve notícia se chegou, está sendo distribuída, por quem e com que critérios de prioridade.

Abro um parêntese aqui para dizer que ouvi o pronunciamento dos companheiros do Piauí, e no Piauí não chegou. Ouvi a palavra dos companheiros de Sergipe, e em Sergipe também não chegou esse dinheiro. Ouvi os companheiros do Ceará, de Pernambuco, e, da mesma forma, lá também não chegou. Na Paraíba, aqui digo e tenho certeza, com o apoio dos companheiros que representam a Paraíba nesta Casa, de que não chegou um tostão sequer. E já morreram mais de 13 paraibanos. Foram 13 as

vítimas até às 13 horas. São mais, pois estão aqui as manchetes nos principais jornais da Paraíba: “Chuvas desabrigam mais de 7 mil pessoas e destroem mil casas.”

Sr. Presidente, a Paraíba tem 20 áreas de risco nas estradas. Aqui está o Governo Cássio Cunha Lima, que, com poucos recursos, tem conseguido chegar perto dos paraibanos, tem dado apoio aos paraibanos, tem usado os poucos recursos do Estado, juntamente com os Municípios, para tentar diminuir o sofrimento dos nossos irmãos. Mas, infelizmente, o Governo Federal prefere estar encantado com os desfiles na Índia, esperando a oportunidade de inaugurar o Airbus. Não está olhando para o céu, porque só tem preocupação no ar; não está olhando para a terra, só tem preocupação de fazer a política externa, levando os recursos do Brasil, do BNDES, para serem aplicados no exterior, na construção de estradas e metrô. Enquanto isso, as estradas do nosso País estão sendo prejudicadas, estão intransitáveis. O Governo do PT, pelo menos, deve ter sensibilidade com o cidadão, com o ser humano, com aquele que está sofrendo. Dão-lhes as costas e se esquecem de que são brasileiros. Pior ainda, de que são nordestinos na maioria, como o Presidente, que saiu do Nordeste e hoje nem se lembra de nossa região.

Darei continuidade ao que disse o grande jornalista Villas-Bôas Corrêa:

Até se entende a abertura presidencial para anunciar a caiação do governo antes de iniciar a exaustiva viagem de mais de 30 horas para a Índia. E necessitando abrir uma brecha para, na rápida parada em São Paulo, ao lado da prefeita Marta Suplicy, candidata do PT à reeleição, inaugurar a feérica iluminação multimídia do Parque do Ibirapuera, que enfeita a bela capital na comemoração dos seus 450 anos de fundação.

Pode-se alegar que as presenças do presidente ou de ministros não param as chuvas nem secam as cidades e as terras debaixo de água. E que é preciso esperar que o tempo melhore para iniciar as obras de reconstrução. Argumento de duvidosa eficácia política. O comparecimento do presidente e dos ministros mais ligados aos problemas de desesperada urgência levaria aos milhões diretamente atingidos pela calamidade a pronta solidariedade federal. E

ainda permitira a avaliação pessoal dos estragos, selada com o compromisso do presidente de mobilizar o governo, como prioridade de urgência máxima.

Ministro ou secretário não foi identificado em qualquer ponto das muitas áreas alagadas pelos temporais inclementes. Se algum andou por lá, escondeu-se em modesto anonimato.

Sr. Presidente, para ser rápido e poder ouvir os companheiros, farei um pequeno salto no meu discurso.

Enquanto o Governo permanece ausente, o Governador da Paraíba já coordenou ações e distribuiu representantes da administração estadual em diversas regiões: o Secretário de Infra-Estrutura, Hypólito Militão, dirige os trabalhos de socorro na área polarizada pelo Município de Patos; o Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Sérgio Góes, na região polarizada em Campina Grande; e o coordenador da Defesa Civil, Coronel Álvaro Vitorino Pontes, mantém vigilância na área da grande João Pessoa.

O Governador está dando assistência pessoal aos paraibanos. Enquanto isso – repito –, o Presidente Lula está em desfiles na Índia, fazendo divulgação pessoal e, acima de tudo, emprestando dinheiro brasileiro que deveria ser usado para socorrer as vítimas e gerar emprego.

E assim conclui o nosso jornalista:

São apenas flagrantes de milhões pedindo socorro. Governadores e prefeitos, com verbas curtas, não dão conta do recado. O desafio é ao governo federal. E pessoalmente ao Presidente Lula. Na sua ausência, ao vice José Alencar e ao ministro todo-poderoso José Dirceu.

É esse o apelo que faz Villas-Bôas Corrêa. É esse o apelo que, tenho certeza, fazem todos os Srs. Senadores, independentemente de região, mas principalmente os Senadores nordestinos, que clamam sensibilidade ao Governo Federal, para que, pelo menos, acompanhe de longe o que está acontecendo no Nordeste, com essas chuvas antecipadas. São chuvas que vão melhorar muito a situação brasileira, até mesmo a nordestina, mas, neste momento, o Nordeste precisa do Governo, que lhe dá as costas. O Presidente está mais preocupado em ver acima das nuvens, do seu avião, da sua air base, enquanto isso, sofremos, olhando para o

céu e para o sofrimento dos nossos irmãos brasileiros, de forma geral.

Ouçó V. Ex^a, nobre Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Efraim Morais, penso que o Presidente da República e os que governam este País estão equivocados, Venceram as eleições por ação do publicitário Duda Goebbels Mendonça – Goebbels em semelhança àquele que foi o publicitário de Hitler, que dizia que se planta e se repete a mentira, e ela se torna verdade. Mas o País ouve, acredita, lê e segue jornalistas sérios, conceituados, como Villas-Bôas Corrêa, um homem que conhece o Brasil todo e cuja reportagem V. Ex^a traz à Casa. Tive o privilégio de recebê-lo quando Governador do Estado, em uma homenagem ao jornalista Carlos Castelo Branco, o Castelinho, do Piauí. Ele foi escolhido para fazer o lançamento de um livro seu na Academia de Letras. Então, Villas-Bôas Corrêa reflete a calamidade por que passa o Brasil. Hoje já abordei esse tema e queria dizer que se agrava a situação em várias cidades do Piauí. O Governador Wellington Dias, do PT, decretou calamidade pública em Fronteiras, Arraial, Vera Mendes, Francisco Ayres, Santa Cruz do Piauí, Wall Ferraz, Paulistana, Caridade do Piauí, Uruçuí, Colônia do Gurguêia, Picos, Floriano, Alagoinha do Piauí e Isaías Coelho, e, neste exato momento, recebo um fax do Prefeito de Patos do Piauí, Aluizio Coelho dos Reis. Eu só acredito em Governo que tem duas pernas: sensibilidade política e responsabilidade administrativa. E o Governo, diante dessa calamidade do Nordeste, não se apresenta com sensibilidade política, nem com responsabilidade administrativa. Peça a Deus que o clamor de V. Ex^a, que tão bem representa a forte e brava Oposição nesta Casa, o forte e bravo povo da Paraíba e do Nordeste, desperte sensibilidade e responsabilidade no Governo da República.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Meu caro amigo e companheiro, Senador Mão Santa, incorporo as palavras de V. Ex^a ao meu pronunciamento, com muita alegria. V. Ex^a vem traçando uma luta em defesa do povo do Piauí, ao lado dos outros dois Senadores daquele Estado. Solidário com todo o Nordeste e com outras regiões do País, quero dizer que podemos ser até cansativos, Senador João Tenório, mas vamos continuar insistindo desta tribuna, até o final da convocação, para que o Governo do PT acorde e entenda que, para governar, é preciso ter solidariedade e sensibilidade. Contudo, estamos vendo que este Governo está mais preocupado com reuniões, aviões e outras coisas e me-

nos com os flagelados das enchentes. Na época da seca, não nos atendiam e agora, na hora das enchentes, escondem-se.

Então, deixo o meu apelo, em nome da Paraíba e dos paraibanos, do Governo Cássio Cunha Lima e dos demais Estados do Nordeste. O Presidente da República é um nordestino. Talvez S. Ex^a não tenha chegado a conhecer essa situação, porque foi muito cedo para São Paulo, a terra de V. Ex^a, Presidente Romeu Tuma.

Senador Ney Suassuna, com muito prazer, escuto V. Ex^a.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador Efraim Morais, acabamos de realizar uma reunião. Embora não estivessem presentes os 27 Senadores, tomamos uma deliberação. Os 27 Senadores do Nordeste, acompanhados dos três Senadores de Minas Gerais, pedirão ao Presidente Lula uma audiência e levarão um documento assinado, pedindo a revitalização da Sudene, que foi anunciada no ano passado, no Ceará, mas lamentavelmente não ocorreu. Se a Sudene estivesse funcionando neste momento, esses problemas menores de enchente estariam sendo contornados. Como ela não existe, estamos sem nenhum instrumento para estimular o progresso da nossa região ou para prestar-lhe socorro quando necessário. V. Ex^a, porque estava falando da tribuna, não pôde participar. Aproveito para louvar o pedido de socorro de V. Ex^a em face da enchente. É verdade que, aproximadamente, 15 paraibanos já morreram, mas devem ter morrido mais pessoas.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Até às 13 horas, haviam morrido 13.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Soube agora pela rádio que haviam morrido 15, mas pode ser que mais gente tenha falecido, porque houve uma enxurrada. Quer tenham morrido 10, 13 ou 15, estamos pedindo socorro. Por isso, solidarizo-me, como paraibano, com V. Ex^a. Estamos realmente preocupados com essa situação.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço-lhe o aparte, eminente Senador Ney Suassuna. Sei da preocupação que tem V. Ex^a com as enchentes no Nordeste.

À reunião da Sudene não pude comparecer, porque, primeiro, eu estava presente a uma reunião com o Presidente desta Casa, sob o comando do Senador Paulo Paim, tratando da PEC 77, ou seja, da PEC paralela. Esse foi o motivo da minha ausência. Ademais, tinha que fazer este pronunciamento. Mas, sabendo que na reunião da reabertura da Sudene, a Paraíba estaria e sempre estará bem representada na pessoa de V. Ex^a, estou tranquilo porque a presença de V. Ex^a é como se eu lá estivesse em defesa da Paraíba.

Sr. Presidente, vou conceder um aparte ao Senador João Tenório, que já me havia solicitado antes.

O Sr. João Tenório (PSDB – AL) – Senador Efraim Morais, suas palavras se aplicam com muita precisão ao Nordeste como um todo porque o drama, a tragédia que vive a sua Paraíba acontece igualmente, ou pelo menos com alguma semelhança, em todos os Estados nordestinos. Eu queria apenas chamar a atenção para um detalhe: V. Ex^a reclama da falta de solidariedade do Governo na cheia. Quero dizer que falta essa solidariedade também na seca. Há um mês, uns 25 dias, tivemos uma reunião com um grupo de pequenos produtores do agreste nordestino, quando discutimos os limites, os tetos acima dos quais não poderia haver os benefícios da reprogramação das dívidas dos fornecedores. Essa discussão foi meio inútil, porque, caso houvesse ou não concordância, esses agricultores não poderiam pagar de forma nenhuma pela pura e simples total destruição da safra agrícola da maior parte dos Estados nordestinos graças a uma das maiores secas dos últimos 50 anos. Naquele momento, o Governo foi muito mesquinho no atendimento, demonstrando, igualmente, a falta de solidariedade em outra situação totalmente diferente. Então, falta solidariedade ao Nordeste na cheia assim como falta na seca. Era o que eu tinha a dizer.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Tem razão V. Ex^a, nobre Senador, e incorporo na íntegra o seu aparte ao meu pronunciamento. Não há dúvida, que precisamos. Tenho certeza que os 27 Senadores do Nordeste tomarão o caminho em defesa do Nordeste como se fosse um bloco monolítico, sem cor partidária, em defesa da região. Esse é o caminho que temos que assumir para ver se o Governo acorda para a defesa da nossa Região.

Sr. Presidente, tenho outro pronunciamento que vou deixar aqui e pedir a V. Ex^a que seja dado como lido. Esse assunto já foi tratado hoje pelo meu Líder, o Senador José Agripino. Trata-se da decisão que tomou o nosso Partido, o PFL, na reunião da executiva, no sentido de entrar com ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, para tentar barrar a Medida Provisória nº 163, que cria 2.797 novos empregos, dispensados de concurso público. É mais uma jogada política do PT. Sabemos que o PT cobra dos seus titulares de mandato e ocupantes de cargos de confiança percentual de até 30% para inchar o cofre do Partido. Estamos em ano de eleição. A criação desses cargos tem esse objetivo. É claro que, hoje no poder, o Partido comete mais esse delito contra a sua própria memória; ele que, no passado, defendeu tanto o concurso público.

Eu gostaria de concluir com as palavras do Presidente do nosso Partido, Senador Jorge Bornhausen, que classificou essa medida provisória de uma “nova operação gafanhoto”.

Para o PFL, Sr. Presidente, os princípios democráticos e a ordem constitucional, sem os quais não há ética ou isonomia, devem ser a prioridade do País e do Congresso Nacional, responsável maior pelas garantias institucionais.

Peço a V. Ex^a que seja transcrito, na íntegra, esse meu pronunciamento.

Agradeço a tolerância de V. Ex^a.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SENADOR EFRAIM MORAIS.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, em reunião há pouco encerrada, a Executiva Nacional do meu partido, o PFL, decidiu entrar com ação direta de inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal para “barrar” a medida provisória 163, que cria nada menos que 2.797 novos cargos e funções gratificadas no governo federal, dispensadas de concurso público.

Trata-se de um escândalo administrativo, que custará ao povo brasileiro a despesa anual de R\$58 milhões. Com muita propriedade, o presidente do meu partido, senador Jorge Bornhausen, classificou essa medida provisória de “nova operação-gafanhoto”, numa referência ao escândalo recente havido em Roraima, envolvendo o governo estadual petista, comandado pelo governador Flamarion Portella.

Lá, as nomeações escandalosas tinham como objetivo central dar empregos e locupletar cabos eleitorais do PT, de modo a fortalecer a máquina partidária. Aqui, no plano federal, temos sólidos motivos para crer que se dá o mesmo.

Sabemos todos, que, por imposição de seu Estatuto e isso a imprensa já divulgou diversas vezes, o PT cobra de seus titulares de mandato e ocupantes de cargos de confiança percentual de até 30% do salário para os cofres partidários.

Por essa razão, o PT é hoje de longe o partido mais rico do Brasil. E mais rico ainda ficará quando esses quase três mil cargos ditos de confiança que ninguém tem dúvida que serão entregues basicamente ao PT forem preenchidos. Cargos que frise-se dispensam a exigência constitucional de concurso público.

Consideramos esta Medida Provisória inconstitucional, porque infringe o dispositivo da Lei Maior que estabelece o concurso público como a via de acesso ao serviço público. E ainda: é inconstitucional porque autoriza por Medida Provisória o remaneja-

mento de recursos orçamentários, o que é absolutamente vedado.

Flagramos também nessa iniciativa e lamentamos mais uma contradição do PT, que, ao tempo em que era oposição, primava pela defesa intransigente do concurso público como única via de acesso moralmente aceitável ao serviço público.

Hoje, no poder, o partido comete mais esse delito contra sua própria memória. É mais um ato político que se inscreve no capítulo do livro “Esqueçam o que eu disse”. Um livro, que, pelo visto, ao final da Era PT, terá milhares e milhares de páginas.

Quero aqui resumir algumas outras conclusões a que a Executiva Nacional do PFL chegou quanto a este assunto em sua reunião de hoje.

O custo dessas contratações para o povo brasileiro será, como já disse, de 58 milhões de reais a cada ano. A reforma da Previdência sacrificou direitos adquiridos de milhões de idosos, como bem lembrou o ex-ministro e hoje senador Cristovam Buarque, a pretexto de economizar recursos públicos. Mas, na seqüência imediata, o governo faz esta extravagância indecorosa com os recursos do Erário.

Em face do desconto em folha dos salários de todos os filiados petistas indicados para cargos públicos, essas novas contratações promoverão a transferência de até 17 milhões anuais do contribuinte brasileiro para os cofres daquele Partido. Temos aí outro escândalo, como subproduto das nomeações.

Por essa razão, comparamos esse ato à “Operação Gafanhoto”, de Roraima. Por meio dela, o cidadão-contribuinte, mesmo sem ter qualquer vínculo partidário, está compulsoriamente contribuindo para abarrotar o caixa de campanha do PT.

Em ano eleitoral, a situação de desigualdade para com os demais partidos afronta a ordem democrática, a ética e a moral e ameaça a lisura do pleito. Por essa razão, o PFL repudia a MP 163 e recorrerá à Justiça para coibir as medidas que estabelece.

Para o PFL, os princípios democráticos e a ordem constitucional sem os quais não há ética ou isonomia devem ser a prioridade do País e do Congresso Nacional, responsável maior pelas garantias institucionais.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Até se encerra a abertura presidencial para anunciar a eleição do governo antes de iniciar a exaustiva viagem de mais de 30 horas para a Índia. E

precisaria abrir uma brecha para, na rápida parada em São Paulo, anunciar a prefeita Marta Suplicy, candidata do PT à reeleição, inaugurar a feérica

Pode-se alegar que as presenças do presidente ou de ministros não param as chuvas nem secam as cidades e as terras debaixo de água. E que é preciso esperar que o tempo melhore para iniciar as obras de reconstrução. Argumento de duvidosa eficácia política. O comparecimento do presidente e dos ministros mais ligados aos problemas de desesperada urgência levaria aos milhões diretamente atingidos pela calamidade a pronta solidariedade federal. E ainda permitiria a avaliação pessoal dos estragos, selada com o compromisso do presidente de mobilizar o governo, como prioridade de urgência máxima.

Ministro ou secretário não foi identificado em qualquer ponto das muitas áreas alagadas pelos temporais inclementes. Se algum andou por lá, escondeu-se em modesto anonimato.

A omissão não caiu bem. Municia a oposição para a dura crítica da insensibilidade, que dói como pancada em carne viva no governo tão cioso das suas preocupações sociais. Repetidas à exaustão no chorrilho de discursos e entrevistas nas recentes mexidas para a montagem do Superministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, confiado à provada competência do ex-prefeito de Belo Horizonte Patrus Ananias. E que só ontem tomou posse. Espera-se que com o avião preparado para percorrer as áreas mais atingidas.

Ainda há gente morrendo. Quatro em Sorocaba e em Araçatuba (SP), em áreas inundadas por 24 horas de temporal. Em Águas Belas (PB), mais 102 casas foram destruídas e duas pessoas morreram. No Sul, ao longo da rodovia BR-277, a fila de caminhões carregados passa de 16 quilômetros. Com o pátio inundado, o Porto de Paranaguá está paralisado. E até na Ilha de Fernando de Noronha, como contou Boechat, as ondas destruíram o cais da Vila dos Remédios.

São apenas flagrantes de milhões pedindo socorro. Governadores e prefeitos, com verbas curtas, não dão conta do recado. O desafio é ao governo federal. E pessoalmente ao presidente Lula. Na sua ausência, ao vice José Alencar e ao ministro todo-poderoso José Dirceu.

O esquecimento, a demora e a simples ajuda burocrática deixam o governo vulnerável às cobranças da oposição, fornecendo um tema que deve sacudir a pasmaceira do Congresso, convocado extraordinariamente para uma pauta de urgência discutível.

Deslumbrado com o reconhecimento internacional da sua ascensão a um dos líderes do mundo, o presidente não pode descuidar da sua biografia e relegar a segundo plano, para quando tiver vagares na agenda, os seus compromissos de nordestino, de militante sindical e fundador do PT: a história de toda a sua vida.

Chuvas desabrigam mais de 7 mil pessoas e destroem mil casas

- **KAYLLE VIEIRA**
- João Pessoa

Os dados mais recentes da Defesa Civil da Paraíba revelaram que 7.790 pessoas estão desabrigadas em todo o Estado em virtude das fortes chuvas que estão caindo na Paraíba há quase uma semana. Onze pessoas morreram e mais de mil casas foram destruídas ou danificadas nos últimos dias. Até ontem à tarde, municípios de Mulungu, Arara, Ingá, São Domingos, Mogeiro, Guri-nhém, Itatuba, Alagoinha e Aro-eiras já haviam decretado estado de calamidade pública. Já as cidades de Alagoa Grande, Campo de Santana e Bayeux estavam aguardando a formalização da homologação do decreto.

De acordo com informações da Assessoria de Comunicação do governo do Estado, 33 açudes registraram 100% da capacidade de armazenamento. Vários trechos da BR-230 estão danificados em decorrência das chuvas. O acesso aos municípios de Mogeiro e Ingá, Riachão e Campo de Santana e Campo de Santana e o Rio Grande do Norte também estão comprometidos e a ponte de acesso à cidade de Ingá também foi prejudicado. O município de Mulungu é um dos apresenta maiores problemas de infra-estrutura viária com 150 quilômetros de estradas danificadas.

Segundo dados do Instituto de Meteorologia, Recursos Hídricos e Sensoriamento Remoto (LRMS/PB), a previsão é de mais chuva para todo o litoral e para a região do Agreste paraibano. Até as 7 horas de ontem, foram confirmadas precipitações em 141 dos 235 postos pluviométricos monitorados pelo instituto. Os maiores índices de chuva foram registrados nos municípios de Lagoa de Dentro (129,5 mm), de Teixeira (124,8 mm), de Cacimba de Areia (118,0 mm) e de Desterro (112,0 mm).

Segundo informações do LMRS, entre fevereiro e maio, a média de chuva deve oscilar em torno de 620,00 mm, no Sertão. Já nas regiões do Cariri e Curimatá a previsão é de 360,00 mm. Para as regiões do Litoral, Brejo e Agreste, a estimativa é de que o período chuvoso concentre-se entre os meses de abril e julho. O governo do Estado está montando uma ação conjunta com as secretarias de Infra-Estrutura, Recursos Hídricos, Ação Social e da Saúde para dar assistências às pessoas prejudicadas com as chuvas. Várias equipes estão percorrendo as regiões atingidas com objetivo de adotar providências em relação à distribuição de medicamentos, cestas básicas e abrigos.

- 400 km de rodovias afetados

Mais de 400 quilômetros de rodovias estaduais já foram afetados pelas fortes chuvas dos últimos dias. As informações preliminares são da

Secretaria de Infra-Estrutura do Estado. Segundo o secretário, Hypólito Militão, somente na região do Alto Sertão do Estado a malha viária não foi afetada com mais intensidade pelas precipitações. Os prejuízos calculados com as chuvas já chegam a R\$ 10 milhões, com estradas, pontes, casas, entre outros prejuízos materiais.

De acordo com o diretor de obras do DER (Departamento Estadual de Estradas de Rodagem), Francisco Cartaxo, são mais de 20 pontos nas rodovias estaduais do Estado que estão com problemas, que vão, segundo o diretor, de precário a interditado. Os maiores problemas estão no Cariri e Curimataú, com maior ênfase para a região de Solânea. Os dois pontos interditados estão na PB-133, na região de Solânea, no trecho entre Telha e Barra de Santa Roza. O outro ponto interditado pelo DER fica na PB-109, na região de Campo de Santana.

Em outros pontos, apesar do tráfego de veículos não estar interrompido, estão complicados. O acesso à cidade de Mogeiro, na PB-408, está precário. No trecho entre Telha e Damião, na PB-133, o trânsito esteve interrompido até domingo, com o rompimento de um bueiro, sendo necessária a construção de um desvio. De acordo com Hypólito Militão, antontem foi concluído um plano de trabalho parcial para enfrentar os prejuízos causados pelas chuvas. (FB)

PB tem 20 áreas de riscos nas estradas

Henriqueta Santiago

Cerca de 20 pontos de rodovias federais e estradas estaduais representam um perigo para os motoristas. Nessas localidades, as pistas apresentam falhas na infra-estrutura, provocadas por causa das chuvas caídas no Estado, nos últimos dias.

Pelo menos nove trechos de rodovias federais que cortam a Paraíba foram considerados de risco por causa da erosão e dos deslizamentos de barreiras. O levantamento foi feito, ontem, pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) e Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (Dnit).

Segundo a Assessoria de Comunicação da PRF, o trecho mais crítico está localizado no Km 18 da BR-101 Norte, próximo à Barra de Camaratuba, na estrada que vai para Natal (RN). Nesse local, houve um princípio de erosão, na noite de antontem e a pista pode ser interditada.

O Km 196,6 da BR-230, próximo ao município de Soledade, que foi interditado antontem porque parte da pista cedeu, ainda preocupa a Polícia Rodoviária Federal, apesar do trecho já ter sido liberado para o tráfego.

A PRF explicou que para desviar esse trecho, os motoristas podem utilizar a BR-412 ou a BR-104 Norte. "Os motoristas andarão aproximadamente 30 Km até chegar no local conhecido como 'Praça do Meio do Mundo'. O desvio passa pelos municípios de Boa Vista, São João do Cariri, Serra Branca e Sumé. Vinte quilômetros depois de Sumé, tem um entroncamento à direita. Os motoristas devem pegar uma rodovia estadual até Patos", explicou Cássia Mendes. Já pela rodovia 104 Norte, os motoristas viajarão por Lagoa Seca, passando por vários municípios até chegar à PB-167. Passa por Nova Palmeira, Pedra Lavrada, Seridó e Soledade, onde chega novamente na BR-230.

Outro trecho considerado crítico pela PRF é o Km 19, da BR-230, próximo à Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Na manhã de ontem, houve um deslizamento de barreira nesse ponto e uma equipe da PRF foi ao local porque havia risco de mais deslizamentos. O trecho que vai do Km 105 ao Km 107 da BR-230, próximo a Campina Grande, também apresentou erosão após as chuvas. Ainda nessa rodovia, os trechos dos quilômetros 108, na entrada do município de Juarez Távora e 127, próximo à Riachão.

No Km 280 (BR-230), na Serra de Santa Luzia, houve queda de barreira e o trânsito ficou lento no local e no Km 480 dessa mesma rodovia, em Cajazeiras, houve erosão. Na BR-104, em Barra de Santa Rosa, também existe um trecho de risco. Parte do acostamento ruiu.

Cássio criou uma estratégia para atender comunidades atingidas pelas chuvas em todo o estado



Como forma de coordenar as ações relacionadas com as chuvas, o governador Cassio Cunha Lima estabeleceu uma estratégia de assistência às áreas atingidas, definindo secretários para coordenarem regiões alagadas do Estado.

Para prestar socorro nas diversas localidades da Paraíba que passam por problemas com as chuvas e inundações, o governador Cássio Cunha Lima determinou que fosse montado um esquema de informação, distribuindo representantes da administração estadual em diversas regiões.

O secretário da Infra-Estrutura, Hypólito Militão, por exemplo, está na região polarizada pelo município de Patos; Sérgio Góes (Semarh) coordena os trabalhos de socorro na região polarizada por Campina Grande; e o coordenador da Defesa Civil, coronel Alvaro Vitorino Pontes, mantém vigilância na área da Grande João Pessoa.

Deve continuar chovendo em toda a região do Litoral

A previsão para João Pessoa e demais cidades do Litoral é de muita chuva nas próximas horas. Segundo dados do Instituto de Meteorologia, Recursos Hídricos e Sensoriamento Remoto -- LRMS/PB, também ocorrerá alta precipitação pluviométrica na região do Agreste.

No período das 7h de segunda-feira até às 7h de ontem, foram confirmadas precipitações em 141 dos 235 postos pluviométricos monitorados pela Semarh/LRMS-PB.

Durante as últimas 24 horas permaneceram as condições meteorológicas favoráveis à ocorrência de chuvas com mais intensidade sobre o Litoral e Agreste e menor no restante do Estado da Paraíba.

Cagepa

A Cagepa divulgou comunicando informando que em virtude das fortes chuvas que caem na Capital, o serviço de atendimento móvel da empresa, que começou a operar segunda-feira no bairro de Cruz das Armas, não pode funcionar ontem.

Caso as chuvas diminuam hoje, o serviço voltará a funcionar normalmente, atendendo a população do bairro de Cruz das Armas, das 8 às 17h, em frente à Maternidade Frei Damião. No Atendimento Móvel Cagepa, os clientes podem fazer solicitação de religação d'água, renegociação de débitos, reclamações e obter dicas de economia e higiene. Em Cruz das Armas, o Atendimento Móvel Cagepa estará funcionando até sexta-feira (dia 30).

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Com a palavra, o Senador Ramez Tebet.

Três dos inscritos estão presentes. Há o Senador Eduardo Suplicy e a Senadora Maria do Carmo. Dispomos de 15 minutos, mas não sei se haverá tempo hábil para que os três Senadores se pronunciem.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Exm^o. Sr. Senador Romeu Tuma, que preside os nossos trabalhos, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna no fim desta tarde porque não posso deixar de registrar uma grande contribuição que a revista Veja está prestando à sociedade brasileira. O último número dessa revista estampa em sua capa um título altamente convocativo que diz: “Por que o Brasil não é Primeiro Mundo?”. Em reportagem especial, a revista diz “...o Brasil entre os piores do mundo”. Ela retrata um estudo feito pelo Banco Mundial em 133 países, no qual, infelizmente, o Brasil está entre os piores para receber investimentos. E aponta as causas. Ao apontar as causas, vejo a importância do Poder Legislativo. É a oportunidade de refletir sobre a contribuição que o Congresso Nacional pode dar para ajudar o Brasil no seu progresso, no seu desenvolvimento. Estamos discutindo aqui há muito tempo e sabemos que somente podemos gerar crescimento neste País na medida em que houver investimento. A revista diz aquilo que nós, do Poder Legislativo, sabemos, mas a sociedade brasileira talvez não tenha plena consciência disso. A revista Veja é importante; tem um alcance muito grande perante a sociedade. Mostra isso e nos convoca a uma reflexão. Diz por que os investimentos estrangeiros, de qualquer ordem, são difíceis.

Não tenho muito tempo para comentar, nem descrever trechos da narrativa da revista Veja, mas o fato é que o Banco Mundial esmiuçou como as leis e a burocracia dos países interferem no processo natural de nascimento, vida e morte das empresas. Foi essa investigação que o Banco Mundial fez. O Brasil saiu-se muito mal, pois o estudo mostra que a legislação e o emaranhado burocrático brasileiro asfixiam a atividade empresarial. São um poderoso obstáculo à criação de empregos, além de incentivo à sonegação e à corrupção. Note-se que a revista registra:

O trabalho envolveu mais de 2.000 consultores em todo o mundo, e, na equipe, havia 21 brasileiros.

Vamos resumir. O que se constatou? Olho para o Senador Ney Suassuna. Quantas vezes vi V. Ex^a ocupar a tribuna? Quantas vezes o aparteei para tratar da desburocratização deste País? Um dos motivos responsáveis pelos poucos investimentos no Bra-

sil e que nos colocam como uma Nação que registra as piores possibilidades de investimento é justamente a burocracia que existe para abrir-se uma empresa. O Brasil tem o sexto pior desempenho da lista. Convenhamos que é uma colocação vexatória para nós.

Senador Ney Suassuna, V. Ex^a, como eu, já ressaltou isto: são necessários 152 dias para abrir-se uma empresa. O Brasil só está melhor do que Moçambique, que leva 153 dias, Indonésia, 168 dias, Laos, 198 dias, Haiti, 232 dias, e República Democrática do Congo, 215 dias. Para fechar uma empresa, o Brasil é o segundo pior país do mundo nesse processo, que dura 10 anos.

Sr^{as} e Srs. Senadores, esse fato alerta para a nossa responsabilidade, e em seguida direi o porquê. Na dificuldade para se fechar uma empresa só perdemos para a Índia, onde se encontra o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Naquele país, consomem-se 11 anos e 3 meses para se fechar uma empresa. Países do Primeiro Mundo fazem isso, em média, em pouco mais de um ano.

Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos analisando, nesta convocação extraordinária, duas leis importantíssimas que talvez nos dêem a oportunidade de reduzir os obstáculos que se opõem ao crescimento do nosso País. Refiro-me à Lei de Falências e à reforma do Poder Judiciário. De acordo com a revista, o terceiro obstáculo é a qualidade das leis trabalhistas e o quarto é o funcionamento da Justiça.

Com relação às leis trabalhistas, quero dizer que recebi hoje, em meu gabinete, representantes da CUT que comparecerão, no próximo dia 5, à Comissão de Assuntos Econômicos, juntamente com representantes da Força Sindical, para participar de uma audiência em que debaterão sobre a Lei de Falências e de Recuperação das Empresas.

Estive hoje na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a fim de dar andamento à reforma do Poder Judiciário. O Brasil tem a 30^a Justiça mais lenta do mundo quando um credor recorre a ela para fazer valer um contrato ou para receber uma dívida.

Sr^{as} e Srs. Senadores, precisamos sair desse processo. Devemos tentar sair desse cipoal de obstáculos, desse emaranhado de teias que prejudicam o desenvolvimento do País e o nível de vida da sociedade brasileira. O desemprego não tem diminuído, mas aumentado, como demonstram as estatísticas. Precisamos adotar medidas de incentivo visando atrair capitais, a fim de que realmente possa haver investimentos.

Agora mesmo, o setor industrial, respondendo ao Presidente Lula, que convocou os empresários... A imprensa diz que ele chamou a atenção – não sei o contexto em que Sua Excelência falou isso – dos empresários dizendo que eles deveriam chorar menos e vender mais. Não sei em que contexto Sua Excelên-

cia falou isso, mas a verdade é que o setor industrial brasileiro, por exemplo, tem um lucro de apenas 5%, enquanto o setor financeiro tem um lucro de 25%. Precisamos atinar para essas coisas.

Parece que o discurso no Brasil está voltado apenas para a diminuição de juros, o que também é um descalabro. Ouvimos queixas de que o Banco Central não reduziu a taxa de juros num momento em que os economistas entendiam que era razoável fazê-lo. Empacamos um pouco nisso e logo parece que uma onda de pessimismo começa a tomar conta de nós! Temos que evitar isso. A Nação brasileira e o mundo precisam entender que o Congresso Nacional está cumprindo e vai cumprir o seu dever, que temos o objetivo de mudar essas coisas.

Lembrei-me, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando o Senador Ney Suassuna falava em desburocratização, que neste País já houve até um ministério para a desburocratização. Mas não conseguimos desburocratizar nada, precisamos fazê-lo. Não é possível que essas coisas aconteçam, nós temos que facilitar a vida das pequenas e médias empresas, dos microempresários, porque eles são responsáveis, segundo alguns, por 48% dos empregos do País – e já vi estatísticas de que as pequenas e médias empresas são responsáveis por 60% dos empregos no Brasil. Vamos facilitar a vida dessa gente. Está em nossas mãos contribuir para isso. É o nosso dever, a nossa obrigação.

Senador Ney Suassuna, a quem em seguida concederei o aparte, e Senadores José Maranhão, Mão Santa, Augusto Botelho, que estão carinhosamente me ouvindo, quero dizer que eu estava discutindo isso há pouco na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Vamos ajudar a vida dessa gente. Temos que fazer alguma coisa, é imperioso que o façamos, e para isso essa Lei de Falências é importante.

Sr. Presidente da Comissão, Relator da matéria, vou proceder com calma e com ponderação. Quero que a Casa colabore comigo, quero que os segmentos da sociedade venham, se juntem, porque vamos fazer o melhor possível. Apresentaremos uma legislação mais moderna e algo de mais ágil. A mesma coisa no que concerne à reforma do Poder Judiciário. Vamos diminuir a quantidade excessiva de recursos que existem por aí.

A União e os Poderes Públicos precisam ter a compreensão de que não se pode ficar recorrendo e entrando com ações rescisórias a todo instante e a todo momento, atravancando os tribunais. Daí a necessidade da súmula vinculante. Ouvi o Ministro Edson Vidigal, do Superior Tribunal de Justiça, esse grande maranhense, defender a súmula vinculante. Isso não prende, não atrapalha a consciência de juiz nenhum, pois serve mais para questões objetivas, tributárias,

previdenciárias. Isso é o que temos que fazer imediatamente. Sei que meu tempo é pouco.

Senador Ney Suassuna, tem V. Ex^a a palavra para o aparte.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Senador Ramez Tebet, V. Ex^a, um elemento muito precioso nesta Casa, coloca muito bem a questão. E sendo V. Ex^a o Relator da Lei de Falências, pode dar uma contribuição grandiosa ao Brasil, e sei que dará. Ontem mesmo, na Comissão de Assuntos Econômicos, eu dizia a V. Ex^a que ousasse, ousasse fazer de conta que não conhecia a lei anterior e fizesse uma lei o mais moderna possível, porque sendo o Relator, pode fazê-lo, e tenho muita esperança disso. Agora, o Brasil já teve um Ministério, sim, da Reforma Administrativa, onde até trabalhei. Não deixou de fazer muita coisa, fez muita coisa! Para V. Ex^a ter uma idéia, no Rio de Janeiro, decidimos comprar os cofres das exatorias federais. Então, compramos em São Paulo e mandamos para o Brasil todo. Havia lugar onde o cofre não podia ficar, porque deveria ficar no primeiro andar, e o cofre pesava 400 quilos, vindo abaixo. O Dasp centralizava a compra de todos os carros para a Nação e mandava para o País todo. Tínhamos rotinas que eram coisas esdrúxulas. Tudo isso foi mudado! Agora, há uma perseverança na burocratização. Isso é um atavismo ibérico. Por exemplo, quantos regimes nós já fizemos na vida? Há gente que faz toda semana; sai dele no final de semana e retorna a ele segunda-feira. Então, de quando em quando a Nação precisa fazer. Mas estou lembrando, por exemplo, que havia uma Comissão do Cavalão Nacional que recebia dinheiro do Ministério da Agricultura e do Ministério do Exército e praticamente não existia. Havia 2.500 funcionários na Fundação Brasil Central sem atribuições há cinco anos. Então, já foi feita muita coisa, mas precisa-se fazer de novo, porque de novo o organismo engordou e precisa entrar num outro regime de emagrecimento. A verdade é que, se eu fosse o Presidente Lula, nobre Senador, estaria fazendo, temporariamente, o Ministério da Reforma Administrativa, para, novamente, tentar desburocratizar outro tanto. Parabéns pelo tema que V. Ex^a aborda e tenho certeza, e espero em Deus, que V. Ex^a será um elemento precioso na elaboração da Lei de Falência, que tramita há dez anos na Câmara, portanto, desde 1993, não no Senado Federal, ela aqui chegou em setembro do ano passado. V. Ex^a é o grande Relator que esperávamos. Se Deus quiser – repito –, V. Ex^a terá sucesso e o Brasil usufruirá dela. Parabéns.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Ney Suassuna, ao incorporar o aparte de V. Ex^a ao meu pronunciamento, quero aqui ressaltar o quanto V. Ex^a tem lutado para que possamos atingir a finalidade de facilitar a vida de empresas para obtermos o crescimento econômico do País.

Senador Mão Santa, ouço V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador Ramez Tebet, V. Exª me permite?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em respeito à Senadora Maria do Carmo Alves e ao Senador Eduardo Suplicy, que estão inscritos, prorrogo, por vinte minutos, a sessão, a fim de que V. Exª conclua e, conseqüentemente, S. Exªs possam fazer uso da palavra.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Ramez Tebet, o seu pronunciamento traduz a grandeza de V. Exª nesta Casa como Senador, como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos e como um dos maiores Líderes do meu Partido. Digo a V. Exª que isso se reflete muito bem. A realidade do Brasil é essa. O problema é que as empresas vão mal! As próprias empresas de comunicação, semifalidas, se ajoelham perante o Governo e escondem a verdade. Não existe fome zero. O que se vê, na verdade, e o que é pior, é o salário zero; é o desemprego que cresce. Roberto Campos, há vinte anos, em pronunciamento, disse que pior do que a dívida externa, que em 1831 já era grande, é a dívida interna, que aumenta. Aumenta o número de Ministérios, aumenta a mordomia, aumenta o número de aviões desnecessários, os gastos desnecessários, como o ingresso de quase três mil pessoas no funcionalismo público, sem concurso. Isso tudo é pior. Quero apenas complementar o sábio pronunciamento de V. Exª para despertar o nosso País e o Presidente da República. Tenho, aqui, documento oriundo da Vice-Presidência da República – o grande Vice-Presidente da República – sobre taxa de juros reais dos principais países do mundo. No Brasil, descontada a inflação projetada nos últimos 12 meses, é de 11%. Gostaria que Presidente da República, que está na Índia, refletisse, porque lá, a taxa é de 1,5%. Seria de grande utilidade a viagem de Sua Excelência se refletisse sobre essa taxa de juros de 1,5%, na Índia. No Brasil, repito, é de 11%, segundo documento que me foi enviado pela Vice-Presidência da República, cujo Vice-Presidente, sabiamente, inicia uma campanha para baixar os juros. Vejam V. Exªs: em Israel, a taxa é de 7,1%; na Hungria, 6,3%; na África do Sul, 6,1%. Aí vem caindo. No México, 1,1%. Em alguns países, chega a décimos. Essa é a realidade. A vida está muito difícil para o empresário. Aliás, é o empresário quem propicia emprego, trabalho, renda, riqueza.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Mão Santa, agradeço o aparte de V. Exª. É verdade: temos a taxa de juros mais elevada do mundo, e isso não pode continuar. Devemos lutar por mais esse instrumento. Não acredito que, por si só resolva, mas seria um dos instrumentos capazes de ajudar o desenvolvimento do nosso País.

Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, agradeço a gentileza de V. Exª e a de todos quantos tiveram a paciência de me ouvir.

Encerro reafirmando uma questão de ordem. Penso que se tivéssemos o funcionamento automático do painel eu não teria ultrapassado o tempo a mim destinado, porque a minha voz não seria ouvida.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Exª imagina o prejuízo que o Senado e a população teriam se não ouvíssemos o discurso de V. Exª até o final!

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Neste caso, nos prepararíamos para falar no tempo exato.

Quando presidi esta Casa, V. Exª bem o sabe – felizmente deixei a Presidência tendo o carinho de todos –, que uma das coisas mais difíceis é mantermos o orador dentro do seu tempo. Portanto, se a contagem fosse automática, como na Câmara, eu não o teria ultrapassado, creio que até poderia tê-lo economizado para ouvir oradores que melhor pudessem desenvolver suas idéias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Exª não ultrapassou o tempo. Ocorre que a sessão teria que ser encerrada. Para tanto, V. Exª teria mais tempo ainda. Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a palavra o Sr. Senador Eduardo Suplicy, a quem solicito que, se possível, seja conciso em seu pronunciamento para darmos oportunidade à Senadora Maria do Carmo que, também, permaneceu firme aguardando o momento de se pronunciar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, quero dizer à Senadora Maria do Carmo que me esforçarei para que S. Exª possa também usar da palavra.

Quero, nesta tarde, registrar acontecimento significativo realizado no último dia 8 de janeiro, quando o Presidente Lula sancionou a Lei que institui a Renda Básica de Cidadania.

Também gostaria de registrar a posse do Ministro do Desenvolvimento Social e Segurança Alimentar, Deputado Patrus Ananias, substituindo os Ministros José Graziano da Silva e Benedita da Silva, respectivamente, Ministros da Segurança Alimentar e do Combate à Fome e o do Desenvolvimento Social, que tão bem honraram as gestões e as missões para as quais haviam sido designados. Agora, esta responsabilidade é transferida ao Ministro Patrus Ananias, que tem granjeado um extraordinário respeito, e que deu exemplos, ao longo de sua vida pública, especialmente como Prefeito de Belo Horizonte, de pessoa com a compreensão profunda dos problemas de erradicação da pobreza, do combate à fome e forma de

gerar as possibilidades de inclusão de todos os brasileiros.

Quero registrar que a Medida Provisória nº 163, de 23 de janeiro de 2004, assinada pelo Presidente da República e pelos Ministros Guido Mantega e José Dirceu de Oliveira e Silva, dá a definição desse novo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que terá as seguintes atribuições: a política nacional de desenvolvimento social; a política nacional de segurança alimentar e nutricional; a política nacional de assistência social; a política nacional de renda de cidadania e outros itens, portanto, incorporando, entre as suas missões, a instituição da renda básica de cidadania, que, conforme a lei, deverá ser instituída gradualmente a partir de 2005.

Sr. Presidente, o Prof. Philippe Van Parijs, presente à cerimônia, escreveu um artigo a respeito, e até mesmo usou da palavra, e tão relevante é o conteúdo do que disse naquele momento, bem como nesse artigo, que o jornal Valor Econômico publicou, assim como o jornal Business Day, o principal jornal financeiro da África do Sul, que eu gostaria de registrá-lo.

Diz Philippe Van Parijs, professor de Economia e Ética Social da Universidade Católica de Louvain, fundador e secretário-geral da Rede Européia da Renda Básica:

O mundo está vendo o Brasil. Com grande interesse. Com grandes esperanças. Com alguma apreensão.

Será que o governo e o povo brasileiros conseguirão realizar a sua promessa de erradicar a fome, de drasticamente reduzir a desigualdade em uma das mais desiguais sociedades do mundo? E será que administrará isso de maneira a não prejudicar o dinamismo econômico? Conseguirão fazer isso mesmo de forma a estabelecer a fundação de um desenvolvimento econômico sustentável, colocando as pessoas numa posição de ajudar a si próprias, e assim a ajudar melhorar o seu país?

Os desafios são grandes. Mas a vontade aí está e, assim parece, a sabedoria para fazer as coisas funcionarem. O ambicioso, embora razoável, projeto de uma Renda de Cidadania para todos os brasileiros, proposto pelo Senador Eduardo Suplicy, aprovado no Senado em dezembro de 2002 e pela Câmara dos Deputados em dezembro de 2003 e que foi sancionado em 8 de janeiro

de 2004 pelo presidente Lula, evidencia de forma espetacular e sem precedentes tanto essa sabedoria quanto essa vontade.

Diferente dos programas de bem-estar exclusivamente voltados para os pobres, a Renda Básica de Cidadania contém o compromisso, quando inteiramente implantada, de atacar a pobreza sem criar dependência, de garantir a todos a subsistência diária sem estigmatizar o pobre, sem criar uma armadilha que os exclui do mercado de trabalho. E contém ainda o compromisso de atingir maior justiça social promovendo maior liberdade real para todos.

No Brasil, mais do que em qualquer outro país, isso não é apenas um sonho nas mentes de um punhado de ativistas e visionários. Está construído nos inúmeros esquemas de manutenção de renda integrados em outubro último no Programa Bolsa-Família, nas lutas sociais que os tornaram possíveis e na experiência administrativa que eles geraram.

A Renda de Cidadania procurará atingir diversos objetivos ao mesmo tempo, como diversos outros programas já o fizeram. Ela não é apenas um modo de atacar da forma mais direta a pobreza e a desigualdade. Elevará o capital humano ao estimular a frequência à escola, ao expandir os cuidados com a saúde pública e ao encorajar a alfabetização dos adultos. Contribuirá para a distribuição mais equilibrada da população do Brasil em seu território, diminuindo o êxodo rural para as cidades superpopulosas.

Efetiva e mais visivelmente do que todos os esquemas anteriores, a Renda de Cidadania será também um símbolo de solidariedade da nação brasileira inserida na economia global. Devido aos seus recursos e à sua posição no mundo, o Brasil tem um imenso potencial para se beneficiar de uma globalização justa, por meio de um aumento massivo daquilo que pode vender no mercado mundial, atraindo investimentos diretos estrangeiros e também através de muitos outros efeitos multiplicadores. Mas nenhum mecanismo de mercado espontâneo irá garantir que esses benefícios atinjam todos os setores e todas as regiões do país. Alguns estão mesmo fadados a sofrer. Nesse contexto, uma renda de cidadania pode

ser vista como um dividendo federal. É uma maneira de distribuir para todos os brasileiros, como uma retribuição por um esforço aceito por todos, os ganhos de participação em uma economia globalizada que, de outra forma, tenderia a ser monopolizada por alguns setores e por algumas regiões.

Uma renda de cidadania completa não pode ser instituída em um dia. A sábia forma de implementá-la por etapas a partir de 2005 terá de ser desenhada de forma inteligente. Condições relacionadas à renda ainda serão necessárias, mas terão de tomar a forma de regras simples e de procedimentos transparentes, fáceis de explicar e de implementar, de maneira a alcançar efetivamente a maior parte dos beneficiários e firmemente desencorajar as práticas clientelistas que desacreditariam o esquema.

Desde o começo deverá ser dada atenção especial à harmoniosa articulação com os sistemas de seguridade relacionados ao emprego formal e com os sistemas de isenção incorporados ao mecanismo de imposto de renda. Quanto mais cedo, mais aprofundado e de maneira inteligente os vários esquemas forem integrados, menor será o risco de a Renda de Cidadania ficar para sempre presa a um vasto programa direcionado aos pobres, com todos os riscos de dependência e, finalmente, de reações políticas que isso implica.

Para muitos países haverá tanto que aprender com o caminho que o Brasil segue agora, gradualmente, de forma ousada, mas responsável, em direção a um esquema completo da Renda Básica de Cidadania. O que será tentado e alcançado aqui, pode ser uma fonte de inspiração e encorajamento para muitas pessoas e organizações que lutam por mudanças corajosas desse padrão em torno do mundo, mais destacadamente hoje na República Federal da África do Sul. Como o renomado economista Celso Furtado colocou em mensagem que enviou ao Presidente Lula nesta ocasião, embora o Brasil tenha sido – vergonhosamente – um dos últimos países a abolir a escravatura, pode esperar agora ser lembrado – orgulhosamente – como o primeiro país a introduzir um amplo sistema de solidariedade.

Hoje está sendo dado um passo importante. Mas não é, de forma alguma, o fim da estrada. Pensar de forma criativa a longo

prazo, refletir a curto prazo com as instituições do lugar, realizar avaliações objetivas dos esquemas existentes e de novas experiências, a liderança firme que combina a prudência com a responsabilidade, e pela ambição que é necessária para haver esperança, tudo isso permanecerá necessário no futuro, como tem sido crucial no passado, para nos levar tão longe quanto nós agora estamos.

O objetivo final é fazer a vida menos dura para as pessoas para quem ela tem sido inaceitavelmente difícil. É prover opções às pessoas que não têm opção. É assegurar que a riqueza seja distribuída de maneira menos injusta em toda a sociedade. Mas isso não é criar uma sociedade de pessoas passivas, aguardando ser alimentadas pelo governo. Uma renda de cidadania, enfaticamente, não é uma alternativa de acesso ao emprego. Ao contrário, é um meio de permitir às pessoas realizar as coisas para si próprias e para a sociedade, já que presentemente elas não estão podendo realizar por causa da pobreza e da exclusão. É um meio de fortalecer os recursos humanos que presentemente são desperdiçados, como resultado da injustiça e da miséria. É um novo movimento maior para servir tanto a uma economia mais próspera quanto a uma sociedade mais justa.

Em nome de todos que em torno do mundo acreditam na justiça social, meus cordiais agradecimentos ao Presidente Lula, ao Senador Eduardo Suplicy, a todos que contribuíram para que isso se torne alcançável, meus sinceros agradecimentos pela imaginação, pela esperança, pela vontade e sabedoria que transformarão a esperança em realidade.

Requeiro, Sr. Presidente, que sejam também colocados como parte de meu pronunciamento o próprio discurso do Presidente Lula na oportunidade, bem como o outro pronunciamento do Professor Philippe Van Parijs, que será publicado na **BIEN News Flash**, o Boletim da Rede Européia de Renda Básica, e assim cumpro o meu compromisso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210,
inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)*

Brasil: Lei da Renda de Cidadania Sancionada pelo Presidente Lula

Philippe Van Parijs¹

Este foi um verdadeiro evento extraordinário. Com vista para a mundialmente famosa Praça dos Três Poderes, projetada por Oscar Niemeyer, a sala do Cerimonial do Palácio do Planalto da Presidência da República foi gradualmente ocupada por jornalistas, fotógrafos, equipes de TV, ministros e outras autoridades políticas. Diante de uma platéia importante, quatro cadeiras vazias. E atrás delas, uma imensa parede coberta por rostos sorridentes e coloridos de todas as idades e raças, alternando com dizeres em grandes letras: "RENDA BÁSICA. Cidadania para todos".

Uma voz em "off" anunciou a chegada do Presidente, e a multidão ficou em silêncio assim que Luiz Inácio Lula da Silva e sua esposa Marisa se sentaram. Ao lado deles, o Ministro da Casa Civil José Dirceu, e o Senador Federal Eduardo Matarazzo Suplicy, o único concorrente do Lula nas eleições primárias do Partido dos Trabalhadores para indicação do candidato a Presidente da República e autor da lei a ser sancionada pelo Presidente.

Convocado pela voz em "off", fui até o púlpito para falar rapidamente sobre o que vejo como mundialmente significativo deste evento. A seguir, foi a vez do Senador Suplicy, visivelmente emocionado, que reconstituiu a sua longa luta para a criação de uma renda mínima garantida no Brasil, e eloqüentemente recitou um poema, expôs as principais vantagens de uma renda de cidadania universal sobre esquemas condicionais, agradeceu aos vários membros importantes do Partido dos Trabalhadores que colaboraram na evolução da proposta em vários estágios, e terminou de uma forma bastante notada pela imprensa brasileira, abraçando calorosamente o Presidente. Depois da cerimônia de assinatura, Lula prestou a sua homenagem, elogiando a determinação do seu velho camarada, que ele descreveu como o incansável Dom Quixote da renda mínima, enquanto alertou que não

¹ Philippe Van Parijs é Professor de Economia e Ética Social da Universidade Católica de Louvain; Fundador, em 1986, e Secretário da Basic Income European Network (BIEN) (Rede Européia da Renda Básica) e autor de "Real Freedom For All. What (if anything) can Justify Capitalism?" Oxford (1965).

existe uma solução mágica para os problemas do Brasil e que a nova lei será introduzida gradualmente.

Apesar da cautela do Presidente, este foi definitivamente um “dia de glória” para o bastante popular Senador por São Paulo, de 62 anos, que na ocasião estava acompanhado de sua mãe de 95 anos, sua ex-esposa e prefeita de São Paulo Marta Suplicy, vários outros membros de sua família e muitos amigos. A primeira vitória de sua luta foi a aprovação unânime do seu projeto de lei sobre a renda mínima em 1991, pelo Senado Federal, mas que até hoje não havia sido aprovado pela Câmara dos Deputados. O seu mais ambicioso projeto de lei da renda de cidadania, apresentado em 2001, no entanto, foi aprovado com algumas emendas pelo Senado Federal em Dezembro de 2002 e pelas comissões relevantes da Câmara dos Deputados em setembro e dezembro de 2003. O Presidente da República tinha o prazo para vetar ou sancionar a lei até Janeiro de 2004. Ele optou pela sanção.

O que acontecerá agora? Segundo a fórmula inicial, o projeto de 2001 de Suplicy estipula que, sujeita ao endosso pelo referendo nacional em 2004, “uma renda básica incondicional, ou renda de cidadania” será instituída em 2005 para cada cidadão brasileiro ou estrangeiro residente há pelo menos cinco anos no Brasil, que será de igual valor para todos, pagável mensalmente, e suficiente para cobrir “despesas mínimas com alimentação, habitação, educação e saúde”, levando em consideração “o grau de desenvolvimento do país e suas possibilidades orçamentárias”. Duas principais emendas foram feitas antes da aprovação unânime pelo Senado Federal: a idéia do referendo popular foi retirada, com pretexto de que qualquer um será a favor de qualquer forma, e um novo artigo foi adicionado, estipulando que “a renda básica de cidadania” será instituída em etapas, “a critério do Poder Executivo, dando prioridade às camadas mais necessitadas da população”. E foi com estas duas emendas que o projeto de Suplicy foi assinado e transformado em lei por Lula.

Com base na segunda emenda, sem dúvida o Brasil deverá conviver por algum tempo com o sistema de concessão condicional. Mas isso não retira o sentido da lei. Em primeiro lugar, a existência da lei abre o caminho para uma integração mais forte do sistema assistencial existente, e em direção a uma integração mais forte com o sistema de previdência social e com o sistema tributário, uma vez que o governo federal do Brasil está legalmente credenciado para adotar quaisquer procedimentos para etapas seguintes, de

maneira financeiramente responsável, em direção à renda básica universal integral. Em segundo lugar, esta perspectiva ajudará a enfrentar as objeções que certamente surgirão em breve, uma vez que o sistema de concessão condicional federal se tornará mais abrangente e mais generoso, e na medida em que os beneficiários individuais e coletivos estrategicamente se ajustam ao mesmo. Quando mais de 50% da população ativa trabalham no setor informal, a verificação dos dados sobre a renda precisa confiar essencialmente nas declarações da renda auferida pelos beneficiários. Como os encarregados da verificação de dados do atual sistema Bolsa Família sabem muito bem, não existe forma realística para verificação séria sobre a correção dos dados.

Conseqüentemente, é necessário estar preparado para problemas maiores de arbitrariedade e de ressentimentos decorrentes das decisões locais de inclusão e exclusão, particularmente da prática de clientelismo. Ou então, é necessário elaborar critérios alternativos mais claros sobre renda e pobreza, tais como o número de lâmpadas, a qualidade do material utilizado para construção das casas ou aparência das crianças, às custas de desencorajar sistematicamente o uso do sistema de contagem dos aparelhos eletrodomésticos nas casas dos pobres. Uma renda de cidadania genuína resolverá esses problemas de uma só vez, além de estender a ajuda às famílias trabalhadoras de baixa renda. Mesmo que o progresso em direção a isso deve ser gradual – por exemplo através de transformação do sistema condicional Bolsa Família atual e da isenção de imposto de renda por criança dependente para sistema de benefício às crianças que também beneficiará as famílias trabalhadoras que não são tão pobres para poderem receber aos pagamentos de bem-estar (cerca de EUR 50 *per capita* por mês) nem rico suficiente para pagar imposto (cerca de EUR 400 por mês) -, proporcionando portanto, uma maneira de responder efetivamente às críticas que o sistema atual está sujeito para dar início a um processo que não aceite recuos.

Para estudar uma maneira de como a nova lei possa influenciar o desenvolvimento dos programas existentes, Eduardo e eu tivemos, de 7 a 9 de Janeiro, uma rápida sucessão de discussões com Jacques Wagner, Ministro do Trabalho e sua equipe; duas longas reuniões com Antonio Palocci, Ministro da Fazenda, e dois dos seus assessores do primeiro escalão; e com Cristovam Buarque, Ministro da Educação e ex-Governador do Distrito Federal de Brasília, onde o programa Bolsa Escola foi introduzido pela primeira vez; um almoço de trabalho com Ana Fonseca, a Secretaria Executiva do Presidente, encarregada do novo programa Bolsa Família e sua equipe, e com Marta Suplicy, prefeita da cidade de São Paulo, onde o maior programa municipal de assistência se encontra em operação; e um café da manhã de trabalho com José Graziano, Ministro encarregado do programa Fome Zero. A imagem geral demonstra a existência de uma forte simpatia com relação ao objetivo, mas nenhuma visão clara de como chegar lá, além da existência de muitas outras prioridades. É ainda incerta a avaliação de quanta diferença a nova lei fará ao sistema de proteção no Brasil nos próximos anos. Considere apenas que dos quatros ministros com quem conversamos, dois (Buarque e Graziano) perderam os seus cargos e um foi transferido (Wagner, do Ministério de Trabalho para Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social) numa recente reforma ministerial do governo Lula em 23 de janeiro. Apesar disso, a assinatura da lei do Senador Suplicy foi um momento importante, verdadeiramente incrível, na história da renda básica, dando esperança e força para muitos que por este mundo afora consideram a renda básica como um componente central de um futuro desejável e sustentável para as nossas sociedades.

08/01/2004

Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de sanção da Lei de Renda Básica de Cidadania

Palácio do Planalto

Meu querido companheiro, senador da República Eduardo Suplicy,
Minha querida companheira Marisa,
Meu caro companheiro José Dirceu,
Minha querida Dona Filomena, mãe do senador Eduardo,
Minha querida prefeita de São Paulo, Marta,
Meus amigos e minhas amigas,
Professor Philippe Van Parijs,
Ministros aqui presentes,
Senadores,
Deputados,

E pessoas que dedicaram parte da sua vida na luta – ou dedicam, ainda, parte da sua vida na luta por justiça social.

Eu quero, primeiro, dizer aos nossos amigos fotógrafos que hoje, sendo o dia deles, eu queria dizer para vocês do reconhecimento que todos nós temos por vocês e por suas inconvenientes máquinas. A verdade é que eu acho que não existiria política se não existisse fotógrafo. Porque político gosta tanto de fotografia que você pode ver que em todas as fotos aparece um político rindo. Não sei do quê, mas estão rindo.

E eu acho que vocês prestam um serviço enorme à democracia do nosso país, mostrando aquilo que só os olhos mágicos de uma máquina e a competência profissional podem mostrar. Por isso, quero começar dando os parabéns aos fotógrafos brasileiros, pelo dia dos fotógrafos.

Quero dizer ao companheiro Suplicy que essa lei aprovada, não como sonhou o companheiro Suplicy, no seu projeto embrionário, mas, aprovada de conformidade com a consciência dos deputados e dos senadores que votaram e, sobretudo, levando em conta a realidade econômica do nosso país, demonstra, mais uma vez, o grau de maturidade a que o nosso país chegou.

Mas eu penso que ninguém, neste país, tem mais méritos do que a sua ousadia e a sua teimosia, para transformar a idéia num projeto de lei aprovado e sancionado agora.

Se metade da classe política brasileira, ou metade da sociedade brasileira tivesse a persistência que você tem, certamente nós já teríamos mudado o país, rapidamente.

E eu quero que você continue. Continue com a sua ousadia, com a sua boa teimosia, porque eu acredito que assim, com gente do seu comportamento, da sua sensibilidade, não desistindo nunca das coisas que acredita ser possível fazer, mesmo quando as pessoas não concordam – e você sabe o quanto você sofreu para fazer essa lei se tornar lei. Entretanto, está consagrado.

08/01/2004

Agora, o nosso papel é transformar essa lei numa lei que funcione, numa lei que pegue, porque no Brasil tem “lei que pega” e “lei que não pega”. E queremos que essa lei pegue. E, para ela pegar, vai ser preciso a compreensão de todos de que não é possível, como num passe de mágica, se arrumar todos os recursos de que precisamos para fazer a lei acontecer.

Quero até pedir aos meus companheiros e companheiras de imprensa que compreendam que essa lei é como se nós estivéssemos fazendo um barco. Essa lei só vai se transformar num barco completo quando colocarmos esse barco no mar. Não faltarão aqueles que irão cobrar, já no mês que vem, a aplicação da lei. E todos nós temos que trabalhar com a clareza de que essa lei faz parte de um processo da política social que nós queremos implementar no Brasil, tendo como ponto de vista e como objetivo que a conquista da cidadania pelos seres humanos se dará no dia em que todos puderem viver às custas de um trabalho digno e de uma remuneração justa. Enquanto isso não for possível, o Estado terá que criar instrumentos para garantir àqueles que não tiveram chance a oportunidade de sobreviver decente e dignamente.

Um governo – assim como um país – é uma convergência de sonhos, projetos e atos renovadores. Hoje, o consenso democrático no Brasil converge para uma agenda incontornável: trata-se de vencer a exclusão e implantar a justiça social como novo motor do desenvolvimento nacional.

Significa dizer que a regeneração humanista da nossa sociedade é a grande tarefa desta geração. É o dado verdadeiramente novo da equação histórica que estamos vivendo. Penso que isso deve ser dito, repetido e lembrado cotidianamente, em todas as oportunidades, para que saibamos sempre por onde vamos e para onde vamos.

Distribuir para crescer – e crescer para o bem comum. Eis o lema obrigatório do nosso tempo, a epígrafe deste capítulo inadiável da história que estamos todos convocados a escrever – e que já estamos escrevendo.

Hoje, milhões de brasileiros pobres não ganham nada ou ganham menos do que os subsídios destinados à criação de animais nos países ricos. É uma inversão de valores assustadora porque o direito à vida humana é o mais sagrado de todos e ele tem sido secularmente preterido entre nós.

É nesse cenário, portanto, que estamos aqui para saudar a nova conquista do sonho libertário – e da esperança solidária – representada pela renda básica de cidadania, que o Estado brasileiro passa a incorporar a seu leque de políticas sociais, a partir de 2005. Trata-se de um fruto colhido após década de persistência inabalável do companheiro e amigo, senador da República Eduardo Suplicy.

Desde 1991 ele desempenha o papel de um incansável Dom Quixote para convencer a sociedade de que é possível universalizar direitos sociais em nossa terra. A bandeira da renda mínima é um símbolo desse esforço. Nós sabemos, e o economista Suplicy sabe melhor que todos nós: trata-se de uma meta a ser implantada gradualmente.

Possivelmente, ela significará o desfecho da progressiva unificação dos programas sociais, cujo salto mais expressivo foi a criação do Bolsa Família no ano passado, que já chega a 3 milhões e 600 mil famílias, e deve beneficiar 45 milhões de brasileiros até 2006 – portanto 25% da população do nosso país.

Devemos lembrar, também, que 2.369 municípios já têm suas comunidades mais carentes beneficiadas pelo Programa Fome Zero, participando, inclusive, dos seus comitês gestores.

08/01/2004

Estamos transformando excluídos em protagonistas da vida social e, com isso, recuperando a relevância dos seus próprios laços comunitários. Sua voz passa a ser ouvida e seus direitos vão sendo contemplados nos projetos de desenvolvimento do governo e nas ações solidárias de interesse da coletividade.

Meus companheiros e minhas companheiras,

O que diferencia a esperança da simples espera conformista é a coragem e a determinação. É o chão por onde andam aqueles que têm que fazer o seu próprio caminho – e isso inclui países em construção, onde o dinheiro sempre é escasso e os recursos são insuficientes para atender a todas as demandas.

É isso que nos permite ir além das circunstâncias. É isso que nos dá condições para dizer sim, sempre que possível, e não, quando é necessário. É isso que nos dá força para vencer a incredulidade; para abrir novos caminhos; e para superar ceticismos e dobrar resistências.

A incorporação desse novo patamar de dignidade social pelo Estado brasileiro faz parte desse percurso histórico de coragem e responsabilidade, assim como aconteceu também com a sanção do Estatuto do Idoso no ano passado.

Sabemos, porém, que não existe vacina única para todos os desafios brasileiros. Não há panacéias milagrosas.

Desequilíbrios estruturais têm que ser resolvidos na origem, ou vão se reproduzir continuamente, seja na educação e no aproveitamento escolar, seja nos indicadores de saúde ou nas estatísticas de violência. Por isso tenho dito sempre que o verdadeiro antídoto contra a exclusão é a construção de uma sociedade que pare de gerar excluídos. Esse é o nosso grande desafio social.

Mas ele só será vencido mediante consensos democráticos cada vez mais amplos, com forte participação social, que nos ajudem a retomar o desenvolvimento, resgatando a certeza de que o futuro somente será melhor se for bom para todos.

Essa é, justamente, a missão mais importante do Estado brasileiro no mundo de hoje: proteger e ampliar as fronteiras universais do humanismo entre nós. Credenciar-se, enfim, como um instrumento democrático de renovação do sonho brasileiro neste século – cujo nome é justiça social.

Eu, antes de terminar, quero dizer ao companheiro Suplicy, como companheiro de muitos anos, antes do PT e depois do PT, que dentre todos nós, certamente nenhum teria a abnegação que você teve para levar esse projeto a chegar aonde chegou, Eduardo.

Acho que, juntos, você, enquanto Senador da República, o governo federal, os governos estaduais, os prefeitos brasileiros e as prefeitas brasileiras, o movimento social, juntos, certamente, se todos nós formos tomados da sua ousadia e da sua persistência, muito antes do que os incrédulos acreditam, nós vamos conseguir implantar definitivamente a renda básica no nosso país.

Obrigado, companheiro Eduardo Suplicy. O mérito desta lei é do Congresso Nacional, mas, sobretudo, é de um personagem teimoso chamado Eduardo Suplicy. Parabéns, querido.

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 163, DE 23 DE JANEIRO 2004.

Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º A Presidência da República é constituída, essencialmente, pela Casa Civil, pela Secretaria-Geral, pela Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, pela Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais, pelo Gabinete Pessoal e pelo Gabinete de Segurança Institucional.

....." (NR)

"Art. 2º À Casa Civil da Presidência da República compete assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente na coordenação e na integração das ações do Governo, na verificação prévia da constitucionalidade e legalidade dos atos presidenciais, na análise do mérito, da oportunidade e da compatibilidade das propostas, inclusive das matérias em tramitação no Congresso Nacional, com as diretrizes governamentais, bem assim, na avaliação e monitoramento da ação governamental e da gestão dos órgãos e entidades da administração pública federal, bem como promover a publicação e preservação dos atos oficiais e supervisionar e executar as atividades administrativas da Presidência da República e, supletivamente, da Vice-Presidência da República, tendo como estrutura básica o Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia, o Conselho Superior do Cinema, o Arquivo Nacional, a Imprensa Nacional, o Gabinete, três Secretarias, sendo uma Executiva, um órgão de Controle Interno e até três Subchefias.

Parágrafo único. Compete, ainda, à Casa Civil exercer a coordenação e gestão dos sistemas de organização e modernização administrativa, formular políticas e diretrizes para modernização do Estado e de gestão relativas aos recursos humanos, à organização de carreiras e à remuneração, ao dimensionamento da força de trabalho, à capacitação, ao desenvolvimento e à avaliação de desempenho dos servidores da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, bem assim supervisionar a sua aplicação." (NR)

"Art. 2º-A. À Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República compete assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente na coordenação política do Governo, na condução do relacionamento do Governo com o Congresso Nacional e os partidos políticos e na interlocução com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo como estrutura básica o Gabinete e até duas Subchefias." (NR)

"Art. 25."

II - do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

.....

Parágrafo único São Ministros de Estado os titulares dos Ministérios, o Chefe da Casa Civil, o Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, o Chefe da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, o Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, o Chefe da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Controle e da Transparência." (NR)

"Art. 27.

II - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome:

- a) política nacional de desenvolvimento social;
- b) política nacional de segurança alimentar e nutricional;
- c) política nacional de assistência social;
- d) política nacional de renda de cidadania;
- e) articulação com os governos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais e a sociedade civil no estabelecimento de diretrizes para as políticas nacionais de desenvolvimento social, de segurança alimentar e nutricional, de renda de cidadania e de assistência social;
- f) articulação entre as políticas e programas dos governos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais e as ações da sociedade civil ligadas ao desenvolvimento social, à produção alimentar, alimentação e nutrição, à renda de cidadania e à assistência social;
- g) orientação, acompanhamento, avaliação e supervisão de planos, programas e projetos relativos às áreas de desenvolvimento social, segurança alimentar e nutricional, de renda de cidadania e assistência social;
- h) normatização, orientação, supervisão e avaliação da execução das políticas de desenvolvimento social, segurança alimentar e nutricional, de renda de cidadania e de assistência social;
- i) Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social;
- j) coordenação, supervisão, controle e avaliação da operacionalização de programas de transferência de renda;
- l) aprovação dos orçamentos gerais do Serviço Social da Indústria - SESI, do Serviço Social do Comércio - SESC e do Serviço Social do Transporte - SEST; e

.....

XVII -

-
- g) coordenação e gestão dos sistemas de planejamento e orçamento federal, de pessoal civil e de administração de recursos da informação e informática e de serviços gerais;

Mpv 163

....." (NR)

"Art. 29.

.....

II - do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome o Conselho Nacional de Assistência Social, o Conselho de Articulação de Programas Sociais, o Conselho Gestor do Programa Bolsa Família, e até cinco Secretarias;

.....

§ 4º Ao Conselho de Articulação de Programas Sociais, presidido pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e composto na forma estabelecida em regulamento pelo Poder Executivo, compete propor mecanismos de articulação e integração de programas sociais e acompanhar a sua implementação.

....." (NR)

Art. 2º Fica criada a Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República.

Art. 3º São transformados:

I - o Ministério da Assistência Social em Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

II - o Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família, da Presidência da República, em Conselho Gestor do Programa Bolsa Família, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Art. 4º São transferidas as competências:

I - do Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, relativas à formulação e coordenação da implementação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, à articulação da participação da sociedade civil no estabelecimento de diretrizes para a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, à promoção da articulação entre as políticas e programas dos governos federal, estaduais e municipais e as ações da sociedade civil ligadas à produção alimentar, alimentação e nutrição, e ao estabelecimento de diretrizes, supervisão e acompanhamento da implementação de programas no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

II - da Casa Civil da Presidência da República, relativas à coordenação política do Governo, ao relacionamento com o Congresso Nacional, à interlocução com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e os Partidos Políticos, para a Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República;

III - do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, relativas à coordenação e gestão dos sistemas de organização e modernização administrativa, política e diretrizes para modernização do Estado e de gestão relativas aos recursos humanos, à organização de carreiras e à remuneração, ao dimensionamento da força de trabalho, à capacitação, ao desenvolvimento e à avaliação de desempenho dos servidores da administração federal direta, autárquica e fundacional, para a Casa Civil da Presidência da República;

IV - da Secretaria-Executiva do Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família, da Presidência da República, para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Art. 5º São transferidos:

I - a Subchefia de Assuntos Parlamentares e a Subchefia de Assuntos Federativos da Casa Civil da Presidência da República para a Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República;

Mpv 163

II - a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para a Casa Civil da Presidência da República.

Art. 6º Ficam extintos:

I - o Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome;

II - o Conselho do Programa Comunidade Solidária e a Secretaria-Executiva do Programa Comunidade Solidária, do Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome;

III - a Secretaria-Executiva do Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família, da Presidência da República.

Art. 7º Fica criado o cargo de Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República.

Art. 8º Fica criado um cargo de natureza especial de Subchefe, na Casa Civil da Presidência da República, com a remuneração fixada pelo parágrafo único do art. 39 da Lei nº 10.683, de 2003.

Art. 9º Fica transformado o cargo de Ministro de Estado da Assistência Social em Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Art. 10. Ficam extintos os cargos de Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome e de Secretário-Executivo do Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome.

Art. 11. São criados, para atendimento imediato das necessidades dos órgãos e entidades da administração pública federal e dos demais órgãos criados ou transformados por esta Medida Provisória, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e as seguintes Funções Gratificadas - FG:

I - doze DAS-6;

II - setenta DAS-5;

III - duzentos e oitenta DAS-4;

IV - duzentos e sessenta DAS-3;

V - quatrocentos e oitenta DAS-2;

VI - duzentos e vinte DAS-1;

VII - mil, cento e setenta e cinco FG-1;

VIII - duzentas FG-2; e

IX - cem FG-3.

Art. 12. A alínea "c" do inciso III do § 1º do art. 1º da Lei nº 10.470, de 25 de junho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"c) 65% (sessenta e cinco por cento) da remuneração dos Cargos em Comissão de Natureza Especial, do Grupo DAS, níveis 4, 5 e 6 e dos CD, níveis 1, 2, 3 e 4." (NR)

Art. 13. O acervo patrimonial dos órgãos extintos, transformados, transferidos, incorporados ou desmembrados por esta Medida Provisória será transferido para os Ministérios, órgãos e entidades que

Mpv 163

tiverem absorvido as correspondentes competências.

Parágrafo único. O quadro de servidores efetivos dos órgãos de que trata este artigo será transferido para os Ministérios e órgãos que tiverem absorvido as correspondentes competências.

Art. 14. É o Poder Executivo autorizado a remanejar, transpor, transferir ou utilizar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2004 em favor dos órgãos extintos, transformados, transferidos, incorporados ou desmembrados por esta Medida Provisória, mantida a mesma classificação funcional-programática, expressa por categoria de programação em seu menor nível, conforme definida no art. 4º, § 2º, da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso.

Art. 15. São transferidas aos órgãos que receberam as atribuições pertinentes e a seus titulares as competências e incumbências estabelecidas em leis gerais ou específicas aos órgãos transformados, transferidos ou extintos por esta Medida Provisória, ou a seus titulares.

Art. 16. O Poder Executivo disporá, em decreto, na estrutura regimental dos Ministérios, dos órgãos essenciais, dos órgãos de assessoramento direto e imediato ao Presidente da República, das Secretarias Especiais da Presidência da República e da Controladoria-Geral da União sobre as competências e atribuições, denominação das unidades e especificação dos cargos.

Art. 17. O Poder Executivo disporá sobre a organização, reorganização, denominação de cargos e funções e funcionamento dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, mediante aprovação ou transformação das estruturas regimentais.

Art. 18. Até que sejam aprovadas as estruturas regimentais dos órgãos essenciais e de assessoramento da Presidência da República, das Secretarias Especiais da Presidência da República e dos Ministérios, são mantidas as estruturas, as competências, as atribuições, a denominação das unidades e a especificação dos respectivos cargos, vigentes em 31 de dezembro de 2003, observadas as alterações introduzidas por esta Medida Provisória.

Parágrafo único. Os cargos em comissão integrantes da estrutura dos órgãos de que tratam os incisos II e III do art. 6º ficam remanejados para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Art. 19. As despesas decorrentes do disposto nesta Medida Provisória correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas no Orçamento da União.

Art. 20. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 21. Ficam revogados o art. 26, a alínea "I" do inciso XVII do art. 27 e o art. 37 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.

Brasília, 23 de janeiro de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Guido Mantega
José Dirceu de Oliveira

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 23.1.2004(Edição extra)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Ex^a será atendido, na forma regimental.

Cumprimento V. Ex^a pela persistência e pela luta pela aprovação da Renda Mínima. Espero que o Presidente consiga colocá-la em execução o mais rápido possível.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a palavra a Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de, inicialmente, agradecer ao Senador Eduardo Suplicy a compreensão quanto ao horário, permitindo que eu também me pronuncie.

Hoje, eu falaria sobre dois temas. O primeiro, sobre as fortes chuvas que atingem o meu Estado, deixarei para a próxima semana, em razão do adiantado da hora, e aproveito, então, este momento para falar a respeito do Inca.

Desde o início do Governo do Presidente Lula, o Instituto Nacional do Câncer – Inca – tem sido alvo freqüente de matérias na grande imprensa.

Infelizmente, como todos sabemos, os motivos que levaram o Inca à televisão e aos jornais não foram os méritos de suas realizações, como, por exemplo, o Sistema Nacional de Transplantes, que colocou o Brasil como a segunda nação do mundo em número absoluto de transplantes. O que colocou o Inca na imprensa foi a ingerência administrativa que, primeiramente, tomou conta do poder central do instituto e, agora, tenta contaminar esse centro de referência com a tentativa de tráfico de influência.

Apesar desses fatos recentes, o passado e a contribuição do Inca para a saúde pública do Brasil devem ser destacados. O Sistema Nacional de Transplantes, tecnicamente falando, Sr. Presidente, é motivo de orgulho para todos nós brasileiros e tem alcançado resultados excelentes no que diz respeito à qualidade na prestação do serviço médico. No entanto, todos esses esforços não são suficientes para atender à enorme fila de pacientes que cresce a cada dia, à espera de uma oportunidade para realizar um transplante. E realizá-lo a tempo e a hora significa conseguir uma grande melhoria na qualidade de vida ou mesmo a diferença entre a vida e a morte. É desnecessário dizer que um assunto de tamanha importância e gravidade tem que ser tratado pelo Governo de forma séria, comprometida e responsável.

No nosso País, o Instituto Nacional do Câncer, Inca, além de ser o órgão nacional de coordenação da política na área do câncer, é também o responsá-

vel pela coordenação nacional dos transplantes de medula óssea. Não precisa ser médico para saber que um paciente que necessita de um transplante de medula morrerá se não o fizer. Por isso, todos os brasileiros sempre viram com bons olhos o papel definido pelo Ministério da Saúde para o Inca.

Essa instituição tem uma história de seriedade e de muita competência técnica e alcançou reconhecimento internacional. E a que estamos assistindo, lamentavelmente, neste Governo, Sr. Presidente? Estamos assistindo a essa respeitável instituição envolver-se em escândalos, resultado da politicagem, resultado da falta de respeito e de responsabilidade com que o Ministério da Saúde vem tratando o Inca. A situação é ainda mais grave porque o Inca, como eu já disse, é o órgão nacional de coordenação da política na área do câncer. E também não precisa ser médico para saber da importância desse tema. Em particular, o Inca tem coordenado o Programa Nacional de Combate ao Câncer de Colo do Útero e o do Câncer de Mama.

O câncer de colo do útero tem cura. Mesmo assim, ainda mata muitas mulheres em nosso País. Em 2000, morreram 3.953 brasileiras, vitimadas pelo câncer do colo do útero, segundo dados do DataSUS – Ministério da Saúde (datasus.gov.br). Só em Sergipe, meu Estado, em 2003, foram registrados 67 casos de morte, sendo 21 em Aracaju. Por quê? Por falta de diagnóstico. Por isso é tão importante que todas as mulheres brasileiras façam o exame preventivo. Essa tem que ser uma questão de honra para o SUS, Sistema Único de Saúde, e para os Governos nos seus diferentes níveis: federal, municipal e também estadual.

A prestação desse serviço é hoje de responsabilidade dos Municípios, mas, em muitos casos, não só no meu Estado como em outros Estados da Federação, as secretarias municipais de saúde ainda não conseguiram superar as dificuldades para assegurar esses serviços à população.

Mesmo sendo uma das maiores conquistas do nosso povo, o SUS ainda não está completamente implantado, e a população continua a ter dificuldades para assegurar vários atendimentos.

A Constituição Federal do Brasil de 1988, as Leis Federais nºs 8.080 e 8.142, de 1990, e as normas operacionais do Ministério da Saúde que as seguiram definem a **descentralização**, a **regionalização** e a **mudança do modelo assistencial** como as estratégias mais significativas para a execução da política pública de saúde no País, ou seja, a implantação do Sistema Único de Saúde.

O processo de descentralização e regionalização vem, gradativamente, **transferindo aos Municípios** deveres e responsabilidades na atenção à saúde da população, que antes correspondiam ao Estado e ao Go-

verno Federal. Amplia-se a autonomia e o poder de decisão municipal para a definição de ações estratégicas para o enfrentamento dos problemas e para as necessidades locais. Confere-se ao Município a possibilidade de gestão plena do seu sistema de saúde na perspectiva de construção de redes locais de serviços capazes de ofertar atenção à saúde de forma integral, resolutive e humanizada à sua população.

Esse processo acrescenta aos gestores locais, aos gestores municipais novas e crescentes **responsabilidades** e também **poder**, para os quais, com frequência, as secretarias municipais não estão suficientemente preparadas. A máquina administrativa municipal surpreende-se tanto no que se refere à sua missão institucional quanto aos novos papéis que deve assumir frente às demais instâncias governamentais e frente aos próprios prestadores de serviços que compõem a rede assistencial.

Para enfrentar esses desafios, a gestão municipal precisa adotar uma série de providências que sempre significam mudanças, que, por sua vez, requerem não só seriedade no uso dos recursos, mas, de modo igualmente importante, uma gestão competente e socialmente comprometida. E demanda tempo para que essas mudanças se consolidem.

Preocupado com essa situação e entendendo ser sua obrigação apoiar os Municípios, o Governo do meu Estado, por intermédio da sua Secretaria de Saúde e da Secretaria de Combate à Pobreza, da Assistência Social e do Trabalho, vem desenvolvendo o Pró-Mulher, Pró-Família, mais Saúde, mais Vida. Pró-Mulher porque a prioridade é para o diagnóstico e a prevenção do câncer feminino, como o câncer de colo do útero e o câncer de mama; mas também para o diagnóstico e a prevenção do câncer de próstata, doença que tem vitimado muitos homens. No cumprimento do que estabelece a legislação, essa iniciativa do Governo Estadual é desenvolvida em comum acordo com o prefeito e com a Secretaria Municipal de Saúde.

São excelentes os resultados que se têm obtido com essa iniciativa nos vários Municípios sergipanos onde já foi executada. Registramos uma enorme satisfação da população atendida, e a Secretaria Estadual de Saúde e a Secretaria de Combate à Pobreza têm sido fortemente pressionadas pela população de outros Municípios que desejam os benefícios do projeto.

Essa aliança que é feita em Sergipe, onde Estado e Município se unem em prol da qualidade de vida e da melhoria das condições de saúde da população, é um exemplo claro de “governar para o povo”, acima de qualquer interesse político, eleitoral ou de promoção pessoal. Creio que só assim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, será possível fazer o que determina a nossa Carta Magna e garantir a cada brasileiro,

em qualquer local do País, o suporte de saúde que merecem todos os cidadãos brasileiros.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 32, DE 2004

Requeremos, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do Nivaldo Dias Lins da Costa.

a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à família e ao Estado.

Sala das Sessões, 28 de janeiro de 2004. – **Leonel Pavan; Antonio Carlos Magalhães; Heráclito Fortes; Eduardo Suplicy.**

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Ex^a tem a palavra para encaminhar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em nome do meu Partido, o PFL, no Senado Federal, associo-me à essa iniciativa ilustre de V. Ex^a e do Senador Antonio Carlos Magalhães, não somente aponto minha assinatura ao requerimento, como também me solidarizando com o grande Parlamentar baiano que é o Deputado José Carlos Aleluia, Líder na Câmara dos Deputados, membro da Executiva do PFL e homem de trajetória parlamentar brilhante. No Poder Executivo, já presidiu a Companhia Hidroelétrica do São Francisco, a Chesf. É um dos Parlamentares mais benquistos do Congresso Nacional.

Portanto, associo-me à manifestação ora apresentada, solicitando que também sejam enviadas condolências à família enlutada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a palavra o Sr. Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em nome do Partido dos Trabalhadores, eu gostaria também de manifestar nosso sentimento de pesar pelo falecimento do pai do Líder José

Carlos Aleluia, expressando, em nome de todos do PT, o respeito a sua família.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Ex^a assinaria o requerimento, Senador?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

A Mesa encaminhará o voto de pesar solicitado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os Srs. Senadores Mozarildo Cavalcanti, Valmir Amaral e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero me referir, hoje, a uma entrevista muito instigante que foi publicada nas páginas amarelas da revista Veja, na edição de 12 de novembro último. O tema é a Amazônia, e o entrevistado é o geógrafo norte-americano David MacGrath, que atualmente leciona na Universidade do Pará.

O que impressiona na entrevista do Professor MacGrath é sua visão do desenvolvimento da Amazônia, vazada num espírito crítico pragmático, com alto senso de realidade, como costuma ser característica dos povos anglo-saxões. Pragmatismo, no entanto, não deve ser confundido com frieza, pois, nas respostas do professor norte-americano, interpostas às indagações do entrevistador, depreende-se, também, fascínio e admiração por esse imenso patrimônio natural brasileiro que é a Amazônia.

O cerne da posição de MacGrath sobre o desenvolvimento da região poderia ser sintetizado na polêmica formulação de que não se pode deter o desmatamento da Amazônia. O professor afirma que há base científica para se dizer que o desmatamento acompanha o crescimento econômico e o aumento da população. Chega a dizer que fez uma regressão estatística e que, nesse estudo, as curvas do crescimento da economia e do crescimento do desmatamento são praticamente idênticas.

À primeira vista, tal modo de ver as coisas poderia levar à suspeição de um posicionamento fatalista e imobilizador: “já que não podemos fazer nada, assistamos, de braços cruzados, à destruição da floresta amazônica!” Mas não é isso que propõe o professor.

O que ele propõe são políticas realistas para lidar com o problema, de modo a minimizar o impacto ecológico destrutivo que o processo de ocupação da Amazônia inevitavelmente impõe aos recursos naturais da região. Ele defende políticas de racionalização do processo de desenvolvimento que leve em conta o interesse da preservação dos recursos naturais, em conjugação com a legítima aspiração do povo por melhores condições de vida. Ou seja, o homem não pode esquecer a floresta, mas a floresta tampouco pode esquecer o homem. Nesse sentido, há de se conviver com as atividades econômicas que ocorrem na Amazônia, como a agricultura, a pecuária e até mesmo a mineração. Tudo ordenado e fiscalizado pelo Poder Público, de acordo com o tipo de atividade, bem como com a área em que se dá a atividade econômica.

Sr. Presidente, a entrevista que menciono vem a propósito, pois é necessário mudar a mentalidade de algumas entidades ambientalistas, de algumas ONG que atuam na região, que só vêem as necessidades da floresta, mas se esquecem do homem em busca de melhor qualidade de vida, para o qual a floresta é menos paisagem para contemplação e mais oportunidade econômica legítima. Muitas dessas entidades querem encerrar a Amazônia numa espécie de redoma de vidro, subtraindo tudo, ao máximo, da exploração econômica. A economia produtiva não é vista como um imperativo que deve ser harmonizado com a preservação da floresta, mas apenas como inimigo da floresta que deve ser contido a todo custo, para que a integridade e a pureza da mata não seja maculada.

Não é essa a posição do Professor MacGrath, que diz, de modo peremptório, que a floresta não sobreviverá caso se tente esquecer uma realidade que existe, que é a ocupação econômica da floresta. Portanto, é melhor buscar racionalidade e disciplinamento para a atividade econômica enquanto é tempo. Se se tentar deter o seu progresso e seu avanço, estar-se-á lutando por uma batalha perdida. Para citar uma frase sua: “*tudo depende da capacidade do governo, junto com a sociedade civil, de ordenar o processo de transformação na fronteira, o que nunca aconteceu.*”

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouçamos a lição de prudência e de pragmatismo do Professor David MacGrath. Sou Senador por um estado, Roraima, em que metade do território é ocupado por reservas de preservação ambiental e por terras indígenas. Estará esse imenso patrimônio natural e étnico livre de ameaças, estará em segurança, caso se ignore a legítima aspiração do povo amazônica por desenvolvimento econômico? Acho que não. O professor MacGrath concordaria comigo, não tenho dúvida.

Então, espero que possamos mudar o ângulo do debate na questão da floresta amazônica. Em vez de nos mantermos em dois campos antagonistas e ir-reconciliáveis, – num dos quais figuram os preservacionistas antidesenvolvimento econômico e noutro figuram os pró-desenvolvimento a qualquer custo, – reconciliemos nossas posições, em busca da racionalidade e da temperança.

Que o desenvolvimento econômico possa ser ordenado e disciplinado pelo Poder Público, por pressão da sociedade, de modo a provocar os menores riscos possíveis à existência do patrimônio natural amazônico, fonte de riqueza do País, que é um dos principais motivos de orgulho do povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, confesso que hesitei – e muito – antes de decidir-me por este discurso. A morte, especialmente de um ente querido tão singular quanto a incomparável e insubstituível figura materna, é, por essência, assunto de natureza privada, que enseja recolhimento e reflexão. Faz-se necessário respeitar em toda a sua radicalidade a dor e o luto.

Contudo, o falecimento de Dona Kyola Ferreira de Araújo Costa, mãe de nosso estimado Presidente, Senador José Sarney, avó da Senadora Roseana e do Deputado Sarney Filho, comoveu o Brasil e suas principais lideranças. E isso, graças ao papel referencial que ela detinha na vida pública brasileira, sobretudo a partir do exercício da Presidência da República por seu dileto filho, na segunda metade dos anos 80. Na verdade, devemos concordar em toda a linha com Carlos Heitor Cony, que em memorável escrito, impregnado de tons autobiográficos, lembrou-nos, por ocasião do falecimento de Dona Kyola, que “a mãe é o único valor absoluto que temos”; sua perda implica o vazio, a absoluta falta de sentido.

Matriarca de uma família que, durante toda a sua longa e generosa existência, sempre lhe proporcionou orgulho e satisfação, Dona Kyola faleceu aos 92 anos de idade, depois de conduzir uma vida frugal e despojada. Católica sincera e fervorosa, mas avessa a *carolices*, sempre se mostrou verticalmente comprometida com os princípios maiores inspiradores da prática cristã.

Enfrentou com altivez e fibra as adversidades e privações que a vida lhe impôs ainda na meninice. Retirante da seca pernambucana aos 14 anos, quando migrou para o Maranhão, que adotou e pelo qual foi adotada, temperou seu caráter com a sensibilidade dos fortes que sabem entender as fragilidades da

humana condição e acolher os necessitados, por verdadeiro amor ao próximo. Cultivou a virtude por amor à virtude.

Sua casa, sempre de portas abertas, foi a casa da família extensiva – dos filhos, netos e bisnetos – e de todos os amigos, mas também foi o ponto de referência para aquelas pessoas materialmente desposuídas que recorriam ao seu amparo.

Sua atitude diante dos pobres sempre esteve a ensinar a todos nós que ninguém é pobre por livre escolha. E mais, todos aqueles nossos semelhantes que se encontram na pobreza são merecedores e devem ser destinatários de nossa melhor atenção, consideração e solidariedade. Nunca da indiferença, triste e lamentável traço que parece prevalecer em nossos dias.

Dona Kyola lega a todos nós um formidável exemplo de compreensão e amor ao mistério da vida. Nas disposições de última vontade, como revelou José Sarney, em sua emocionada e emocionante coluna na *Folha de São Paulo*, ao firmar aquela que seria a derradeira *Carta aos Filhos*, a matriarca do clã Sarney transferiu a eles a responsabilidade pela continuada assistência aos pobres, o que ela sempre fez pessoalmente. Assim, Dona Kyola só fez confirmar os postulados que regeram sua honrada, auspiciosa, inspiradora e iluminada existência.

Esta é minha singela homenagem.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, exploramos pouco e mal nosso potencial pesqueiro. Com uma imensa área litorânea e, em que pese, ainda, nossa considerável capacidade de construção naval, o Brasil não dispõe, até a presente data, de uma frota de embarcações pesqueira em quantidade e qualidade para explorar soberanamente e de forma sustentável nossos recursos pesqueiros costeiros e oceânicos.

Além disso, muitíssimo resta a fazer para que cheguemos a extrair todo o potencial pesqueiro de nossas águas interiores, da piscicultura e da aqüicultura. Tampouco temos dado o necessário e merecido apoio à pesca artesanal e a suas cooperativas.

Felizmente, essas insuficiências começam a ser superadas, Sr. Presidente, conforme demonstra o Balanço de Resultados para o ano de 2003 da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República, a SEAP. Trata-se de um relatório, uma prestação de contas, um breve balanço de realiza-

ções que nos deixa esperançosos em relação ao futuro da pesca no Brasil.

Num ano de recursos extremamente escassos, a SEAP cuidou bem do setor pesqueiro brasileiro, traçando programas, consultando extensamente os agentes setoriais e os órgãos ambientais, montando linhas de crédito e criando úteis contatos internacionais. Enfim, preparou-se a SEAP para ensejar ao País, em breve prazo, um salto, um rápido avanço no âmbito dessa promissora fonte de riqueza, de empregos e de fortalecimento nutricional para os brasileiros.

O Governo Lula, ao instituir uma Secretaria de Pesca, sob o comando do Ministro José Fritsch, apostou não somente nas boas potencialidades dos efeitos sociais e econômicos de um setor pesqueiro dinamizado, mas visou também, acertadamente, à defesa de nossos interesses geopolíticos, de ocupação da vasta Zona Econômica Exclusiva que abraça nosso litoral. Território oceânico que tem sido objeto de pilhagem da pesca ilícita e clandestina praticada por embarcações estrangeiras.

Um dos resultados dos esforços da SEAP no ano de 2003 foi o envio, em novembro, à Casa Civil da Presidência, de Proposta de Medida Provisória, subscrita, conjuntamente, pelos Ministros José Fritsch, Ciro Gomes e Marina Silva, que estabelece a criação do Programa Profrota Pesqueira. O programa abarca a pesca industrial e a pesca artesanal, com duas modalidades de financiamento.

A primeira linha de financiamento visa constituir uma frota pesqueira oceânica nacional, capaz de garantir a exploração soberana da Zona Econômica Exclusiva. As embarcações serão construídas no Brasil, inserindo essa iniciativa no quadro das iniciativas do Governo Lula de promoção do desenvolvimento e da inclusão social.

A segunda linha de financiamento destina-se à modernização da frota de embarcações costeiras e continentais. É modalidade de financiamento estritamente vinculada à readequação do esforço pesqueiro. Embarcações que atuam na pesca de espécies sobre-explotadas serão convertidas de modo a poderem operar em outras pescarias. Embarcações obsoletas serão substituídas. Enfim, uma iniciativa de modernização que garantirá uma exploração sustentável.

Assim, aumentando a oferta interna de proteína animal, promovendo exportação e substituindo importação, gerando empregos na pesca e na construção naval, esse projeto impulsionará o setor pesqueiro, atendendo a uma premente necessidade, preenchendo lacunas e abrindo novo horizonte em nossa economia. Os recursos para as duas linhas de finan-

ciamento deverão vir do Fundo de Marinha Mercante, do Banco do Nordeste e do Banco da Amazônia.

A SEAP estruturou, além disso, ao longo de 2003, o importante Programa de Desenvolvimento da Aqüicultura e da Pesca do Norte e Nordeste. Também aqui a articulação é centrada no aperfeiçoamento dos mecanismos de crédito, e é decisiva a participação dos bancos regionais.

Foi igualmente desenvolvido o PRONAF Pesca, voltado à pequena aqüicultura, piscicultura e atividade de pesca artesanal. O PRONAF Pesca, a rigor, é criado como um ramo do PRONAF, que, há alguns anos, vem dando crédito subsidiado para a agricultura familiar, promovendo a produção local, a segurança alimentar e a inclusão social.

Nos planos da SEAP está sempre presente a preocupação e o cuidado com as fases do beneficiamento e da comercialização, de grande importância na cadeia setorial. A infra-estrutura de apoio, com a instalação de terminais pesqueiros, bem como o fortalecimento e correta operação de entrepostos vêm sendo objeto de intensa atenção da SEAP, incluindo-se nesses planos a obtenção de financiamento do Banco Mundial.

Outra frente aberta pela SEAP em 2003 foi a de aperfeiçoamento do conjunto de normas legais que afetam a pesca. Isto é, trabalha-se intensamente no marco regulatório setorial, tendo-se como meta geral um objetivo bem claro: pescar mais, com maior controle público e em bases de sustentabilidade. Estão sendo objeto de articulação temas tais como o Registro Geral da Pesca e a democratização do acesso às águas da União para a prática da piscicultura e aqüicultura. O efeito final desses esforços será um melhor ordenamento legal do setor de pesca.

Atuou, ainda, a SEAP, nos temas da pesquisa para apoio à pesca, firmando convênio, nesse sentido, com o Ministério da Ciência e Tecnologia. Serão enfocados, por meio desses convênios, principalmente, as alternativas para o desenvolvimento da aqüicultura no semi-árido e o cultivo de espécies nativas.

Destacam-se, também, na agenda da SEAP, programas sociais como o seguro-desemprego para o pescador artesanal, a introdução do pescado na merenda escolar em regiões carentes do semi-árido e a alfabetização de pescadores.

Finalmente, sem esgotar a ampla gama de atividades da SEAP em 2003, cabe destacar a articulação de cursos de capacitação profissional de pescadores, de modo que possam eles adequar-se ao salto tecnológico que se prepara para muitas atividades do setor pesqueiro brasileiro.

Sr. Presidente, creio que foi muito feliz a iniciativa do Governo Lula de criar uma Secretaria de Pesca. Esse novo órgão, sob o comando do Ministro José Fritsch, vem atuando com grande dinamismo, abrindo promissores horizontes para a pesca no Brasil, com todas as implicações positivas que isto encerra no que diz respeito ao nosso desenvolvimento econômico e social.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Comunico à Casa que, a pedido do Senador Paulo Paim, Presidente em exercício, ao Sr. Juiz de Rondônia, a Secretaria da Mesa recebeu comunicação, informando que S. Ex^a já encaminhou a documentação solicitada, original, via Sedex.

Esperamos que até amanhã pela manhã chegue, pois o prazo estipulado pelo Correio é de 24 horas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência lembra às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 136, DE 2003

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 136, de 2003, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, que transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade em Autarquia e dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica.*

Relator revisor: Senador **Fernando Bezerra**

– 2 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 137, DE 2003

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 137, de 2003, que *autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador **Álvaro Dias**

– 3 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 138, DE 2003

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 138, de 2003, que *altera e acresce dispositivo à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social.*

Relator revisor: Senador **Cristovam Buarque**

– 4 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 57, DE 2003 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 24, de 2004 – art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 57, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *autoriza a cessão, para cobrança, da dívida ativa dos Municípios a instituições financeiras e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.930 e 1931, de 2003, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta;

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Jonas Pinheiro, favorável, com as Emendas nºs 3 e 4-CAE, que apresenta.

– 5 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2004 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 25, de 2004 – art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2004 (nº 7.493/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral, que *cria e transforma cargos e funções nos Quadros de pessoal dos Tribunais Regionais Eleitorais, destinados às Zonas Eleitorais.*

– 6 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 859, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 859, de 2003 (nº 732/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre o Benefício da Justiça Gratuita e Assistência Jurídica Gratuita, entre os Estados Partes do Mercosul, celebrado em Florianópolis, em 15 de dezembro de 2000.*

Parecer favorável, sob nº 11, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Mozarildo Cavalcanti.

– 7 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 891, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 891, de 2003 (nº 1.695/2002, na Câ-

mara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Nova Zelândia sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo, Militar e Técnico, celebrado em Wellington, em 3 de outubro de 2001.*

Parecer favorável, sob nº 12, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

– 8 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 892, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 892, de 2003 (nº 612/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Acre, nas proximidades das Cidades de Brasiléia e Cobija, assinado em Brasília, em 28 de abril de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 13, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Sibá Machado.

– 9 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 893, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 893, de 2003 (nº 817/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Décimo Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 36, firmado entre os Governos dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul e o Governo da República da Bolívia, concluído em Montevidéu, em 19 de junho de 2001.*

Parecer favorável, sob nº 14, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Jefferson Péres.

– 10 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 895, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 895, de 2003 (nº 959/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Financeira relativo aos projetos “Projetos Demonstrativos Grupo A – PD/A – Subprograma Mata Atlântica” (PN 2001.6657.9) e “Amazonian Regional Protected Areas – Arpa” (PN 2002.6551.2), concluído entre a República Federativa do Brasil e a*

República Federal da Alemanha, celebrado em Brasília, em 10 de junho de 2003.

Parecer favorável, sob nº 15, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Rodolpho Tourinho.

– 11 –

MENSAGEM Nº 18, DE 2004

Votação, em turno único, da Mensagem nº 18, de 2004 (nº 20/2004, na origem), de 20 do corrente, pela qual o Presidente da República solicita a retirada do Projeto de Decreto Legislativo nº 79, de 1995 (nº 111/95, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Protocolo relativo ao Código Aduaneiro do Mercosul, concluído em Ouro Preto, assinado pelo Brasil em 17 de dezembro de 1994.*

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente sessão.

(*Levanta-se a sessão às 19 horas e 2 minutos.*)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR MARCO MACIEL, NA SESSÃO DO SENADO FEDERAL DO DIA 19 DE JANEIRO DE 2004, QUE ORA SE PUBLICA POR HAVER SIDO RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Para encaminhar a votação . Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos, Sr^{rs} e Srs. Senadores, o século XX, disse o historiador Eric Hobsbawn, foi o breve século. Segundo o historiador britânico, teria o século começado na segunda década do século XX e se encerrado com a queda do Muro da Berlim, em 1989.

Nesse período do chamado breve século, a humanidade conheceu duas grandes guerras mundiais, a revolução russa, o comunismo, o fascismo, o totalitarismo, a guerra fria, sem contar os conflitos localizados. Por isso, também disse outro ilustre historiador que foi um século violento, talvez o mais violento da nossa história.

Norberto Bobbio viveu justamente nesse período. Sua vida perpassou todo o século XX: nasceu em 1909 e faleceu em 2004. Talvez por conta disso ele tenha conseguido, mercê dos seus grandes dotes intelectuais, deixar-nos lições muito importantes em variados campos da atividade humana: como filósofo, jurista, cientista político, sociólogo, notável pensador

e, sobretudo, formulador. Apesar de ter deixado excelentes lições no campo da política, Norberto Bobbio nunca ocupou cargo eletivo. Foi professor emérito, inclusive da universidade de Turim, uma das mais antigas da Europa, jornalista, em tempos difíceis do fascismo, e também Senador vitalício. Como todos nós sabemos, na Itália existe a instituição do Senador vitalício. O alçado a essa função pode exercer o mandato de Senador por toda a vida, embora sem o direito de voto.

Norberto Bobbio, pelos seus méritos intelectuais e sua conduta digna e proba, mereceu o reconhecimento do Presidente da Itália, que indicou seu nome para Senador vitalício, função que exerceu de 1994 até a morte, em 2004.

Como intelectual, jornalista, escritor, formulador, filósofo, Bobbio ofereceu lições muito importantes, que certamente farão com que continue por muito tempo a influir nos destinos da História.

Escreveu cerca de duzentos livros. Eu destacaria alguns traduzidos para o português – publicados por editoras do Rio de Janeiro, São Paulo ou Brasília: **Política e Cultura; Locke e o Direito Natural; Direito e Estado no Pensamento de Emanuel Kant; Qual Socialismo?; O Problema da Guerra e as Vias da Paz; O Futuro da Democracia; Direita e Esquerda – Destra e Sinistra** na edição italiana –; **Os Intelectuais e o Poder; Teoria Geral da Política**; e, finalmente, um livro extremamente interessante, o último que tive a oportunidade de ler, chamado **Elogio da Serenidade**.

Bobbio é também autor do mais famoso dicionário de política, que concebeu em companhia de dois outros grandes pensadores italianos, Gianfranco Pasquino e Nicola Matteucci. **O Dicionário de Política**, que a editora da Universidade de Brasília traduziu para o português – creio que no Brasil está na segunda edição –, talvez seja a mais abrangente obra de Bobbio, a qual não é exclusivamente dele, pois, como disse, além de Gianfranco Pasquino e Nicola Matteucci, para ela contribuíram muitos outros colaboradores, italianos e não italianos, que ajudaram a escrever muitos dos verbetes constantes dessa obra-prima, se assim posso dizer, posto que trata de questões relativas ao Direito, à Sociologia, à Filosofia, deixando muitos ensinamentos úteis a todos os que desejam melhor compreender essa estranha máquina que é o mundo.

Entre as várias obras de Bobbio, desejo destacar apenas uma, para não me alongar em minhas considerações. Trata-se de uma obra cujo original se intitula **De Senectute**, “da velhice”, para usar a ex-

pressão vernácula. Esse é também o título de uma obra de Cícero, pensador romano. Quando escreveu a sua obra **De Senectute** Cícero tinha, se não me engano 62 anos, aos 44 anos antes do nascimento de Cristo.

Bobbio nos trouxe a sua obra **De Senectute** quando contava com 86 anos. É lógico que entre a obra de Cícero e a de Bobbio, outros escreveram sobre a velhice, entre as quais gostaria de citar a escritora francesa Simone de Beauvoir, que tem um livro chamado **Da Velhice**, o qual cuida das questões relativas aos idosos.

Vou deter-me, pois, mais especificamente em alguns pontos da obra intitulada **De Senectute**, no Brasil traduzida por **O Tempo da Memória**, e que tem notável apresentação do ex-Ministro das Relações Exteriores Celso Lafer. Vale a pena ler essa obra pelas considerações que o autor nela faz, mas pela excelente apresentação do Ministro Lafer, amigo de Bobbio.

Não vou comentar todo esse livro, mas alguns pontos que considero nucleares. Diz Bobbio a respeito de democracia e direitos do homem:

Direitos do homem, democracia e paz são, portanto, três momentos necessários do mesmo processo histórico: sem direitos do homem reconhecidos e garantidos não há democracia; sem democracia não há condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos sociais. Em outras palavras, a democracia é a sociedade dos cidadãos. Os súditos passam a ser cidadãos quando seus direitos fundamentais são reconhecidos. Só haverá paz estável, uma paz que não tenha por alternativa a guerra, quando houver cidadãos não apenas neste ou naquele Estado, mas no mundo organizado em um sistema jurídico democrático.

Ele, que esteve encarcerado durante o fascismo, que conheceu a prisão várias vezes, sabe a significação e a transcendência dos direitos do homem para que tenhamos uma sociedade verdadeiramente democrática.

Sobre direito e poder, diz Norberto Bobbio:

Direito e poder são duas faces da mesma moeda. Uma sociedade bem organizada precisa das duas. Nos lugares onde o Direito é impotente, a sociedade corre o risco de precipitar na anarquia; onde o poder não é controlado, corre o risco oposto, do

despotismo. O modelo ideal do encontro entre o direito e o poder é o Estado democrático de direito, isto é, o Estado no qual, através de leis fundamentais, não há poder, do mais alto ao mais baixo, que não esteja submetido a normas, que não seja regulado pelo direito, e no qual, ao mesmo tempo, a legitimidade do sistema de normas derive, em última instância, do consenso ativo dos cidadãos.

Faz Bobbio alusão a Hans Kelsen, famoso jurista austríaco que morreu nos Estados Unidos e que deixou uma obra sobre democracia, intitulada **Democracia, sua Natureza e seu Valor**:

Para Hans Kelsen, apenas o poder legítimo é efetivo, para Weber, o poder é legítimo quando é também efetivo. Poder e legitimidade completam-se. O poder torna-se legítimo por meio do direito, enquanto o direito se torna efetivo através do poder. Quando um e outro se separam, encontramos-nos diante de dois extremos, dos quais qualquer convivência organizada deve se afastar do direito impotente e do direito arbitrário.

Não me vou alongar, Sr. Presidente, mas gostaria de lembrar que Bobbio se preocupou também com temas atuais, inclusive os relativos à bioética.

Na referida obra, **O Tempo da Memória**, no capítulo *Escritos Autobiográficos*, ele lembra:

Outro tema sobre o qual me debrucei é o da historicidade dos direitos do homem, que não foram concedidos de uma vez por todas, todos de uma vez. Depois da afirmação dos direitos de liberdade, dos direitos políticos e dos direitos sociais, hoje avançamos numa “nova geração” de direitos, que se afirmam diante das ameaças à vida, à liberdade e à segurança, que provêm do crescimento cada vez mais rápido, irreversível e incontrolável, do processo técnico. Refiro-me em particular ao direito à integridade do próprio patrimônio genético, que vai muito além do tradicional direito à integridade física.

Bobbio, ao contrário do que se supõe, foi um homem que teve a vida marcada por grande preocupação no tocante à moderação.

Sou moderado – afirma – porque sou um convicto seguidor da máxima in medio

stat virtus (no meio está a virtude). Com isso não quero dizer que os extremistas estejam sempre errados. Não quero dizê-lo porque afirmar que os moderados têm sempre razão e os extremistas estão sempre errados equivaleria a raciocinar como um extremista. Um empirista deve-se limitar a dizer “em geral”. A experiência ensinou-me que “em geral”, na maioria dos acontecimentos da vida pública e privada, as soluções, se não as melhores, as menos ruins, são aquelas propostas por quem foge das escolhas demasiado nítidas, de um lado ou de outro.

E acrescenta:

A democracia é o lugar onde os extremistas não prevalecem (e se prevalecem, a democracia acaba). Essa também é a razão pela qual as alas extremas, em alinhamento político pluralista, de esquerda ou direita, unem-se através do ódio à democracia, ainda que por razões opostas.

E, lapidariamente, ao final:

A quem um dia me perguntou com que trecho de meus escritos eu me definiria, aponte a conclusão do prefácio de *Italia Civile*: “Da observação da irreduzibilidade das crenças extraí a maior lição de minha vida. Aprendi a respeitar as idéias alheias, a deter-me diante do segredo de cada consciência, a compreender antes de discutir, a discutir antes de condenar. E porque estou com disposição para as confissões, faço mais uma ainda, talvez supérflua: detesto os fanáticos com todas as minhas forças.

Além disso, Sr. Presidente, Bobbio deixou também lições muito interessantes sobre aquilo que hoje chamam de “terceira idade”, de “boa idade”, ou de “quarta idade”, pois agora já se fala na geração daqueles que ultrapassam os oitenta anos, como foi o caso dele. Ele começa citando um dos *Adagia* de Erasmo sobre a guerra: “*Quem louva a guerra não a teve diante dos olhos*”. Bobbio aplica o mesmo brocardo à velhice: “*Quem louva a velhice nunca a teve diante dos olhos*”. A partir daí, ele faz uma série de considerações sobre a velhice, chamando a atenção para o fato de que o tempo do velho não é mais o tempo do futuro, é o tempo do passado. E, a seguir, observa:

Há formas de lentidão impostas pelas circunstâncias: a hierática, do sacerdote na procissão; a majestática, do grande estadista em uma cerimônia pública; a fúnebre, dos que carregam o féretro e dos que o seguem. Toda solenidade requer tempos prolongados: o gesto comedido, o passo cadenciado, um avançar grave, um discorrer nem impetuoso, nem emocionado, interrompido por pausas calculadas, palavras ponderadas, em que uma não atropela a outra. A lentidão do velho, ao contrário, é penosa para ele e para os outros. Suscita mais pena que compaixão. O velho está naturalmente destinado a ficar para trás, enquanto os outros avançam. Ele pára. Senta-se em um banco. De vez em quando precisa descansar um pouco. Os que estavam atrás o alcançam, o ultrapassam. Ele gostaria de apressar o passo, mas não pode.

Então, diz ele:

Enquanto o ritmo da vida do velho fica cada vez mais lento, o tempo que tem pela frente fica dia a dia mais curto.

Sr. Presidente, eu gostaria de mencionar uma observação de Bobbio sobre os conflitos entre o intelectual e a política:

Atribuí a mim mesmo, com ou sem razão, a função do intelectual mediador, coincidindo toda a minha vida com o “século breve”, perseguido por contrastes de uma violência inaudita. Dessa vocação para colocar-me “de um lado e de outro” derivaram meus “oxímoros”, que foram amigavelmente apontados como liberalismo e socialismo, iluminismo e pessimismo, tolerância e intransigência, e outros mais. Meus textos sobre o tema foram reunidos em um volume intitulado *Il dubbio e la scelta* (A dúvida e a escolha), que espelha o conflito que sempre vivenciei em um estado de perene “consciência infeliz”, entre o político, obrigado a tomar decisões e que para decidir deve fazer escolhas, e o intelectual, que pode se dar ao luxo de analisar pacatamente os prós e os contras de um problema e terminar sua análise com um ponto de interrogação.

Eu gostaria ainda de fazer uma citação extraída de outro livro de Norberto Bobbio, *O Elogio da Sereni-*

dade. Nesse livro, ele fala um pouco de sua vida, sobretudo de seus últimos momentos, revelando-se um homem sem nenhuma convicção religiosa:

Sempre tive grande respeito pelos que crêem, mas não sou um homem de fé. A fé, quando não é um dom, é um hábito; quando não é nem um dom, nem um hábito, deriva de uma forte vontade de acreditar. Mas a vontade começa onde a razão termina: e eu, até agora, parei antes disso.

Também me é completamente estranha a fé na razão. Jamais tive a tentação de substituir o Deus dos que crêem pela Deusa da Razão. Para mim, nossa razão não é um facho de luz, mas apenas um pequeno lume.

E continua:

Só o que não teve um princípio não tem um fim. Mas o que não tem princípio nem fim é o eterno.

Com isso, Sr. Presidente, presumo que Bobbio abriu uma janela para acreditar no eterno. Sabemos que o eterno entrou no tempo, assumiu nossa condição temporal, direcionando-nos para a eternidade. Por isso, é bom lembrar que à cidadania terrestre se segue a cidadania celeste, pois, para nós, católicos, como é o meu caso, a vida não é tirada, mas transformada. Embora não fosse homem de fé, admitiu o eterno o nosso Norberto Bobbio. Por isso mesmo, tenho certeza de que ele repousa no reino dos justos.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a a transcrição de dois textos que os considero importantes, para complementar minhas palavras. A apresentação feita pelo Ministro Celso Lafer da obra *O Tempo da Memória* e a entrevista dada por Norberto Bobbio, se não estou equivocado, em 1993, ao Ministro Bresser Pereira, na Folha de S. Paulo, falando sobre questões políticas dos nossos tempos, inclusive sobre dissídios que marcaram o fim do século XX e continuam a marcar a nova centúria.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR MARCO MACIEL EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210,
inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

Norberto
BOBBIO

O TEMPO DA MEMÓRIA

DE SENECTUTE
e outros escritos autobiográficos

Diretor Editorial
Claudio M. Rothmüller

Tradução
Daniela Versiani



Preencha a ficha de cadastro no final deste livro e receba gratuitamente o informativo da Campus

9	Direito e Poder	154
10	Um Balanço	162

Apêndice Organizado por Pietro Polito

Notas aos Textos	177
Notas Biográficas	184
Índice Onomástico	201

Prefácio à Edição Brasileira

A Autoridade de Norberto Bobbio

"What ultimately stills the fear of death is not hope or desire but remembrance and gratitude."
Hannah Arendt

I

Bobbio, como ele mesmo observou, tem o gosto e o instinto das combinações. Em sua *ars combinatoria* vale-se constantemente das dicotomias, utilizando-as como instrumento metodológico para distinguir e diferenciar, e deste modo clarificar, uma realidade percebida como complexa e concebida como pluralista. *O tempo da memória: De Senectute e outros escritos autobiográficos*, seu último livro, insere-se nessa tendência recorrente, caracterizadora de sua trajetória intelectual. Pode assim ser dividido em duas partes, distintas mas complementares, implantadas em um contínuo: o de sua vida.

A primeira parte é a grande reflexão sobre o significado da velhice no mundo contemporâneo, em especial a dos *três âgés*, os da "quarta idade", vale dizer os que estão, como Bobbio, com mais de 80 anos e se multiplicaram graças aos progressos da medicina e da saúde pública. Estes se tornaram novo tema — social e psicológico — pois não só aumentou o número de velhos nas sociedades quanto o número de anos que as pessoas, em sua individualidade, vivem como velhos.

norteado pelas virtudes laicas da dúvida metódica, da moderação, da tolerância e do respeito pelas idéias dos outros, e conduzido pelas armas da crítica, mas sem os ímpetos desqualificadores de um cruzado-missionário. É assim que se contribui, no entender de Bobbio, para a verificação de quais são os caminhos sem saída do labirinto — uma de suas metáforas prediletas — da vida política: a convivência coletiva. Esses são assuntos que ele analisou em profundidade, cultivando, como professor de filosofia do direito e filosofia política, os estudos jurídicos e políticos, e valendo-se continuamente destes dois pontos de vista — o do direito e o do poder — que são tão relevantes para o entendimento dos complicados problemas do convívio humano.

Qual é a relação entre as duas partes do livro, que acabo de indicar? Na primeira, Bobbio diz que a velhice não é uma cisão em relação à vida precedente. É uma continuação da adolescência, da juventude, da maturidade que podem ter sido vividas de diversas maneiras. Por exemplo, como uma montanha a ser escalada, como um rio em que se está imerso, como uma selva em que se está perdido. Diz ele também, na segunda parte, que sua vida, com seus eventos próprios, e sua obra se interpenetram e se iluminam. Assim parece-me metodologicamente que, para entender o alcance e o significado de sua reflexão sobre a velhice, deve-se começar pelo exame da avaliação que faz sobre o próprio percurso de vida. Nesse contexto, e considerando que nele a produção intelectual é não só diário, mas também o que há de mais relevante em sua biografia, vale a pena sublinhar que ele registra, percorrendo o índice analítico da primeira edição da *Bibliografia de seus escritos*, que o tema mais versado é o da relação entre política e cultura, com destaque para as várias atitudes do intelectual diante do poder.

É nesse âmbito que quero, inicialmente, discutir *De Senectute*. Adianto que a pergunta instigadora que me move

IX

Essa reflexão tem como pano de fundo, como é usual na sua obra, uma prévia indagação sobre a pertinência da “lição dos clássicos”. Bobbio registra que os clássicos — regra geral — escreveram sobre a velhice aos 60 anos — como é o caso de Cícero — com o objetivo de dramatizar a morte e fazer a apologia da sabedoria da idade. Trata-se de uma lição inequivocamente precária para os dias de hoje, em que o conhecimento se desatualiza e se desgasta rapidamente. Por isso somos numa época de “tantos mestres e nenhum mestre”. Daí a necessidade de repensar o tema, o que ele faz na primeira parte do livro.

A segunda parte é um conjunto de ensaios, redigidos entre 1979 e 1996, que também, como é característico de sua obra, resultam do método de aproximações sucessivas. São várias tentativas de balanço e avaliação de sua vida. Esta é basicamente a de um professor universitário, com uma vida privada serena, que por isso mesmo não manteve um diário íntimo, mas tem uma bibliografia. A bibliografia de Bobbio é expressiva e enormemente representativa de um intelectual inquieto, voltado para a análise e a reflexão, de grande curiosidade e múltiplos temas, que buscou com rigor conhecer as coisas e compreender o mundo — o mundo do século XX que viveu duas guerras mundiais, a revolução russa, o comunismo, o fascismo, o nazismo, Auschwitz, Hiroshima, o equilíbrio do terror das armas nucleares, o fim da guerra fria e a desagregação da URSS, o terrorismo internacional, para enumerar alguns dos eventos dramáticos do tempo histórico de Bobbio.

Sua atitude diante deste mundo é a de um “iluminista-pessimista” que confia no papel da razão esclarecida nos interstícios de uma realidade factual repleta de horrores.

Esse papel pode e tem sido exercido por ele, kantianamente, através do uso público da própria razão, por meio do diálogo com os conceitos e os homens. Um diálogo

ness proveniente de um agir conjunto no espaço público criado por parceiros na ação e ensejador da experiência da liberdade como participação.

A experiência de *vita activa* foi para Bobbio e seus companheiros tão relevante, que a organização política, ainda clandestina, à qual aderiu em 1942, denominava-se, significativamente, Partido da Ação. Era um partido de intelectuais, sem maior enraizamento na sociedade civil, inspirado no socialismo liberal — entre outros de Carlo Rosselli — que via na guerra de libertação não uma guerra de classes mas a antecipação de uma revolução democrática. Na Resistência, os intelectuais do Partido da Ação combateram lado a lado com os comunistas, neles reconhecendo, independentemente das divergências, uma grande força ideal. Pelo Partido da Ação, que teve curta duração na cena política, Bobbio concorreu sem sucesso às eleições para a Assembléia Constituinte italiana de 1946, não tendo posteriormente nem vontade nem encorajamento para buscar outra oportunidade de ser um ator político militante.

É certo que muito mais tarde passou a ter alguma atuação legislativa, quando se tornou, em 1984, já sendo um homem de idade, *senatore a vita*. Foi nomeado pelo então presidente Pertini, nos termos do artigo 59 da Constituição italiana, “por altíssimos méritos no campo social, científico, artístico e literário”. Esta nomeação foi portanto um reconhecimento de sua autoridade intelectual pelo sistema político italiano, cabendo observar que, no Senado, Bobbio se viu e se vê mais como espectador curioso do que como protagonista. Conseqüentemente, Bobbio foi construindo na sua vida a sua autoridade pública, não como ator político, mas essencialmente como intelectual, graças ao poder ideológico que se exerce sobre as mentes através da produção e da transmissão de idéias, pela palavra.

Assim, a sua autoridade pública é paradigma de um dos tipos ideais de relacionamento positivo entre o intelectual

XI

é a aspiração de desvendar como Bobbio foi se convertendo, no correr de sua vida, em um ponto de referência do debate público na Itália, mas também fora desse espaço geográfico-intelectual-político em que basicamente se moveu. Em síntese, a pergunta é: por que é ele uma autoridade cuja palavra, impregnada de uma *gravitas* própria, é lida e ouvida com prioridade em relação à dos demais integrantes da frugal *res publica* da consciência. Palavra caracterizada por um impacto em relação aos seus destinatários, que se é menos do que um comando, é mais do que um conselho — para valer-me da qualificação do grande romanista Mommsen, citado por Hannah Arendt, no ensaio “O que é autoridade?”, que integra *Between past and future*. É claro que ao referir-me a essa passagem de Mommsen, estou pensando no importante estudo de Bobbio sobre a diferença dicotômica entre comandos e conselhos no qual, todavia, ele não trata deste *tertius* situado entre ambos.¹

II

Bobbio, que não se considera um homem de ação mas de contemplação, registra como de decisiva importância em sua vida a resistência e os meses da guerra de libertação da Itália do fascismo e da ocupação nazista, de que participou ativamente. É um tempo existencial, configurador de um “antes” e um “depois”. Valendo-me de observações de Hannah Arendt² eu diria que esse breve tempo de *vita activa* foi para ele, como para tantos intelectuais que participaram na Europa da resistência à opressão, uma oportunidade para encontrar-se e transcender a opacidade da vida privada dos anos de chumbo do fascismo. Representou a *public happiness*

¹ cf. Norberto Bobbio, *Studi per una teoria generale del Diritto*, Torino, Giappichelli, 1970, pp. 49-78.

² cf. *Between past and future*, new and enlarged edition, New York, Viking Press, 1968, p. 4-5.

X

do latim, do verbo *augere*, aumentar, e a *auctoritas*, que em Roma, institucionalmente, residia no Senado, derivava de uma responsabilidade em zelar por aquilo que podia ser acrescentado à tradição histórica de Roma.⁵ Bobbio, no meu entender, acrescentou à tradição liberal algo significativo que o diferencia de Croce e Einaudi. Esse *algo*, que é um ingrediente importante na construção de sua autoridade, expressa-se na postura de suas obras de cultura militante, como ele as qualifica e radica na experiência breve mas decisiva de *vita activa*.

Aliás, ele próprio reconhece que os artigos, recentemente coligidos e republicados, que escreveu para imprensa em 1945-1946, depois da queda do fascismo, no calor da hora de sua militância no Partido da Ação, tratam de maneira incipiente, mas de forma convergente, dos temas de cultura militante, que depois veio a examinar e desenvolver maduramente.⁶

Explico-me, a respeito desse *algo* que Bobbio acrescentou a Croce e Einaudi, com uma consideração preliminar sobre a tradição liberal. Esta, ao contrário da socialista, na qual o poderoso legado de Marx abafou outros pontos de referência, é pluralista. É pluralista nas suas origens, nos seus clássicos e mantém-se nesses moldes nos seus desdobramentos. Assim, por exemplo, Kant e Adam Smith, Humboldt e Tocqueville, Benjamin Constant e John Stuart Mill, Raymond Aron e John Rawls, Popper e Isaiah Berlin, se têm afinidades que permitem integrá-los na doutrina liberal, caracterizam-se também por diferenças muito apreciáveis. É por esse motivo que convém falar em liberalismos, no plural, e não em liberalismo, no singular, no trato de uma doutrina que contém tanto vertentes de vocação conservadora quanto vertentes de índole inovadora. Bobbio é um expoente da vertente inovadora de esquerda pois, para

⁵ cf. Hannah Arendt, *Between past and future*, cit. pp.120-128.

⁶ cf. Norberto Bobbio, *Tra due repubbliche*, Roma, Donzelli, 1996.

e o político: o que não visa a exercer o poder, porque este corrompe a liberdade do juízo da razão, mas que faz uso público da razão, convencido de que este uso serve para bem iluminar os assuntos de governo, consoante a lição de Kant no fecho do segundo suplemento do *Projeto de Paz Perpétua*.³

Nesse magistério intelectual, cuja força expressiva não é política, Bobbio teve, na Itália, dois eminentíssimos antecessores, que viveram longos e laboriosos anos e foram os mestres de sua geração: o filósofo Benedetto Croce (1866-1952) e o economista Luigi Einaudi (1874-1961). Croce e Einaudi exprimem vertentes distintas do pluralismo que caracteriza a doutrina liberal. O primeiro emblematiza o liberalismo político; o segundo, a relação entre liberalismo econômico e político. Sobre este tema — liberalismo na Política, liberalismo na economia — debateram durante o regime fascista, ao qual resistiram e contra o qual combateram, mantendo viva e com dignidade as múltiplas dimensões da cultura liberal.⁴

No plano da presença política, Bobbio se diferencia de Einaudi e Croce, porque estes, sem prejuízo do fundamental que foi o magistério de influência que os caracterizou, tiveram mais ação política direta. Einaudi, no pós-guerra, foi o primeiro Presidente da República parlamentarista italiana. Croce foi chefe do partido Liberal, ministro, ainda que por breves períodos, e senador. No plano das idéias, são muito expressivos os pontos que separam Bobbio de ambos, não cabendo aqui apontá-los. O que os une é a filiação comum ao campo liberal.

O que se pode dizer dessa filiação, do ponto de vista da construção da autoridade pública de Bobbio? Autoridade, etimologicamente, como lembra Hannah Arendt, provém

³ cf. Norberto Bobbio, *Il dubbio e la scelta*, Roma, La Nuova Italia Scientifica, 1993, pp. 12-13, 151-152.

⁴ cf. *Il dubbio e la scelta*, cit., p. 107.

III

Quais são os temas, os problemas e o sentido de oportunidade histórica desvendados por Bobbio na condução desse diálogo?

Na primeira metade dos anos 50 (1951-1955), seu diálogo foi com os comunistas italianos, que detinham expressiva hegemonia cultural no campo da esquerda. Teve como cerne a defesa dos direitos humanos, em especial os direitos de liberdade, derivados do legado do liberalismo. O objetivo foi realçar que esses direitos não eram uma conquista da burguesia, mas sim um valor de alcance universal, a ser reconhecido e preservado, como requisito de salvação da própria revolução russa e da persistência do legado axiológico do socialismo. Os textos básicos dessa discussão foram reunidos no livro de 1955, *Política e cultura*. Cabe observar que dessa polémica participou o próprio Togliatti, indicando, diga-se de passagem, a maior abertura do Partido Comunista Italiano ao debate — quando comparado com os seus congêneres europeus e extra-europeus. Este dado explica, posteriormente, as teses do eurocomunismo de Berlinguer, sucessor de Togliatti na chefia do PCI, e mais recentemente a reconversão do PCI em um partido com características social-democráticas. (Sobre esse processo e como o partido comunista foi formado se tornou na Itália o primeiro partido de esquerda, desalojando os socialistas do cenário político, ver o recém-publicado Norberto Bobbio, *Verso la seconda repubblica*, Torino, La Stampa, 1997, introdução e Parte I — Sulla crisi della sinistra.)

A incursão seguinte de Bobbio, no âmbito da cultura militante, só ocorreu muito mais tarde, na década de 70. Teve como estímulo básico a rebelião estudantil de 1968 que varreu o mundo, e ele a viveu como professor. A rebelião estudantil questionou a legitimidade do “reformismo democrático”, ao exprimir-se em tonalidades estridentes de leninismo e maofismo, na “utopia do homem novo” e tam-

xv

ele, na sua elaboração neo-contratualista e republicana, liberalismo quer dizer mais liberdade e menos privilégios.⁷

Pluralismo e reconhecimento do valor e importância da diversidade, que caracterizam a doutrina liberal, não significam relativismo axiológico. Na abertura do *De Senectute*, Bobbio observa, neste sentido, reiterando a defesa do Partido da Ação, acusado no correr dos tempos de ter sido excessivamente condescendente em relação aos comunistas e excessivamente severo em relação aos fascistas: não existe, nem deve ou pode existir, equidistância ou equivalência entre fascismo e antifascismo. O fascismo opõe-se frontalmente ao valor liberdade que nas suas múltiplas dimensões é o cerne da doutrina liberal. Além do mais, ainda que menos feroz do que o nazismo, foi a primeira ditadura imposta no coração da Europa depois da Primeira Guerra Mundial e é responsável, ainda que subordinado ao seu poderoso comparsa do Eixo, pelo desencadear da Segunda Guerra Mundial. Era, portanto, o inimigo, ao contrário dos comunistas que eram adversários. Daí a postura de Bobbio, no âmbito de seus ensaios de cultura militante, do *diálogo com e não da pregação contra a esquerda*, em cujo campo sempre explicitamente se situou, em função da experiência decisiva da resistência à opressão da direita.

Na escolha dos temas desse diálogo com a esquerda, conduzido pelas virtudes laicas anteriormente mencionadas, Bobbio revelou uma aguda percepção dos problemas concretos suscitados pela experiência da política do segundo pós-guerra e associou, de maneira muito própria, senso histórico e inspiração analítica. É a fecundidade e a oportunidade desse diálogo o *algo* que ele agregou à tradição liberal de Croce e Einaudi, seus antecessores italianos no magistério de influência.

⁷ cf. Norberto Bobbio, *Liberalismo e Democracia*, São Paulo, Brasiliense, 1988, *Il futuro della democrazia*, 2a.ed., Torino, Einaudi, 1991, pp.115-140.

bém, no limite, na violência imprevisível e descontínua da crítica por meio das armas — o que na Itália inseriu-se no contexto político do terrorismo das brigadas vermelhas. A rebelião estudantil e seus prolongamentos políticos exigiram de Bobbio uma nova reflexão sobre o marxismo, a revolução e a democracia.

Essa reflexão desdobrou-se, nos anos 70, no diálogo travado com os socialistas, os comunistas, os social-democratas e a própria esquerda extra-parlamentar, radical e extrema. Desse diálogo resultou, em 1976, o livro *Quale socialismo?* no qual Bobbio realçou a inadequação do marxismo para lidar com uma questão básica da convivência coletiva, que é a das instituições indispensáveis para o bom governo, tema ao qual sempre dispensou atenção recorrente como estudioso de filosofia do direito e de filosofia política.

O ano de 1976 assinala também o início da colaboração regular de Bobbio no jornal *La Stampa*. A consequência foi a sua inserção mais constante no debate público, como “observador participante”, tendo como lastro para a ampliação da sua autoridade a pertinência histórica do diálogo com a esquerda, anteriormente travado.

São muitas as facetas dessa atuação no campo da cultura militante voltadas, preponderantemente, para pensar os acontecimentos, à luz da teoria política e da sua capacidade de esclarecer assuntos tão variados como o mercado político, o governo dos honestos, a relação entre a praça e o palácio, a virtude dos fracos, o direito à fuga, o lucro e o poder, para mencionar alguns artigos recolhidos em *L'Utopia Capovolta* (1a. ed., 1990). No seu pluralismo, esses textos têm, no entanto, um fio condutor que cabe explicitar: a convicção de que no labirinto da convivência coletiva o único salto qualitativo, possível, mas não necessário, é a passagem do reino da violência para o da não violência.⁵

⁵ cf. Norberto Bobbio, *La ideologia e il potere in crisi*, Firenze, Le Monnier, 1981, p. 94.

Daí, no plano teórico, a defesa da democracia e de suas regras de jogo que se baseiam na ideia de que é melhor “contar cabeças do que cortar cabeças”, consoante a rigorosa elaboração contida nos ensaios de *Il futuro della democrazia* (1a. ed., 1984). Daí, igualmente, no plano internacional, a preocupação com a construção da paz diante do risco onipresente e crescente da violência da guerra devido à destrutividade técnica das armas modernas. Para Bobbio, ela é a expressão, por excelência, do mal ativo, associado à prepotência do poder, e do mal passivo, emblematizados nas vítimas que sofrem uma pena sem culpa. Essa preocupação se exprimiu nos ensaios teóricos de *Il problema della guerra e la via della pace* (1a. ed., 1974) e se desdobrou nos textos militantes de um pacifismo ativo recolhidos em *Il terzo assente* (1989), assim como nas considerações polémicas sobre a guerra do golfo, recolhidas em *Una guerra giusta?* (1991) — parte das quais comentei na época, defendendo a posição de Bobbio, em artigos publicados na *Folha de São Paulo* e no *Jornal do Brasil*.

Democracia e paz se complementam, nesse mapa das preocupações teóricas de Bobbio — com sua repercussão nos textos de cultura militante —, por meio da defesa dos direitos humanos. Estes, tendo como base o lastro axiológico da Revolução Francesa e da americana, representam, historicamente, a passagem do dever dos súditos para o direito dos cidadãos no plano da organização política da sociedade. São, conseqüentemente, a forma de consagrar institucionalmente a perspectiva democrática *ex parte populi*, diante da ameaça permanente do arbítrio dos governantes.⁶ Democracia, paz e direitos humanos, em suas interconexões, constituem assim a meta ideal de convergência, na reflexão de Bobbio, da filosofia do direito e da filosofia política. São estes, com efeito, os seus campos acadêmicos

⁶ cf. *Levi dei diritti*, 1a. ed., Giulio Einaudi Editore 1990.

blinhar a permanência dos problemas da desigualdade que o comunismo buscou sem sucesso equacionar, é o diálogo do socialista que propõe e situa de novo a atualidade da esquerda, diante do risco de uma hegemonia cultural da direita.

A matriz teórica da reflexão de Bobbio, que busquei indicar e se exprime no âmbito da cultura militante nos três livros de polêmica política e também nas suas intervenções jornalísticas, é a chave para explicar a sua identidade política e como ela contribuiu para a construção da sua *uctoritas*. Explico-me: a identidade é um conjunto de predicados que responde à pergunta — quem sou? No plano político, como aponta Bovero, ela tem duas vertentes distintas, mas complementares: a identidade coletiva e a individual. A identidade coletiva se coloca pela afirmação da semelhança; a individual, pela especificidade da diferença.¹² Bobbio, no plano da identidade coletiva, situa-se no campo da esquerda, em sentido amplo, ao afirmar no correr de sua vida a solidariedade com uma concepção do bem comum. No plano da identidade individual, situa-se como um “socialista-liberal”, com as tensões próprias inerentes às dicotomias individualismo/coletivismo; liberdade/igualdade. As tensões da sua identidade individual o levaram, como liberal, a dialogar com a esquerda na afirmação da liberdade, da democracia, da paz e dos direitos humanos, quando isto se fazia historicamente indispensável. Inversamente, o colapso do comunismo e a crise do socialismo, assim como suas consequências no plano de organização da cultura política, levaram-no, como socialista, a afirmar a atualidade da dicotomia esquerda/direita.

A dicotomia “socialista-liberal” foi assim fecunda. Contribuiu, por obra de sua tensão dialética, para dar a Bobbio um olhar intelectual norteador de um juízo reflexivo pro-

¹² cf. Michelangelo Bovero, “Identità individuali e collettive”, in *Ricerche politiche due* (a cura de Michelangelo Bovero), Milano, Il Saggiatore, 1993, pp. 33-34-41.

por excelência, e a sua convergência traduz a preocupação recorrente de lidar com as duas faces de uma mesma moeda, necessárias para a boa organização da sociedade: o direito e o poder, pois onde o direito é impotente, a sociedade corre o risco de precipitar-se na anarquia, e onde o poder não é controlado pelo direito, a sociedade incorre no risco oposto de despotismo.¹⁰

A domesticação da violência a que aspira Bobbio é constitutivamente complexa, por obra do caráter problemático inerente à relação entre o mundo dos fatos e o mundo dos valores, ou seja, do dualismo que separa “ser” e “dever ser”. Como já ficou dito, Bobbio se interessa muito, analiticamente, por esse dualismo, também na condição existencial de “um iluminista-pessimista”. É isto que faz dele, ao mesmo tempo, um homem de ideais e um realista, muito ciente de que a vida moral e a vida de poder oferecem mais linhas paralelas do que convergentes.¹¹

Tomar conhecimento e analisar a realidade não o impedem de tomar posição diante da realidade, com agudo sentido histórico. No âmbito da cultura militante, a mais recente e consistente expressão disso é o seu terceiro livro de polêmica política, *Destra e sinistra* (1.ª ed. 1994), que resulta de uma reflexão sobre um evento matriz: a catástrofe do comunismo histórico, que vem a ser “L’utopia capovolta”, artigo de 9 de junho de 1989, que serviu de título ao livro de 1990 acima mencionado, coletânea de artigos publicados em *La Stampa*. O livro propõe o resgate, diante dos riscos ideológicos de sua diluição, nos anos 90, das razões e significados da distinção política entre esquerda e direita. Assim, se *Politica e cultura* e *Quale socialismo?* foram o diálogo de um liberal com a esquerda de cariz comunista e revolucionária, *Destra e sinistra*, ao su-

¹⁰ cf. igualmente Norberto Bobbio, *Diritto e Potere* — saggi su *Kelsen*, Napoli, Ed. Scientifica Italiana, 1992, p. 170.

¹¹ cf. *Elogio della mitezza e altri scritti morali*, Milano, Linea d’Ombra, 1994.

elementos distintos, esclarecendo os conceitos com senso histórico, inspiração analítica e preocupação empírica. Nesse processo, ele se vale da clareza iluminada do seu inconfundível estilo, que como todo estilo, não é a forma que se adiciona à substância, mas sim, como apontou Proust, o da qualidade diferenciada de uma visão de mundo.

Qual é essa visão de mundo para retomar e aprofundar o que já foi dito? Ela é, ao mesmo tempo, a de um homem do Piemonte, com um sentido profundo da unidade cultural e política da Itália e de um europeu, que pensa e pensa a Europa, não em termos de Leste/Oeste ou de fronteiras nacionais, mas de sua unidade histórico-cultural e de sua vocação de universalidade. Esta é, por exemplo, em *De Senectute*, a dicotomia da complementaridade existente entre os capítulos “Elogio do Piemonte” e “Política da Cultura”. Nessa visão de mundo se inclui, como permanentemente exercício de humildade, o ter presente a “lição dos clássicos” na sua análise seja dos temas recorrentes do seu percurso teórico — por exemplo estado/sociedade; formas de governo; mudanças políticas; direito e poder etc. —, seja dos problemas da atualidade.

Entre os autores clássicos preferidos de Bobbio estão, no pluralismo de suas reflexões, cinco dos maiores filósofos da política da Idade Moderna: Hobbes, Locke, Rousseau, Kant e Hegel, o que indica a sua implantação na grande tradição cultural europeia. Entre os seus cinco autores mais recentes, estão três italianos — Croce, Pareto e Cattaneo e mais Kelsen e Weber. Não há, como observa, maneira de racionalizar apropriadamente as relações de afinidades entre eles. Todos tiveram a sua parte no desenvolvimento do seu percurso intelectual. Assim, por exemplo, Cattaneo o liberou de abstrações filosóficas estérteis; Pareto o ajudou a compreender os limites da razão; Kelsen lhe deu acesso a um entendimento do direito como sistema dinâmico; Weber tem sido uma inspiração para repensar e reformular as

XXI

pectivo que o capacitou a enxergar contra a corrente e corretamente o que era historicamente relevante nas conjunturas. A pertinência desse olhar é o *algo* que acrescenta à tradição liberal, fazendo dele, por excelência, um sábio intelectual de mediação. O sucesso desta mediação não se explica, no entanto, apenas pelo olhar. Resulta de um método de análise, de discussão e de argumentação, que cabe indicar, nas suas linhas gerais. É o que farei a seguir.

IV

Ao tratar da relação entre os intelectuais e o poder, no conjunto de ensaios reunidos no livro significativamente intitulado *Il dubbio e la scelta*, Bobbio observa que a tarefa do intelectual é a de agitar idéias e suscitar problemas enquanto a do homem de ação é a de tomar decisões. Portanto, este escolhe (*gouverner c'est choisir*, dizia Mendès-France) e a escolha pode obrigá-lo, no limite, a cortar os nós górdios e correr o risco de optar por um caminho de futuro, graças ao querer da vontade. Já o intelectual pode se permitir a paciência existencial da dúvida metódica, com o objetivo de tentar, graças ao pensamento, desatar os nós inerentes à convivência coletiva.¹³

Bobbio, como homem de contemplação e não de ação, no uso público de sua razão, está voltado para desatar nós. Ele os desata pensando e olhando para os diversos lados de um problema, que é uma das características de sua postura de filósofo analítico. Metodologicamente, isso se traduz, como apontou em mais de uma ocasião Alfonso Ruiz-Miguel, no uso das dicotomias, que são o instrumento por meio do qual distingue, diferencia e ilumina uma realidade percebida por ele como ontologicamente complexa. O jogo dessas dicotomias, na sua *ars combinatoria*, é a maneira pela qual opera, como intelectual mediador, a relação entre dois

¹³ cf. *Il dubbio e la scelta*, cit. p. 62, 127.

principais categorias da política; Hobbes, além do método, é uma fonte inspiradora de três temas substantivos do seu pensamento político: o individualismo, o contratualismo e a construção da paz através da instituição de um poder comum.

A diversidade dos autores clássicos preferidos de Bobbio é reveladora do abrangente e complexo repertório de idéias a partir das quais opera o seu papel de intelectual mediador. Nesse papel ele não é um filósofo de sínteses impossíveis, mas um filósofo da análise e é precisamente no rigor heurístico das análises que reside a força e a originalidade do seu pensamento.

V

A força e a originalidade da reflexão de Bobbio se fizeram sentir além da Itália, com impacto no debate público de outros países. Não é o caso de discutir, neste prefácio, a irradiação mais ampla de seu pensamento e de sua palavra, mas creio que vale a pena indicar como se deu o processo de recepção de sua obra no Brasil.

Em nosso país, Bobbio começou a ser discutido nos anos 50, entre os juristas, graças ao interesse que neles despertou. Estes, com efeito, encontraram na sua visão de *filosofia do direito*, concebida *sub specie juris*, ou seja, como resposta aos problemas concretos colocados pela experiência jurídica, um indispensável ponto de referência. De fato, o rigor na análise da norma e do ordenamento jurídico e a sua posterior abertura para a problemática, não apenas da estrutura, mas também das funções do Direito no mundo contemporâneo, explicam como o instrumental teórico da sua obra foi sendo incorporado ao debate jurídico brasileiro.

A partir da década de 70 — que coincidem com a presença mais constante de Bobbio no debate público italiano —, a sua obra, tanto de cultura acadêmica quanto de cultura

militante, passou a interessar a um público mais abrangente. Em um primeiro momento, isso ocorreu no contexto do debate sobre a redemocratização do país e da luta pelo término do regime militar. Posteriormente, em função da contínua pertinência de sua reflexão para *itens* da agenda política brasileira, que vem coincidindo em boa parte com os temas recorrentes de sua reflexão. Entre eles menciono, reiterando em parte o que já foi dito, o papel do estado de direito; a interação entre sociedade e estado; a dicotomia ditadura/democracia; os meios de mudança política (*reforma/revolução*); a relação entre direito e poder; política e cultura; a autonomia da política (o assim chamado problema maquiavélico, da diferença entre ética e política); a autonomia do político (a autonomia do poder político e do ideológico em relação ao poder econômico, ou seja, por que o nexo entre estrutura social e a base econômica e a superestrutura política e cultural não corresponde ao que afirmava na sua linearidade o catecismo marxista); a transparência do poder e os segredos do estado etc.

O público no Brasil para a obra de Bobbio foi assim, a partir da década de 70, alargando-se dos juristas para setores mais amplos da sociedade. Em função de sua identidade política de “socialista liberal”, e precisamente por conta de seu papel de intelectual mediador incorporou (i) a esquerda intelectual não dogmática e de vocação democrática, que considerou fecunda a discussão de Bobbio a respeito das limitações da teoria marxista do Estado e do Direito para a construção da democracia no Brasil; e (ii) os liberais que, atentos à escala da desigualdade existente no país e ao desafio que isso representava e representa para o futuro brasileiro, encontraram no liberalismo socialista de Bobbio uma fonte de inspiração. Uma fonte de inspiração para, ao examinar os modos de organização da vida coletiva, afirmar não apenas o estado de direito, o respeito pelo indivíduo, o papel do mercado, como também o imperativo

da concomitante tutela da liberdade e da igualdade para a democratização das sociedades nas condições do mundo contemporâneo.

A consequência foi o sucesso editorial de Bobbio em nosso país a partir dos anos 80. Esse sucesso atesta a irradiação de sua obra que hoje está, em boa parte, traduzida e disponível em português para os seus múltiplos leitores. Além das razões já expostas sobre a constituição do seu público no Brasil, a recepção da obra de Bobbio foi favorecida, no plano mais amplo, pela presença da cultura italiana na vida brasileira.

Essa presença não se explica apenas em função da imigração e da proximidade da língua. Resulta de densidade própria indiscutível no âmbito da cultura ocidental, somada a uma aptidão para a abertura transcultural. Dessa abertura, tão necessária para uma sólida experiência intelectual, a variedade dos clássicos de Bobbio dá testemunho. Uma abertura desse tipo é relevante, como referencial, para um país com as características do nosso. Tem o mérito de ir além do ensinamento derivado da combinação entre vigor intelectual e poderio político que assinala, por comparação, a cultura anglo-americana e a francesa.

No campo jurídico, por esses motivos, a presença italiana sempre foi relevante na Faculdade de Direito da USP, para isso tendo contribuído o magistério de dois contemporâneos de Bobbio, Tullio Ascarelli e Enrico Tullio Liebman, que, forçados a sair da Itália de Mussolini pelas leis raciais, foram acolhidos na Faculdade e nela lecionaram durante e após a Segunda Guerra Mundial, até regressarem ao seu país de origem. Foi assim que nos anos 60, para dar um depoimento pessoal, como aluno de graduação, tomei conhecimento da obra de Bobbio nas aulas de filosofia do direito do professor Miguel Reale, que muito contribuiu para divulgá-la nos meios jurídicos brasileiros. Nesta linha registrei e discuti a dimensão jurídica da obra de Bobbio em minha tese de livre-docência de 1977, sobre o Convênio

Internacional do Café de 1976, centrada, teoricamente, no papel da reciprocidade na criação e aplicação de normas do Direito Internacional Econômico.

Nos anos 70, que coincidem, como observei, com a publicação de *Quale socialismo?, dei-me conta da importância e pertinência da obra de Bobbio no campo da teoria política e noto, para continuar em um depoimento pessoal, que foi o professor Antonio Cândido que me deu de presente, assim que foi publicada, a edição de 1979 da Einaudi, admiravelmente prefaciada por Bobbio, do *Socialismo liberale*, de Carlo Rosselli.*

Esse novo contato com a vertente política da obra de Bobbio acentuou minha admiração pelo seu pensamento que oferecia resposta às minhas próprias inquietações intelectuais, voltadas para a mediação e a convergência entre a filosofia do direito e a filosofia política. Essa mediação e convergência foi que explorei no meu primeiro texto sobre Bobbio: o prefácio de 1980 ao seu primeiro livro publicado no Brasil, *A teoria das formas de governo na história do pensamento político*,¹⁴ também recolhido no meu livro *Ensaio sobre a liberdade*.¹⁵

No plano mais geral da opinião pública informada, o interesse pela obra de Bobbio entre nós teve um estímulo adicional por ocasião da viagem que fez ao Brasil em setembro de 1982. Foi quando tive a satisfação de conhecê-lo pessoalmente. Nessa oportunidade, Bobbio pronunciou duas conferências na Faculdade de Direito da USP, que tiveram ampla repercussão na imprensa, e participou de um encontro/seminário sobre a sua obra patrocinado pela Universidade de Brasília e organizado por Carlos Henrique Cardim. Para esse encontro/seminário, preparei um texto que era um estudo sobre a sua contribuição a outro campo

¹⁴ Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1980.

¹⁵ São Paulo, Perspectiva, 1980.

de minha permanente preocupação intelectual: o das relações internacionais. O texto, intitulado "O problema da guerra e os caminhos da paz na reflexão de Norberto Bobbio", revisto e ampliado, é um dos ensaios do meu livro *O Brasil e a crise mundial*¹⁶ e foi igualmente publicado, em espanhol, no *liber amicorum*, organizado por Agustín Squella.¹⁷

O estímulo intelectual da obra de Bobbio, no meu caso reforçado pelas afinidades dos campos acadêmicos e dos posicionamentos políticos, teve como atração adicional os instigantes diálogos que mantivemos nas múltiplas visitas que lhe fiz em Turim, depois do nosso encontro em 1982 no Brasil. Daí o empenho em discutir e trabalhar pela divulgação do seu pensamento em nosso país. Foi assim que, dando seqüência a esse empenho, aceitei com a maior satisfação o convite para elaborar este prefácio à edição brasileira de *O tempo da memória*.

VI

"Quem louva a velhice não a viu de perto", diz Bobbio parafraseando o dito popular baseado no adágio de Erasmo sobre a guerra. Com um saber de experiência, ele explica como em relação aos *très âgés* é ainda mais pertinente a máxima de La Rochefoucauld: "Notis arrivons tout nouveaux aux divers âges de la vie et nous y manquons souvent d'expérience malgré le nombre des années."

Com efeito, a velhice, última fase da vida, exprime um ciclo que se avizinha do fim. Por isso, ela é também empregada metaforicamente para assinalar a decadência de uma civilização, de um povo, de uma raça, de uma cidade. Daí ser o termo "jovem", usualmente, o pólo positivo da dicotomia velho/jovem.

Bobbio articula com a clareza habitual a decadência imposta pelos limites fisiológicos da velhice, contrastando a lentidão deliberada das solenidades — a do sacerdote na procissão, a dos grandes do Estado nas cerimônias públicas — com a lentidão não desejada do velho, no andar, no manejo dos instrumentos, no pensar. Esta lentidão é penosa para o velho e para os outros. Bobbio registra o drama

¹⁶ São Paulo, Perspectiva, 1984.

¹⁷ *Norberto Bobbio, Estudios en su homenaje*, Valparaíso, Universidad de Valparaíso, 1987.

¹⁸ Firenze, Passigli Edit., 1984, p.8.

da finitude com a limpidez da metáfora da escada: o velho percebe que vai descendo a escada da vida de degrau em degrau e, por pequeno que este seja, sabe não só que não há volta como também que o número de degraus que tem pela frente é sempre menor. Registra, igualmente, que a sabedoria convencional diria que, para um velho, o apropriado é conhecer e aceitar os limites resultantes do avizinhar-se do fim do ciclo da vida. Estes limites ele os conhece, mas tem dificuldades em aceitá-los. Admite-os, como um realista, porque não tem alternativas. Por outro lado, sua postura diante da hipótese de uma outra vida depois da morte e de suas eventuais recompensas permanece, coerentemente, a de um laico: assim como os crentes acreditam, ele crê não crer em um outro mundo, entre os muitos mundos possíveis e imaginados de formas distintas por Platão, por Epicuro, pelos judeus, pelos cristãos. Diante disso, na vida como na velhice, é a *memória* que ele recorre, como meio de sobreviver.

Hannah Arendt (1906-1975), a quem tenho evocado neste prefácio para refletir sobre o percurso de Bobbio, morreu com quase 70 anos, sem alcançar a etapa dos *três agés*. Como relata a sua biógrafa Elizabeth Young-Bruehl, ela pretendia escrever um “De Senectute” e dizia, em *The Life of the Mind* que, na perspectiva do querer, a velhice é carência de futuro pois, como aponta Bobbio, o mundo do velho é o do passado.¹⁹

A falta de futuro, imaginava Hannah Arendt, não precisa ser, necessariamente, uma causa de angústia. Pode abrir novas possibilidades para o pensar, na medida em que o “eu que pensa” extrai significado do passado, conferindo-lhe a forma de uma “estória” por meio da memória. Esta se converte assim na solidez da sede da alma, como dizia Santo

Agostinho, um dos “clássicos” de Hannah Arendt — “*sedis animi est in memoria*”.

O sopro do pensamento, como o do Espírito, não desaparece inapelavelmente quando se retém, como é o caso de Bobbio, a capacidade de um juízo reflexivo, apto a extrair um significado geral a partir do caso específico de uma situação. Este tipo de juízo é fundamental em uma época como a nossa, na qual a lição do labirinto evidencia como os “universais” são fugidios. É este juízo reflexivo que Bobbio também nos oferece, ao pensar sobre os *três agés*, operando como sempre faz uma nova mediação: o tempo da memória na busca do significado para lidar com a velhice e a vida.

No *De Senectute* de Bobbio, como dizia Catão, no *De Senectute* de Cícero, os resultados do pensamento, do carácter e do juízo não diminuiram mas aumentaram com a idade. Por isso ele é não só um grande intelectual e um grande homem, mas igualmente — e isto é sem dúvida existencialmente mais difícil — um “grande *vecchio*”, um mestre dotado de autoridade, cujo ensinamento suscita sempre a melhor admiração.

— Carlo Lafer
Cerebra, março de 1997.

¹⁹ cf. *Hannah Arendt - For Love of the World*, New Haven, Yale University Press, 1982, p. 457.

Bobbio defende compromisso entre liberalismo e socialismo

Luiz Carlos Bresser-Pereira entrevistou Norberto Bobbio. **Folha de S. Paulo**, Mais!, 5-12-94 Também disponível em Adriano Schwartz, org. (2003) *Memórias do Presente*. São Paulo: Publifolhas: 222-232. Bresser-Pereira interviews Norberto Bobbio on social-liberalism, democracy, populism, and the idea of progress. The political philosopher speaks also about his intellectual formation and major influences. Quando, ainda nos anos 70, ouvi pela primeira vez falar de Norberto Bobbio, aprendi que o grande filósofo político italiano era um socialista democrático. Depois, lendo seus trabalhos, principalmente seu maravilhoso ensaio "O Modelo Jusnaturalista", verifiquei que sua visão da política era liberal, marcada pelos grandes filósofos iluministas.

Os séculos 19 e 20 foram caracterizados pelo conflito histórico entre o liberalismo, que surge como uma ideologia burguesa no século anterior, e o socialismo, que afirma os direitos dos trabalhadores. No século 20 o socialismo é distorcido pelo estatismo burocrático. Não obstante, Bobbio, que se autodenomina um mediador, sempre norteou seu pensamento para a busca de uma síntese – ou de um compromisso, como ele prefere – entre as duas primeiras visões. Este compromisso é o liberalsocialismo ou o social-liberalismo, que, conforme ele nos dirá nesta entrevista, afinal não se distingue essencialmente da social-democracia, e se caracteriza pelo compromisso entre o liberalismo político e o socialismo econômico. Para Bobbio, o socialismo democrático do século 19 não era a antítese do liberalismo mas um desenvolvimento deste. O liberalismo garantia a propriedade e os direitos individuais à burguesia, o socialismo passava a garantir os direitos sociais e o sufrágio universal aos trabalhadores.

Este é o tema central da entrevista que realizei com Norberto Bobbio em outubro último, em seu apartamento em Turim. O filósofo, com seus 84 anos, está lúcido e bem de saúde. Como venho lendo muito Bobbio nos últimos anos, decidi aproveitar a oportunidade de uma viagem mais longa à Europa para ir a Turim conhecer o notável pensador, e entrevistá-lo. Para isto vali-me de Celso Lafer, o introdutor de Bobbio no Brasil, e de seu amigo Michelungelo Bovero, discípulo de Bobbio que o sucedeu em sua cátedra de filosofia política na Faculdade de Direito da Universidade de Turim.

Nesta entrevista, procurei, inicialmente, conhecer as influências básicas que Bobbio sofreu na sua juventude, nos anos 20 e 30. Luigi Einaudi e Gaetano Salvemini são os filósofos liberais; Gramsci, o socialista; e Piero Gobetti e Carlo Rosselli, aqueles que já nos anos 20 estavam tentando algum tipo de síntese

entre as duas visões da política e do Estado. Na filosofia do direito, Kelsen foi sua maior influência. Bobbio aproveitou a oportunidade para também falar sobre sua atividade política, particularmente sua luta contra o fascismo e sua participação na Resistência, embora, como salientou, nunca tenha sido um político, mas um professor. O fato de ter-se tornado senador vitalício não mudou esta condição básica de sua vida.

O tema seguinte da entrevista foi a democracia moderna. O autor de "O Futuro da Democracia" reafirmou sua crença na democracia, não como uma forma ideal, mas como uma forma concreta de governo que se tornou vitoriosa neste século, ao mesmo tempo que um compromisso se estabelecia entre o liberalismo e o socialismo. As democracias modernas são formas de governos "mistas". O primeiro grande governo misto, em que monarquia, aristocracia e democracia estavam presentes, foi o de Roma. As democracias atuais são geralmente parlamentaristas. Nelas há um presidente ou um rei representando a monarquia, um senado representando as elites ou a aristocracia, e uma câmara dos deputados representando o povo. Falamos em seguida sobre o nacional – desenvolvimento latino-americano, que, como o estatismo comunista e o "welfare state" social-democrata, vem sofrendo um forte ataque por parte do neoliberalismo. Sugeri que a social-democracia, com uma maior ênfase no mercado e na disciplina fiscal, seria uma síntese possível. Bobbio concordou. Para Bobbio o estatismo, que acabou dominando o pensamento dos socialistas, foi um desvio, como o neoliberalismo conservador é uma distorção do liberalismo. A social-democracia, ao contrário, é a democracia realista. Mas afirmou sua preocupação com o populismo, que na Itália é representado pela Liga Lombarda, partido conservador do Norte.

No final da entrevista afirmei que suas idéias pressupunham uma visão otimista da história, dada a sua crença na democracia e na possibilidade da solução dos conflitos internos e internacionais sem o uso da violência. Bobbio reafirmou esta utopia, mas manifestou reservas quanto ao otimismo, dada a violência que ainda prevalece no mundo, uma violência que ele testemunhou durante toda a sua vida.

Luiz Carlos Bresser Pereira? – Professor, na sua juventude, o positivismo estava morto, o realismo conservador de Croce era dominante, o liberalismo democrático de Luigi Einaudi e Gaetano Salvemini uma ilha, o liberalismo social de Gobetti era uma promessa e o marxismo de Gramsci uma revisão voluntarista. O senhor pode dizer quem foram, naquele momento, os seus mestres na Itália, os intelectuais que mais o influenciaram na sua juventude? Norberto Bobbio – Não é fácil. Não é fácil porque o senhor sabe

que quando se é jovem, se está sujeito a diferentes influências, que muitas vezes são contraditórias. Eu, certamente, fui influenciado pelo ambiente de Turim, onde havia uma cultura de orientação liberal. Einaudi era professor na Universidade de Turim, era economista, como o senhor sabe, e mesmo durante a ditadura continuou a ensinar, porque o fascismo, como dizemos, foi uma ditadura mais branda.

A universidade não era ainda fascistizada. O processo de fascistização que tomou a Itália não tomou a universidade. Einaudi era um representante do liberalismo. Liberalismo político e liberalismo econômico, que na Itália chamamos liberalismo político e liberalismo econômico. Eram visões liberais em confronto com o fascismo.

Eu era coetâneo e amigo de Giulio Einaudi, filho de Einaudi, que em 1933 fundou uma grande editora, que existe até hoje, uma das maiores editoras italianas do ponto de vista cultural. Eu participei da fundação dessa editora, que tinha o propósito de publicar livros que não fossem fascistas. Foi uma tentativa de desenvolver uma atividade de caráter cultural contra o fascismo. Tanto é verdade que fomos todos presos, quando publicamos a revista, que se chamava ‘Cultura’, em 15 de maio de 35.

Gostaria de acrescentar que, do ponto de vista político, o ambiente de Turim nos anos imediatamente precedentes ao fim da Primeira Guerra e entre o fim da Guerra e o advento do fascismo, foi caracterizado pela presença de dois intelectuais políticos que foram, na época, e são considerados ainda agora, os mais importantes na Itália.

O primeiro foi Antonio Gramsci, o iniciador do Partido Comunista. Depois da divisão, em 1921, ocorrida no interior do Partido Socialista, os comunistas se retiraram e constituíram o Partido Comunista.

O outro personagem importante foi Piero Gobetti, que concebeu a mais importante revolução, a revolução liberal. Era um liberalismo de aspectos revolucionários em confronto com o advento da ditadura fascista. Teve uma enorme importância na cultura turinesa e, portanto, na formação dos jovens estudantes de alguns anos depois. Ambos pertenciam a duas correntes diferentes. Um era comunista, o outro era um liberal revolucionário – porém eram muito amigos. Gobetti colaborou como crítico no jornal comunista de Gramsci, que se chamava ‘A Ordem Nova. Esta era a atmosfera cultural pela qual eu e muitos outros fomos influenciados.

Bresser – E os intelectuais fora da Itália? Hobbes é a sua principal influência?

Bobbio – Não. Devo dizer que então eu não tinha interesses políticos. Tinha interesses nos estudos e não me preocupava com política. Eu me dediquei, naqueles anos, ao estudo da teoria lógica do direito...

Bresser – Kelsen?

Bobbio – Numa parte, a da teoria do direito, fui influenciado por Kelsen. Mas não há nos anos do fascismo escritos políticos meus. Eu comecei a escrever sobre política logo depois da liberação e do advento da democracia. Eu participei da Resistência do fim de 43 até 45. Comecei a escrever sobre política num jornal cotidiano de Turim, que foi fundado logo depois, em meados de 45, e que era a expressão do movimento político ao qual eu havia aderido durante a Resistência e que depois se transformou no Partido de Ação, que era a expressão da tradição republicana, aquela de Mazzini, homem político do século 19, muito conhecido em todo o mundo, que Constituiu grupos de revolta contra o despotismo.

O Partido de Ação funcionou clandestinamente durante o fascismo, em 42. Depois nós participamos do então Comitê de Liberação Nacional, constituído por cinco partidos – o Partido Comunista, o Partido Socialista, o Partido de Ação, a Democracia Cristã e o Partido Liberal. Esse era o quadro dos movimentos políticos que depois constituíram a ossatura do sistema político italiano por muitos anos.

Bresser – Mas, depois, o Partido de Ação tornou-se um partido socialista?

Bobbio – Não, o Partido de Ação, depois de constituída a República, em 2 de junho de 46, se dissolveu. Disse tudo isto para chegar aos primeiros artigos que escrevi. Foram para o jornal que se chamava ‘Justiça e Liberdade’, que nasceu em Paris, pelas mãos dos exilados do fascismo. O seu maior representante foi Carlo Rosselli, que escreveu um livreto em francês muito conhecido, intitulado ‘Socialismo Liberal’.

A inspiração ideológica do Partido de Ação era o socialismo liberal, era Rosselli. O movimento de Rosselli se chamava Justiça e Liberdade. Gostaria de acrescentar que eu não tive jamais uma grande vocação política.

Bresser – O senhor sempre procurou manter uma independência forte em relação aos partidos políticos?

Bobbio – Claro. Eu repito, nunca tive uma grande vocação política, nunca quis fazer política, apesar das pressões que sofri. Se o senhor olha a minha bibliografia, são dez livros, nove dos quais sobre direito...

Bresser – E filosofia política.

Bobbio – Sim. E um de política. Eu comecei a escrever em jornal, a ter influência direta na formação da opinião pública, muito tarde, com 64 anos. Sempre me dediquei ao ensino. Sempre me considereei, acima de tudo, um professor. De fato, quando o presidente, em 1984, me nomeou senador vitalício, o primeiro a se surpreender fui eu. E quando alguém me perguntava se devia me chamar senador ou professor, eu respondia professor.

Bresser – Como professor, quando li o ensaio sobre jusnaturalismo (conjunto de teorias filosóficas e

políticas desenvolvidas nos séculos 17 e 18 para explicar o Estado como fruto de um contrato social, que colocavam como fundamento do direito a razão natural do homem), percebi que o senhor opõe o pensamento de Aristóteles, Hegel e Marx – pensamentos históricos – ao pensamento dos contratualistas, que seria lógico-dedutivo. Me parece que a sua formação combina as duas correntes muito claramente.

Bobbio – Sim. Eu me considero sincretista, no sentido de que, no fundo, eu nunca fiquei preso a uma corrente determinada. Sempre procurei ir além das tendências contrapostas. Eu me defini como um intelectual mediador, aquele que procura encontrar soluções, ao invés de dividir. Evitar opostos extremistas, como na Itália, o fascismo e o comunismo.

Bresser – O debate político do século 20 se obscureceu porque o liberalismo tornou-se a ideologia da burguesia, o socialismo que deveria ser a ideologia dos trabalhadores foi confundido com o estatismo burocrático, e o eficientismo, além do estatismo, é a ideologia dos burocratas. O senhor pode comentar essa minha afirmação, que está muito ligada a coisas que eu escrevi?

Bobbio – Estou de acordo. O socialismo foi desde o início estatista, no sentido de dar primazia ao setor público. A influência do comunismo na União Soviética determinou em parte, o pensamento socialista democrático. Uma das características do socialismo democrático em todos os lugares, e certamente na Itália, era a nacionalização, um maior alargamento da economia pública e do setor público.

Quando os partidos políticos socialistas franceses tiveram o poder houve nacionalização. Os partidos socialistas, desde o início, foram estatistas. Eu me lembro que Piero Gobetti, desde o início, era contrário aos socialistas italianos favoráveis à estatização, que teria levado inevitavelmente à burocratização do Estado. Eu acho que não há somente crise no comunismo, mas também, em grande parte, no socialismo democrático.

Bresser – Eu creio que o socialismo não necessitava ser tão estatista. Houve uma espécie de corrupção burocrática do socialismo, que foi confundido com a idéia de estatização e de poder burocrático, em vez de poder verdadeiramente democrático. Seu discípulo, Michelangelo Bovero, escreveu recentemente um artigo sobre o liberal socialismo, no qual diz que é possível haver um liberalismo socialista se o liberalismo e o socialismo forem definidos de uma forma limitada, que torne possível compatibilizar as duas idéias. Eu sei que esta é, talvez, a sua idéia fundamental – a possibilidade de um liberalismo social – mas o senhor também diz que não é possível uma síntese. O senhor pode comentar isso?

Bobbio – Para mim é possível um compromisso e não uma síntese. O fascismo não era nem liberal nem

socialista. Não era nem liberal em política nem socialista em economia porque protegia a classe burguesa. Eu creio que, se se quer falar de social-liberalismo deve-se falar de um compromisso de liberalismo político e de socialismo econômico e, portanto, da correção dos defeitos do livre mercado. Deve-se saber quanto de liberalismo e quanto de socialismo, na prática, pode-se pactuar em uma determinada situação. A dificuldade está, justamente, em determinar a dosagem.

Bresser – Professor, no Brasil, na América Latina, toda a estratégia, o modelo de desenvolvimento, foi o modelo nacional-desenvolvimentista, no qual o Estado teve uma importância muito grande. Nestes últimos dez anos, uma onda conservadora, neoliberal, vinda especialmente dos Estados Unidos, afirmava ser a única alternativa para o velho nacional-desenvolvimento que já está exaurido. Eu, pessoalmente, comecei a falar e escrever sobre a possibilidade de uma espécie de síntese. Esta síntese seria uma alternativa social-democrática ou poderia ser uma alternativa liberal-socialista, em que o liberalismo seria não somente político, mas também econômico, no sentido de que se deve usar o mercado; mas a idéia de justiça e a idéia de Estado forte, capaz de corrigir as falhas do mercado, também seriam importantes.

Bobbio – Eu estou de acordo. Acho, porém, que é muito mais fácil falar do que aplicar de fato. Sobre tudo diante deste triunfo do mercado capitalista, também aqui na Itália sem limites e sem preocupações com as consequências.

Bresser – Professor, qual a diferença entre social-liberalismo e social-democracia?

Bobbio – Eu creio que a diferença não existe. Se o senhor vê o socialismo liberal de Rosselli, ele dizia que o socialismo era o fim e o liberalismo o meio. Mas se o senhor interpretar desse modo, não há muita diferença daquele que era o ideal da social-democracia. A minha impressão é que o socialismo liberal de Rosselli, se o atualizarmos com outro nome, não é muito diferente do socialismo democrático.

No socialismo liberal, a palavra liberal tem um significado mais histórico. No século passado nós interpretamos o socialismo mais como um desenvolvimento do liberalismo e não como uma antítese do liberalismo. O socialismo não era tanto uma antítese do liberalismo, era um desenvolvimento, no sentido de que alargava, aqueles que são os direitos fundamentais já proclamados pela Revolução Francesa. Era um prosseguimento dos movimentos históricos inevitáveis e necessários. Não era um movimento que se opunha às conquistas da Revolução Francesa.

Eu me lembro que um professor de Rosselli, um professor socialista muito conhecido na Itália, escreveu no início do século um artigo importante, “Das Declarações dos Direitos ao Manifesto Comunista”, que estendia aos trabalhadores os direitos fundamentais

que foram definidos na declaração francesa. Quando os direitos do cidadão foram reivindicados pela burguesia, estes eram, sobretudo, direitos de liberdade em relação ao despotismo do Estado. Eram, sobretudo, direitos de liberdade e também direitos políticos de participação. Quando os trabalhadores começaram a ser ouvidos, eles reivindicavam, naturalmente, outros direitos.

Para os burgueses era importantíssimo o direito de propriedade, porque procuravam defender a liberdade de propriedade face às pressões do Estado, queriam liberdade em relação ao Estado opressor. Quando surgiram na ribalta política os trabalhadores, o interesse não era tanto pelo direito à propriedade, mas pelo direito ao trabalho. Além dos direitos de liberdade, também foram exigidos os direitos sociais, que dependem, de qualquer modo, da intervenção do Estado.

Nesse sentido, o liberal-socialismo era um desenvolvimento histórico dos direitos de liberdade aos direitos sociais. Os direitos de liberdade eram aqueles próprios da classe burguesa. E os direitos sociais, próprios dos trabalhadores. Mesmo o sufrágio universal, se o senhor pensar bem, poderia ser reivindicado somente quando surgiram em cena os trabalhadores. Os burgueses não precisavam do sufrágio universal. Os trabalhadores requisitaram o sufrágio tanto para aqueles que não tinham propriedade quanto para aqueles que não tinham cultura. Isto é visto sempre como uma espécie de processo inevitável e necessário na passagem, no alargamento da base social da democracia.

Bresser – Professor, o senhor é um importante teórico da democracia. No seu livro sobre formas de governo, o senhor observa que para os filósofos gregos a monarquia e não a democracia era a melhor forma de governo. O que mudou para que as pessoas, hoje, pensem que a democracia seja a melhor forma de governo?

Bobbio – A história é muito complicada. A democracia foi considerada não a melhor, mas a pior forma de governo, porque sempre desafiou a capacidade política do povo, da plebe...

Bresser – A impressão que tenho é de que a democracia, para ser possível, necessita de uma certa cultura popular. E necessário que o capitalismo seja, mais ou menos, estabilizado e que uma certa cultura política permita um governo democrático.

Bobbio – Sim. Mas é um assunto muito complexo. Eu falei no meu livro sobre a concepção inicial de democracia grega, aquilo que eles chamavam não tanto democracia mas isonomia. Penso que o maior exemplo histórico foi a Atenas de Péricles. Se alguém olha o epitáfio de Péricles, nele estão todos os princípios fundamentais da democracia. Esta alternativa entre governo de um e governo de muitos e, em Aristóteles, entre governo dos ricos e governo dos po-

bres, esta alternância entre a superioridade da monarquia e a superioridade da democracia é uma alternância que transcorre ao longo de toda a história...

Bresser – A monarquia para os gregos era a melhor forma de governo e a pior era a tirania. E, assim, o risco da monarquia era muito grande. E o problema fundamental – eu aprendi com o senhor, no livro “Teoria das Formas de Governo” – da democracia era sua instabilidade. As instituições desenvolveram-se de tal maneira no mundo moderno que garantiram para a democracia a estabilidade que era o seu problema. Creio que era esse o motivo pelo qual a democracia é considerada hoje a melhor forma de governo por todos ou por quase todos.

Bobbio – Mas não se deve confiar muito nessa estabilidade. Na Itália, nós estamos vivendo uma experiência traumática da nossa democracia. Atualmente a nossa democracia não está em condições de resolver nossos problemas econômicos e políticos. E, infelizmente, a alternativa para uma democracia frágil é o fascismo, no sentido de um Estado autoritário. Quando a liberdade perde os limites, o próprio povo invoca o tirano. Quando vejo na televisão os discursos desse chefe da Liga força política conservadora, com base no Norte rico italiano, contra “os impostos de Roma” e com inclinações separatistas], Umberto Bossi fico preocupado. São discursos de uma vulgaridade, de uma estupidez política e cultural inacreditáveis. E vejo a plebe que o aplaude, que agita bandeiras e lenços, de modo fanático. Vejo que a democracia se transforma em populocracia, no governo da plebe.

Bresser – No seu livro sobre formas de governo, o senhor dá muita importância à idéia grega de governo misto (misto de monarquia, aristocracia e democracia). No Brasil, quando li o seu livro, discutia-se o problema do presidencialismo e do parlamentarismo. E, para mim, parecia que o parlamentarismo, como instituição, seria mais adequado a um governo misto moderno que o presidencialismo. O senhor pode comentar isso?

Bobbio – O sistema parlamentar foi interpretado desde o início como um governo misto. Se nós pegarmos a origem do governo parlamentar na Europa veremos que ele nasceu da monarquia constitucional. E as monarquias constitucionais foram interpretadas como governos mistos: ficam os princípios monárquicos da monarquia e o parlamento representa os movimentos populares.

Os parlamentos, frequentemente, são constituídos de duas câmaras; a dos deputados representa o poder democrático, e o senado representa o movimento aristocrático. A força dos governos mistos é a sua duração. Um regime político que durou séculos, além do romano e da monarquia inglesa foi o das repúblicas de Veneza e Gênova. Eram repúblicas mo-

nárquicas, porque o “Doge’ era eleito e vitalício. Quando a república precisa do coletivo, chama o consenso, o consenso deve ser dado. Quando um Estado tem um chefe eleito vitalício, cujo poder não pode ser controlado e reconfirmado periodicamente, é uma república monárquica.

Bresser – Para o senhor, uma das promessas não mantidas da democracia é a derrota dos poderes oligárquicos. Ao contrário, temos uma democracia de elite. E possível uma democracia oligárquica que não seja populista? Porque se fala muito de populismo na América Latina.

Bobbio – Eu sei, eu sei. Porém, a palavra populismo possui muitos significados. Hoje existe uma tal admiração pela economia de mercado, que qualquer um que diga “devemos também pensar nas classes inferiores” é chamado, de modo depreciativo, de populista. Por que o senhor me coloca essa pergunta?

Bresser – Eu pergunto porque a minha impressão é que é possível distinguir uma democracia popular de uma populista. Na América Latina especialmente, mas creio que em todo o mundo, com esta onda conservadora, neoliberal, qualquer coisa de caráter mais social tornou-se “populista”, o que é um perigo. Mas me parece que, com a vitória de Clinton nos EUA, houve uma mudança. E é possível pensar que este avanço do liberalismo radical começa a perder importância. E creio que neste momento é importante distinguir o populismo do popular. Há coisas populistas que são negativas mas há coisas populares que são positivas.

Bobbio – O populismo confunde um pouco a democracia com a demagogia. O populismo é um popularismo demagógico. O populismo necessita de um chefe carismático, um líder. Um partido popular tem líderes mas não tem um líder, um líder que seja considerado pelos seus fiéis como um chefe indiscutível. Por exemplo, a Democracia Cristã, na Itália, foi considerada um partido popular, enquanto o partido da Liga é de caráter populista, porque possui personagens que são aclamados nos períodos do grande crise. De Bossi não se sabe nada de sua vida; não estudou e agora é aclamado pela multidão como se fosse um líder carismático. Isto é populismo.

Bresser – Os economistas usaram a expressão populismo, nos últimos anos, para designar políticas econômicas que não levam em consideração o ajuste fiscal e que atendem a todas as reivindicações. Isto seria populismo? Bobbio – É uma forma de populismo. Um dos problemas da democracia na Itália depende deste tipo de populismo, isto é, ceder à todas as reivindicações sem levar em conta as incompatibilidades.

Bresser – Para Montesquieu, a democracia é o reino da virtude e o despotismo o reino do medo. Para o senhor, a democracia não é somente uma forma de procedimento político, mas um sistema de valores no qual a tolerância é fundamental. Isto quer dizer que o senhor é um filósofo essencialmente otimista, Estou certo?

Bobbio – No que diz respeito aos direitos, sim. O grande valor da democracia, para mim, é a não-violência. Nas democracias o objetivo é resolver os conflitos sem violência, através de discussões. Eu digo sempre: melhor uma democracia desarranjada, como esta da Itália, que um regime autoritário. A minha utopia é uma democracia internacional que consiga resolver os conflitos entre os Estados sem recorrer à violência.

Bresser – Para isso é necessária uma concepção otimista da história.

Bobbio – Sim. Porém eu estou dividido entre esta esperança utópica e a comoção contínua e muito amarga, realista e pessimista, provocada pelo que acontece diante dos meus olhos e por tudo que eu já vi durante minha vida. A história humana foi determinada pela potência. Eu tenho um pouco desta visão da história, uma visão em que há uma meta, mas, quando reflito sobre minha experiência pessoal, fico em dúvida se será possível alcançá-la.

ATA DA 4ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 18 DE DEZEMBRO DE 2003

(Publicada no **DSF** nº 215, 19 de dezembro de 2003)

Retificações

1) No sumário da Ata, à pág. nº 42.097, 1ª coluna faltou a ementa, no item 1.3.4 – Leitura de Requerimento nº 1.728, de 2003, referente ao Projeto de Lei da Câmara, nº 101, de 2003 (nº 1.352/03, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a Legislação Tributária Federal,

Onde-se:

“Projeto de Lei da Câmara, nº 101, de 2003 (nº 1.353/03, na Casa de origem) que”

Leia-se:

“Projeto de Lei da Câmara, nº 101, de 2003 (nº 1.352/03, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a Legislação Tributária Federal”.

.....
2) No trecho de Ata, à pág. nº 42.177, 2ª coluna, referente ao Projeto de Lei do Senado nº 532, de

2003, de autoria do Senador João Capiberibe, que altera os arts. 16, 68, 81, 82, 86 e revoga o § 7º do art. 68 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para disciplinar autoria e exibição pública de obras audiovisuais e cinematográficas,

Onde-se:

“Art.81.

§ 4º Salvo convenção em contrário, no contrato de produção, os direitos patrimoniais sobre a obra audiovisual pertencem ao seu produtor.

§ 5º O contrato de produção e a autorização de inserção, importa na dispensa da necessidade de autorização prévia dos titulares de direitos das obras incorporadas à obra audiovisual para sua exibição cinematográfica pública”.

Leia-se:

“Art.81.

§ 3º Salvo convenção em contrário, no contrato de produção, os direitos patrimoniais sobre a obra audiovisual pertencem ao seu produtor.

§ 4º O contrato de produção e a autorização de inserção, importa na dispensa da necessidade de autorização prévia dos titulares de direitos das obras incorporadas à obra audiovisual para sua exibição cinematográfica pública”.

**ATA DA 5ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE DEZEMBRO DE 2003**

(Publicada no DSF, 20 de dezembro de 2003)

Retificação

Na página 42361, no Anexo do Parecer nº 1.946, de 2003, da Comissão Diretora, que ofereceu a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 534, de 2003, que convalida as tabelas de vencimentos básicos e demais componentes da estrutura remuneratória aplicável aos cargos de provimento efetivo integrantes do Quadro de Pessoal do Senado Federal seus órgãos supervisionados,

Onde se lê:

ANEXO AO PARECER Nº 1.946, DE 2003

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 534, de 2003.

Convalida a Resolução nº 7, de 2002, do Senado Federal, que unifica as

tabelas de vencimentos básicos e os demais componentes da estrutura remuneratória aplicável aos cargos de provimento efetivo integrantes do Quadro de Pessoal do Senado Federal e dá outras providências.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que me confere o art. 52, parágrafo único, do Regimento Comum, e tendo em vista o disposto no art. 48, **caput**, da Constituição Federal, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Ficam convalidados pela presente Lei as disposições estabelecidas na Resolução nº 7, de 2002, do Senado Federal, sendo válidas as relações jurídicas já constituídas ou dela decorrentes.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO AO PARECER Nº 1.946, DE 2003

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 534, de 2003.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que me confere o art. 52, parágrafo único, do Regimento Comum, e tendo em vista o disposto no art. 48, **caput**, da Constituição Federal, promulgo a seguinte Lei:

LEI Nº

Convalida a Resolução nº 7, de 2002, do Senado Federal, que unifica as tabelas de vencimentos básicos e os demais componentes da estrutura remuneratória aplicável aos cargos de provimento efetivo integrantes do Quadro de Pessoal do Senado Federal e de seus órgãos supervisionados, nos termos do art. 17 da Resolução nº 9, de 1997, do Senado Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam convalidados pela presente Lei as disposições estabelecidas na Resolução nº 7, de 2002, do Senado Federal, sendo válidas as relações jurídicas já constituídas ou dela decorrentes.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ata da 9ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 29 de janeiro de 2004

3ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Paulo Paim, Mão Santa e Ney Suassuna,
e da Sra. Ana Júlia Carepa

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS,
ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.
SENADORES:

Aelton Freitas – Alberto Silva – Almeida Lima
– Ana Júlia Carepa – Antero Paes de Barros –
Antônio Carlos Valadares – Augusto Botelho –
Cristovam Buarque – Delcídio Amaral –
Demostenes Torres – Duciomar Costa – Edison
Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo
Suplicy – Fátima Cleide – Garibaldi Alves Filho –
Gilberto Mestrinho – Heloísa Helena – Heráclito
Fortes – Ideli Salvatti – Jefferson Peres – João
Alberto Souza – João Batista Motta – João
Capiberibe – João Tenório – Jorge Bornhausen –
José Agripino – José Maranhão – Juvêncio da
Fonseca – Leomar Quintanilha – Leonel Pavan –
Lúcia Vânia – Magno Malta – Maguito Vilela – Mão
Santa – Marcelo Crivella – Marco Maciel – Maria do
Carmo Alves – Mozarildo Cavalcanti – Ney
Suassuna – Osmar Dias – Patrícia Saboya Gomes
– Paulo Octávio – Paulo Paim – Pedro Simon –
Ramez Tebet – Reginaldo Duarte – Renan
Calheiros – Roberto Saturnino – Rodolpho
Tourinho – Romero Jucá – Romeu Tuma – Roseana
Sarney – Sérgio Zambiasi – Serys Shessarenko –
Sibá Machado – Tasso Jereissati – Tião Viana –
Valdir Raupp – Valmir Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A lista de
presença acusa o comparecimento de 60 Srs. Sena-
dores. Havendo número regimental, declaro aberta
a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos
trabalhos.

Sobre a mesa, projetos recebidos da Câmara
dos Deputados que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário
em exercício, Senador Antero Paes de Barros.

São lidos os seguintes

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 95, DE 2004

(Nº 2.209/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária, Cultural e Artística Itajaense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itajá, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 151, de 19 de fevereiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária, Cultural e Artística Itajaense a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itajá, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 300, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhores Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 141, de 19 de fevereiro de 2002 – Rádio Oeste Comunitária, na cidade de Belo Horizonte-MG;

2 – Portaria nº 144, de 19 de fevereiro de 2002 – Associação Cultural de Rádio Comunitária de Santa Ana, na cidade de Rio Bananal-ES;

3 – Portaria nº 151, de 19 de fevereiro de 2002 – Associação Comunitária, Cultural e Artística Itajaense, na cidade de Itajá-RN;

4 – Portaria nº 167, de 19 de fevereiro de 2002 – Comunidade Renovada Santo Antônio da Pampulha – CRESAP, na cidade de Belo Horizonte-MG;

5 – Portaria nº 169, de 19 de fevereiro de 2002 – Associação de Radiodifusão Comunitária Cidade do Clima FM, na Cidade de São Carlos-SP;

6 – Portaria nº 172, de 19 de fevereiro de 2002 – Associação Comunitária Vitória de Divinópolis, na cidade de Divinópolis-MG; e

7 – Portaria nº 174, de 19 de fevereiro de 2002 – Associação Comunitária Cultural, Ecológica e Educativa Quatro Bicas, na cidade de Itapeceira-MG.

Brasília, 24 de abril de 2002. Fernando Henrique Cardoso.

MC nº 276 EM

Brasília, 18 de março de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária, Cultural e Artística Itajaense, na Cidade de Itajá, Estado do Rio Grande do Norte, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mais, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, substanciada nos autos do Processo Administrativo

nº 53780.000030/99, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 151, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53780.000030/99, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Comunitária, Cultural e Artística Itajaense, com sede na Rua Projetada s/nº, Centro, na cidade de Itajá, Estado do Rio Grande do Norte, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 05º38'48"S e longitude em 36º52'22"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pimenta da Veiga.

RELATÓRIO Nº 59/2002-DOSRJ/SSR/MC

Referência: Processo nº 53.780.000.030/99 de 27 de Janeiro de 1999.

Objeto: Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Comunitária, Cultural e Artística Itajaense, na localidade de Itajá/RN.

I – Introdução

1. Associação Comunitária, Cultural e Artística Itajaense, inscrito no CGC sob o número

02.882.661/0001-13, no Estado do Rio Grande do Norte, com sede na Rua Projetada, s/nº, centro, Cidade de Itajá-RN, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 20 de Janeiro de 1999, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no Diário Oficial da União – DOU, de 9 de setembro de 1999, Seção 3, que contempla o logradouro onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 01, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;

- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, face aos ditames legais pertinentes;

- manifestações de apoio da comunidade;

- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;

- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 01 a 96, dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

III – Relatório

• informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Projetada, s/nº, centro, Cidade de Itajá, Estado do Rio Grande do Norte, de coordenadas geográficas em 05º38’48”S de latitude e 36º52’23,5”W de longitude, consoante os dados constantes no aviso no **DOU** de 9-9-1999, Seção 03.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que, as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 63, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”. Posteriormente foram indicadas novas coordenadas, que foram aceitas e analisadas por Engenheiro responsável.

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;

- compatibilização de distanciamento do canal;

- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;

- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;
- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se diligências para alteração estatutária e do subitem 6.7 incisos I, II, IV, VI, VIII e subitem 6.11, (Projeto Técnico), da Norma 2/98, (fls. 05, 83, 77, 64).

13. Cumpridas as exigências, foi expedido o “Formulário de Informações Técnicas”, fls. 87, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade
- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;
- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;
- diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o Roteiro de Verificação de Instalação da Estação, constatando-se conformidade com a Norma 02/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, folhas 94 e 95.

15. É o relatório.

IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

– nome

Associação Comunitária, Cultural e Artística Itajaense

– quadro diretivo

Presidente: Joana Darc Ferreira Lopes

Vice Presidente: Alcione S. Mendes dos Santos

Secretária: Paulo N. da Silva

Tesoureira: Maria José da Silva

– localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Projetada, s/nº, centro, Cidade de Itajá, Estado do Rio Grande do Norte.

– coordenadas geográficas

05º38’48”S de latitude e 36º52’22”W de longitude, correspondentes aos dados constantes no “Formulário de Informações Técnicas”, fls. 87, e “Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RadCom”, fls. 94 e 95, que se refere à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária, Cultural e Artística Itajaense, no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.780.000.030/99, de 27 de janeiro de 1999.

Brasília, 21 de janeiro de 2002. – **Luciana Coelho**, Relatora da conclusão Jurídica – **Neide Aparecida da Silva**, Relatora da conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 22 de janeiro de 2002. – **Hamilton de Magalhães Mesquita**, Coordenador Geral.

(À Comissão de Educação (decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 96, DE 2004

(Nº 2.262/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Lagoa da Prata – ACLAP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa da Prata, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 753, de 6 de dezembro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Lagoa da Prata – ACLAP a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa da Prata, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 205, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 753, de 6 de dezembro de 2001 – Associação Comunitária e Cultural de Lagoa da Prata – ACLAP, na cidade de Lagoa da Prata-MG;

2 – Portaria nº 814, de 21 de dezembro de 2001 – Associação Comunitária dos Amigos de Lassance, na cidade de Lassance-MG;

3 – Portaria nº 818, de 21 de dezembro de 2001 – Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural de Senador Salgado Filho, na cidade de Senador Salgado Filho-RS;

4 – Portaria nº 79, de 29 de janeiro de 2002 – Associação Comunitária Seara – ACS, na cidade de Várzea da Palma-MG;

5 – Portaria nº 82, de 29 de janeiro de 2002 – Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária de Marapoama, na cidade de Marapoama-SP;

6 – Portaria nº 85, de 29 de janeiro de 2002 – Associação de Difusão Comunitária Ouro Verde, na cidade de Ouro Verde-SP;

7 – Portaria nº 88, de 29 de janeiro de 2002 – Associação Comunitária Católica de Radiodifusão Belavistense, na cidade de São Sebastião da Bela Vista-MG; e

8 – Portaria nº 89, de 29 de janeiro de 2002 – Associação Comunitária e Cultural Rio das Pedras, na cidade de Quirinópolis-GO.

Brasília, 1º de abril de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso**.

MC nº 48 EM

Brasília, 23 de janeiro de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade denominada Associação Comunitária e Cultural de Lagoa da Prata – ACLAP, com sede na cidade de Lagoa da Prata, Estado de Minas Gerais, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o servi-

ço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitam que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, substanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53710.001677/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 753, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2001

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53710.001677/98, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Comunitária e Cultural de Lagoa da Prata – ACLAP, com sede na Rua Modesto Gomes, nº 315 – A, Centro, na cidade de Lagoa da Prata, Estado de Minas Gerais, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 20º02'01"S e longitude em 45º32'44"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pimenta da Veiga.

ATA DE INSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA E CULTURAL DE LAGOA DA PRATA - ACLAP

Aos 04 dias do mês de dezembro de mil novecentos e noventa e oito, às 17 horas, na Rua Modesto Gomes, 315-A, nesta cidade de Lagoa da Prata, reuniram-se as pessoas adiante discriminadas e qualificadas: **Waldir José de Andrade**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado em Lagoa da Prata, na Rua Alagoas, 1.640, portador do CPF nº 256.107.166-91 e da CI nº M1.823.476-MG; **Helder Jaime de Oliveira**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado em Lagoa da Prata na Rua Maranhão, portador do CPF nº 516.337.796-53 e da CI nº M2.925.726; **José Tavares de Resende**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado em Lagoa da Prata na Av. Getúlio Vargas, 869, portador do CPF nº 010.923.676-91 e da CI nº 10655324; **Lauro Rocha Gomes**, brasileiro, casado, fotógrafo, residente e domiciliado em Lagoa da Prata na Rua Alexandre Bernardes Primo, 1.351, portador do CPF nº 041.758.596 e da CI nº M.6.367.350-MG; **Rosângela Tormin de Castro**, brasileira, casada, comerciante, residente e domiciliada em Lagoa da Prata na Av. Getúlio Vargas, 1.023, portadora do CPF nº 326.466.906-49, e da CI nº M979.829; **Marcelo Antônio Piancastelli**, brasileiro, casado, comunicador, residente e domiciliado em Lagoa da Prata na Rua Ângelo Perillo, 478, portador do CPF nº 634.690.816-20, e da CI nº M.749.844-MG; **Francisco José Soares**, brasileiro, casado, representante comercial, residente e domiciliado em Lagoa da Prata na Praça Donana Bernardes, 05, portador do CPF nº 210.617.426-87 e da CI nº M.6.741.965; **José Oswaldo Rocha Lobato**, brasileiro, casado, corretor de imóveis, residente e domiciliado em Lagoa da Prata na Rua Manoel Pena, 1.677, portador do CPF nº 016.630.116-72 e da CI nº M.680.267; **Locáldio Elizeu Silva**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado em Lagoa da Prata na Rua Raul Gomes Bernardes, 516, portador do CPF nº 200.224.686-68 e da CI nº M1.041.565; **Lindomar Ribeiro dos Santos**, brasileiro, contador, residente e domiciliado em Lagoa da Prata na Rua Olegário Maciel, 352 - Apartamento 102, portador do CPF nº 696.431.726-00 e da CI nº M4.894.536; **Ronaldo Silva**, brasileiro, casado, técnico em contabilidade, residente e domiciliado em Lagoa da Prata na Rua Angelo Perilo, 595, portador do CPF nº 257.636.876-04 e inscrito no CRC/MG sob nº 31.489; **Sônia Maria Rezende Mesquita**, brasileira, professora aposentada, residente e domiciliada em Lagoa da Prata na Av. Getúlio Vargas, 853, portador do CPF nº 257.816-96.

e da CI nº M.205.688; **Aloísio Magno de Castro**, brasileiro, comerciante, residente e domiciliado em Lagoa da Prata na Rua Espírito Santo, 170, portador do CPF nº 483.819.936-87 e da CI nº M2.946.978; **Isamim Couto Gonçalves Coelho**, brasileira, casada, professora, residente e domiciliada em Lagoa da Prata na Rua Espírito Santo, 427, portadora do CPF nº 741.419.536-87 e da CI nº M.881.741; **José Pimenta da Silva**, brasileiro, solteiro, padre e professor, residente e domiciliado em Lagoa da Prata na Praça Coronel Carlos Bernardes, 163, portador do CPF nº 382.555.886-04 e da CI nº M2.109.488; **Associação Comercial e Industrial de Lagoa da Prata**, entidade com sede nesta cidade na Rua Modesto Gomes, 315, inscrita no CGC/MF sob nº 23.774.268/0001-86 neste ato representada por seu presidente, Sr. Helder Jaime de Oliveira; e a **Paróquia de São Carlos Borromeu**, entidade com sede nesta cidade na Praça Cel. Carlos Bernardes, 163, inscrita no CGC/MF sob nº 22.217.517/0017-37, neste ato representada por seu Pároco, Sr. José Pimenta da Silva, brasileiro, solteiro, padre e professor, residente e domiciliado em Lagoa da Prata na Praça Coronel Carlos Bernardes, 163; com o objetivo de criar uma associação civil sem fins lucrativos para promover e executar serviço de radiodifusão comunitária em Lagoa da Prata, sendo que no desempenho desta atividade, a associação que passa a ser denominada **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE LAGOA DA PRATA**, sigla **ACLAP**, deverá realizar atividades culturais, sociais, artísticas e recreativas, com prioridade pelo serviço de radiodifusão comunitária; A Assembléia, por aclamação, escolheu o Sr. Lindomar Ribeiro dos Santos para presidir a sessão, e a mim Marcelo Antônio Piancastelli para secretariar os trabalhos. Após discutidos os itens constantes da pauta: a) Constituição da associação civil; b) aprovação do estatuto; c) eleição do conselho de fundadores; d) eleição da diretoria provisória; e) eleição do conselho fiscal; f) indicação dos membros do Conselho Comunitário; a Assembléia deliberou o seguinte: a) Fica criada a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE LAGOA DA PRATA - ACLAP**, tendo como sócios fundadores as pessoas acima qualificadas, e que, neste ato, assinam a presente ata; b) Fica aprovado o Estatuto da associação, cuja minuta é assinada pelos presentes, devendo ser providenciado o encaminhamento para registro no cartório e órgãos públicos competentes; c) foram eleitos por unanimidade para compor **CONSELHO DE FUNDADORES** da entidade os Srs.; **Locáldio Elizeu Silva**; **Marcelo Antônio Piancastelli**; e **Francisco José Soares**; d)

Foram eleitos por unanimidade para compor a DIRETORIA PROVISÓRIA da entidade os Srs. Lindomar Ribeiro dos Santos (Diretor Presidente); José Pimenta da Silva (Diretor Vice-Presidente); Sônia Maria Resende Mesquita (Diretora Secretária); e José Tavares de Resende (Diretor Tesoureiro); e) Foram eleitos por unanimidade para compor o CONSELHO FISCAL da entidade os Srs. Isamim Couto Gonçalves Coelho; Lauro Rocha Gomes; e Rosângela Tormin de Castro; f) Foram indicados para compor o CONSELHO COMUNITÁRIO da entidade os Srs. Aloísio Magno de Castro; Waldir José de Andrade; José Oswaldo Rocha Lobato; Helder Jaime de Oliveira; e Ronaldo Silva; g) Os diretores e conselheiros eleitos e indicados entrarão em exercício assim que a entidade adquirir personalidade jurídica, ficando, desde já encarregados de providenciar a documentação e os procedimentos necessários para tanto. Nada mais havendo, deu-se por encerrada a reunião e dela foi lavrada a presente ata, que lida e achada conforme, vai por mim assinada e pelos presentes. Lagoa da Prata, 04 de dezembro de 1998. (ass.)

Lauro Rocha Gomes
Sônia Maria Resende Mesquita
José Pimenta da Silva
Lindomar Ribeiro dos Santos
Aloísio José Soares
José Oswaldo Rocha Lobato
Ronaldo Silva
Waldir José de Andrade
Helder Jaime de Oliveira
Isamim Couto Gonçalves Coelho

Transcrição do Estatuto:

**ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL
 DE LAGOA DA PRATA - ACLAP
 CAPÍTULO I**

Da denominação, fins e sede da associação

Art. 1º - A Associação Comunitária e Cultural ~~de Lagoa da Prata~~ - ACLAP, com sede provisória em Lagoa da Prata na Rua Modesto Gomes, 315-A, se constitui em uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, voltada à realização de atividades culturais, sociais, artísticas e recreativas, com prioridade pelo serviço de radiodifusão comunitária.

CAPÍTULO II

Do objetivo social

Art. 2º - A ACLAP tem por objetivo a implantação de serviço de RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, compreendendo a radiodifusão sonora em frequência modulada operada em baixa potência, com cobertura no âmbito local, como meio de promover e apoiar o desenvolvimento comunitário de Lagoa da Prata.

CAPÍTULO III

Dos Associados

Art. 3º - O quadro social da ACLAP constitui-se de associados com as seguintes categorias:

- I) Fundadores;
- II) Mantenedores;
- III) Beneméritos;
- IV) Honorários.

Art. 4º - Associados fundadores são as pessoas físicas ou jurídicas que subscreverem a ata de fundação da ACLAP, realizando contribuição financeira que torne viável a instituição da associação.

Art. 5º - Associados Mantenedores são pessoas físicas ou jurídicas que vierem a se associar, subscrevendo cota destinada à manutenção da finalidade associativa.

Art. 6º - A Assembléia Geral, mediante proposta da diretoria, poderá conferir o título de associado benemérito ao associado fundador ou mantenedor que, pertencendo ao quadro social por três anos, tenha se destacado em atividades relacionadas ao objetivo da ACLAP.

Art. 7º - A Assembléia Geral, mediante proposta da Diretoria, poderá conferir o título de associado honorário a pessoas que, não pertencendo ao quadro social da ACLAP, tenham prestado relevantes serviços em atividades relacionadas ao objetivo da associação.

Art. 8º - Poderão associar-se à ACLAP quaisquer pessoas física ou jurídica, independentemente de cor, raça, sexo, preferência sexual, condição social ou financeira, concepção religiosa ou filosófica ou orientação política, desde que concorde com as regras estabelecidas no presente estatuto, e desde que seja morador (cidadão) ou tenha sede (entidade ou empresa) nas áreas atingidas pela radiodifusão sonora realizada pela associação.

Parágrafo Único - A qualidade de associado é intransferível a terceiro.

CAPÍTULO IV

Dos direitos e deveres dos associados

Art. 9º - São direitos dos associados:

- I) Participar das assembleias com direito de voto;
- II) Votar e ser votado para o exercício de função em quaisquer dos órgãos da associação;
- III) Retirar-se a qualquer momento da associação, mediante apresentação de requerimento à Diretoria;
- IV) Receber, na hipótese de dissolução da associação, a respectiva quota de comunhão, proporcional ao patrimônio em liquidação;
- V) Observar e cumprir as normas estatutárias;

Art. 10 - Constituem obrigações dos associados:

- I) Efetuar o pagamento de sua respectiva quota, na forma e periodicidade a serem estabelecidos pela Diretoria da entidade;
- II) Zelar para que a associação desenvolva atividades de utilidade geral, ainda que haja vantagem patrimonial ou econômica, desde que sem fins lucrativos;
- III) Respeitar e fazer cumprir as deliberações tomadas pela maioria dos associados;
- IV) Cooperar no funcionamento da associação;
- V) Contribuir para a formação do patrimônio social;

Art. 11 - Os associados que infringirem as normas deste estatuto, bem como praticarem atos considerados prejudiciais à imagem da associação, poderão, ante à gravidade do motivo, e após terem sido advertidos pela Diretoria da ACLAP por duas vezes, ser expulsos da associação, após procedimento que assegure o direito de defesa, e mediante deliberação da maioria absoluta dos associados presentes à assembléia especialmente convocada para essa finalidade.

CAPÍTULO V

Dos princípios gerais da associação

Art. 12 - Constituem princípios disciplinadores das atividades a serem desenvolvidas pela associação, dentre outros:

- I) Funcionamento da associação por meio de uma diretoria que a governe com base nas normas deste estatuto;
- II) Ausência de repartição de lucro entre os associados;
- III) Deliberação das assembléias pelo princípio da maioria;

- IV) Equiparação da associação ao empregador comum, sujeitando-se às normas de Consolidação das Leis do Trabalho, quando admitir trabalhadores como empregados;
- V) Legitimidade para mover ação de responsabilidade civil por dano causado ao patrimônio artístico, cultural, ao meio ambiente e ao consumidor, nos termos das leis 7.347/85 e 8.078/90, art. 82, I a IV e 1º;
- VI) Legitimidade para impetração de mandado de segurança coletivo, a partir de um ano contado da data de sua entrada em funcionamento, em defesa dos interesses de seus membros ou associados, nos termos do art. 5º, LXX, *a* e *b* da Constituição Federal.

Art. 13 - Constituem princípios que orientarão a realização do serviço de radiodifusão comunitária, dentre outros, os seguintes:

- I) Preferência a programação com finalidade educativa, artística, cultural e informativa, em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- II) Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade;
- III) Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade;
- IV) Não discriminação de raça, religião, sexo, preferência sexual, convicções político-ideológicas-partidárias e condição social nas relações comunitárias;
- V) Promoção do atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a:
- a) geração de oportunidades para a difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- b) oferecimento de mecanismos para a formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;

c) prestação de serviços de utilidade pública;

§ 1º - Será vedado o proselitismo de qualquer natureza na programação da emissora comunitária;

§ 2º - As programações opinativas e informativas observarão os princípios de opinião e de versão simultâneas em matérias polêmicas, divulgando-se, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

§ 3º - Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo, através de pedido encaminhado à Direção responsável pela Rádio Comunitária.

CAPÍTULO VI

Dos órgãos deliberativos da associação

Art. 14 - São órgãos da ACLAP:

- I) Assembléia Geral;
- II) Diretoria Executiva;
- III) Conselho de Fundadores;
- IV) Conselho Fiscal;
- V) Conselho Comunitário.

SEÇÃO I

Da Assembléia Geral

Art. 15 - A Assembléia Geral Ordinária (AGO), órgão máximo de decisão da associação, consiste na reunião dos associados na sede da ACLAP, e será convocada ordinariamente uma vez a cada ano civil, sempre no último trimestre, mediante a afixação de edital, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, na sede da associação e estúdios da rádio comunitária, publicação do edital, com igual prazo, em jornal de circulação na cidade, e divulgação na programação da emissora.

§ 1º - Do edital constarão dia, hora, local e pauta da reunião;

§ 2º - A Assembléia Geral poderá ser convocada Extraordinariamente (AGE) pela Diretoria Executiva, pelo Conselho de Fundadores ou a requerimento de 2/3 (dois terços) dos associados, observando-se, quanto à publicidade da convocação, os prazos estabelecidos no caput deste artigo.

§ 3º - A Assembléia Geral será instalada, em primeira convocação, com a presença de metade mais um dos associados, e, em segunda convocação, trinta minutos após, com qualquer número de associados presentes.

§ 4º - Salvo as exceções expressamente previstas neste estatuto, a Assembléia Geral deliberará pela maioria simples dos membros presentes.

Art. 16 - Compete privativamente à Assembléia Geral

- I) Eleger, pelo voto dos associados, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal da ACLAP;
- II) Reformar ou alterar este estatuto, observada a aprovação da reforma ou alteração em 02 (duas) reuniões sucessivas e, o quorum de aprovação, em cada reunião, de metade mais um dos associados;
- III) Interpretar em última instância este estatuto, completando-lhe eventuais lacunas e omissões;
- IV) Decidir a respeito de aquisição e/ou alienação de bens e direitos da associação;
- V) Decidir sobre a dissolução ou extinção da Associação;
- VI) Conceder títulos de associados beneméritos ou honorários;
- VII) Destituir, mediante aprovação de metade mais um dos associados, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal;

- VIII) Discutir e deliberar sobre assuntos de interesse da associação;
- IX) Traçar as diretrizes e metas a serem implementadas pela associação;
- X) Receber, analisar, aprovar e/ou rejeitar as contas prestadas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Fiscal;

SEÇÃO II

Da diretoria executiva

Art. 17 - A Diretoria Executiva da ACLAP será composta por:

- I) Diretor Presidente;
- II) Diretor Vice Presidente;
- III) Diretor Secretário;
- IV) Diretor Tesoureiro;

§ 1º - A Diretoria Executiva deverá ser composta por ~~no mínimo 50%~~ (cinquenta por cento) de associados fundadores da ACLAP, podendo os demais membros pertencerem a qualquer qualidade de associado da entidade.

§ 2º - A diretoria será eleita para mandato de três anos, permitida uma reeleição, em AGE convocada para este fim, através de votação secreta nas chapas inscritas, sendo considerada eleita a que obtiver o maior número de votos.

§ 3º - A AGE com finalidade eleitoral deverá ser convocada com pelo menos trinta dias de antecedência, utilizando-se os mesmos meios de divulgação previstos no artigo 14 deste estatuto.

§ 4º - A inscrição das chapas deverá ser realizada perante o Conselho de Fundadores até quinze dias antes da data marcada para a realização da AGE, mediante apresentação de requerimento escrito do qual conste os dados dos componentes da chapa e a denominação que a identificará no pleito.

§ 5º - Somente poderão ser eleitos os associados que tenham pelo menos um ano de filiação e estejam em dia com as obrigações estatutárias, e somente poderão votar os associados que tenham pelo menos seis meses de filiação e estejam em dia com suas obrigações estatutárias.

Art. 18 - A Diretoria Executiva da ACLAP reunir-se-á, na sede da associação, ordinariamente, a cada 30 (trinta) dias, em data e hora determinada pelo Diretor Presidente e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor Presidente, Conselho de Fundadores e Conselho Fiscal.

§ 1º - O quorum de deliberação da diretoria é de metade mais um de seus membros e na hipótese de empate, o assunto deverá ser remetido à próxima reunião - ordinária ou extraordinária - onde tentar-se-á a solução do impasse.

§ 2º - O diretor que faltar a três reuniões consecutivas da diretoria, ou a quatro alternadas, sem justificativa, terá o cargo automaticamente declarado vago, devendo ser convocada Assembléia Geral Extraordinária, nos termos e no prazo do artigo 16 deste estatuto, para realização de eleição para o cargo vago.

Art. 19 - A diretoria executiva poderá ainda ser substituída no todo ou em parte por decisão tomada em AGE convocada para este fim específico, e mediante aprovação da proposta por metade mais um dos associados da ACLAP, nos casos de incúria ou nos casos comprovados de atitude, ato ou omissão que comprometa os objetivos da associação ou desvirtue as finalidades estatutárias.

Parágrafo Único - Na hipótese de substituição total da diretoria executiva, a associação será administrada pelo Conselho de Fundadores, desde a deliberação da AGE, e até a realização da eleição da nova Diretoria.

Art. 20 - Compete à Diretoria Executiva:

I) ao Diretor Presidente:

- a) Executar os planos e metas estabelecidos pela AGE para implementação dos objetivos da associação;
- b) Convocar a Assembléia Geral Ordinária;
- c) Representar judicial ou extrajudicialmente a associação e seus filiados, inclusive contratando e nomeando procuradores;

- d) Indenizar a associação de todos os prejuízos que culposamente causar, sem ter direito de compensá-los com os proveitos que lhe houver granjeado, pois estes não lhe pertencem, mas sim ao patrimônio social.
- e) Encaminhar ao Conselho Fiscal prestação de contas trimestral da ACLAP, e encaminhar prestação de contas anual à AGO;
- f) Coordenar as reuniões da diretoria e das Assembléias;
- ✓ g) Contratar, após aprovação pelo Conselho Fiscal e Conselho de fundadores, funcionários para a emissora de radiodifusão comunitária;
- ✗ h) Estabelecer, ouvido o Conselho Fiscal e o Conselho de Fundadores, a remuneração dos trabalhadores da emissora de radiodifusão comunitária;
- i) Movimentar e assinar, juntamente com o Diretor Tesoureiro, os cheques de emissão da ACLAP para pagamento das despesas em geral.
- ✗ j) Representar a associação oficialmente junto a outras entidades e órgãos públicos e comunidade em geral;
- k) Assinar, juntamente com o Diretor Secretário as atas e demais documentos de circulação interna e externa;
- l) Assinar, juntamente com o Diretor Tesoureiro, os balancetes, balanços e demais demonstrativos contábeis da associação;
- m) Apresentar, para aprovação da diretoria, proposta prevendo o valor, a forma de pagamento, a periodicidade e a forma de reajuste da quota a ser subscrita pelo associado da ACLAP;
- n) Implementar e supervisionar a programação da Rádio Comunitária, respondendo pela qualidade operacional das transmissões;
- o) racionalizar e supervisionar as atividades desenvolvidas junto ao público em geral;
- p) promover por todos os meios possíveis, de forma organizada, sistemática e eficiente, a divulgação do nome e objetivos da associação;
- q) Coordenar e supervisionar a elaboração de material de divulgação da associação, bem como dos documentos de leitura obrigatória, como este estatuto, regimentos internos e outros;
- r) Executar as demais tarefas decorrentes do exercício do cargo.

II) Ao Diretor Vice Presidente:

- a) Substituir o Diretor Presidente em seu impedimento temporário ou definitivo;
- b) Participar das reuniões da diretoria e das assembleias.

III) Ao Diretor Secretário:

- a) Secretariar as reuniões da Diretoria e as Assembleias, lavrar e assinar, juntamente com o Diretor Presidente, as respectivas atas;
- b) Preparar editais, convocações, circulares, correspondências sociais diversas, assinando-as juntamente com o Diretor Presidente;
- c) Instituir e manter o CADASTRO DOS ASSOCIADOS atualizado;

IV) Ao Diretor Tesoureiro:

- a) Manter sob seu controle toda a movimentação financeira da associação;
- b) Supervisionar e ter sob seu controle a escrituração contábil da associação;
- c) Apresentar ao Diretor Presidente os balancetes, balanços e demais demonstrativos contábeis exigíveis por lei;
- d) Assinar, juntamente com o Diretor Presidente, os cheques para pagamento das despesas diversas da associação;
- e) Participar das reuniões da diretoria e das Assembleias.

SEÇÃO III Do Conselho de Fundadores

Art. 21 - O Conselho de Fundadores será composto por três membros eleitos dentre os associados fundadores, competindo-lhe:

- I) eleger, dentre seus membros, o presidente do conselho de fundadores;
- II) Receber as inscrições das chapas que se apresentarem para concorrer à eleição da diretoria executiva da associação;
- III) Decidir, soberanamente, sobre impugnações de candidaturas;
- IV) Coordenar a eleição da Diretoria Executiva da ACLAP, dando posse à diretoria eleita;
- V) Aprovar, em conjunto com o Conselho Fiscal da associação, o vencimento dos trabalhadores da associação e da emissora;
- VI) Autorizar, em conjunto com o Conselho Fiscal, a contratação de pessoal pela associação e pela emissora;

VII) Exercer, na hipótese da AGE determinar o afastamento da diretoria executiva da associação, as tarefas inerentes àquele órgão.

§ 1º - O Conselho de Fundadores será eleito para um mandato de três anos, permitida uma reeleição.

§ 2º - Trinta dias antes do término do mandato dos conselheiros fundadores, os mesmos farão publicar edital convocando os demais associados fundadores para assembléia de eleição do novo Conselho Fundador.

§ 3º - Os associados fundadores que desejarem participar do conselho, deverão comparecer à assembléia prevista no parágrafo anterior, e submeter seus nomes à aprovação dos demais associados fundadores.

§ 4º - Esta eleição far-se-á por votação aberta, presentes a metade mais um dos associados fundadores, sendo considerados eleitos os associados que obtiverem maior número de votos.

§ 5º - O Conselho de Fundadores reunir-se-á, na sede da associação, ordinariamente a cada trinta dias, ou extraordinariamente, a requerimento de qualquer de seus membros.

SEÇÃO IV Do Conselho Fiscal

Art. 22 - O Conselho Fiscal será composto por três membros dentre os associados fundadores e associados mantenedores, competindo-lhe:

- I) Eleger, dentre seus membros, o presidente do Conselho Fiscal;
- II) Aprovar, em conjunto com o Conselho de Fundadores da associação, o vencimento dos trabalhadores da associação e da emissora;
- III) Autorizar, em conjunto com o Conselho de Fundadores, a contratação de pessoal pela associação e pela emissora;
- IV) Fiscalizar, emitindo parecer conclusivo pela aprovação ou rejeição, as contas da associação submetidas trimestralmente pelo Diretor Presidente da associação, e anualmente por ocasião da AGO;

§ 1º - O Mandato do Conselho Fiscal terá duração de 04 (quatro) anos.

§ 2º - Aplica-se à eleição dos Conselheiros Fiscais, no que couber, as mesmas regras previstas neste estatuto para a eleição da Diretoria Executiva.

§ 3º - O Conselho Fiscal reunir-se-á, na sede da associação, ordinariamente, a cada trinta dias, ou extraordinariamente, a requerimento de qualquer de seus membros.

SEÇÃO V Do Conselho Comunitário

Art. 23 - O Conselho Comunitário será constituído por cinco (05) membros representantes de entidades legalmente constituídas da comunidade de Lagoa da Prata, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, cabendo-lhe, nos termos do art. 8º da lei que institui o serviço de radiodifusão comunitária, acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no artigo 4º da referida lei.

Art. 24 - Os membros do Conselho Comunitário serão indicados pela Diretoria Executiva da ACLAP, ouvido o Conselho de Fundadores e o Conselho Fiscal da entidade.

Art. 25 - Os membros do conselho comunitário exercerão suas funções pelo período de um ano.

§ 1º - Ao término deste período, a Diretoria Executiva da ACLAP, ouvido o Conselho de Fundadores e o Conselho Fiscal da associação, indicarão novos representantes para o conselho.

§ 2º - Os Membros do Conselho Comunitário poderão renunciar ao exercício de suas funções, devendo apresentar requerimento escrito com as justificativas, procedendo-se à nomeação de novo membro, da forma como previsto neste Estatuto.

CAPÍTULO VI

Das Receitas da ACLAP

Art. 26 - As receitas da ACLAP advirão:

- I) Da contribuição de seus associados fundadores e mantenedores;
- II) Da contribuição especial de qualquer pessoa física ou jurídica, a título de doação, que ficará registrada em livro caixa, com valor, data e identificação do doador;
- III) De verbas provenientes de subsídio oficial;
- IV) De campanhas e outras atividades desenvolvidas para esse fim;
- V) Da obtenção de patrocínio, sob a forma de apoio cultural, para a programação da emissora, desde que restritos aos estabelecimentos situados na área da comunidade atendida.

§ 1º - Serão rejeitadas as doações de origem duvidosa ou de fonte ilegal ou que comprometam de forma indireta os objetivos da associação.

§ 2º - Todas as doações serão objeto de análise da Diretoria Executiva, que poderá aceita-las ou não, obedecido o princípio estabelecido no parágrafo anterior.

Art. 27 - Os associados responderão subsidiariamente pelas obrigações assumidas pela ACLAP.

CAPÍTULO VI

Da dissolução da associação

Art. 28 - A associação terminará sua existência:

I) Por distrato, se sua dissolução for deliberada entre os associados;

II) Por determinação legal;

III) Por dissolução judicial;

Art. 29 - Com a dissolução da associação, seu patrimônio, após a liquidação de todo o passivo eventualmente existente, será objeto de rateio entre os co-associados, que, proporcionalmente à sua quota de comunhão, perceberão da entidade, quota de liquidação da associação.

Parágrafo Único - A quota de bens do associado que antes da dissolução da entidade vier a perder sua qualidade de membro, será acrescida à dos outros associados.

CAPÍTULO VII

Das disposições transitórias

-Art. 30 - Caberá à Assembléia de Fundação eleger diretoria provisória com mandato de um ano, cabendo a esta Diretoria:

I) Registrar o presente estatuto na forma da lei;

II) Organizar o Cadastro de associados;

III) Montar a emissora de radiodifusão comunitária;

IV) Praticar todo e qualquer ato definido neste estatuto como de competência da Diretoria Executiva.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 97, DE 2004**

(Nº 2.445/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Prisma Engenharia em Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caracol, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 275, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Prisma Engenharia em Telecomunicações Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caracol, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 325, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 275, de 19 de março de 2002 – Prisma Engenharia em Telecomunicações Ltda., na cidade de Caracol-MS;

2 – Portaria nº 302, de 19 de março de 2002 – Rádio Viradouro AM Ltda., na cidade de Viradouro-SP;

3 – Portaria nº 341, de 19 de março de 2002 – Cachoeira Alta Telecomunicações Ltda, na cidade de Prados-MG;

4 – Portaria nº 343, de 19 de março de 2002 – FM Primavera Ltda, na cidade de Alcínópolis-MS;

5 – Portaria nº 346, de 19 de março de 2002 – Rádio e Televisão Libertas Ltda, na cidade de Jaboticatubas-MG;

6 – Portaria nº 347, de 19 de março de 2002 – Sociedade Centro Minas de Rádio Ltda, na cidade de Bom Despacho-MG;

7 – Portaria nº 348, de 19 de março de 2002 – mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda, na cidade de Barão de Cocais-MG;

8 – Portaria nº 352, de 19 de março de 2002 – Cachoeira Alta Telecomunicações na cidade de Paropeba-MG;

9 – Portaria nº 353, de 19 de março de 2002 – Cachoeira Alta Telecomunicações Ltda., na cidade de Pedra do Indaiá-MG;

10 – Portaria nº 354, de 19 de março de 2002 – Fundação Santa Cruz de Jequitinhonha, na cidade de Jequitinhonha-MG,

11 – Portaria nº 366, de 19 de março de 2002 – Ibiapina Radiodifusão Ltda., na cidade de Mutum-MG;

12 – Portaria nº 367, de 19 de março de 2002 – Empresa de Radiodifusão FM Tuiuiu Ltda., na cidade de Dois Irmãos do Buriti-MS;

13 – Portaria nº 368, de 19 de março de 2002 – Sistema Alfa de Comunicação Ltda., na cidade de Nova Era-MG;

14 – Portaria nº 372, de 19 de março de 2002 – Emissoras Integradas M.F. Limitada, na cidade de Deodápolis-MS;

15 – Portaria nº 374, de 19 de março de 2002 – Go'el Ltda., na cidade de Muzambinho-MG;

16 – Portaria nº 376, de 19 de março de 2002 – Cachoeira Alta Telecomunicações Ltda., na cidade de Padre Paraíso-MG; e

17 – Portaria nº 377, de 19 de março de 2002 – Cachoeira Alta Telecomunicações Ltda., na cidade de Piedade dos Gerais-MG.

Brasília, 6 de maio de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso**.

MC nº 429 EM

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 074/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Caracol, Estado de Mato Grosso do Sul.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Prisma Engenharia em Telecomunicações Ltda. obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos Legais após deliberação do Congresso

Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 275, DE 19 DE MARÇO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53670.001294/2000, Concorrência nº 074/2000-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Prisma Engenharia em Telecomunicações Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de

radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Caracol, Estado de Mato Grosso do Sul.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pimenta da Veiga.

CONTRATO SOCIAL

PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA

Que realizam entre si, **SAMIR IBRAHIM MOYA ABDALLAH**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Pará esquina com a Rua Sergipe, nº 5.434, na cidade de Umuarama, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade Civil RG sob nº M3-042.592, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais e CPF/MF sob o nº 325.929.222-53 e **DULCINÉIA ALVES DE MORAIS ABDALLAH**, brasileira, casada, comerciante, residente e domiciliada à Av. Presidente Castelo Branco, nº 2.078, na cidade de Iporã, Estado do Paraná, portadora da Cédula de Identidade Civil RG sob nº 4.742.677-4, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná e CPF nº 663.195.289-15, para a realização de uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, visando explorar serviços de radiodifusão, entidade esta que se regerá pela legislação em vigor, sob as cláusulas e condições a seguir:

PRIMEIRA - A sociedade girará sob a denominação social de **PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA**, e terá como principal objetivo Assessoria, Planejamento e Engenharia em Telecomunicações e execução de serviços de radiodifusão sonora, de sons e imagens (TV) e televisão por assinatura, seus serviços afins ou correlatos, tais como serviço especial de música funcional, repetição ou retransmissão de sons, ou sinais de sons e imagens de radiodifusão, sempre com finalidades educativas, culturais e informativas, cívicas e patrióticas, bem como exploração de concessão ou permissão, nesta ou em outras localidades do território nacional, tudo de acordo com a legislação específica em vigor.

SEGUNDA - A sede da sociedade será à Rua Pará esquina com a Rua Sergipe, nº 5.434, em Umuarama, Estado do Paraná, podendo instalar, manter e extinguir sucursais, filiais e agências em quaisquer outras localidades, após prévia autorização dos Poderes Públicos Concedentes.

TERCEIRA - O Foro da sociedade será nesta cidade, eleito para conhecer e decidir em primeira instância as questões judiciais que lhe forem propostas com fundamento neste Contrato Social.

QUARTA - O prazo de duração da presente sociedade é de tempo indeterminado, podendo esta ser dissolvida pelo consentimento dos sócios, observando quando da sua dissolução, os preceitos da legislação específica.

QUINTA - O capital social é de R\$20.000,00 (vinte mil reais), representadas por 20.000 (vinte mil) quotas de R\$-1,00 (hum real) cada uma, ficando assim distribuídas entre os sócios:

1- SAMIR IBRAHIM MOYA ABDALLAH	19.000 quotas	R\$19.000,00
2- DULCINÉIA ALVES DE MORAIS ABDALLAH	1.000 quotas	R\$ 1.000,00
T O T A L		R\$20.000,00

SEXTA - A subscrição e integralização do capital social dar-se-á em moeda corrente nacional, da seguinte forma:

- 1ª) 10% (dez por cento) do capital social, ou seja, R\$2.000,00 (dois mil reais), no ato da assinatura do presente instrumento e ;
- 2ª) os restantes 90% (noventa por cento) do capital social, ou seja, R\$18.000,00 (dezoito mil reais) que integralizarão o capital social no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de registro deste instrumento no respectivo órgão competente.

~~SEXTA~~ SEXTA - A responsabilidade dos sócios, nos termos do artigo 2º "in fine " do Decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1.919, é limitada à importância total do capital social.

OITAVA - As quotas representativas do capital social são incaucionáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas e inalienáveis a estrangeiros, dependendo qualquer alteração contratual, bem como qualquer transferência de cotas de prévia autorização do Ministério das Comunicações.

NONA - As quotas em que se divide o capital social são nominativas e indivisíveis e para cada uma delas a Sociedade reconhece apenas um único proprietário.

DÉCIMA - A propriedade da Empresa é privativa de brasileiros natos ou naturalizados a mais de dez anos, aos quais caberá a responsabilidade por sua administração e orientação intelectual.

Parágrafo Primeiro - É vedada a participação de pessoas jurídica no capital da Empresa, exceto a de partido político e de sociedade cujo capital pertença exclusiva e nominalmente a brasileiros;

Parágrafo Segundo - A participação referida no parágrafo anterior só se efetuará através de capital sem direito a voto e não poderá exceder a 30% (trinta por cento) do capital social.

DÉCIMA PRIMEIRA - Os administradores da Entidade serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, provada essa condição, e a investidura nos cargos somente poderá ocorrer após haverem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações.

DÉCIMA SEGUNDA - O quadro de funcionários da Entidade será formado preferentemente de brasileiros e constituído ao menos de 2/3 (dois terços) de trabalhadores nacionais.

DÉCIMA TERCEIRA - Para os cargos de redatores, locutores e encarregados das instalações elétricas, somente serão admitidos brasileiros.

DÉCIMA QUARTA - A sociedade será administrada por um ou mais de seus quotistas, sob a denominação que lhes couber, quando indicados, eleitos e demissíveis por deliberação de sócios que representem a maioria do capital social, observando o disposto na cláusula DÉCIMA PRIMEIRA deste instrumento, aos quais compete, "in solidum" ou cada um "de perci", o uso da denominação social e a representação ativa ou passiva, judicial ou extrajudicial da sociedade, a eles cabendo, quando na representação legal as atribuições e os poderes que a lei confere aos dirigentes de Sociedades por Cotas de Responsabilidade Limitada, a fim de garantir o funcionamento da empresa.

DÉCIMA QUINTA - Fica indicado para gerir e administrar a Sociedade, no cargo de Sócio-Gerente, a quotista **DULCINÉIA ALVES DE MORAIS ABDALLAH**, eximida de prestar caução de qualquer espécie em garantia da sua gestão.

DÉCIMA SEXTA - A Sócia-Gerente, depois de ouvido o Poder Público Concedentę poderá em nome da sociedade, nomear procuradores para a prática de atos de gerência, gestão administrativa e orientação intelectual, mediante instrumento público ou particular que defina os respectivos poderes, cujos mandatos, com prazo de duração determinado, serão outorgados exclusivamente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, provada essa condição.

DÉCIMA SÉTIMA - É expressamente proibido a Sócia-Gerente, aos procuradores nomeados para gerir e administrar a Empresa e aos demais sócios, utilizarem-se da denominação social em negócios ou documentos de qualquer natureza alheios aos fins sociais, assim como em nome da Sociedade, prestar fiança, cauções, avais ou endossos de favor ainda que deles não resultem obrigações para a Sociedade ou ponham em risco o seu patrimônio.

DÉCIMA OITAVA - A título de pro-labore, a Sócia-Gerente poderá retirar mensalmente importância fixa, convencionada entre quotistas que representem a maioria do capital social, para vigor num determinado período de preferência coincidente com o encerramento do exercício social, a qual não sendo inferior ao piso nacional de salários, não ultrapasse os limites da sistemática da legislação em vigor, sendo o produto bruto escritural desde logo considerado para todos os fins, como encargo operacional da Empresa, e como tal, dedutível da receita bruta.

DÉCIMA NONA - As quotas são livremente transferíveis entre os quotistas, desde que haja prévia autorização do Ministério das Comunicações. O preço de cada cota neste caso não ultrapassará o resultado do ativo líquido, apurado em balanço pelo número de cotas.

VIGÉSIMA - Os sócios poderão ceder ou transferir parte ou totalidade de suas cotas a estranhos, mediante o consentimento de sócios que representem mais da metade do capital social. Após o que, deverão notificar por escrito a sociedade discriminando preço, forma e prazo de pagamento, para que seja de 60 (sessenta) dias a contar do recebimento da notificação. Decorrido este prazo, sem que haja manifestação da vontade de aquisição, as cotas poderão ser transferidas, sempre após a autorização dos Poderes Públicos.

VIGÉSIMA PRIMEIRA - No caso de morte de sócio, terá o cônjuge supérstite ou o herdeiro a faculdade de optar entre:

1ª} a sua participação na sociedade, o que ocorrerá desde, para tanto, obtenha a aprovação de sócios que representem a maioria do capital social e a prévia autorização dos Poderes Públicos concedentes; ou,

2ª} o recebimento do capital e demais haveres do sócio falecido, mediante a cessão das cotas, de acordo com os termos da cláusula DÉCIMA SÉTIMA, deste instrumento caso, por motivo qualquer, não possa ingressar na sociedade.

VIGÉSIMA SEGUNDA - Ocorrendo a hipótese prevista na " 2ª " da cláusula anterior, as cotas e os haveres do sócio falecido serão pagos ao cônjuge supérstite ou ao herdeiro, em 12 (doze) prestações iguais, mensais e sucessivas, acrescidas de juros de 12% (doze por cento) ao ano.

VIGÉSIMA TERCEIRA - Excetuada a hipótese de sucessão hereditária, não será permitida a transferência de concessão ou permissão, antes de decorrido o prazo previsto no artigo 91 do Decreto nº 52.795/63, com redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 91.837/85.

VIGÉSIMA QUARTA - O instrumento de alteração contratual será assinado por sócios que representem a maioria do capital social, e havendo sócio divergente ou ausente, constará do instrumento de alteração essa circunstância, para efeito de arquivamento no órgão público competente e ressalva dos direitos dos interessados.

VIGÉSIMA QUINTA - O exercício social coincidirá com o ano civil, ao fim do qual será levantado o balanço geral da Sociedade, como de lei sendo que os lucros ou prejuízos serão repartidos ou suportados pelos quotistas na proporção de suas cotas.

VIGÉSIMA SEXTA - A distribuição dos lucros será sempre sustada quando verificar-se a necessidade de atender despesas inadiáveis ou que impliquem o funcionamento das estações.

VIGÉSIMA SÉTIMA - A sociedade, por todos os seus quotistas, obriga-se a cumprir rigorosamente as leis, regulamentos, normas, recomendações que lhe forem feitas pelos Poderes Públicos Concedentes.

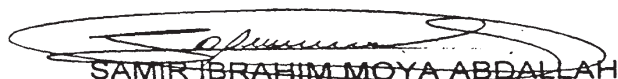
VIGÉSIMA OITAVA - O início das atividades da Sociedade será a partir da data do respectivo registro deste instrumento no órgão competente.

VIGÉSIMA NONA - Os sócios quotistas declaram que não estão incurso em crimes previstos em lei que impeçam de exercer atividade mercantil.

TRIGÉSIMA - Os casos não previstos no presente contrato social serão resolvidos de acordo com os dispositivos legais que regulam o funcionamento das Sociedades por Cotas de Responsabilidade Limitada, pelos quais a Entidade se regerá e pela legislação que disciplina a execução dos serviços de radiodifusão.


E, assim por estarem justos e contratados, de comum acordo mandaram datilografar o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma no anverso de 06 folhas, o qual lido e achado conforme, assinam juntamente com as testemunhas presenciais abaixo, após o que levarão a registro no órgão competente, para que produza os efeitos legais.

Umuarama-Pr., 02 de março de 1.998.


SAMIR IBRAHIM MOYA ABDALLAH


DULCINEIA ALVES DE MORAIS ABDALLAH

TESTEMUNHAS:


LEILA DARAB
RG : 5.182.526-8 SSP/PR


ELON SOARES
RG: 6.220.696-9 SSP/PR

(À Comissão de Educação – Decisão Terminativa)

Publicado no DSF de 30 / 01 / 2004

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 98, DE 2004**

(Nº 2.447/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e Televisão Libertas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jaboticatubas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 346, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Rádio e Televisão Libertas Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jaboticatubas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 325, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,
Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 275, de 19 de março de 2002 – Prisma Engenharia em Telecomunicações Ltda., na cidade de Caracol-MS;

2 – Portaria nº 302, de 19 de março de 2002 – Rádio Viradouro AM Ltda., na cidade de Viradouro-SP;

3 – Portaria nº 341, de 19 de março de 2002 – Cachoeira Alta Telecomunicações Ltda., na cidade de Prados–MG;

4 – Portaria nº 343, de 19 de março de 2002 – FM Primavera Limitada, na cidade de Alcinópolis–MS;

5 – Portaria nº 346, de 19 de março de 2002 – Rádio e Televisão Libertas Ltda., na cidade de Jaboticatubas–MG;

6 – Portaria nº 347, de 19 de março de 2002 – Sociedade Centro Minas de Rádio Ltda., na cidade de Bom Despacho–MG;

7 – Portaria nº 348, de 19 de março de 2002 – Mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda., na cidade de Barão de Cocais–MG;

8 – Portaria nº 352, de 19 de março de 2002 – Cachoeira Alta Telecomunicações Ltda., na cidade de Paraopeba–MG;

9 – Portaria nº 353, de 19 de março de 2002 – Cachoeira Alta Telecomunicações Ltda., na cidade de Pedra do Indaiá–MG;

10 – Portaria nº 354, de 19 de março de 2002 – Fundação Santa Cruz de Jequitinhonha, na cidade de Jequitinhonha–MG;

11 – Portaria nº 366, de 19 de março de 2002 – Ibiapina Radiodifusão Ltda., na cidade de Mutum–MG;

12 – Portaria nº 367, de 19 de março de 2002 – Empresa de Radiodifusão FM Tuiuiu Ltda., na cidade de Dois Irmãos do Buriti–MS;

13 – Portaria nº 368, de 19 de março de 2002 – Sistema Alfa de Comunicação Ltda., na cidade de Nova Era–MG;

14 – Portaria nº 372, de 19 de março de 2002 – Emissoras Integradas M.F. Limitada, na cidade de Deodápolis–MS;

15 – Portaria nº 374, de 19 de março de 2002 – Go'el Ltda., na cidade de Muzambinho–MG;

16 – Portaria nº 376, de 19 de março de 2002 – Cachoeira Alta Telecomunicações Ltda., na cidade de Padre Paraíso–MG; e

17 – Portaria nº 377, de 19 de março de 2002 – Cachoeira Alta Telecomunicações Ltda., na cidade de Piedade dos Gerais–MG.

Brasília, 6 de maio de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC nº 416 EM

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 68/2000–SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão

sonora em frequência modulada na cidade de Jaboticatubas, Estado de Minas Gerais.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu, que a Rádio e Televisão Libertas Ltda., obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 346, DE 19 DE MARÇO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53710.000820/2000, Concorrência nº 68/2000–SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Rádio e Televisão Libertas Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Jaboticatubas, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de toma-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pimenta da Veiga.

RÁDIO E TELEVISÃO LIBERTAS LTDA.PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

EDELWEISS IDA GAUZZI CARNEIRO, brasileira, casada, empresária, natural de Belo Horizonte-MG, onde nasceu a 22.04.1947, domiciliada na comarca de Belo Horizonte-MG, onde reside à Rua Professor Estevão Pinto 521, Apto. 1.101, bairro Serra, cep.: 30.220-060, portadora da Carteira de Identidade M-1.217.717, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, C.P.F.: 970.336.186-20 e **LUDMILA GAUZZI CARNEIRO**, brasileira, solteira, estudante, natural de Belo Horizonte-MG, onde nasceu a 17.07.1973, domiciliada na comarca de Belo Horizonte-MG, onde reside à Rua Alumínio, 205, Apto. 700, bairro Serra, cep.: 30.220-090, portadora da Carteira de Identidade M-1.653.388, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, C.P.F.: 915.161.106-68, únicas sócias componentes da sociedade por cotas de responsabilidade limitada denominada "RÁDIO E TELEVISÃO LIBERTAS LTDA." Registrada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas sob nº 94.990 em 23.06.1997 e na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 3.120.539.910-5 em 20.03.1998, inscrita no CNPJ / MF sob o nº 01.940.414/0001-63, resolvem pela primeira vez alterar seu contrato social e o fazem mediante as condições e cláusulas seguintes:

1 – DENOMINAÇÃO: A sociedade continua adotando a denominação social de "RÁDIO E TELEVISÃO LIBERTAS LTDA.", e continua adotando as expressões de fantasia de "RÁDIO LIBERTAS", "TV LIBERTAS" e "LIBERTAS FM".

2 – SEDE E FORO: A sede social continua sendo à Rua Itatiaia 117, 4º Andar, bairro Bonfim, CEP 31.210-070, Belo Horizonte-MG. O foro também continua sendo o desta comarca.

3 – OBJETIVOS: A sociedade continua tendo como objetivo social a instalação, execução e exploração serviços de radiodifusão sonora (rádio) ou de sons e imagens (televisão), seus serviços afins ou correlatos, tais como serviço especial de música funcional, repetição ou retrotransmissão de sons, ou de sons e imagens, além da exploração de outros serviços de telecomunicação, televisão por assinatura (TVA), atividades correlatas, prestação de serviços de gravação e locação de 'vídeo-tapes', fitas magnéticas, filmes cinematográficos, discos e semelhantes.

4 – CAPITAL: O capital social continua sendo de R\$200.000,00 (duzentos mil reais) divididos em 200.000 (duzentos mil) cotas no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada, sendo que 20.000,00 (vinte mil) cotas no valor total de R\$20.000,00 (vinte mil reais) estão totalmente integralizadas e, o restante, 180.000,00 (cento e oitenta mil) cotas no valor total de R\$180.000,00 (cento e oitenta mil reais), a integralizar.

§ único: Neste ato as sócias resolvem prorrogar o prazo de integralização do capital, que era até 23.06.2000 para até 23.06.2003.

EDELWEISS IDA GAUZZI CARNEIRO	180.000 COTAS ...	R\$180.000,00
LUDMILA GAUZZI CARNEIRO	20.000 COTAS ...	R\$ 20.000,00

TOTAL	200.000 COTAS ...	R\$200.000,00

5 – RESPONSABILIDADES: A responsabilidade de cada cotista se limita ao total do capital social de conformidade com o art. 2º da Lei Federal 3.708 de 10 de janeiro de 1.919.

6 – ADMINISTRAÇÃO: A administração da sociedade continua sendo exercida somente pela sócia **LUDMILA GAUZZI CARNEIRO**, acima qualificada, que com a qualidade de Sócia Gerente, continua gerindo todos os negócios da sociedade, assinando todos e quaisquer documentos, ficando, entretanto, impedida de usar a denominação social em negócios alheios aos objetivos da sociedade, tais como avais, fianças, etc.

§ único: A administração da sociedade só poderá ser exercida por brasileiro nato, e sua investidura somente ocorrerá após haverem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações.

7 – RETIRADAS: A título de pró-labore e a débito da conta DESPESAS ADMINISTRATIVAS ou equivalente, ambas as sócias, continuam fazendo jus a uma retirada mensal a ser determinada de acordo com a movimentação da empresa.

8 – INÍCIO DE ATIVIDADES: A sociedade iniciou suas atividades em 01 de Julho de 1997 e seu prazo de duração continua sendo por tempo indeterminado.

9 – FILIAIS: A sociedade não possui filiais, podendo, entretanto, abri-las onde e quando lhe convier.

10 – RESULTADOS: Os resultados apurados em balanço que se dará em 31 de dezembro de cada ano ou em balanço intermediário, serão repartidos entre as sócias na proporção de suas cotas de capital ou transferidos para Reservas destinadas a posterior incorporação ao capital social, de acordo com o que for decidido pela maioria do capital votante, valendo um voto para cada cota.

11 – CESSÃO DE COTAS: As cotas de capital são transferíveis a terceiros, observado as disposições citadas no parágrafo primeiro, cabendo a outra sócia, o direito de preferência para aquisição de novas cotas.

§ único: As cotas do capital serão nominativas e não poderão ser transferíveis e nem caucionadas direta ou indiretamente a estrangeiros ou pessoas jurídicas, dependendo qualquer transferência de prévia autorização do Governo Federal.

12 – FALECIMENTO: No caso de falecimento de qualquer uma das sócias, a sociedade não se dissolverá, tomando o remanescente junto aos herdeiros da falecida, providências para a continuidade normal das operações sociais.

13 – DECLARAÇÃO: Cada sócia declara sob sua própria responsabilidade individual não se achar incurso nas proibições de arquivamento previstas no Inciso III do Art. 38 da Lei 4.726/165, impeditivas do arquivamento do presente instrumento pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

14 – CASOS OMISSOS: Os casos omissos no presente instrumento serão resolvidos de conformidade com a legislação vigente, aplicável à matéria, especialmente o Código Comercial Brasileiro.

E por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor, indo a primeira a arquivamento na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e as demais posteriormente devolvidas, depois de devidamente anotadas, tudo na presença de duas testemunhas que também assinam.

Belo Horizonte, 2 de junho de 2000.

Edelweiss Ida Gauzzi Carneiro
 EDELWEISS IDA GAUZZI CARNEIRO

Ludmila Gauzzi Carneiro
 LUDMILA GAUZZI CARNEIRO

Lafayette Vilella de Moraes Neto
 LAFAYETTE VILELLA DE MORAES NETO
 TCCRC(MG) 48.595

Flávio Gomes Santos
 FLAVIO GOMES SANTOS
 M-4.998.585 SSP/MG

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
 NÃO INFERE COM O ORIGINAL
 Em. 12 DE JUN 2001

Testemunhas:

(À Comissão de Educação – Decisão Terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**Nº 99, DE 2004**

(Nº 2.459/2002, Na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Educadora Nova Geração Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paranatinga, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 309, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Rádio Educadora Nova Geração Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paranatinga, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 352, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 278, de 19 de março de 2002 – RAJA – Rádio Jornal de Arapoema Ltda., – ME, na cidade de Arapoema-TO;

2 – Portaria nº 280, de 19 de março de 2002 – Rádio Paraíso de Camocim Ltda., na cidade de Aracati-CE;

3 – Portaria nº 282, de 19 de março de 2002 – Rádio e TV Sucesso Ltda., na cidade de Rio Formoso-PE;

4 – Portaria nº 291, de 19 de março de 2002 – Frequência Brasileira de Comunicações Ltda., na cidade de João Pinheiro-MG;

5 – Portaria nº 305, de 19 de março de 2002 – Paraíba TV/FM Ltda., na cidade de Trindade-PE;

6 – Portaria nº 309, de 19 de março de 2002 – Rádio Educadora Nova Geração Ltda., na cidade de Paranatinga-MT;

7 – Portaria nº 312, de 19 de março de 2002 – Rádio Paraíso de Camocim Ltda., na cidade de Tabuleiro do Norte-CE;

8 – Portaria nº 355, de 19 de março de 2002 – Alternativa FM Ltda., na cidade de Lambari-MG;

9 – Portaria nº 422, de 22 de março de 2002 – Rádio Pepuira FM Ltda., na cidade de Entre Rios de Minas-MG;

10 – Portaria nº 423, de 19 de março de 2002 – Kyno Filmes Produções Cinematográficas Ltda., na cidade de Araguaina-TO;

11 – Portaria nº 424, de 19 de março de 2002 – Kyno Filmes Produções Cinematográficas Ltda., na cidade de Gurupi-TO;

12 – Portaria nº 426, de 22 de março de 2002 – SJC – Sistema Juinense de Comunicação Ltda., na cidade de Castanheira-MT;

13 – Portaria nº 427, de 22 de março de 2002 – Sistema Gois de Radiodifusão Ltda., na cidade de Diamantino-MT;

14 – Portaria nº 428, de 22 de março de 2002 – Comunicações FM Passos Ltda., na cidade de Passos-MG;

15 – Portaria nº 429, de 22 de março de 2002 – Sistema Malacachetense de Radiodifusão Ltda., na cidade de Malacacheta-MG;

16 – Portaria nº 431, de 22 de março de 2002 – lappe & Cia Ltda., na cidade de Água Boa-MT;

17 – Portaria nº 433, de 22 de março de 2002 – Rádio Difusora Colíder Ltda., na cidade de Colíder-MT; e

18 – Portaria nº 436, de 22 de março de 2002 – Cebelwam Comunicação e Consultoria Ltda., na cidade de Acorizal-MT.

Brasília, 8 de maio de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC nº 448 EM

Brasília, 27 de março de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 21/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Paranatinga, Estado de Mato Grosso.

2. A Comissão Especial de âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Rádio Educadora Nova Geração Ltda., obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato que outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 309, DE 19 DE MARÇO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53670.000987/2000, Concorrência nº 21/2000-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Rádio Educadora Nova Geração Ltda., para explorar, pelo prazo de dez

anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Paranatinga, Estado de Mato Grosso.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

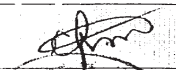
Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão devera ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pimenta da Veiga.

RADIO EDUCADORA NOVA GERAÇÃO LTDA



PRIMEIRA CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

Denominação Social: - **RADIO EDUCADORA NOVA GERAÇÃO LTDA**, com nome fantasia **RADIO EDUCADORA NOVA GERAÇÃO**, com sede na Rua João Biondaro, s/nº - Centro, Maracá/MT, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 02.189.765/0001-17.

ALTERAÇÃO CONTRATUAL PARA:

- 1 - Dar nova redação ao contrato social; e
- 2 - Consolidar o contrato social primitivo.

Por este instrumento de alteração de contrato social, da sociedade por cotas de responsabilidade limitada, os abaixo assinados:

ROSELI DE FÁTIMA MEIRA BARBOSA, brasileira, casada, comerciante, filha de José de Meira e Vilma Bonano de Meira, nascida em 23/10/66, natural de Cascavel/PR, residente e domiciliada na Rua N, nº 45, Apto 402, Ed. Manchester - Bairro Miguel Sutil, Cuiabá/MT, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.875.876-4 SSP/PR e do CPF nº 632.757.401-72; e **CRISTIANE DE MEIRA**, brasileira, solteira, comerciante, filha de José de Meira e Vilma Bonano de Meira, nascida em 05/06/68, natural de Cascavel/PR, residente e domiciliada na Rua Sete, ZH1-001, s/nº - Centro, Matupá/MT, portadora da Cédula de Identidade RG nº 4.246.858-4 SSP/PR e do CPF nº 697.780.199-91;

Únicos sócios da empresa denominada **RADIO EDUCADORA NOVA GERAÇÃO LTDA**, com nome fantasia **RADIO EDUCADORA NOVA GERAÇÃO**, resolve de comum acordo efetuar a seguinte alteração:

1 - DAR NOVA REDAÇÃO AO CONTRATO SOCIAL

A sociedade resolve dar nova redação ao contrato social, conforme a seguir:

CONTESE CONTADORES ASSOCIADOS S/C LTDA

Av. Cel. Escolástico, 245 - Bairro Bandeirantes - Cuiabá/MT - Fone/Fax: (0xx65) 624 3535 - Cep: 78019-200

PRIMEIRA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL PRIMITIVO

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS SÓCIOS:

ROSELI DE FÁTIMA MEIRA BARBOSA, brasileira, casada, comerciante, filha de José de Meira e Vilma Bonano de Meira, nascida em 23/10/66, natural de Cascavel/PR, residente e domiciliada na Rua N, nº 45, Apto 402, Ed. Manchester – Bairro Miguel Sutil, Cuiabá/MT, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.875.876-4 SSP/PR e do CPF nº 632.757.401-72;

CRISTIANE DE MEIRA, brasileira, solteira, comerciante, filha de José de Meira e Vilma Bonano de Meira, nascida em 05/06/68, natural de Cascavel/PR, residente e domiciliada na Rua Sete, ZH1-001, s/nº – Centro, Matupá/MT, portadora da Cédula de Identidade RG nº 4.246.858-4 SSP/PR e do CPF nº 697.780.199-91;

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DENOMINAÇÃO E ENDEREÇO

A sociedade gira sob a denominação social **RADIO EDUCADORA NOVA GERAÇÃO LTDA**, com nome fantasia **RADIO EDUCADORA NOVA GERAÇÃO**, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 02.189.765/0001-47 e cujo ato de constituição está arquivado na JUCEMAT - Junta Comercial do Estado de Mato Grosso sob o nº:

CONTRATO	DIA	Nº
Registro do Contrato	09/10/97 FEDERAL COMUNICAÇÕES	51.200.655.037

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETIVO SOCIAL

Os objetivos da sociedade consistem na execução, em qualquer parte do território nacional dos serviços de TV a CABO, assim compreendido como serviço de telecomunicações não aberto a correspondência pública, e que consiste na distribuição de sinais de vídeo e/ou áudio a assinantes, mediante transporte por meios físicos e de radiodifusão sonora: quer de onda média, frequência modulada, onda curta e onda tropical, de sons e imagens (televisão) incluindo repetição, retransmissão e geração de sinais de televisão; TV a Cabo, serviço de distribuição de sinais multiponto, multicanal, (MMDS), que utiliza-se de faixa de microondas para transmitir sinais a serem recebidos em pontos determinados dentro da área de prestação de serviços; exploração de mensagens publicitárias e demais serviços da telecomunicações, através de concessões e permissões outorgadas pelo Poder Público, e pelo Ministério das Comunicações, na forma da lei, e de conformidade com procedimentos administrativos previstos na legislação vigente

Parágrafo Único

A Sociedade não poderá manter concessões ou permissões para execução de serviços de radiodifusão, em todo o País, além dos limites previstos pelo artigo 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28/02/67.

CONTESE CONTADORES ASSOCIADOS S/C LTDA

Av. Cel. Escolástico, 245 – Bairro Bandeirantes – Cuiabá/MT – Fone/Fax: (0xx65) 624 3535 – Cep: 78010-200

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

O prazo de duração da Sociedade é por tempo indeterminado cujas atividades tiveram início em 09 de Outubro de 1997, terá sua duração por prazo indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA – DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO PODER PÚBLICO

A Empresa não poderá efetuar nenhuma alteração do seu instrumento social sem prévia autorização dos órgãos competentes.

CLÁUSULA SEXTA – DO CAPITAL SOCIAL

O Capital Social estabelecido neste ato, é de R\$ 42.000,00 (Quarenta e Dois Mil Reais), dividido em 42 (Quarenta e Duas) cotas de R\$ 1.000,00 (Um Mil Reais) cada uma, totalmente integralizado, assim distribuído entre os sócios:

Sócios	Cotas	Valor/R\$
ROSELI DE FATIMA MEIRA BARBOSA	30.000	30.000,00
CRISTIANE DE MEIRA	12.000	12.000,00
TOTAL.....	42.000	42.000,00

Serviço Público Federal
 Ministério das Comunicações
 CONFERE COM O ORIGINAL
 Em. 04 JAN 2002

Parágrafo Primeiro

De acordo com o artigo 2º, “in fine” do Decreto-Lei Federal nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919, a responsabilidade dos sócios é limitada à importância total do Capital Social.

Parágrafo Segundo

É vedado a participação de pessoa jurídica no capital social da Empresa, exceto a de partido político e de sociedade, cujo Capital pertença exclusiva e nominalmente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. A participação referida só se efetuará através de capital sem direito a voto e não poderá exceder a 30% (trinta por cento) do capital social.

Parágrafo Terceiro

As quotas ou ações representativas do Capital Social serão inalienáveis e incaucionáveis a estrangeiros ou a pessoas jurídicas.

CONTESE CONTADORES ASSOCIADOS S/C LTDA

Av. Cel. Escolástico, 245 – Bairro Bandeirantes – Cuiabá/MT – Fone/Fax: (0xx65) 624 3535 + Cep: 78010-200

CLÁUSULA SÉTIMA – DO USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL.

Compete o uso da denominação social, a sócia ROSELI DE FATIMA MEIRA BARBOSA, a qual representará a Sociedade isoladamente, em juízo e fora dele, podendo, para tanto, representar a Sociedade junto às repartições públicas, Federais, Estaduais, Municipais e Autárquicas, movimentar contas bancárias, emitir títulos de créditos, procurações, endossar, avalizar e outros, sendo-lhe no entanto, vetado o uso em negócios ou documentos de qualquer natureza alheios aos fins sociais, inclusive em avais a favor de terceiros.

CLÁUSULA OITAVA – DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Sociedade será exercida pela sócia mencionada na Cláusula Sétima, que dispensada de caução, fica desde já investida na função de sócia-gerente, competindo-lhe a prática de todos os atos necessários ao pleno andamento dos negócios sociais.

Parágrafo Único

A sócia-gerente terá direito a uma retirada mensal, a título de “Pró-labore”, estabelecida de comum acordo entre os mesmos, obedecendo-se a capacidade financeira da Sociedade.

CLÁUSULA NONA – DOS BALANÇOS ANUAIS E DA PARTILHA DE LUCROS OU PREJUÍZOS

O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando se procederá ao Balanço Patrimonial da Sociedade para apuração de lucros ou prejuízos. Em se tratando de lucros, atendidas as obrigações sociais e feitas as amortizações e provisões consideradas necessárias e permitidas em lei, os lucros apurados anualmente, serão distribuídos entre os sócios, na proporção das quotas de capital de cada um, ou levado para a conta “lucros acumulados” para ulterior aumento de capital, e se apresentar prejuízos, os mesmos serão suportados pelos sócios na proporção das quotas de capital de cada um.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE QUOTAS

Parágrafo Primeiro

O capital social na sua totalidade, pertencerá a pessoas físicas brasileiras.

Parágrafo Segundo

As quotas sociais não poderão ser cedidas a terceiros, estranhos à Sociedade, sem prévio consentimento expresso do outro sócio e da autorização prévia do Poder Público concedente, e para esse fim, o sócio retirante deverá comunicar sua resolução a sociedade com uma antecedência de 60 (sessenta) dias. Em qualquer eventualidade o sócio remanescente terá preferência na aquisição das quotas do sócio retirante.

CONTESE CONTADORES ASSOCIADOS S/C LTDA

Av. Cel. Escolástico, 245 – Bairro Bandeirantes – Cuiabá/MT – Fone/Fax: (0xx65) 624 3535 – Cep: 78010-200

SERVICO PUBLICO FEDERAL
SERVICO DAS COMUNICACOES
CONFERE ORIGINAL
Em. 04 JAN 2002

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos não previstos no presente contrato social, serão resolvidos de acordo com o que dispõe a Lei Federal nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919, e, subsidiariamente, no que for aplicável pela Lei Federal nº 6.404, de 15 de janeiro de 1976.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o foro da sede da Sociedade para a solução de quaisquer dúvidas oriundas deste instrumento.

E, por estarem justos e contratados assinam o presente instrumento de constituição obrigando-se a si, seus herdeiros e sucessores a cumprirem fielmente todos os seus expressos termos, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Cuiabá/MT, 14 de Abril de 2000.

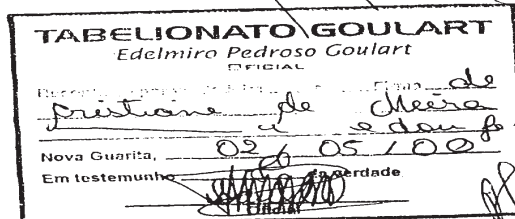


[Signature]
ROSELI DE FATIMA MEIRA BARBOSA
[Signature]
CRISTIANE DE MEIRA

TESTEMUNHAS: **SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
[Signature] 04/14/2000

[Signature]
IZABEL CRISTINA DOS SANTOS
RG: 806.335 SSP/MT
CPF: 531.753.871-87

[Signature]
JOÃO PEREIRA DA MATTIA
RG: 10.774.385 SSP/MT
CPF: 006.966.188-00



[Signature]
Solange Clarice Cervi
ESCREVENTE JURAMENTADA
CPF 933.421.401-84

CONTESE CONTADORES ASSOCIADOS S/C LTDA

Av. Cel. Escolástico, 245 – Bairro Bandeirantes – Cuiabá/MT – Fone/Fax: (0xx65) 624 3535 – Cep: 78010-200

(À Comissão de Educação – Decisão Terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 100, DE 2004

(Nº 2.537/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Alto da Serra Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 9 de fevereiro de 1998, que renova, a partir de 10 de maio de 1994, a concessão da Rádio Alto da Serra Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 222, DE 1998

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 9 de fevereiro de 1998, que “Renova a concessão da Rádio Alto da Serra Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul”.

Brasília, 17 de fevereiro de 1998. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM nº 4 /MC

Brasília, 23 de janeiro de 1998

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
 Submeto à consideração de Vossa Excelência o incluso Processo Administrativo nº 53790.000220/94, em que a Rádio Alto da Serra Ltda. solicita renovação da concessão para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada conforme Portaria MVOP nº 280, de 16 de abril de 1945, à Emissoras Reunidas Rádio Cultura Ltda., transferida à requerente pela Portaria MC nº 1.050, de 20 de outubro de 1978, cuja última renovação ocorreu nos termos do Decreto nº 91.818, de 22 de outubro de 1985, publicado no **Diário Oficial** da União em 23 subsequente, por dez anos, a partir de 1º de maio de 1984, sendo o prazo residual da outorga mantido pelo Decreto de 10 de maio de 1991.

2. Observo que o ato de outorga original está amparado juridicamente, considerando as disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de

1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentou, que consideram como deferidos os pedidos de renovação requeridos na forma devida e não decididos ao término do prazo de vigência da concessão ou permissão, sendo, por isso, admitido o funcionamento precário das estações, mesmo quando expiradas as respectivas outorgas.

3. Com estas observações, lícito é se concluir que a terminação do prazo da outorga ou a pendência de sua renovação, a curto ou a longo prazo, não determina, necessariamente, a extinção do serviço prestado, podendo o processo da renovação ser ultimado.

4. Em sendo renovada a outorga em apreço o ato correspondente deverá assinalar que a renovação ocorrerá a partir de 1º de maio de 1994.

5. Nessa conformidade, e em observância ao que dispõem a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, Decreto nº 88.066, de 1983, submeto o assunto à superior consideração de Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao § 3º do artigo 223 da Constituição.

Respeitosamente, – **Sérgio Motta**, Ministro de Estado das Comunicações.

DECRETO DE 9 DE FEVEREIRO DE 1998

Renova a concessão da Rádio Alto da Serra Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223 da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53790.000220/94,

DECRETA:


Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Alto da Serra Ltda., outorgada pela Portaria MVOP nº 280, de 16 de abril de 1945, e renovada pelo Decreto nº 91.818, de 22 de outubro de 1985, publicado no Diário Oficial da União em 23 subsequente, sendo mantido o prazo residual da outorga conforme Decreto de 10 de maio de 1991, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este Decreto, rege-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de fevereiro de 1998; 177º da Independência e 110º da República.




RADIO ALTO DA SERRA LTDA.**C.G.C.M.F. 89.413.116/0001-66****ATERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL .**

Por este instrumento particular **RADIO ALTO DA SERRA LTDA.**, com contrato social arquivado na M.M. Junta Comercial sob nº 501.058 em sessão de 29.12.1977, , através de seus únicos sócios: **Arnaldo Ballvé Neto, Cleomar Antonio Pereira Lima, Luiz Bartholomay e Dulce Braga Ballvé**, já qualificados e abaixo assinados, resolvem, de comum acordo, procederem alterações dos artigos 9º e 13º.

PRIMEIRA - Em face a nova denominação do sistema monetário nacional, o capital social de Cr\$ 532.000.000,00 (Quinhentos e trinta e dois milhões de cruzeiros), fica convertido para R\$ 193.45 (Cento e noventa e três reais e quarenta e cinco centavos), o qual é elevado para R\$ 84.000,00 (Oitenta e quatro mil reais) totalmente integralizados, com a incorporação de R\$ 83.806,55 (Oitenta e três mil oitocentos e seis reais e cinquenta e cinco centavos) da reserva de Correção Monetária do capital realizado. Ficando o capital dividido em 84.000 (Oitenta e quatro mil) cotas, de R\$ 1,00 (Hum real) cada, distribuídas da seguinte forma:

a)Arnaldo Ballvé Neto.	
com 27.754 cotas no valor de	R\$ 27.754,00
b)Cleomar Antonio Pereira Lima.	
com 21.773 cotas no valor de.....	R\$ 21.773,00
c)Luiz Bartholomay.	
com 19.387 cotas no valor de.....	R\$ 19.387,00
d)Dulce Braga Ballvé.	
com 15.086 cotas no valor de.....	R\$ 15.086,00

TOTAL DO CAPITAL SOCIAL	R\$ 84.000,00

SEGUNDA - Admitir a sociedade o Sr. **Marcelo Cama Proença Fernandes**, brasileiro, solteiro, maior, estudante, portador da Carteira de Identidade sob nº 1620469 expedida pela SSP/DF. em 02.08.93, C.I.C. sob nº B04.925.921-87, residente e domiciliado à Rua SHIS-QI9, conj: 3, casa 15, lago Sul, CEP: 71.625-030 em Brasília/DF., mediante a transferência das 21.773 (Vinte e um mil setecentas e setenta e três) cotas, integralizadas, no valor nominal de R\$ 1,00 (Hum real) cada, totalizando R\$ 21.773,00 (Vinte e um mil setecentos e setenta e três reais), que lhe é feita pelo sócio **Cleomar Antonio Pereira Lima**, o qual recebe o respectivo valor nominal global de suas cotas, e moeda corrente nacional sob qualquer título e pretexto, com base na present^a sessão e transferência de cotas.

TERCEIRA - Designar em substituição ao sócio Cleomar Antonio Pereira Lima, o novo cotista Marcelo Cama Proença Fernandes, como Sócio-Gerente.

Em consequência das alterações acima, os artigos 9º e 13º, passam a ter a seguinte redação:

ARTIGO 9º - A sociedade terá o seu capital nominal declarado de R\$ 84.000,00 (Oitenta e quatro mil reais), dividido em 84.000 (oitenta e quatro mil) cotas de R\$ 1,00 (Hum real) cada uma e assim subscrito pelos componentes:

ARNALDO BALLVE NETO.	
com 27.754 cotas	R\$ 27.754,00
MARCELO CAMA PROENÇA FERNANDES.	
com 21.773 cotas.....	R\$ 21.773,00
LUIZ BARTHOLOMAY.	
com 19.387 cotas.....	R\$ 19.387,00
DULCE BRAGA BALLVE.	
com 15.086 cotas.....	R\$ 15.086,00

TOTAL	R\$ 84.000,00


ARTIGO 13º- A Sociedade será administrada pelo sócio MARCELO CAMA PROENÇA FERNANDES, que é designado sócio-gerente.

Declaração de Desimpedimento.

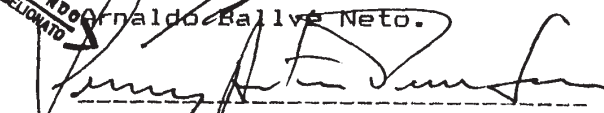
O sócio Marcelo Cama Proença Fernandes, declara sob as penas da lei, que não está incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-lo de exercer atividades mercantis.

E, por assim justos e contratados estarem, assinam o presente instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor e forma e para uma só finalidade, o ratificam, aceitam e se obrigam por si e por seus legítimos herdeiros e sucessores a bem e fielmente cumpri-lo.

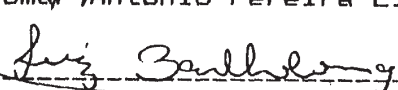
Porto Alegre, 01 de setembro de 1.995



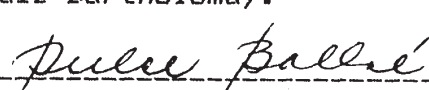
 Arnaldo Ballvé Neto.



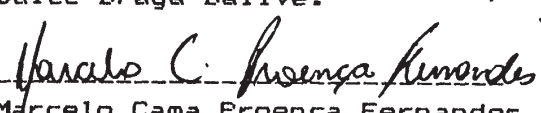
 Cleomar Antonio Pereira Lima.



 Luiz Bartholomay.




 Dulce Braga Ballvé.




 Marcelo Cama Proença Fernandes.


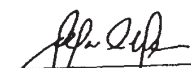
TESTEMUNHAS :



 João Ceciliano Cunha de Almeida.
 CIC 000.270.650-49
 CI .SSP/RS .1026482991



 Leonor Mussnich.
 CIC 453.696.070-87
 CI .SSP/RS .5035801504

 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
 08 JUN 1998
 1716024
 CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO

 GELSON ROBERTO KLEIN
 SECRETÁRIO GERAL

Cartório Da Silveira - 2º Tabelionato de Notas
 Rua Francisco Leão de Lencastre, 26 - Fone: (51) 211.2112 Fax: (51) 211.0018
 José Carlos da Silveira - Tabelião

Reconheço por SEMELHANÇA a firma de: CLEOMAR ANTONIO PEREIRA LIMA, indicada com a seta de uso deste Tabelionato, a qual confere com a ficha padrão aqui depositada.

EM TESTEMUNHO DA VERDADE

Porto Alegre, 03 de junho de 1998

Esc: () Marco A.D. Baum (X) Luis P. Weschenfelder () Sandro Manfredini

Rec. Firms 1,20 - Hora: 15:40:49 41330-180309

(À Comissão de Educação – Decisão Terminativa)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 101, DE 2004**

(Nº 2.470/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Apoio ao Esporte e à Cultura de Cedro – Ceará (ACAIECC) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cedro, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 383, de 19 de março de 2002, que autoriza a Associação Comunitária de Apoio ao Esporte e à Cultura de Cedro – Ceará (ACAIECC) a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cedro, Estado do Ceará.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 378, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão, comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 382, de 19 de março de 2002 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Tropical de Carneirinho, na cidade de Carneirinho – MG;

2 – Portaria nº 383, de 19 de março de 2002 – Associação Comunitária de Apoio ao Esporte e à Cultura de Cedro-Ceará – ACAIECC na cidade de Cedro – CE;

3 – Portaria nº 387, de 19 de março de 2002 – Associação Beneficente e Comunitária do Campo Formoso, na cidade de Campo Formoso – BA;

4 – Portaria nº 391, de 19 de março de 2002 – Centro de Atendimento Comunitário São Jorge – CEACOM, na cidade de Curitiba – PR;

5 – Portaria nº 392, de 19 de março de 2002 – Associação Comunitária de Radiodifusão para Desenvolvimento Artístico e Cultural de Manhumirim, na cidade de Manhumirim – MG;

6 – Portaria nº 393, de 19 de março de 2002 – Associação Comunitária Rita Mota Matos, na cidade de Tejuçuoca – CE;

7 – Portaria nº 395, de 19 de março de 2002 – Associação Beneficente Cultural Esportiva e Recreativa Varzeana – ABECERV, na cidade de Várzea do Poço – BA;

8 – Portaria nº 397, de 19 de março de 2002 – Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Abreu, na cidade de São Bernardo – MA;

9 – Portaria nº 398, de 19 de março de 2002 – Associação “Jovens” da Comunidade de Sítio Novo, na cidade de Sítio Novo – MA;

10 – Portaria nº 399, de 19 de março de 2002 – Associação Comunitária Nova Macuco, na cidade de Macuco – RJ;

11 – Portaria nº 401, de 19 de março de 2002 – Associação Cultural e Comunitária de Jandaia do Sul/PR – ACCJS, na cidade de Jandaia do Sul – PR;

12 – Portaria nº 403, de 19 de março de 2002 – Associação Comunitária de Apoio às Entidades de Bocaina, na cidade de Bocaina – SP;

13 – Portaria nº 404, de 19 de março de 2002 – Fundação Zuli Moraes, na cidade de Caririçu – CE;

14 – Portaria nº 405, de 19 de março de 2002 – Associação Comunitária de Comunicação de Uberlândia na cidade de Uberlândia – MG;

15 – Portaria nº 403, de 19 de março de 2002 – Associação Comunitária e Cultural Santana de Parnaíba, na cidade de Santana de Parnaíba – SP; e

16 – Portaria nº 409, de 19 de março de 2002 – Sociedade Beneficente de Altamira do Maranhão, na cidade de Altamira – MA.

Brasília, 14 de maio de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC nº 519 EM

Brasília, 14 de maio de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Encaminho a Vossa Excelência portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Apoio ao Esporte e à Cultura de Cedro – Ceará (ACAIECC), na Cidade de Cedro, Estado do Ceará, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de

maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permutem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada.

constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53650.002190/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Juarez Quadros do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 383, DE 19 DE MARÇO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de mais atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53650.002190/98, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Comunitária de Apoio ao Esporte e à Cultura do Cedro – Ceará (ACAIECC), com sede na Rua Coronel João Cândido nº 350, Centro, na cidade de Cedro, Estado do Ceará, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Art 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 06º36'24'S e longitude em 39º 3' 44" W, utilizando a frequência de 104,9 MHZ.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RELATÓRIO Nº 105/2002-DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº 53.650.002.190/98 de 29-9-1998.

Objeto: Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Comunitária de Apoio ao Esporte e à Cultura de Cedro-Ceará – ACAIECC, localidade de Cedro, Estado do Ceará.

I – Introdução

1. A Associação Comunitária de Apoio ao Esporte e à Cultura de Cedro – Ceará – ACAIECC, inscrita no CNPJ sob o número 02.586.232/0001-07, Estado do Ceará, com sede na Rua Coronel João Cândido, nº 350, Centro, Cidade de Cedro, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 22-9-1998, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no **Diário Oficial da União – DOU**, de 18-3-1999, Seção 3, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 01, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o

serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e ainda juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, face aos ditames legais pertinentes;
- manifestações de apoio da comunidade;
- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;
- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 04 a 160 dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

III – Relatório

• informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Coronel João Cândido, nº 350, Centro, Cidade de Cedro, Estado do Ceará, de coordenadas geográficas em 06°36'12"S de latitude e 39°03'47"W de longitude, consoantes aos dados constantes no aviso no **DOU** de 18-3-1999, Seção 03.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que, as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 55 a 58, denominado de "Rotei-

ro de Análise Técnica de RadCom". Posteriormente, foram indicadas novas coordenadas geográficas que, após analisadas, foram aceitas pelo Engenheiro Responsável.

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;
- compatibilização de distanciamento do canal;
- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;
- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;
- outros dados e conclusão.

12. Primeiramente, a Entidade teve seu processo indeferido porém, diante do pedido de reconsideração, a decisão foi revista, seguindo-se diligências para apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos I, II, III e V da Norma nº 2/98, cópia do CNPJ da Entidade, comprovação de válida existência das Entidades que manifestaram apoio à iniciativa da requerente, declaração do endereço da sede, esclarecimento de coordenadas, bem como apresentação do subitem 6.11 (Projeto Técnico) e adequação do mesmo à Norma nº 2/98. (fls. 60 a 160).

13. Cumpridas as exigências, foi expedido o "Formulário de Informações Técnicas", fls. 159 e 160, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;
- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;
- diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o Roteiro de Verificação de Instalação da Estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, folhas 161 e 162.

15. É o relatório.

IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

– nome

Associação Comunitária de Apoio ao Esporte e à Cultura de Cedro-Ceará – ACAECC.

– quadro diretivo

Presidente: Olga Maria Carvalho de Almeida

Vice-Presidente: Glauber Alves da Silva

1º Secretário: Antônio José Pitombeira de Almeida

2º Secretário: Joaquim Vieira de Melo

1º Tesoureiro: João Miceno M. Lima

2º Tesoureiro: José Anchieta Lima

– localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Coronel João Cândido, nº 350, Centro, Cidade de Cedro, Estado do Ceará;.

– coordenadas geográficas

06°36'24"S de latitude e 39°03'44"W de longitude, correspondentes aos dados constantes no "Formulário de Informações Técnicas", fls. 159 e 160 e "Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RADCOM", fls. 161 e 162, que se refere à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária de Apoio ao Esporte e à Cultura de Cedro-Ceará – ACAECC, no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.650.002.190/98 de 29-9-1998.

Brasília, 19 de fevereiro de 2002. – **Adriana Guimarães Costa**, Relator da Conclusão Jurídica – **Neide Aparecida Pereira**, Relator da conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 20 de fevereiro de 2002. – **Nilton Geraldo Lemes de Lemos**, Coordenador Geral (Substituto).

(À Comissão de Educação – decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 102, DE 2004

(Nº 2.472/2002, Na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza o Centro de Atendimento Comunitário São Jorge – CEACOM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 391, de 19 de março de 2002, que autoriza o Centro de Atendimento Comunitário São Jorge – CEACOM a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 378, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 382, de 19 de março de 2002 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Tropical de Carneirinho, na cidade de Carneirinho–MG;

2 – Portaria nº 383, de 19 de março de 2002 – Associação Comunitária de Apoio ao Esporte e à Cultura de Cedro–Ceará–ACAECC, na cidade de Cedro–CE;

3 – Portaria nº 387, de 19 de março de 2002 – Associação Beneficente e Comunitária de Campo Formoso, na cidade de Campo Formoso–BA;

4 – Portaria nº 391, de 19 de março de 2002 – Centro de Atendimento Comunitário São Jorge – CEACOM, na cidade do Curitiba-PR;

5 – Portaria nº 392, de 19 de março de 2002 – Associação Comunitária de Radiodifusão para Desenvolvimento Artístico e Cultural de Manhumirim, na cidade de Manhumirim-MG;

6 – Portaria nº 393, de 19 de março de 2002 – Associação Comunitária Rita Mota Matos, na cidade de Tejuçuoca-CE;

7 – Portaria nº 395, de 19 de março de 2002 – Associação Beneficente Cultural Esportiva e Recreativa Varzeana – ARECERV, na cidade de Várzea do Poço-BA;

8 – Portaria nº 397, de 19 de março de 2002 – Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Abreu, na cidade de São Bernardo-MA;

9 – Portaria nº 398, de 19 de março de 2002 – Associação “Jovens” da Comunidade de Sítio Novo, na cidade de Sítio Novo-MA;

10 – Portaria nº 399, de 19 de março de 2002 – Associação Comunitária Nova Macuco, na cidade de Macuco-RJ;

11 – Portaria nº 401, de 19 de março de 2002 – Associação Cultural e Comunitária de Jandaia do Sul/PR – “ACCJS”, na cidade de Jandaia do Sul-PR;

12 – Portaria nº 403, de 19 de março de 2002 – Associação Comunitária de Apoio as Entidades de Bocaina, na cidade de Bocaina-SP;

13 – Portaria nº 404, de 19 de março de 2002 – Fundação Zuli Moraes, na cidade de Caririçu-CE;

14 – Portaria nº 405, de 19 de março de 2002 – Associação Comunitária de Comunicação de Uberlândia, na cidade de Uberlândia-MG;

15 – Portaria nº 408, de 19 de março de 2002 – Associação Comunitária e Cultural Santana de Parnaíba, na cidade de Santana de Parnaíba-SP e

16 – Portaria nº 409, de 19 de março de 2002 – Sociedade Beneficente de Altamira do Maranhão, na cidade de Altamira-MA.

Brasília, 14 de maio de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC nº 514 EM

Brasília, 9 de abril de 2002.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Centro de Atendimento Comunitário São Jorge – CEACOM, na cidade de Curitiba,

Estado do Paraná, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2.A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, substanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53740.000213/99, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar em trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Juarez Quadros do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 391, DE 19 DE MARÇO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, do 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53740.000213/99, resolve:

Art. 1º Autorizar o Centro de Atendimento Comunitário São Jorge – CEACOM, com sede Rua Santa Fé, nº 76, Cidade Industrial, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1993, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 25º31'37"S e longitude em 49º23'17"W, utilizando a freqüência de 104,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Pimenta da Veiga.**

RELATÓRIO Nº 126/2002-DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº 53.740.000.213/99 de 23-2-1999.

Objeto: Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Centro de Atendimento Comunitário "São Jorge" – CEACOM, localidade de Curitiba, Estado do Paraná.

I – Introdução

1. A Centro de Atendimento Comunitário "São Jorge" – CEACOM, inscrita no CNPJ sob o número 86.866.555/0001-36, Estado do Paraná, com sede na Rua Santa Fé, nº 76, Cidade Industrial, Cidade de Curitiba, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 19-2-1999, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no **Diário Oficial da União – DOU**, de 17-12-1999, Seção 3, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita "a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.", apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 01, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma 02/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, face aos ditames legais pertinentes;
- manifestações de apoio da comunidade;
- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;
- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 03 a 191 dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

III – Relatório

• informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Santa Fé, nº 76, CIC, Cidade de Curitiba Estado do Paraná, de coordenadas geográficas em 25°31'37"S de latitude e 49°23'17"W de longitude, consoantes aos dados constantes no aviso no **DOU** de 17-12-1999, Seção 3.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que, as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folha 122, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom".

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;
- compatibilização de distanciamento do canal;
- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;
- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;
- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se diligências para apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos II, III e V da Norma 2/98, alteração estatutária, cópia do CNPJ da Entidade, declaração do endereço da sede da requerente, bem como do subitem 6.11 (Projeto Técnico) da Norma 2/98 (fls. 125 a 191).

13. Cumpridas as exigências, foi expedido o "Formulário de Informações Técnicas", fls. 171 e 172, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;

- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;

- diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o Roteiro de Verificação de Instalação da Estação, constatando-se conformidade com a Norma 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, folhas 186 e 187.

15. É o relatório.

IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

– nome

Centro de Atendimento Comunitário "São Jorge" – CEACOM.

– quadro diretivo

Presidente: Círio Custódio da Silva

Vice-Presidente: Tomihide Suguy

1ª Secretária: Lurdes Catarina da Silva Marçal

2ª Secretária: Creuza Kogempa Manieri

1ª Tesoureira: Lizandra Carolina Tadaieski

2ª Tesoureira: Divonzir Marques Ramos

– localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Santa Fé, nº 76, CIC, Cidade de Curitiba, Estado do Paraná;

– coordenadas geográficas

25°31'37"S de latitude e 49°23'17"W de longitude, correspondentes aos dados constantes no "Formulário de Informações Técnicas", fls. 171 e 172 e "Roteiro de Análise de Instalação da Estação de Rad-Com", fls. 186 e 187, que se refere à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Centro de Atendimento Comunitário" São Jorge" – CEACOM, no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.740.000.213/99 de 23-2-1999.

Brasília 25 de fevereiro de 2002. – **Adriana Guimarães Costa**, Relator da conclusão Jurídica, **Adriana Resende Avelar Rabelo**, Relator da conclusão técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de serviços de Radiodifusão.

Brasília, 28 de fevereiro de 2002. **Nilton Geraldo Lemes de Lemos**, Coordenador Geral.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 28 de fevereiro de 2002. – **Hamilton de Magalhães Mesquita**, Diretor do Departamento de Outorga de serviços de Radiodifusão.

(À Comissão de Educação, decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 103, DE 2004

(Nº 2.473/2003, Na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão para Desenvolvimento Artístico e Cultural de Manhumirim, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manhumirim, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 392, de 19 de março de 2002, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão para Desenvolvimento Artístico e Cultural de Manhumirim a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manhumirim, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 378, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,
Nos termos do art 49, inciso XII, combinado com o § 3º do nº 223, da Constituição Federal, submeto à

apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 382, de 19 de março de 2002 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Tropical de Carneirinho, na cidade de Carneirinho – MG

2 – Portaria nº 383, de 19 de março de 2002 – Associação Comunitária de Apoio ao Esporte, à Cultura de Cedro – Ceará – ACAECC, na cidade de Cedro – CE

3 – Portaria nº 387, de 19 de março de 2002 – Associação Beneficente e Comunitária de Campo Formoso, na cidade de Campo Formoso – BA

4 – Portaria nº 391, de 19 de março de 2002 – Centro de Atendimento Comunitário São Jorge – CEACOM, na cidade de Curitiba – PR

5 – Portaria nº 392, de 19 de março de 2002 – Associação Comunitária de Radiodifusão para Desenvolvimento Artístico e Cultural de Manhumirim, na cidade de Manhumirim – MG;

6 – Portaria nº 393, de 19 de março de 2002 – Associação Comunitária Rita Mota Matos, na cidade de Tejuçuoca – CE;

7 – Portaria nº 395, de 19 de março de 2002 – Associação Beneficente Cultural Esportiva e Recreativa Varzeana – ABECERV, na cidade de Várzea do Poço – BA;

8 – Portaria nº 397, de 19 de março de 2002 – Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Abreu, na cidade de São Bernardo – MA;

9 – Portaria nº 398, de 19 de março de 2002 – Associação "Jovens" da Comunidade de Sítio Novo, na cidade de Sítio Novo – MA;

10 – Portaria nº 399, de 19 de março de 2002 – Associação Comunitária Nova Macuco, na cidade de Macuco – RJ;

11 – Portaria nº 401, de 19 de março de 2002 – Associação Cultural e Comunitária de Jandaia do Sul/PR – ACCJS, na cidade de Jandaia do Sul – PR;

12 – Portaria Nº 403, de 19 de março de 2002 – Associação Comunitária de Apoio as Entidades de Bocaina, na cidade de Bocaina – SP;

13 – Portaria nº 404, de 19 de março de 2002 – Fundação Zuli Moraes, na cidade de Caririçu – CE;

14 – Portaria nº 405, de 19 de março de 2002 – Associação Comunitária de Comunicação de Uberlândia, na cidade de Uberlândia – MG;

15 – Portaria nº 408, de 19 de março de 2002 – Associação Comunitária e Cultural Santana de Parnaíba, na cidade de Santana de Parnaíba – SP, e

16 – Portaria nº 409, de 19 de março de 2002 – Sociedade Beneficente de Altamira do Maranhão, na cidade de Altamira – MA.

Brasília, 14 de maio de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso**

MC nº 524 EM

Brasília, 9 de abril de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Radiodifusão para Desenvolvimento Artístico e Cultural de Manhumirim na cidade de Manhumirim, Estado de Minas Gerais, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social o cultural, mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, substanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53710.001200/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Juarez Quadros do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 392, DE 19 DE MARÇO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53710.001200/98, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Comunitária de Radiodifusão para Desenvolvimento Artístico e Cultural de Manhumirim, com sede na Rua Professor Esser, nº 31, Bairro Roque, na cidade do Manhumirim, Estado de Minas Gerais, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pois Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 20°21'36"S e longitude em 41°57'31"W, utilizando a frequência de 104,9MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos turnos do § 3º do art 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pimenta da Veiga.

RELATÓRIO Nº 121/02-DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº 53.710.001.200/98 de 9-10-98

Objeto: Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Comunitária de Radiodifusão para Desenvolvimento Artístico e Cultural de Manhumirim, localidade de Manhumirim, Estado de Minas Gerais.

I – Introdução

1. A Associação Comunitária de Radiodifusão para Desenvolvimento Artístico e Cultural de Manhumirim, inscrita no CNPJ sob o nº 2.423.652/0001-64, Estado de Minas Gerais, com sede na Rua Professor Esser, nº 31, Bairro do Roque, Cidade de Manhumirim, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 6-10-98, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no **Diário Oficial da União – DOU**, de 18-3-99, Seção 3, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do art. 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 1, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a lei nº 9.612, de 19-2-98, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-98 e Norma nº 2/98, de 6-8-98.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, face aos ditames legais pertinentes;
- manifestações de apoio da comunidade;
- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante,

ante, e respectivas coordenadas geográficas;

– informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 4 a 104 dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

III – Relatório

• informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua João Maroni, nº 15, sala 14, Cidade de Manhumirim, Estado de Minas Gerais, de coordenadas geográficas em 20°21'36”S de latitude e 41°57'31”W de longitude, consoantes aos dados constantes no aviso no **DOU** de 18-3-99, Seção 3.

10. A análise técnica desenvolvida demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folha 49, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”.

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;
- compatibilização de distanciamento do canal;
- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;
- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;
- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se diligências para apresentação da documentação elencada no subitem 6.7, inciso II, da Norma nº 2/98, alteração estatutária, cópia do CNPJ da Entidade, comprovação de válida existên-

cia das Entidades que manifestaram apoio à iniciativa da requerente, declaração do endereço da sede da Entidade, planta de arruamento, confirmação de coordenadas, bem como do subitem 6.11 (Projeto Técnico) da Norma nº 2/98 (fls. 53 a 104).

13. Cumpridas as exigências, foi expedido o “Formulário de Informações Técnicas”, fl. 56, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa e de focalização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;
- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;
- diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o Roteiro de Verificação de Instalação da Estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, folhas 83 e 84.

15. É o relatório.

IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

– nome

Associação Comunitária de Radiodifusão para Desenvolvimento Artístico e Cultural de Manhumirim.

– quadro diretivo

Presidente: Pedro Fontoura

Vice-Presidente: Elka Khede Tavares

Secretária: Maria Raquel dos Santos Fontoura

Tesoureira: Khelma Silva Khede

– localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua João Maroni, nº 15, Centro, Cidade de Manhumirim, Estado de Minas Gerais;

– coordenadas geográficas

20º 21’ 36” S de latitude e 41º 57’ 31” W de longitude, correspondentes aos dados constantes no “Formulário de Informações Técnicas”, fl. 56 e “Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RaDcom”, fls. 83 e 84, que se refere à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária de Radiodifusão para Desenvolvimento Artístico e Cultural de Manhumirim, no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.710.001.200/98 de 9-10-1998.

Brasília, 25 de fevereiro de 2002. – **Adriana Guimarães Costa**, Relatora da conclusão Jurídica – **Adriana Resende Avelar Rabelo**, Relatora da conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 28 de fevereiro de 2002. – **Nilton Geraldo Lemes de Lemos**, Coordenador-Geral.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 104, DE 2004

(Nº 2.474/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rita Mota Matos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tejuçuoca, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 393, de 19 de março de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Rita Mota Matos a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tejuçuoca, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 378, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,
Nos termos do art. 49, inciso XII combinado com o § 3º do art 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas

de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 382 de 19 de março de 2002 Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Tropical de Carneirinho, na cidade de Carneirinho – MG.

2 – Portaria nº 383, de 19 de março de 2002 – Associação Comunitária de Apoio ao Esporte e à Cultura de Cedro – Ceará – ACAECC, na cidade de Cedro – CE;

3 – Portaria nº 387, de 19 de março de 2002 – Associação Beneficente e Comunitária de Campo Formoso, na cidade de Campo Formoso – BA;

4 – Portaria nº 391, de 19 de março de 2002 – Centro de Atendimento Comunitário São Jorge – CEACOM, na cidade de Curitiba-PR;

5 – Portaria nº 392, de 19 de março de 2002 – Associação Comunitária de Radiodifusão para Desenvolvimento Artístico e Cultural de Manhumirim, na cidade de Manhumirim – MG,

6 – Portaria nº 393, de 19 de março de 2002 – Associação Comunitária Rita Mota Matos, na cidade de Tejuçuoca – CE .

7 – Portaria nº 395, de 19 de março de 2002 – Associação Beneficente Cultural, esportiva e Recreativa Varzeana – ABECERV, cidade de Várzea do Poço – BA;

8 – Portaria nº 397, de 19 de março de 2002 – Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Abreu, na cidade de São Bernardo – MA.

9 – Portaria nº 398, de 19 de Março de 2002 Associação “Jovens” da comunidade de Sitio Novo, na cidade de Sitio Novo – MA;

10 – Portaria nº 399, de 19 de março de 2002 – Associação Comunitária Nova Macuco, na cidade de Macuco – RJ;

11 – Portaria nº 401, de 19 de março de 2002 – Associação Cultural e Comunitária de Jandaia do Sul/PR – “ACCJS”, na cidade de Jandaia do Sul-PR

12 – Portaria nº 403, de 19 de março de 2002 – Associação Comunitária de Apoio as Entidades de Bocaína, na cidade de Bocaína – SP;

13 – Portaria nº 404, de 19 de março de 2002 – Fundação Zuli Morais, na cidade de Caririçu – CE;

14 – Portaria nº 405, de 19 de março de 2002 – Associação Comunitária de Comunicação de Uberlândia, na cidade de Uberlândia – MG;

15 – Portaria nº 402, de 19 de março de 2002 – Associação Comunitária e Cultural Santana de Parnaíba, na cidade de Santana de Parnaíba-SP; e

16 – Portaria nº 409, de 19 de março de 2002 – Sociedade Beneficente de Altamira do Maranhão, na cidade de Altamira – MA.

Brasília, 14 de maio de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC nº 523 EM

Brasília, 9 de abril de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação que a entidade Associação Comunitária Rita Mota Matos na cidade de Tejuçuoca, Estado do Ceará, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimento, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência do óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, substanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53650.000126/99 que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do Art. 223, da Constituição Federal. – Respeitosamente, **Juarez Quadros do Nascimento**, Ministro do Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 393, 19 DE MARÇO 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso das suas atribuições, considerando o disposto nos arts. 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53650.000126/99, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Comunitária Rita Mota Matos, com sede na Rua Vila Nova, s/nº, localidade de Retiro, na cidade de Tejuçuoca, Estado do Ceará, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612 de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 3º 49'18" e longitude em 39º 30'34" W, utilizando a freqüência de 104,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar na data publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação. – **Pimenta da Veiga.**

RELATÓRIO Nº 15/02-DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº 53.650.000.126/99, de 20-1-99.

Objeto: Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Comunitária Rita Mota Matos, localidade de Tejuçuoca, Estado do Ceará.

I – Introdução

1. Associação Comunitária Rita Mota Matos, inscrita no CGC sob o nº 63.394.084/0001-05, no Estado do Ceará, com sede na Rua Vila Retiro, s/nº, Distrito de Caxitoré, Cidade de Tejuçuoca, CE, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 30 de dezembro de 1.998, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no **Diário Oficial da União – DOU**,

de 9 de setembro de 1999, Seção 3, que contempla o logradouro onde Processo nº 53.650.000.126/99

pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do art. 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

II – Relatório**• atos constitutivos da entidade documentos acessórios**

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 1, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-98, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-98 e Norma nº 2/98, de 6-8-98.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, face aos ditames legais pertinentes;
- manifestações de apoio da comunidade;
- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;
- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de re-

sidência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 1 a 135 dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

III – Relatório

• informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Vila Nova, s/nº, Cidade de Tejuçuoca, Estado do Ceará, de coordenadas geográficas em 03º59'20"S de latitude e 39º34'50"W de longitude, consoante aos dados constantes do Aviso publicado no DOU, de 9-9-99, Seção 3.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que, as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 71, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom". Posteriormente foram indicadas as reais coordenadas, que foram, aceitas e analisadas por Engenheiro responsável.

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;

- compatibilização de distanciamento do canal;

- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;

- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;

- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se diligências para alteração estatutária e apresentação do subitem 6.7, incisos II, III, IV, VI e VIII, bem como o subitem 6.11, (Projeto Técnico), da Norma 2/98, (fls. 76, 105 e 121). Foi dado o parecer pelo Indeferimento da Entidade, fls. 127, no entanto, houve o recurso às fls. 128, que foi provido as fls. 135.

13. Cumpridas as exigências, foi expedido o "Formulário de Informações Técnicas", fls. 92, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;

- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;

- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;

- diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o Roteiro de Verificação de Instalação da Estação, constatando-se conformidade com a Norma 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, folhas 102 e 103.

15. É o relatório.

IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

– nome

Associação Comunitária Rita Mota Matos

– quadro diretivo

Presidente: Antônio Silva Matos

Vice-Presidente: Fernando Antônio Gomes Mota

1º Secretário: Maria Solange C. Vasconcelos Matos

2º Secretário: Ivanildo Mesquita de Souza

1º Tesoureiro: Francisca Esterlita Mota Matos

2º Tesoureiro: Sérgio de Góis Moura

localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Vila Nova, s/nº, Cidade de Tejuçuoca, Estado do Ceará,

– coordenadas geográficas

03°49'18"S de latitude e 39°30'34"W de longitude, correspondentes aos dados constantes no "Formulário de Informações Técnicas", fls. 92 e "Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RadCom", fls. 102 e 103, que se refere à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária Rita Mota Matos, no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.650.000.126/99, de 20 de janeiro de 1999.

Brasília, 14 de janeiro de 2002. – **Érica Alves Dias**, Relator da conclusão Jurídica – **Ana Maria das Dores e Silva**, Relator da conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 14 de janeiro de 2002. – **Hamilton de Magalhães Mesquita**, Coordenador Geral.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 15 de janeiro de 2002. – **Antonio Carlos Tardeli**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 105, DE 2004**

(nº 2.476/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Abreu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bernardo, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 397, de 19 de março de 2002, que autoriza a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Abreu a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bernardo, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 378, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 382, de 19 de março de 2002 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Tropical de Carneirinho, na cidade de Carneirinho-MG;

2 – Portaria nº 383, de 19 de março de 2002 – Associação Comunitária de Apoio ao Esporte e à Cultura de Cedro-Ceará-ACAEECC, na cidade de Cedro-CE;

3 – Portaria nº 387, de 19 de março de 2002 – Associação Beneficente e Comunitária de Campo Formoso, na cidade de Campo Formoso-BA;

4 – Portaria nº 391, de 19 de março de 2002 – Centro de Atendimento Comunitário São Jorge – CEACOM, na cidade de Curitiba-PR;

5 – Portaria nº 392, de 19 de março de 2002 – Associação Comunitária de Radiodifusão para Desenvolvimento Artístico e Cultural de Manhumirim, na cidade de Manhumirim-MG;

6 – Portaria nº 393, de 19 de março de 2002 – Associação Comunitária Rita Mota Matos, na cidade de Tejuçuoca-CE;

7 – Portaria nº 395, de 19 de março de 2002 – Associação Beneficente Cultural Esportiva e Recreativa Varzeana-ABECERV, na cidade de Várzea do Poço-Ba;

8 – Portaria nº 397, de 19 de março de 2002 – Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Abreu, na cidade de São Bernardo-MA;

9 – Portaria nº 398, de 19 de março de 2002 – Associação "Jovens" da Comunidade de Sítio Novo, na cidade de Sítio Novo-MA;

10 – Portaria nº 399, de 19 de março de 2002 – Associação Comunitária Nova Macuco, na cidade de Macuco-RJ;

11 – Portaria nº 401, de 19 de março de 2002 – Associação Cultural e Comunitária de Jandaia do Sul/PR – "ACCJS", na cidade de Jandaia do Sul-PR;

12 – Portaria nº 403, de 19 de março de 2002 – Associação Comunitária de Apoio as Entidades de Bocaina, na cidade de Bocaina-SP;

13 – Portaria nº 404, de 19 de março de 2002 – Fundação Zuli Morais, na cidade de Caririçu-CE;

14 – Portaria nº 405, de 19 de março de 2002 – Associação Comunitária de Comunicação de Uberlândia, na cidade de Uberlândia-MG;

15 – Portaria nº 408, de 19 de março de 2002 – Associação Comunitária e Cultural Santana de Parnaíba, na cidade de Santana de Parnaíba-SP; e

16 – Portaria nº 409, de 19 de março de 2002 – Sociedade Beneficente de Altamira do Maranhão, na cidade de Altamira – MA;

Brasília, 14 de maio de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC nº 516 EM

Brasília, 9 de abril de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização respectiva documentação para que a entidade Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Abreu, na cidade de São Bernardo Estado do Maranhão, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço de radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, substanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53720.000442/99, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais so-

mente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Juarez Quadros do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 397, DE 19 DE MARÇO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições considerando o disposto nos arts. 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53720.000442/99, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Abreu, com sede na Rua Principal, S/nº, Bairro Abreu MA-034 Km 5, na cidade de São Bernardo, Estado do Maranhão, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 03º21'06"S e longitude em 42º23'13"W, utilizando a frequência de 106,3 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Pimenta da Veiga.**

RELATÓRIO Nº 107/2002-DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº 53.720.000442/99 de 9-6-1999.

Objeto: Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Abreu, localidade de São Bernardo, Estado do Maranhão.

I – Introdução

1. A Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Abreu, inscrita no CNPJ sob o número 02.089.161/0001-29, Estado do Maranhão, com sede na Rua Principal, s/nº, Bairro Abreu, Cidade de São Bernardo, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado

das Comunicações, por meio de requerimento datado de 24-5-1999, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como, requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU**, de 9-4-2001, Seção 3, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do art. 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 1, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, em face aos ditames legais pertinentes;

- manifestações de apoio da comunidade;

- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;

- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 5 a 104 dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

III – Relatório

• informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua Edmundo Pereira, s/nº, Centro, Cidade de São Bernardo, Estado do Maranhão, de coordenadas geográficas em 03º21'06”S de latitude e 42º23'13”W de longitude, consoantes aos dados constantes no aviso no **DOU** de 9-4-2001, Seção 3.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que, as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folha 55, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”.

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;

- compatibilização de distanciamento do canal;

- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;

- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;

- outros dados e conclusão.

12. Primeiramente, a Entidade teve seu processo arquivado e, após pedido de reexame dos autos, a decisão foi revista, seguindo-se diligências para apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos III e V da Norma 2/98, alterações estatutárias, declaração do endereço da sede da Entidade, bem como do subitem 6.11 (Projeto Técnico) da Norma 2/98 a (fls. 58 a 104).

13. Cumpridas as exigências, foi expedido o “Formulário de Informações Técnicas”, fls. 83 e 84, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;
- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;
- diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o Roteiro de Verificação de Instalação da Estação, constatando-se conformidade com a Norma 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, folhas 105 e 106.

15. É o relatório.

IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

– nome

Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Abreu.

– quadro diretivo

Presidente: Raimundo Nonato Brandão Amador
Vice-Presidente: Ezequiel Morais Silva
Secretário: Edivaldo Costa Cavalcante

Tesoureiro: Raimundo Nonato Silva
Conselheiro: José Antônio do Nascimento
Conselheiro: Manoel de Jesus Espindola Feitosa
Conselheiro: Domingos Joaquim Oliveira

– localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Edmundo Pereira, s/nº, Centro, Cidade de São Bernardo, Estado do Maranhão;

– coordenadas geográficas

03º21’06”S de latitude e 42º23’13”W de longitude, correspondentes aos dados constantes no “Formulário de Informações Técnicas”, fls. 83 e 84 e “Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RadCom”, fls. 105 e 106, que se refere à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Abreu, no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.720.000.442/99 de 9-6-99.

Brasília, 19 de fevereiro de 2002. – **Adriana Guimarães Costa**, Relator da conclusão Jurídica – **Ana Maria das Dores e Silva**, Relator da conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 20 de fevereiro de 2002. – **Nilton Geraldo Lemes de Lemos**, Coordenador-Geral Substituto.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 106, DE 2004

(Nº 2.479/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Santana de Parnaíba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 408, de 19 de março de 2002, que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Santana de Parnaíba a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 378, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal. submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 382, de 19 de março de 2002 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Tropical de Carneirinho, na cidade de Carneirinho – MG;

2 – Portaria nº 383, de 19 de março de 2002 – Associação Comunitária de Apoio ao Esporte e à Cultura de Cedro – Ceará – ACAECC, na cidade de Cedro – CE;

3 – Portaria nº 387, de 19 de março de 2002 – Associação Beneficente e Comunitária de Campo Formoso, na cidade de Campo Formoso – BA;

4 – Portaria nº 391, de 19 de março de 2002 – Centro de Atendimento Comunitário São Jorge – CEACOM, na cidade do Curitiba – PR;

5 – Portaria nº 392, de 19 de março de 2002 – Associação Comunitária de Radiodifusão para Desenvolvimento Artístico e Cultural de Manhumirim, na cidade de Manhumirim – MG;

6 – Portaria nº 393, de 19 de março de 2002 – Associação Comunitária Rita Mota Matos, na cidade de Tejuçosa – CE;

7 – Portaria nº 395, de 19 de março de 2002 – Associação Beneficente Cultural Esportiva e Recreativa Varzeana – ABECERV, na cidade de Várzea do Poço – BA.

8 – Portaria nº 397, de 19 de março de 2002 – Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Abreu, na cidade da São Bernardo – MA

9 – Portaria nº 398, de 19 de março de 2002 – Associação “Jovens” da Comunidade de Sido Novo, na cidade de Sítio Novo – MA;

10 – Portaria nº 399, de 19 de março de 2002 – Associação Comunitária Nova Macuco, na cidade de Macuco – RJ;

11 – Portaria nº 401, de 19 de março de 2002 – Associação Cultural e Comunitária de Jandaia do Sul/PR – “ACCJS”, na cidade de Jandaia do Sul – PR;

12 – Portaria nº 403, de 19 de março de 2002 – Associação Comunitária de Apoio as Entidades de Bocaina, na cidade de Bocaina – SP

13 – Portaria nº 404, de 19 de março de 2002 – Fundação Zuli Moraes, na cidade de Caririáçu – CE;

14 – Portaria nº 405, do 19 de março de 2002 – Associação Comunitária de Comunicação de Uberlândia, na cidade de Uberlândia – MG

15 – Portaria nº 408, de 19 de março de 2002 – Associação Comunitária e Cultural Santana de Parnaíba, na cidade de Santana de Parnaíba – SP; e

16 – Portaria nº 409, de 19 de março de 2002 – Sociedade Beneficente de Altamira do Maranhão, na cidade de Altamira-MA.

Brasília, 14 de maio de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC nº 509 EM

Brasília, 9 de abril de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária e Cultural Santana de Parnaíba, na cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social o cultural mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, estados esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53830.002546/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais so-

mente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, **Juarez Quadros do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 408, DE 19 DE MARÇO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53830.002546/98, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Comunitária e Cultural Santana de Parnaíba, com sede na Rua Professora Ermelinda Teixeira, nº 28, Jardim Professora Benoá, na cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade,

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 23°26'51"S e longitude em 46°55'12" W, utilizando a frequência de 91.7MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Pimenta da Veiga**.

RELATÓRIO Nº 143/02-DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº 53830002546/98, de 22-10-98

objeto: Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Comunitária e Cultural Santana de Parnaíba, localidade de Santana do Parnaíba, Estado de São Paulo.

I – Introdução

1. A Associação Comunitária e Cultural Santana de Parnaíba, inscrita no CGC/MF ou CNPJ sob o número 2.758.227/0001-26, no Estado de São Paulo, com sede na Rua Professora Ermelinda Teixeira nº 28 – Jardim Professor Benoá, cidade de Santana do Parnaíba, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado

das Comunicações, por meio de requerimento datado de 21 de outubro de 1998, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU**, de 17 de dezembro de 1999, Seção 3, que contempla localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do art. 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 1, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a lei nº 9.612, de 19-2-98, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.645, de 3-3-98 Norma nº 2/98, de 6-8-98.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item I), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, face aos ditames legais pertinentes;

- manifestações de apoio da comunidade;
- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;
- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 14 a 291, dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

III – Relatório

• informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado no Morro do Botucavuru, ao lado dos residenciais 9 e 8 do Bairro do Alphaville, na cidade de Santana do Parnaíba, Estado de São Paulo, de coordenadas geográficas em 23°26'51"S de latitude e 46°52'12"W de longitude. Ocorre que as coordenadas e o endereço foram alteradas, mediante solicitação datada de 8 de novembro de 1998, desta forma as coordenadas referentes ao sistema irradiante proposto passaram a ser em 23°26'51"S de latitude e 46°55'12"W de longitude, localizado na Rua Professora Ermelinda Teixeira nº 28 – Jardim Professor Benoá, consoante aos dados constantes do Aviso publicado no **DOU**, de 17-12-99, Seção 3.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 260, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom". Posteriormente, a requerente indicou novas coordenadas, que foram aceitas e analisadas por Engenheiro responsável.

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;

- compatibilização de distanciamento do canal;
- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;
- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;
- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se diligências para a apresentação do cartão do CNPJ e declaração do endereço da sede. Encaminhamento do Projeto Técnico (fls. 263 à 291).

13. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls 276, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;
- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;
- diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11. Folhas 292 e 293.

15. É o relatório.

IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

– nome

Associação Comunitária e Cultural Santana de Parnaíba

– **quadro diretivo**

Presidente: Valdir Jerônimo

Vice-presidente: Maria Angélica Teixeira Sales

Secretário.: Maria Cristina Aparecida T. Braga

Tesoureira: Maria Del Carmen Caballeda Adsuara

Suplente: Luciano Frederico Pontes

– **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

Rua Professora Ermelinda Teixeira nº 20 – Jardim Professora Benoá, cidade de Santana do Parnaíba, Estado de São Paulo;

– **coordenadas geográficas**

23°26'51" de latitude e 46°55'12" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 292 e 293, bem como "Formulário de informações Técnicas" – fls 276 e que se referem à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária e Cultural Santana de Parnaíba, no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53830002546/98, de 22 de outubro de 1998.

Brasília, 4 de março de 2002. – **Alexandra Luciana Costa**, Relatora da conclusão Jurídica. – **Neide Aparecida da Silva**, Relatora da Conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga e Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 4 de março de 2002. – Por **Nilton Geraldo Lemes de Lemos**, Coordenador-Geral.

(À Comissão de Educação – Decisão Terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 107, DE 2004**

(Nº 2.497/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Itapecerica da Serra – ACIS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapecerica da Serra, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 600, de 22 de abril de 2002, que autoriza a Associação Comunitária de Itapecerica da Serra – ACIS a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapecerica da Serra, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 455, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 559, de 16 de abril de 2002 – Fundação da Integração Cultural Vianense, na cidade de Viana-MA.;

2 – Portaria nº 561, de 16 de abril de 2002 – Associação Comunitária de Esporte e Lazer dos Moradores de Caatiba, na cidade de Caatiba-BA.;

3 – Portaria nº 564, de 16 de abril de 2002 – Associação O Bom Pastor de Amparo Social, na cidade de Presidente Bernardes-SP.;

4 – Portaria nº 569, de 16 de abril de 2002 – Associação dos Amigos Comunicadores de Ourém, na cidade de Ourém-PA.;

5 – Portaria nº 572, de 16 de abril de 2002 – Associação Comunitária Pocranense de Radiodifusão, na cidade de Pocrane-MG.;

6 – Portaria nº 574, de 16 de abril de 2002 – Associação Cultural Comunitária Grupo Amigos, na cidade de Salto-SP.;

7 – Portaria nº 576, de 16 de abril de 2002 – Associação Comunitária Dourado, na cidade de Dourado-SP.;

8 – Portaria nº 578, de 16 de abril de 2002 – Associação Médica Educacional da Lavras da Mangabeira-AMEL, na cidade de Lavras da Mangabeira-CE.;

9 – Portaria nº 599, de 16 de abril de 2002 – Associação e Movimento Comunitário Rádio Machados FM, na cidade de Machados-PE.;

10 – Portaria nº 600, de 22 de abril de 2002 – Associação Comunitária de Itapecerica da Serra – ACIS, na cidade de Itapecerica da Serra-SP.;

11 – Portaria nº 602, de 22 de abril de 2002 – Associação Rádio Comunitária Estância Velha-AERCOM FM na cidade de Estância Velha-RS.;

12 – Portaria nº 603, de 22 de abril de 2002 – Centro Pró-Melhoramentos do Morro do Castro, na cidade de São Gonçalo-RJ.;

13 – Portaria nº 604, de 22 de abril de 2002 – Centro de Desenvolvimento Comunitário de Munguba, na cidade de Almeirim-PA.

Brasília, 11 de junho de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC nº 663 EM

Brasília, 29 de abril de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Itapeçerica da Serra – ACIS, na cidade de Itapeçerica da Serra, Estado de São Paulo, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, substanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53830.000019/00, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Juarez Quadros do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 600, DE 22 DE ABRIL DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos arts. 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53830.000019/00, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Comunitária de Itapeçerica da Serra – ACIS, com sede na Rua Itapura, nº 5, Jardim Tereza Maria, na cidade de Itapeçerica da Serra, Estado de São Paulo, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 23º42'55"S e longitude em 46º51'20"W, utilizando a freqüência de 88,7 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento.**

RELATÓRIO Nº 234/2002-DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº 53.830.000.019/00 de 14-01 – 2000.

Objeto: Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Comunitária Itapeçerica da Serra, Estado de ACIS, localidade de Itapeçerica da Serra, Estado de São Paulo.

I – Introdução

1. A Associação Comunitária de Itapeçerica da Serra – ACIS, inscrita no CNPJ sob o número 03.587.945/0001-40, Estado de São Paulo, com sede na Rua Itapura, nº 05, Jardim Tereza Maria, Cidade de Itapeçerica da Serra, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 14.01.2000, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no **Diário Oficial** da União Processo nº 53.830.000.019/00 **DOU**, de 17.12.1999, Seção 3, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 01, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-98, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-98 e Norma nº 02/98, de 6-8-98.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 02/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma 02/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

Processo nº 53.830.000.019/00

- Estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, face aos ditames legais pertinentes;
- manifestações de apoio da comunidade

- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;

- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 03 a 266 dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

III – Relatório

• informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Victor Manzini, nº 156, Centro, Cidade de Itapeverica da Serra, Estado de São Paulo, de coordenadas geográficas em 46º 51, 05” 8 de latitude e 26º 42’ 05” W de longitude, consoantes aos dados constantes no aviso no DOU de 17.12.1999, Seção 03.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que, as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folha 76, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”. Posteriormente, foram indicadas novas coordenadas geográficas, que, após analisadas, foram aceitas pelo Engenheiro Responsável.

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;

- compatibilização de distanciamento do canal;

- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;

- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;

- outros dados e conclusão.

12. Preliminarmente, a Entidade teve seu processo arquivado por motivos técnicos. Contudo, diante do pedido de reconsideração e da análise da documentação encaminhada, a decisão que motivou o arquivamento foi revista e a Entidade oficiada para apresentação da planta de arruamento, comprovação de válida existência das Entidades que manifestaram apoio à iniciativa da requerente, declaração do endereço da sede da Entidade. Diante da regularidade técnico-jurídica dos processos referentes às interessadas na localidade e, em observância ao disposto no subitem 6.10.1 da Norma nº 02/98, foi encaminhado ofício para que se estabelecesse uma associação entre essas Entidades. Ocorre que, frente à negativa de entendimento e acordo, utilizou-se o critério de seleção apontado no subitem 6.10.2 da Norma nº 02/98, quando se constatou que a requerente conta com maior número de manifestações em apoio do que a sua concorrente e, em decorrência de tal fato, a Entidade foi selecionada e oficiada para que fosse enviado o Projeto Técnico (subitem 6.11 da Norma nº 02/98), bem como a Ata de eleição dos atuais dirigentes devidamente registrada (fls. 77 a 266).

13. Cumpridas as exigências, foi expedido o "Formulário de Informações Técnicas", fls. 245 e 246, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;
- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;
- diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o Roteiro de Verificação de Instalação da Estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 02/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, folhas 256 e 257.

15. É o relatório.

IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de do-

cumentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

– nome

Associação Comunitária de Itapecerica da Serra – ACIS

– quadro diretivo

Presidente: Cláudia Regina Baldusco

Vice-Presidente: Marcelo Lino Tavares

Secretário: Sérgio Aparecido da Silva

Tesoureira: Angela Maria Baldusco

2º Tesoureiro: João Pinto Filho

Pres. Cons. Com.: Fernando José Rodrigues

– localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Victor Manzini, nº 156, Centro, Cidade de Itapecerica da Serra, Estado de São Paulo;

– coordenadas geográficas

23°42'55"S de latitude e 46°51'20"W de longitude, correspondentes aos dados constantes no "Formulário de Informações Técnicas", fls. 245 e 246 e "Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RADCOM", fls. 256 e 257, que se refere à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária de Itapecerica da Serra – ACIS, no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.830.000.019/00 de 14-1-2000.

Brasília, 8 de abril de 2002. – Relator da Conclusão Jurídica, **Adriana Guimarães Costa**, Chefe de Divisão / SSR – Relatora da Conclusão Técnica, **Regina Aparecida Monteiro**, Chefe de Serviço

(À Comissão de Educação – decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 108, DE 2004

(Nº 2.499/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Glória Radiodifusão Cultural e Educacional – GRACE a executar serviço de radiodifu-

são comunitária na cidade de Glória de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 649, de 26 de abril de 2002, que autoriza a Glória Radiodifusão Cultural e Educacional – GRACE a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Glória de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 469, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 512, de 2 de abril de 2002 – Associação Comunitária Pedra Pintada – ACP, na cidade de Itacoatiara – AM;

2 – Portaria nº 642, de 26 de abril de 2002 – Associação Cultural Comunitária Franciscana de Codó Maranhão, na cidade de Codó – MA;

3 – Portaria nº 643, de 26 de abril de 2002 – Fundação Mário Moacyr Porto para o Desenvolvimento Comunitário de Cruz do Espírito Santo – FMMP, na cidade de Cruz do Espírito Santo – PB;

4 – Portaria nº 646, de 26 de abril de 2002 – Associação Comunitária de Comunicação do Jardim Amarante – RN, na cidade de São Gonçalo do Amarante – RN;

5 – Portaria nº 647, de 26 de abril de 2002 – Associação dos Amigos do Portal do A1vorada/Juru – PB, na cidade de Juru – PB;

6 – Portaria nº 648, de 26 de abril de 2002 – Associação Sobralense Beneficente e Cultural Comunitária (ASBCC), na cidade de Sobral – CE;

7 – Portaria nº 649, de 26 de abril de 2002 – Olaria Radiodifusão Cultural e Educacional (GRACE), na cidade de Glória de Dourados – MS;

8 – Portaria nº 650, de 26 de abril de 2002 – Associação Cultural e Beneficente Cristovam Chiaradia, na cidade de Senador Cortes – MG;

9 – Portaria nº 651, de 26 de abril de 2002 – Associação Comunitária de Radiodifusão “Nossa Senhora da Glória”, na cidade de Passa Tempo – MG;

10 – Portaria nº 652, de 26 de abril de 2002 – Associação dos Moradores de Bairros do Município de Areial, na cidade de Areial – PB;

11 – Portaria nº 65, de 26 de abril de 2002 – Associação Comunitária “Nova Pequeri”, na cidade de Pequeri – MG;

12 – Portaria nº 654, de 26 de abril de 2002 – Rádio Comunitária de Santo Antônio do Descoberto FM, na cidade de Santo Antônio do Descoberto – GO; e

13 – Portaria nº 655, de 26 de abril de 2002 – Associação dos Moradores do Bairro Centro de Acorizal, na cidade de Acorizal – MT.

Brasília, 12 de junho de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC Nº 705 EM

Brasília, 10 de maio de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Encaminho a Vossa Excelência portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Glória Radiodifusão Cultural e Educacional – GRACE, na cidade de Glória de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da imponentia da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, substanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53700.000082/2000, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Juarez Quadros do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 649, DE 26 DE ABRIL DE 2001

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1993, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53700.000082/2000, resolve:

Art. 1º Autorizar a Glória Radiodifusão Cultural e Educacional – GRACE, com sede na Avenida Presidente Vargas nº 1.576, na cidade de Glória de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1993, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 22º 24' 45" S e longitude em 54º 13' 45" W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento**.

RELATÓRIO Nº 226/2002-DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº 53.700.000.082/00 de 10-4-2000.

Objeto: Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Glória Radiodifusão Cultural e Educacional/GRACE, localidade de Glória de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul.

I – Introdução

1. A Glória Radiodifusão Cultural e Educacional / GRACE, inscrita no CNPJ sob o número 03.744.022/0001-54, Estado do Mato Grosso do Sul, com sede na Av. Presidente Vargas, nº 1576, Cidade de Glória de Dourados, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requeri-

mento datado de abril de 2000, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU**, de 27-3-2000, Seção 3, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 1, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item I), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma nº 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, em face dos ditames legais pertinentes;
- manifestações de apoio da comunidade;

- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;

- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 4 a 119 dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

III – Relatório

• informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Av. Presidente Vargas, nº 1576, Cidade de Glória de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul, de coordenadas geográficas em 22°24'45"S de latitude e 54°13'44"W de longitude, consoantes aos dados constantes no aviso no **DOU** de 27-3-2000, Seção 3.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que, as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folha 95, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom".

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;

- compatibilização de distanciamento do canal;

- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena

- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;

- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se diligências para apresentação de alteração estatutária, cópia do CNPJ retificado

da Entidade, declaração do endereço da sede da Entidade, bem como do subitem 6.11 (Projeto Técnico) da Norma nº 02/98 (fls. 98 a 119).

13. Cumpridas as exigências, foi expedido o "Formulário de Informações Técnicas", fl. 106, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;

- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;

- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;

- diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o Roteiro de Verificação de Instalação da Estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 02/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, folhas 111 e 112.

15. É o relatório.

IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

– nome

Glória Radiodifusão Cultural e Educacional/GRACE.

– quadro diretivo

Presidente: Dirce Mazurok Brustolim

Vice-presidente: Manoel Ferreira dos Santos

Tesoureira: Vilma Gomes da Silva

Secretária: Zeneide Alves da Silva

– localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Av. Presidente Vargas, nº 1.576, Cidade de Glória de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul;

– **coordenadas geográficas**

22°24'45"S de latitude e 54°13'45" correspondentes aos dados constantes no "Informações Técnicas", fl. 106 e "Roteiro Instalação da Estação de Radcom", fls. 111 refere à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Glória Radiodifusão Cultural e Educacional/GRACE, no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.700.000.082/00 de 10-4-2000.

Brasília, em 08 de abril de 2002. – Relator da conclusão Jurídica **Adriana Guimarães Costa**, Chefe de Divisão/SSR. – Relator da conclusão Técnica **Regina Aparecida Monteiro**, Chefe de Serviço/SSR.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 10 de abril de 2002. – p./**Nilton Geraldo Lemes de Lemos**, Coordenador-Geral.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 10 de abril de 2002. – **Hamilton de Magalhães Mesquita**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 109, DE 2004**

(Nº 2.500/02, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Sociedade Comunitária de Radiodifusão de Canápolis – Rádio Triângulo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canápolis, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 664, de 30 de abril de 2002, que autoriza a Sociedade Comunitária de Radiodifusão de Canápolis – Rádio Triângulo a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canápolis, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 497, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 659, de 30 de abril de 2002 – Associação Comunitária e Assistencial de Ibicoara – BA, na cidade de Ibicoara – BA;

2 – Portaria nº 660, de 30 de abril de 2002 – Associação Comunitária do Município de Esplanada, na cidade de Esplanada – BA;

3 – Portaria nº 661, de 30 de abril de 2002 – Rádio Comunitária N'Ativa FM de Tabuleiro do Norte, na cidade de Tabuleiro do Norte – CE;

4 – Portaria nº 662, de 30 de abril de 2002 – Associação Comunitária para o Progresso de Várzea Alegre, na cidade de Várzea Alegre – CE;

5 – Portaria nº 663, de 30 de abril de 2002 – Associação de Rádio Difusão Comunitária de Antas (ARDICA), na cidade de Antas – BA;

6 – Portaria nº 664, de 30 de abril de 2002 – Sociedade Comunitária de Radiodifusão de Canápolis – Rádio Triângulo, na cidade de Canápolis – MG; e

7 – Portaria nº 691, de 9 de maio de 2002 – Fundação Senador Waldemar de Moura Santos, na cidade de Picos – PI.

Brasília, 18 de junho de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso**.

MC Nº 730 EM

Brasília, 13 de maio de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Sociedade Comunitária de Radiodifusão de Canápolis – Rádio Triângulo, na cidade de Canápolis; Estado de Minas Gerais, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612 de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a

sedimentação da cultura geral das localidades post-lantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53710.000001/01, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Juarez Quadros do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 664, DE 30 DE ABRIL DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos art. 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53710.000001/01, resolve:

Art. 1º Autorizar Sociedade Comunitária de Radiodifusão de Canápolis – Rádio Triângulo, com sede na Rua 15, nº 1.013, Bairro Boa Esperança, na cidade de Canápolis, Estado de Minas Gerais, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 18º43'11"S e longitude em 49º12'12"W, utilizando a freqüência de 104,9 MHz.

Art. 4º EstE ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento**.

RELATÓRIO Nº 244/2002-DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº 53.710.000.001/01 de 3-1-2001.

Objeto: Requerimento de autorização para a Serviço de Comunitária.

Interessado: Sociedade Comunitária de Radiodifusão de Canápolis – Rádio Triângulo, localidade de Canápolis – Estado de Minas Gerais.

I – Introdução

1. A Sociedade Comunitária de Radiodifusão de Canápolis – Rádio Triângulo, inscrita no CNPJ sob o número 04.213.976/0001-01, Estado de Minas Gerais, com sede na Rua 15, nº 1013, Boa Esperança, Cidade de Canápolis, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 3-1-2001, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU**, de 5-12-2000, Seção 3, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 01, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-98, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-98 e Norma nº 02/98, de 6-8-98.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 02/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma 02/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

Processo nº 53.710.000.001/01

- Estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, face aos ditames legais pertinentes;
- manifestações de apoio da comunidade;
- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;
- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 02 a 129 dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

III – Relatório

• informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua 15, nº 1013, Boa Esperança, Cidade de Canápolis, Estado de Minas Gerais, de coordenadas geográficas em 18º43'16"5 de latitude e 49º11'58"W de longitude, consoantes aos dados constantes no aviso no **DOU** de 5-12-2000, Seção 03.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que, as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folha 36, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom". Posteriormente, foram indicadas as reais coordenadas que, após analisadas, foram aceitas pelo Engenheiro Responsável.

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas instruções sobre levantamentos do IBGE;
- compatibilização de distanciamento do canal;
- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena
- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;
- outros dados e conclusão.
- coordenadas geográficas,
- coincidentes com os

12. Primeiramente, a Entidade teve seu processo arquivado, porém, diante do pedido de reconsideração e de nova análise da documentação encaminhada, a decisão que motivou o arquivamento foi revista, seguindo-se diligências para apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 inciso II da Norma 02/98, comprovação de válida existência das Entidades que manifestaram apoio á iniciativa da requerente, declaração do endereço da sede da Entidade, bem como do subitem 6.11 (Projeto Técnico) da Norma 02/98 (fls. 39 a 129).

13. Cumpridas as exigências, foi expedido o "Formulário de Informações Técnicas", fl. 56, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa transmissor, sistema irradiante e estúdio;
- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;
- diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o Roteiro de Verificação de Instalação da Estação, constatando-se conformidade com a Norma 02/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, folhas 130 e 131.

15. É o relatório.

IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

– nome

Sociedade Comunitária de Radiodifusão de Canápolis – Rádio Triângulo

– quadro diretivo

Presidente: Aquilino Neto Dantas

Vice-presidente: Juvenil Martins de Rezende

Secretário: Antônio Ferreira Garcia

Tesoureiro: Tolendal Bitencourt de Freitas

– localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Quinze, nº 1013, Boa Esperança, Cidade de Canápolis, Estado de Minas Gerais;

– coordenadas geográficas

18°43'11,S de latitude e 49°12'12"W de longitude, correspondentes aos dados constantes no "Formulário de Informações Técnicas", fl. 56 e "Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RadCom", fls. 130 e 131, que se refere à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Sociedade Comunitária de Radiodifusão de Canápolis – Rádio Triângulo, no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.710.000.001/01 de 3-1-2001.

Brasília, 15 de abril de 2002. – **Adriana Guimarães Costa**, Relatora da conclusão Jurídica. Chefe de Divisão/SSR – **Neide Aparecida da Silva**, Relatora da Conclusão Técnica. Chefe de Divisão/SSR.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 17 de abril de 2002. – **Nilton Geraldo Lemos de Lemos**, Coordenador-Geral.

(À Comissão de Educação – Decisão Terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 110, DE 2004

(Nº 2.512/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação das Entidades da Pró Rádio "Cidade" a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Camapuã, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.498, de 2 de agosto de 2002, que autoriza a Associação das Entidades da Pró Rádio "Cidade" a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Camapuã, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 786, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 1.488, de 2 de agosto de 2002 – Associação Rádio Comunitária de Capão da Canoa – ARCCC, na cidade de Capão da Canoa – RS;

2 – Portaria nº 1.489, de 2 de agosto de 2002 – Associação Comunitária Serrana (ACOS), na cidade de Brejões – BA;

3 – Portaria nº 1.490, de 2 de agosto de 2002 – Associação de Apoio e Assistência à Juventude Sericiteense (AJUS), na cidade de Sericita – MG.;

4 – Portaria nº 1.491, de 2 de agosto de 2002 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Passira, na cidade de Passira – PE;

5 – Portaria nº 1.492, de 2 de agosto de 2002 – Associação da Rádio Comunitária Bom Jesus FM, na cidade de Tuparetama – PE;

6 – Portaria nº 1.493, de 2 de agosto de 2002 – Associação Comunitária do Município de Botuporã, na cidade de Botuporã – BA;

7 – Portaria nº 1.494, de 2 de agosto de 2002 – Associação Cultural, Artística e Social de Integração Comunitária de São Manuel, na cidade de São Manuel – SP;

8 – Portaria nº 1.495, de 2 de agosto de 2002 – Associação Rádio Comunitária Anawin, na cidade de Francisco Beltrão – PR;

9 – Portaria nº 1.496, de 2 de agosto de 2002 – Associação Comunitária de Campos Lindos (ACCL), na cidade de Cristalina – GO;

10 – Portaria nº 1.497, de 2 de agosto de 2002 – Associação de Apoio à Escola do Colégio Estadual José Garcia de Freitas, na cidade de Itaperuna – RJ;

11 – Portaria nº 1.498, de 2 de agosto de 2002 – Associação das Entidades da Pró Rádio “Cidade”, na cidade de Camapuã – MS;

12 – Portaria nº 1.505, de 6 de agosto de 2002 – Associação dos Moradores das Ruas e Bairros de Piracema, na cidade de Piracema – MG;

13 – Portaria nº 1.506, de 6 de agosto de 2002 – Associação de Jovens Unidos na Fraternidade, na cidade de Governador Nunes Freire – MA;

14 – Portaria nº 1.508, de 6 de agosto de 2002 – Associação Comunitária Beneficente Brilhante, na cidade de Campos dos Goytacazes – RJ; e

15 – Portaria nº 1.509, de 6 de agosto de 2002 – União Comunitária de Imbé de Minas, na cidade de Imbé de Minas – MG.;

Brasília, 10 de setembro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso**, Presidente da República.

MC nº 1187 EM

Brasília, 21 de agosto de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Encaminho a Vossa Excelência portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação das Entidades da Pró Rádio Cidade, na cidade de Camapuã, Estado de Mato Grosso do Sul, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão,

de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas, também, servem de elo à integração de formações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, substanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53000.001186/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Juarez Queiroz do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 1.498, DE 2 DE AGOSTO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53700.001186/98, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação das Entidades da Pró Rádio “Cidade”, com sede na Rua Pedro Celestino, nº 677, sala 10, Galeria Dona Rosa, na cidade de Camapuã, Estado de Mato Grosso do Sul, executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 19º 32’ 01” S e longitude em 54º 02’ 35” W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Queiroz do Nascimento**.

RELATÓRIO Nº 380/02-DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº53700001186/98, de 12-8-98.

Objeto: Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação das Entidades da Pró Rádio Cidade, localidade de Camapuã, Estado de Mato do Sul.

I – Introdução

1. A Associação das Entidades da Pró Rádio Cidade, inscrita no CGC/MF ou CNPJ sob o nº 2.482.572/001-80, no Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Rua Pedro Celestino nº 678 – sala 10 – Galeria Dona Rosa, cidade de Camapuã, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 10 de agosto de 1998, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no **Diário Oficial da União – DOU**, de 5 de novembro de 1998, Seção 3, que contempla localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do art. 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

II – Relatório**• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios**

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 1, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-98, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-98 e Norma nº 2/98, de 6-8-98.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designa-

ção de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos da Norma nº 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados a entidade, face aos ditames legais pertinentes;
- manifestações de apoio da comunidade;
- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;
- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 4 à 254, dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

III – Relatório**. informações técnicas**

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Pedro Celestino 678 – sala 10, na cidade de Camapuã, Estado do Mato Grosso do Sul, de coordenadas geográficas em 19°32’01”S de altitude e 54°02’35”W de longitude, consoante aos dados constantes do Aviso publicado no **DOU**, de 5-11-98, Seção 3.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 16, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”. Posteriormente, a requerente indicou novas coordenadas, que foram aceitas e analisadas por Engenheiro responsável.

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coor-

denadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;

– compatibilização de distanciamento do canal;

– situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;

– planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;

– outros dados e conclusão.

12. Inicialmente o Processo, após algumas diligências foi arquivado por meio do ofício nº 3.738/01 de 30-5-01, decisão esta que foi reconsiderada, seguindo-se diligências para a apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos I, II, III, IV e VIII da Norma nº 2/98, comprovação de necessária alteração estatutária, encaminhamento do cartão do CNPJ, declaração do endereço da sede e declaração de que não mantém vínculos de subordinação com qualquer outra entidade. (fls. 129 e 130).

13. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls 135, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

– identificação da entidade;

– os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;

– características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;

– diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11. Folhas 129 e 130.

15. É o relatório.

IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

– nome

Associação das Entidades da Pró Rádio Cidade;

– **quadro diretivo**

Presidente: Antonio Carlos Fragoso

Vice-presidente: Antonio Marcos Marini

Secretário: Roseli de F. M. Pereira

2º Secretário: Jerônima S. Ferreira

Tesoureiro: Josias Fogaça

2º Tesoureiro: Marluce Pimentel Duailibi

– **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

Rua Pedro Celestino nº 678 – Centro, cidade de Camapuã, Estado do Mato Grosso do Sul;

– **coordenadas geográficas**

19º32’01” de latitude e 54º02’35” de longitude, correspondentes aos dados dispostos no “Roteiro de Análise de Instalação da Estação” – fls. 129 e 130, bem como “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 135 e que se referem à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação das Entidades da Pró Rádio Cidade, no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53700001186/98, de 12 de agosto de 1998.

Brasília, 3 de julho de 2002. – **Alexandra Luciana Costa**, Relator da conclusão Jurídica, Chefe de Divisão/SSR – **Regina Aparecida Monteiro**, Relator da conclusão Técnica Chefe de Serviço/SSR.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga e Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 4 de julho de 2002. – **Nilton Geraldo Lemes de Lemos**, Coordenador Geral.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 111, DE 2004

(Nº 2.521/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Independente Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 19 de novembro de 1996, que renova, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio

Independente Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.213, DE 1996

Senhores Membros do Congresso Nacional,
Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal,

EM nº 211/MC

submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 19 de novembro de 1996, que “Renova a concessão da Rádio Independente Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul”.

Brasília, 26 de novembro de 1996. – **Marcos Maciel**.

Brasília, 14 de novembro de 1996.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Submeto à consideração de Vossa Excelência o incluso Processo Administrativo nº 53790.000159/94, em que a Rádio Independente Ltda. solicita renovação da concessão para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul, autorizada conforme Portaria MVOP nº 902, de 21 de setembro de 1950, cuja última renovação ocorreu nos termos do Decreto nº 89.713, de 29 de maio de 1984, publicado no Diário Oficial da União em 30 subsequente, por dez anos, a partir de 1º de maio de 1984, cujo prazo residual da outorga foi mantido pelo Decreto de 10 de maio de 1991.

2. Observo que o ato de outorga original está amparado juridicamente, considerando as disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentou, que consideram como deferidos os pedidos de renovação requeridos na forma devida e não decididos ao término do prazo de vigência da concessão ou permissão, sendo, por isso, admitido o funcionamento precário das estações, mesmo quando expiradas as respectivas outorgas.

3. Com estas observações, lícito é se concluir que a terminação do prazo da outorga ou a pendência de sua renovação, a curto ou a longo prazo, não determina, necessariamente, a extinção do serviço prestado, podendo o processo da renovação ser ultimado.

4. Em sendo renovada a outorga em apreço o ato correspondente deverá assinalar que a renovação ocorrerá a partir de 1º de maio de 1994.

5. Nessa conformidade, e em observância ao que dispõem a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, Decreto nº 88.066, de 1983, submeto o assunto à superior consideração de Vossa Excelência, para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao § 3º do artigo 223 da Constituição.

Respeitosamente.


SÉRGIO MOTTA
Ministro de Estado das Comunicações

PR DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO
Publicado na Seção 1 do
Diário Oficial de
Cópia Autenticada 20 NOV 1996

DECRETO DE 19 DE NOVEMBRO DE 1996.

Renova a concessão da Rádio Independente Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223 da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53790.000159/94,

DECRETA:

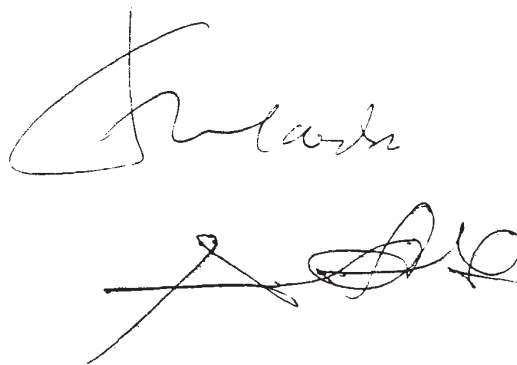
Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a outorga deferida à Rádio Independente Ltda., pela Portaria MVOP nº 902, de 21 de setembro de 1950, renovada pelo Decreto nº 89.713, de 29 de maio de 1984, sendo mantido o prazo residual da outorga conforme Decreto de 10 de maio de 1991, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este Decreto, rege-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de novembro de 1996; 175º da Independência e 108º da República.



RADIO INDEPENDENTE LTDA**ZYK 260****Lajeado – RS****NIRC Nº 432.002.257-11****ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 12****CGC/MF Nº 91.161.653/0001-08**

Os abaixo nomeados e qualificados, todos brasileiros, residentes e domiciliados nos endereços a seguir indicados, possuidores das cotas de capital da RADIO INDEPENDENTE LTDA, sociedade mercantil, por cotas de responsabilidade limitada, com sede na Av. Alberto Muller, s/nº, Alto do Parque, nesta cidade de Lajeado-RS, constituída por instrumento particular de contrato arquivado na MM. Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob nº 58.844, em, 05.07.1950, posteriormente alterado por instrumentos também particulares, igualmente ali arquivados sob nos 122.467, em 16.06.1980 – 498.985, em 13.12.1977 – 432.002.257-11, em 19.06.1980 – 590.180, em 14.07.1981 – 605.567, em 05.01.1982 – 678.641, em 26.05.1984 – 929.115, em 16.08.1988 – 994.005, em 05.09.1989 – 1.136.062, em 29.08.1981 – 1.333.074, em 30.08.1994 e 1.608.566, este último em 17.06.1997, permissionária do serviço de radiodifusão sonora do município de Lajeado-RS, conforme portaria nº 902, de 21.09.1950, do Ministério da Viação e Obras Públicas, renovada pela Portaria nº 227, de 24.03.1977, publicada no Diário Oficial da União, de 31.03.1977 e Decreto Federal nº 89.713, de 29.05.1984, --- a seguir:

1) ADILES PRETTO DE MARCHI, casada, do lar, residente e domiciliada na rua Toropi, nº 111, na cidade de Porto Alegre-RS, CPF Nº 001.712.470-00, portadora da Carteira de Identidade nº 8002852542, expedida pela Secretaria da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul;

2) ANTONINO FORNARI, casado, advogado, residente e domiciliado na rua Adão Bairo, nº 552, na cidade de Porto Alegre-RS, CPF Nº 062.948.040-00, portador da Carteira de Identidade nº 5001769933, expedida pela Secretaria da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul;

3) CARLOS EMILIO TRIERWEILER, casado, comerciante, residente e domiciliado na rua Marechal Floriano, nº 501, apto. nº 81, na cidade de Porto Alegre-RS, CPF Nº 001.371.890-87, portador da Carteira de Identidade nº 500538712, expedida pela Secretaria da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul;

4) EUNICE FLUCK RITTER, casada, serventúria da Justiça, residente e domiciliada na rua Getúlio Vargas, s/nº, bairro Centro, município de Marques de Souza-RS, CPF Nº 005.147.640-15, portadora da Carteira de Identidade nº 7019916746, expedida pela Secretaria da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul;

5) JOÃO JORGE HEXSEL, casado, comerciante, residente e domiciliado na rua Francisco Karnal, nº 353, em Lajeado-RS, CPF Nº 021.276.600-72, portador da Carteira de Identidade nº 3011860891, expedida pela Secretaria da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul;

6) LAURO MATHIAS MULLER, casado, jornalista, que assina apenas LAURO M. MULLER, residente e domiciliado na Av. das Azaléias, nº 200, Alto do Parque, em Lajeado-RS, CPF Nº 005.157.950-20, portador da Carteira de Identidade nº 1004693221, expedida pela Secretaria da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul;

7) JOÃO PEDRO MULLER, casado, diretor de empresa jornalística, residente e domiciliado na Rua Miguel Tostes, nº 1141, bairro São Cristóvão, em Lajeado-RS, CPF Nº 359.198.840-53, portador da
Continua às Folhas no 02.....

RADIO INDEPENDENTE LTDA. – ZYK 260 – LAJEADO – RS – ALTERAÇÃO CONTRATUAL No 12
– CONTINUAÇÃO – FOLHAS No 02

Carteira de Identidade no 4012652717, expedida pela Secretaria da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul;

8) WILSON INÁCIO FELDENS, viúvo, radialista, residente e domiciliado na rua Washington Luiz, no 1331, apto 01, bairro São Cristóvão, em Lajeado-RS, CPF No 214.162.490-87, portador da Carteira de Identidade no 1004464937, expedida pela Secretaria da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul;

9) SILVIO ORLANDINI, (Espólio), neste ato representado pelo seu inventariante sr. ALVEAR ORLANDINI, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado na rua Duque de Caixas, 807, apto. 301, na cidade de Lajeado-RS, CPF No 194.883.789-72, portador da Carteira de Identidade no 8033583322, expedida pela Secretaria da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul; e,

10) VERGELINO TROMBINI, casado, motorista, residente e domiciliado na rua Padre Antonio, no 1076, na cidade de Maravilha-SC, CPF No 175.150.330-53, portador da Carteira de Identidade no 12R-353.383, expedida pela Secretaria da Segurança e Informações do Estado de Santa Catarina, e,

11) GELSON OLAVO DAHMER, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado na rua 25 de Julho, no 146, em Lajeado-RS, CPF No 175.150.330-53, portador da Carteira de Identidade no 5032161787, expedida pela Secretaria da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul,

--- têm entre si deliberado e ajustado alterar mais uma vez o pacto constitutivo da sociedade e suas posteriores alterações para, retirada de sócio, cessão de cotas e alteração da administração, o que fazem mediante as cláusulas e estipulações a seguir pactuadas:

1ª) RETIRADA DE SÓCIO – Retiram-se da sociedade os cotistas LAURO MATHIAS MULLER e VERGELINO TROMBINI, ambos já qualificado no preâmbulo deste instrumento.

2ª) CESSÃO DE COTAS – São efetuadas as seguintes cessões de cotas:

2.1 - O cotista Lauro Mathias Muller, que possui na sociedade uma cota de capital social no montante de R\$ 257.414,00(duzentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e catorze reais), cede e transfere integralmente a referida cota para o antigo cotista JOÃO PEDRO MULLER, pelo preço de R\$ 428.076,00(quatrocentos e vinte e oito mil e setenta e seis reais), cujo pagamento é efetuado neste ato em moeda corrente nacional.

2.2 – O cotista VERGELINO TROMBINI, que possui na sociedade uma cota de capital no montante de R\$ 1.139,00(hum mil, cento e trinta e nove reais), cede e transfere integralmente a referida cota para o antigo cotista JOÃO PEDRO MULLER, pelo preço de R\$ 3.500,00(três mil e quinhentos reais), cujo pagamento é efetuado neste ato, em moeda corrente nacional,

3ª) NOVA DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL – Face ao disposto nas cláusulas precedentes o capital social fica assim distribuído entre os antigos e novos sócios:

a) ADILES PRETTO DE MARCHI.....	R\$ 1.139,00
b) ANTONINO FORNARI.....	R\$ 1.139,00
c) CARLOS EMILIO TRIERWEILER.....	R\$ 38.726,00
d) EUNICE FLUCK RIETER.....	R\$ 1.139,00
e) JOÃO JORGE HEXSEL.....	R\$ 1.139,00
f) GELSON OLAVO DAHMER.....	R\$ 1.139,00
g) JOÃO PEDRO MULLER.....	R\$ 276.777,00
h) SILVIO ORLANDINI.....	R\$ 2.278,00
i) WILSON INACIO FELDENS.....	R\$ 18.224,00
Total do Capital.....	R\$ 341.700,00

3.1 – Responsabilidade dos Sócios – A responsabilidade dos sócios continua, na forma da lei, limitada ao valor total do capital social.

4ª) ALTERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO – A cláusula 9ª(nona) da Alteração Contratual Consolidatória no 3, arquivada, na MM. Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob no 432.002.257-11, em 19 de junho de 1980 passa a vigorar, com a seguinte redação:

Continua às Folhas no 03.....

RADIO INDEPENDENTE LTDA – ZYK 260 – LAJEADO – RS – ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 03
– CONTINUAÇÃO – FOLHAS Nº 03.....

“ 9ª) ADMINISTRAÇÃO – A administração da sociedade, será exercida, pôr uma Diretoria composta pôr 2(dois) membros, denominados de Diretores, eleitos pela Assembléia de Cotistas. Ficam desde já nomeados os seguintes:

- a) DIRETOR - JOÃO PEDRO MULLER, brasileiro, casado, diretor de empresa jornalística, residente e domiciliado na rua Miguel Tostes, nº 1141, bairro São Cristóvão, em Lajeado-RS, CPF Nº 359.198.840-53, portador da Carteira de Identidade nº 4012652717, expedida pela Secretaria da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, e,
- b) DIRETOR – WILSON INACIO FELDENS, brasileiro, viúvo, radialista, residente e domiciliado na rua Washington Luiz, nº 1331, apto. 01, bairro São Cristóvão, em Lajeado-RS, CPF Nº 214.162.490-87, portador da Carteira de Identidade nº 1004464937, expedida pela Secretaria da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

9.1 – Representação – A sociedade é representada em juízo ou fora dele, tanto ativa como passivamente, pôr todos os Diretores, os quais poderão agir em conjunto ou isoladamente.

9.2 – Caução – Os Diretores estão dispensados de prestarem caução.

9.3 – Limitações – Aos Diretores é vedado vincular a sociedade a qualquer transação ou operação estranha ao objetivo social, inclusive prestar fianças, endossos ou aceites de favor em benefício de terceiros.

9.4 – Remuneração: Os Diretores perceberão, mensalmente, “Pró-labore”, debitada a Despesas Gerais ou conta subsidiária a quantia que for fixada em reunião de sócios a qual prevalecerá até nova fixação.

9.5 – Poderes Especiais – Os Diretores ficam investidos de poderes especiais para contrair empréstimos, junto a estabelecimentos de crédito para financiamento das atividades sociais, ou aquisição de equipamentos necessários as suas atividades, dando em garantia hipotecária ou pignoratícia de tais operações quaisquer bens móveis ou imóveis do patrimônio social.

9.6 – Mandatários – Os Diretores poderão constituir procuradores da sociedade para fins determinados.

6ª) VIGÊNCIA - A presente alteração contratual é considerada em vigor entre os sócios a partir desta data, permanecendo inalteradas todas as demais cláusulas e estipulações da Alteração Contratual Consolidatória nº 03, arquivada pela MM. Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob nº 432.002.257-11, em 19 de junho de 1980, e suas posteriores alterações no que não colidirem com o disposto neste instrumento.

RADIO INDEPENDENTE LTDA - ZYK 260 - LAJEADO - RS - ALTERAÇÃO CONTRATUAL No 12 - CONTINUAÇÃO - FOLHAS No 04.

E pôr se acharem assim de comum e perfeito acordo obrigam-se pôr si e pôr seus herdeiros ou sucessores a cumprir e respeitar fielmente este instrumento que, lido e aprovado, ratificam e assinam juntamente com as 2(duas) testemunhas abaixo em 7(sete) vias de igual teor e forma, sendo a primeira destinada ao arquivamento na MM. Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul e as demais aos contratantes e arquivos da sociedade.

Lajeado-RS, 02 de abril de 1998.

- 1. ADILES PRETTO DE MARCHI..... *Adiles Pretto de Marchi*
- 2. ANTONINO FORNARI..... *Antonino Fornari*
- 3. CARLOS EMILIO TRIERWEILER..... *Carlos Emilio Trierweiler*
- 4. EUNICE FLUCK RIETER..... *Eunice Fluck Rieter*
- 5. JOÃO JORGE HEXSEL..... *João Jorge Hexsel*
- 6. GELSON OLAVO DAHMER..... *Gelson Olavo Dahmer*
- 7. JOÃO PEDRO MULLER..... *João Pedro Muller*
- 8. SILVIO ORLANDINI, neste ato representada pelo inventariante do Espólio Sr. ALVEAR ORLANDINI..... *Silvio Orlandini*
- 9. VERGELINO TROMBINI..... *Vergelino Trombini*
- 10. WILSON INACIO FELDENS..... *Wilson Inacio Feldens*
- 11. LAURO MATHIAS MULLER..... *Lauro Mathias Muller*

TESTEMUNHAS

João B. Sil
 João Batista da Silva
 CI No 1023806233
 SSP/RS

João Carlos Martins Pereira
 João Carlos Martins Pereira
 CI No 4024129266
 SSP/RS

AUTENTICAÇÃO
 CERTIFICO, QUE A PRESENTE FOTOCOPIA, POR
 MINHA CONFIDÊNCIA, ESTÁ FIDEL À ORIGINAL QUE
 ME FOI APRESENTADA. DOU FE

30 SET. 2002

WILSON KLEIN - Tabelião
 WILSON ROBERTO DEL - Subst. do Tabelião
 DÉCIO LUIS BATTISTI - Subst. do Tabelião
 CARNSIO LANGE - Escr. Autenticada

FOT. REDUZIDA

JUNTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL
 CERTIFICO O REGISTRO EM: 01/03/2001
 SOB O NÚMERO:
 2019118

Protocolo: 01/023234-6
 Empresa: 43 2 0022571 1

R. Rollo
 ROSANÉ MACHADO ROLLO
 SECRETÁRIA-GERAL

(À Comissão de Educação - Decisão Terminativa)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 112, DE 2004**

(Nº 2.542/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Alto Taquari Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Encantado, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 20 de janeiro de 1997, que renova, a partir de 10 de maio de 1994, a concessão da Rádio Alto Taquari Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Encantado, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 130, DE 1997

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 20 de janeiro de 1997, que “Renova a concessão da Rádio Alto Taquari Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Encantado, Estado do Rio Grande do Sul”.

Brasília, 22 de janeiro de 1997. – **Fernando Henrique Cardoso**, Presidente da República.

EM nº 278/MC

Brasília, 16 de dezembro de 1996

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o incluso Processo Administrativo nº 53790.000222/94, em que a Rádio Alto Taquari Ltda. solicita renovação da concessão para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Encantado, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada originariamente conforme Portaria MVOP nº 710, de 1º de agosto de 1950, cuja última renovação ocorreu nos termos do Decreto nº 89.629, de 8 de maio de 1984, publicado no **Diário Oficial** da União de 9 subsequente, por dez anos a partir de 10 de maio de 1984, cujo prazo residual da outorga foi mantido pelo Decreto de 10 de maio de 1991.

2. Observo que o ato de outorga original está amparado juridicamente, considerando as disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentou, que consideram como deferidos os pedidos de renovação requeridos na forma devida e não decididos ao término do prazo de vigência da concessão ou permissão, sendo, por isso, admitido o funcionamento precário das estações, mesmo quando expiradas as respectivas outorgas.

3. Com estas observações, lícito é se concluir que a terminação do prazo da outorga ou a pendência de sua renovação, a curto ou a longo prazo, não determina, necessariamente, a extinção do serviço prestado, podendo o processo da renovação ser ultimado.

4. Em sendo renovada a outorga em apreço o ato correspondente deverá assinalar que a renovação ocorrerá a partir de 1º de maio de 1994.

5. Nessa conformidade, e em observância ao que dispõem a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, Decreto nº 88.066, de 1983, submeto o assunto à superior consideração de Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao § 3º do artigo 223 da Constituição.

Respeitosamente, – **Sérgio Motta**, Ministro de Estado das Comunicações.

DECRETO DE 20 DE JANEIRO DE 1997

Renova a concessão da Rádio Alto Taquari Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Encantado, Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223 da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53790.000222/94,

Decreta:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33 § 3º da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Alto Taquari Ltda., outorgada originariamente pela Portaria MVOP nº 710, de 1º de agosto de 1950, renovada pelo Decreto nº 89.629, de 8 de maio de 1984, sendo mantido o prazo residual da outorga conforme Decreto de 10 de maio de 1991, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão

sonora em onda média, na cidade de Encantado, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de janeiro de 1997; 176º da Independência e 109º da República. – **Fernando Henrique**, Presidente da República – **Sérgio Motta**, Ministro de Estado das Comunicações.

PARECER CONJURIMC Nº 494/96

Referência: Processo nº 53790.000222/94

Origem: Delegacia do MC no Estado do Rio Grande do Sul.

Interessada: Rádio Alto Taquari Ltda.

Assunto: Renovação de outorga.

Ementa: Concessão para executar serviço de radiodifusão sonora, em onda média, cujo prazo teve seu termo final em 10 de maio de 1994.

Pedido apresentado tempestivamente. Regulares a situação técnica e a vida societária.

Conclusão: Pelo deferimento do pedido.

1. A Rádio Alto Taquari Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na cidade de Encantado, Estado do Rio Grande do Sul, requer a renovação do prazo de vigência de sua concessão, cujo termo final ocorreu em 10 de maio de 1994.

2. Mediante Portaria MVOP nº 710, de 1º de agosto de 1950, foi outorgada permissão à Rádio Alto Taquari Ltda., para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Encantado, Estado do Rio Grande do Sul, tendo passado para a condição de concessionária em virtude de aumento de potência autorizado para seus transmissores, conforme Decreto nº 84.212, de 14 de novembro de 1979, publicado no **Diário Oficial** em 16 subseqüente.

3. A concessão foi renovada da última vez pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 1984, conforme Decreto nº 89.629, de 8 de maio de 1984, publicado no **Diário Oficial** da União de 9 subse-

quente, cujo prazo residual da outorga foi mantido pelo Decreto de 10 de maio de 1991.

4. O Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, estabelece prazos de outorga de 10 (dez) anos, para o serviço de radiodifusão sonora, e de 15 (quinze) anos para o serviço de televisão, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais (art. 33, § 3º), períodos esses mantidos pela atual Constituição (art. 223, § 5º).

Por sua vez, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, declara:

5. Art. 27. “Os prazos de concessão e permissão serão de 10 (dez) anos para o serviço de radiodifusão sonora e de 15 (quinze) anos para o de televisão”.

6. De acordo com o artigo 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, as entidades que desejarem a renovação do prazo de sua outorga, deverão dirigir requerimento ao órgão competente, no período compreendido entre o 6º (sexto) e o 3º (terceiro) mês anteriores ao término do respectivo prazo.

7. O prazo de vigência desta concessão teve seu termo final em 1º de maio de 1994, sendo que o pedido de renovação foi protocolizado na Delegacia do MC no Estado do Rio Grande do Sul, em 10-2-94, tempestivamente portanto.

8. A renovação deverá ocorrer a partir de 1º de maio de 1994.

9. A peticionária tem seus quadros societário e diretivo aprovados pela Portaria nº 161, de 04 de maio de 1990, com as seguintes composições:

Cotistas	Cotas
José Luiz Ballvé	15.300
Luiz Antônio Proença Fernandes	14.004
Getúlio Brasil Soares	696
Total	30.000

Quadro Diretivo

Luiz Antônio Proença Fernandes Superintendente

10. Vale ressaltar que, durante o período de vigência da outorga a entidade sofreu advertências, conforme se verifica às fls. 41.

11. A emissora se encontra operando regularmente dentro das características técnicas que lhe foram atribuídas (fls. 40).

12. É regular a situação da concessionária perante o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL, consoante informação de fls. 39.

13. A outorga original está amparada juridicamente nos termos do que dispõem a Lei nº 5.785, de 1972, e o Decreto nº 88.066, de 1983, eis que o pedido de sua renovação foi apresentado na forma devida e no prazo legal e com a documentação hábil.

14. Nos termos da lei, o pedido ter-se-á como deferido, porquanto não decidido ao termo da respectiva concessão ou permissão, sendo permitido o funcionamento em caráter precário, dos serviços outorgados e não renovados em tempo hábil, concluindo, desta forma, que a terminação do prazo da concessão ou a pendência da sua renovação, a curto ou longo prazo, não determina, necessariamente, a extinção do serviço prestado.

15. Mediante o exposto, opino pelo deferimento do pedido e sugiro o encaminhamento dos autos ao Exmº. Sr. Ministro de Estado das Comunicações, acompanhados da minuta dos atos próprios – Exposição de Motivos e Decreto – com vistas ao encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, autoridade competente para conhecer e decidir do pedido.

16. Posteriormente, de acordo com o artigo 223, § 3º, da Constituição, a matéria deverá ser apreciada pelo Congresso Nacional, a fim de que o ato de renovação possa produzir seus efeitos legais.

É o Parecer “sub censura”.

Brasília, 11 de novembro de 1996. – **Maria Elisabete Porto de Noronha**, Assistente Jurídico.

Aprovo. Submeto ao Sr. Consultor-Jurídico.

Brasília, 11 de novembro de 1996. – **Adalzira França Soares de Lucca**, Coordenadora de Comunicações.

(À Comissão de Educação – Decisão Terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 113, DE 2004

(Nº 2.525/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Progresso Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 14 de fevereiro de 1997, que renova, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão da Rádio Progresso Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão

sonora em onda média na cidade de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 239, DE 1997

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 14 de fevereiro de 1997, que “Renova a concessão da Rádio Progresso Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul”.

Brasília, 19 de fevereiro de 1997. – **Fernando Henrique Cardoso**.

EM nº 30/MC

Brasília, 4 de fevereiro de 1997

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à consideração de Vossa Excelência o incluso Processo Administrativo nº 50790.000891/93, em que a Rádio Progresso Ltda., solicita renovação da concessão para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada conforme Decreto nº 24.055, de 14 de novembro de 1947, renovada nos termos do Decreto nº 90.427, de 8 de novembro de 1984, publicado no **Diário Oficial** da União de 9 de novembro de 1984, por dez anos, a partir de 1º de novembro de 1993, cujo prazo residual da outorga foi mantido pelo Decreto de 10 de maio de 1991.

2. Observo que o ato de outorga original está amparado juridicamente, considerando as disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentou, que consideram como deferidos os pedidos de renovação requeridos na forma devida e não decididos ao término do prazo de vigência da concessão ou permissão, sendo, por isso, admitido o funcionamento precário das estações, mesmo quando expiradas as respectivas outorgas.

3. Com estas observações, lícito é se concluir que a terminação do prazo da outorga ou a pendência de sua renovação, a curto ou a longo prazo, não determina, necessariamente, a extinção do serviço prestado, podendo o processo da renovação ser ultimado.

4. Em sendo renovada a outorga em apreço o ato correspondente deverá assinalar que a renovação ocorrerá a partir de 1º de novembro de 1993.

5. Nessa conformidade, e em observância ao que dispõem a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, Decreto nº 88.066, de 1983, submeto o assunto à superior consideração de Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao § 3º do artigo 223 da Constituição.

Respeitosamente, – **Sérgio Motta**, Ministro de Estado das Comunicações.

DECRETO DE 14 DE FEVEREIRO DE 1997

Renova a concessão da Rádio Progresso Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul.

O Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223 da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 50790.000891/93.

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão da Rádio Progresso Ltda., outorgada pelo Decreto nº 24.055, de 14 de novembro de 1947, e renovada pelo Decreto nº 90.427, de 8 de novembro de 1984, sendo mantido o prazo residual da outorga conforme Decreto de 10 de maio de 1991, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este Decreto, rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de fevereiro de 1997; 176º da Independência e 109º da República. – **Marcos Maciel – Sérgio Motta**.

PARECER CONJUR/MC Nº 619/96

Referência: Processo nº 50.790.000891/93

Origem: Delegacia do MC no Estado do Rio Grande do Sul.

Interessada: Rádio Progresso Ltda.

Assunto: Renovação de outorga.

Ementa: Concessão para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, cujo prazo teve seu termo final em 1º de novembro de 1993.

Pedido apresentado tempestivamente. Regulares a situação técnica e a vida societária.

Conclusão: Pelo deferimento do pedido.

A Rádio Progresso Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul, requer a renovação do prazo de vigência de sua concessão, cujo termo final ocorreu em 1º de novembro de 1993.

2. Mediante Decreto nº 24.055, de 14 de novembro de 1947, foi outorgada concessão à Rádio Progresso Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul.

3. A concessão foi renovada da última vez pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de novembro de 1983, conforme Decreto nº 90.427, de 8 de novembro de 1984 publicado no **Diário Oficial** da União de 9-11-84, cujo prazo residual da outorga foi mantido pelo Decreto de 10 de maio de 1991.

4. O Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, estabelece prazos de outorga de 10 (dez) anos, para o serviço de radiodifusão sonora, e de 15 (quinze) anos para o serviço de televisão, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais (art. 33 – § 3º períodos, esses, mantidos pela atual Constituição (art. 223 – § 5º).

5. Por sua vez, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, declara:

“Art. 27. Os prazos de concessão e permissão serão de 10 (dez) anos para o serviço de radiodifusão sonora e de 15 (quinze) anos para o de televisão”.

6. De acordo com o artigo 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, as entidades que desejarem a renovação do prazo de sua outorga, deverão dirigir requerimento ao órgão competente, no período compreendido entre o 6º (sexto) e o 3º (terceiro) mês anteriores ao término do respectivo prazo.

7. O prazo de vigência desta concessão teve seu termo final em 1º de novembro de 1993, sendo

que o pedido de renovação foi protocolizado na Delegacia do MC no Estado do Rio Grande do Sul, em 2-8-93, tempestivamente portanto.

8. A renovação deverá ocorrer a partir de 1º de novembro de 1993.

9. Por oportuno, lembramos que a sociedade efetivou transferência indireta da concessão, mediante a Exposição de Motivos nº 168/89-GM, de 18 de outubro de 1989, com o autorizo de sua Excelência o Presidente da República, em 18-10-89 (in DOU de 26-10-89).

10. A peticionária tem seus quadros societário e diretivo aprovados pela Portaria nº 204, de 15 de maio de 1990, com as seguintes composições:

COTISTAS	COTAS
CLÁUDIA HELENA BALLVÉ PRATES	24.480
MARIA LUIZA CAMA PROENÇA FERNANDES	13.832
ESTELLA RENITA SCHERER	8.750
ERONY NICOLAO SCHERER	938
TOTAL:	48.000

Quadro Diretivo

Maria Luiza Cama Proença Fernandes Superintendente

11. Vale ressaltar que, durante o período de vigência da outorga a entidade não sofreu quaisquer penalidades, conforme se verifica às fls. 47.

12. A emissora se encontra operando regularmente dentro das características técnicas que lhe foram atribuídas (fls. 32).

13. É regular a situação da concessionária perante o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL, consoante informação de fls. 48/49.

14. A outorga original está amparada juridicamente nos termos do que dispõem a Lei nº 5.785, de 1972, e o Decreto nº 88.066, de 1983, eis que o pedido de sua renovação foi apresentado na forma devida, no prazo legal e com a documentação hábil.

15. Nos termos da lei, o pedido ter-se-á como deferido, porquanto não decidido ao termo da respectiva concessão ou permissão, sendo permitido o funcionamento, em caráter precário, dos serviços outorgados e não renovados em tempo hábil, concluindo-se, desta forma, que a terminação do prazo da concessão ou a pendência da sua renovação, a curto ou a longo prazo, não determina, necessariamente, a extinção do serviço prestado.

16. Mediante o exposto, opino pelo deferimento do pedido e sugiro o encaminhamento dos autos ao Exmº Sr. Ministro de Estado das Comunicações, acompanhados da minuta dos atos próprios – Exposi-

ção de Motivos e Decreto – com vistas ao encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, autoridade competente para conhecer e decidir do pedido.

17. Posteriormente, de acordo com o artigo 223, § 3º, da Constituição, a matéria deverá ser apreciada pelo Congresso Nacional, a fim de que o ato de renovação possa produzir seus efeitos legais.

É o Parecer sub censura.

Brasília, 11 de dezembro de 1996, – **Maria Sônia Azevedo Cabral**, Assistente Jurídico.

Aprovo. Submeto ao Sr. Consultor Jurídico.

Brasília, 11 de dezembro de 1996, – **Adalzira França Soares de Lucca**, Coordenadora de Comunicações.

Sala das Comissões, – **Rames Tebet**, Presidente – **Eduardo Suplicy**, Relator – **Delcídio Amaral** – **Serys Slhessarenko** – **Pedro Simon** – **Ney Suaesuna** – **Demóstenes Torres** – **João Ribeiro** – **Jorge Bornhausen** – **José Agripino** – **Rodolpho Tourinho** – **Marco Maciel** – **Tasso Jereissati** – **Osmar Dias** – **Patrícia Saboya Gomes**.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 114, DE 2004

(Nº 2.530/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Jaraguá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 18 de julho de 1997, que renova, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Jaraguá Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 837, DE 1997

Senhores Membros do Congresso Nacional,
Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal,

submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 18 de julho de 1997, que “Renova a concessão da Rádio Jaraguá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina”.

Brasília, 23 de julho de 1997, – **Fernando Henrique Cardoso**.

EM Nº 149/MC

Brasília, 10 de julho de 1997

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à consideração de Vossa Excelência o incluso Processo Administrativo nº 50820.000077/94, em que a Rádio Jaraguá Ltda., solicita renovação da concessão para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, outorgada conforme Portaria MVOP nº 652, de 26 de setembro de 1947, cuja última renovação ocorreu nos termos do Decreto nº 89.382, de 15 de fevereiro de 1984, publicado no **Diário Oficial** da União de 16 subsequente, por dez anos, a partir de 1º de maio de 1984, cujo prazo residual da outorga foi mantido pelo Decreto de 10 de maio de 1991.

2. Observo que o ato de outorga original está amparado juridicamente, considerando as disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentou, que consideram como deferidos os pedidos de renovação requeridos na forma devida e não decididos ao término do prazo de vigência da concessão ou permissão, sendo, por isso, admitido o funcionamento precário das estações, mesmo quando expiradas as respectivas outorgas.

3. Com estas observações, lícito é se concluir que a terminação do prazo da outorga ou a pendência de sua renovação, a curto ou a longo prazo, não determina, necessariamente, a extinção do serviço prestado, podendo o processo da renovação ser ultimado.

4. Em sendo renovada a outorga em apreço, deverá o ato correspondente assinalar que a renovação ocorrerá a partir de 1º de maio de 1994.

5. Nessa conformidade, e em observância ao que dispõem a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, Decreto nº 88.066, de 1983, submeto o assunto à superior consideração de Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao § 3º do artigo 223 da Constituição.

Respeitosamente, – **Sérgio Motta**.

DECRETO DE 18 DE JULHO DE 1997

Renova a concessão da Rádio Jaraguá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223 da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 50820.000077/94,-11

Decreta:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Jaraguá Ltda., outorgada pela Portaria MVOP nº 652, de 26 de setembro de 1947, e renovada pelo Decreto nº 89.382, de 15 de fevereiro de 1984, publicado no **Diário Oficial** da União em 16 subsequente, sendo mantido o prazo residual da outorga conforme Decreto de 10 de maio de 1991, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de julho de 1997; 176º da Independência e 109º da República. – **Fernando Henrique Cardoso – Sérgio Motta**.

ALTERACAO CONTRATUAL DA EMPRESA

RADIO JARAGUA LTDA

DECIMA QUINTA ALTERACAO

WANDER WEEGE, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado à Rua Picarras, nº 40, nesta cidade de Jaraguá do Sul (SC), portador da Carteira de Identidade nº 89.387, expedida pela SSI/SC, portador do CPF nº 004.366.909-34, e

LAURITA KARSTEN WEEGE, brasileira, casada, industrial, residente e domiciliada à Rua Picarras, nº 40, nesta cidade de Jaraguá do Sul (SC), portadora da Carteira de Identidade nº 3/R-436.577, expedida pela SSI/SC, portadora do CPF nº 292.231.139-20, únicos sócios proprietários da empresa

RADIO JARAGUA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CGCMF sob nº 84.432.897/0001-12, com contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob nº 7.484 em 28/05/47, e posteriores alterações contratuais sob nº 38.159 de 08.09.66, nº 57.092 de 25/01/72, nº 89.297/66 de 09/03/76, nº 32664-01-78 de 25/04/78, nº 4220032664-02-78 em 14/09/78, nº 32664-1-79 de 01/11/79, nº 32664-1-80 de 14/04/80, nº 32664-1-83 de 30/06/83, nº 32664-1-84 de 27/08/84, nº 32664-1-87 de 31.08.87, nº 42200326648 de 25/03/91, nº 42200326648 de 15/06/92, e 42200326648 de 21/11/95, resolvem de comum acordo alterar o seu contrato social, de conformidade com as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA

Que o capital social que era de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), é alterado para Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros reais), adequado a nova moeda;

CLAUSULA SEGUNDA

Que o capital social que era de CR\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros reais), é alterado para R\$ 3,63 (três reais e sessenta e três centavos), adequado a nova moeda;

CLAUSULA TERCEIRA

Que elevam o seu capital de R\$ 3,63 (três reais e sessenta e três centavos), para R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), divididos em 1.000 (hum mil) quotas no valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais) cada uma, com a incorporação de R\$ 119.996,37 (cento e dezenove mil, novecentos e noventa e seis reais e trinta e sete centavos), em Reservas de Correção monetária do capital;

CLAUSULA QUARTA

Que, face a presente alteração o capital social fica assim distribuído:

- a) WANDER WEEGE, participa com 950 (novecentas e cinquenta) quotas no valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais) cada uma, totalizando o valor de R\$ 114.000,00 (cento e quatorze mil reais);
- b) LAURITA KARSTEN WEEGE, participa com 50 (cinquenta) quotas no valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais) cada uma, totalizando o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais);

CLAUSULA QUINTA

Que permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas constantes no contrato primitivo e posteriores alterações contratuais, que por força da presente não foram modificadas;

Em consequência das alterações contratuais acima procedidas, respeitadas as cláusulas não modificadas e para uma aplicação mais funcional, o Contrato Social, consolidando todos os dispositivos do Contrato Social constitutivo e suas alterações, passa a ter a seguinte redação;

CAPITULO I

DA DENOMINACAO SOCIAL, SEDE, OBJETIVO, INICIO E PRAZO

- 1 - A sociedade girará sob a denominação social de RADIO JARAGUA LTDA
- 2 - A sociedade terá sua sede e foro na comarca de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, a Rua Max Wilhelm, 373, Centro do município e cidade de Jaraguá do Sul;
- 3 - A sociedade tem como principal objetivo a execução de serviços de radiodifusão em Amplitude Modulada (AM) e em Frequencia Modulada (FM), bem como serviços de transmissão e retransmissão de som e imagem (Televisão, inclusive a Cabo). A sociedade tem, também por objetivo a exploração dos serviços de comunicação através do sistema de Telefonia Celular e serviços de música funcional (música ambiente), com a atuação em qualquer localidade do País;
- 4 - A sociedade iniciou suas atividades em 04 de setembro de 1948;
- 5 - A sociedade será constituída por prazo indeterminado, observando-se quando da sua dissolução os preceitos da lei específica;

CAPITULO II

CAPITAL, QUOTAS, QUOTISTAS E RESPONSABILIDADE

- 6 - O capital social é de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), representado por 1.000 (hum mil) quotas, no valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais) cada uma, assim distribuídas:
 - a) WANDER WEEGE, participa com 950 (novecentos e cinquenta) quotas, totalizando o valor de R\$ 114.000,00 (cento e quatorze mil reais);
 - b) LAURITA KARSTEN WEEGE, participa com 50 (cinquenta) quotas, totalizando o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais);
- 7 - A responsabilidade é limitada à totalidade do capital social, nos termos da legislação em vigor;

- 8 - A sociedade por todos os seus sócios, se obriga a cumprir rigorosamente todas as leis, os regulamentos e as instruções vigentes ou que vieram vigorar referentes a radiodifusão;
- 9 - A sociedade por todos os seus quotistas, se obriga a não efetuar qualquer alteração do presente contrato, sem que tenha para isso, previamente, obtido autorização dos poderes públicos competentes;
- 10- As quotas representativas do capital social são incaucionáveis e intransferíveis direta e indiretamente a estrangeiros ou pessoas jurídicas, observando as leis em vigor, não podendo qualquer transferência de quota se efetivar em prévia anuência do Governo Federal;
- 11- As quotas são individuais em relação à sociedade, que para cada uma delas só reconhece um proprietário;
- 12- Em caso de morte de um dos sócios a sociedade continuará com os remanescentes, não se dissolverá, ficando a parte do sócio falecido para seus herdeiros ou sucessores;

CAPITULO III

EXERCICIO SOCIAL, BALANCO, DISTRIBUICAO DE LUCROS OU PREJUIZOS

- 13- O exercício social coincide com o ano civil;
- 14- No fim de cada ano será levantado um Balanço geral, para efeito de apuração de lucros ou prejuízos da sociedade. Dos lucros líquidos verificados no exercício, serão deduzidos 10% (Dez por cento) que se destinarão a constituição da reserva, providência esta que será facultativa desde que o referido fundo atinja a metade do capital social;
- 15- Os lucros líquidos restantes serão distribuídos entre os quotistas na proporção de suas quotas;
- 16- Os prejuízos verificados em Balanço, serão suportados pelos sócios na proporção de suas quotas;

CAPITULO IV

GERENCIA E SUA REMUNERACAO

- 17- A administracao da sociedade, será exercida por tempo indeterminado, pelos sócios-gerentes WANDER WEEGE e LAURITA KARSTEN WEEGE, que terão, individualmente plenos poderes para representar a sociedade em juízo e fora dele e para todos os negócios sociais, podendo ainda outorgar poderes a terceiros, devendo os instrumentos de mandato terem prazo determinado, não podendo, no entanto, os referidos sócios-gerentes alienar ou adquirir bens do ativo permanente da sociedade sem assinatura conjunta de ambos os sócios;
- 18- Fica entendido que os sócios poderão fazer-se representar por procurador, que tendo, suas atribuições e poderes especificados no instrumento de outorga de mandato, devendo nesse caso ser solicitado para tal designação, prévia autorização do Governo Federal, apresentando-se na oportunidade, a prova de nacionalidade do procurador que deverá ser sempre brasileiro nato e de idoneidade moral comprovada pelo competente atestado;
- 19- A diretoria retirará mensalmente a título de pró-labore, uma quantia fixada de comum acordo;
- 20- Para os cargos de gerente, procurador, administradores, locutores e encarregados das Instalações Radioelétricas só serão admitidos brasileiros natos;
- 21- Que os sócios declaram não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercerem atividades mercantis.

CAPITULO V

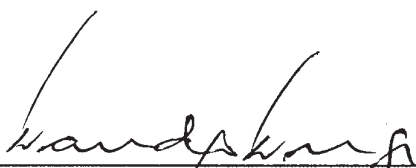
CASOS OMISSOS E FORO

- 22- Fica eleito o Foro da Comarca de Jaraguá do Sul (SC), para dirimir as questões oriundas do presente contrato;

23- Os casos omissos e nao regulados pelo presente contrato, serão administrados e regulados pela lei em vigor;

E, por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor e forma juntamente com duas testemunhas que são DECIO MENGARDA, brasileiro, casado, técnico contábil, residente e domiciliado nesta cidade de Jaraguá do Sul (SC), na Av. Mal. Deodoro da Fonseca, 597, portador da Carteira de Identidade nº 181.262 expedida pelo IML/SC, e do CPF nº 030.777.059-15, e AUGUSTO ROGERIO SELLFELD, brasileiro, solteiro, maior, auxiliar administrativo, residente e domiciliado nesta cidade de Jaraguá do Sul (SC), na Rua Expedicionário Antonio Carlos Ferreira, nº 1328, portador da Carteira de Identidade nº 19/R-1.985.039 expedida pela SSP/SC, e do CPF nº 605.063.779-20, para que surtam os efeitos legais.

Jaraguá do Sul, 16 de abril de 1996


WANDER WEEGE


LAURITA KARSTEN WEEGE

TESTEMUNHAS


DECIO MENGARDA


AUGUSTO ROGERIO SELLFELD

(À Comissão de Educação – Decisão Terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Os Projetos de Decreto Legislativo nºs 95 a 114, de 2004, que acabam de ser lidos, tramitarão com prazo determinado de quarenta e cinco dias, de acordo com o art. 223, §1º, da Constituição Federal.

A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março último, os projetos lidos serão apreciados terminativamente pela Comissão de Educação, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “b”, combinado com o art. 375, I, ambos do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Sobre a mesa, pareceres que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antero Paes de Barros.

São lidos os seguintes

PARECERES

PARECER Nº 99, DE 2004

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 2, de 2004 – nº 11/2004, na origem) da Presidência da República, que encaminha ao Senado Federal a programação monetária relativa ao primeiro trimestre de 2004.

Relator: Senador **Eduardo Suplicy**

I – Relatório

Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que “Dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências”, e por intermédio da Mensagem nº 2, de 2004, (Mensagem nº 11, na origem), o Presidente da República encaminha ao Senado Federal a programação monetária para o primeiro trimestre de 2004.

Os seis parágrafos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995, fixam normas a serem observadas quando da tramitação da matéria no Congresso Nacional. O § 1º prevê que a programação monetária, uma vez aprovada pelo Conselho Monetário Nacional, deve ser encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. O § 2º atribui ao Congresso Nacional o poder de, com base em parecer daquela Comissão, rejeitar a programação monetária por meio de decreto legislativo, no prazo de dez dias a contar de seu recebimento. O § 3º especifica que o decreto legislativo de-

verá restringir-se à aprovação ou rejeição **in totum** da matéria, vedada a introdução de qual quer alteração. O § 4º estabelece que, decorrido o prazo previsto no § 2º sem apreciação da matéria pelo Plenário do Congresso Nacional, a programação monetária será considerada aprovada. O § 5º determina que, havendo rejeição da programação monetária, nova programação deve ser encaminhada ao Congresso Nacional, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995, no prazo de dez dias a contar da data da rejeição. O § 6º prevê que, caso o Congresso Nacional não aprove a programação monetária até o final do primeiro mês do trimestre a que se destina, o Banco Central do Brasil fica autorizado a executá-la até sua aprovação.

A Mensagem, cujo processado contém 23 (vinte e três) folhas, compõe-se de:

a) documento Programação Monetária 2003: dezembro – 2003, de responsabilidade do Banco Central do Brasil, que especifica a programação monetária para o primeiro trimestre e para o ano de 2004, às folhas 4 a 21;

b) Aviso nº 17 – Supar/C. Civil, de 8 de janeiro de 2004, do Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que encaminha a Mensagem à Primeira Secretaria do Senado Federal, à folha 22;

c) Declaração do recebimento da Mensagem pela Presidência do Senado Federal em 19 de fevereiro de 2004, à folha 23.

O documento Programação Monetária 2003: dezembro – 2003, por sua vez, compreende os seguintes tópicos:

a. A economia no quarto trimestre de 2003, que examina a evolução de dados do País relativos ao faturamento real do comércio, aos índices de preços (IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, IPC-FIPE – Índice de Preços ao Consumidor elaborado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, e IGP-DI – Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas), ao produto interno bruto, à produção industrial, à taxa de desemprego, ao resultado primário do Governo Federal, à dívida líquida e necessidades de financiamento do setor público, aos saldos de transações correntes e do comér-

cio exterior, aos investimentos estrangeiros diretos e às reservas internacionais;

b. Política Monetária no terceiro trimestre de 2003, que se reporta a evolução dos meios de pagamento, nos conceitos M1 e M4, e da base monetária, restrita e ampliada, comparando as previsões para o primeiro trimestre de 2004 com o realizado no terceiro trimestre de 2003;

c. Política Monetária no bimestre outubro/novembro de 2003, que se reporta à evolução dos mesmos agregados monetários de que trata o item anterior, comparando, porém, as previsões para o quarto trimestre de 2003 com o realizado no bimestre outubro/novembro de 2003;

d. Perspectivas para o primeiro trimestre e para o ano de 2004, que analisa os principais indicadores do nível de atividade econômica em termos dos resultados do comércio varejista, da redução das taxas de juro, da flexibilização das condições de crédito ao consumidor, do crescimento da demanda por investimentos, do crescimento das exportações, do resultado das contas do setor público, do comportamento provável da relação dívida/PIB, dos índices de preços;

e. Metas indicativas da evolução dos agregados monetários para o primeiro trimestre e para o ano 2004, formuladas em consistência com o regime de metas para a inflação, considerando-se, ainda, o comportamento provável de outros indicadores, como renda nacional, operações de crédito e taxas de juros.

II – Análise

Segundo os dados dessazonalizados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB), a preços de mercado, no terceiro trimestre de 2003, apresentou um crescimento de 0,4%, comparativamente ao trimestre do ano anterior. Na mesma base de comparação, a indústria cresceu 2,7% e os serviços registraram um incremento de 0,1%, enquanto a agropecuária recuou 6,7%. Esses dados evidenciam o início da retornada, ainda que incipiente, do nível de atividade econômica.

Os principais índices de preços mostraram estabilidade da inflação corroborada pela queda sistemática desses indicadores. Esse comportamento demonstrou que as principais perturbações foram de

caráter eminentemente sazonal, provocando efeitos apenas temporários.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) aumentou 0,34% em novembro, ante 0,29% no mês anterior, totalizando 8,74% no ano e 11,02% em doze meses. O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) variou 0,48%, após alta de 0,44% em outubro, influenciado pelos aumentos de 0,46% do Índice de Preços no Atacado – Disponibilidade Interna (IPA-DI) e de 0,33% do Índice de Preços ao Consumidor – Brasil (IPC-Br). As variações do IGP-DI e do IPA-DI acumuladas em doze meses diminuíram pelo oitavo mês consecutivo, atingindo 9,92% e 8,79%, respectivamente, nos doze meses findos em novembro.

Apesar da virtuosidade desses indicadores, o mercado de trabalho não apresentou ainda uma recuperação do nível de emprego e da renda do trabalhador. A taxa de desemprego aberta, calculada pelo IBGE, ainda permaneceu em patamares elevados. A taxa média mensal relativa ao trimestre após outubro atingiu 12,93% ante 12,87% do trimestre anterior.

O governo federal manteve a sustentabilidade do ajuste fiscal implementado ao longo do ano. O superávit primário da esfera central de governo atingiu R\$4,6 bilhões em outubro e R\$43,2 bilhões, de janeiro a outubro, resultado compatível com a meta de 4,25% do PIB projetado para o ano. Por sua vez, a relação entre a dívida líquida do setor público atingiu 57,2% em outubro, ante 57,8%, em setembro.

As contas externas mantêm a trajetória de um bom ajuste. O saldo em transações correntes foi positivo em outubro, pelo sexto mês consecutivo. Assim, o resultado em transações correntes, nesse ano, deverá ser positivo pela primeira vez desde 1992, impulsionado principalmente pelo ajuste exportador que gerou significativos superávits comerciais.

Nesse sentido, as expectativas para o primeiro trimestre e para o ano de 2004 estão assentadas no início do processo de recuperação econômica verificada no terceiro trimestre de 2003, delineadas pela estabilização de preços e pela flexibilização da política monetária.

Deve se observar que o crescimento esperado, iniciado pelo consumo das famílias, e que deverá ser seguido pela demanda por investimentos por parte das empresas, será condicionado pelos limites da política monetária, tendo em vista os objetivos do sistema de metas de inflação e da necessidade de ampliar o nível de emprego e renda da economia.

No que tange ao setor externo, as projeções do Banco Central, para 2004, indicam que o superávit comercial será mantido, o que vem ocorrendo com a diversificação de mercados e de produtos. No entanto, esses prognósticos apontam um déficit em conta corrente em função da retomada do crescimento econômico. Tal déficit deverá ser financiado pelo incremento do fluxo líquido de investimentos diretos, pelas de operações no mercado de bônus e a rolagem integral da dívida privada. Ou seja, o financiamento do balanço de pagamentos deverá ocorrer em bases sólidas, ainda que com a possibilidade da redução das reservas internacionais brutas, em função das amortizações dos empréstimos ao FMI.

No que tange às contas fiscais, registraram-se desempenhos confortáveis em todos os seguimentos do setor público.

A evolução favorável dos principais condicionantes da dívida líquida, se refletiu na trajetória declinante da taxa Selic, na estabilidade da taxa de câmbio e na continuidade da obtenção de superávits fiscais em todos os segmentos do setor público. Tais fatos contribuirão para a manutenção do equilíbrio da relação dívida/PIB.

Por fim, esse cenário virtuoso deverá ser acompanhado da estabilidade de preços em 2004.

Isso está a demonstrar que a programação monetária, ora apresentada, para o primeiro trimestre de 2004 é consistente com o atual regime de política monetária, dentro do sistema de metas para inflação e com o comportamento esperado para o produto nacional, para o emprego e renda, para as taxas de juros e para os demais indicadores macroeconômicos.

Entretanto, cabe salientar que diante dos resultados mencionados de taxas de crescimento do PIB abaixo de nossa potencialidade e de taxas de desemprego ainda muito elevadas, será importante que as autoridades monetárias passem a considerar as metas de crescimento da economia e do nível de emprego com a mesma importância que é dada para as metas de inflação.

III – Voto

Frente ao exposto, concluo pela apresentação de Projeto de Decreto Legislativo, aprovando a programação monetária para o primeiro trimestre de 2004.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 115, DE 2004

Aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2004.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovada a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2004, nos termos da Mensagem Presidencial nº 2, de 2004.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senador – **Rames Tebet**, Presidente – **Eduardo Suplicy**, Relator – **Delcídio Amaral** – **Serys Slhessarenko** – **Pedro Simon** – **Ney Suassuna** – **Demóstenes Torres** – **João Ribeiro** – **Jorge Bornhausen** – **José Agripino** – **Rodolpho Tourinho** – **Marco Maciel** – **Tasso Jereissati** – **Osmar Dias** – **Patrícia Saboya Gomes**.

PARECER Nº 100, DE 2004

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 283, de 2003, (nº 765/2003, na origem) que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até US\$80.040.000,00 (oitenta milhões e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Curitiba e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID), destinada ao financiamento parcial do “Programa de Transporte Urbano de Curitiba II”.

Relator: Senador **Jorge Bornhausen**

I – Relatório

É encaminhada ao Senado Federal a Mensagem (SF) nº 283, de 2003, da Presidência da República (Mensagem nº 765, na origem), pleito da Prefeitura Municipal de Curitiba, para que possa contratar operação de crédito externo, com garantia da União.

Como é sabido, as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios estão sujeitas à observância e ao cumprimento das condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001. A primeira trata do limite global para a dívida consolidado, já a segunda trata das operações de crédito interno e externo, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.

Essas resoluções compatibilizam o exercício do controle do processo de endividamento dos referidos entes federados com as disposições contidas na Lei

Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Transporte Urbano de Curitiba II.

Segundo informações contidas no parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, o custo total do programa está estimado em US\$133,4 milhões, dos quais o equivalente a US\$80 milhões serão financiados pelo BID e o equivalente a US\$53,4 milhões deverão ser aportados como contrapartida sob a responsabilidade do município de Curitiba.

A operação de crédito externo será realizada nas seguintes condições:

Credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID;

Garantidor: República Federativa do Brasil;

Valor: Em ienes japoneses, equivalentes a US\$80.040.000 (oitenta milhões e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América) na data da aprovação do empréstimo pela Diretoria do BID;

Prazo de Desembolso: cinco anos, a contar da data de assinatura do contrato;

Modalidade de Empréstimo: Mecanismo Unimonetário;

Amortização: em trinta parcelas semestrais, consecutivas e, tanto quanto possível, iguais, vencendo-se a primeira em 15-8-2009 e a última em 15-2-2024;

Juros: exigidos semestralmente, calculados com base no custo dos empréstimos qualificados em ienes japoneses com taxa de juros ajustável contraídos pelo Banco no semestre anterior (custo de captação), acrescidos de margem fixada periodicamente pelo BID; previamente ao primeiro desembolso, poderá ser exercida pelo mutuário, com anuência do garantidor, opção da taxa de juros aplicável ao empréstimo, por uma taxa de juros baseada na taxa LIBOR (LIBOR + margem fixada periodicamente pelo prestador);

Comissão de Compromisso: inicialmente em 0,25% ao ano, podendo ser alterada para até 0,75% ao ano conforme a revisão semestral do BID, exigida semestralmente sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato;

Comissão para Inspeção e Supervisão: inicialmente não será cobrada, mas, conforme revisão periódica do MD, poderá ser exigida, por semestre, até o valor em ienes japoneses equivalente a US\$80.040,00.

II – Análise

A Secretaria do Tesouro Nacional e a Procuradoria Geral da fazenda Nacional emitiram pareceres favoráveis ao pleito e à concessão de garantia da União nessa operação de crédito externo.

Nesses pareceres, são fornecidas e disponibilizadas informações acerca da situação da Prefeitura Municipal de Curitiba no que diz respeito ao cumprimento das exigências e condições, de natureza financeira e processual, estipuladas nas referidas Resoluções nºs 40 e 43 de 2001, do Senado Federal, bem como relativas às disposições constantes da Resolução nº 96, de 1989, que trata das premissas a serem observadas para que possa a União conceder garantias em operações de crédito.

Assim é que, nos termos da Resolução nº 96, de 1989, a concessão de quaisquer garantias por parte da União equipara-se a operação de crédito que, para operações financeiras externas, exige a prévia autorização do Senado Federal.

É exigido que a União observe as seguintes condições prévias a prestação de garantias:

1 – oferecimento de contragarantias suficientes para o pagamento de qualquer desembolso que a União possa vir a fazer se chamada a honrar a garantia;

2 – adimplência do tomador do empréstimo para com a União e com as entidades controladas pelo Poder Público Federal.

Depreende-se do parecer da Secretaria do Tesouro Nacional que o garantido, Prefeitura Municipal de Curitiba, tem condições de cumprir as obrigações financeiras a serem garantidas pela União. Isso porque:

a) há previsão do oferecimento de contragarantias adequadas por parte da Prefeitura Municipal de Curitiba, comprovando a sua capacidade de honrar os compromissos assumidos. Para tanto, é prevista a formalização de contrato entre o município e o Tesouro Nacional para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação dos recursos de que tratam os arts. 156, 158 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e outras em direito admitidas;

b) assim sendo, poderá o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos.

sos honrados. De acordo com estudo elaborado pela STN acerca do comprometimento das transferências federais e receitas próprias da Prefeitura Municipal de Curitiba, ela dispõe de margens de recursos suficientes para ressarcir a União, caso esta venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação de crédito pretendida;

c) o Município de Curitiba apresenta capacidade de pagamento do empréstimo, de forma suficiente, portanto, para a concessão de garantia da União.

Assim, entende a STN que o Município de Curitiba conta com recursos suficientes, devidamente demonstrados, para o atendimento das contrapartidas a seu cargo, não impondo, pois, restrições a atual situação fiscal do município, nem atribuindo ao Tesouro Nacional riscos superiores àqueles normalmente assumidos em operações já contratadas com agências oficiais de crédito.

Além disso, de acordo com informações contidas no Parecer STN/COREF nº 405, de 17 de dezembro de 2003, consulta realizada por meio eletrônico, na presente data, não indicou a existência de débitos em nome do Município de Curitiba junto à União e suas entidades controladas.

Informa, ainda, que não há registro de pendências do interessado no âmbito do Siafi relativamente à prestação de contas de recursos recebidos da União.

Ademais, não há registro de débito em nome da Prefeitura Municipal de Curitiba em operações de crédito já garantidas, de acordo com informação prestada pela STN.

Em decorrência, há observância do inciso II do § 9º do art. 3º da referida Resolução nº 96, de 1989, e do § 2º do art. 40 da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Relativamente aos aspectos de natureza financeira, nos termos das condições e exigências definidas na Constituição Federal e nas Resoluções nºs 96, de 1989, e 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, aplicáveis ao financiamento pretendido, cabem os seguintes esclarecimentos:

a) os limites de endividamento da União, estipulados nos artigos 2º, 3º e 4º da referida Resolução nº 96, de 1989, são atendidos, conforme é informado no Parecer STN/COREF nº 405, de 17 de dezembro de 2003;

b) o Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, PGN/COF nº 2.185/2003, encaminhado ao Senado Federal, no exame das cláusulas da minuta contratual, conclui que elas são admissíveis e estão de acordo com a legislação brasileira aplicável à espécie, tendo sido observado o disposto no art. 5º da Resolução nº 96, de 1989, que veda disposição contratual de natureza política ou atentatória à soberania nacional e à ordem pública;

c) relativamente à exigência constitucional de que programas ou projetos constem do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, é informado que os investimentos previstos no programa mencionado constam do Plano Plurianual da Prefeitura Municipal de Curitiba para o período 2002/2005 – Lei nº 13.257, de 28 de dezembro de 2001;

d) no parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, Parecer STN/COPEM nº 1.600, de 14 de novembro de 2003, são fornecidas e disponibilizadas informações acerca da situação da Prefeitura do Município de Curitiba no que diz respeito ao cumprimento das exigências e condições, de natureza financeira e processual, estipuladas nas referidas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal.

O referido parecer, anexo ao ofício encaminhado ao Senado Federal, ressalta que a operação de crédito pretendida pelo Município de Curitiba atende os limites definidos nas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal.

III – Voto

Em conclusão, o pleito encaminhado pela Prefeitura Municipal de Curitiba encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções nºs 96, de 1989, 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3, DE 2003

Autoriza a Prefeitura Municipal de Curitiba a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até US\$80.040.000,00 (oitenta

milhões e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América), destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Transporte Urbano de Curitiba II”.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Curitiba autorizada a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até US\$80.040.000,00 (oitenta milhões e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no caput destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Transporte Urbano Curitiba II.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – Credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID;

II – Garantidor: República Federativa do Brasil;

II – Valor: Em ienes japoneses, equivalentes a US\$80.040.000 (oitenta milhões e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América) na data da aprovação do empréstimo pela Diretoria do BID;

IV – Prazo de Desembolso: cinco anos, a contar da data de assinatura do contrato;

V – Modalidade de Empréstimo: empréstimo do mecanismo unimonetário

VI – Amortização: em trinta parcelas semestrais, consecutivas e, tanto quanto possível, iguais, vencendo-se a primeira em 15-8-2009 e a última em 15-2-2004

VII – Juros: exigidos semestralmente, calculados com base no custo dos empréstimos qualificados em Ienes Japoneses com taxa de juros ajustável contraídos pelo Banco no semestre anterior (custo de captação), acrescidos de margem fixada periodicamente pelo BID; previamente ao primeiro desembolso, poderá ser exercida pelo mutuário, com anuência do garantidor, opção da taxa de juros aplicável ao empréstimo, por urna taxa de juros baseada na taxa LIBOR (Libor – margem fixada periodicamente pelo prestador);

VIII – Comissão de Compromisso: inicialmente em 0,25% ao ano, podendo ser alterada para até 0,75% ao ano conforme a revisão semestral do BID, exigida semestralmente sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato;

IX – Comissão para Inspeção e Supervisão: inicialmente não será cobrada, mas, conforme revisão periódica do MD, poderá ser excluída por semestre, até o valor em Ienes japoneses equivalente a US\$80.040,00.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia à Prefeitura Municipal de Curitiba na operação de crédito externo referida no art. 1º desta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no caput fica condicionada a que a Prefeitura Municipal de Curitiba vincule, como contragarantias à União, os recursos de que tratam os arts. 156, 158 e 159, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas, mediante formalização de contrato de contragarantia, podendo o Governo Federal reter importâncias necessárias diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Município.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da publicação desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, – **Ramez Tebet**, Presidente – **Jorge Bornhausen**, Relator – **Eduardo Suplicy** – **Serys Silhessarenko** – **Delcídio Amaral** – **Pedro Simon** – **Ney Suassuna** – **Demóstenes Torres** – **José Agripino** – **Rodolpho Tourinho** – **Marco Maciel** – **Tasso Jereissati** – **Osmar Dias** – **Patrícia Saboya Gomes**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência comunica ao Plenário que o **Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2004**, que aprova a Programação Monetária relativa ao primeiro trimestre de 2004, cujo parecer foi lido anteriormente, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, f, do Regimento Interno, salvo se a pauta for desobstruída, uma vez que por se tratar de matéria com prazo de tramitação determinado, a mesma constará da pauta da sessão deliberativa ordinária da próxima terça-feira, dia 3, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno, oportunidade em que poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência comunica ao Plenário que o **Projeto de Resolução nº 3, de 2004** (MSF 283/2003), que autoriza a Prefeitura Municipal de Curitiba a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Interamericano de De-

envolvimento – BID, no valor de até oitenta milhões e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América, destinada a financiar, parcialmente, o “Programa de Transporte Urbano de Curitiba II”, cujo parecer foi lido anteriormente, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “f”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antero Paes de Barros.

É lida a seguinte

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 2, DE 2004**

Altera os arts. 102 e 105 e acrescenta parágrafo ao art. 111 da Constituição Federal, para restringir a utilização dos recursos extraordinário, especial e de revista.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os arts. 102 e 105 da Constituição passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 102.

III – admitir e julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas por Tribunal quando a decisão recorrida:

.....

§ 3º São insuscetíveis de recurso e de quaisquer incidentes as decisões judiciais, em qualquer instância, que dêem à matéria constitucional a interpretação determinada por decisão em recurso extraordinário, ressalvada apenas a propositura originária ao Supremo Tribunal Federal de representação de revisão de jurisprudência, pelos indicados no art. 103, I a IX (NR)”

.....

“Art. 105.

III – admitir e julgar, em recurso especial, as causas decididas pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais de Justiça dos Estados ou do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida:

.....

§ 1º

§ 2º São insuscetíveis de recurso e de quaisquer incidentes as decisões judiciais, em qualquer instância, que dêem a tratado ou lei federal a interpretação determinada por decisão em recurso especial, ressalvada apenas a propositura originária ao Superior Tribunal de Justiça de representação de revisão de jurisprudência, pelos indicados no art. 103, I a IX. (NR)”

Art. 2º O art. 111 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

“Art. 111.

.....

§ 4º São insuscetíveis de recurso e de quaisquer incidentes as decisões judiciais, em qualquer instância, que dêem à legislação trabalhista a interpretação determinada por decisão em recurso de revista, ressalvada apenas a propositura originária ao Tribunal Superior do Trabalho de representação de revisão de jurisprudência, pelos indicados no art. 103, I a IX. (NR)”

Art. 3º Esta Emenda à Constituição entra em vigor da data de sua promulgação.

Justificação

Não é novidade a completa exaustão do modelo de prestação de jurisdição praticado hoje no Brasil. A má engenharia processual que hoje contamina o Poder Judiciário é perceptível tanto entre os chamados operadores do Direito quanto ao brasileiro comum. Àqueles, a eternização dos processos e o uso abusivo e amoral de recursos protelatórios crava a estaca da inoperância na efetividade da solução estatal de litígios, criando um arremedo de prestação jurisdicional somente interessante àqueles a quem não interesse a decisão do processo, mas sua indefinida procrastinação. Ao brasileiro comum, por seu turno, resta a percepção de que recorrer ao Judiciário é inútil, moroso, caro e incerto.

Sem sombra de dúvidas, uma das principais causas dessa miopia institucional na prestação da jurisdição no Brasil deve-se à corrupção na utilização do acesso aos Tribunais Superiores e ao Supremo Tribunal Federal.

Em termos teóricos, não haveria espaço para dúvidas sobre a aptidão constitucional desse acesso. Nessa linha:

a) a utilização do recurso extraordinário junto ao Supremo Tribunal Federal é destinada (CF, art. 102, III) estritamente ao debate da matéria constitucional existente nos processos. Através desse instrumento, o Supremo Tribunal Federal uniformizaria a interpretação da Constituição, impedindo que a jurisdição constitucional variasse em qualidade e efeitos nos diversos pontos do Brasil, assegurando homogeneidade à leitura da Carta Magna;

b) a aptidão natural do recurso especial perante o Superior Tribunal de Justiça (CF, art. 105, III), por seu turno, é devotada exclusivamente ao contraste do Direito Federal. Julgando esse recurso, o Superior Tribunal de Justiça assegura que disposições da legislação federal (Códigos e legislação esparsa) não encontrem um entendimento em um Estado e outras conclusões em outros. Julgado o recurso especial, o Direito Federal ganha uniformidade, inclusive preservando a inteireza da federação quanto a isso;

c) finalmente, o recurso de revista, no Tribunal Superior do Trabalho, é instrumento recursal exclusivo para o debate da extensão e aplicação da legislação trabalhista infraconstitucional, impedindo que: um direito assegurado ao trabalhador paulista seja negado ao gaúcho ou ao nordestino, por exemplo, conferindo homogeneidade à legislação do trabalho.

Nessa linha de concepção, parece óbvio que, se o Supremo Tribunal Federal declara, julgando o recurso extraordinário, que a lei instituidora de determinado tributo é inconstitucional, com o efeito de impedir a cobrança de determinado contribuinte, tal lei não será aplicada a nenhum contribuinte, já que não se admite a personalização da decisão e nem a variação dramática de jurisprudência de caso a caso.

Não é o que ocorre hoje, contudo. A habilidade de alguns, associada à falta de escrúpulos de outros e à inação de terceiros permite, hoje, a prática de um regime processual ilógico, no qual qualquer juiz ou Tribunal pode divergir do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional, do STJ em matéria de direito federal e do TST em matéria trabalhista, julgando casos concretos. E, mesmo nos casos em que tais juizes e tribunais concordam com essas Cortes, nada

hoje impede que o vencido (geralmente o Poder Público) continue a impetrar recursos até atingir o topo do Judiciário, mesmo sabendo que perderá a demanda, atraído apenas pela garantida demora na prolação da decisão final.

O que se tem, na prática, é a instituição de uma espécie de triplo grau de jurisdição, cuja adoção impelirá todos os feitos até o topo do Judiciário, com desprezo da lógica processual, da tempestividade, da eficiência.

Isso não é prestação jurisdicional. Isso não é funcionamento judiciário. No sistema que se pratica hoje, todos saem perdendo, mas perde principalmente o Judiciário, que vê a sua credibilidade esvair-se.

A proposta de emenda à Constituição que estamos apresentando busca corrigir esse desvio, instituindo determinação de proibição de divergência, nos graus jurisdicionais inferiores, das decisões do STJ, do TST e do Supremo Tribunal Federal.

Com esse efeito impeditivo de recursos, é irrecorrível a decisão judicial que adote, nas razões de decidir, a mesma base jurídica a que chegou o STF julgando o recurso extraordinário, o STJ, julgando o recurso especial e o TST, decidindo o recurso de revista. Esses Tribunais, com isso, terão garantida a efetividade da destinação processual de tais recursos, e estar-se-á recuperando a unidade estrutural e jurídica do Direito no Brasil, inclusive e especialmente para os chamados processos de massa.

Urge que se resgate o Judiciário do abismo de inoperância a que foi arremessado pelas enormes deficiências do processo brasileiro. Esta proposição erige-se como um movimento agudo nessa recuperação.

Sala das Sessões, 19 de janeiro de 2004. – **Paulo Paim – Eduardo Suplicy – Almeida Lima – Jonas Pinheiro – Heráclito Forte – Alvaro Dias – Valdir Raupp – Fátima Cleide – Roseany Sarney – Mão Santa – Marco Maciel – Aelton Freitas – Garibaldi Alves Filho – João Motta – Pedro Simon – Papaléo Paes – Augusto Botelho – Sérgio Cabral – Maria Do Carmo – José Agripino – Demóstenes Torres – Eduardo Siqueira Campos – Ideli Salvatti – Magno Malta – Gerson Camata – Paulo Octávio – Ramez Tebet – Efraim Morais.**

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....

TÍTULO IV
Da Organização dos Poderes

.....
CAPÍTULO III
Do Poder Judiciário
.....

SEÇÃO II
Do Supremo Tribunal Federal

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

(...)

III – julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida:

- a) contrariar dispositivo desta Constituição;
- b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;
- c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição.

§ 1º A arguição de descumprimento de preceito fundamental, decorrente desta Constituição, será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, na forma da lei.

§ 2º As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo.

Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

(...)

III – julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida:

- a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência;
- b) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face de lei federal;
- c) der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.

Parágrafo único. Funcionará junto ao Superior Tribunal de Justiça o Conselho da Justiça Federal, cabendo-lhe, na forma da lei, exercer a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

.....

SEÇÃO V
Dos Tribunais e Juizes do Trabalho

Art. 111. São órgãos da Justiça do Trabalho:

- I – o Tribunal Superior do Trabalho;
- II – os Tribunais Regionais do Trabalho;
- III – Juizes do Trabalho.

§ 1º O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de dezessete Ministros, togados e vitalícios, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, dos quais onze escolhidos dentre juizes dos Tribunais Regionais do Trabalho, integrantes da carreira da magistratura trabalhista, três dentre advogados e três dentre membros do Ministério Público do Trabalho.

§ 2º O Tribunal encaminhará ao Presidente da República listas tríplexes, observando-se, quanto às vagas destinadas aos advogados e aos membros do Ministério Público, o disposto no art. 94; as listas tríplexes para o provimento de cargos destinados aos juizes da magistratura trabalhista de carreira deverão ser elaboradas pelos Ministros togados e vitalícios.

§ 3º A lei disporá sobre a competência do Tribunal Superior do Trabalho.

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A proposição que acaba de ser lida terá sua tramitação iniciada a partir do dia 15 de fevereiro de 2004.

Sobre a mesa, projeto recebido da Câmara que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antero Paes de Barros.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2004
(Nº 7.068/2002, na Casa de origem)

Dispõe sobre a transformação de funções comissionadas em cargos em comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam transformadas em cargos em comissão, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho, as funções comissionadas constantes do Anexo desta Lei.

Art. 2º As atividades a serem desenvolvidas nas áreas de informática, recursos humanos, planejamento e orçamento, administração financeira, material e patrimônio e de controle interno serão organizadas sob a forma de sistemas, cujos órgãos centrais serão as respectivas unidades do Tribunal Superior do Trabalho.

§ 1º As disposições constantes do **caput** deste artigo aplicam-se a outras atividades auxiliares comuns que necessitem de coordenação central.

§ 2º Os serviços da Justiça do Trabalho incumbidos das atividades de que trata este artigo são considerados integrados ao respectivo sistema e ficam, conseqüentemente, sujeitos à orientação normativa, supervisão técnica e à fiscalização específica do órgão central do sistema, sem prejuízo da subordinação hierárquica aos dirigentes dos órgãos em cuja estrutura administrativa estiverem integrados.

Art. 3º O Tribunal Superior do Trabalho baixará as instruções necessárias à aplicação do disposto no art. 2º desta Lei.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta dos recursos orçamentários próprios do Tribunal Superior do Trabalho.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

(Art. 1º da Lei nº . de de de)

TRANSFORMAÇÃO DE FUNÇÕES COMISSIONADAS EM CARGOS EM COMISSÃO NO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DO			
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO			
EXTINÇÃO		CRIAÇÃO	
FUNÇÕES/NÍVEL	Nº DE FUNÇÕES	FUNÇÕES/NÍVEL	Nº DE FUNÇÕES
PC-01	118	CJ-3	22
		CJ-2	01
		CJ-1	05
TOTAL	118	TOTAL	28

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 7.068, DE 2002

Dispõe sobre a transformação de funções comissionadas em cargos em comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho e dá outras providências.

O P R E S I D E N T E D A R E P Ú B L I C A

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam transformadas em cargos em comissão, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho, as funções comissionadas constantes do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º As atividades a serem desenvolvidas nas áreas de informática, recursos humanos, planejamento e orçamento, administração financeira, material e patrimônio e de controle interno serão organizadas sob a forma de sistemas, cujos órgãos centrais serão as respectivas unidades do Tribunal Superior do Trabalho.

§ 1º As disposições constantes do *caput* deste artigo aplicam-se a outras atividades auxiliares comuns que necessitem de coordenação central.

§ 2º Os serviços da Justiça do Trabalho incumbidos das atividades de que trata este artigo são considerados integrados ao respectivo sistema e ficam, conseqüentemente, sujeitos à orientação normativa, supervisão técnica e à fiscalização específica do órgão central do sistema, sem prejuízo da subordinação hierárquica aos dirigentes dos órgãos em cuja estrutura administrativa estiverem integrados.

Art. 3º O Tribunal Superior do Trabalho baixará as instruções necessárias à aplicação do disposto no art. 2º desta Lei.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta dos recursos orçamentários próprios do Tribunal Superior do Trabalho.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília-DF., de de ; 181º da Independência e 114º da República.

ANEXO ÚNICO

(Art. 1º da Lei n.º , de de de)

TRANSFORMAÇÃO DE FUNÇÕES COMISSIONADAS EM CARGOS EM COMISSÃO NO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO			
EXTINÇÃO		CRIAÇÃO	
FUNÇÕES/NÍVEL	N.º DE FUNÇÕES	FUNÇÕES/NÍVEL	N.º DE FUNÇÕES
FC-01	118	CJ-3	22
		CJ-2	01
		CJ-1	05
TOTAL	118	TOTAL	28

J U S T I F I C A T I V A

Nos termos dos artigos 48, inciso X, e 96, inciso II, alínea "b", da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação dos Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional anteprojeto de lei aprovado pelo Tribunal Superior do Trabalho, conforme RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA N.º 867/2002, que consubstancia medida para a transformação de funções comissionadas, sem qualquer aumento de despesa, em cargos em comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho.

A crescente elevação do volume de serviços, evidenciada e recrudescida inclusive pela redução do número de membros do Tribunal Superior do Trabalho efetivada pela Emenda Constitucional n.º 24/99, e a necessidade de propiciar maior funcionalidade e dinâmica às unidades administrativas da Corte justificam a adoção de medidas que viabilizem a adequação de sua estrutura organizacional, assegurando a manutenção da celeridade na entrega da prestação jurisdicional.

Tem-se observado cada vez mais no âmbito do Tribunal, diante da volumosa e intrincada carga de tarefas que lhe são atribuídas, a necessidade de otimizarem-se os recursos

disponíveis com o propósito de garantir maior eficiência e agilidade na consecução das atribuições institucionais, especialmente no que se refere àquelas mais complexas e especializadas.

Nesse sentido, o anteprojeto de lei ora submetido à deliberação dos Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional contempla a transformação de 118 (cento e dezoito) funções comissionadas de apoio operacional, já existentes e atualmente vagas, em cargos em comissão indispensáveis ao pleno desenvolvimento das atividades projetadas pelo Tribunal Superior do Trabalho, a serem ocupados por pessoal compatibilizadamente qualificado ao seguro, rápido e satisfatório desempenho das tarefas que exigem maior grau de especialização.

As proposições contidas nos artigos 2º e 3º do anteprojeto ora sob a deliberação dos Ex.^{mos} Senhores Membros do Congresso Nacional, objetivam dotar a Justiça do Trabalho dos mecanismos legais de coordenação, supervisão e fiscalização de suas próprias atividades, a serem organizadas sob a forma de sistemas, sendo oportuno ressaltar que a medida não constitui inovação, já tendo sido adotada no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral e Tribunais Regionais Eleitorais, conforme se pode verificar no texto do artigo 11 da Lei n.º 8.868, de 14 de abril de 1994.

Portanto, impõem-se urgentes providências no sentido de não somente dotar a Justiça do Trabalho dos mecanismos legais necessários à coordenação, supervisão e fiscalização de suas atividades, bem assim assegurar a estrutura do Tribunal Superior do Trabalho dos comandos adequados e indispensáveis ao desempenho satisfatório de suas atribuições, pelo que se propõe a transformação das funções comissionadas de apoio operacional em cargos em comissão, constantes do Anexo único do anteprojeto de lei ora

disponíveis com o propósito de garantir maior eficiência e agilidade na consecução das atribuições institucionais, especialmente no que se refere àquelas mais complexas e especializadas.

Nesse sentido, o anteprojeto de lei ora submetido à deliberação dos Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional contempla a transformação de 118 (cento e dezoito) funções comissionadas de apoio operacional, já existentes e atualmente vagas, em cargos em comissão indispensáveis ao pleno desenvolvimento das atividades projetadas pelo Tribunal Superior do Trabalho, a serem ocupados por pessoal compatibilizadamente qualificado ao seguro, rápido e satisfatório desempenho das tarefas que exigem maior grau de especialização.

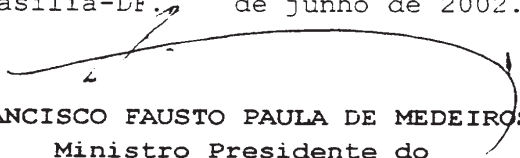
As proposições contidas nos artigos 2º e 3º do anteprojeto ora sob a deliberação dos Ex.^{mos} Senhores Membros do Congresso Nacional, objetivam dotar a Justiça do Trabalho dos mecanismos legais de coordenação, supervisão e fiscalização de suas próprias atividades, a serem organizadas sob a forma de sistemas, sendo oportuno ressaltar que a medida não constitui inovação, já tendo sido adotada no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral e Tribunais Regionais Eleitorais, conforme se pode verificar no texto do artigo 11 da Lei n.º 8.868, de 14 de abril de 1994.

Portanto, impõem-se urgentes providências no sentido de não somente dotar a Justiça do Trabalho dos mecanismos legais necessários à coordenação, supervisão e fiscalização de suas atividades, bem assim assegurar a estrutura do Tribunal Superior do Trabalho dos comandos adequados e indispensáveis ao desempenho satisfatório de suas atribuições, pelo que se propõe a transformação das funções comissionadas de apoio operacional em cargos em comissão, constantes do Anexo único do anteprojeto de lei ora

submetido à apreciação de Vossas Excelências, reiterando-se que as medidas aqui tratadas não implicarão em aumento de despesas, uma vez que a composição orçamentária do Tribunal Superior do Trabalho já inclui os respectivos valores.

Com estas considerações, submeto o anexo anteprojeto de lei à apreciação desse Poder Legislativo esperando que a proposição mereça a mais ampla acolhida, convertendo-se em lei com a urgência possível.

Brasília-DF, de junho de 2002.


FRANCISCO FAUSTO PAULA DE MEDEIROS
Ministro Presidente do
Tribunal Superior do Trabalho

Submetido à apreciação de Vossas Excelências, reiterando-se que as medidas aqui tratadas não implicarão em aumento de despesas, uma vez que a composição orçamentária do Tribunal Superior do Trabalho já inclui os respectivos valores.

Com essas considerações, submeto o anexo anteprojeto de lei à apreciação desse Poder Legislativo esperando que a proposição mereça a mais ampla acolhida, convertendo-se em lei com a urgência possível.

Brasília – DF, de junho de 2002. – **Francisco Fausto Paula de Medeiros**, Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, aviso do Sr. Ministro de Estado da Saúde que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antero Paes de Barros.

É lido o seguinte

Aviso nº 100/GM/MS

Brasília, 26 de janeiro de 2004

A Sua Excelência o Senhor
José Sarney
Presidente do Senado Federal

Assunto: Transferência de data de audiência.

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, solicito a Vossa Excelência a especial gentileza de transferir para o dia 5 de fevereiro próximo, às 14h30, minha participação na Sessão Ordinária do Senado Federal, agendada para o dia 4 de fevereiro, às 14h30. Referida solicitação se justifica em função de compromisso inadiável naquele dia.

Atenciosamente, – **Humberto Costa**, Ministro de Estado da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antero Paes de

Barros.

Brasília, 23 de janeiro de 2004

São lidos os seguintes

OF. GLMPDB Nº 9/2004

Brasília, 23 de janeiro de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 149, de 16-12-2003, que “autoriza o Poder Executivo a doar à República da Bolívia vacinas contra febre aftosa”, ficando a mesma assim constituída:

Titulares

Papaléo Paes
Leomar Quintanilha
José Maranhão

Suplentes

João Batista Motta
Romero Jucá
João Alberto Souza

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB nº 10/2004

Brasília, 23 de janeiro de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 150, de 16-12-2003, que “altera a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, que institui o Programa de Arrendamento Residencial e dá outras providências”, ficando a mesma assim constituída:

Titulares

José Maranhão
João Alberto Souza
Sérgio Cabral

Suplentes

João Batista Motta
Mão Santa
Luiz Otávio

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB nº 11/2004

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 151, de 18-12-2003, que “dispõe sobre a criação do Instituto Nacional do Semi-Árido – INSA, unidade de pesquisa integrante da estrutura básica do Ministério da Ciência e Tecnologia, e dá outras providências”, ficando a mesma assim constituída:

Titulares

Ney Suassuna
Mão Santa
João Alberto Souza

Suplentes

Leomar Quintanilha
João Batista Motta
Valdir Raupp

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB nº 12/2004

Brasília, 23 de janeiro de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 152, de 23-12-2003, que “altera o art 47 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998”, ficando a mesma assim constituída:

Titulares

Romero Jucá
Valmir Amaral
Leomar Quintanilha

Suplentes

João Batista Motta
Valdir Raupp
Ramez Tebet

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB nº 13/2004

Brasília, 23 de janeiro de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e

emitir parecer à Medida Provisória nº 153, de 23-12-2003, que “institui a Taxa de Avaliação **in loco** de educação superior e das condições de ensino dos cursos de graduação e dá outras providências”, ficando a mesma assim constituída:

Titulares	Suplentes
Hélio Costa	Romero Jucá
José Maranhão	Pedro Simon
Luiz Otávio	Leomar Quintanilha

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB nº 14/2004

Brasília, 23 de janeiro de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 154, de 23-12-2003, que “autoriza a Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ a disponibilizar medicamentos, mediante ressarcimento, e dá outras providências”, ficando a mesma assim constituída:

Titulares	Suplentes
Senador Garibaldi Alves Filho	Senador Leomar Quintanilha
Senador Papaléo Paes	Senador José Maranhão
Senador Valmir Amaral	Senador Maguito Vilela

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB nº 15/2004

Brasília, 23 de janeiro de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 155, de 23-12-2003, que “dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras e dá outras providências”, ficando a mesma assim constituída:

Titulares	Suplentes
Senador Romero Jucá	Senador Papaléo Paes
Senador Luiz Otávio	Senador João Batista Motta
Senador Maguito Vilela	Senador Gilberto Mestrinho

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB nº 16/2004

Brasília, 23 de janeiro de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 156, de 23-12-2003, que “altera o **caput** do art. 1º da Lei nº 10.429, de 24 de abril de 2002, que institui o Auxílio-Aluno no âmbito do Projeto de profissionalização dos Trabalhadores de Enfermagem – PROFAE”, ficando a mesma assim constituída:

Titulares	Suplentes
Senador Garibaldi	Senador Alberto Silva
Senador Sérgio Cabral	Senador Gilberto Mestrinho
Senador Valmir Amaral	Senador Leomar Quintanilha

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB nº 17/2004

Brasília, 26 de janeiro de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 157, de 23-12-2003, que “altera o inciso IV do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM e define crimes”, ficando a mesma assim constituída:

Titulares

Senador Ramez Tebet
Senador Leomar Quintanilha
Senador Hélio Costa

Suplentes

Senador Garibaldi Alves Filho
Senador João Batista Motta
Senador Pedro Simon

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB nº 18/2004

Brasília, 26 de janeiro de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 158, de 23-12-2003, que “dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, e dá outras providências”, ficando a mesma assim constituída:

Titulares

Senador Pedro Simon
Senador Romero Jucá
Senador Valmir Amaral

Suplentes

Senador Papaléo Paes
Senador Leomar Quintanilha
Senador Gilberto Mestrinho

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB nº 19/2004

Brasília, 26 de janeiro de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 159, de 23-12-2003, que “autoriza o Poder Executivo a conceder subvenção econômica à Companhia de Navegação do São Francisco – FRANAVE”, ficando a mesma assim constituída:

Titulares

Senador Garibaldi Alves Filho
Senador Ney Suassuna
Senador Mão Santa

Suplentes

Senador Ramez Tebet
Senador Alberto Silva
Senador Maguito Vilela

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB nº 20/2004

Brasília, 26 de janeiro de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 160, de 29-12-2003, que “dispõe sobre a instituição de Gratificação Temporária para os servidores Técnico-Administrativos e Técnico-Marítimos das Instituições Federais de Ensino, e dá outras providências”, ficando a mesma assim constituída:

Titulares

Senador Luiz Otávio
Senador Valmir Amaral
Senador Sérgio Cabral

Suplentes

Senador Leomar Quintanilha
Senador José Maranhão
Senador Garibaldi Alves Filho

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB nº 21/2004

Brasília, 27 de janeiro de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 161, de 21-1-2003 que “acresce o art. 1º-A à Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, que institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (CIDE), e dá outras providências”, ficando a mesma assim constituída:

Titulares

Senador Sérgio Cabral
Senador Romero Jucá
Senador Maguito Vilela

Senador José Maranhão
Senador João Batista Motta
Senador Valmir Amaral

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

Ofício nº 209/Plen

Brasília, 28 de janeiro de 2004

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de indicar, como titular, o Deputado Vander Loubet, PT/MS, em substituição ao Deputado Nelson Pel-

legrino, PT/BA, na Comissão Mista da Medida Provisória nº 161, de 2004.

Atenciosamente, – **Nelson Pellegrino**, Líder do PT.

Ofício nº 211/Plen

Brasília, 28 de janeiro de 2004

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de indicar, como titular, a Deputada Maria do Carmo, PT/MG, em substituição ao Deputado Nelson Pellegrino, PT/BA, na Comissão Mista da Medida Provisória nº 150, de 2003.

Atenciosamente, – **Nelson Pellegrino**, Líder do PT.

Ofício nº 214/Plen

Brasília, 29 de janeiro de 2004

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de indicar, como titular, o Deputado Walter Pinheiro, PT/BA, em substituição ao Deputado Nelson Pellegrino, PT/BA, na Comissão Mista da Medida Provisória nº 155, de 2003.

Atenciosamente, – **Nelson Pellegrino**, Líder do PT.

Ofício nº 13/04

Brasília, 28 de janeiro de 2004

Assunto: Substituição de membro de Comissão
Senhor Presidente,

Indico, nos termos regimentais, a Deputada Perpétua Almeida em substituição ao Deputado Inácio Arruda para integrar como membro titular a Comissão Mista da MP nº 163 que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, “que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências”.

Respeitosamente, Deputado **Inácio Arruda**, Líder do Pcdob.

Ofício nº 64/LM/04

Brasília, 29 de janeiro de 2004

Senhor Presidente,

Tendo sido criada a Comissão Temporária pelos Requerimentos nºs 529, de 2003 e 19, de 2004, destinada “a ir a Roraima e a Mato Grosso do Sul interar-se das questões fundiárias daqueles Estados e apresentar ao Senado relatório minucioso de sua

missão”, indico o Senador João Ribeiro para compor a referida comissão, em substituição ao Senador Eduardo Siqueira Campos.

Cordialmente, – Senador **Efraim Moraes**, Líder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antero Paes de Barros.

É lido o seguinte

Ofício nº 39/04 – GLDBAG

Brasília, 29 de janeiro de 2004

Excelentíssimo Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência sua gentileza no sentido de determinar as providências necessárias para o atendimento ao Ofício SF/GSHH nº 14/04, em anexo, da Senadora Heloísa Helena, tendo em vista seu desligamento do Partido dos Trabalhadores.

Certo de contar com sua compreensão, aproveito a oportunidade para enviar-lhe minhas cordiais saudações.

Atenciosamente, – Senador **Tiã Viana**, Líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício SF/GSHH Nº 14/04

Brasília, 28 de janeiro de 2004

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador Tiã Viana
Líder do Bloco de Apoio ao Governo
Senado Federal

Prezado Líder,

Diante do processo que culminou na minha expulsão do Partido dos Trabalhadores, solicito a Vossa Excelência determinar as necessárias providências para a desvinculação do meu nome do Bloco de Apoio ao Governo, nas diversas instâncias do Senado Federal.

Pela atenção dispensada ao assunto, antecipadamente agradeço.

Atenciosamente, – Senadora **Heloísa Helena**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antero Paes de Barros.

São lidos os seguintes

Ofício nº 35/04 – GLDBAG

Brasília, 28 de janeiro de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 81 do Regimento Interno, indico o Senador Cristovam Buarque para integrar, como membro titular, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em vaga pertencente ao PT neste Órgão Técnico.

Atenciosamente, – Senador **Tião Viana**, Líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de apoio ao Governo.

Ofício nº 36/04 – GLDBAG

Brasília, 28 de janeiro de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 81 do Regimento Interno, indico o Senador Cristovam Buarque para integrar, como membro titular, a Comissão de Educação, em vaga pertencente ao PT neste Órgão Técnico.

Atenciosamente, – Senador **Tião Viana**, Líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência designa o Sr. Senador Cristovam Buarque para compor, como titular, as referidas Comissões, nos termos dos ofícios que acabam de ser lidos.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antero Paes de Barros.

É lido o seguinte

OF. GLPMDB nº 22/04

Brasília, 29 de janeiro de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Leomar Quintanilha, como membro titular, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Amir Lando.

Renovo, na oportunidade, votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência designa o Senador Leomar Quintanilha para compor, como titular, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, §3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação pelo Plenário das seguintes matérias:

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 610, de 2003** (nº 2.456/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Nossa Senhora da Guia para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Patos, Estado da Paraíba;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 616, de 2003** (nº 2.563/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Progresso Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 636, de 2003** (nº 2.806/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Dom Abel para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiás, Estado de Goiás;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 672, de 2003** (nº 2.841/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Sociedade de Ponte Nova Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ponte Nova, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 680, de 2003** (nº 2.853/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da TV Serra Dourada Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 681, de 2003** (nº 2.854/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Colonial Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Congonhas, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 683, de 2003** (nº 2.859/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Chirú Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodi-

fusão sonora em onda média na cidade de Palmitinho, Estado do Rio Grande do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 688, de 2003** (nº 2.545/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Super Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 690, de 2003** (nº 2.824/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Fronteira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 706, de 2003** (nº 2.926/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Irecê AM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Irecê, Estado da Bahia;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 712, de 2003** (nº 2.949/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Empreendimentos Centro Sul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Floriano, Estado do Piauí;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 714, de 2003** (nº 2.955/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Chapada Diamantina Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaberaba, Estado da Bahia;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 724, de 2003** (nº 2.978/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade de Cultura Rádio Caiari Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 736, de 2003** (nº 2.422/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Anhangüera S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Goiânia, Estado de Goiás;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 737, de 2003** (nº 2.436/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária Liberdade FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juazeiro, Estado da Bahia;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 739, de 2003** (nº 2.440/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Itapicurú a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ponto Novo, Estado da Bahia;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 746, de 2003** (nº 2.465/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Malacachetense de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Malacacheta, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 749, de 2003** (nº 2.475/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente Cultural Esportiva e Recreativa Varzeana – Abecerv a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Várzea do Poço, Estado da Bahia;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 752, de 2003** (nº 2.483/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Ideal a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boituva, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 753, de 2003** (nº 2.484/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Defesa do Meio Ambiente – Ascodema a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra Negra, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 755, de 2003** (nº 2.704/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Içara Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Içara, Estado de Santa Catarina;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 765, de 2003** (nº 3.063/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultura e Vida para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 768, de 2003** (nº 2.717/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Empresa Fluminense de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 770, de 2003** (nº 2.721/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Televi-

são Anhangüera S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Goiânia, Estado de Goiás;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 776, de 2003** (nº 2.490/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio Gaúcha FM de Bataguassu Mato Grosso do Sul a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bataguassu, Estado de Mato Grosso do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 780, de 2003** (nº 2.495/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Zilda Sartório Altoé a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguaré, Estado do Espírito Santo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 784, de 2003** (nº 2.510/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária, Cultural e Beneficente Topp FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Juliana, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 809, de 2003** (nº 2.553/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade de Radiodifusão Independente de Cruz Alta Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 812, de 2003** (nº 2.562/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Comissão de Apoio à Criança e ao Adolescente – Denominada – “Caca” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antônio da Patrulha, Estado do Rio Grande do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 814, de 2003** (nº 2.567/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Pró-Radiodifusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viamão, Estado do Rio Grande do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 815, de 2003** (nº 2.568/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Serviço de Assistência Social – SAS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 817, de 2003** (nº 2.576/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento e Integração Social Frutuosense –

Adisf a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Frutuoso Gomes, Estado do Rio Grande do Norte;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 818, de 2003** (nº 2.580/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Novo Dia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Faxinal, Estado do Paraná; e

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 896, de 2003** (nº 71/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rede Rijomar de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Gália, Estado de São Paulo.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 2, de 2004-CN** (nº 63/PGR-2004, na origem), do Procurador-Geral da República, Antonio Fernando Barros e Silva de Souza, em exercício, encaminhando ao Congresso Nacional os demonstrativos que compõem o Relatório de Gestão Fiscal do Ministério Público da União, referente ao período de janeiro a dezembro de 2003.

O expediente lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Antes de iniciar a lista de oradores, concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, desejo me inscrever também para uma comunicação inadiável.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, da mesma forma, gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Na prorrogação da hora destinada aos oradores inscritos, V.

Ex^{as} terão direito ao uso da palavra por cinco minutos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição para falar pela Liderança do PFL, após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Mediante comunicação que chegou à Mesa, V. Ex^a terá direito ao uso da palavra após a Hora do Expediente, pelo prazo determinado pelo Regimento Interno de vinte minutos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Antero Paes de Barros, por cessão do nobre Senador Leonel Pavan.

S. Ex^a dispõe da palavra por vinte minutos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, quero aproveitar a oportunidade para saudar a volta ao Senado da República do respeitado intelectual Cristovam Buarque, ex-Reitor da Universidade de Brasília e ex-Ministro da Educação. Tenho a convicção de que o retorno do Senador Cristovam Buarque contribuirá para os debates do Senado. Intelectual respeitado, político íntegro, não tenho nenhuma dúvida de que S. Ex^a, com suas idéias inovadoras, enriquecerá os grandes temas nacionais que devem ser debatidos nesta Casa.

E é exatamente isso que estamos propondo na sessão de hoje, Sr. Presidente, que possamos fazer um debate sobre os recentes acontecimentos ocorridos em nosso País. O Brasil vive perigosamente um momento em que, sem termos adotado o sistema parlamentarista, tem visto seu Vice-Presidente da República, o ex-Senador José Alencar – que merece, também, uma solidariedade pessoal –, de uns tempos a esta data, sendo seguidamente motivo de ataques, de investigação, de procedimentos. Tudo isso por ter seu chefe de gabinete encaminhado um bilhete no qual não existe ordem nenhuma para executar nenhuma decisão, mas, sim, um pedido para avaliar com carinho a situação de um médico que é neto de um senhor de mais de 90 anos de idade, amigo de Sua Excelência, que pediu isso ao Vice-Presidente da República.

O que está em nossa Constituição? Quais são os poderes do Presidente e do Vice-Presidente da República? Entre os poderes do Vice-Presidente da República está o de substituir o Presidente. O que é que ocorre no sistema presidencialista, que é o que vivemos? O Presidente viajou, está na Índia. Assume o governo o Vice-Presidente da República. É isso que tem acontecido em nosso País? Com quem têm despachado os Ministros? Com o Vice-Presidente da República? Não. Está praticamente extinta a função do Vice-Presidente da República, o ex-Senador José Alencar.

Quero aqui dizer que, na reabertura dos nossos trabalhos, no início de fevereiro – e tomei essa decisão não no dia em que José Dirceu assumiu o comando do Governo, a chefia do Governo brasileiro, mas no dia do falecimento do Senador José Richa –, pretendo apresentar uma emenda, à qual inclusive darei o nome de Emenda José Richa, para que possamos discutir neste Parlamento a possibilidade da volta do parlamentarismo, a possibilidade de fazermos uma reforma constitucional. Apresentaremos uma emenda para que, a partir de 2010 – para que haja tempo suficiente para o debate –, possamos aqui debater o sistema parlamentarista.

No presidencialismo, não cabe isso a que estamos assistindo. Estão subtraídas todas, rigorosamente todas, as funções do Vice-Presidente da República, José Alencar. Não creio que isso seja confortável para o Governo brasileiro.

Creio que o PT, com as suas decisões, com as decisões do que eles denominam lá de “núcleo duro”, chega a colocar em debate uma questão fundamental para a democracia brasileira, que é o quê? Que democracia teremos? No instante em que se propõe a necessidade da reforma política, há, na prática, um movimento do Poder Executivo no sentido de cooptar e extinguir alguns partidos políticos.

O Garotinho, quando pertencia ao Partido Socialista Brasileiro, representava um estorvo enorme para o Governo. O Garotinho saiu do PSB, que, em seguida, viu divulgada pela imprensa a possibilidade de transferência de dois de seus Governadores para o Partido do Governo. E há um visível enfraquecimento dessa legenda na medida em que se pretende que todos os partidos se agrupem no Partido dos Trabalhadores. É o Governo, é o Executivo, é a máquina agindo para tentar convencer o Governador Paulo Hartung, para tentar convencer o Governador Ronaldo Lessa. Quem disse isso? A imprensa brasileira. E isso ficou muito claro, inclusive, quando o Governador

dor de Alagoas retirou a sua candidatura no debate interno do Congresso do Partido Socialista Brasileiro.

Os partidos da esquerda democrática brasileira continuam sendo diariamente assediados para que se transformem exclusivamente no Partido do Governo. E está faltando um debate sobre isso aqui no Senado.

Como vamos votar, como vamos debater a reforma política se não houve nenhuma convenção extraordinária – o que o PT trata, no seu estatuto, de encontro nacional – para que fosse fechada questão sobre a reforma da previdência na Câmara dos Deputados? O que houve foi uma reunião da Direção Nacional obrigando os Deputados a votarem favoravelmente ao relatório, que ninguém conhecia e que seria apresentado na reforma da previdência.

É essa a fidelidade? A fidelidade tem que ser ao estatuto, ao programa, àquilo que é deliberado pela maioria do partido e não a fidelidade ao politburo, ao comitê central, a algo que controla com centralismo democrático aquilo que os Parlamentares devem fazer.

José Dirceu assume o Governo no momento em que o desemprego bate novo recorde. No Governo Dirceu, segundo o Dieese, a taxa de desemprego, que era de 19% em 2002, fechou em 19,9% em 2003, e a renda do trabalhador também caiu, fechou dezembro de 2003 6,4% menor do que em 2002.

O Senado precisa aprofundar a discussão sobre o desempenho do Governo do PT. O Chefe da Casa Civil, eu já disse aqui, virou o comandante do Governo. E eu tenho uma convicção: na eleição de 2002, o povo votou em Luiz Inácio Lula da Silva, não em José Dirceu, para a Presidência da República, para ser o Chefe do Governo brasileiro. O Chefe do Governo eleito pelo povo brasileiro foi Luiz Inácio Lula da Silva. Isso é contrariar, inclusive, a vontade democrática da população.

E o Presidente Lula demonstra enorme desconforto com o exercício do poder aqui no Brasil, e deseja realmente, pelas suas posições, se transformar – o que, aliás, acho que faz bem – num garoto-propaganda deste Governo do PT, ao viajar para o exterior e mostrar as novas articulações políticas e internacionais do Governo brasileiro.

Mas quem administra a máquina está lá. É obrigação exclusiva do Presidente da República organizar a administração do Brasil com o auxílio dos Ministros. É o Presidente quem tem feito isso ou é o Zé Dirceu? A população votou em quem? No Lula ou no Super Zé?

Sobre o Vice-Presidente, José Alencar, tenho a dizer que a sua situação só é comparável à do também mineiro Pedro Aleixo, com pequenas diferenças. Pedro Aleixo, Vice-Presidente, foi impedido de assumir a Presidência quando o Marechal Costa e Silva adoeceu, às vésperas da decretação do Ato Institucional nº 5. Em lugar de Aleixo, em 1968, assumiu o poder uma junta militar quando ocorreu o falecimento de Costa e Silva.

Hoje, quando o Presidente viaja, a única diferença é que não assume o Vice, mas o Chefe da Casa Civil, José Dirceu. A história se repete em cima de um mineiro, um homem que é admirado e respeitado inclusive pela oposição, e as pessoas não podem deixar de reconhecer que a presença de José Alencar como candidato a Vice-Presidente na chapa de Lula somou durante a campanha eleitoral, dadas as desconfianças, principalmente do setor empresarial, em relação ao que poderia vir a ser um governo do PT.

Não há mais nenhuma dúvida sobre quem manda. Fico até assustado com algumas teses, como: o Ministro José Dirceu perdeu metade dos seus poderes. Ora, só quem não sabe ler acredita. O Ministro José Dirceu deixou de fazer a articulação política, mas essa articulação deverá prestar contas ao Ministro José Dirceu. Acredito que o Governo foi feliz ao escolher o Deputado Aldo Rebelo para a Secretaria de Articulação Política, pois é um homem de diálogo, que viveu no embate democrático. Mas não tenho nenhuma dúvida de que não foram diminuídos os poderes de José Dirceu. Ao contrário, S. Ex^a virou o grande operador do Governo para o ano das eleições municipais de 2004. Não há dúvida, portanto, de que quem manda é o Super Zé.

O Ministro José Dirceu manda no Governo e comanda o Partido do Governo. Aliás, este é um outro debate: o que é partido e o que é Partido do Governo? E foi assim com o PSDB também. Os partidos que elegem um Presidente da República tendem a obedecer às ordens emanadas do Palácio do Planalto. Seria importante que o PT, pela sua história democrática, tivesse contribuído com a autonomia partidária, com o Partido ajudando o Governo a estabelecer, realmente, determinadas diferenças entre o que pensa o Partido e o que pensa o Governo. É até normal existirem diferenças de comportamento entre o PT e o Governo, porque este não está sendo exercido exclusivamente em nome do PT. Então, é absolutamente normal que isso ocorra.

Mas isso não ocorre. José Genoíno é mais um executor das ordens do Ministro José Dirceu, que consegue não só assumir o Governo, como também o

comando do Partido. Tenho certeza, pelo que conheço do Genoíno – fui seu colega na Câmara dos Deputados –, de que ele não se sente bem fazendo muito das coisas que fez durante o ano de 2003.

Por enquanto, o Ministro José Dirceu ainda não está mandando totalmente na área econômica. Lá, quem manda ainda é o Ministro Palocci, com a assessoria de uma banca internacional que tomou conta do Banco Central.

O Banco Central não é nada mais do que um **pool** de banqueiros internacionais. E esta é a primeira vez que o Governo brasileiro tem a coragem de lotear o Banco Central entre o BankBoston, o Citibank, o Bradesco, o Unibanco e outros. Eles formulam a política econômica e o Governo a executa. O FMI aplaude. A banca internacional vibra. Essa é a situação da política econômica.

O desemprego bate recorde, mas o Banco Central mantém os juros altos e freia o crescimento econômico. O País não cresce, mas a área econômica aumenta a carga tributária, amplia o arrocho fiscal, para garantir o superávit primário e o pagamento dos juros aos banqueiros estrangeiros.

O desemprego bate recorde. As empresas não têm dinheiro para contratar, e o trabalhador fica sem emprego e sem salário. Mas os banqueiros recebem religiosamente em dia. Indignação do Senador Ramez Tebet: “Não é possível que no sistema capitalista brasileiro só os bancos não podem correr risco nenhum. Tem que haver realmente uma proteção ao sistema financeiro, e somente os bancos não correm risco nenhum neste País. E o Governo ainda pretende discutir a questão do Banco Central!”

Quando do debate sobre a indicação do Dr. Henrique Meirelles, que teve sua origem no meu Partido, levantei um questionamento que desde aquela época ainda não passou na Mesa do Senado da República. Com ele, eu pretendia ter em mãos as informações que um Senador brasileiro tem o direito de ter, como o contrato de aposentadoria do Sr. Henrique Meirelles no BankBoston. Assim, seriam dissipadas as dúvidas que foram levantadas pela imprensa brasileira de que esse contrato reza que S. S^a só poderia exercer alguma função com a autorização desse Banco.

Se S. S^a precisa de autorização para exercer a Presidência do Banco Central, que tem como uma de suas funções fiscalizar o Sistema Financeiro, creio que ao Senado da República deveria ser permitido – o que até agora não ocorreu – conhecer detalhadamente essa situação. Tomara que assim não seja.

Devo dizer ainda que a atual política econômica não é a que o Presidente Lula prometeu na campanha eleitoral. O Presidente prometeu emprego, crescimento econômico, juros baixos, apoio às empresas nacionais – a quem agora este pedindo para não chorarem –, respeito ao aposentado, aumento da renda do trabalhador. É de se indagar: é a isso que estamos assistindo durante o Governo Lula/José Dirceu? Lula prometeu verbas para a educação e para o social.

Não vou aqui questionar a ética, a forma da demissão do Ministro Cristovam Buarque. No sistema presidencialista, todo ministro é demissível **ad nutum**, e a qualquer momento, pelo Presidente da República. O Senador Cristovam Buarque, ex-Ministro, é um homem digno, honrado e merecia um tratamento ético mais respeitoso, merecia ser comunicado.

Não falarei absolutamente nada contra o novo Ministro. Tenho por S. Ex^a um respeito extraordinário. Fui seu colega na Câmara dos Deputados e sei que é intelectual brilhante. Também sei que é direito do Presidente da República tirar um Ministro, mas a forma causa estranheza até aos que fazem oposição e aos que têm no Senador Cristovam Buarque um respeitável adversário, inclusive, a partir de então, nas tribunas do Senado da República.

Na verdade, o Ministro Cristovam foi demitido porque cobrou verbas para educação, porque mandou os jovens pintarem a cara, porque disse que a universidade tinha que se organizar e cobrar, porque disse que os estudantes tinham que cobrar ensino de qualidade. Todo Ministro que entra diz: “Olha, não vou cobrar mais verbas. Vou, internamente, formular políticas para ver se conseguimos mais verbas”. Mas não pode ser assim. Ou o Brasil investe na educação ou ficaremos décadas atrasados. Ou o Brasil tem uma política para a ciência e para a tecnologia ou continuará atrasado.

Não foi, repito, justa e correta a forma da demissão. Assim como também não está correto o silêncio quanto às reivindicações das áreas sociais. A educação é uma das principais áreas do Governo. Para a saúde, só não houve o retrocesso de R\$4 bilhões porque o Congresso brasileiro se movimentou para impedir um assalto às verbas da saúde.

O Presidente brasileiro vai à Índia – diz que está trocando experiências – oferecer aos indianos aquilo que não tem: a experiência do Fome Zero. Tanto não tem que demitiu o Ministro do Fome Zero. A experiência do Fome Zero é zero! Que experiência é essa a ser transmitida aos indianos? O Fome Zero, repito, é a melhor idéia do Governo, porque precisamos real-

mente de uma atuação na emergência social, mas também é o pior programa.

Torço para que o mineiro Patrus Ananias consiga gerenciar com responsabilidade, de forma a atender essa emergência social no Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não podemos assistir a tudo isso de maneira impassível. As coisas não estão belas, nem cor-de-rosa, como afirmam todos os dias os áulicos e aqueles que têm sido brindados com cargos no Governo. Temos de discutir, temos de contestar, criticar, cobrar explicações, pedir informações. O Senado não pode se furtar aos grandes debates nacionais.

Durante e após a campanha eleitoral, dizia-se que a esperança venceu o medo, mas a postura autoritária e auto-suficiente do Governo está minando as esperanças da maioria dos brasileiros que depositaram seu voto no Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, repito, e não em José Dirceu. Isso pode resultar em grande frustração de toda a Nação, e estamos propondo fazer um debate no Senado da República sobre esses grandes temas.

Pessoalmente, não tenho absolutamente nada contra o parlamentarismo; ao contrário, fui Deputado Constituinte e votei favoravelmente ao sistema parlamentarista. Na reabertura dos trabalhos, apresentarei a emenda parlamentarista a partir de 2010. Considero um desrespeito o fato de que, o Presidente, quando viaja, subtraia todas as obrigações e deveres do Vice-Presidente da República, que hoje é uma figura absolutamente decorativa no Palácio do Planalto – a quem presto as minhas homenagens desejando que a história de José Alencar e aquilo que está na Constituição possam ser respeitados neste País.

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência cumprimenta os estudantes da Escola Brigadeiro Luís de Almeida, de Anápolis, Goiás, que ocupam as galerias. Sejam bem-vindos. É uma alegria ver que a nossa juventude está nas galerias a observar os trabalhos das Sr^{as} e dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Passo a palavra ao nobre Senador Juvêncio da Fonseca.

V. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nossa homenagem aos estudantes de Anápolis aqui presentes.

É digna de aplauso a iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal

que agilizar a discussão da reforma do Judiciário. Nossa homenagem ao Senador Demóstenes Torres, que lá está sempre presente, fazendo com que essa discussão se acelere e se aprimore cada vez mais.

Ontem, a CCJ ouviu o Ministro Edson Vidigal, Vice-Presidente do STJ. As palavras do eminente Ministro foram importantes. Gostaria aqui de comentar algumas delas para, em seguida, enumerar as preocupações que temos com referência à agilidade do processo na Justiça brasileira.

O Ministro Edson Vidigal pediu aos Senadores que agilizem a reforma do Judiciário, votando durante a convocação extraordinária os dispositivos da proposta da Câmara que já obtiveram consenso, para imediata promulgação pela Presidência da República. S. Ex^a disse que transmitia posição unânime dos juizes do STJ em torno dos pontos que poderiam ser votados. Citou a súmula vinculante, o controle externo e a criação da Escola Nacional da Magistratura. E afirmou: “Devemos focar em aspectos consensuais e deixar as questões polêmicas para serem votadas ao longo da sessão legislativa deste ano”. E salientou que o STJ, que começou a operar com quase oito mil processos, possui hoje 216.996 processos em andamento, e aponta como uma das soluções para esse problema o aumento do número de juizes de primeiro grau. “Precisamos de cinco mil vagas na Justiça Federal”.

O Vice-Presidente do STJ apóia a criação de um Conselho Nacional de Justiça para fiscalizar as decisões do Judiciário. A instituição de uma Escola Nacional de Magistratura permitirá, na sua avaliação, que os juizes se atualizem permanentemente. Pediu também melhor definição das atribuições dos tribunais superiores e disse que a medida faria com que as competências dos tribunais superiores fossem reforçadas e solicitou que menos processos sejam levados para seu julgamento.

Na resposta ao ilustre Senador Demóstenes Torres, Vidigal fez uma veemente defesa da súmula vinculante, como meio de reduzir o grande número de processos e, principalmente, de recursos, melhorando, em conseqüência, a qualidade do trabalho dos magistrados. Finalizou: “Sem a súmula, teríamos que parar o STJ por quatro anos e meio somente para resolver as ações sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)”, referindo que há quatro milhões de ações sobre o assunto na 1^a Instância, trinta mil delas já no STJ.

Observem os senhores que são quatro milhões de ações na 1^a Instância, 30 mil já no STJ sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Com a reforma do Judiciário, pensamos nós, Sr. Presidente, e assim também pensa o povo do Brasil, haverá uma agilização do processo na Justiça. No entanto, pela reforma que aí está, afora a súmula vinculante, não vejo que agilidade ela dará ao processo, principalmente ao processo civil.

O Líder do meu partido com assento nesta Casa, Senador Jefferson Péres, lamentou o excesso de possibilidade de recursos existente no processo judicial brasileiro. Essa crítica é fundamental, porque é aí justamente que reside a morosidade do nosso sistema judiciário. Já tocamos neste assunto aqui na semana passada, quando trouxemos uma hipotética situação de um Tribunal de Justiça com todas as suas implicações de tempo para conhecer as ações, para instruir o processo, para deslindar as questões interlocutórias e chegar ao final decidindo as questões no Tribunal de Justiça. Voltamos hoje ao mesmo assunto, Senador Romeu Tuma, e concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Juvêncio da Fonseca, estou prestando atenção ao discurso de V. Ex^a – aliás eu deveria ficar atento e continuar a ouvi-lo, pela eloquência e oportunidade do seu discurso, que é uma complementação do que V. Ex^a já tratou nesta tribuna –, e motivou-me ao aparte aquela ansiedade provocativa de situações como a que estamos vivendo em razão da própria angústia da Justiça, que não consegue oferecer à sociedade aquilo de que ela realmente precisa para estabelecer seus direitos de maneira rápida. Hoje conversei com alguns membros dos Tribunais de Justiça que me comentavam sobre o grande número de instâncias a que V. Ex^a e o Senador Jefferson Peres se referiram. A existência de muitas instâncias, essa escada longa e demorada, que vai se arrastando e afunilando a pirâmide de processos ao longo do tempo, culmina com um número praticamente insuperável de processos em última instância. Entendo que a maioria dos processos de pequena monta poderia ter apenas duas instâncias: a primeira Instância e uma segunda apenas para confirmar ou não a sentença. Faço essa sugestão para a maioria dos processos de pequena monta e não para a Justiça de Pequenas Causas, que também já está sobrecarregada. Cumprimento V. Ex^a, advogado militante e conhecedor dos escaninhos da Justiça, que sabe da premência que temos na discussão e aprovação dessa reforma. Ontem solicitei do Presidente do Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo uma reunião para verificarmos nos Códigos de Processo o que dificulta o andamento dos processos para que não discutamos a reforma dos Códigos,

que pode levar mais de dez anos, mas os pontos que realmente representam obstáculos ao andamento rápido dos processos. Estamos elaborando um projeto já para enxugar um pouco o inquérito policial de algumas nuances que o dificultam e o refazimento de todos os atos do inquérito policial durante a ação penal. Não estamos indiferentes a essa situação. Como V. Ex^a, outros juristas desta Casa permanentemente estão lutando para que se reformule o sistema e se dêem condições para que a Justiça se torne mais célere. Sei que a preocupação de V. Ex^a é muito grande. Com os discursos de ontem sobre as invasões, deveríamos verificar a ação criminosa que matou três fiscais do trabalho. A falta de atenção dos governantes na punição de qualquer excesso e do desrespeito à lei é um estimulante à prática de crimes iguais. Cumprimento o Ministro Berzoini e o Secretário Nilmarírio Miranda, que compareceram ao local do assassinato, dando um exemplo importante aos outros Ministros, que, com as queixas de ontem dos Senadores do Nordeste, não foram ver as mortes causadas pelas enchentes. Senador Juvêncio da Fonseca, meus cumprimentos. V. Ex^a tem que vir todo dia à tribuna fazer discurso em defesa dessas importantes reformas.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Agradeço a V. Ex^a pelo aparte.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Em seguida, darei o aparte a V. Ex^a. Como sei que V. Ex^a conhece bastante o assunto, devo complementar meu pronunciamento para aproveitar a sua inteligência e a sua contribuição.

Essa reforma do Judiciário que aí está traz esperança – o Senado tem ações responsáveis no sentido de apressá-la – mas sinto que ela não nos trará o resultado necessário para a agilização principalmente das ações cíveis deste País. É necessário, antes de tudo, fortalecer o juizado de 1^a Instância, como foi dito, aqui, pelo Senador Demóstenes Torres, da outra vez que usei esta tribuna. É fundamental o fortalecimento das decisões da 1^a Instância, porque é ali que se dá o fato social, é ali que, na verdade, o juiz entra em contato com as partes e, na verdade, as decisões de 1^a Instância são mais fortalecidas perante a comunidade.

É necessário, também, que se faça urgentemente a reforma do Código de Processo Civil no que diz respeito, Senador Demóstenes Torres, aos recursos que estão disponíveis, aos advogados, às partes, recursos esses que delongam as ações, recursos es-

ses em excesso. Há, inclusive, recursos possíveis até mesmo em regimento interno dos tribunais, fora do Código de Processo Civil, o que é um absurdo, no meu entendimento, conforme V. Ex^a me alertou naquela oportunidade.

Ao dar o aparte a V. Ex^a, vou entrar num assunto interessante, uma ação no Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, que já faz quinze anos de pendência sem solução, há setenta e dois recursos interpostos.

Concedo o aparte ao Senador Demóstenes Torres.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Senador Juvêncio da Fonseca, V. Ex^a faz um pronunciamento extremamente lúcido e ataca os problemas que a Justiça brasileira tem. E nós temos que ter a obrigação de fazer realmente uma reforma profunda que resolva efetivamente os problemas da nossa Justiça. Muito me preocupa normas como aquela proposta na PEC 29, que diz que tem quem demanda o direito a um tempo razoável para julgamento, porque é uma norma de caráter programático, é algo filosófico. Por que não se estipula o prazo? O prazo que a pessoa tem direito é estipulado no Código. O princípio da razoabilidade já está inscrito na Constituição Federal. Temos graves problemas: a súmula com efeito vinculante tem que vir, o controle externo tem que vir, os recursos intermináveis têm que ter um fim, como diz V. Ex^a. Como um processo se arrasta por 15 anos? Como um processo tem 72 recursos? É um absurdo. No exemplo do caso citado, ontem, eu acho que a indignação dos Ministros que lá compareceram é uma indignação simulada, porque o Governo tem a oportunidade de tomar providência e não toma. Quantas vezes nós discutimos alterações para valer dentro do Código de Processo Penal e há interferência, lá, na Câmara, para que esses projetos não sigam adiante? Temos um problema gravíssimo. Entendo que o Governo não tem tomado providências na área de segurança pública. Essa súmula de efeito vinculante pode ser aplicada com muito prestígio até num caso como o acontecido ontem. Porque, senão, vejamos o que pode acontecer: como o Supremo é uma Corte Constitucional e já decidiu que a lei dos crimes hediondos é constitucional, o juiz teria que aplicar, obrigatoriamente, a progressão com 2/3 da pena. Do jeito que está hoje, Senador Juvêncio da Fonseca, eles, acredito que por terem matado quatro pessoas, serão condenados à pena máxima; 30 anos para cada crime, ou seja, cada um, 120 anos de prisão. Serão presos, inexoravelmente, mas se pegarem um juiz bondoso, que é o que acontece em regra, primeiro haverá o cumpri-

mento, no máximo, de 30 anos. A progressão, em vez de ser com 2/3 da pena, Senador Edison Lobão, será com 1/6 da pena. Ficarão cinco anos. E mais: a cada três dias que trabalham, têm direito a desconto de um dia de pena. Ficarão no máximo três anos e meio na cadeia. O crime é cultural, mas a punição também é cultural, e é preciso que o Governo encampe uma política de segurança pública e uma política de progressão, uma política penal que efetivamente dê resultados. Quero parabenizar V. Ex^a, porque senão toda espécie de manifestação que houver será apenas manifestação demagógica, porque aqueles que têm o poder têm a obrigação também de dar solução. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Senador Demóstenes Torres, V. Ex^a tem inteira razão. O que se vê hoje é um afrouxamento da legislação penal brasileira.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Com certeza.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Principalmente na questão da execução da pena. Hoje ninguém mais fica preso por praticar crime, é condenado até seis, oito anos de prisão – todos na rua. Basta cumprir 1/6, 1/8 da pena, que não existe mais prisão; vai para a rua, é solto e em seguida pratica o crime novamente.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Senador Juvêncio da Fonseca, ouço dizer, inclusive, que o problema da criminalidade no Brasil é mais contábil do que propriamente uma questão de violência. Porque são tantos os recursos, que alguém está lucrando com isso. Há aí uma gama de pessoas lucrando com o crime, com o processo civil e muito mais. Estou começando a acreditar naqueles que defendem a tese de que o problema da criminalidade brasileira é contábil. Há gente lucrando muito com isso, porque não é possível mais ficar aguardando providências que indefinidamente não vêm. E V. Ex^a tem razão quanto a isso. Há um clima, há uma doutrina de frouxidão do Direito Penal e do Processo Penal no Brasil. Aqueles que são contra são execrados, são praticantes da doutrina do terror penal e coisa semelhante. Enquanto que, efetivamente, não há punição nenhuma. Muito obrigado.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Senador Demóstenes Torres, chega à minha mão uma publicação de um jornal que diz o seguinte:

“Policia militar luta para ser reintegrado à corporação no cargo que teria hoje – que seria de capitão –, vítima do autoritarismo na ditadura militar. E ele foi

demitido com base em um laudo psiquiátrico forjado. Continua lutando.”

E o brasileiro continua lutando.

Mas nesse caso que trouxe a V. Ex^{as}, quinze anos, uma reação rescisória, quinze anos lutando, Srs. Senadores. São embargos infringentes; agravo regimental, reclamação e embargo de declaração, recurso especial, exceção de incompetência, e assim vai. A terminologia é por demais vasta.

Está à disposição dos advogados uma munição muito grande para torpedear o processo, para não se chegar ao fim do processo. Dizem uns que os advogados gostam disso; dizem outros que o próprio juiz – às vezes corrupto – também gosta disso. Agora, precisamos é acabar com isso.

Para que a população sinta, na verdade, a reforma do Judiciário é necessário que faça a reforma do Processo Civil, principalmente no que diz respeito aos recursos que estão à disposição dos advogados e das partes. Sem que haja essa decisão, não haverá diante da população o sentimento de que houve reforma do Judiciário. Isto que estamos sentido. E não é por falta de contribuição que não se fará essa reforma. Mantive contato com o Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça, esse colégio tem contribuições que estão sendo coletadas por cada Tribunal. Praticamente pronta essa contribuição, Sr. Presidente, para colocar à disposição do Congresso Nacional, do Executivo, para que essa questão do Código de Processo Civil seja solucionada de uma vez por todas.

Fica aqui a minha homenagem ao Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça, preocupados que estão com a morosidade das ações e preocupados que estão com a imagem do juiz, com a imagem do magistrado. Porque enquanto os recursos estão tramitando, estão sendo alcançados porque o Código lhe permite, os juízes estão trabalhando frequentemente, estão trabalhando sábado, domingo e às vezes até nas férias, e não conseguem chegar ao final, no deslinde de uma questão, e o desprestígio para o magistrado chega. Esse desprestígio para a magistratura é o desprestígio para o magistrado, é o desprestígio para todos nós porque, na verdade, a população deseja, quando isso ocorre aos Tribunais, a solução do seu conflito, a recomposição do seu direito.

Parabéns à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, parabéns ao Senado Federal, que está preocupadíssimo com a reforma do Judiciário. Parabéns aos Senadores da República, que estão contribuindo de maneira decisiva para que essa reforma

chegue ao final e outra tenha início, a dos recursos que estão à disposição dos advogados no Código de Processo Civil. A Nação não pode continuar a ver milhões de processos parados na Justiça em razão do número de recursos que constam do Código de Processo Civil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Passo a palavra ao nobre Senador Alberto Silva, por cessão do Senador Romeu Tuma.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna hoje, para falar aos companheiros do Senado e ao País, mais particularmente ao meu Estado, sobre a situação calamitosa que vem sofrendo o Brasil, aliás, o mundo inteiro, com as enchentes e nevascas.

No Nordeste, os rios estão transbordando, e as populações, desamparadas, sentem falta, creio, da Sudene. Quando era Governador, quantas vezes aconteceram secas, enchentes, e a Sudene tinha um fundo de reserva para atender em emergências e calamidades.

No momento, instala-se um Governo que, realmente, tem vontade de resolver os problemas sociais. Devemos dizer, com toda clareza, que o Presidente Lula tem mostrado interesse não só pelo Programa Fome Zero, mas por outras medidas de natureza social.

Estudei em uma escola em que nos costumavam dizer que nos devemos prevenir dos problemas. Tirei um curso de engenharia no qual os problemas eram colocados a nossa disposição para sabermos qual deles era o mais importante. O Brasil tem muitos problemas, vemos isso a todo instante: na área econômica, por exemplo, a dívida com exterior, com o FMI, os débitos da Previdência, a falta de recursos no caixa, etc. E quais são os verdadeiros problemas do País a serem encarados de frente e com a rapidez que o povo brasileiro necessita?

Acabamos de ouvir as lições de um brilhante advogado, o Senador Juvêncio da Fonseca, sobre a reforma do Judiciário. Há problemas seriíssimos nessa área, com relação à segurança e às penalidades. Menciono, agora, o problema das enchentes, que não acontece sempre, mas acidentalmente. Se tivermos o cuidado de aprender com os acidentes, poderemos preparar melhor as nossas cidades, não só com relação aos fundos de socorro a vítimas.

Vou citar um exemplo concreto: quando era Prefeito da minha cidade de Parnaíba, nos idos de 1950, aconteciam enchentes permanentemente. O rio Iga-

raçu, estuário do Parnaíba, enchia e invadia a cidade em vários cantos. E era o mesmo drama para conseguir recursos para o deslocamento das populações flageladas, etc. Eu olhei aquilo e disse: em que altura o rio entra nesta cidade? E fizemos um dique, uma avenida. São sete quilômetros de avenida em volta da cidade de Parnaíba, que, na verdade, é um dique. Elevamos a margem do rio em cerca de cinco metros, assim o rio não entra mais lá.

É evidente que, se impeço o rio de entrar na cidade, quando há enchente, devo preocupar-me com a água da chuva daquela bacia imensa. Quarenta milímetros, por exemplo, é muita água, por isso instalamos poderosas bombas. No momento em que começa a chover – aquelas lagoas são verdadeiros pulmões para receberem água –, as bombas retiram a água da chuva, e a população vive tranquilamente, como na Holanda, abaixo do nível da enchente, mas sem preocupação com a inundação em suas casas. Isso está funcionando lá há muito mais de 40 anos.

Vinte anos depois, como Governador do Piauí, encontrei o mesmo problema em Teresina. Sendo maior a cidade, fizemos 12 quilômetros de dique, também uma avenida, iluminada. Estive lá agora e vi o drama. O que está acontecendo não é a invasão do rio, que está contido pelas obras de engenharia que fizemos há quase 30 anos, nas áreas que ofereciam perigo, mas da água das lagoas internas, cujas bombas tiveram sua capacidade reduzida, não são aquelas que deixei quando era Governador.

Visitei esses bairros, tive contato com um dos engenheiros da Prefeitura e chamei-lhe a atenção: ponham as bombas do tamanho necessário ao volume de água que está entrando aqui.

Hoje, vejo que os jornais de Teresina mostram casas alagadas em bairros onde o rio não entrou. As lagoas internas da cidade de Teresina estão transbordando, porque o sistema hidráulico que implantei lá, um sistema de engenharia bastante simples, mas eficiente, não está funcionando a contento.

O mesmo tem ocorrido em cidades do interior. Ninguém obriga as populações que moram à margem dos rios a saírem dali. Elas não têm medo, sabem que a enchente não ocorre todo ano, e o rio é bom, permite a pesca e outras atividades como a lavagem de roupa, etc. Ninguém sai.

Apareceu nos jornais a cidade de Itainópolis, que conheço bem, porque fui Governador do Piauí por duas vezes. Um pequeno dique resolveria o seu problema – e também o da cidade de Picos, enquanto se encontra outra solução, por exemplo, para melhorar a calha do rio.

Mas o que há, sobretudo, no momento, é que o Governo – que tem apenas um ano, vamos dar-lhe um desconto – não está preparado para atuar prontamente, com seus Ministérios, como fazia a Sudene. Então, sugiro ao Presidente Lula que, por meio dos órgãos competentes, coloque recursos à disposição do Governador do Piauí, Wellington Dias, do Prefeito da capital, Firmino Filho – que já se deram as mãos para socorrer os flagelados de Teresina e do Estado –, para que tenham meios de atuar rapidamente em favor daquelas comunidades que estão sofrendo a calamidade das inundações.

Entretanto, as lições devem ser aprendidas. No próximo verão, vamos arrumar a casa, para que não venhamos assistir, com as enchentes, ao drama que está ocorrendo lá. Já que isso acontece também em outros Estados, cada Governador e Prefeito das cidades brasileiras deve dar-se conta da necessidade de tirar lições dos problemas.

Lembro-me, agora, da grande metrópole São Paulo e do rio Tietê. Se não me engano, foi o Governo Maluf que criou os tais piscinões, enormes reservatórios destinados a conter a inundação, quando vem aquela enxurrada que transforma São Paulo em um verdadeiro caos. Mas o que me chamou a atenção foi a Marginal do Tietê. Eu perguntei ao motorista de táxi: em quanto o Tietê avança sobre a margem? Um metro? Ele disse: “Não chega a tanto; é menos, porque os ônibus passam; os carros, não, mas os ônibus passam”. Eu perguntei ao taxista: e se o Governo do Estado fizesse uma bonita avenida aqui, mais alta do que o nível que a enchente atinge? Ninguém saberia que aquilo é um dique, um dique de proteção. Na verdade, eu estaria aumentando a calha do rio. Em vez de dragar o rio, que é caríssimo, eu suspenderia um metro, e faria uma grande avenida. Ninguém perguntaria nada, porque ninguém se lembraria de que a água da chuva teria que sair. E ela não poderia sair, porque o rio estaria acima do nível da água da enchente. Aí entrariam as bombas. Um sistema engenhoso de bombas colocadas em algumas avenidas na marginal do rio Tietê, tenho certeza de que resolveria. Fizemos isso no Piauí; o mesmo sistema existe em Porto Alegre, feito ao mesmo tempo em que fiz o do Piauí.

Deixemos um pouco as inundações e vamos a outros problemas brasileiros. Na minha opinião, o maior e o mais dramático é o desemprego. Os ministros falam, cada um tem um plano de geração de alguns milhares de empregos. Até que chegou o momento em que a mamona entrou no circuito. Há cinco anos, venho me dedicando a um projeto para trans-

formar mamona em combustível. Falam, em todos os lugares, que vão produzir mamona para diminuir a importação de óleo diesel, que vão transformar a mamona em biodiesel. O estudo que fizemos no Estado do Piauí – eu queria deixar bem claro – poderia servir como sugestão ao Governo. Fala-se em assentar uma família em 10 hectares de terra. Fizemos uma experiência no Piauí com apenas um hectare de plantação de mamona e feijão, principalmente feijão Calpi, que é uma das engenhosas criações da Embrapa, um feijão que nutre realmente, tem uma capacidade de germinação muito alta e é resistente à seca. Plantemos feijão Calpi e mamona, usando sementes especiais, adubemos, e vamos ver o que acontece.

Qual é a renda de um hectare com mamona e feijão? Nós testamos isso várias vezes no semi-árido, com 200, 250 e 300 milímetros de chuva. Sabem qual é a renda? Em um hectare, teremos uma tonelada de feijão, no mínimo, consorciado com uma tonelada e meia de mamona. Considerando que a mamona dá 50% de óleo, se a semente for boa, 1.500 quilos por hectare vão fornecer 800 litros de óleo. Ao preço de R\$2,50, vou ter uma renda razoável por ano, sem irrigação. E uma tonelada de feijão, mais R\$1.500,00. Aí já são R\$4.000,00 de renda em um hectare. Mas, se depois da colheita, depois de colher todas as bagas, no fim do período, antes de plantar outra vez, cortar o pé da mamona e secar... Sabem quanto dá em um hectare de mamona plantada dentro da norma, consorciada com o feijão? Dez toneladas por hectare.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, já existe uma tecnologia avançada, e talvez o Brasil nem conheça bem isso. O Brasil não tem adubo orgânico, o Brasil planta em cima do NPK importado. O adubo orgânico poderia reduzir em 70% o uso do NPK; bastariam 30% a 35%, e eu teria plantações de soja gastando muito menos que hoje. A celulose do pé de mamona, como a serragem de madeira, pode ser transformada em adubo orgânico, adotando uma tecnologia com bactérias. Em Minas Gerais, existe uma instalação, e eu conheço quem tem a patente do processo, e, se não me engano, existe outra no Estado de Goiás e outra se instalando no Piauí para transformar madeira em adubo orgânico. Vejam bem, esse adubo vale R\$400,00 a tonelada, e o NPK custa R\$600,00. Mas digamos R\$300,00: dez toneladas valem R\$3.000,00. A renda do meu hectare já anda em R\$6.000,00 por ano. Dividindo-se por 12, resulta R\$500,00 por mês. Qual é o lavrador do interior do Nordeste que ganha R\$500,00 por mês? Se acrescentarmos mais um hectare, com a família toda trabalhando, contando com a volta dos filhos que foram

embora, com dois hectares, terei R\$1.000,00 por mês. Com esse dinheiro dá para fazer muita coisa. Nosso projeto do Piauí vai desde um plano de saúde, para que os coitados não tenham necessidade de ir para a fila do SUS, onde uma operação se marca para daqui a três meses, tempo que eles não chegam a viver.

Seria uma sugestão para o Governo Lula. Temos os seus Líderes, Aloizio Mercadante, bem em frente está o nosso Tião, permita-me que assim o chame, um grande líder que conosco convive, sempre no interesse do nosso País, Líder do Partido que está no Governo, e nós, que agora também estamos lá. Creio que poderemos oferecer algumas sugestões ao Governo. Esta seria uma: vamos cuidar para que a mamona ajude, neste momento, produzindo um óleo nobre que vale R\$2,50; se refinado, R\$4,00. Vamos deixar para transformar em biodiesel quando esse preço cair. O que nos interessa, no momento, é que o lavrador que produz a mamona com a enxada, como costuma fazer na sua roça, tenha uma renda sem depender de baixar o seu custo, porque o óleo diesel na bomba está a R\$1,40. Dessa forma, poderemos ajudar a Petrobras, mas não vamos ajudar o lavrador que vai produzir a mamona. Soja, sim! Está sobrando óleo de soja no Paraná. O preço cai porque o volume é muito grande. Transformar óleo de soja em biodiesel, isso sim; esse podemos jogar diretamente nos motores dos caminhões, dos ônibus, das carretas, porque essa experiência já fizemos.

O biodiesel, para conhecimento de V. Ex^{as} – claro que o mundo inteiro sabe disso há muito mais tempo – nasceu no Brasil quando eu era Presidente da Empresa Brasileira de Transporte Urbano. Foi na Universidade do Ceará, juntando químicos de alta competência, que fizemos biodiesel de qualquer tipo de óleo. Num determinado momento, a coisa era tão importante sob o ponto de vista tecnológico, que eles fizeram querosene para aviação do óleo de babaçu, e a EBTU financiou parte desses inventos que foram patenteados e depois guardados como segurança nacional. Agora estão saindo, e é uma oportunidade nossa de ajudarmos o Governo, trazendo ao conhecimento dele essa experiência que obtivemos.

Creio que nós, aqui do Senado, poderíamos formar uma comissão, digamos assim, para ajudar o Governo, apresentando ao nosso Ministro José Dirceu, ou ao nosso Aldo, que está lá e conosco hoje teve uma excelente reunião de entendimento entre o Executivo e o Legislativo.

Por fim, Srs. Senadores, aproveitando os últimos minutos do meu tempo, vou tratar da energia. O

Brasil precisa se convencer de que é puro engano pensar que por que o País cresce 3% devemos aumentar a nossa oferta de energia elétrica também em 3%. Os Estados Unidos estão aí crescendo a 1%, 2%, 3%, um gigante daqueles, e há 10 anos não constroem uma usina nova. Por quê? Porque adotaram um processo que na engenharia elétrica chamamos conservação de energia, isto é, as geladeiras nos Estados Unidos trabalham com 90% de rendimento; quaisquer instrumentos, motores, transformadores, quaisquer que sejam, que consomem energia elétrica, trabalham com rendimento elevado. Isso é lei, todos obedecem; por isso, é claro, não perdem energia. Não perdendo energia e usando-a bem, naturalmente, isso gera economia, gera progresso e gera menores despesas para o Poder Público e para as empresas.

No momento, a nossa empresa do Piauí – vou citar como exemplo – tem uma perda de 30% ou mais da energia que compra da Chesf e do que transmite, transfere ou distribui.

Coloco-me à disposição dos dirigentes daquela empresa para montarmos uma espécie de matriz energética no Estado do Piauí que sirva de exemplo para o Brasil. Sugiro à Ministra de Minas e Energia, engenheira do setor elétrico, como eu, que conversemos um pouco sobre esse plano que está sendo feito e que, creio, merece algumas considerações de natureza técnica para que se adapte melhor às necessidades do Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eram essas as informações. Estou à disposição, como engenheiro, como Senador pela segunda vez, como Governador do meu Estado por duas vezes, Prefeito, Deputado Federal, Deputado Estadual. Creio que devemos, nesta altura de nossas vidas, como representantes dos nossos Estados, contribuir, darmos-nos as mãos, escolhermos quais são realmente os grandes problemas do Brasil e ajudarmos o Governo a resolvê-los em favor do povo.

Por fim, lembro que temos 32 mil quilômetros de estradas federais destruídas. Fiz um estudo baseado na minha experiência como Governador do Piauí e como dirigente de empresa que tratou de problemas rodoviários e ferroviários. Nesse estudo que apresentei, peço a implantação de uma câmara de gestão, como foi feito com o “apagão” no Governo passado, que resolveu o nosso problema. O Ministério de Minas e Energia sozinho não teria dado conta do problema. Também o nosso Ministério dos Transportes sozinho não resolve o problema de 32 mil quilômetros de estradas destruídas neste País.

Acredito que, com 1,6 bilhão por ano, dando trabalho a 120 empresas de engenharia que estão paradas com suas máquinas – porque nem o Governo nem ninguém tem condições de entrar num programa dessa envergadura a não ser assim –, geraríamos, de saída, um milhão de empregos diretos em cada um dos Estados, porque a nossa proposta é que se comece no mesmo dia em todos os Estados.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Alberto Silva?

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Terminou o meu prazo. Agradeço e peço desculpas por ter-me estendido, Sr. Presidente, mas creio que é o desejo de dar uma contribuição por ter alguma experiência, não só nesse campo, como em toda a vida política que Deus me permitiu ter exercido neste País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Senador Edison Lobão, embora o tempo do Senador Alberto Silva tenha terminado, como há precedentes, a Mesa permite que, se for possível, por um minuto V. Ex^a faça uma observação sobre assunto tão importante.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Alberto Silva, desejo apenas apoiar V. Ex^a no que diz respeito ao estudo elaborado que ofereceu ao conhecimento de seus Pares nesta Casa. Realmente trata-se de um estudo da maior envergadura que encontra soluções práticas para o grave problema das rodovias brasileiras. No instante em que o Governo brasileiro decidir adotar esse programa elaborado por V. Ex^a, que não demanda recursos exagerados – ao contrário, esses recursos encontram-se depositados na conta do Ministério dos Transportes, provenientes da Cide –, em pouco tempo, a malha rodoviária brasileira poderá estar recuperada, movimentando mão-de-obra preciosa, porque mais de um milhão de empregos serão gerados com a execução do plano concebido por V. Ex^a. Cumprimento V. Ex^a por esse trabalho, pela assessoria gratuita e patriótica que oferece ao Governo Federal.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Muito obrigado, Senador. Creio que, se nos dermos as mãos, estaremos contribuindo para a melhoria de vida e para o desenvolvimento do nosso País.

Agradeço a tolerância, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres, pela Liderança do PDT, por cinco minutos.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Presidente Luiz Inácio Lula da

Silva tem viajado muito ao exterior e falado muito também. Votei em Sua Excelência para Presidente da República – não me arrependo porque entendo que, àquela altura, era o melhor candidato –, mas, como seu eleitor e brasileiro, preocupa-me o excesso das falas de Sua Excelência no exterior, que tem falado de improviso e lido discursos previamente escritos. Não tem sido feliz, Sr. Presidente, em nenhuma das maneiras que usa para se expressar no exterior.

Senador Tião Viana, Líder do PT, faça-lhe essa ponderação e não a faça malevolamente, não.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, um Presidente da República não deve falar de improviso no exterior. Todos nós, ao improvisarmos, Senador Siqueira Campos, estamos sujeitos a resvalar, a dizer inconveniências, a construir frases de que nos arrependemos depois. Se assim agir um Presidente da República em fórum estrangeiro, haverá conseqüências, podendo ferir ou reduzir a imagem de Sua Excelência.

Anteontem, ouvimos o Presidente dar um pito nos empresários brasileiros na Índia. Os 30 empresários brasileiros presentes, diante de 150 empresários indianos, ouviram o Presidente chamá-los de “chorões” e dizer que eles deveriam ser mais ousados. Em primeiro lugar, o termo foi impróprio; em segundo, o local foi inadequado; e, em terceiro, é preciso saber se o Governo está fazendo a parte dele ou, mesmo que faça, se os empresários brasileiros têm razões para não serem mais agressivos no mercado internacional. Existem, afinal de contas, os juros altos, existe uma carga tributária elevadíssima, existe o custo Brasil, existem as estradas – todos os dias vemos, na televisão, estradas em péssimo estado de conservação. É difícil os empresários brasileiros exportarem em condições de competitividade com os nossos concorrentes.

Com relação aos textos escritos, eu gostaria de saber quem é o **ghost writer** do Presidente. Todos os Presidentes têm **ghost writer**, quem lhes escreve os discursos. Isso não é demérito, não. Suas Excelências não têm nem tempo para isso. O **ghost writer** de Getúlio Vargas chamava-se Lourival Fontes e era um homem de elevado nível; o de Juscelino Kubitschek era o escritor Augusto Frederico Schmidt. Os textos de Juscelino eram primorosos.

Os textos lidos pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no exterior são deploráveis. Não me estou referindo apenas à forma, não, mas ao conteúdo, Senador Paulo Paim. É incrível como o Presidente diz platitudes, obviedades, lugares comuns, e ninguém lhe esclareceu que, nesses casos, se diz “como todos sa-

bem”, “como é notório”, “sei que não estou dizendo novidades”. Mas Sua Excelência, ao contrário, fecha o rosto numa expressão de sapiência, encara a plateia com ar de superioridade e joga aquela obviedade que o deixa numa posição muito constrangedora. É incrível como a imprensa brasileira deixou de ser crítica, quando tinha a obrigação de criticar os discursos do Presidente. Já que os que o cercam não têm coragem de dizer isso a Sua Excelência, é preciso que alguém lhe diga: “Presidente, o rei está nu. Os seus discursos são de má qualidade. Deixam-no em situação ruim no cenário internacional”. É a própria imagem do País que está comprometida! Eu poderia dar inúmeros exemplos, mas vou dar apenas um. Anteontem, na Índia, o Presidente da República disse: “A minha experiência de 20 anos como líder sindical mostrou-me que um negociador submisso não é bom na mesa de negociação”.

O Presidente precisou de 20 anos de experiência sindical para saber isso? Qualquer criança sabe que o negociador submisso não é negociador, já perdeu a negociação. E o Presidente da República, Senador Demóstenes Torres, disse isso solenemente, como se estivesse dizendo algo extremamente original, que ninguém ali sabia. Essas frases não são fatos isolados; elas se repetem em todos os discursos do Presidente.

Senador Tião Viana, não o estou conclamando a me responder, mas V. Ex^a é o Líder do Partido do Presidente e eu lhe pergunto: é o Itamaraty que está escrevendo os discursos do Presidente? Então, nos últimos anos, o Itamaraty perdeu qualidade. Se esse **ghost-writer** for alguém do **staff** presidencial, ele precisa urgentemente ser substituído. Todos os discursos do Presidente são muito ruins, e não é por culpa dele, mas por culpa de uma assessoria que precisa ter a coragem e a sinceridade de lhe dizer que os discursos são ruins. Depois, ela deve procurar um **ghost-writer** competente, com bom nível de qualificação, para fazer discursos que são ouvidos em todo o mundo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Prorrogamos a Hora do Expediente por 15 minutos para ouvir, nas comunicações inadiáveis, em primeiro lugar, a Senadora Lúcia Vânia. Em seguida, o Senador Reginaldo Duarte e, posteriormente, o Senador Rodolpho Tourinho.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, cumprimento o Senador Jefferson Péres por seu pronunciamento sensato, prudente e altamente impor-

tante para o sucesso de qualquer homem público. Apesar de uma fala curta, o Senador pôde expressar, com muita propriedade, o que todos os brasileiros estão sentindo neste momento com as viagens do Presidente.

Mas, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que me traz a esta tribuna é a necessidade de repetir alguns fatos que coloquei ontem e que hoje são insistentemente enfocados pela mídia nacional.

Ontem eu falava da nossa alegria em receber os brasileiros que foram para os Estados Unidos em busca de uma vida melhor. Lá, eles foram maltratados e humilhados. E voltaram por iniciativa desta Casa, é bom frisar, por iniciativa pioneira, que teve a presença de dois Senadores, os Srs. Hélio Costa e Marcelo Crivella, que relataram, hoje, na Comissão de Relações Exteriores, os horrores sofridos por aqueles brasileiros.

Eu dizia que, no momento da alegria do regresso dos brasileiros e do abraço às famílias, tínhamos uma grande preocupação: eles retornavam para um lugar em que a questão do desemprego permanece a mesma.

Hoje, a **Folha de SPaulo** estampa dados publicados pelo Dieese que apontam o maior índice de desemprego no Estado de São Paulo. E, para nossa surpresa, em **O Estado de S. Paulo** – e deveria chamar a atenção do povo brasileiro –, está o Secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, comemorando o superávit de 39,84 e dizendo que essa receita não é resultado do aumento de impostos, mas principalmente da austeridade do Governo.

A austeridade significou R\$14 bilhões que emperraram os programas sociais e tiraram a eficiência daqueles que reconhecidamente traziam benefícios para a população mais carente do nosso País, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, entre outros.

É preciso que o Governo saiba que a interrupção do fluxo de recursos para os programas sociais é altamente prejudicial para a eficiência e o bom resultado desses projetos, uma vez que a ausência dos recursos desestimula os prefeitos, faz com que as famílias não acreditem mais nas bolsas e as crianças voltem para as ruas. E o retorno dessas crianças para a sala de aula exige o investimento do dobro dos recursos já investidos.

Portanto, é com muita estranheza que recebemos a notícia do alegre e risonho Secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, que comemora esse excedente de R\$1,6 bilhão. Tudo isso seria muito in-

teressante se esquecêssemos o ano de 2003 e esse dinheiro viesse fazer face ao clamor expressado durante esta semana nesta Casa. Vários Srs. Senadores vieram a esta tribuna mostrar a calamidade em que se encontram os Estados do Nordeste, do Sul e do Sudeste. São pontes quebradas, asfaltos danificados, açudes rompidos, enfim, uma série de problemas na infra-estrutura, sem falar na perda sem tamanho de vidas devido às enchentes.

Seria muito bom se o Governo entendesse que esse dinheiro poderia ser liberado para atenuar um pouco o sofrimento dos nossos irmãos nordestinos.

O que mais me aflige, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que falamos tanto sobre as enchentes, usamos todos os nossos instrumentos regimentais para sensibilizar o Governo e nada conseguimos. Não suporto mais a idéia de convocar ministros, pois eles vêm aqui, fazem uma bela exposição e ficamos com o problema nas mãos. Não adianta pedir informações porque os dados que nos chegam não coincidem com os que recebemos em nossos Estados.

Portanto, sinto-me desalentada. Uma Casa como esta, que representa os Estados, deveria, no mínimo, ter a atenção do Governo que aí está. Mereceríamos pelo menos uma resposta para os discursos que fazemos da tribuna.

Hoje, o Governo foi surpreendido com a concordata da Parmalat. O meu Estado, Goiás, é o segundo maior produtor de leite deste País. Ontem, os produtores fizeram uma reunião na cidade de Santa Helena, onde existe uma das filiais da Parmalat, e, desesperados pela falta de informação, chegaram até Brasília. E o que pudemos responder-lhes foi que formamos uma comissão, que estamos buscando sensibilizar o Governo e os seus Ministérios. E é bom que se diga que, na questão da Parmalat, não é apenas o Ministério da Agricultura que tem de tomar uma atitude urgente. É necessária a participação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que o Ministério das Relações Exteriores esteja envolvido de fato e não apenas com discurso, porque a situação no meu Estado é insustentável.

Perderemos todo o esforço que foi feito ao longo dos anos para que Goiás se tornasse um grande produtor de leite e, assim, contribuísse para o nosso País.

Portanto, venho mais uma vez dizer da minha insatisfação, da minha tristeza, Senador Agripino, Líder do PFL, por não receber por parte do Governo nenhum sinal em relação às enchentes, em relação à Parmalat, em relação à greve do INSS, que já dura cinquenta e sete dias. Hoje, no INSS do meu Estado,

95% dos pleitos de aposentadoria não foram atendidos em função dessa greve.

Portanto, é preciso que os Líderes desta Casa, principalmente os de Oposição, cobrem que esta Casa seja respeitada em seus pleitos, em seus discursos, porque, se não somos respeitados na aquisição de emendas que legitimamente fazemos ao Orçamento, teremos que ser respeitados em nosso papel de Parlamentares nesta Casa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Passamos a palavra, de imediato, ao nobre Senador Reginaldo Duarte.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos, Senador.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na segunda metade do ano passado, vários Municípios do Estado do Ceará decretaram estado de calamidade pública, decorrente da grande seca que assolava aquela região.

Naquela época, mais de 40 Municípios foram reconhecidos pelo Ministério da Integração Nacional como em situação de emergência. Mas, apesar disso, nada foi feito, não chegou socorro àquela população desamparada. Até mesmo os carros-pipas, que normalmente eram bancados pelo Governo Federal, lá não chegaram. Não fora a ação imediata de alguns ou de todos os prefeitos e a ajuda pálida dos Governos estaduais, não sei explicar o que seria da população cearense e do povo nordestino.

Hoje, a situação é inversa. Vemos todos os municípios nordestinos em estado de calamidade. As chuvas que caem no território nordestino têm causado imensos prejuízos à população, ao Estado e aos Municípios, desabrigando milhares de famílias, que estão hoje ocupando, precariamente, todos os prédios públicos do Nordeste do País. Escolas já não podem funcionar, porque estão servindo de albergue para as populações desamparadas. Vemos, também, muitas cidades ilhadas, sem comunicação, sem energia elétrica e sem telefone. Vemos, também, que as estradas vicinais estão completamente acabadas. Não há acesso aos Municípios, porque, além das estradas, também as pontes estão danificadas. Nunca se viu, desde 1974 até os dias de hoje, um inverno tão rigoroso como esse.

Por isso, desta tribuna do Senado, peço a interferência imediata do Poder Federal, para que ajude, de maneira rápida, as populações nordestinas. Particularmente, peço ao Ministro da Integração Nacional,

Ciro Gomes, nosso irmão nordestino, meu conterrâneo do Ceará, que durante seu tempo como Governador conviveu com vários períodos de seca e soube administrá-los, que, neste momento em que o Nordeste está precisando de apoio, administre também as enchentes da nossa região.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Passamos a palavra, de imediato, ao nobre Senador Rodolpho Tourinho, para uma comunicação inadiável.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos, Senador.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inicialmente agradeço a V. Ex^a pela gentileza, pois eu seria o primeiro suplente inscrito para falar, no entanto V. Ex^a me cedeu o lugar.

Venho à tribuna hoje para falar um pouco da minha terra, a Bahia. Falarei também do grande trabalho que vem sendo executado pelo Governo do Estado, em primeiro lugar, no âmbito da reforma agrária, tema tão importante e caro a todos nós, que deve ser tratado dessa forma para que tenhamos, daqui para a frente, menor tensão social no campo e maior aproveitamento em programas na área do agronegócio.

A Bahia foi a unidade da Federação que obteve o maior número de decretos de desapropriação de terra no País. Dos 196 decretos assinados pelo Presidente Lula, no ano passado, 84 diziam respeito à Bahia, pouco menos da metade. Para se ter uma noção do que isso representa, o segundo lugar dentre os Estados teve 17 decretos assinados.

Tenho certeza de que o empenho do Governador Paulo Souto foi tanto nessa área que mereceu do Presidente do Incra, órgão do Governo Federal, o reconhecimento de que “a vontade política e a determinação de desenvolver o meio rural têm feito da Bahia uma referência nacional no programa de reforma agrária”.

Esse é um ponto importante na política de nosso Estado e do nosso Partido, o PFL, qual seja, tratar esse assunto de forma séria e também eficiente.

Importa ressaltar ainda que o Governo baiano tem atuado não apenas na questão da desapropriação mas também na regularização fundiária, por meio de um programa estadual, o Programa Minha Roça, uma iniciativa desenvolvida em parceria com a Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA) e a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, e o Incra.

Além do Projeto de Regularização Fundiária, o Programa Minha Roça possui mais duas áreas de atuação extremamente importantes: o Projeto de Assentamento das Famílias Acampadas e o Projeto de Consolidação dos Assentamentos Existentes. Desde a implantação do programa, no segundo semestre de 2002, já foram realizadas mais de 50 mil medições com a concessão de cerca de 36 mil títulos de terra.

É importante que os títulos tenham sido concedidos a essas pessoas, o que hoje é entendido como algo fundamental para simplificar o processo de obtenção de crédito.

Entre tantos avanços na área rural, é com grande satisfação que registro também a atuação positiva do Governo da Bahia em outro setor vital para o desenvolvimento social, que é a geração de empregos, a exemplo da assinatura de um protocolo de intenções, nesta semana, entre o Governador Paulo Souto e a empresa Vivo de telefonia móvel, que poderá resultar na criação de até cinco mil novos postos de trabalho em Salvador, entre empregos diretos e indiretos. O acordo firmado representa uma ampliação das operações de **call center** da Vivo no Estado.

Convém lembrar, ainda, a conclusão, há pouco mais de dois meses, das negociações, das quais tive a oportunidade de participar, entre as autoridades do Governo estadual e a diretoria do Banco do Brasil, que resultarão na instalação do Centro de Atendimento por telefone da instituição em Salvador. O empreendimento deve gerar cerca de oito mil empregos, diretos e indiretos, na capital baiana.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, novamente é fundamental reconhecer a atuação do Governador baiano e da Prefeitura de Salvador para viabilização desse empreendimento. O empenho realizado pelas autoridades do meu Estado teve grande peso na opção do Banco do Brasil e da Vivo em se instalar na Bahia.

São ações como essas que mencionei que possibilitaram ao Estado da Bahia obter um crescimento econômico, no ano que passou, de cerca de 4%, percentual bastante superior ao de 0,2% do País.

Não é à toa, portanto, a ótima classificação do Governador Paulo Souto em um **ranking** de governadores divulgado pelo instituto Datafolha, em 22/12/03. Segundo a pesquisa, 82% do povo baiano avalia positivamente o Governo do Estado.

Concluo, felicitando o Governador Paulo Souto, a quem tive o prazer e a honra de substituir aqui no Senado, como seu suplente, pelo trabalho que vem

realizando à frente do Estado, dando continuidade a um ciclo de administrações bem-sucedidas, iniciado em 1991, pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, continuado pelo próprio Senador e hoje Governador Paulo Souto e depois pelo Senador César Borges, e que vem resultando em grandes realizações, no meu entendimento, em prol do povo baiano.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Antes de passarmos à Ordem do Dia, concedo a palavra, como Líder, por cinco minutos, ao Senador José Agripino Maia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero dar uma palavra rápida sobre um assunto que está me preocupando muito, como potiguar, como nordestino.

Sr. Presidente, fui Governador por duas vezes, a primeira vez no período de 1982 a 1986. Em 1983, vivi a aflição da maior seca dos últimos 30 anos no meu Estado. Em 1985, vivi a aflição, ainda pior, da maior cheia que o meu Estado já sofreu nos últimos 30 anos. A seca, Sr. Presidente, é uma tragédia que chega bem devagar, anunciada, a tempo de o governante tomar providências para acudir a precisão da população flagelada. A cheia chega sem avisar, como está ocorrendo agora no Nordeste. Ela chega da noite para o dia, sem avisar, e provoca aflições potencializadas, porque deixa pessoas, as mais pobres, desabrigadas, sem alimentos e doentes, abertas a doenças, infecções e epidemias.

Presto este testemunho e faço um alerta ao Governo Federal, baseado no que ocorreu ontem. E olha que não estou fazendo nenhuma reclamação em nome do personagem que vou citar. A Governadora do meu Estado, Professora Wilma Maria de Faria, veio a Brasília para tratar de assuntos ligados às enchentes do Rio Grande do Norte, e foi a audiências em vários Ministérios. Ela disse-me, à noite, por telefone, que não havia conseguido falar pessoalmente com o Ministro Ciro Gomes. Havia conversado com o Secretário-Executivo do Ministério.

Estranhei o fato, porque conheço o Ministro Ciro Gomes – S. Ex^a foi Governador do Ceará quando fui Governador do Rio Grande do Norte, no meu segundo período –, é um homem ágil, de muito bom espírito público, conhece muito bem as aflições do Nordeste e sabe o que é uma seca e o que é uma enchente. Sabe muito bem, mas S. Ex^a não recebeu, não sei por que razão, a Governadora do meu Estado.

Estou estranhando, Sr. Presidente, o comportamento do Governo Federal no que diz respeito às enchentes que ocorrem neste momento no Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe e Alagoas. Parece que o Governo Federal não existe, diferentemente dos casos de cheias no passado, quando, à primeira manifestação de desabrigo, chegavam as barracas do Exército, chegavam os Ministros – Ministros A, B, C –, com uma presença solidária. Podia até não haver muito dinheiro, mas a solidariedade chegava.

Neste Governo, não chega nem dinheiro, nem solidariedade, nem audiência. Nem dinheiro, nem solidariedade, nem audiência! O que está havendo? É o Governo do PT, de um Presidente da República saído das classes operárias, egresso dos mais humildes, eleito por 61% dos brasileiros, de quem tenho o direito de esperar tudo num momento como este, principalmente. E quanto ao que está faltando no meu Estado? A Governadora não foi recebida. Não quero culpar aqui o Ministro Ciro Gomes, mas há algo de novo no ar que não são apenas aviões de carreira. Será que não existe dinheiro? Não há previsão? Será que o Governo está perdido porque não dispõe de um mínimo de recursos para chegar aos Estados e aos Municípios? Será que os Governadores vão, mais uma vez, ficar entregues à sua própria sorte? Será que os prefeitos municipais não vão ter para quem apelar?

Conversei com o Prefeito de São José de Campestre, por telefone, anteontem, e ele me contou a situação do seu Município. Laércio, o Prefeito, me dizia que tinha recebido no dia seguinte à enchente no seu Município – e um rio passa por dentro do Município – a visita da Governadora, que aguardava providências federais, de que até hoje não tem notícia. Falei ontem com a Prefeita de Mossoró, Dr^a Rosalba, que estava para vir a Brasília a fim de manter entendimento com o Presidente da ANP (Agência Nacional de Petróleo) sobre assunto da maior importância para o Município de Mossoró, que é produtor de petróleo, mas cancelou a vinda porque não pôde se afastar de cidade por conta das conseqüências das chuvas e das enchentes. Então, os administradores locais estão aflitos e angustiados, e o Governo Federal nada faz. Parece que nada está acontecendo.

Será que é falta de dinheiro? Será que é incúria? Será que é desprezo com o Nordeste? Eu não sei, mas tenho o direito de protestar e de cobrar providências urgentes.

O Ministro Ciro Gomes precisa se manifestar com urgência, e o Governo Federal tem a obrigação

de atender ao Ministro da Integração Nacional naquilo que é a sua responsabilidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 33, DE 2004

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, seja inserido em ata voto de pesar pelo assassinato de Nelson José da Silva, de Heratostenes de Almeida Gonçalves, de João Batista Soares Lages e de Ailton Pereira Oliveira e, nos termos do art. 221, inciso I, a apresentação de condolências à seus familiares.

Justificação

É com profundo pesar que trago ao conhecimento desta Casa a notícia de que três Auditores Fiscais do Trabalho e um Motorista foram vítimas de emboscada e assassinados em diligência no meio rural do Município de Unaí – MG, próximo aqui de Brasília, em pleno exercício de suas atividades profissionais.

As vítimas foram: Nelson José da Silva, Heratostenes de Almeida Gonçalves, João Batista Soares Lages e Ailton Pereira de Oliveira (Motorista).

Tomamos conhecimentos do fato através do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT), cujos diretores encontravam-se, na manhã de hoje, em audiência com os deputados Luis Eduardo Greenhalgh e Maurício Rands para tratar da PEC Paralela.

Diante da gravidade do fato, cabe-nos solicitar que o Ministério da Justiça, através da Polícia Federal, tome todas as providências que se fizerem necessárias para que este crime não fique impune e que seja rigorosamente investigado, viabilizando aos Auditores Fiscais tenham as condições necessárias para o cumprimento de suas funções.

Aproveito o momento para me solidarizar com as viúvas e dependentes desses servidores barbaramente assassinados, que ironicamente deixarão de ter a proteção integral da previdência social.

Sala das Sessões, 29 de janeiro de 2004. – Senador **Paulo Paim**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado, em uma demonstração de solidariedade desta Casa para com os Fiscais do Trabalho covardemente as-

sassinados, fato que constrangeu todo o País e que gerou um movimento nacional para aferir a responsabilidade dos assassinos e prestar solidariedade a toda a família.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Passa-se à

ORDEM DO DIA.

Não havendo acordo de lideranças quanto à deliberação do **item 1** da pauta, os demais itens ficam sobrestados e a Ordem do Dia fica encerrada.

São os seguintes os itens sobrestados:

Item 1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 136, DE 2003

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 136, de 2003, que acrescenta artigo à Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, que transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade em Autarquia e dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica.

Relator revisor: Senador Fernando Bezerra

Item 2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 137, DE 2003

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 137, de 2003, que autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Álvaro Dias

Item 3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 138, DE 2003

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 138, de 2003, que altera e acresce dispositivo à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social.

Relator revisor: Senador Cristovam Buarque

Item 4

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 57, DE 2003

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 24, de 2004 – art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 57, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que autoriza a cessação, para cobrança, da dívida ativa dos Mu-

nicípios a instituições financeiras e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.930 e 1931, de 2003, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta;

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Jonas Pinheiro, favorável, com as Emendas nºs 3 e 4-CAE, que apresenta.

Item 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2004

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 25, de 2004 – art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2004 (nº 7.493/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral, que cria e transforma cargos e funções nos Quadros de pessoal dos Tribunais Regionais Eleitorais, destinados às Zonas Eleitorais.

Item 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 859, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 859, de 2003 (nº 732/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre o Benefício da Justiça Gratuita e Assistência Jurídica Gratuita, entre os Estados Partes do Mercosul, celebrado em Florianópolis, em 15 de dezembro de 2000.

Parecer favorável, sob nº 11, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Item 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 891, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 891, de 2003 (nº 1.695/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Nova Zelândia sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Con-

sular, Administrativo, Militar e Técnico, celebrado em Wellington, em 3 de outubro de 2001.

Parecer favorável, sob nº 12, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Pedro Simon.

Item 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 892, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 892, de 2003 (nº 612/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Acre, nas proximidades das Cidades de Brasília e Cobija, assinado em Brasília, em 28 de abril de 2003.

Parecer favorável, sob nº 13, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Sibá Machado.

Item 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 893, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 893, de 2003 (nº 817/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Décimo Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 36, firmado entre os Governos dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul e o Governo da República da Bolívia, concluído em Montevideu, em 19 de junho de 2001.

Parecer favorável, sob nº 14, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Jefferson Péres.

Item 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 895, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 895, de 2003 (nº 959/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Financeira relativo aos projetos “Projetos Demonstrativos Grupo A – PD/A – Subprograma Mata Atlântica” (PN 2001.6657.9) e

“Amazonian Regional Protected Areas – Arpa” (PN 2002.6551.2), concluído entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, celebrado em Brasília, em 10 de junho de 2003.

Parecer favorável, sob nº 15, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Rodolpho Tourinho.

Item 11

MENSAGEM Nº 18, DE 2004

Votação, em turno único, da Mensagem nº 18, de 2004 (nº 20/2004, na origem), de 20 do corrente, pela qual o Presidente da República solicita a retirada do Projeto de Decreto Legislativo nº 79, de 1995 (nº 111/95, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo relativo ao Código Aduaneiro do Mercosul, concluído em Ouro Preto, assinado pelo Brasil em 17 de dezembro de 1994.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Demóstenes Torres, como Líder, por vinte minutos, para uma comunicação de interesse partidário pela Liderança do PFL, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “b”, do Regimento Interno.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

Quem haverá que tal pense,
Que uma Câmara tão nobre
Por ver-se mísera, e pobre
Não pode, não quer, não vence
(Gregório de Mattos Guerra)

Nos anos que antecederam a Inconfidência Mineira, Tomás Antônio Gonzaga fez circular por Vila Rica, hoje Ouro Preto, um poema satírico em versos decassílabos chamado **Cartas Chilenas**. Na obra, Critilo, pseudônimo do autor, escreve a Doroteu, Cláudio Manoel da Costa, dando conta dos desmandos de um certo Fanfarrão Minésio à frente do governo do Chile. Minésio, na verdade, era Dom Luís da Cunha Meneses, governador da Capitania de Minas Gerais entre 1783 e 1788, inimigo visceral do autor.

Um déspota total que se posicionava acima até das Ordenações do Reino. Um homem de personalidade dissoluta, falso como a devoção inconfidente de

Joaquim Silvério dos Reis, ávido por um naco a mais de poder e todo metal nobre e pedraria que pudesse amearhar à custa da imposição da vassalagem e da rapina. As proezas de Minésio, o General do Chile, foram divididas em 13 Cartas, uma Epístola a Critilo, provavelmente escrita por Cláudio Manoel da Costa e interessante prólogo.

Na peça inicial, um suposto tradutor das Cartas do castelhano para o português justifica a publicidade do trabalho como forma de emendar os que “seguem as vergonhosas pisadas” do insolente governante. Ao final do prólogo, recomenda: “Lê, diverte-se e não queira fazer juízos temerários sobre a pessoa de Fanfarrão. Há muitos fanfarrões no mundo, e talvez que tu sejas um deles”.

Sr. Presidente, li pela primeira vez as **Cartas Chilenas** quando ainda era estudante de segundo grau, época do Governo Geisel. O ex-Presidente foi considerado ditador sanguinário, cuja passagem pela História do Brasil hoje é redimida da infâmia. Ainda que discorde do seu pensamento regressivo, devo reconhecer que o Presidente Ernesto Geisel sempre teve na ordem do dia a prática da decência, mas infelizmente muito pouco do seu exemplo ficou. Desde o fim do seu mandato, personagens oriundos do domínio da fanfarronice povoaram a vida brasileira, deixaram um custo residual de frustração enorme, mas parece que a produção do tipo é inesgotável e processa-se em escala manufaturada. Nunca a bobagem foi acolhida com tanto entusiasmo neste País.

Em louvor à estultice e ao catiretismo, o Brasil elegeu um Presidente falastrão, cuja última farfalhada criou mais um enorme mal-estar no setor produtivo ao dizer que o empresariado deveria “vender mais e chorar menos”. Ontem, ainda na Índia, onde fez amigos, conquistou as pessoas e se embasbacou diante do Taj Mahal, o Presidente Lula tentou consertar a bizarrie com mais uma escusa do tipo “não era isso que eu queria dizer”. Mas, felizmente, ainda vigora neste País a liberdade de expressão, e a resposta veio do sempre lúcido e centrado presidente do Grupo Votorantim, Antônio Ermírio de Moraes, para quem “não é preciso viajar tanto para exportar”. Moraes referiu-se, naturalmente, à desenfreada Lulatur e seu firme propósito de dar 20 voltas ao mundo em um mandato. Em tom mais contundente, o presidente da Associação Brasileira de Fabricantes de Brinquedos (Abrinq), Synésio Batista da Costa, declarou: “Não vejo o empresariado brasileiro chorando e pedindo favores ao Estado. O que pedimos é que o Estado custe menos”.

Seria um incomensurável equívoco, e até injustamente interpretado como preconceito, buscar no

perfil físico do General do Chile, no Chefe, a imagem do Minésio da atualidade. Afinal, Fanfarrão tinha “semblante pesado, feições compridas, olhadura feia e cor baça”. Mas ele está por aí no comportamento geral da petelândia à cata dos poder ungido e da mexicanização da democracia brasileira.

O Partido dos Trabalhadores, em 2003, conseguiu a proeza de bater o recorde de desemprego, baixar a renda média do trabalhador em 6,4% e imprimir espetáculo de crescimento de 0,3%. Observem, Sr^{as} e Srs. Senadores, que a meta inicial era de um incremento do PIB de 3,5%. Em relação a 2002, por exemplo, houve uma queda real do PIB de 1,3%, de acordo com o IPCA, e de 11,9%, de acordo com o IGP-DI. O Brasil, em 1998, detinha uma parcela de 3,3% das 15 maiores economias do mundo. Em 2003, infelizmente, caiu para 1,7%. E olha que não houve desastrosa recessão, porque o agronegócio gerou um incremento de 6% e pagou a conta de uma política macroeconômica que asfixiou o setor produtivo e em nome da qual foi realizada uma reforma tributária com o simples indicativo de aumentar a receita fiscal do Governo.

Sr^{as} e Srs. Senadores, não nos deixemos contaminar pelo otimismo fantasioso do Governo Lula. Neste ano, o Partido dos Trabalhadores continua sem projeto de governo para o País, mas já tem pronta a fórmula para iniciar a longa jornada de poder adentro, com a redução da base oposicionista em menos de um quinto da Câmara dos Deputados. Ou seja, vem mais cooptação de Parlamentares por aí e, com certeza, pelo preço de aquisição de cada um durante a realização das reformas, mais uma vez vai faltar leite na merenda escolar.

Mas, afinal, quem será o genuíno Fanfarrão Minésio do Governo do Excelentíssimo Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva? Os mais apressados certamente elegeriam o próprio Presidente, a partir de ilação pouco fundamentada entre o comportamento labregão do Primeiro-Mandatário e o vocábulo fanfarrão. O Presidente Lula, apesar de ser o mestre-sala da patuscada, não seria a reencarnação de Dom Luís da Cunha Meneses, pois é apenas acometido de euforias autoritárias, quando o governante que inspirou Tomás Antônio Gonzaga era ímpio nas atitudes e sórdido nos interesses. Já o Presidente, talvez motivado por suposta rudeza e torpor, no máximo distribuiu quimeras mundo afora com a séria intenção de promover a “grã-desordem” em nome de um anti-americanismo pueril.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quem será, então, o grande Fanfarrão? Ele tem o nome de

outro personagem de Tomás Antônio Gonzaga, acredita que pode mover montanhas, pacificar os mares, impor humilhações bovinas, chefiar os chefes, desacreditar o adverso, naturalizar o espúrio, ilimitar os domínios do poder e mandar como nunca se imaginou igual mandonismo. Para ele, dissuadir é um exercício de coerção e aí daquele que contrariar os seus caprichos brejeiros. Apesar de possuir poder derivado, governa este País de fato a partir de distúrbios absolutistas. Aqui, em Brasília, o seu gabinete é uma espécie de Cidade-Estado, de onde a estranha figura espartano-caipira é espécie de primeiro-ministro **ad hoc**. Ainda que o tempo não tenha sido suficiente para subsumir o Brasil aos seus desígnios, recomendo a Carta nº 10 de Gonzaga, sob o título “Em que se contam as desordens maiores que Fanfarrão fez em seu governo” para que as Sr^{as} e os Srs. Senadores possam entender a natureza desse príncipe. Estou naturalmente me referindo ao Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu, cuja arrogância está incomodando o próprio Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em reportagem publicada hoje no jornal **Folha de S. Paulo**, assim que o Presidente de direito retornar da Índia vai “enquadrar” o Doutor Dirceu, cuja curatela sobre a Esplanada dos Ministérios chegou ao insuportável. Apesar de nunca ter compartilhado da ideologia do Partido Comunista do Brasil, reconheço na pessoa do Deputado Aldo Rebelo um homem de personalidade marcante e muita qualidade política. Tanto que foi nomeado Ministro da Coordenação Política e Assuntos Institucionais. Certamente Rebelo poderia ter sido poupado do vexame de ser empossado pelo Ministro Dirceu, que prometeu retaguarda serena e segura, mas na verdade já praticou a primeira invasão da competência do Ministro ao interferir na proposta do Presidente José Sarney de ampliar os benefícios da Zona Franca de Manaus para toda a Região Norte. Com muita propriedade, o colunista da **Folha**, Carlos Heitor Cony, escreveu: “Zé Dirceu está sendo vítima de uma choradeira geral”. Cony, com fina ironia, considera normal que o Ministro em Chefe da Casa Civil tenha poder absoluto diante de um “Presidente que não está preparado para o ofício de governar”.

Sr. Presidente, na segunda Carta, sob o título “Em que se mostra a piedade, que Fanfarrão fingiu no princípio do seu governo para chamar a si todos os negócios”, Tomás Antônio Gonzaga narra a falsa clemência de um personagem que, depois, se revelou o grande carrasco de Vila Rica. A atuação dissimulada do ex-governante da Capitania de Minas Gerais tem paralelo no desempenho do Governo Lula. Na execução orçamentária de 2003, o Presidente pediu com-

preensão à Nação para o contingenciamento de 90% dos recursos destinados aos investimentos. Faltou dinheiro para adquirir ração para a tropa, manutenção de rodovias e até para a educação fundamental. No entanto, o Doutor Dirceu tem a desfaçatez de justificar, por via de medida provisória, a criação de 2.797 cargos a um custo de R\$58 milhões ao ano, com a finalidade de acomodar a soca sindical do Partido dos Trabalhadores. Gostaria de ressaltar que o meu Partido, o PFL, vai ingressar com ação direta de inconstitucionalidade contra a malfadada medida provisória por ferir dois preceitos na Carta Maior e consagrar flagrante imoralidade com a temperança da viúva.

Sr. Presidente, por fim sinto-me no dever de mais uma vez demonstrar o achincalhe com que a segurança pública tem sido tratada neste Governo. Por conta da inação do insípido e inodoro Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, os agentes do Estado são agora o alvo da ação criminoso. Ontem, o assassinato dos três auditores e do motorista do Ministério Público do Trabalho que realizavam diligência para apurar trabalho escravo entre Unaí e Garapuava, em Minas Gerais, demonstra o grau de desmoralização do Estado brasileiro, que não é capaz de proteger de bandoleiros rurais pais de família que, em seu nome, foram a campo combater uma prática que formalmente o Brasil banuiu há mais de 120 anos, mas que continua a manchar a história deste País com a nódoa da impunidade. À família das vítimas, minhas sinceras condolências.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Convidamos a fazer uso da palavra o nobre Senador Augusto Botelho. V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, a recente crise vivida pelo meu Estado, Roraima, ainda não solucionada, motivada pela possibilidade de o Governo Federal homologar a reserva indígena Raposa Serra do Sol como área contínua deixa claro alguns fatos que não podemos omitir.

O primeiro deles revela a inexistência de um plano para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia brasileira, ou seja, até o momento o Governo não mostrou uma política coerente e consistente para o desenvolvimento regional do norte do País, seja por meio de ações e medidas que considerem a identidade amazônica, assim como sua sustentabilidade, biodiversidade, baixa densidade demográfica, exclusão social, convivência étnica e o forte processo de interação social existente entre suas diversas po-

pulações e a fronteira com os dois países vizinhos: a Venezuela, no meu Estado, com 958 quilômetros de fronteira e a Guiana, com mais 964 quilômetros, e esses quase dois mil quilômetros de fronteira contando com apenas quatro unidades militares.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, outro fato a comentar é a inexistência do Governo Federal em oferecer soluções para os problemas indígenas e fundiários vividos pela região, em particular no Estado de Roraima, sem conhecer as singularidades que caracterizam cada uma das partes que constituem a chamada Amazônia Legal. A crise política em Roraima surge diante da possibilidade de reedição do erro que permeou todo o processo de demarcação e homologação da área Ianomâmi, melhor dizendo, cometendo o mesmo erro homologando áreas contínuas para a reserva Raposa/Serra do Sol.

Pouco a pouco, o Governo, que jurou defesa do Território brasileiro, por falta de visão estratégica, poderá ceder à pressão internacional e favorecer o aparecimento de condições objetivas, no delicado jogo geopolítico, para a entrega da Amazônia aos interesses internacionais, que não acredito, Senador Jefferson Péres, mas convivo e penso que isso é uma articulação que vem se desenvolvendo há muito tempo. A área indígena Ianomâmi, por exemplo, tem o território equivalente ao da Venezuela, contíguo. Ela perfaz quase 20 milhões de hectares, sendo nove milhões no Brasil e o restante na Venezuela.

Nenhum outro governo dos vários países do mundo realizou a façanha de deixar predominar um só grupo étnico em área contínua, na fronteira com outros países. Quando a área virar indígena, não vamos mais poder entrar lá. O Exército começou a ter autorização para entrar há pouco tempo porque até ele, para entrar na área indígena, tinha que pedir autorização da Funai. Quer dizer, não pode ser guardada a fronteira do País se tem que pedir autorização para ir lá.

Convém tecer alguns comentários também sobre a formação econômico-social da região habitada por cinco povos indígenas e mestiços de indígenas com não-índios – originários no longo processo de miscigenação racial que se deu naquela área ao longo de quase dois séculos –; pequenos produtores organizados na agricultura familiar e os indígenas vivem na área.

Assim como o Estado de Roraima, a grande maioria dessa população é pobre e coexiste com uma classe média incipiente e pequenos produtores rurais, organizados e responsáveis pela produção de arroz – só os de arroz é que são organizados em bases

tecnológicas modernas, os outros são todos produtores artesanais, trabalham mexendo a terra com enxada, alguns ou outros conseguem um trator para mexer a terra. E são essas pessoas que vão ser retiradas das suas posses, da sua propriedade e das suas casas nas vilas, se for feito da forma que o Ministro da Justiça está falando, em área única.

Esses produtores de arroz que têm tecnologia são os únicos empregadores da região objeto da homologação. Em nenhum momento ao longo de todo o processo de convivência desses povos houve atritos que se aproximem dos que poderão advir com a homologação de área contínua. Além disso, a forte interação social da região dificultará a separação entre índios e não-índios.

Recentemente um jornal aqui do Brasil publicou a foto de uma índia, casada com um não-índio, que já tem bisnetos, e eles dizem que os não-índios não serão removidos da sua região. A Funai (Fundação Nacional do Índio) realmente não toma a iniciativa, mas coloca uma ONG para mexer com o Ministério Público, e vai e retira.

Há pouco tempo, um dos Cabral lá de Boa Vista, que já é casado, já tem netos, mora mais ou menos na altura do quilômetro 100, entre a Venezuela e o Brasil, foi despejado de sua área por uma ordem judicial. Ele vendeu um pouco do que tinha, uma parte, pagou um advogado e voltou para a área, porque conseguiu eliminar, mas quando a ONG recorrer e vier aqui para Brasília, ele vai perder, porque é sempre assim, os pequenos produtores perdem quando as ações vêm para Brasília, primeiro, porque não têm dinheiro para pagar um advogado; segundo, porque só aparece um lado no julgamento.

Então, as pessoas não têm confiança na Justiça brasileira, porque os pobres sempre perdem em Roraima para as organizações não governamentais e para a Procuradoria.

Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Jefferson Péres, a sociedade de Roraima não é contra a demarcação e homologação das reservas indígenas, nós queremos ver creditadas aos índios “as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”, como diz a nossa Constituição. No entanto, em nenhum dispositivo constitucional encontramos os termos “reservas em áreas contínuas” para abrigar povos indígenas distintos, com culturas próprias e que falam línguas diferentes. Mas distante ainda dos dispositivos constitucionais são normas e procedimentos para acomodar sociedades indígenas em diferentes está-

gios de integração social entre si e com a sociedade hegemônica. Ainda mais, entre algumas etnias que habitam a região – falo especificamente da região Raposa Serra do Sol, que é ocupada por cinco etnias diferentes –, existem disputas seculares a ponto de terem retardado o processo de ocupação da região pelos portugueses durante o período de formação territorial do Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é preciso, portanto, entender que aquilo que é bom para os macuxis, não será necessariamente bom para os ingaricós, dois povos que habitam a região e que não possuem as mesmas características étnicas dos macuxis. Os macuxis formam uma comunidade indígena que tem fortes influências urbanas e, ao mesmo tempo, carecem de infra-estrutura, de equipamentos agrícolas, formação profissional, escolas, hospitais e sistema viário. Em algumas aldeias já existem escolas de 2º grau, mas as aldeias menores ainda não são tão evoluídas e não têm tantos recursos. As demandas de cada um desses povos são distintas. Entre outras coisas, antes de tomar uma decisão, o Governo deverá mapear as demandas de todos os povos indígenas da região, identificando-as uma a uma, e somente após esse procedimento tomar uma decisão. Não se deve sair propalando, como o Ministro fez, antes que sejam concluídos os primeiros trabalhos no sentido de identificar a situação geral do Estado e especificamente a da Raposa Serra do Sol.

Outro fato que não podemos esquecer são as distorções intencionais daqueles que querem a demarcação de terras contínuas, pelo simples fato de facilitar seus trabalhos com os índios ou defender outros interesses escusos, assim como os laudos antropológicos que conduzem a conclusões políticas distintas, como aconteceu durante o governo anterior, quando dois Ministros decidiram por procedimentos antagônicos.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PPS – RR) – Senador Augusto Botelho, V. Ex^a concede-me um aparte?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Eu concedo um aparte, com todo prazer, ao Senador Mozarildo.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PPS – RR) – Senador Augusto Botelho, parabéns V. Ex^a pela clareza com que está abordando o assunto. Na verdade, essa questão de demarcação de terras indígenas e de criação de reservas na Amazônia e no Brasil como um todo criou uma espécie de aura de que tudo que está sendo feito é correto e de que tudo o que a Funai diz é verdade. Na verdade, o que a Funai tem feito

muito é mentir, com o apoio da grande imprensa nacional e mundial, pregando uma falseta, por exemplo, ao dizer que essa área da Raposa Serra do Sol – para não ir mais longe – é uma região só. O nome Raposa se refere a uma comunidade indígena bem ao sul dessa área pretendida, enquanto a área Serra do Sol fica no norte, a 150km uma da outra. Inicialmente a Funai queria uma área para Serra do Sol e outra área para Raposa. Ao longo de duas décadas, ela foi expandindo essas áreas e criou uma reserva só, com um milhão e setecentos mil hectares, com uma faixa de fronteiras com dois países que têm litígio entre si. E o que os índios de lá estão pedindo com relação a essa demarcação? Apenas que se retire trezentos e vinte mil hectares dos um milhão e setecentos mil hectares que a Funai pretende. Com esses hectares retirados, a área permanecerá sendo contínua, porém serão respeitadas as sedes dos municípios, as vilas, as estradas e as áreas produtivas que ficam na borda dessa região. Então, na verdade, o que falta mesmo ao Governo Federal – leia-se a Funai, o Ministério da Justiça – é a imparcialidade e o uso freqüente da verdade. Então, nós precisamos insistir nessa tecla e trazer esse assunto para o debate nacional, porque não é um problema só de Roraima; é um problema de soberania nacional. Nós estamos vendo o caso de Mato Grosso do Sul, na fronteira com o Paraguai. Uma coisa não dá para entender: a população indígena representa 0,2% do total do Brasil e 12% do território nacional já foi demarcado para reservas indígenas. Alguma coisa está equivocada. É muito importante que nós da região debatamos, mas também é importante que o Brasil todo tome conhecimento do que está sendo feito. O Senado agiu muito bem quando aprovou a formação de uma comissão temporária externa para ir a Roraima e a Mato Grosso do Sul para trazer um relato verdadeiro do que está se passando nestes dois Estados. Na verdade, esse problema não se cinge apenas a esses dois Estados. O Senador Osmar Dias disse ontem que no Paraná, em uma área que tem apenas 28 índios, a Funai quer desalojar mais de mil produtores. Então, é preciso que o Senado acorde e tome a frente dessa questão que diz respeito ao interesse nacional e, principalmente, à soberania de nossas fronteiras.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Agradeço ao nobre Senador e o incorporo ao meu discurso.

As informações da Funai e os laudos antropológicos impregnados de interpretações viciadas sem sustentação legal, advogam a existência de “fazendas” nas terras indígenas. Os citados “fazendeiros”,

com áreas de latifundiários maldosos – como a Imprensa dá a entender – são pequenas propriedades rurais que praticam a agricultura de subsistência e entre eles estão inúmeros descendentes diretos dos indígenas e de famílias indígenas. Por falar em laudo antropológico, a reserva de São Marcos, que está entre o Brasil e a reserva Raposo Serra do Sol, tem oitocentos e sessenta mil hectares, foi homologada em 1996, e o laudo antropológico omitiu uma cidade de quase duas mil casas que existe dentro dela bem na fronteira com a Venezuela. As ruas dessa cidade limitam-se com a linha de fronteira, os marcos de fronteira estão praticamente na borda da nossa cidade.

Recentemente – essa reserva já é antiga, está homologada – houve uma decisão judicial de despejo, individual para cada comerciante. Pegaram na associação comercial a relação dos comerciantes da área. São cem comerciantes. A loja maior não ocupa o espaço da área nobre da galeria; são pequenos comerciantes que sobrevivem lá e convivem com os índios. Os indígenas que vivem na reserva de São Marcos são clientes deles, vão lá comprar as coisas. Então veio a ordem de despejo. Quer dizer, cria instabilidade.

Recentemente, uma ONG também quis fazer uma cerca de arame em torno da cidade e quase houve morte.

Por isso eu me preocupo com essa história de fazer área única que vai levar a conflitos que vai levar a derramamento de sangue na minha terra. Nós somos um povo pacífico, mas as pessoas já estão ficando desesperadas por se sentirem inseguras em suas propriedades.

Nesse clima os nossos indígenas querem fazer um plebiscito para decidirem entre eles se a reserva vai ser de área contínua ou mantendo as estradas e vilas e áreas produtivas. E também ninguém fala nisso, mas eles querem fazer uma região só para todos. Daqui a dez, quinze anos, haverá conflitos entre as etnias como ocorre na África, se não forem definidas as áreas de cada aldeia. Lá existem cinco povos: macuxis, ingaricós, tauarepangues, uapixangas e patamonas. Os patamonas são poucos, não chegam nem a cem; mas os outros são em grande número. Os ingaricós são quase mil indivíduos e os macuxis e uapixangas são os restantes.

Assim, esperamos que os procedimentos e as decisões políticas do atual Governo sejam pela governabilidade do Estado de Roraima e a desarticulação dos que apostam numa convulsão social na re-

gião e evite o potencial conflito interétnico que paira sobre a região e decida pela reserva descontínua.

Ao encerrar, quero deixar bem claro que esses problemas que ocorrem na minha região, em Roraima, geralmente são orquestrados por ONG's, cujos interesses não são claros. Trata-se de ONG's constituídas, em sua maioria, por pessoas que não são indígenas. Existem várias ONG's indígenas nessa área, que não são ouvidas, porque elas não dispõem de dinheiro, de capital, enfim, não têm nenhum grupo estrangeiro por elas. São ONG's que saíram dessa ONG principal, que é o CIR. Elas saíram, porque discordavam da metodologia que eles utilizavam para afastar os fazendeiros.

Outro ponto que quero deixar bem claro é que, há trinta anos, vejo os pequenos produtores de Roraima sendo postos para fora de suas propriedades, e a maioria nunca recebeu indenização pelas benfeitorias. Quando recebem, isso ocorre 20 anos depois, por uma avaliação feita depois de quase 20 anos de abandono.

Temos um caso emblemático em Normandia, em que a pessoa, há 20 anos, espera a indenização pela fazenda que abandonou. Essa fazenda tinha cerca de 400 cabeças de gado, casa, currais, cercas, mas a pessoa recebeu R\$3 mil de indenização.

É injustiça o que fazem com o povo de Roraima. A lei manda que, quando uma pessoa for retirada de uma área indígena, ela seja reassentada em uma área equivalente. Em Roraima, nunca foi reassentada, em lotes, uma só família que tenha sido expulsa ou retirada de sua propriedade, localizada em áreas que se tornaram indígenas.

Outra questão que quero deixar para reflexão de V. Ex^{as} é que as áreas indígenas são ampliadas aleatoriamente, bastando, para isso, a vontade de um antropólogo. Os uai-uai, por exemplo – uma etnia que existe a leste do meu Estado –, há aproximadamente 12 ou 15 anos, foram atraídos para o Brasil e, hoje, são 400 indivíduos com 300 mil hectares. Neste ano, o Presidente Lula homologou mais 400 mil hectares para os uai-uai – aliás, com a infeliz ocorrência de retirar alguns assentados pelo Incra que estavam lá há mais ou menos oito, dez, ou quinze anos. Eles foram retirados de suas terras para ampliação daquela área.

Já pedimos, há mais de três meses, que os laudos antropológicos das áreas indígenas de Roraima sejam encaminhados ao Senado Federal, para que eu os possa ver. Como nunca os consegui de outra forma, fiz o pedido por meio da Mesa do Senado Federal, mas até hoje esses laudos não chegaram.

Muito obrigado pela atenção de V. Ex^{as}.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Passamos a palavra ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

Para que todos tenham direito à palavra, a Mesa está tentando, mediante acordo, que os oradores usem da palavra por aproximadamente 20 minutos, dentro do possível – sabemos que o Regimento permite 50 minutos.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, quero me associar às palavras do Senador José Agripino Maia, que trouxe um depoimento a respeito da situação enfrentada pelo nosso Estado com as chuvas recentes caídas na Região Nordeste.

Graças a Deus, não temos vítimas a lamentar no Rio Grande do Norte. Temos, sim, prejuízos, sobretudo na área da infra-estrutura das cidades, com a destruição de pontes, estradas, açudes.

No entanto, isso precisa ser dito com um certo cuidado, porque, na verdade, custos e benefícios precisam ser bem balanceados nessa hora, e os benefícios trazidos pelas chuvas perdurarão por muitos anos. Haja vista, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que grandes açudes, que há muito tempo não recebiam água, estão praticamente cheios. Açudes, por exemplo, com uma dimensão de 600 milhões de metros cúbicos, como é o caso da Barragem Santa Cruz, que, após as últimas chuvas, chegou a receber 273 milhões de metros cúbicos, quase a metade da sua capacidade.

Eu gostaria de solicitar novamente ao Governo Federal que fizesse, juntamente com os Governos Estaduais, um levantamento da situação, um levantamento da nossa realidade, para que possam ser tomadas providências, com certa urgência, caso não possam ser adotadas de hoje para amanhã, porque os acontecimentos atuais poderão provocar uma situação muito contraditória na nossa região, que, apesar de ser banhada pelas chuvas, tem a sua economia estrangulada pela ausência dessa infra-estrutura.

O Ministério da Integração Nacional, como foi dito aqui, já está tardando. Entretanto, justiça seja feita, o Ministério, muitas vezes, não tem dinheiro para custear essa emergência, que só pode ser atendida com recursos extraordinários, que terão que vir do fundo de emergência do Governo, do próprio Palácio do Planalto, do Ministério da Fazenda.

Era esse o registro que queria fazer com relação a essa situação. Associei-me ao Senador José Agripino porque foi S. Ex^a quem abordou direta e especifi-

camente o problema do meu Estado. No entanto, Senador José Maranhão, somos todos da mesma Região e estamos em uma mesma frente para solicitar providências, até porque, quando se trata das enchentes do Sul – o que não é revanchismo, mas uma constatação –, providências são tomadas muito mais rapidamente.

Concedo um aparte ao Senador José Maranhão.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Senador Garibaldi Alves Filho, a exceção confirma a regra. O normal do Nordeste é a seca. Em relação à seca, há sempre descaso e desinteresse do Poder Público. Para que não houvesse exceção à regra, está ocorrendo o mesmo – informo a V. Ex^a com base no que ocorre no meu Estado, a Paraíba – também em relação às enchentes. Assim, manifesto minha solidariedade ao discurso de V. Ex^a e peço permissão para fazer um adendo, no sentido de que esse apelo e esse protesto de V. Ex^a sejam também os da Paraíba, que está vivendo igual momento de angústia, em virtude do excesso de chuva, que já causou vários danos, inclusive perdas humanas e destruição de açudes, pontes e rodovias, que estão inteiramente intrafegáveis. É esse o apelo que gostaria de fazer a V. Ex^a, para aditar o apelo da Paraíba ao pedido que V. Ex^a faz.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Senador José Maranhão, V. Ex^a tem razão. Estamos constatando que, quando há seca, as providências também não surgem. Poderíamos até dizer que o Governo foi pego de surpresa, porque o problema atual são as enchentes e ele estaria mais acostumado a lidar com a seca do que com a chuva. Entretanto, como V. Ex^a diz muito bem, as providências não vêm, nem com a seca nem com a chuva, e elas precisam chegar com a rapidez necessária, até para que não se tenha o desperdício de um excelente inverno, que anuncia uma safra das mais generosas na nossa Região.

Neste momento, peço permissão a V. Ex^{as} para tratar de outro assunto, com relação à crise do leite desencadeada pela Parmalat. Quero dizer que, graças a Deus, nós não estamos chorando o leite derramado da Parmalat. Aqui se trata de uma ousadia, como se eu fosse Davi investindo contra Golias, que é a Parmalat. Mas a Parmalat não existe no Rio Grande do Norte, a despeito da insistência dela em se estabelecer em nosso Estado, inclusive comprando o leite dos nossos produtores. Comprava, inicialmente, por um preço generoso e depois aviltava o preço e terminava comprando todos os laticínios existentes, e assim monopolizando o mercado.

No Rio Grande do Norte nós tivemos um programa do leite, um programa pequeno, nas dimensões do nosso Estado, e que continua contando com o apoio do Governo Federal, que, em boa hora, resolveu trazer de volta o programa do leite que existia no Governo do Presidente Sarney. E hoje não estamos chorando o leite derramado da Parmalat simplesmente porque a Parmalat não existe no Rio Grande do Norte, uma vez que lá existe um programa do leite que assegura ao produtor um preço compatível com a sua atividade e compra. Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, são 160 mil litros de leite, o que, em nosso Estado, tem uma dimensão muito grande. Pode não ter essa dimensão se formos comparar com os números do mercado brasileiro e com os números dos litros de leite comprados pela Parmalat. Mas o Estado produz 400 mil litros de leite, dos quais quase a metade (160 mil) são ou eram bancados exclusivamente pelo Estado. Atualmente, são comprados pelo Governo Federal e pelo Governo do Estado.

Com isso, passamos a ter tranquilidade na produção de leite, que foi crescendo substancialmente. Quando o programa se instalou, a produção de leite no Estado era da ordem de quase 100 mil litros de leite; hoje ela é de 400 mil litros de leite. Isso se deu em apenas poucos anos, na verdade, decorreram apenas oito anos para que tivéssemos esses dois parâmetros da produção de leite no Estado.

Senador José Maranhão, os pequenos produtores estão satisfeitos. Temos uma rede de pequenas e médias usinas que beneficiam o leite, e não temos a Parmalat. Quer dizer, não estamos no meio da crise causada por essa gigantesca empresa multinacional.

Concedo, novamente, o aparte ao nobre Senador José Maranhão.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Sem querer tomar o tempo de V. Ex^a, e ao mesmo tempo tomando, eu gostaria de dizer que o registro que V. Ex^a faz de um padrão de parceria entre governo estadual e iniciativa privada poderia servir de parâmetro também para o Governo Federal, que, aliás, já adota programa idêntico ao que V. Ex^a adotou no Rio Grande do Norte e também nós adotamos na Paraíba, com resultados bilaterais, tanto para a iniciativa privada como para a área social. É um modelo que o Ministério da Agricultura deveria estudar inclusive para outros segmentos da atividade agropecuária brasileira. Não existem, lamentavelmente, políticas agrícolas, ou melhor, no singular, não existe uma política agrícola, embora haja muitas iniciativas isoladas, como o programa do álcool, posteriormente abandonado; como uma certa preocupação com a produção de

soja, que cresceu graças à iniciativa privada e não por ação de governo. Mas falta criatividade para tudo que se refere à iniciativa pública do País. Muitas vezes, exemplos como o que V. Ex^a citou, e, modéstia à parte, fizemos o mesmo na Paraíba, poderiam se constituir em padrão para melhor encaminhamento das grandes questões nacionais. Felicito V. Ex^a pelo discurso que pronuncia, de forma modesta, sem qualquer pretensão, mas que, de fato, oferece um contributo à Administração Pública federal. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Agradeço, Senador José Maranhão, porque sei que a Paraíba tem muito a ensinar, principalmente depois do Governo de V. Ex^a, em relação à pecuária de leite.

Por último, Sr. Presidente, para que não tenhamos um conflito pelo tempo estipulado no nosso Regimento, quero me referir, rapidamente, a um tema e espero que os Senadores compreendam que não se trata de homenagem ao sol nascente ou de uma restrição ao sol poente. Pelo contrário, é um esquecimento.

A crise do sistema federal de ensino superior se agravou a partir do Governo Collor, principalmente pela crescente insuficiência de recursos e “inescondível” desrespeito à autonomia universitária, consagrada na Constituição Federal em seu art. 207. Desde então, decisões governamentais destituíram, de fato, as universidades federais de suas prerrogativas constitucionais como autarquias de regime especial.

Os problemas se ampliaram no âmbito das universidades. Enquanto isso, o Governo Federal passou a estimular o ensino privado superior, principalmente através de renúncia fiscal no âmbito da Previdência Social, em função da qual professores e servidores dessas instituições pagam a sua quota-parte para o sistema previdenciário, enquanto o empregador é isento da mesma.

Os desafios do sistema federal de ensino superior são decisivos para o País. Não se pode negar, nem ignorar, sua contribuição no âmbito da pesquisa pura e aplicada. Historicamente, até os anos 90, a inteligência nacional adquiriu sua titularidade superior nas universidades mantidas pelo Poder Público. Um exemplo histórico e marcante é a Universidade de São Paulo, criada e mantida pelo Governo de São Paulo.

A dramática questão do atual nível ou qualidade do ensino superior público emerge de várias razões. Mas a secundarização dessa e outras questões no âmbito do Ministério da Educação, sem dúvida algu-

ma, configura uma responsabilidade que reclama, urgentemente, revisão de prioridades e padrão de relacionamento entre o Ministério e as universidades.

Quero registrar, com satisfação, a proposta de uma espécie de constituinte, anunciada pelo novo Ministro da Educação, Tarso Genro. E quando falei em sol nascente e em sol poente, era para que o ex-ministro e Senador Cristovam Buarque, que está aqui presente, não pensasse que eu só tenho os olhos voltados agora para o sol nascente. É claro que as minhas atenções estão voltadas para V. Ex^a e para o seu trabalho. Mas venho aqui dizer que, a exemplo de V. Ex^a, o que V. Ex^a pregava é muito bom. Então que se pregue agora com a participação do Governo, universidades e segmentos da sociedade, essa espécie de Constituinte, para discutir, definir e encaminhar ao Congresso Nacional, quando for o caso, soluções para a crise que atinge o sistema universitário federal.

Ainda retornarei, posteriormente, a este tema, cuja importância é vital para o desenvolvimento do País. Foi apenas um registro diante do que isso poderá oferecer. Inclusive, ontem, tivemos aqui um manifesto, assinado pelo ex-Ministro e Senador Cristovam Buarque, criando uma frente parlamentar justamente para defender o ensino universitário público.

Por último, Sr. Presidente, no derradeiro minuto, faço o registro de que, claro, o nosso Estado não teve apenas prejuízos materiais com as chuvas, voltando ao meu primeiro tema, teve também os de natureza humana, com perdas de pessoas. Acredito que o Governo do Estado esteja tomando as providências mais emergenciais. Quanto à infra-estrutura que foi destruída, acredito que só com a parceria do Governo Federal poderemos refazê-la.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Sr^{as} e Srs. Senadores, o País está estarrecido com o assassinato de quatro fiscais do trabalho.

Por iniciativa da Mesa, aprovamos, hoje, o encaminhamento do voto de pesar e de solidariedade às famílias.

Assim sendo, entendemos que, neste momento, dediquemos um minuto de silêncio em homenagem aos companheiros assassinados: Nelson José da Silva, Herastótenes de Almeida Gonçalves, João Batista Soares Lages e Aílton Pereira de Oliveira.

Convido as galerias e o Plenário para, de pé, dedicarmos um minuto de silêncio em homenagem aos quatro companheiros assassinados. (Pausa.)

(Observa-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Voltamos à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna, por cessão do Senador Valdir Raupp.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meus agradecimentos ao Senador Valdir Raupp por ter-me cedido seu tempo.

Pelo menos dois episódios recentes de cometimento de crime de corrupção traumatizaram o País – aliás, mais um também traumatiza a nossa história, o nosso coração – e convocaram as autoridades públicas, de todos os níveis, para a urgente promoção de medidas que, apenando com rigor os responsáveis, reafirmem a prevalência das leis e o respeito à autoridade, devolvendo a confiança que todos devem ter em nossas mais caras instituições.

No primeiro caso, da denominada Operação Anaconda, computadores apreendidos pela polícia revelaram a existência de delitos envolvendo formação de quadrilha e venda de sentenças da Justiça Federal.

No outro, de empresa multinacional com sede na Itália e conhecida atuação em nosso País, interventores nomeados pela Justiça investigaram a existência de fraudes e a possível dilapidação de ativos em sua filial brasileira.

A operação Anaconda envolve os trabalhos de investigação a um grupo de malfeitores que, a partir do domínio de setores estratégicos da Justiça Federal no Estado de São Paulo, seria também responsável pela corrupção de agentes públicos.

No segundo caso, documentos sob a guarda da Comissão Parlamentar de Inquérito, a CPI do Banestado, confirmaram o desvio de recursos de uma multinacional para certa empresa uruguaia, especializada na realização de operações ilegais, que recebeu grande quantidade de dinheiro do Brasil, mediante remessas pelas Contas CC-5, de 1996 a 2002.

Nesse período, calcula-se que cerca de R\$ 600 milhões foram transferidos, igualando-se às remessas direcionadas aos Estados Unidos, totalizando R\$ 1,7 bilhão mandados ao exterior.

Ao mesmo tempo, Comissão Especial, instituída pela Câmara dos Deputados, destinada a proteger os produtores de leite e esclarecer casos de corrupção e outros crimes, investigava a denúncia de desvio de dinheiro da matriz da multinacional italiana para o Brasil.

Também, ante a procedente suspeita de “lavagem” de dinheiro e remessa ilegal de recursos para outros países, a Polícia Federal, cumprindo determinação do Ministério da Justiça, promoveu a abertura de inquérito para investigar as operações que resultaram num rombo calculado em 10 bilhões de euros.

Foram requeridas a quebra dos sigilos fiscal e bancário da diretoria e de pessoas de alguma forma vinculadas às subsidiárias dessa empresa no Brasil, e requisitados documentos em poder de autoridades italianas encarregadas da investigação das fraudes na matriz.

Na área judicial, as instituições financeiras foram proibidas de realizar novas operações de transferência de recursos, e convocadas a informar as remessas de recursos da multinacional, no último triênio. Tais esclarecimentos são aguardados também pela Secretaria da Receita Federal, que também determinou a análise da contabilidade da empresa, a ser realizada pela equipe técnica da Coordenação-Geral de Fiscalização do Órgão.

Sabe-se, antecipadamente, que foram realizadas cerca de 90 operações de entrada e saída de recursos em diferentes instituições financeiras, 40 delas pelo Banco do Brasil, e o restante por outras instituições. As remessas para o Uruguai, em 2002, somaram R\$1 bilhão, representando 60% do total transferido.

A empresa, que chegou ao Brasil na década de 70, era a segunda maior compradora de leite e empregava aproximadamente 6 mil trabalhadores, em 8 fábricas. Foi multada em US\$62 mil pelo Banco Central, no ano passado, por irregularidades constatadas em operações cambiais entre 1995 e 1996.

Há pouco, a incerteza quanto ao futuro determinou a suspensão da entrega de matéria-prima, ao mesmo tempo em que fornecedores, bancos e cooperativas de leite preparavam-se para recorrer ao Judiciário, em busca do ressarcimento de seus prejuízos.

A empresa contava com mais de 35 mil empregados em cinco continentes. Em nosso País, registrou prejuízos de R\$79,9 milhões, até setembro de 2003, e de R\$174,8 milhões, em 2002, período marcado pelo início das demissões de trabalhadores, sobretudo nas unidades de processamento de leite no Estado de Goiás.

Ainda que se desminta o vínculo dessa situação com o escândalo contábil da matriz italiana, avaliado entre R\$2 e 30 bilhões, investigações do governo da

Itália constataram o sumiço dos apontados 10 bilhões de euros da contabilidade da empresa.

Em percuciente estudo, o respeitado jurista Geraldo Brindeiro registrou que “a criminalidade e o desrespeito à autoridade pública resultam quase sempre da ausência de valores”, podendo “ser estimulados por outros fatores condicionantes da liberdade dos agentes criminosos. O mau exemplo e a impunidade, sem dúvida, terão neles um efeito multiplicador”.

A seu ver, “o Congresso Nacional, especialmente o Senado Federal, tem procurado exercer efetivamente o seu papel no combate à corrupção e à fraude na Administração Pública”. Várias Comissões Parlamentares têm sido criadas ao longo dos anos para apurar os fatos criminosos noticiados pela imprensa, utilizando, para tanto, poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.

Em seu acertado entendimento, “a criminalidade pode resultar da ausência do Estado na defesa de direitos”. A conduta antijurídica, em essência, decorre da não-aceitação dos valores morais e éticos vigentes na sociedade e incorporados nas normas jurídicas. A miséria absoluta, indubitavelmente, constitui um dos fatores condicionantes da criminalidade.

Lembra que “a consciência coletiva dos valores morais e éticos inerentes ao cristianismo praticado no País – que repudia a corrupção – é uma realidade cultural brasileira ignorada apenas pelos cínicos”. Lucidamente, “já observaram tal fenômeno os maiores líderes políticos nacionais”.

As seguidas manifestações populares demonstram que, em toda a História do País, é inaceitável considerar a corrupção como parte integrante da cultura nacional, uma vez que tal prática satisfaz apenas a alguns setores decadentes da sociedade, que perseguem a vantagem a qualquer preço.

Conclusivamente, Sr. Presidente, constata que “a corrupção tem sido um mal crônico no Brasil”, uma ameaça constante à preservação dos valores morais e éticos da população. Há muito, de fato, noticiam-se diversos casos de corrupção e fraude dos mais variados tipos no País. Reconhece, por isso, a necessidade de “extirpar o mal de vez do nosso meio, ou pelo menos diminuí-lo gradativamente, antes que seja tarde demais”.

Para tanto, cumpre às elites “tomar conhecimento do problema e da necessidade de adotar medidas urgentes e enérgicas para preservar a confiança da população nas instituições políticas e jurídicas”.

Deve-se estar atento, no entanto, para o fato de que a eficácia da ordem jurídica não é dependente

apenas da punição dos infratores pelos órgãos do Estado, porquanto sujeita à existência de outras normas éticas e jurídicas, como as de natureza moral e religiosa, cuja prevalência e validade correspondam o reconhecimento e a prática da maioria da população.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, lembro que a culpa de haver facilidade nas leis é nossa, porque sempre que tentamos aprovar uma lei muito fechada e clara temos dificuldade de votos nas duas Casas do Congresso Nacional. Aumenta a amplitude de aceitação, quando fazemos a lei mais difusa. Mas, nesse caso, cabe ao juiz a responsabilidade da sua interpretação e, às vezes, ocorre de, em uma região jurídica, haver um entendimento e, em outra, entendimento diverso. Isso já ocorreu no Brasil, inclusive com graves repercussões jurídicas. Por exemplo, uma região determinou que o Descanso Semanal Remunerado exigia quatro turnos. Portanto, eram necessários quatro turnos de trabalhadores para que os fornos das siderúrgicas ficassem permanentemente funcionando. Em outras regiões, não se entendia assim e bastavam três turnos. Ocorreu que houve concentração das siderúrgicas numa região apenas, pois a competição passou a não ser mais possível.

A corrupção é inadmissível, e precisamos ter mais cuidado e responsabilidade na elaboração das leis.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, temos que, gradativamente, apertar toda a legislação, porque, num mundo dinâmico como o atual, a toda hora surgem formas de se descumprir a lei vigente, de se burlar e se contrariar o espírito da lei.

Por isso, ao trazer hoje, aqui, esta colocação, no momento em que estamos empenhados em fazer a reforma do Poder Judiciário, é preciso que sejamos os mais claros possíveis. Os tempos modernos não admitem a dubiedade e a não nitidez das leis, até porque isso, com toda certeza, gera mais descumprimento dessas, permitindo maior grau de corrupção.

Sr. Presidente, ao encerrar minha oração gostaria de, mais uma vez, como fizeram vários Senadores do Nordeste, dizer que ontem nós realizamos mais uma reunião. Um texto será distribuído, nesse final de semana, ao gabinete dos Srs. Senadores, para que façam correções, alteração, de forma que tenhamos um texto definitivo na próxima semana. Dessa forma, os 27 Senadores do Nordeste, acrescidos dos 3 Senadores de Minas Gerais – portanto, 30 Senadores – poderão fazer ao Presidente Lula um apelo no sentido de que o nosso sonho de uma Sudene forte possa ser vivido, mais rapidamente, por todos nós, do Nordeste.

Por último, reitero que, no meu Estado, as chuvas, que são sempre a esperança para nós, nordestinos, já passaram um pouco do limite, e alguns Municípios encontram-se em estado de calamidade pública. Entretanto, como disseram os demais Senadores que me antecederam, estamos ainda sem verificar a participação do Poder Público em acudir as populações que estão sofrendo as conseqüências das chuvas no momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Agradeço-lhe a participação, Senador Ney Suassuna.

Antes de transmitir-lhe a presidência dos trabalhos, sinto-me na obrigação de dar uma explicação rápida à Casa.

Conversei com o Senador José Sarney sobre a posse do Senador Mário Calixto Filho. A Mesa tomou todas as providências necessárias. Ou seja, pediu ao Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia que encaminhasse os originais para a Casa, os quais aqui estão desde ontem à noite. Hoje pela manhã, houve mais uma reunião da Mesa do Senado da República e, de imediato, indicamos o Senador 2º Vice-Presidente, Eduardo Siqueira Campos, para relatar o processo, que está, pois, encaminhado. O Senador Mário Calixto Filho será ouvido dentro de no máximo cinco sessões, a partir de hoje, e a Mesa tomará sua posição, que, com certeza, será de acompanhar a decisão tomada pela Justiça Eleitoral.

Era esse o esclarecimento que eu queria fazer.

O Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ney Suassuna.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em prosseguimento à lista de oradores, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se me permitir prosseguir, digo ainda que fiz questão de dar esse esclarecimento para que não fique dúvida alguma sobre a orientação que nos deu o Presidente José Sarney, de que se instalasse o processo imediatamente após a chegada dos documentos originais. Então, foi o que fizemos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aproveito também esta oportunidade na tribuna do Senado da República para informar à Casa que, no exercício da Presidência, mediante a preocupação dos Senadores, dos Deputados e do País com a dificuldade da

aprovação da PEC nº 77, tomamos duas iniciativas. Ontem, com o Colégio de Líderes, recebemos o Ministro Aldo Rebelo e também o Líder Aloizio Mercadante. De forma muito simples, sintetizo a posição do Ministro Aldo Rebelo, representante o Governo.

Disse o Ministro ao Colégio de Líderes que o acordo será cumprido e que, se depender do Governo, a PEC paralela será aprovada. Vejo isso de forma muito positiva. Se o nosso Governo tem uma base parlamentar na Câmara que ultrapassa 400 Deputados, esse é um indicativo muito claro de que a PEC será aprovada.

Hoje, pela manhã, participei da reunião do Bloco de Apoio ao Governo não somente por pertencer à Base do Governo, mas também pelo exercício interino da Presidência desta Casa.

Mais uma vez, quero aqui enfatizar a posição muito firme dos Senadores de todos os Partidos que estavam presentes a essa reunião: do PMDB, do PSB, do PPS, do PT, do PTB, enfim, de todo o Bloco de Apoio. Foi transmitido ao Ministro Aldo Rebelo que, se esse acordo não for cumprido, ficará muito difícil a boa convivência entre as instituições. Isso não é bom para ninguém, nem para a democracia. Mais uma vez, o Ministro Aldo Rebelo, com muita tranqüilidade – os Senadores Ney Suassuna e Mozarildo Cavalcanti estavam presentes à reunião –, disse, no fim do seu pronunciamento, que o Governo não medirá esforços para que o acordo seja cumprido e que vai conversar muito com os Líderes da Base no Senado, principalmente com o Líder Miro Teixeira e, naturalmente, com o Presidente da Câmara, Deputado João Paulo Cunha, do Partido dos Trabalhadores.

Faço esse esclarecimento porque, para mim, foi muito positivo o diálogo com o Ministro Aldo Rebelo. S. Ex^a demonstrou a vontade de que o bom relacionamento entre o Legislativo e o Executivo seja efetivamente mantido – naturalmente, quando falo em Legislativo, refiro-me à Câmara e ao Senado.

Lembro-me de que os Senadores foram muito firmes – gentis, cavalheiros, mas firmes. Disseram que a PEC paralela é uma questão de Governo, pois houve um acordo, eu diria, entre os 81 Senadores. Não houve um Senador que tivesse votado contra. Foram 69 votos a favor, e mesmo os que questionavam o encaminhamento da PEC paralela preferiram não votar contra. Portanto, para o Senado da República e para o Poder Executivo, no meu entendimento, é fundamental esse acordo.

Tomo a liberdade, porém não como Presidente em exercício da Casa, de dizer que fui procurado por muitos Senadores, que me falaram muito sobre a

operação padrão. O que é a operação padrão? Para qualquer matéria que venha da Câmara dos Deputados, que se siga na íntegra o Regimento Interno e a Constituição. Mas outros me disseram que esse não é o caminho – estou apenas mencionando os fatos. Eu não gostaria que tivéssemos de adotar aqui a operação padrão, que significa: “Vamos cumprir todos os prazos para todas as matérias e vamos utilizar o Regimento Interno em todos os casos”. De Regimento, também entendemos; a Câmara dos Deputados entende, mas os Senadores também.

Conseqüentemente, sabemos que seria muito difícil uma matéria ser aprovada nesta Casa se fosse adotada a operação padrão e se fossem executadas, passo a passo, todas as possibilidades que o Regimento nos permite. Mas percebo que essa não é a vontade da maioria – repito: estou apenas contando os fatos –, nem é essa a vontade deste Senador. Percebo que a maioria está trabalhando para construir um grande entendimento em torno da matéria. Por isso, nem comentamos esse assunto com o Ministro, porque entendemos que S. Ex^a foi cavalheiro, foi muito habilidoso na sua forma de conduzir a questão.

Tenho certeza de que não será colocada em prática a operação padrão, tão utilizada no meu tempo de sindicalista. Nas fábricas ou nas companhias aéreas – presidi o movimento sindical do conjunto dos trabalhadores gaúchos –, era normal, no momento do protesto, simplesmente dizer: “Aplique-se a lei, aplique-se o regimento, aplique-se a Constituição, aplique-se a operação padrão”, tão usada também em São Bernardo e em São Paulo; e, muitas vezes, a operação padrão foi usada apenas no cumprimento do direito legal.

Quero deixar claro que esta não é a posição da maioria dos Senadores. Contudo, o assunto foi levantado e, felizmente, de acordo com a política de parceria apresentada pelo Ministro Aldo Rebelo, entendo que o problema está praticamente superado. E, atualmente, além de confiar no Governo, confio na palavra do Ministro Aldo Rebelo.

Sr. Presidente, tenho um carinho muito grande, pode ter certeza, pelos órgãos de divulgação da Câmara e do Senado. Na Câmara, tornei-me amigo, eu diria, de todos os funcionários e espero fazer as mesmas amizades aqui, no Senado.

Assim, farei uma homenagem, na condição de Senador, a um órgão da Casa: a Rádio Senado, que hoje faz aniversário. Redigi um pequeno pronunciamento e gostaria de lê-lo nos treze minutos que me restam.

Quero hoje prestar minha homenagem a uma aniversariante a mim muito querida: a Rádio Senado. Com isso, estou homenageando todos os profissionais de rádio do País, que certamente são motivo de orgulho para todos nós.

A Rádio Senado foi criada em 29 de fevereiro de 1997, por projeto desenvolvido, em 1996, por solicitação do Senador José Sarney, Presidente desta Casa na época, como também o é hoje. S. Ex^a idealizava divulgar as iniciativas desenvolvidas pelo Senado, e a Rádio Senado certamente o faz, com brilhantismo e esmero, contando em sua estrutura com setores de produção, fitoteca, técnica, operações, reportagem, edição, locução e, naturalmente, administração, além dos núcleos especiais de Ondas Curtas e da própria RádioAgência.

Na verdade, Sr^{as} e Srs. Senadores, temos sido presenteados com a dedicação de profissionais atuantes, dinâmicos, que, mediante um trabalho sério e qualificado, possibilitam a transmissão ao vivo das sessões plenárias aqui realizadas, bem como no Congresso e nas Comissões do Senado – no momento, estou falando para grande parte do Brasil e para outros dois países, que citarei abaixo.

O nosso mundo é rodeado de informações. Os meios de comunicação social têm importância vital no nosso contexto. Em questão de segundos, eles nos aproximam de pessoas que estão localizadas a quilômetros e quilômetros de distância e que talvez jamais vejamos, que jamais nos viram, possibilitando-lhes, entretanto, que tenham acesso às informações.

A Rádio Senado, por meio do Núcleo da RádioAgência, alcança hoje um total de 333 emissoras conveniadas AM e FM, contando inclusive com uma emissora, como eu disse, nos Estados Unidos e outra em Portugal. O total da audiência da Rádio Senado é fantástico, estimando-se um público de 20 milhões e 850 mil ouvintes.

Considero importante também parabenizar a Rádio pelos projetos desenvolvidos na área cultural. Ela busca divulgar, por exemplo, a música popular brasileira em programas como o Escala Brasileira que entrevista personalidades da música brasileira e que já levou ao ar mais de 100 programas – e o programa Brasil Regional, que leva ao ouvinte a chamada música regional, registrando grande audiência.

Matérias relevantes, realizadas por pesquisas jornalística, são objeto de projetos especiais esmiuçados, a fim de que seja facilitado o entendimento dos temas pelo público. Cito como exemplo a série que vem sendo produzida em relação à Lei de Falências e o programa **Você é Especial**, que trata de questões

afetas a pessoas deficientes, conduzindo a temática de forma ampla, voltada para a maioria. Esse assunto coincide com a história da minha vida. Tenho uma irmã que ficou cega aos 40 anos – falo isso sem demagogia. Isso ocorreu há praticamente 15 anos e me moveu a trabalhar muito pela apresentação do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Trata-se de um belíssimo programa, e sei que ela assiste.

Colegas Parlamentares, por fim, cumpre destacar que a Rádio Senado exerce papel de mais alta relevância, pois busca conscientizar a população sobre a função do Senado e sobre o processo legislativo, esclarecendo-os acerca do tipo de trabalho realizado pelos Srs. Senadores.

Pela excelência no cumprimento desse processo, felicito a equipe da Rádio Senado. Certamente, o reconhecimento desse trabalho é público e, muito provavelmente, já tem sido alvo de elogios por vários dos Srs. Senadores. Além disso, muitos cidadãos enviam correspondências, agradecendo pelos bons serviços da emissora.

Repito, Sr^{as} e Srs. Senadores, que levar ao conhecimento público, de forma simples, o caminhar traçado, diariamente, por aqueles que foram escolhidos pelo povo como seus legítimos representantes, divulgar os fatos sem privilégios é trabalho que demanda competência. É muito gratificante, Senador Mão Santa, Senador Mozarildo Cavalcanti, saber que a nossa vida está nas mãos desses excelentes profissionais, que primam por passar exatamente a verdade sobre tudo aquilo que acontece aqui no Senado da República.

Ao fazer esta homenagem à **Rádio Senado** também faço a todos os profissionais da imprensa. Às vezes, não somos compreendidos por eles, outras vezes nós não os compreendemos, mas podem saber que o Senado da República tem um respeito enorme por toda a imprensa brasileira, e fazemos esta homenagem neste momento via nossa **Rádio Senado**.

Sabemos o papel da **TV Senado**, do Jornal do Senado, das agências aqui do Senado, na comunicação, na transmissão de informação, que fez com que pelo serviço de telefonia 0800, eu recebesse, este ano, em torno de 25 mil questionamentos e elogios – não só elogios. Eis alguns questionamentos: “e esse voto?” “E aquele voto?” “E aquela posição, Senador?” E sei que todos os outros Senadores também receberam – mais ou menos do que eu, ou na mesma quantidade, mas todos receberam. Isso mostra que o nosso sistema de comunicação está indo muito bem, o que é bom para todos nós que usamos a tribuna.

Senador Mão Santa, Senador Mozarildo Cavalcanti, muito seguido ocorre de eu estar no meu Estado e a população do Rio Grande falar do discurso de V. Ex^{as}, por exemplo. Toda vez que um dos senhores aqui faz um pronunciamento pode saber que a repercussão é nacional.

Faço este pronunciamento com muita alegria, porque sei dos profissionais que a Casa tem. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Ney Suassuna deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero inicialmente, antes de abordar o tema que me traz à tribuna, também apresentar os meus parabéns à Rádio Senado e a todos os profissionais que fazem a Rádio Senado, porque sabemos a importância e o alcance que ela tem em todos os rincões do Brasil.

Notadamente na minha região, a Região Norte, a Rádio Senado chega e é muito ouvida. Até mesmo nos rincões mais distantes da Amazônia, quem tem uma parabólica consegue assistir à TV Senado. Quero, portanto, homenagear todos aqueles que fazem a Rádio Senado.

Mas, Sr. Presidente, eu gostaria de, hoje, falar um pouco do meu Estado. Ao recuperarmos um pouco da história de Roraima, verificamos que o Estado quase nunca recebeu a devida atenção da parte do Governo Federal. E, no período mais recente, a impressionante explosão populacional lá observada veio agravar as múltiplas carências sociais que estão cotidianamente a exigir resposta do Poder Público. Sendo um dos mais promissores Estados desta Nação, em vista de suas enormes riquezas minerais e do vasto potencial agrícola, Roraima não pode permanecer esquecido, desatendido em suas necessidades mais sentidas.

Com efeito, Roraima tem tido sua trajetória marcada pela luta de um povo que se vê, muitas vezes, negligenciado pelos dirigentes do nosso País. Notem, por exemplo, ilustres Colegas, que os registros das primeiras tentativas de ocupação portuguesa em Roraima datam de quase três séculos após o descobrimento do Brasil, ainda assim, tentativas essas marcadas por uma política descontínua e fragmentada de investimento material e cultural naquela região. E a

história, infelizmente, tem-se prolongado dessa mesma maneira.

Em 1943, período marcado pela Segunda Grande Guerra Mundial, sob o Governo de Getúlio Vargas, o Município de Rio Branco, então Município do Amazonas, passa à categoria de Território Federal do Rio Branco. Dessa data até 1964, o novo território foi governado por nada menos que 15 governadores, todos nomeados por indicação política pelo Presidente da República. Em que pese o novo **status** da região, esse período é caracterizado pelo desgoverno, que se torna patente, quando verificamos que, na média, cada governo que por ali passou não atuou mais do que 16 meses, ou seja, tempo insignificante para que se conhecesse Roraima – que passou a se chamar assim em 1962 –, sua dinâmica, sua gente, e mesmo para que se efetivasse uma política real de desenvolvimento.

Não obstante todo esse cenário de descaso, Roraima, ainda Território, teimou em sobreviver. De 1964 a 1985, em virtude da preocupação do Governo Federal com a integração da Amazônia e o fortalecimento das fronteiras, Roraima vivenciou um surto de crescimento. A abertura de várias rodovias federais na Amazônia fez com que um grande contingente de pessoas migrassem para lá, atraídas pelo sonho de uma vida mais digna.

De 1985 a 1990, assistiu-se a uma grande explosão populacional e de desenvolvimento empresarial, estimulada, sobretudo, pela garimpagem do ouro e outros minerais tão preciosos quanto. Digno de se registrar é que, nesse período, o Aeroporto Internacional de Boa Vista, durante vários meses, foi o aeroporto brasileiro com o maior número de pousos e decolagens. Mas, apesar desse crescimento vertiginoso, a valorosa gente de Roraima continuou cerceada em sua cidadania, sendo seus governantes ainda indicados pelo Presidente da República, embora os ares benfazejos do processo de redemocratização já pairassem sobre o restante do País.

Para Roraima, entretanto, sua carta de alforria só viria com a promulgação da Carta Política de 1988, nossa Constituição atual, quando deixou a condição limitadora de Território para a promissora condição de Estado da Federação, o que pôde se concretizar, de fato, em 1991, com a posse do primeiro governador eleito pelo povo. E aqui quero deixar meu registro, ainda que redundante, sobre a importância da democracia. É somente na condição de Estado e em decorrência da cidadania completa de sua gente, por meio da eleição de seus representantes políticos, que Roraima veio presenciar grandes obras de infra-estrutu-

ra e estabelecer as bases de seu desenvolvimento, inclusive com a implantação da Universidade Federal de Roraima, que hoje é uma das mais importantes do Norte do País.

É esse novo Estado que, a despeito da pouca atenção que recebeu ao longo de sua existência, guarda valiosos testemunhos de nossa história, como estas edificações que hoje são patrimônio histórico: as ruínas do Forte São Joaquim, datado de 1775; a Fazenda São Marcos, do Século XVIII; o prédio da Prelazia, obra prima do início do Século XX; além de possuir em seu território nada menos que 40 sítios arqueológicos. Esse novo Estado, cujo nome indígena, Roro Imã, significa monte verde, na língua macuxi, e é definido como Mãe dos Ventos, pelos índios pemon e taurepang, que abriga grupos indígenas de oito etnias, perfazendo 7% de sua população, e cujas reservas ocupam hoje 54% da área total do Estado. Veja, Senador Mão Santa, 54% do meu Estado hoje já correspondem a áreas ou pretendidas ou demarcadas por reservas indígenas.

E é nesse Estado menino, com apenas 13 anos de vida, que surge como esperança para os milhares de migrantes que todos os dias adentram suas fronteiras em busca de uma vida digna, uma vida cidadã, num local mágico adormecido onde possam erguer as fundações de suas moradias. Região privilegiada de exploração mineral e com uma fronteira agrícola invejável, Roraima detém uma das mais, senão a mais elevada taxa de crescimento populacional do País nas últimas décadas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sei que números muitas vezes são temas inóspitos, mas sei também que contra eles não há argumentos. Ora, segundo levantamento feito pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Roraima tem surgido como o novo eldorado para a nossa gente tão sofrida e carente de oportunidades. De acordo com o citado Instituto, Roraima recebeu dezesseis novos moradores por dia, entre 1991 e 1996. Rorainópolis, cidade situada a 300 km de Boa Vista, mais próxima do Estado do Amazonas, viu sua população passar de 7 mil para 28 mil habitantes no período de 1997 a 1999.

Em 2000, Roraima recebeu 11.078 migrantes, número que se manteve praticamente estável em 2001, mas que saltou para 12.270 em 2002, ao tempo em que a emigração em 2002, apesar de ter sofrido um aumento em relação aos anos anteriores, ficou em torno de 4 mil pessoas. De acordo com a declaração do sociólogo e chefe do IBGE, Vicente de Paula, a migração é característica do Estado. O último Censo, no ano de 2000, registrou a entrada de 117 mil mi-

grantes em Roraima nos nove anos precedentes, havendo permanecido no Estado pelo menos 83 mil deles.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Senadores, não é preciso muito esforço para perceber, pela magnitude dos números citados, que, para fazer face à demanda por serviços, para garantir disponibilidade de condições para o exercício da cidadania buscada por nossos patrícios que vêem em Roraima sua derradeira oportunidade, é necessário que Governo Federal invista maciçamente, é necessário que o Congresso Nacional tome ciência desse panorama, é necessário que o Brasil descubra definitivamente, mas de forma consciente, forte, presente o querido Estado de Roraima, escolhido por muitos brasileiros como seu legítimo lar.

Somos hoje, sem arrogância ou pretensão descabida, o amparo e a esperança para milhares de nossos irmãos, que vislumbram em nossa Roraima a oportunidade de ser feliz, a oportunidade de ser brasileiro, esse brasileiro que a nossa Carta Magna descreveu, com direito à educação, à moradia, ao emprego, ao lazer e à vida, enfim. E é em nome desses brasileiros que esta Casa precisa focalizar seus olhos em Roraima, precisa postar-se vigilante para garantir que ali possam existir as condições necessárias para o desenvolvimento de ações que assegurem, aos que ali nascerem e aos que ali optarem por viver, o que nossa Constituição diz como direito basilar, que é o direito de viver cada vez melhor.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Mão Santa deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Ana Júlia Carepa

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Mão Santa, que nos prometeu ser rápido para ainda dar tempo de ouvirmos o Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros e eu mesma também que estou inscrita.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Ana Júlia Carepa, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que assistem esta sessão do Senado, dia 29 de janeiro, quinta-feira, minhas primeiras palavras são de saudação à comemoração de mais um aniversário da Rádio Senado. Evidentemente, esta é a tribuna livre e esse é o sistema de comunicação que leva os anseios do povo para todo o Brasil.

Senadora Ana Júlia Carepa, a influência da Rádio Senado e da TV Senado é muito grande e procurada. Penso mesmo que a audiência da TV Senado aumenta, principalmente agora, com V. Ex^a na Presidência desta Casa, sem dúvida, garantindo o Ibope dessa televisão, pela sua figura bela, simpática, verdadeira, que simboliza a grandeza e a beleza da mulher brasileira e paraense.

Outro dia, eu estava em Campos do Jordão e assisti a uma missa. Quando dela saí com a minha esposa, Adalgisa, de repente fui abordado por um ex-deputado, um médico e um corretor. Fui a Campos do Jordão pela primeira vez e me perguntaram se eu era o Senador Mão Santa. E a razão de nos tornarmos conhecidos é a Rádio Senado e a TV Senado. E a inspiração para a criação da Rádio Senado foi do Senador José Sarney.

Venho a esta tribuna para manifestar gratidão.

Senadores Renan Calheiros e Ney Suassuna, somos do Nordeste. O Senador Ney Suassuna foi um excepcional Ministro da Integração Nacional. O Nordeste vive o drama das enchentes. Senador Paulo Paim, no Piauí a região inundada é a da cidade de Picos. A cidade de Itainópolis, a 40 km de Picos, está embaixo das águas. Eu, que vivo o Piauí, fiquei perplexo ao ouvir que Itainópolis estava sofrendo com as enchentes. Informaram-me que nos anos 60, há mais ou menos 43 anos, houve uma enchente na região. A minha cidade, Parnaíba, é, no litoral, a mais baixa e costuma sofrer com as intempéries da enchente.

A grandeza de Alberto Silva vem, justamente, do fato de S. Ex^a ter sido Prefeito dessa cidade. E ele fez como na Holanda. O holandês diz: Deus fez o mundo e o holandês fez a Holanda. Eles fizeram um muro para conter o mar. Alberto Silva fez um dique para conter as águas dos rios Parnaíba e Igarçu, o que tem minimizado os problemas. Com isso, Alberto Silva tornou-se o homem mais empreendedor e realizador durante o tempo em que foi Prefeito e Governador do Estado do Piauí.

Acontece que se preocupações me trazem a esta tribuna, pois as cidades de Picos, Itainópolis, Monsenhor Hipólito, Isaías Coelho, Patos e outras cidades estão inundadas, a preocupação maior, Senadora Ana Júlia Carepa, é que todos esses rios são afluentes do rio Parnaíba. Então essas águas, de regiões nunca dantes inundadas, ou raramente inundadas, vão cair no rio Parnaíba. E daqui a 15, 20 dias – gostaria de não ser profeta –, essas águas seguirão para o rio Parnaíba e inundarão cidades ribeirinhas como Santa Filomena, Uruçuí, Ribeiro Gonçalves,

Guadalupe, Amarante, Palmeirais, Teresina, União, Porto, Luzilândia, Parnaíba – onde nasci.

Nós, os Senadores Alberto Silva, Heráclito Fortes, os Deputados Federais e eu, fomos mostrar as nossas preocupações ao Ministro das Cidades, Olívio Dutra, gaúcho, que nos atendeu tão bem. Depois, na ausência do Ministro da Integração, fomos recebidos junto com José Maia, Presidente da Associação dos Prefeitos e Prefeito de Itainópolis, cidade em que 80% das casas estão alagadas, cidade de muita importância para o Piauí que nela nasceu o maior tecladista do País: Frank Aguiar.

O Secretário Executivo Mário Lacerda e o Secretário da Defesa Civil tranqüilizaram os Senadores, os Deputados Federais Marcelo Castro e Paes Landim e o Presidente da Associação dos Prefeitos, José Maia, que já há uma decisão do Ministério da Integração Regional, do Ministro Ciro Gomes em, primeiro, dar atenção à reconstrução de pontes que tornaram algumas dessas cidades do Piauí como cidades do Nordeste, do Sergipe, da Paraíba, do Pernambuco, do Ceará, cujo tombamento ilhou determinadas cidades e comunidades, e, posteriormente, uma reconstrução das casas que foram tombadas ou destruídas pela calamidade.

O Ministro Ciro Gomes, que está nesse Ministério da Integração Nacional, repete gestos de Ministros do passado, quando eu mesmo recebi, em 1995, a solidariedade, a visita, o apoio e os recursos do então Ministro Cícero Lucena.

Naquela época, ele liberou cerca de US\$5 milhões – em 1995 o real, Senador Paulo Paim, era equivalente ao dólar. De imediato, transferi a metade ao Prefeito da capital, Francisco Gerardo, que retirou todos os habitantes das regiões ribeirinhas da capital, do rio Parnaíba e do rio Poti, fazendo casa para aqueles necessitados e fazendo nascer em Teresina o Parque Wall Ferraz e o bairro Mão Santa.

Essas enchentes são cíclicas. O restante do dinheiro eu transferi para os prefeitos das regiões ribeirinhas que tiveram o mesmo procedimento. Anos depois, eu vi no exercício de Ministro da Integração Nacional o extraordinário Líder do meu Partido, Senador Ney Suassuna, que, quando solicitado, mostrou a sua solidariedade e o seu apoio ao nordestino do Piauí.

Confiamos no atual Ministério, muito embora desfalcado de um dos instrumentos essenciais para essas ações e calamidades, que era a Sudene, que permanece moribunda. Em momentos como estes era um instrumento que o Nordeste tinha para fortalecer e animar o nordestino. Lamentamos a sua dissolução.

Contudo, estamos acreditando nas ações imediatas do Ministro das Cidades Olívio Dutra e do Ministro Ciro Gomes e de seu Secretário Márcio Lacerda. Esperamos, então, que essas ações sejam imediatas, porque me lembro, Senadora Ana Carepa, Senador Ney Suassuna, quando menino...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Senador Mão Santa, Senadora Ana Júlia Carepa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senadora Ana Carepa. Eu apenas esqueci o Júlia, mas não esqueci a sua beleza, simpatia e inteligência.

Mas eu queria dizer que me lembro quando no passado, na minha cidade, Senador Renan Calheiros, Getúlio Vargas era o Presidente e o extraordinário homem público, prefeito e interventor de nossa cidade era Mirocles Veras, primo de Humberto Campos, em uma dessas enchentes. Naquele tempo, a burocracia e a demora eram tão grandes que quando chegaram os recursos já tinham baixado as águas. Chegaram tardiamente. Mas aquele homem de uma visão extraordinária, que não sabia mais o que era alagado, pela sua honestidade pegou os recursos todos e fez um hospital materno-infantil, que hoje enriquece a nossa história e a medicina de minha cidade.

Então, eu espero que não haja demora, como naquele tempo da ditadura Vargas; que os recursos cheguem, como no tempo em que eu governava o Piauí, por meio do Prefeito Cícero Lucena. Quando chegaram, mais recentemente, por meio da ação pronta do Ex-Ministro Ney Suassuna.

Então, essas são as nossas palavras de crença e apelo pelo atendimento dos nordestinos e dos piauienses que sofrem.

Era o que tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Concedo a palavra ao eminente Senador Renan Calheiros, como Líder, por vinte minutos, para comunicação de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea b, do Regimento Interno.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Ana Júlia Carepa, que, para todos nós, para o País e para seu querido Estado do Pará, preside honrosamente esta sessão, Sr^{as} e Srs. Senadores, a atividade turística tem apresentado alto índice de crescimento e movimentado bilhões de dólares em todo o Planeta. Dados da Organização Mundial de Turismo revelam que esta é a atividade que mais cresce no mundo e já superou, inclusive, a indústria automobilística na geração de receitas, com um faturamento aproximado de US\$ 3,6 trilhões.

Ou seja, Sr^{as} e Srs. Senadores, cerca de 10,5% do PIB mundial. Movimenta, ainda, quase 2 bilhões de viajantes, gerando mais de 260 milhões de empregos em todo o mundo.

Estamos, portanto, diante do desafio de incrementar uma indústria que abriga 11% de todo o mercado mundial de trabalho, movimenta mais de US\$500 bilhões por ano, é a principal fonte de renda para 40% dos países e se inclui entre as cinco maiores atividades geradoras de riqueza em 83% das nações.

O Brasil, com sua imensa dívida social e a presente retração da economia, não pode dar-se ao luxo de perder oportunidades de desenvolver seu potencial turístico, atividade que, sem exagero, produziria profunda e positiva mudança socioeconômica no País. A idéia do turismo como fonte de emprego e renda para a nossa população é hoje, sem dúvida, uma realidade.

O investimento nesse setor muito contribuirá para minimizar o grave problema social da miséria e da fome de nosso povo.

Temos, Sr. Presidente, mão-de-obra disponível, que em grande parte ainda depende de qualificação profissional. Mas o treinamento adequado, sem dúvida, propiciará emprego e esse, por sua vez, renda para as famílias. Em todo o mundo, de cada dez empregos um é gerado pela indústria turística. No Brasil, cada emprego direto criado no setor representa quatro empregos indiretos.

No Nordeste, Sr. Presidente, vivemos um momento positivo, altamente positivo. Hoje, há diversos projetos de investimentos estrangeiros, especialmente de grupos portugueses, que ali se fazem de forma crescente. E mais: estamos em plena expansão turística com relação aos cruzeiros marítimos.

O turismo de negócios, por sua vez, tornou-se uma alternativa para regiões e cidades estrategicamente bem localizadas. O ecoturismo é uma realidade e também uma alternativa para afastar o problema da sazonalidade e evasão dos turistas das férias.

A temporada de verão 2003/2004 chegou trazendo mais turistas estrangeiros para a nossa região, com uma oferta recorde de vôos. Semanalmente, estão chegando, em 7 cidades nordestinas, 42 vôos **charters**, provenientes de 14 países.

São 133% de aumento em relação à temporada anterior, que contava apenas com 18 vôos. Há aumento de vôos de Portugal e Espanha, só para citar alguns. Além disso, cidades como Maceió, Natal e Fortaleza vêm se tornando os destinos mais procura-

dos, principalmente pelos turistas de países da América do Sul e da Europa.

Nesta temporada de verão, a Argentina aparece em primeiro lugar em número de **charters** para o Nordeste: são dez; oito a mais em relação ao verão passado.

Portugal é o segundo da lista, com nove vôos; três a mais do que no ano anterior. Os demais são da Escandinávia, Itália, Holanda, Uruguai, Chile, Espanha, França, Suíça, além da República Checa e Guiana Francesa.

Alagoas, Sr. Presidente, tem forte vocação turística, não se pode negar. Em cada esquina da nossa capital, Maceió, ou de outras partes do nosso Estado, haverá sempre alagoanos dispostos a receber de braços abertos o turista, venha ele de onde vier.

Essa é, sem dúvida, Senador Mão Santa, uma das características do nosso povo. Nos últimos 12 meses, chegaram apenas pelo Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares, em Maceió, cerca de 600 mil turistas. Cada brasileiro que visita nosso Estado deixa, em média, R\$100,00 por dia e o estrangeiro, US\$70,00, o que significa a injeção na nossa economia, nesta temporada, de R\$40 milhões.

Neste verão, a demanda turística do Estado de Alagoas cresceu consideravelmente. Só no mês de janeiro, já recebemos 51 mil visitantes. Em relação a janeiro de 2003, Alagoas registrou um crescimento de turistas brasileiros da ordem de 51% e, com grande destaque, de 244% de turistas estrangeiros.

Os principais visitantes são portugueses, italianos, argentinos e chilenos e, pela primeira vez, estamos recebendo bolivianos. Isso tudo aconteceu, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apesar de Maceió não ter sequer um vôo internacional de carreira.

Mas a pista do Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares está pronta para receber aviões de grande porte. Conseguimos ampliá-la em mais de 400 metros e homologá-la junto ao DAC. Apenas em 2003, conseguimos a liberação de mais de R\$50 milhões para a construção do novo aeroporto de Maceió, graças à colaboração do Governo Federal e ao espírito público do ex-Senador Carlos Wilson, atual Presidente da Infraero.

São recursos para a construção do novo aeroporto de Maceió, cujas obras caminham em ritmo acelerado. Temos ainda trabalhado para garantir a construção de um terminal de passageiros no Porto de Maceió, para incluir, de vez, nossa capital na rota dos grandes navios de cruzeiro.

Por sua vez, o Governador Ronaldo Lessa também está construindo um moderno centro de convenções na capital – antiga reivindicação do setor turístico –, que colocará, sem dúvida, Alagoas em condições de maior competitividade com os outros Estados do Nordeste.

O turista estrangeiro, sobretudo o europeu, vem lotando os hotéis de Maceió. Dados da Secretaria de Turismo confirmam que somente de Lisboa são cerca de 150 turistas por semana.

E, segundo o Secretário de Turismo, Tito Uchoa, esse número ainda pode aumentar, já que Maceió receberá mais um vôo direto de Portugal por semana procedente da cidade do Porto. Da Itália, os vôos semanais trazem em média 300 turistas.

Infelizmente, o Brasil, com todo o seu potencial, amarga o desconfortável 29º lugar no **ranking** internacional dos países que mais recebem turistas. A Espanha, por exemplo, recebe uma média de 57 milhões de visitantes por ano.

Para uma terra como a nossa – de belezas naturais exuberantes, patrimônio histórico e arquitetônico riquíssimo, cultura, música, folclore contagiante, culinária para todos os gostos – é absolutamente insignificante receber apenas cinco milhões de turistas estrangeiros anualmente.

O crescimento do apelo turístico baseado na preservação e conservação da natureza, além do patrimônio histórico e cultural, colocam o Brasil na vanguarda como um dos principais destinos nos próximos dez anos.

Daí, Sr. Presidente, surge a necessidade de nos prepararmos, desde já, investindo mais em capacitação da mão-de-obra, segurança e infra-estrutura, para competirmos no mercado internacional.

A Organização Mundial do Turismo prevê que, para cada dólar investido nesta área por um país, ele recebe seis como retorno. Temos de consolidar as bases para um desenvolvimento harmônico entre o turismo e as belezas naturais existentes.

Em nosso País, segundo o IBGE, o setor influencia 52 segmentos diferentes da economia, empregando em sua cadeia desde mão-de-obra mais qualificada em áreas que utilizam alta tecnologia até as menos especializadas, tanto no emprego formal quanto no emprego informal.

Para que o Brasil se constitua em grande destino turístico mundial, é necessário que ele consolide primeiro um turismo interno forte, de qualidade e competitivo. Depois um turismo intra-regional significativo para então poder se consagrar como um destino in-

ternacional. Sr. Presidente, é preciso, portanto, desenvolver o turismo em bases sustentáveis.

O turista, hoje em dia, está mais bem-informado e exigente. Não quer apenas férias passivas sob o sol, mas experiências que o enriqueçam culturalmente.

É necessário estimular a parceria entre o Governo, o empresariado e a comunidade para alcançarmos esses objetivos. Ações compartilhadas com a sociedade são fundamentais nesse ramo de atividade. Incentivar programas de entretenimento, educação ambiental e realizar a recuperação de paisagens degradadas também, sem dúvida nenhuma, são iniciativas altamente desejáveis.

Concedo um aparte ao Senador Eduardo Siqueira Campos.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO) – Senador Renan Calheiros, desejo tão somente parabenizá-lo por abordar assunto tão importante: a profissionalização do turismo interno e externo em nosso País, a preparação da mão-de-obra. Não existe País que tenha tanto atrativo, do ponto de vista turístico, quanto o Brasil. Não podemos continuar perdendo turistas para Cancun, para o Caribe ou para outro país. O Estado de V. Ex^a, Alagoas, sem dúvida alguma, tem uma das mais belas praias do Nordeste brasileiro e do País. Muitos outros Estados nordestinos têm lindas praias. No Estado de V. Ex^a, da Barra de São Miguel à Praia do Francês e à de Paripueira, todas as paragens merecem estar à altura de qualquer destino internacional. Faz bem V. Ex^a ao divulgar o quanto é distributiva a cadeia do turismo, o quanto hidrata a nossa economia. V. Ex^a faz bem também ao destacar que precisamos preparar o nosso País para aumentar o fluxo de turismo interno e externo. Devo dizer ainda que, atualmente, certas promoções tornam mais barata a saída de Brasília para Buenos Aires do que para qualquer outro destino nosso, seja para o Nordeste, para o Sudeste ou para o Sul, como Santa Catarina ou outros Estados brasileiros. Precisamos profissionalizar e baratear o turismo. Não aceitamos mais perder turistas. Encerro este aparte com um último exemplo: o Jalapão, no Tocantins, tem sido visitado por grupos internacionais. Temos o Araguaia e outras belezas nos Estados das Regiões Norte e Centro-Oeste. Portanto, é importante o pronunciamento de V. Ex^a, não só por ser de Alagoas, mas por ser Líder de um partido tão importante quanto o PMDB. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Agradeço sinceramente o aparte de V. Ex^a, que honra o meu discurso com uma argumentação absoluta-

mente inteligente, para que possamos concretizar e, mais ainda, consolidar o Brasil como um dos principais destinos turísticos do mundo. Precisamos fazer exatamente o que V. Ex^a acabou de falar: preparar o País, incentivar o turismo interno, fazer publicidade, levar informações suficientes ao público, aparelhar o turismo, dar-lhe competitividade, estimular a competitividade do setor, enfim, profissionalizar o turismo nacional. V. Ex^a tem absoluta razão, e, dentro dessa profissionalização, é claro que devemos incluir o nosso Tocantins, a exemplo de Alagoas. Tive a honra de, recentemente, conhecer com mais detalhes o Estado do Tocantins e fiquei admirado com o que lá se fez, do ponto de vista do desenvolvimento, do progresso social. Esse é um exemplo que, sem dúvida, precisamos levar para os outros Estados do Brasil.

É fundamental, Sr. Presidente e já encerro também realçar a questão do conhecimento, da pesquisa, da tecnologia e da educação profissional. Reside aí um dos fatores de diferenciação entre o Brasil e os seus principais concorrentes no mundo.

De igual modo, é imprescindível identificar meios e instrumentos que, em áreas como o transporte, possam remover obstáculos ao impulsionamento do turismo interno e externo no País. Fazer essa lição de casa é urgente.

E, por falar em lição de casa, Sr. Presidente, gostaria de cobrar publicamente do Governo o tema que tratei várias vezes, na semana passada, com o Ministro Antonio Palocci, com o Líder do Governo no Senado Federal, Senador Aloizio Mercadante, com o Ministro José Dirceu e até com o Presidente da República, no último encontro que tivemos com Sua Excelência: o compromisso de fazermos a revisão das alíquotas da Cofins, acertada com o PMDB e com os outros partidos por ocasião da votação do projeto de lei de conversão aqui concretizado no final do último período legislativo. Votamos o projeto de conversão, que melhorou a medida provisória, mas com o compromisso de, na convocação extraordinária, realizarmos a sua inadiável revisão. Entendo disse isso ao Ministro Palocci e, repito, ao Líder Aloizio Mercadante e ao Presidente da República que chegou a hora. Já reduzimos as alíquotas para diversos setores da economia – por ocasião da tramitação na Câmara dos Deputados –, como a saúde, a educação e o transporte coletivo; mas precisamos reduzir também a alíquota de outros setores como o transporte de cargas, a construção civil e, principalmente, o turismo. Se não adotarmos todo esse conjunto de medidas, ficaremos para trás no tempo e na concorrência, na competitividade com outras nações.

A exuberância nacional, histórica e arquitetônica do Brasil será novamente substituída pelo conforto, bom atendimento e relação custo/benefício dos países que perceberam, há muitos anos, que o turismo é fator de prosperidade, geração de empregos e justiça social.

Sr. Presidente, por mais paradoxal que seja já que falamos muito de sol, infelizmente preciso informar o meu Estado, o País sobre as providências que a Bancada de Alagoas e o Governador Ronaldo Lessa vêm adotando, incluídas as gestões feitas perante o Governo Federal, para atender aos alagoanos angustiados particularmente com as enchentes, que acabaram afetando o nosso Estado. Ontem, a Bancada de Alagoas, com a presença do Governador do Estado, pediu providências ao Vice-Presidente José Alencar...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Renan, gostaria de participar!

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Com satisfação, ouço V. Ex^a, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Renan Calheiros, V. Ex^a, que lidera, com muita competência, o nosso Partido, poderia reivindicar ao Presidente do Senado, Senador Paulo Paim, a criação de uma comissão de Senadores para avaliar as dificuldades do Nordeste diante das enchentes.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, sem dúvida, gostaria de subscrever a oportuna sugestão do Senador Mão Santa, como aliás tem feito com todos os outros assuntos pertinentes ao Senado Federal. Gostaria que V. Ex^a, Sr. Presidente, analisasse a possibilidade de criarmos uma comissão do Senado Federal, com a participação de todos os Partidos, a fim de discutirmos os prejuízos causados pelas enchentes. O objetivo seria sugerir ao Governo Federal, em curtíssimo espaço de tempo, o melhor caminho para a recuperação, agilizando providências e cobrando posições. Isso, sem dúvida, colocaria o Senado dentro do problema, demonstrando para o País e sobretudo para os Estados mais afetados nosso compromisso inadiável com a solução dos problemas nacionais.

Ontem, não pude estar presente à reunião com o Governador Ronaldo Lessa, acompanhado da Bancada Federal, porque tive que fazer uma visita ao Presidente José Sarney em São Paulo. Mas conversei por telefone com o Governador e com alguns prefeitos, com a Prefeita Roseana Beltrão, Presidente da Associação dos Municípios de Alagoas, anunciando providências. Hoje mesmo, daqui a pouco, conversei com o Ministro José Dirceu e, em seguida, telefo-

narei para os Ministros Ciro Gomes e Aldo Rebelo, a fim de que possamos agilizar providências para a recuperação das áreas atingidas.

A situação é dramática. O flagelo é de uma abrangência quase inacreditável. Há muito, Sr. Presidente, o sertão não convivia com enchentes. Agora, quase sessenta anos depois, houve uma enchente de grande magnitude, com resultados terríveis, que precisam ser reparados.

Agradeço a V. Ex^a e, mais uma vez, gostaria de reforçar a sugestão do Senador Mão Santa.

Durante o discurso do Sr. Renan Calheiros, a Sra. Ana Júli Carepa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Gostaria de solicitar ao Líder Renan Calheiros, que sai da tribuna neste momento, e também ao Senador Mão Santa que formulem e encaminhem a proposta, que esta Presidência vê com enorme simpatia. O Brasil todo assiste, muito preocupado, à situação das enchentes no Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Antes de passarmos a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa, prorrogo a sessão por dez minutos, para que a Senadora Ana Júlia Carepa possa fazer seu pronunciamento.

Tem a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero hoje fazer dois registros, mais especificamente em relação à Caixa Econômica Federal, sendo um em relação ao nosso Sistema Financeiro da Habitação.

Com muito orgulho, sou arquiteta, além de funcionária do Banco do Brasil. Quando estudante de Arquitetura, meu trabalho de conclusão de curso foi exatamente uma pesquisa sobre o Sistema Financeiro da Habitação e sua utilização para a população de baixa renda.

O Governo Lula está escrevendo uma nova página na relação entre os bancos oficiais, especialmente a Caixa Econômica Federal, e os mutuários do Sistema Financeiro da Habitação. E quero, obviamente, citar como exemplo meu Estado, o Pará. Em 1998, foi criado o Fórum da Moradia, que é o espaço aglutinador dos diversos movimentos sociais que enfrentavam as questões referentes ao direito de morar. Belém, capital do Pará, e Ananindeua, município da

região metropolitana, são municípios onde existe uma grande concentração de ocupações, de conjuntos habitacionais que foram financiados e abandonados no meio da construção, e a população sem moradia acabou ocupando esses espaços.

No início, realmente, quando foi criado, foram muitos os enfrentamentos entre os moradores e a Polícia, tendo como móvel principalmente o cumprimento dos mandados de despejo. A grande questão que surgia nesses embates era sobre a legitimidade daquelas decisões, que, por mais que possuíssem amparo na legislação civil, acabavam deixando de lado uma realidade insofismável: o desequilíbrio entre o valor das prestações da casa própria e a renda efetiva dos mutuários.

No Pará, foi pelo Fórum da Moradia que se chegou a uma solução a cerca da quitação antecipada, por exemplo, dos oito mil contratos do Plano Paih, pelo qual os trabalhadores quitaram seu imóvel pelo preço de R\$600,00, e assim realizaram o sonho da casa própria. Foi também em razão das ações do Fórum que cerca de mil famílias não foram despejadas de seus imóveis.

Houve um episódio que eu diria muito interessante: o Juiz Federal Dr. Eduardo Cubas realizou uma inspeção judicial *in loco*, a pedido, inclusive, do próprio Fórum da Moradia, para conhecer de perto a realidade do imóvel que era objeto da ação possessória. E ele pôde comprovar, na prática, a distância que existia entre o que existia nos autos do processo e a dura realidade daquelas famílias.

Para o movimento, sempre foi claro que, apesar das distorções do Sistema Financeiro de Habitação, os imóveis foram construídos com dinheiro do FGTS, Fundo de Garantia dos trabalhadores. É, portanto, para esse fundo que deve retornar o dinheiro, que é, por direito, dos trabalhadores. O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço é o recurso do trabalhador que é utilizado para a construção de habitações, sendo, portanto, para esse Fundo que deve retornar o dinheiro, exatamente para que ele continue financiando novas moradias no nosso País.

Essa sempre foi a compreensão do movimento e do Fórum da Moradia. É preciso que fique claro: o movimento da moradia e o Fórum da Moradia, especificamente no Estado do Pará, jamais defendeu o calote dos financiamentos, mas colocou em xeque os critérios de reajuste que elevavam os valores das prestações a níveis impagáveis. Este, sim, é o verdadeiro motivo da inadimplência e da situação deficitária do Sistema Financeiro da Habitação, além de outros desvios que sabemos que aconteceram, como o

financiamento de conjuntos em que as empresas se apropriavam desses recursos e abandonavam a obra no meio do caminho.

Hoje, com o Governo Lula, o movimento pela moradia já começa a experimentar os primeiros frutos de sua luta em governo popular, em especial no que tange à reavaliação dos imóveis.

No ano passado, foi criada uma comissão, de que participei, tendo estado diversas vezes junto com o Presidente Jorge Mattoso e o Superintendente da Caixa Econômica Federal no Estado do Pará, com o Fórum da Moradia, com Parlamentares, Vereadores, com a Vereadora Sueli, do Município de Belém, e outros Parlamentares e Deputados Estaduais. E a relação foi completamente diferente: em vez dos cassetes da Polícia Militar a expulsar aqueles mutuários, a situação passou a ser outra. Foi criada uma comissão, de que participamos, composta por representantes do Fórum, técnicos da Caixa Econômica Federal e da Engea, empresa gestora desses ativos, que administra esses imóveis.

Dessa comissão surgiu, no final do ano passado, o Programa chamado Pró-Venda, pelo qual, por uma experiência piloto, foram reavaliados, inicialmente, de imediato, mil imóveis no Estado do Pará. Esses imóveis chegaram a preços condizentes com a realidade econômico-financeira dos moradores, bem como com a realidade do mercado, já que aqueles imóveis, estavam avaliados pelo Sistema Financeiro de forma completamente disparatada em relação ao próprio mercado. Eles haviam sido superavaliados.

Os imóveis que, segundo avaliação feita em Governos anteriores, haviam sido avaliados em R\$34 mil foram reavaliados, pela nova proposta, em R\$16 mil. Isso representa menos da metade do valor pelo qual haviam sido avaliados anteriormente. Imóveis que haviam sido avaliados em R\$17 mil passaram a ter uma avaliação realista de R\$3 mil. Foi o que aconteceu, por exemplo, com imóveis localizados em conjuntos como João Coelho e Orlando Lobato, todos situados no Estado do Pará. Dos mil imóveis avaliados, cerca de 600 já foram quitados ou voltaram a ter pagas suas prestações. São famílias que não estão mais inadimplentes, que não são mais devedoras do Sistema Financeiro da Habitação.

Tudo isso foi possível graças à disposição do Governo Lula e, com certeza, à luta e à organização dos moradores e do Fórum da Moradia. É com medidas como essa que o Governo Lula resgata seu compromisso de desenvolver uma política habitacional que enfrente o enorme déficit de residências no País e permite aos atuais mutuários pagar em dia suas

prestações, com preços justos e acessíveis à maioria da população.

Quero, inclusive, aproveitar para fazer um outro registro que tem relação com a Caixa Econômica Federal. Amanhã, estarei no Município de Parauapebas. Vamos participar da assinatura de um convênio entre a Caixa Econômica Federal e a Prefeitura local, onde será construída a nova agência da Caixa. E vamos ter a possibilidade de abrir várias novas agências da Caixa e também do Banco do Brasil, até porque muitas foram fechadas, principalmente nos Municípios menores. Portanto, é uma conquista, é uma vitória, a instalação de uma agência da Caixa Econômica em Parauapebas. Vitória da população, do movimento organizado e do compromisso do nosso Governo, que está demonstrando, na prática, que é possível levar serviços públicos à população que, por vezes, se encontra distante. Nesta oportunidade, lembro-me de um projeto que relatei, aprovado em regime de urgência, que criava 269 novas Varas da Justiça do Trabalho, a maioria em Municípios interioranos, levando a Justiça para mais próximo do cidadão.

Parabenizo o Governo e a Caixa Econômica Federal, inclusive porque o Governo está dando solução concreta a um problema que aflige, eu diria, sem nenhum medo de exagerar, milhões de brasileiros: refiro-me à inadimplência para com o Sistema Financeiro de Habitação.

O Estado do Pará, com este programa piloto, o Pró-Venda, dará exemplo não só para o próprio Estado, mas também a problemas semelhantes em todo o Brasil. Essa é a vontade política do Governo Lula, que está cumprindo seu compromisso.

Parabéns à Caixa Econômica Federal e também aos moradores, que souberam se organizar para conquistar, mais uma vez, a possibilidade de realizarem o sonho, agora realidade, de possuírem a casa própria.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Edison Lobão, Romero Jucá e Eduardo Siqueira Campos enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a imprensa está noticiando que, na última quarta-feira, dia 28, foram assassinados três auditores fiscais do Ministério do Trabalho na cidade de

Unai, Noroeste de Minas Gerais, município próximo a Brasília, que estavam inspecionando fazendas da região suspeitas de manterem trabalhadores sob regime de escravidão. O quarto servidor, motorista, também baleado, foi internado no Hospital de Base de Brasília sob proteção policial, mas não resistiu e morreu horas depois.

Esse trágico acontecimento dá uma idéia da ousadia daqueles que, sob promessas mirabolantes, seduzem pobres camponeses para os chamados trabalhos escravos. E se dispõem a matar, como acaba de ocorrer em Unai, os que tentam impedir tal prática criminosa.

No ano passado, abordei desta tribuna o problema do trabalho escravo ao regozijar-me com a iniciativa pioneira, assumida pelo Maranhão, de realizar em Açailândia a Primeira Jornada Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo.

Ali se firmou, com o apoio da Organização Internacional do Trabalho, uma fértil parceria do Governo do Estado com o Governo Federal. O Maranhão assumia a vanguarda da luta contra o trabalho escravo, respaldando a determinação do Governo Federal de extirpar, do cenário social de nosso País, “qualquer resquício dessa indigna exploração do ser humano”.

Afinal, dá-se necessária substância aos acordos internacionais firmados pelo Brasil, objetivando a extirpação em nosso País do trabalho escravo: em 1930, assinamos a Convenção 29, que dispõe sobre a eliminação do trabalho forçado ou obrigatório em todas as suas formas, excetuados o serviço militar, o trabalho penitenciário – desde que adequadamente supervisionado – e o trabalho obrigatório em situações de emergência, como guerras, incêndios, terremotos etc. Em 1957, o Brasil comprometeu-se, na Convenção 105, a proibir o uso de toda forma de trabalho forçado ou obrigatório como meio de coerção ou de educação política, ou como castigo por expressão de opiniões políticas ou ideológicas. Nessa Convenção, também se proíbem a mobilização de mão-de-obra como medida disciplinar no trabalho, punição por participação em greves ou como medida de discriminação.

E essa luta, felizmente, tem sido bem sucedida.

O jornal **O Globo** publicou, em sua edição de 23 deste mês de janeiro, que o número de trabalhadores libertados de condições semelhantes às da escravidão dobrou em 2003 em relação ao ano anterior. Segundo levantamento do Ministério do Trabalho, no ano passado foram resgatados 4.852 trabalhadores em vários Estados, principalmente Pará, Mato Grosso e Maranhão. Em 2002, libertados 2.306 trabalhadores. O valor total das indenizações trabalhistas também subiu: de 1 milhão e 900 mil reais para 5 milhões e 700 mil reais.

A 11 de março do ano passado, o Governo Federal divulgou o Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, propondo 75 medidas que visam tal objetivo. E, a 31 de julho passado, baixou o decreto que cria a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE).

Há, pois, uma séria disposição das nossas autoridades em dar um fim a essa modalidade de exploração humana.

Segundo o Ministério do Trabalho, o crescimento do número de trabalhadores resgatados da escravidão foi conseguido graças ao cerco da fiscalização e ao aumento das denúncias, e agora se vê que, em função desse rigor, servidores foram covardemente assassinados no cumprimento dos seus deveres.

Em 2002, os fiscais visitaram 91 estabelecimentos. Ano passado, esse número subiu para 193. A pecuária é o setor que mais usa mão-de-obra escrava.

O trabalho da fiscalização do Governo Federal mostrou que, além dos Estados onde essa irregularidade é comum, estão surgindo novos focos, como em Tocantins, Rondônia, Bahia e Rio de Janeiro. Além de aumentar a fiscalização em todo o País, o Ministério pretende atuar também na prevenção e desenvolver dois projetos-piloto de inserção dos trabalhadores resgatados. Para tal experiência foram escolhidos os Estados do Maranhão e Piauí, nos quais se mantêm os principais núcleos aliciadores de mão-de-obra escrava.

O projeto de combate ao trabalho escravo, com o apoio da Organização Internacional do Trabalho, deverá ser instalado ainda neste primeiro semestre de 2004 em dois municípios de cada Estado, com recursos orçamentários majorados de R\$ 1,1 milhão, em 2003, para R\$ 3,96 milhões em 2004.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a ação eficaz de diversas esferas do Poder Público – como Governos Estaduais, Justiça do Trabalho, Ministério Público e Ministério do Trabalho – deve ser fortalecida para que a prática do trabalho escravo ou em condições similares ao trabalho escravo seja eliminada de nosso País. Essa atuação das autoridades sintoniza as ações do poder público com as normas jurídicas já aceitas internacionalmente pelo Brasil há várias décadas.

É com muita satisfação e esperança, portanto, que registro, mais uma vez, em nossos anais, essas iniciativas do Governo Federal e da OIT, das quais o meu Estado, o Maranhão se fez pioneiro.

Tenho muitas esperanças de que todos os segmentos do Poder Público e da opinião pública prossigam nessa cruzada de grande alcance social e humano.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é sabido que existem limites para a atuação do Estado em qualquer sociedade democrática. Em função disso, está fora da vista do Poder Público o ato cometido na intimidade do lar.

Entretanto, cabe a esse mesmo Estado o dever de garantir aos seus cidadãos proteção, vida digna e assistência, quando necessário. É muito preocupante quando uma ação que se desenrola em ambiente estritamente privado resulta em ameaça de qualquer espécie aos direitos fundamentais de alguma pessoa.

Exatamente porque o Estado não pode estar ciente de tudo o que acontece, é fundamental a ação de setores organizados da sociedade, que chegam onde ele não pode chegar.

Nesse sentido, quero deixar registrada neste Senado Federal minha admiração a empreendimentos como o número especial da revista Sinais dos Tempos, da Igreja Adventista do Sétimo Dia, intitulada “Quebrando o Silêncio – Dizendo Não à Violência”, que trata do delicado tema da violência doméstica em nosso país.

Em linguagem clara, com boa fundamentação científica, a revista busca atingir o público cristão, de uma maneira geral, mostrando que o problema é de difícil solução sem a participação da própria sociedade, uma vez que existe um manto de silêncio que normalmente recobre esses dolorosos casos.

A publicação traz dados estatísticos impressionantes, não apenas referentes ao Brasil, mas também a outros países, demonstrando que, ao contrário do que muitos pensam, não existe nenhuma forma de predominância de tipo social que seja associado à violência no âmbito da família. A agressão e o abuso físico, psicológico ou sexual, somada à negligência, apresenta-se em todos os estratos sociais e culturais, em todas as nações, ricas ou pobres, em freqüências muito semelhantes.

Inclusive, a revista faz questão de frisar às pessoas mais religiosas, que a manifestação externa de sentimentos religiosos nem sempre é sinal da boa saúde do relacionamento familiar. Alerta, ainda, que algumas interpretações errôneas de preceitos religiosos podem mascarar o perfil do agressor, como no caso da autorização que os pais têm para disciplinar seus filhos, freqüentemente usada como desculpa para espancamentos.

Existem textos importantes para orientação das pessoas que eventualmente se vejam em contato com casos de abuso. A revista busca nortear a pessoa que toma conhecimento de uma agressão contra um terceiro, especialmente no que diz respeito a como se comportar diante da vítima, que muitas vezes tem um forte sentimento de culpa que a leva a ser ainda mais silente

sobre o problema, por vergonha ou medo. Esclarece sobre reconhecimento de padrões psicológicos e comportamentais que podem dar pistas sobre agressores. Trata com muito cuidado da questão das mulheres e crianças, as principais vítimas dos casos, revelando, entretanto, que existem homens adultos afetados também. E, completa tentando atingir até mesmo o possível agressor, aconselhando-o a buscar ajuda psicológica e religiosa para seu caso.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, iniciativas como essa que apresento aqui são fundamentais para atingir os espaços de convivência onde o Estado não conseguiria chegar.

Felizmente, a própria compreensão do problema pela sociedade está mudando, na medida em que a divulgação de estudos e estatísticas bem fundamentadas, além de relatos dos próprios casos, vai se tornando mais comum.

Não se pode acusar mais o Estado de ser omissivo, como efetivamente já foi em outros tempos, quando se achava que o problema era estritamente do foro privado.

O arcabouço legal para a punição dos agressores e os caminhos para que as denúncias sejam apuradas já existem. As delegacias especializadas representam um importante passo para a solução dos problemas, uma vez que a vítima que consegue se libertar da barreira do silêncio sabe que vai achar ali pessoas que entendem sua situação.

As iniciativas de assistência social para minorar o sofrimento dos agredidos, como as casas de proteção para mulheres e crianças, que estão se tornando mais comuns, mantidas por entidades públicas e privadas, também têm cumprido importante papel no encaminhamento de soluções, uma vez que podem libertar essas vítimas do verdadeiro cativo doméstico a que são submetidas.

A parte que está faltando é exatamente essa que a Igreja Adventista se propõe a atacar. Falta esclarecer melhor a sociedade para que os casos possam ser identificados com mais facilidade, antes que se produzam danos irreversíveis nas vítimas. E o principal dano que os estudiosos da área identificam é a reprodução do ciclo de violência, uma vez que se sabe que vários dos agressores domésticos de hoje foram, em algum momento de sua vida, vítimas, eles mesmos, de agressões de familiares.

Esperamos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que bons exemplos como o da publicação dessa revista sejam imitados por outras entidades civis, juntando forças com o Estado. Estão de parabéns os editores responsáveis e as entidades que apóiam a iniciativa.

Era o que tinha a dizer.
Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sem sombra de dúvidas, o sistema de comunicação social que o Senado Federal conseguiu implantar ao longo dos últimos anos, cujos primeiros e decisivos passos foram dados quando o senador José Sarney presidiu esta Casa nos anos 90, é motivo de muita satisfação e orgulho para todos nós, representantes. Mas em igual medida representa também um avanço significativo para a própria sociedade brasileira, que passou a dispor de vários veículos para acompanhar o dia-a-dia de nossas atividades.

Dentre os distintos meios de comunicação da Casa, quero destacar, nesta brevíssima intervenção, a Rádio Senado, que completa no dia de hoje mais um aniversário. São sete anos ininterruptos de uma bem-sucedida programação, baseada especialmente nas atividades parlamentares, com acompanhamento, ao vivo, dos nossos trabalhos no plenário e nas distintas comissões desta Casa, que proporcionam um retrato isento, nítido e fiel de nosso labor cotidiano.

Pela sua própria natureza e mobilidade, o rádio contribui de forma decisiva para garantir maior visibilidade às ações desenvolvidas dentro do Senado Federal. E isso, sem descuidar da cultura brasileira, uma presença constante, e sempre marcante, em sua excelente programação.

Recobrando vários pontos de nosso vasto País, desde capitais até pequenas comunidades do interior, a Rádio Senado pode ser captada em frequência modulada e em ondas curtas, bem como através da Internet, que a disponibiliza, virtualmente, para qualquer ponto do planeta.

Por isso, mas, sobretudo, pelo empenho e dedicação de seus profissionais, no dia de hoje, quero parabenizar toda a equipe que integra a Rádio Senado – editores, redatores, repórteres, apresentadores, locutores, técnicos e pessoal de apoio – que, sob a condução precisa e profissional do jornalista Max Fabiano, fazem dessa emissora estatal um veículo respeitado e admirado por todos nós senadores, mas especialmente pelos seus ouvintes de todo o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 42 minutos.)

**ATA DA 1ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA
REALIZADA EM 19 DE JANEIRO DE 2004**
(Publicada no **DSF** de 20 de janeiro de 2004)

RETIFICAÇÃO

Na pág. nº 549, na ementa do texto final do Projeto de Lei do Senado nº 195, de 2003, que concede direito à presença de um acompanhante durante o trabalho de parto e o pós-parto imediato, no âmbito do Sistema único de Saúde, aprovado Comissão de assuntos Sociais,

Onde se lê:

“Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para garantir às parturientes o direito à presença de acompanhamento durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do sistema único de Saúde.”

Leia-se:

“Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para garantir às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde.”

Ata da 10ª Sessão Não Deliberativa, em 30 de janeiro de 2004

3ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Paulo Paim, Edison Lobão e Valdir Raupp

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O Senhor Presidente da República adotou, em 29 de janeiro de 2004, e publicou na mesma data, a **Medida Provisória nº 164, de 2004**, que “Dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços, e dá outras providências”.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)

Efraim Morais (PFL)	Rodolpho Tourinho (PFL)
Tasso Jereissati (PSDB)	vago
César Borges (PFL)	vago
Eduardo Azeredo (PSDB)	vago

Bloco de Apoio ao Governo(PT/PSB/PTB/PL)

Tião Viana (PT)	Fernando Bezerra(PTB)
Antonio Carlos Valadares(PSB)	Roberto Saturnino (PT)
Magno Malta (PL)	Ana Júlia Carepa(PT)

PMDB

Renan Calheiros	Luiz Otávio
Hélio Costa	Ney Suassuna
Sérgio Cabral	Garibaldi Alves Filho

PDT

Jefferson Péres	Almeida Lima
-----------------	--------------

PPS

Mozarildo Cavalcanti	vago
----------------------	------

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

PT

Arlindo Chinaglia	Fernando Ferro
Ary Vanazzi	Ivan Valente

PFL

José Carlos Aleluia	Kátia Abreu
Rodrigo Maia	Antônio Carlos Magalhães Neto

PMDB

José Borba	André Luiz
Mendes Ribeiro Filho	Gustavo Fruet

PSDB

Jutahy Júnior	Antônio Carlos Mendes Thame
Custódio Mattos	Bismarck Maia

PP

Pedro Henry	Celso Russomanno
-------------	------------------

PTB

José Múcio Monteiro	Ricarte de Freitas
---------------------	--------------------

Bloco PL, PSL

Valdemar Costa Neto	Bispo Rodrigues
---------------------	-----------------

PSB

Renato Casagrande	Janete Capiberibe
-------------------	-------------------

(*)PRONA

Enéas	Elimar Máximo Damasceno
-------	-------------------------

(*) Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: **29-1-2004**;
- Designação da Comissão: **30 -1-2004**;
- Instalação da Comissão: **2-2-2004**;
- Emendas: **até 4-2-2004** (7º dia da publicação);
- Prazo final na Comissão: **29-1-2004 a 11-2-2004** (14º dia);
- Remessa do processo à CD: **11-2-2004**;
- Prazo na CD: **de 12-2-2004 a 25-2-2004** (15º ao 28º dia);
- Recebimento previsto no SF: **25-2-2004**;
- Prazo no SF: **de 26-2-2004 a 10-3-2004** (42º dia);
- Se modificado, devolução à CD: **10-3-2004**;
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: **de 11-3-2004 a 13-3-2004** (43º ao 45º dia);
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **14-3-2004** (46º dia);
- Prazo final no Congresso: **28-3-2004** (60 dias);

A Presidência esclarece ao Plenário que a Comissão Mista que acaba de ser designada deverá tomar suas deliberações de acordo com o disposto no parágrafo único do art. 14 do Regimento Comum, ou seja, os votos dos membros do Senado Federal e da Câmara dos Deputados deverão ser tomados em separado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 5, de 2004** (nº 7/2004, na origem), do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando, nos termos do art. 41 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de dezembro de 2003, e quadro demonstrativo da Dívida Líquida dos Estados e do Distrito Federal.

O Ministro esclarece, ainda, que os dados relativos às dívidas consolidadas foram extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelas unidades da Federação, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

O expediente, anexado ao processado do Aviso nº 16, de 2003, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência recebeu do Senador Arthur Virgílio expediente referente à participação de S.Exa., como observador parlamentar, em Missão Oficial à Organização das Nações Unidas.

O expediente será juntado ao processado do Requerimento nº 1.736, de 2003.

É o seguinte o expediente recebido

Brasília, 28 de janeiro de 2004

Presidente José Sarney,

Tenho a honra de lhe encaminhar em anexo, cópia do Relatório da Reunião Parlamentar Oficial, que acabo de cumprir, como Observador deste Senado, indicado que fui pela confiança de Vossa Excelência.

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos de estima e consideração com que me subscrevo.

Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

RELATÓRIO DE MISSÃO PARLAMENTAR, OFICIAL, À ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU

Senador **Arthur Virgílio**
Líder do PSDB
Observador Parlamentar

1 – Resumo básico da Missão

1.1 – Partida do Brasil em 8 de janeiro de 2004.

1.2 – Início dos trabalhos em 12 de janeiro de 2004.

1.3 – Término da Missão em 19 de janeiro de 2004.

2 – A Missão Permanente (MP) do Brasil junto à ONU

2.1 – É dirigida pelo Embaixador Ronaldo Mota Sardemberg, em sua segunda passagem pelo Posto, Secretário de Assuntos Estratégicos (SAE) no Governo Fernando Henrique Cardoso e Ministro da Ciência e Tecnologia (MCT) nessa mesma gestão.

2.2 – A MP é também integrada por Diplomatas (de 3º Secretário a Embaixador, no caso o Sr. Henrique Valle), formando conjunto experiente e bastante especializado nos diversos assuntos que compõem o universo da ONU.

2.3 – Tradicionalmente, a reputação da MP é positiva.

2.4 – O corpo de funcionários administrativos da MP é experiente e expedito, apresentando bom potencial de resolução dos problemas que enfrenta.

3 – O Consulado-Geral (CG) em Nova Iorque

3.1 – É chefiado pelo Embaixador Júlio César Gomes dos Santos, que mantém estreito contato com a comunidade brasileira e acaba de sair da Representação Brasileira junto à FAO, em Rama. Vale remarcar que o Embaixador Gomes dos Santos, a par do valioso trabalho que desenvolve a partir do CG, registra passagem, em fase anterior de sua carreira, também pela MP.

3.2 – O CG é composto por grupo competente e dedicado de Diplomatas e funcionários administrativos.

3.3 – O CG funciona com bom potencial de resolução de problemas, contando, por exemplo, com o servidor Dano Campos – há cerca de 30 anos vivendo em Nova Iorque – para oferecer respostas práticas e pragmáticas às necessidades dos brasileiros – residentes ou não – dessa grande metrópole.

4 – A Questão dos Vistos e da Recepção aos Brasileiros

4.1 – Embora sem ligação direta com os trabalhos na ONU, abro janela para opinar sobre esse delicado tema.

4.2 – Considero que a resposta adequada a tratamentos discriminatórios dispensados aos cidadãos brasileiros não esteja no gesto inconseqüente de fichar cidadãos norte-americanos nos aeroportos e portos brasileiros. Logo me surge a pergunta: o que fará o Governo deste país com os arquivos que estão sendo acumulados? E mera pirraça, disfarçada de “reciprocidade”.

4.3 – O Estados Unidos da América (EUA) estabeleceram sua própria maneira de supostamente se defenderem de novos ataques terroristas. Isso, em tese, é bom, inclusive para os brasileiros vivendo em ou de passagem por Nova Iorque. E o processo que empregam tem urna lógica: integrar toda uma rede de informática com banco de dados sobre possíveis suspeitos de ligação com o terror. Ou seja, o fichamento, no Brasil, me soa ilógico e inconseqüente, em comparação com a iniciativa dos EUA que, apreciada por muitos – ou não – se move sob inegável racionalidade.

4.4 – Alguns questionamentos, inevitavelmente, aparecem:

4.4.1 – O Brasil deveria constar no rol dos países suspeitos de terrorismo? A resposta básica é: Não. Nossa tradição é pacifista. Não há antecedentes. As relações com os EUA têm sido politicamente normais desde o ressurgimento da Democracia, no Governo Sarney, em 1985.

4.4.2 – O EUA não suspeitam, na verdade, de ligação do Brasil com os meandros do terror internacional. A verdadeira preocupação do Governo Bush é com o número expressivo de imigrantes ilegais, de nacionalidade brasileira, sobrevivendo no seu país. Ao lado desse fato, temos que os passaportes brasileiros são tidos, os diplomáticos, inclusive, como facilmente falsificáveis, podendo, pois, de modo igualmente fácil, cair em mãos indevidas.

4.4.3 – A solução de fundo para o problema da imigração está em o Brasil obter, por longos períodos e com baixas taxas de inflação, elevados níveis de crescimento econômico.

4.4.4 – A solução para os passaportes vulneráveis está na alteração de sua confecção, adequando-os aos melhores padrões internacionais.

4.4.5 – As negociações diplomáticas bilaterais devem avançar, à exaustão, visando o Brasil a convencer os EUA da desnecessidade de identificação dos cidadãos brasileiros em seus portos e aeroportos. A solução é política e não midiática.

4.4.6 – Infundável é que os cidadãos brasileiros têm sido tratados de modo repulsivo pelas autoridades portuárias e aeroportuárias norte-americanas: gritos, gestos, até físicos de intimidação etc. Exemplo eloqüente se deu com cidadã negra, da área médica, que se dirigia a um Congresso. Terminou algemada, sem licença de se liberar dos grilhões nem mesmo na hora de satisfazer suas necessidades fisiológicas.

Uma coisa, então, é os EUA ficharem quem chega ao seu território. Repito: isso deve ser resolvido longe das bravatas (Presidente Lula, antes de viajar para Cúpula do México, propagandeou que, com dois petelecos, resolveria o problema) e perto do entendimento político bilateral.

Outra, bem diferente, é, além do fichamento, existir a figura da humilhação, que tem sido infligida, desumanamente, a compatriotas nossos.

4.4.7 – Posiciono-me, ainda, contrário à idéia do Ministro Walfrido Mares Guia, do Turismo, no sentido de se liberar a cobrança de taxa (cerca de US\$ 100,00) aos americanos que pretendam visitar o Brasil.

4.4.7.1 – Afinal, tal isenção, em nada atrativa para o turista de renda mais sólida, terminaria por servir mesmo àqueles de quase nenhuma capacidade de consumo, aí incluída boa parte do chamado turismo sexual.

4.4.7.2 – Não cobrar essa taxa, de quase nada valeria do ponto de vista de massificar o Brasil como destino de cidadãos norte-americanos.

4.5 – Quanto aos passaportes diplomáticos, arrisco dizer que, na atual posição da relação com os EUA, eles, em si mesmos, de pouco valem. Se o Governo brasileiro quiser, efetivamente, poupar seus portadores de documento diplomático do fichamento – o tratamento é sóbrio e correto, mas o fichamento tem sido inevitável – é concertar com a Embaixada norte-americana em Brasília as categorias G-1 ou G-2 para eles. As categorias A-1 e A-2 são apenas

para Diplomatas servindo nos EUA e os vistos, mesmo longos, marcados por B-1 e B-2 são insuficientes para isentar de identificação os detentores de passaporte diplomático.

5 – Os Trabalhos da ONU

5.1 – Segunda-feira, 12 de janeiro

5.1.1 – Às 10:00 hs, reuniu-se, rapidamente, o Conselho de Segurança, novamente integrado pelo Brasil, como membro não-permanente, graças à mecânica do rodízio puro e simples. Nenhum tema mais polêmico foi tratado, baseando-se a Sessão, sobretudo, na adoção da Agenda/2004.

5.1.2 – Também às 10:00 hs, reuniu-se o Comitê para Promoção e Proteção dos Direitos e da Dignidade das Pessoas Portadoras de Deficiência.

5.1.2.1 – Sessão movimentada. Intensos debates. Sugiro que a Comissão de Relações Exteriores requisite, rotineiramente, as propostas e decisões desse Comitê, para analisá-las e partilhá-las com a Comissão de Assuntos Sociais e, sem dúvida, com o Plenário da Casa.

5.1.2.2 – Término em torno de 13:00 lis

5.1.3 – Às 10:00 hs, reuniu-se o Comitê pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres.

5.1.3.1 – Foram saudados os novos membros do Comitê, bem como adotada a Agenda deste ano.

5.1.3.2 – Apresentação, pela Presidência, de Relatório sobre os trabalhos em 2003.

5.1.3.3 – A parte aberta da Sessão estendeu-se até perto de 11:30 lis, começando, a partir daí, Sessão Reservada, que foi até 13:00 hs.

5.1.4 – Na parte da tarde, às 15:00 hs, foram retomados os trabalhos do Grupo de Trabalho do Comitê pela Promoção e Proteção dos Direitos e da Dignidade das Pessoas Portadoras de Deficiência.

5.1.4.1 – Os trabalhos alongaram-se até perto de 18:00 hs

5.1.5 – De 15:00 hs às 16:30 hs, voltou a reunir-se o Comitê pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, em Sessão aberta para debate com inúmeras Organizações Não-Governamentais.

5.1.5.1 – Das 16:30 hs às 18:00 hs, o Grupo de Trabalho do Comitê, no seu conjunto, realizou Sessão Reservada.

5.1.6 – O Conselho Econômico e Social reuniu-se às 15:00 lis para discutir o Relatório da 1ª Sessão Sobre Desenvolvimento Sustentado.

5.1.7 – Diversos tratados multilaterais, envolvendo significativos temas foram depositados na Secretaria-Geral das Nações Unidas.

5.2 – Terça-feira, dia 13 de janeiro

5.2.1 – Reuniu-se, das 10:00 hs às 13:00 hs, o Grupo de Trabalho do Comitê pela Promoção e Proteção dos Direitos e da Dignidade das Pessoas Portadoras de Deficiência, em Sessão Reservada.

5.2.2 – Reuniu-se, das 10:00 hs às 10:30 hs, em Sessão Fechada, o Comitê pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres.

5.2.3 – Das 10:30 hs às 13:00 hs, a Sessão passou a ser aberta, marcada por vivos debates.

5.2.4 – Às 12:00 hs, o Porta-Voz das Nações Unidas fez seu briefing para a imprensa credenciada para atuar na ONU.

5.2.5 – No segundo expediente, houve outra Sessão do Comitê pela Promoção e Proteção dos Direitos e da Dignidade das Pessoas Portadoras de Deficiência, das 15:00 hs às 18:00 hs, novamente em Sessão Reservada.

5.2.6 – Das 15:00 hs às 17:00 hs, nova Sessão do Comitê pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, para discussão de Relatórios, submetidos pelos Estados-membros, sobre o artigo 18 da Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres.

5.2.7 – As 13:00 hs, reuniu-se a Comissão sobre a Condição Feminina, do Conselho Econômico e Social.

5.2.8 – Das 15:00 hs às 17:00 hs, reuniu-se, em Sessão Reservada, o Grupo Africano.

5.3 – Quarta-feira, 14 de janeiro

5.3.1 – A partir das 10:30 hs, reuniu-se, em Sessão Reservada, o Conselho de Segurança, tendo como peça principal de debate a crise iraquiana.

5.3.2 – Das 10:00 hs às 13:00 hs, reuniu-se, o Grupo de Trabalho do Comitê pela Promoção e Proteção dos Direitos e da Dignidade das Pessoas Portadoras de Deficiência.

5.3.3 – Das 10:00 hs às 13:00 hs, reuniu-se o Comitê pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres.

5.3.4 – Das 10:00 hs às 13:00 hs, reuniu-se o Comitê pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.

5.3.4.1 – Sala Cheia. Enorme interesse.

5.3.4.2 – Foi eleito o novo Presidente da Convenção, bem como adotada a Agenda/2004.

5.3.4.3 – Foram eleitos os novos dirigentes, complementares ao Presidente.

5.3.4.4 – A Sessão da tarde, que se realizaria das 15:00 hs às 18:00 hs foi cancelada.

5.3.5 – As Conferências de Imprensa abordaram temas como recente Missão das Nações Unidas à República Democrática do Congo; Situação Econômica Mundial e Perspectivas para 2004 e Situação das Crianças em Meio a Conflitos Armados.

5.3.6 – Como nos dias anteriores, diversos Tratados Multilaterais foram depositados na Secretaria-Geral, envolvendo os mais variados temas.

5.3.7 – Às 15:00 hs, o Conselho de Segurança, em Sessão Reservada, reuniu-se para discutir a Libéria (Resolução nº 1.521/2003).

5.3.8 – Das 15:00 hs às 18:00 hs, em Sessão Reservada, reuniu-se o Comitê pela Promoção e Proteção dos Direitos e da Dignidade das Pessoas Portadoras de Deficiência.

5.3.9 – Das 15:00 hs às 17:00 hs, reuniu-se o Comitê pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, novamente sobre o artigo 18 da Convenção.

5.3.9.1 – Das 17:00 hs às 18:00 hs, em Sessão Reservada, o Comitê discutiu a implementação do artigo 21 da Convenção e meios e caminhos para tornar mais céleres os trabalhos do Comitê.

5.3.10 – Das 15:00 hs às 18:00 hs, reuniu-se, em Sessão Reservada, o Grupo dos Países menos Desenvolvidos.

5.3.11 – Das 15:00 hs às 16:00 hs, reuniu-se, em Sessão Reservada, o Conselho Econômico e Social (iniciativa da Missão Permanente da Mongólia) para discutir Democracias Novas ou Restauradas.

5.4 – Quinta-Feira, dia 15 de janeiro

5.4.1 – Às 10:00 hs, reuniu-se o Conselho de Segurança, para adoção da Agenda/2004 e para discutir a situação afegã.

5.4.2 – Das 10:00 hs às 13:00 hs, reuniu-se o Grupo de Trabalho pela Promoção e Proteção dos Direitos e da Dignidade das Pessoas Portadoras de Deficiência, em Sessão Reservada.

5.4.3 – Das 10:00 hs às 10:30 hs, reuniu-se, em Sessão Reservada, o Comitê pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres.

5.4.3.1 – Das 10:30 hs às 13:00 hs, a Sessão passou a ser aberta.

5.4.4 – Conferência de Imprensa de representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sobre as Necessidades da Libéria quanto a Assistência Financeira e Perspectivas de Doações em Fevereiro.

5.4.5 – Como de rotina, alguns Tratados Multilaterais foram depositados na Secretaria-Geral.

5.4.5.1 – Diversos Acordos e Protocolos tiveram prazos abertos para recebimento de assinaturas.

5.4.6 – Às 15:00 hs, reuniu-se a Câmara do Conselho de Segurança, para adoção da Agenda/2004 e para examinar a situação relativa à República Democrática do Congo.

5.4.7 – Das 15:00 hs às 18:00 hs, reuniu-se, em Sessão Reservada, o Comitê pela Promoção e Proteção dos Direitos e da Dignidade das Pessoas Portadoras de Deficiência.

5.4.8 – Das 15:00 hs às 17:00 hs, reuniu-se o Comitê pela Eliminação de Todas as Formas de Eliminação da Discriminação Contra as Mulheres, ainda analisando Relatórios dos Estados-membros sobre o artigo 18 da Convenção e discutindo, especificamente, o Kuwait.

5.4.8.1 – Das 17:00 hs às 18:00 hs, a Sessão, que passou a Reservada, debateu o artigo 21 da Convenção e prosseguiu buscando meios e caminhos para tornar mais céleres os trabalhos do Comitê.

5.4.9 – Das 13:15 hs às 14:45 hs, reuniu-se, em Sessão Reservada, o Grupo Africano.

5.4.10 – A Subsecretaria-Geral para Assuntos de Desarmamento reuniu Grupo de Trabalho para Negociar Instrumentos Internacionais Capazes de Permitir aos Estados Identificar e Investigar. Tempetiva e Confiavelmente, Pequenas Armas Ilícitas e Armamentos Leves.

5.4.11 – Realizou-se a Reunião Preparatória da Primeira Sessão Ordinária/2004 do Comitê Executivo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, das 15:00 hs às 17:00 hs.

5.5 – Sexta-Feira, dia 16 de janeiro

5.5.1 – Às 10:30 hs, reuniu-se o Conselho de Segurança, para prosseguir discutindo a Agenda/2004 e examinar a situação no Oriente Médio, incluindo a Questão Palestina.

5.5.2 – As 11:00 hs a Sessão passou a Reservada e se estendeu até 13:00 hs, envolvendo o Comitê de Pessoal Militar.

5.5.3 – Das 10:00 hs às 13:00 hs, reuniu-se o Comitê pela Promoção e Proteção dos Direitos e da

Dignidade das Pessoas Portadoras de Deficiência, em Sessão Reservada.

5.5.4 – Das 10:00 hs às 10:30 hs, em Sessão Reservada, reuniu-se o Comitê nela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres.

5.5.4.1 – Das 10:30 hs às 13:00 hs, a Sessão, que passou a aberta, avançou nas discussões sobre o artigo 18 da Convenção, bem como discutir Relatório sobre o Botão.

5.5.5 – Em Sessão Reservada, reuniu-se o Grupo dos 77, com a cerimônia de transferência da Presidência do Marrocos para o Catar.

5.5.6 – Alguns Tratados Multilaterais foram depositados na Secretaria-Geral.

5.5.6.1 – Continuaram em aberto, prazos para aposição de assinaturas a Tratados, Protocolos e Acordos.

5.5.7 – Das 15:00 hs às 18:00 hs, reuniu-se o Comitê pela Promoção e Proteção dos Direitos e da Dignidade das Pessoas Portadoras de Deficiência, em Sessão Reservada.

5.5.8 – Das 15:00 hs às 17:00 hs, reuniu-se o Comitê pela Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres: artigo 18 da Convenção e Relatório Sobre o Botão.

5.5.8.1 — Das 17:00 hs às 18:00 hs, também em Reunião Reservada, o Grupo de Trabalho do Comitê continuou a discussão sobre o artigo 21 da Convenção e meios e caminhos para tornar mais céleres os trabalhos do Comitê.

5.5.9 – A Conferência de Imprensa, realizada, pela primeira vez na semana, na parte da tarde (17:00 hs) ouviu a Ministra da Defesa da França, Senhora Michèle Alliot Marie, a propósito de sua visita à sede das Nações Unidas.

5.6 – Segunda-feira, dia 19 de janeiro

5.6.1 – Às 10:00 hs, reuniu-se o Conselho de Segurança, para avançar na Agenda/2004 e para ouvir Relatório do Secretário-Geral sobre Armas de Pequeno Porte.

5.6.2 – Das 10:00 hs às 13:00 hs, reuniu-se o Comitê nela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, em Sessão Reservada, para analisar as Atividades do Comitê à Luz do Protocolo Opcional da Convenção.

5.6.3 – Das 10:00 hs às 13:00 hs, reuniu-se o Fundo das Nações Unidas para a Infância, do Conselho Econômico e Social.

5.6.3.1 – Foi a Primeira Sessão Ordinária do ano.

5.6.3.2 – Foram eleitos os novos dirigentes e houve discursos do Presidente e do Diretor-Executivo.

5.6.3.3 – Foram consertadas Agenda Provisória, Calendário e Organização dos Trabalhos.

5.6.3.4 – Foi lido Relatório do Diretor-Executivo ao Conselho Econômico e Social.

5.6.4 – A Conferência de Imprensa foi feita pelo Secretário-Geral, abordando o Conselho Governamental do Iraque e Autoridade Provisória Provisória, a partir das 11:30 hs.

5.6.5 – Tratados Multilaterais, envolvendo diversas matérias foram depositados na Secretaria-Geral.

5.6.6 – Às 17:00 hs, reuniu-se, de novo, a Câmara do Conselho de Segurança, insistindo na Agenda/2004 e na relação fraque/Kuwait.

5.6.7 – Das 15:00 hs às 16:30 hs, reuniu-se o Comitê nela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, para debate informal com Organizações Não-Governamentais.

5.6.7.1 – Das 16:30 hs às 18:00 hs, em Sessão Reservada, continuou o debate sobre o artigo 21 da Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres.

5.6.8 – Das 15:00 hs às 18:00 hs, reuniu-se o Fundo das Nações Unidas para a Infância, do Conselho Econômico e Social, em sua segunda sessão do dia.

5.6.8.1 – Destinou-se à Aprovação de Documentos Revisados dos Países e a discutir, em Relatório Oral, o 10º Aniversário do Ano Internacional da Família.

5.6.9 – Das 15:00 hs às 18:00 hs, reuniu-se, em Sessão Reservada, o Grupo dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos, na Câmara do Conselho Econômico e Social.

5.6.10 – Das 15:30 hs às 18:00 hs, em Sessão Reservada, reuniu-se o Grupo Árabe.

5.6.11 – Das 15:00 hs às 16:00 hs, o Diretor-Executivo do Escritório das Nações Unidas para Serviços de Projetos apresentou Relatório sobre Preparação da Primeira Sessão Ordinária do Comitê Executivo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

5.6.12 – Tratados Multilaterais foram depositados na Secretaria-Geral.

5.6.12.1 – Prosseguiram os trabalhos rotineiros de Assinaturas e Retificações a Tratados, Protocolos e Acordos, no âmbito da ONU.

6 – A ONU

6.1 – Trata-se de organização beirando os 60 anos de idade, que vive momento de crise, numa conjuntura mundial desfavorável ao multilateralismo, mancada que é pela presença de uma fabulosa potência econômica (os EUA), que revela acachapante predominância militar sobre o conjunto dos demais Estados.

6.2 – A sensação que me deu foi de contrastes: de um lado, ambiente democrático e de debate sério de questões relevantes, e, de outro, um certo clima de “discutimos, mas não decidimos” ou “tudo discutimos e nada decidimos” de prático – ou fundamentalmente – sem – ou contra – os EUA.

6.3 – Ainda assim, não vejo foro mais adequado para se analisar o mundo.

A luta há de ser no sentido de reforçar a ONU – e o multilateralismo – à espera de organização mais contemporânea, que nasça, de preferência, da evolução, sem ruptura, dos tempos. Ruim com a ONU, muito pior sem ela. E, a não tê-la, que venha algo que a substitua com vantagem, como ela fez, relativamente à Liga das Nações.

Brasília, 28 de janeiro de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência comunica ao Plenário que se esgotou ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 1995** (nº 14/95, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Cultura de Foz do Iguaçu Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 180, de 2003** (nº 2.192/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão ao Sistema de Comunicação Terra do Sol Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araripe, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 426, de 2003** (nº 2.642/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM D. A. Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Camapuã, Estado de Mato Grosso do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 693, de 2003** (nº 2.633/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Renascer de Guaimbê a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaimbê, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 701, de 2003** (nº 2.692/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Empresa de Radiodifusão Olímpia Stereo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Olímpia, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 704, de 2003** (nº 2.917/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Chamonix Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mogi Mirim, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 709, de 2003** (nº 2.931/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão do Sistema Meridional de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Votorantim, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 717, de 2003** (nº 2.961/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Educacional Mater Ecclesiae para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jacarezinho, Estado do Paraná;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 731, de 2003** (nº 1.922/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Trespontana de Desenvolvimento Educacional e Sócio-Cultural para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Três Pontas, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 740, de 2003** (nº 866/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão deferida à Rádio Alvorada de Teixeira de Freitas Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caravelas, Estado da Bahia;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 745, de 2003** (nº 2.449/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Cachoeira Alta Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modu-

- lada na cidade de Paraopeba, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 759, de 2003** (nº 2.716/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Luz e Alegria Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Frederico Westphalen, Estado do Rio Grande do Sul;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 766, de 2003** (nº 3.197/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Nova Era de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Esperança, Estado de Minas Gerais;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 771, de 2003** (nº 2.457/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural Monsenhor Castro para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Candeias, Estado de Minas Gerais;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 773, de 2003** (nº 2.486/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Cultura e do Meio Ambiente de Espírito Santo do Turvo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Espírito Santo do Turvo, Estado de São Paulo;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 774, de 2003** (nº 2.487/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Promoção Humana e Cidadania a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Anastácio, Estado de São Paulo;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 777, de 2003** (nº 2.489/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Tremedal/ACT a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tremedal, Estado da Bahia;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 778, de 2003** (nº 2.492/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Arco-Íris a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibiraci, Estado de Minas Gerais;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 786, de 2003** (nº 2.528/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Videira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Videira, Estado de Santa Catarina;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 788, de 2003** (nº 2.535/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Sant'Ana – Rádio Sant'Ana para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 790, de 2003** (nº 2.606/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santo Antônio de Jesus, Estado da Bahia;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 795, de 2003** (nº 3.122/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Legal-Cat Catanduva Comunicações Ltda. – ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de José Bonifácio, Estado de São Paulo;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 797, de 2003** (nº 3.050/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Líder de Itapipoca Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itapipoca, Estado do Ceará;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 804, de 2003** (nº 2.541/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Integração de Carmo do Paranaíba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Carmo do Paranaíba, Estado de Minas Gerais;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 806, de 2003** (nº 2.543/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM Verde Vale Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de União da Vitória, Estado do Paraná;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 808, de 2003** (nº 2.550/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio São Miguel Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Uruguai, Estado do Rio Grande do Sul;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 810, de 2003** (nº 924/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio Educação e Cultura de Pádua FM a executar serviço de radiodifusão comunitária

- na cidade de Santo Antônio de Pádua, Estado do Rio de Janeiro;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 813, de 2003** (nº 2.565/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Xaxim Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 816, de 2003** (nº 2.575/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Simonésia/MG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Simonésia, Estado de Minas Gerais;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 821, de 2003** (nº 2.558/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Sul Capixaba FM de Guaçuí Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guaçuí, Estado do Espírito Santo;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 822, de 2003** (nº 2.599/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Maria, Rainha da Paz, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Resplendor, Estado de Minas Gerais;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 823, de 2003** (nº 2.623/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Centro de Cultura Popular Guimarães Rosa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porteirinha, Estado de Minas Gerais;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 825, de 2003** (nº 2.611/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Serrana a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 826, de 2003** (nº 2.612/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Harmonia FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapiranga, Estado do Rio Grande do Sul;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 827, de 2003** (nº 2.614/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Sociedade Beneficente São Judas Tadeu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alta Floresta D'Oeste, Estado de Rondônia;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 828, de 2003** (nº 2.615/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Tanque Novo – ACC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tanque Novo, Estado da Bahia;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 832, de 2003** (nº 2.625/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária de Pedra Branca a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedra Branca, Estado da Paraíba;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 833, de 2003** (nº 2.626/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Esporte e Lazer dos Moradores de Caatiba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caatiba, Estado da Bahia;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 834, de 2003** (nº 2.627/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Médica Educacional de Lavras da Mangabeira – Amel a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lavras da Mangabeira, Estado do Ceará;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 835, de 2003** (nº 2.628/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Estância Velha – Aercom FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Estância Velha, Estado do Rio Grande do Sul;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 840, de 2003** (nº 3.154/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação de Armação dos Búzios para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iguaba Grande, Estado do Rio de Janeiro;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 841, de 2003** (nº 2.624/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Pedro de Alcântara de Ubajara a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ubajara, Estado do Ceará;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 846, de 2003** (nº 1.873/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Rádio Clube de Mu-

- qui a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Muqui, Estado do Espírito Santo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 882, de 2003** (nº 2.772/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Difusora Rádio Cajazeiras Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 884, de 2003** (nº 2.784/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação O Bom Pastor de Amparo Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Bernardes, Estado de São Paulo;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 885, de 2003** (nº 2.787/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação a Serviço da Vida e da Verdade a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taciba, Estado de São Paulo; e
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2003** (nº 145/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Mirador Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o texto final do Projeto de Decreto Legislativo nº 717, de 2003

TEXTO FINAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 717, DE 2003

Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Educacional Mater Ecclesiae para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jacarezinho, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/n, de 24 de abril de 2002, que renova por dez anos, a partir de 11 de dezembro de 1997, a concessão da Fundação Educacional Mater Ecclesiae, outorgada originalmente 'Rádio Educadora Rural de Jacarezinho Ltda., para explorar serviço de radiodifusão

sonora em onda média na cidade de Jacarezinho, Estão do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 25 de novembro de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Flávio Arns**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Neste momento, passamos a Presidência ao nobre Senador Edison Lobão.

O Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Edison Lobão, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta oportunidade, gostaria de, mais uma vez, comentar a importância do entendimento entre o Senado Federal e o Executivo para que matérias da convocação extraordinária sejam efetivamente votadas e, com isso, se efetive a harmonia importantíssima entre Câmara e Senado.

No dia de hoje, destaco, mais uma vez, a figura do Ministro da Articulação Política, Aldo Rebelo, que, visitando esta Casa, conversou com o Colégio de Líderes e esteve na reunião do bloco de apoio ao Governo. Com uma posição muito firme e muito clara, declarou que o Governo tem orgulho de dizer que honrará todos os acordos com o Legislativo quanto à tramitação das matérias.

Neste momento, a maior preocupação do Senado da República é com a PEC relativa à Previdência, porque ela – é importante lembrar – garantirá ao servidor público, quando de sua aposentadoria, a paridade, ou seja, o aposentado receberá o mesmo reajuste do servidor que está na ativa. Essa PEC, aprovada por unanimidade aqui no Senado, não é mérito desse ou daquele Senador, mas sim de toda a Casa.

Sr. Presidente, Senador Edison Lobão, ao tratar desse tema, sou obrigado a destacar que tenho recebido inúmeros **e-mails** sobre o baixo percentual de reajuste dos servidores previsto no Orçamento deste ano, algo na faixa de 1,5%.

Dentre os milhares de **e-mails** recebidos, um deles relata que, se o Congresso decidiu que o inativo terá de pagar 11%, é justo que os servidores, ativos e inativos – segundo o princípio da paridade – seja, pelo menos, correspondente à inflação do período.

Entendo que esse pensamento é correto, adequado, e compete aos servidores fazer a sua movimentação e, assim, estabelecer um processo de negociação com o Executivo. Podemos, por uma questão de justiça, lembrar que a perda dos servidores públicos acumulada nos últimos nove ou dez anos já ultrapassa 90%. Então, é justo que haja essa mobilização em busca da recomposição de perdas acumuladas.

E para que essa perda seja recuperada, é fundamental a aprovação da PEC 77, porque ela garantirá que o servidor público aposentado que venha a pagar os 11%, por exemplo, – embora essa matéria seja controversa, eu sei que ainda falta a decisão do Supremo Tribunal Federal, porque há o bônus, mas também o ônus – receba, pelo menos, o mesmo percentual de reajuste daquele que está na ativa. Também estaremos assegurando a regra de transição na PEC paralela.

Sempre cito o exemplo da pessoa que começou a trabalhar com 15 anos. Se ela só poderá se aposentar com 60, contribuirá durante 45 anos. Não é justo que o outro, que começou a trabalhar com 25 anos, contribua somente 35 anos.

Pela regra aprovada pelo Senado, tanto o homem como a mulher, no caso a mulher com 55 anos e o homem com 60 anos, poderão diminuir um ano na idade toda vez que exceder o tempo de contribuição normal, ou seja, 35 anos o homem e 30 anos a mulher. Por exemplo, o cidadão está com 35 anos de contribuição: quando ele completar 36, já poderá se aposentar com 59; quando ele completar 37, ele poderá se aposentar com 58. Ou seja, tudo que ultrapassar o correspondente ao tempo de contribuição diminuirá na idade. Repito essa explicação porque muitos ainda não entenderam o que é chamado o princípio de um por um, ou a famosa fórmula 95.

Também é nessa PEC, Sr. Presidente, que está garantido aos inativos deficientes, aos aposentados por invalidez, aos portadores de doenças incapacitantes, que, infelizmente, atinge a ampla maioria dos idosos com mais de 70 anos, o não pagamento dos 11%. Eles terão uma bela redução em relação aos mais jovens.

Ainda pela PEC – nesse aspecto alguns tentam distorcê-la –, os Senadores asseguraram à dona-de-casa o direito à aposentadoria; aos desempregados, um percentual bem menor do que aos que estão na ativa, para garantir também o direito, o vínculo à Previdência e, conseqüentemente, contar tempo para se aposentar.

Ao sub-teto foi dada uma redação clara, tranqüila, segundo a qual, por Emenda Constitucional, cada Estado vai definir se manterá os três sub-tetos, como está na PEC nº 67, ou se, por opção da Assembléia Legislativa, enfim, do Executivo também, terá um subteto único que será 90.25% do salário do Desembargador.

A nossa vontade, Sr. Presidente, como eu dizia ontem, é de que simplesmente se cumpra o acordo. Não queremos obstruir nada, não estamos exigindo nada; queremos o melhor relacionamento possível entre Câmara, Senado e Executivo. O único apelo que fizeram ontem mais de 30 Senadores ao Ministro Aldo Rebelo é só para que o acordo seja cumprido na íntegra.

O Senador Valdir Raupp estava nessa reunião do Bloco de apoio ao Governo e pode testemunhar que o Ministro foi muito claro, afirmando que o Governo irá cumprir o acordo; apenas nos pediu que tivéssemos o mínimo de tolerância para que ele possa articular junto à Câmara, respeitando, naturalmente, a independência daquela Casa, mas que, como foi dito por todos os Senadores, essa é uma questão de Governo. O mesmo Governo que tem uma base aqui no Senado tem uma base muito mais sólida na Câmara – são mais de 400 Parlamentares.

Saí muito feliz, como gosto de dizer, muito tranqüilo, porque vi não somente a boa vontade, mas a firmeza do Governo na manutenção do acordo para votarmos a PEC o mais rápido possível, e não permanecermos nessa situação.

Comentei outro dia o que agora se tornou um fato real: como ficarão as viúvas e pensionistas desses servidores que covardemente foram assassinados, dos fiscais do trabalho? Como a PEC nº 77 não foi aprovada, elas caem no que chamo de vazio jurídico e, na falta de outra legislação, prevalece a PEC nº 67, que já está promulgada. Conseqüentemente, elas não terão direito à paridade e ao que está assegurado naquela proposta que mais avança, que é a PEC nº 77. Tomaria a liberdade, para que a PEC nº 77 não tenha que voltar para esta Casa para ser alterada, de sugerir ao Governo que, por meio de um ato administrativo ou projeto encaminhado a esta Casa, garanta ao cidadão, prejudicado durante o período em que a PEC paralela não for aprovada, provavelmente no mês de janeiro e no máximo fevereiro, os mesmos direitos aos que se aposentarem a partir da PEC nº 77.

Sabemos que se houver vontade política, encontraremos uma saída jurídica para isso, como essa que estou propondo. E o faço de forma triste, porque acompanhei a caminhada dos fiscais do trabalho, que

cumprem um papel brilhante na fiscalização do cumprimento das normas trabalhistas, e que infelizmente foram assinados – os três e o motorista. Ontem, Senador Edison Lobão, no exercício da Presidência, encaminhei em nome da Casa um voto de pesar à família desses servidores. e a Casa fez um minuto de silêncio, mostrando a sua indignação com o que aconteceu.

Por isso, com muita tranqüilidade, dou-me o direito de fazer esse comentário pensando nessa família e em tantas outras famílias de servidores onde o titular morre ou se aposenta pela compulsória durante esse período, ficando nessa situação considerada muito difícil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria também de comentar rapidamente desta tribuna esses últimos dados colocados, que estão a preocupar o País. Trata-se do desemprego e da renda. Hoje, comentam os articulistas e os economistas, a situação preocupa porque a renda, de fato, continua caindo, os índices de desemprego infelizmente não melhoraram e a inflação dá sinais de um pequeno crescimento.

Assisti, hoje, à manifestação do Presidente do Banco Central, que dizia que terão que manter a taxa de juros no patamar em que se encontra, com a preocupação de uma chamada bolha inflacionária.

É fundamental, Sr. Presidente, que, a partir deste ano, o País retome o crescimento, que haja, efetivamente – acredito que haverá – investimento no social, principalmente no combate ao desemprego. Essa é uma das propostas que o Ministro Ricardo Berzoini tem colocado de forma insistente. S. Ex^a tem dito que a tônica do Ministério vai na linha de incentivar políticas de combate ao desemprego e distribuição de renda.

Nesse aspecto não tem como não comentar. Já estamos no mês de janeiro, quase início de fevereiro, e a partir de 01 de maio estaremos com um novo salário mínimo. Esse novo salário mínimo, Sr. Presidente, a minha expectativa é que ultrapasse a faixa dos US\$100.

A Comissão de Assuntos Sociais desta Casa, a CAS, aprovou, por unanimidade, um projeto de nossa autoria que garante um salário-mínimo de R\$308,00; agora foi para a Comissão de Economia. Esperamos que esta comissão indique rapidamente um relator e que possamos fazer esse debate, porque distribuição de renda neste País passa, sim, claro, por política de cargos e salários, mas passa também pelo salário mínimo, pela repercussão que tem de forma automática nos pisos regionais nos Estados, no próprio no segu-

ro-desemprego e, de forma indireta, eu diria, no Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Sabemos que dentro das empresas o salário-mínimo ainda é uma referência para efeito de política salarial. Por isso, entendo que é fundamental que esta Casa decida rapidamente o valor do salário-mínimo, garantindo o mesmo percentual de reajuste, dependendo naturalmente deste Senador, não só para o salário-mínimo como também para os aposentados e pensionistas.

E neste aspecto, Sr. Presidente, as informações que recebo da Cobap e de outras lideranças – ainda ontem estive com o Presidente da Cobap, João Lima, que me disse que, em conversa que teria tido com o ex-Ministro da Previdência e agora do Trabalho Ricardo Berzoini, há um compromisso de que o mesmo percentual de reajuste que for dado ao salário-mínimo será estendido a todos os aposentados e pensionistas. A todos. E são 22 milhões aposentados e pensionistas. Pelo que sei, o Ministro Amir Lando, ora empossado Ministro da Previdência, afirmou que manterá a mesma posição do Ministro anterior, assegurando aos aposentados e pensionistas o mesmo percentual de reajuste concedido ao salário mínimo.

Falo com muita tranqüilidade nessa questão também dos servidores, porque digo sempre que esse mesmo percentual de reajuste que se dá ao salário mínimo, que se dá aos aposentados, poderia também ser garantido aos servidores ativos e inativos, embora, nesse caso, a iniciativa tenha que ser do Executivo. Ao longo desses últimos oito, nove, dez anos, o servidor aposentado não recebeu sequer um décimo do correspondente ao que recebeu, embora ainda com reajuste pequeno, o aposentado da iniciativa privada. O servidor, tanto o ativo como o inativo, recebeu em média 4%, 5% de reajuste ao longo dos últimos nove anos, enquanto que o trabalhador da área privada, ainda em defasagem, nesse período recebeu mais de 70%.

Portanto, esses cálculos são realistas e configuram um quadro que, efetivamente, preocupa, mas essa postura de estudar uma forma parcelada do pagamento dos atrasados e assegurar, daqui para frente, de imediato, o mesmo percentual de reajuste que for dado ao salário mínimo a todos os aposentados e pensionistas é um avanço.

Sr. Presidente, também entendo que, uma vez que o Supremo Tribunal Federal já decidiu que o atrasado a que têm direito os aposentados deverá ser pago, não há necessidade alguma – por isso foi correta a posição do Presidente Lula e do Ministro Berzoini – de que seja pago, por via administrativa, esse per-

centual acumulado, atrasado dos aposentados, em prejuízos que tiveram nos governos anteriores.

Sei que havia uma proposta de que esse acordo do pagamento do atrasado, que vem em benefício, neste caso, de quase quatro milhões de aposentados, fosse feito em dois anos. Agora já se fala em cinco anos. Espero que o acordo seja construído – e sei que está sendo feito um grande diálogo com a Cobap –, de forma tal que o parcelamento seja o menor possível, o pagamento aconteça rapidamente e que o percentual de reajuste garanta uma melhor condição de vida para esses brasileiros. Há um dado que repito sempre, e infelizmente está se confirmando, de que neste País, encontramos cerca de cem milhões de brasileiros recebendo de zero a um salário mínimo.

Quero, também, Sr. Presidente, neste tempo que me resta de dois minutos – pretendo, na segunda-feira, aprofundar esse tema –, pronunciar-me quanto ao movimento nacional que a sociedade está fazendo, um movimento muito positivo para a aplicação do Estatuto do Idoso.

Esta Casa, por ordem do Presidente José Sarney e articulado por mim e pelo Presidente João Paulo, imprimiu cem mil Estatutos do Idoso; cinqüenta mil por orientação do Presidente João Paulo e cinqüenta mil por orientação do Presidente José Sarney, que faz a apresentação.

Esse documento é institucional, trata-se de uma obra construída em parceria entre Câmara e Senado, que o Brasil todo está a pedir. Se tivéssemos vinte milhões de Estatutos do Idoso, distribuiríamos todos de imediato, mas a Casa possui limitações e, num primeiro momento, a Câmara imprimiu cinqüenta mil com a autorização do Presidente João Paulo, e conversei com o Presidente José Sarney, que me autorizou a solicitar a impressão de cinqüenta mil.

Já estão prontos esses cinqüenta mil Estatutos. Fui consultado ontem sobre o assunto, e entendo que deveriam ser distribuídos entre os Senadores que colocarão seus carimbos e suas assinaturas, porque é uma obra dos Senadores. Como dizíamos ontem, quando se transforma em lei, a lei é de todos. Proponho que esses cinqüenta mil Estatutos sejam distribuídos de forma igualitária entre os Senadores, para que possam distribuir em seus Estados como uma contribuição. Faço um grande apelo a Vereadores e a Deputados Estaduais e Federais – e sei que os Senadores já estão estudando essa possibilidade – para imprimirem dentro da sua cota o Estatuto do Idoso. Todos nós fomos autores desse projeto e trabalhamos aqui de forma acelerada, rompemos todos os prazos. Lembro que o Estatuto chegou da Câmara

dos Deputados e na outra semana ele estava votado. Votamos o Estatuto do Idoso sem nenhuma alteração para que esse bem para a sociedade fosse aprovado rapidamente.

Os Senadores tinham inúmeros estudos e trabalharam na sua articulação e montagem. Uma vez pronto, não havia por que fazer outra alteração. Então, a obra é da Câmara e do Senado e está sendo impressa já para grande parte da sociedade.

Tenho feito um apelo aos meios de comunicação para que, dentro do possível, ajudem a divulgar o Estatuto do Idoso, que contém 118 direitos para o cidadão com mais de 60 anos, dentre eles um salário mínimo para aquele que provar que tem 65 anos, que não tem nenhum benefício e que é carente; a passagem gratuita interestadual e intermunicipal, a não discriminação dos planos de saúde para que o idoso não tenha que pagá-lo em dobro como era antes do Estatuto.

Tenho feito um apelo também à iniciativa privada. Fiz o cálculo do custo da impressão do Estatuto. Ele custará em torno de R\$1,00. Peço aos empresários que imprimam o Estatuto do Idoso e o distribuam entre os seus funcionários. Quem não tem na família um idoso ou um amigo ou um vizinho idoso? O custo de cada Estatuto – repito – é de R\$1,00. O empresário poderia dar R\$1,00 de presente para o seu funcionário na forma do Estatuto para que ele possa levá-lo para a sua comunidade, para a sua família a fim de que os idosos conheçam o teor da lei, pois percebo que grande parte da sociedade não conhece os inúmeros benefícios ali contidos.

Pretendo fazer, o mais rápido possível, uma reunião com o novo Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias – respeitando a agenda de S. Ex^a -, para que, junto com os órgãos correspondentes, dêem orientações – não regulamentação – às suas respectivas áreas. Por exemplo, o Ministério da Saúde deve orientar a área da saúde; o Ministério dos Transportes orientará à área do transporte; o Ministério da Previdência Social deve orientar o que responde por esse benefício; a Receita Federal deve esclarecer o artigo que dispõe sobre quem adotar – como é o termo usado pela população – um idoso poderá deduzi-lo no Imposto de Renda. Enfim, que cada órgão dê a devida orientação à sociedade de como se deve proceder para que efetivamente, quando o idoso chegar a uma rodoviária, não cobrem dele uma carteirinha, por exemplo, para ter direito ao transporte gratuito interestadual. Ora, no meu entendimento, desde que ele prove que tem 65 anos e que não recebe mais do que dois salários-mí-

nimos já está comprovado. É essa a orientação que falta.

Sr. Presidente, agradeço a tolerância de V. Ex^a. Sei que já ultrapassei meu tempo em três minutos e não gosto de fazê-lo. Encerro meu pronunciamento.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp por vinte minutos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, embora corra o risco de parecer repetitivo, inicio meu pronunciamento elogiando uma categoria que já vem sendo louvada, com todos os méritos, há um bom tempo: que são bravos produtores rurais brasileiros.

De fato, o setor rural vem alcançando resultados notáveis, principalmente no que se refere às exportações. A produção de grãos, em 2003, por exemplo, atingiu o recorde histórico de quase 123 milhões de toneladas. As exportações do agronegócio brasileiro bateram na cifra recorde de US\$30,6 bilhões, com o superávit de US\$25,8 bilhões, o maior da história do País.

Os números excepcionais conquistados pelo agronegócio, com os conseqüentes benefícios para a economia nacional são ainda mais impressionantes, se levarmos em conta os diversos problemas enfrentados pelo setor agrícola no Brasil. Para não me estender muito, menciono as dezenas de invasões de propriedades rurais, a legislação deficiente, os baixos índices de mecanização e as controvérsias envolvendo questões ambientais, entre as quais se destaca a novela da soja transgênica. Diante de todos esses empecilhos, a agricultura e a pecuária brasileiras ostentaram bravura e determinação exemplares.

Já de olho nas estimativas para o presente ano de 2004, gostaria de trazer a este Plenário algumas reflexões que tenho feito sobre o setor agrícola do meu Estado de Rondônia, especialmente após o anúncio da crise da multinacional Parmalat.

Mas, antes de tratar do setor leiteiro, gostaria de expor algumas considerações a respeito do setor cafeeiro rondoniense. O café é uma das culturas mais importantes de Rondônia. Estima-se que a cadeia produtiva do café seja responsável, em meu Estado, por mais de 80 mil postos de trabalho.

Não obstante o cultivo do café se tenha iniciado há menos de 50 anos, em Rondônia, o Estado já figura entre os cinco maiores produtores nacionais. Segundo estimativa da Companhia Nacional de Abaste-

cimento (Conab), os cafeicultores rondonienses deverão colher, neste ano, 2,1 milhões de sacas.

Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, dada a importância do café para a agricultura e para a economia do meu Estado, sempre dediquei uma atenção especial à sua cultura. Durante o período em que governei Rondônia, promovi uma política de expansão do plantio do café no Estado, distribuindo um milhão de mudas para os pequenos produtores. Agora, no Senado, confesso certa apreensão em relação aos próximos anos da cafeicultura, não só em Rondônia, mas também nos demais Estados brasileiros.

Os analistas prevêem que a saca de café, atualmente cotada em US\$81, venha a atingir US\$100 no futuro próximo, o que daria, hoje, aproximadamente, R\$300, um ótimo preço. Certamente, no meu Estado de Rondônia, em que a cultura está mais voltada para o café conillon, que tem um preço um pouco inferior aos demais tipos de café, como o robusta e o arábica, a saca não atingirá esse preço, mas, se for vendida por R\$150, já será ótimo. No passado, houve baixas de preço, e o café foi vendido até a R\$35 a saca, o que inviabiliza totalmente a colheita do café. Mesmo que se dê de graça o café a quem o colher, a R\$35 ou R\$40 a saca, talvez ninguém se interesse. Então, é muito importante para os cafeicultores brasileiros a notícia de que a saca de café da melhor qualidade, tipo exportação, poderá chegar a R\$300, mas seria muito bom que, em meu Estado, os produtores pudessem vendê-la a R\$150. Como tivemos uma safra comparativamente fraca em 2003, as expectativas são de que os preços aumentem sensivelmente, pois a tendência é a de que a safra de 2004, no Brasil e no mundo, também fique aquém do esperado.

Essa provável subida de preços, causada pela escassez do produto, beneficia, não há dúvida, o cafeicultor, que terá mais dinheiro para investir no incremento da produção.

Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, faço um apelo às instituições financeiras do País, em especial as do meu Estado, Rondônia, como o Banco do Brasil e o Banco da Amazônia, para que coloquem crédito à disposição dos pequenos e médios produtores de café, a fim de que não tenham que vender prematuramente a sua safra aos compradores de café, muitas vezes por um preço mais baixo, e possam ganhar um pouco mais de dinheiro com a colheita. Faço esse apelo principalmente ao Banco do Brasil, que tem agências em quase todos os Municípios do meu Estado, para que disponibilize esse crédito em tempo recorde, real.

Devemos, no entanto, estar atentos ao perigo das altas de preços exageradas, que podem motivar um aumento descontrolado da área plantada em outros anos, causando crise semelhante à que o setor cafeeiro experimentou entre 1998 e 2002, ano em que a saca de café chegou a custar US\$40,05, o pior preço da história.

Apesar de problemas específicos, como o que acabamos de expor a respeito do café, as expectativas para a próxima safra agrícola brasileira não poderiam ser mais otimistas. A Conab, assim como grande parte dos analistas e produtores rurais, espera que a colheita brasileira deste verão de 2003/2004 atinja a marca recorde de 129,6 milhões de toneladas, com o aumento de 5,5% em relação à safra anterior.

Nos últimos anos, temos registrado aumentos constantes na safra agrícola brasileira, o que é muito bom. Tanto a agricultura quanto a pecuária do nosso País têm sido o esteio, a sustentação das exportações brasileiras.

Atingir essa previsão depende, ainda, obviamente, de uma série de variáveis sobre as quais o homem tem pouco ou nenhum controle, como as condições climáticas ou o ataque de pragas. Mas há poucos indícios de que os números finais estejam muito distantes dos previstos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria, por fim, de tecer alguns comentários a respeito da recente crise que se abateu sobre a gigante Parmalat e cujo impacto sobre a produção leiteira nacional ainda não foi completamente avaliado.

A cada dia, a imprensa noticia novas informações a respeito dos maus momentos por que passa a multinacional italiana. Dias atrás, noticiou-se que o débito da empresa, que, segundo declarações oficiais, seria de 1,8 bilhão de euros, é, na verdade, oito vezes maior, chegando a 14,3 bilhões de euros – mais de 50 bilhões de reais.

Aparentemente, as filiais da empresa no Brasil e nos Estados Unidos foram as grandes prejudicadas. Nesses dois países, a Parmalat vem adiando o pagamento da quantia devida aos fornecedores. Em nosso País, estima-se que o valor pendente seja de mais de R\$1 bilhão.

A ausência de dados confiáveis é uma das justas reclamações da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), cujo principal porta-voz no caso Parmalat vem sendo Rodrigo Alvim, Presidente da Comissão Nacional da Pecuária de Leite (CNPL). A CNA, por intermédio de Alvim e sua equipe, vem fazendo levantamentos detalhados, Estado por Estado,

de tudo o que a Parmalat ainda não pagou aos produtores. O resultado dessa busca será entregue, no momento oportuno, aos Deputados da comissão criada para investigar o caso da quebra da Parmalat no Brasil.

Rondônia é um dos Estados mais interessados na conclusão dessas investigações. Os produtores do meu Estado, um dos que contam com unidades da Parmalat, correm o sério risco de perder um de seus maiores clientes.

Caso a Parmalat efetivamente feche suas portas, os prejuízos para os produtores e para a economia do Estado serão praticamente incalculáveis. O quadro só não é pior porque, em cidades como Jarú, Estado de Rondônia, cerca de oito mil produtores e três fábricas de leite têm capacidade de absorver a demanda de toda a região.

Sr. Presidente, gostaria de concluir essas considerações sobre o agronegócio nacional com um apelo ao Governo Federal: não nos devemos dar por satisfeitos com as excelentes perspectivas para a próxima safra. O constante apoio ao produtor rural é fundamental para a economia de um país como o nosso, que ainda tem muito a caminhar em termos de distribuição de terras. Nesse sentido, precisamos de uma reforma agrária mais agressiva, pois está comprovado que a agricultura é o setor que mais rápido gera emprego. Não existe no País outro setor que possa gerar emprego mais rapidamente do que a agricultura. Daí ser necessária a intensificação da reforma agrária, uma vez que temos muita terra improdutiva no País. Em termos de distribuição de terras, repito, precisamos avançar ainda mais e precisamos modernizar a agricultura para que as nossas safras possam ser mais rentáveis, porque a agricultura ainda é o esteio de milhões e milhões de famílias brasileiras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Peço ao Senador Valdir Raupp que assuma por alguns instantes a Presidência.

O Sr. Edison Lobão, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp) – Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão.

V. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos nós nos lembramos ainda do que foi o calvário na votação da

emenda constitucional de reforma da previdência. Na Comissão de Constituição e Justiça, o tema foi profundamente discutido e resolvido.

Hoje, venho à tribuna para dizer que na condição de Presidente da Comissão não pude participar ativamente dos debates, porque nem mesmo votava. Eu era o juiz que tinha o dever de encaminhar a votação, disciplinar os debates e equilibrar as posições.

Mas confesso que, com muita amargura, tive que assistir à votação de uma emenda que retirava direitos dos brasileiros, dos trabalhadores, dos funcionários públicos, notadamente dos aposentados, e com aquilo eu não estava de acordo. Surgiu então a idéia da chamada PEC paralela, que restaurava direitos fundamentais dos aposentados. Obtive com isso uma espécie de ânimo novo; correspondia a PEC paralela àquilo que eu realmente imaginava pudesse ser feito em benefício dos aposentados brasileiros. Houve um acordo entre Lideranças do próprio Governo e da Oposição no sentido de que a PEC paralela, votada no Senado, fosse também aprovada na Câmara. Agora, com desapontamento, percebo que Lideranças importantes na Câmara, incluindo Lideranças do próprio Governo, se manifestam contrariamente à PEC paralela.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, aquele não foi um compromisso difuso; aquele foi um compromisso concreto, realizado no Senado da República e na Câmara dos Deputados, com a participação do Governo. Não posso entender, portanto, que se criem problemas para a votação dessa emenda constitucional na Câmara dos Deputados, onde ela já se encontra.

Ontem, sob a Presidência do Presidente Paulo Paim, aqui veio o Ministro Aldo Rebelo, e, quando o assunto foi abordado, S. Ex^a não concordou, nem discordou. Ora, S. Ex^a é responsável agora pelo comando desse compromisso. S. Ex^a tem o dever de patrocinar uma solução na Câmara dos Deputados. Não pode ficar indiferente àquilo que, no passado, foi um compromisso do Governo. E S. Ex^a era Líder do Governo na Câmara.

Sr. Presidente Valdir Raupp, sou de uma época no Parlamento brasileiro em que compromisso era para ser cumprido, compromisso não era para enganar as pessoas. Embora isso tenha muito tempo, Senadora Heloísa Helena, os homens são os mesmos, e eu não posso acreditar que a moral política neste País tenha decaído a esse ponto.

Sr. Presidente, mudando um pouco de assunto, quero me referir à viagem do Presidente da República no exterior. Não sou dos que o criticam por essas via-

gens; elas são produtivas, como produtivas foram as viagens do Presidente Fernando Henrique Cardoso, do Presidente José Sarney e, antes dele, do Presidente Itamar Franco. Enfim, de todos aqueles que demandaram o exterior, procurando promover os interesses nacionais. Mas nós estamos verificando que o Brasil faz parte, não só agora mas desde antes, do concerto das grandes nações. O Brasil está destinado a ser uma das cinco maiores nações econômicas dentro de 20 a 30 anos. Enquanto isso, nós estamos, aqui no Brasil, patinando em torno de um salário mínimo vergonhoso – de menos de US\$100.00. A grande aspiração do trabalhador brasileiro, hoje, parece ser a de obter um salário mínimo de US\$100.00. E o que significam os US\$100.00? Significam R\$300,00. Isso não é grande coisa; isso é quase nada. Nós não podemos ser uma grande Nação, dentro de muito pouco tempo, pagando à maioria dos nossos trabalhadores míseros R\$300,00 de salário. Enquanto isso, grassa o desemprego por toda a parte, por todas as latitudes deste Brasil imenso. O Governo poderia ter a criatividade de enveredar pelas atividades geradoras e intensivas de emprego, mas não o faz. Quer uma sugestão? A indústria canavieira, que é tão forte no Estado da Senadora Heloísa Helena, é intensivamente geradora de emprego. Qualquer aplicação de recurso nesse setor será capaz de absorver milhões e milhões de brasileiros ainda lançados ao desemprego. A indústria do turismo é outra atividade que está sendo negligenciada no País. A construção civil, cujo déficit é monumental, é uma indústria geradora intensiva de mão-de-obra.

Será que está faltando criatividade ao Governo? Fala-se muito no Fome Zero. Sem dúvida foi uma grande iniciativa, mas de resultados dolorosos. Não temos praticamente resultado nenhum com o programa Fome Zero.

Sr. Presidente, vim a esta tribuna para tratar desses temas, lamentando que os avanços brasileiros no campo da economia, no ano de 2003, não tenham correspondido ao bem-estar do povo brasileiro. No entanto, tenho esperanças de que, daqui para a frente, possa o Presidente da República, com seu Ministério, voltar-se para os interesses imediatos do povo, ainda abandonados e negligenciados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp) – Concedo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena.

V. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dizia o

Senador Lobão que os homens são os mesmos. Olhando para S. Ex^a, eu dizia que nem sempre, porque são os mesmos fisicamente, mas mudam de posição em pouco tempo.

Eu havia me preparado para falar da Lei de Falências, uma das demonstrações do Governo Federal – o que não é novidade, infelizmente – da farsa assinada com o Fundo Monetário Internacional em fevereiro do ano passado e retomada no novo acordo. O Governo Federal, em sua conversão neoliberal, transformou-se numa vergonhosa propaganda triunfalista do neoliberalismo. Um dos pontos do acordo, juntamente com a reforma da previdência e a privatização dos bancos federalizados, é a Lei de Falências, a respeito da qual falarei na próxima semana, inclusive porque ela é parte da vergonhosa convocação extraordinária. Basta ver o plenário da Casa para sentir a vitalidade, ironicamente falando, desta convocação extraordinária.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu não poderia deixar de fazer mais um apelo ao Governo Federal quanto à situação gravíssima por que passa Alagoas. Sei que isso não é exclusividade do meu Estado, pois o problema das enchentes, muitas vezes, mexe com grandes cidades como São Paulo. Todos os outros Estados acabam, em função da ausência de infra-estrutura, sendo acometidos por danos materiais e humanos, e, no caso do Nordeste, as circunstâncias são semelhantes.

Tive oportunidade de viajar durante três dias pelo sertão de Alagoas, onde a situação é gravíssima. Lá, a situação é gravíssima pela irresponsabilidade dos governos, que, infelizmente, não possibilitam ações de recursos hídricos para abastecimento humano e animal, bem como projetos de irrigação. Quando chove, a situação é extremamente dramática e a responsabilidade não é nem de Deus, nem de São Pedro, e o Senador Sibá Machado sabe bem disso. Se essas chuvas tivessem acontecido em Alagoas – como bem têm lembrado o Padre Eraldo, o Padre Guimarães e outros que atuam no Estado – e houvesse condições concretas de se guardar a água, com certeza teríamos melhores dias, nos próximos meses, no sertão alagoano.

Tivemos a oportunidade, Sr. Presidente, de fazer uma reunião com toda a Bancada de Alagoas, Senadores e Deputados Federais, juntamente com o Governo do Estado, com o Vice-Presidente da República, Presidente em exercício, José Alencar, quando apresentamos um relatório de todos os danos causados pelas inundações, no período de 14 a 27 de janeiro, no Estado de Alagoas. Treze Municípios sofreram

danos materiais e humanos gravíssimos. Então é de fundamental importância que o Governo Federal cumpra a sua obrigação na recuperação de rodovias vicinais, pontes e na construção de moradias. Mais de mil moradias foram de tal forma danificadas que não servem mais de abrigo para as famílias, e mais de 600 casas foram completamente destruídas. A situação é de dor, sofrimento e miserabilidade crescente para as pessoas que perderam o pouco que tinham, porque perderam a moradia na beira do rio. Infelizmente, como os Governos Federal e Estadual não investiram em moradia, muitas pessoas acabaram indo para o leito do rio, onde fica mais fácil conseguirem água e peixe para alimentar a família.

Fica aqui o nosso apelo no sentido de que o Governo Federal disponibilize, o mais rapidamente possível, os recursos requeridos pelo Estado de Alagoas e por toda a nossa Bancada. O montante do que Alagoas precisa para a recuperação de rodovias vicinais, pontes e para a reconstrução de moradias é de R\$12 milhões, valor absolutamente insignificante e ridículo se comparado com o que o Governo disponibiliza para encher a pança dos banqueiros internacionais, pagando juros e serviços da dívida, ou construindo o maldito superávit.

A situação no Estado de Alagoas é extremamente grave, e justamente os filhos da pobreza acabam se submetendo a essa situação de dor, sofrimento, empobrecimento e miserabilidade crescente.

É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp) – Concedo a palavra ao nobre Senador Sibá Machado.

V. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Nobre Senador Valdir Raupp, Presidente desta sessão, Senador do Estado de Rondônia, ouvi atentamente o pronunciamento de V. Ex^a a respeito das preocupações geradas pela crise da Parmalat e, principalmente, pela situação que passa a agricultura do Estado de Rondônia e do Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, li o relatório final do Grupo de Trabalho Interministerial do Governo Federal, que recomendou uma pesquisa, um estudo sobre a aplicação do biodiesel no Brasil, e gostaria de me pronunciar sobre alguns de seus trechos. Esse grupo interministerial foi integrado por 12 Ministérios, Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Minas e Energia; Fazenda; Ciência e Tecnologia; Meio Ambiente; Desenvolvimento Agrário e outros.

No cenário mundial, vale ressaltar que apesar de ser recente, no Brasil, o forte interesse pelo domínio dessa tecnologia, muitos já a incorporaram como política pública estratégica de seus países. Por exemplo, a Comunidade Européia implementa, atualmente, a maior experiência internacional na produção e uso de combustíveis renováveis. Na União Européia, o biodiesel recebe incentivo à produção e ao consumo por meio de desgravação tributária e regulamentações e metas importantes na área de meio ambiente. Em 2005, 2% dos combustíveis consumidos terão de ser renováveis e, em 2010, 5,75%.

Na Alemanha, responsável por 56% da produção européia de biocombustíveis, há cerca de 1.400 postos (dados de 2002) de abastecimentos de veículos fornecendo biodiesel puro (B100). O total produzido na Europa ultrapassa, atualmente, um bilhão de litros por ano, tendo crescido à taxa anual de 30% entre 1998 e 2002.

Além dos principais países produtores – Alemanha, França e Itália, nessa ordem –, outros países da União Européia, inclusive por orientação do parlamento europeu, já desenvolvem ações visando estimular o uso do biodiesel.

Nos Estados Unidos, não há desgravação tributária e a produção ainda é incipiente (cerca de cem mil toneladas de biodiesel por ano; se a equivalência for de um quilo para um litro, são mais ou menos cem mil litros). Mas há planos e iniciativas para a diversificação da sua matriz energética, como o uso do biodiesel em larga escala. Atualmente, o biodiesel está sendo usado em frotas de ônibus urbanos, serviços postais e órgãos do governo, e é considerado diesel premium – o nome dado nos Estados Unidos –, para motores utilizados na mineração subterrânea e embarcações. Em Minnesota, está tramitando projeto de lei que estabelece a mistura imediata de 2%, que pasará para 5% nos próximos cinco anos.

Na Malásia, está sendo implementado programa para a produção de biodiesel. A primeira fábrica deve entrar em operação em 2004, com capacidade de produção de 500 mil toneladas anuais. A extração possível de vitaminas A e E permitirá reduzir os custos.

Na Argentina, o biodiesel é estimulado desde 2001, quando foi criado o Plano de Competitividade para o Combustível Biodiesel, propiciando a desoneração tributária por dez anos.

Estudos realizados indicam que as motivações principais desses países ocorreram a partir dos anos 90, com a consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável e a preocupação com o efeito es-

tufa, com as guerras no Oriente Médio, que afetam diretamente alguns dos principais países produtores de petróleo, e com as questões estratégicas ligadas ao longo período de formação dos combustíveis de origem fóssil e sua característica finita, exigindo desses países o desenvolvimento de estratégias e rotas diferentes para o seu desenvolvimento.

O Brasil também detém considerável experiência acumulada na área do biodiesel, mas, ao contrário de países considerados desenvolvidos, ela ainda se encontra em franco descompasso com nossa capacidade produtiva de biomassa, pois dispomos de condições de solo e clima privilegiados para a produção de diversas matérias-primas suscetíveis de aproveitamento para a fabricação desse combustível.

A experiência nacional envolve diversas matérias-primas, como a soja, a mamona, o amendoim, o dendê, o babaçu, além de outros, e várias rotas tecnológicas, como a transesterificação metílica e etílica e o craqueamento térmico, entre outras. São experiências já vividas pela Embrapa e a Universidade de São Paulo, a USP.

Quanto à diversificação das rotas tecnológicas, devemos fazer uma primeira observação sobre o que entendemos do biodiesel, aproveitando a experiência mundial.

Na Europa, o biodiesel faz parte de um programa maior de biocombustível, podendo ser todo o combustível produzido a partir da biomassa. Lá, consideram especificamente como biodiesel apenas o éster metílico produzido a partir de óleos vegetais ou animais, com qualidade de combustível para motores diesel, para utilização como biocombustível.

Na viagem à Alemanha, visitei a fábrica da Caterpillar, cuja gerência-geral afirmou que o uso do biodiesel para ela não é mais problema. Todos os motores Caterpillar estão autorizados e disponíveis para o uso desse combustível.

No Brasil, a Agência Nacional do Petróleo, ANP, define o biodiesel como sendo um combustível composto de monoalquilésteres de ácidos graxos de cadeia longa derivados de óleos vegetais ou de gorduras animais e designado como B100. No relatório do GTI, foi considerado biodiesel todo combustível obtido de biomassa que possa substituir parcial ou totalmente o óleo diesel de origem fóssil em motores ciclo-diesel, automotivos e estacionários. Essa definição é relevante para evitar a discriminação de qualquer rota tecnológica para a obtenção desse combustível de fonte vegetal ou animal, o que permite incluir, além do próprio óleo *in natura*, o obtido por transesterificação etílica ou metílica, por craqueamento ou ainda por

transformação em líquido de gases obtidos de biomassa.

O caminho adotado pelo Governo brasileiro de não limitar as rotas tecnológicas para o desenvolvimento de combustíveis à base de biomassa evitará que esse importante programa seja dominado por setores exclusivos da produção, perdendo, assim, o papel inovador, como o forte componente de inclusão social que a produção do biodiesel poderá representar para o Brasil.

Quanto às principais experiências e pesquisas no Brasil, o caminho está baseado nas diversas experiências e pesquisas já em curso em todo o País.

A Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE/UFRJ, em parceria com o Instituto Virtual Internacional de Mudanças Globais, IVIG, desenvolve um projeto de extração de biodiesel de óleo usado de frituras que vem sendo testado desde 2001 num caminhão furgão, com o biodiesel B100 (100% biodiesel), com ótimo resultado, embora ainda não homologado. O caminhão já percorreu 300 mil quilômetros sem apresentar nenhum tipo de defeito.

Em outro projeto da mesma entidade, três caminhões de coleta de lixo estão sendo monitorados com o uso do B5 (5% de biodiesel), visando homologar e certificar os testes. Um terceiro projeto visa extrair biodiesel de resíduos gordurosos de esgoto para a realização de testes de desempenho, consumo e emissões, havendo ainda o Projeto Riobiodiesel, que consiste na implantação do ciclo completo de produção, industrialização e consumo do biodiesel para emprego de B5 em ônibus, barcas, geradores, frotas experimentais públicas e privadas, usando como matéria-prima refugo industrial de óleos vegetais, girassol e nabo forrageiro.

No Laboratório de Desenvolvimento de Tecnologias Limpas (Ladotel) da Universidade de São Paulo, **campus** de Ribeirão Preto, também são realizados testes, pesquisas, na área do biodiesel, tendo sido dominada tecnologia própria de produção de ésteres etílicos com sensível redução do tempo de produção relativamente às tecnologias existentes.

A Universidade Federal do Ceará vem desenvolvendo, há anos, linha de pesquisa científica e tecnológica para produção e utilização de biodiesel a partir da mamona, tendo obtido, no ano passado, proteção para a propriedade intelectual oriunda do projeto. Outra iniciativa mais recente vem sendo utilizada pela Universidade Federal do Maranhão, cujo escopo é viabilizar a utilização do óleo de babaçu para a pro-

dução de biodiesel a partir da estruturação de arranjos produtivos locais – o nosso coco.

O Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar) é sede do Centro de Referência de Biocombustível (Cerbio). Destaca-se, entre seus resultados, teste de campo com vinte ônibus e com um veículo de passeio com aproximadamente 80.000 quilômetros rodados com a mistura B20 – 20% de biodiesel. Testes realizados nos Estados do Paraná e de Mato Grosso também resultam dessa iniciativa.

Na área de produção comercial, destaca-se a experiência de mais de oito anos do Grupo Soyminas, do Grupo Biobrás, que já possui unidades em operação em Cássia, Minas Gerais, Campinas, São Paulo, e Chapadão do Céu, Goiás, devendo inaugurar, nos próximos meses, outra fábrica em Rolândia, Paraná. A capacidade diária de produção dessas unidades é da ordem de 10 mil litros. O produto é comercializado como éster-etílico, tendo em vista que o biodiesel ainda não é um combustível homologado. A tecnologia desenvolvida pela Soyminas poderá ser utilizada na implantação de unidades industriais em Portugal, África do Sul e Uberlândia, Minas Gerais.

Na Embrapa/UnB, em Brasília, também em fase experimental, há produção de biodiesel por outra rota tecnológica, o processo de craqueamento.

No meu Estado, já fundamos o núcleo de Produção de Biomassa, que terá como um dos primeiros trabalhos o desenvolvimento de biodiesel a partir da capacidade de produção de óleos do sistema produtivo agroflorestal. Lá, queremos fazer uma mistura de óleos: a floresta nativa com a agricultura.

Grande parte da potencialidade do biodiesel reside no fato de as plantas industriais terem ampla flexibilidade em termos de tamanho e de matérias-primas empregadas, com pequena ou nenhuma necessidade de modificação, possibilitando, desse modo, que a produção desse combustível renovável se adapte às peculiaridades regionais do País e que se implante um programa não excludente.

Sob os pontos de vista social e regional, a produção de biodiesel promove a inclusão social pela geração de emprego e renda, tendo em vista que, embora com rendimentos variáveis, o biodiesel pode ser obtido a partir de diversas matérias-primas de origem vegetal e animal, disponíveis ou passíveis de produção nas diferentes regiões do Brasil.

Isso também contribui para a inclusão social ao permitir o suprimento de energia elétrica para comunidades isoladas ainda não atendidas, mediante o uso do biodiesel em motores estacionários, o que

também pode ser feito com o emprego do óleo vegetal **in natura** em motores devidamente adaptados a essa finalidade.

No aspecto econômico, inclui-se, como potencialidades do biodiesel, a redução das importações de petróleo e óleo **diesel** – um ponto extremamente importante, pois é um plano geopolítico para o Brasil tornar-se cem por cento independente das exportações de combustíveis –, que, em 2002, representaram 25% do consumo de **diesel**, sendo 17% de óleo **diesel** acabado e 8% de **diesel** produzido a partir do petróleo importado. Isso reflete positivamente na diversificação da matriz energética brasileira, na redução do dispêndio de divisas, na auto-suficiência, na questão geopolítica (interesses e conflitos relacionados ao petróleo), bem como no adensamento de várias cadeias de agronegócio, com possibilidades de participação de segmentos produtivos de portes diferenciados, incluindo agricultores familiares como produtores de matérias-primas, de óleos vegetais e de biodiesel.

Dentre as questões ambientais, cabe destacar a significativa diminuição das emissões de diversos poluentes, especificamente os monóxidos de carbono, hidrocarbonetos totais, material particulado e enxofre. Além disso, o uso do biodiesel reduz sensivelmente a emissão de gases causadores do efeito estufa. Embora haja ligeiro aumento na emissão de óxido de nitrogênio – cujas conseqüências sobre a qualidade do ar nas grandes metrópoles podem ser contornadas com a adoção de medidas específicas –, os efeitos líquidos sobre a redução global da pressão sobre o meio ambiente são altamente favoráveis ao biodiesel, especialmente quando se considera todo o ciclo de vida do produto, abrangendo desde a produção das sementes, cultivo, colheita, transporte, armazenamento, processamento e consumo.

Outro impacto positivo sobre o meio ambiente advém da possibilidade de se cultivarem algumas espécies oleaginosas, especialmente o dendê, em áreas degradadas da Região Norte do País, onde existem condições de solo e clima favoráveis a essa cultura. No Arco do Desmatamento, pode ser feito um programa de reforma agrária, baseado no projeto de assentamento florestal, para esses cultivos. A mamona e outras matérias-primas podem desempenhar idêntico papel em outras regiões, especialmente no semi-árido nordestino. Cabe registrar também que a possibilidade de produzir biodiesel com resíduos gordurosos de frituras e esgoto tende a diminuir o despejo de material graxo no meio ambiente.

Sobre os desafios, se considerarmos que o País já tem suficiente domínio sobre o processo de produção de biodiesel por meio de rotas tecnológicas alternativas, abrangendo principalmente a transesterificação etílica, mas com avanços importantes também em outras rotas, como a transesterificação metílica e o craqueamento térmico, envolvendo diversas matérias-primas de origem vegetal, animal e mesmo resíduos, portanto, mais que um desafio tecnológico, o que de fato se apresenta como objetivo a ser alcançado em curto prazo é fortalecer e disseminar essas experiências, levando em conta a variada gama de alternativas existentes no País.

De qualquer forma, devem-se continuar aprimorando os testes de produção e uso desse combustível renovável e estabelecer padrões de qualidades adequados aos seus vários usos. Sob esse enfoque, enfatiza-se a necessidade de realizar testes com o biodiesel puro (B100), de forma a solucionar todas as eventuais dúvidas que se possam ter quanto a seu uso.

Em relação à inclusão social, os estudos conjuntos desenvolvidos pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura, da Integração Nacional e das Cidades permitem simular que, a cada 1% de participação da agricultura familiar no mercado de biodiesel no País, na hipótese de utilização de um percentual de mistura de 5% de biodiesel no óleo **diesel** em todo o território nacional, seria possível gerar cerca de 45 mil empregos no campo, a um custo médio de aproximadamente R\$4,9 mil por emprego. Esse, Sr. Presidente, é “o pulo do gato” do estudo.

Tomando-se como média a possibilidade de se criarem três empregos na cidade para cada emprego no campo, a mencionada participação de um ponto percentual da agricultura familiar no mercado de B5 permitiria geração de aproximadamente 180 mil empregos diretos e indiretos na cidade.

Fazendo-se uma estimativa preliminar, com base nos indicadores acima citados, a participação de apenas 6% da agricultura familiar no mercado do biodiesel (B5) possibilitaria a geração de aproximadamente um milhão de empregos, dos quais 270 mil no campo e 810 mil na indústria, no comércio e na distribuição, a um custo de R\$4,9 mil por emprego.

Lembro que, quando a Ford brigou com o então Governador do Rio Grande do Sul Olívio Dutra, hoje Ministro, o custo era de R\$300 mil para cada emprego que a Ford gerava. Assim também quero ficar rico. Adoraria se me pagassem isso para eu montar uma empresa.

Portanto, nesse caso, o Governo investiria R\$4,9 mil e geraria um emprego no campo e três na cidade.

Apenas para efeito comparativo, se essa participação fosse integralmente apropriada exclusivamente pelo agronegócio da soja, seriam gerados, segundo os mesmos estudos, apenas cerca de 46 mil postos de trabalho, a um custo médio de R\$80 mil por emprego. É a mecanização. V. Ex^a dizia ainda há pouco que, se colocarmos tecnologia pesada na produção de cana, tiraremos 112 oportunidades de trabalho por causa da máquina empregada. No entanto, ao colocar mão-de-obra humana no campo em contato com os efeitos de um trabalho degradante, temos de escolher entre tirar o trabalhador dessas condições e não ter onde colocá-lo.

Sr. Presidente, como já extrapolei bastante o meu tempo, vou ser mais sucinto.

Em relação à renda na agricultura familiar, verifica-se que, a cada 1% de participação desse segmento agrícola no mercado de biodiesel, seriam necessários recursos da ordem de R\$220 milhões por ano (média de custeio e investimento), os quais proporcionariam um acréscimo de renda bruta anual, ou seja uma devolução para os cofres, ao redor de R\$470 milhões, mostrando, portanto, que a cada R\$1,00 aplicado na agricultura familiar seriam gerados R\$2,13 adicionais na renda bruta anual, permitindo que a renda média por família no mínimo dobrasse de valor com a medida.

Em relação aos aspectos econômicos, estudos indicam que o biodiesel puro (B100), isento de tributos federais (Cide e PIS/Cofins) e estadual (ICMS), apresenta os seguintes custos por litro: R\$0,902 (soja); R\$0,645 (girassol), R\$0,761 (mamona) e R\$0,494 (dendê). Portanto, o dendê supera a soja em todos os níveis, seja na captação de CO², seja na produtividade diária – 400 Kg por hectare de soja e seis toneladas de dendê. A árvore do dendê tem uma grande capacidade de cobertura, de sombra permanente, e chega a 15 anos, 20 anos.

Na Amazônia, teremos, então, algo assim. No Nordeste, o uso da mamona, que é um vegetal de conhecimento do agricultor, precisa de pequenas inovações e tem alta resistência às condições climáticas daquela região.

Então, Sr. Presidente, seguirei adiante, mas eu gostaria de considerar como lido todo o conteúdo, porque está muito longo, e falar das pequenas recomendações feitas no estudo.

Uma delas é que se adote a inclusão social para o desenvolvimento regional nesses processos.

A segunda, que se autorize oficialmente o uso de biodiesel no Brasil, inicialmente com o B5, que já daria para se ir aprimorando como seria sonhar com a possibilidade de 1 milhão de hectares de mamona no Nordeste; em seguida, podemos pensar em um **blend** entre as oleaginosas nativas da Amazônia com a nossa agricultura e as produzidas no Centro-Oeste, Sudeste e Sul do País, porque a soja, é claro, está com marca registrada nessas regiões.

A terceira é inserir de forma sustentável a agricultura familiar como membro desse processo econômico. Estamos chamando de $K = P1 + P2 + C$, onde K é o capital; P1, o Poder Público; P2, o privado; e C, o capital comunitário.

Uma outra é definir o modelo tributário a ser aplicado na comercialização do biodiesel.

Também estabelecer normas, regulamentos e padrões de qualidade desse biodiesel.

E, por último, criar uma comissão interministerial permanente, encarregada de acompanhar a implementação das diretrizes e políticas públicas que viessem a ser definidas pelo Governo Federal.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero dizer que sou um entusiasta dessa medida, ao mesmo tempo em que me irmano a esse movimento.

Ontem, eu fazia um estudo dos mapas do desenvolvimento de energia elétrica na região e observei que os gasodutos de Urucum a Porto Velho, de Urucum a Manaus, o linhão Belo Monte/Tucuruí a Manaus e o linhão de Porto Velho a Mato Grosso interligariam o País. Entretanto, Acre, Roraima e Amapá estão completamente fora da produção. Por isso, perderemos o nosso ICMS, uma vez que as chamadas isoladas deixam de produzir, levando-nos a abdicar desse benefício. E, da mesma forma, o Estado de Roraima. Nesse quadro, passaremos a ser meros compradores de energia.

Defendo que essa matéria seja uma espécie de trabalho muito importante do Governo para que o Estado do Acre também seja gerador de energia, a partir de sua capacidade encontrada na biomassa, servindo para qualquer Estado que não disponha de força hidráulica, de minério fóssil, como é o caso do petróleo, e de outras fontes, como é o caso de Rondônia e outros Estados.

Quero dizer a V. Ex^a que desejo fazer parte do debate sobre o setor energético brasileiro, pedindo mais atenção a esse tipo de programa.

Fazendo justiça a um dos baluartes desse debate no Senado, menciono o Senador Alberto Silva, do Piauí. S. Ex^a está fazendo um esforço tremendo para que seja inaugurada no Piauí uma planta de produção de biodiesel.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA INTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR SIBÁ MACHADO.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Sem apanhamento taquigráfico.) –

DISCURSO SOBRE RECOMENDAÇÕES DO GTI SOBRE BIODIESEL.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, no ano passado o Presidente Lula instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial com o objetivo de apresentar estudos sobre a viabilidade de utilização de Óleo vegetal-biodiesel como fonte alternativa de energia.

O Grupo de trabalho foi composto por 12 Ministérios entre eles:

- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
- Ministério de Minas e Energia (MME);
- Ministério da Fazenda (MF);
- Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT);
- Ministério do Meio Ambiente (MMA);
- Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

O Cenário Mundial

Vale ressaltar que apesar de ser recente no Brasil o forte interesse pelo domínio desta tecnologia, muitos já incorporaram como política pública estratégica de seus países.

Por exemplo, a Comunidade Européia, implementa atualmente, a maior experiência internacional na produção e uso de combustíveis renováveis. Na União Européia o biodiesel recebe incentivo à produção e ao consumo através de desgravação tributária e regulamentações e metas importantes na área de meio ambiente. Em 2005, 2% dos combustíveis consumidos terão de ser renováveis e, em 2010, 5,75%.

Na Alemanha, responsável por 56% da produção européia de biocombustíveis, há cerca de 1.400 postos (dados de 2002) de abastecimento de biodiesel puro (B100). O total produzido na Europa ultrapassa, atualmente, 1 bilhão de litros por ano, tendo crescido à taxa anual de 30% entre 1998 e 2002.

Além dos principais países produtores – Alemanha, França e Itália, nessa ordem – , outros países da

União Européia, inclusive por orientação do Parlamento Europeu, já desenvolvem ações visando estimular o uso do biodiesel.

Nos EUA, não há desgravação tributária e a produção ainda é incipiente (cerca de 100 mil toneladas de biodiesel por ano), mas há planos e iniciativas para diversificação de sua matriz energética com o biodiesel.

Atualmente, o biodiesel está sendo usado em frotas de ônibus urbanos, serviços postais e Órgãos do governo e é considerado diesel premium para motores utilizados na mineração subterrânea e embarcações. Em Minnesota está tramitando projeto de lei que estabelece a mistura imediata de 2%, a qual passará para 5% nos próximos cinco anos.

Na Malásia está sendo implementado programa para a produção de biodiesel. A primeira fábrica deve entrar em operação em 2004, com capacidade de produção de 500 mil toneladas anuais. A extração possível de vitaminas A e E permitirá reduzir os custos.

Na Argentina, o biodiesel é estimulado desde 2001, que cria o “Plano de Competitividade para o Combustível Biodiesel”, propiciando a desoneração tributária por 10 anos.

Estudos realizados indicam que as motivações principais destes países ocorreram a partir dos anos de 1990 com a consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável e a preocupação com o efeito estufa, as guerras no Oriente Médio, afetando diretamente alguns dos principais países produtores de petróleo, e as questões estratégicas ligadas ao longo período de formação dos combustíveis de origem fóssil e da sua característica finita, exigindo destes países o desenvolvimento de estratégias e rotas diferentes para seu o desenvolvimento.

O Brasil também detém considerável experiência acumulada na área do biodiesel, mas, ao contrário de países considerados desenvolvidos, ela ainda se encontra em franco descompasso com nossa capacidade produtiva de biomassa, pois dispomos de condições de solo e clima privilegiados para a produção de diversas matérias-primas suscetíveis de aproveitamento para fabricação de biodiesel.

Diante disso, a experiência nacional envolve diversas matérias– primas (soja, mamona, amendoim, dendê, babaçu, etc) e várias rotas tecnológicas (transesterificação metílica e etílica e craqueamento térmico dentre outras).

Diversificar as Rotas Tecnológicas

Aqui devemos fazer uma primeira observação em relação ao que entendemos sobre biodiesel e aproveitando a experiência mundial.

Por exemplo, na Europa o biodiesel faz parte de um programa maior de biocombustível. Podendo ser todo o combustível produzido a partir da biomassa. Consideram especificamente, como biodiesel ainda apenas, o éster metílico produzido a partir de óleos vegetais ou animais, com qualidade de combustível para motores diesel, para utilização como biocombustível.

No Brasil, a Agência Nacional do Petróleo (ANP), define biodiesel como sendo um combustível composto de mono-alquilésteres de ácidos graxos de cadeia longa, derivados de óleos vegetais ou de gorduras animais e designado B100. No relatório do GTI foi considerado biodiesel todo combustível obtido de biomassa que possa substituir parcial ou totalmente o óleo diesel de origem fóssil em motores ciclodiesel, automotivos e estacionários. Esta definição é relevante para evitar a discriminação de qualquer rota tecnológica para a obtenção desse combustível de fonte vegetal ou animal, o que permite incluir, além do próprio óleo in natura, o obtido por transesterificação etílica ou metílica, por craqueamento, ou ainda por transformação, em líquido, de gases obtidos de biomassa.

Este importante caminho adotado pelo governo brasileiro de não limitar as rotas tecnológicas para o desenvolvimento de combustíveis a base de biomassa como citado acima evitará que este importante programa não seja dominado por setores exclusivos da produção e assim perdendo o papel inovador com o forte componente de inclusão social que a produção do biodiesel poderá representar para o Brasil.

As principais experiências e pesquisas do País

Este caminho também está baseado nas diversas experiências e pesquisas já em curso no país.

A Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – COPPE/UFRJ, em parceria com o Instituto Virtual Internacional de Mudanças Globais – IVIG, desenvolve um projeto de extração de biodiesel de óleo usado de frituras, que vem sendo testado desde 2001 em um furgão, com B100 (100% biodiesel), com ótimo resultado (300 mil km rodados sem defeitos), embora ainda não homologado.

Em outro projeto da mesma entidade, três caminhos de coleta de lixo estão sendo monitorados com

o uso de B5 (5% de biodiesel), visando homologar e certificar os testes. Um terceiro projeto visa extrair biodiesel de resíduos gordurosos de esgoto para a realização de testes de desempenho, consumo e emissões, havendo ainda o Projeto Riobiodiesel, que consiste na implantação de ciclo completo de produção, industrialização e consumo do biodiesel para emprego de B5 em ônibus, barcas, geradores, frotas experimentais públicas e privadas, usando como matérias-primas refugo industrial de óleos vegetais, girassol e nabo forrageiro.

No Laboratório de Desenvolvimento de Tecnologias Limpas (LADETEL) da Universidade de São Paulo, Campus de Ribeirão Preto, também são realizados testes, pesquisas, na área do biodiesel, tendo sido dominada tecnologia própria de produção de ésteres etílicos com sensível redução do tempo de produção, relativamente às tecnologias existentes.

A Universidade Federal do Ceará vem desenvolvendo, há anos, linha de pesquisa científica e tecnológica para produção e utilização de biodiesel a partir da mamona, tendo obtido, no passado, proteção sobre a propriedade intelectual oriunda do projeto. Outra iniciativa mais recente vem sendo realizada pela Universidade Federal do Maranhão, cujo escopo é viabilizar a utilização do óleo de babaçu para produção de biodiesel a partir da estruturação de arranjos produtivos locais.

O Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar), é sede do Centro de Referência em Biocombustíveis (Cerbio). Destacam-se, entre seus resultados, teste de campo com 20 ônibus e um veículo de passeio, com aproximadamente 80.000 quilômetros rodados com a mistura B20. Testes realizados nos Estados do Paraná e Mato Grosso também resultam dessa iniciativa.

Na área de produção comercial, destaca-se a experiência de mais de oito anos do Grupo Soyminas, do Grupo Biobrás, que já possui unidades em operação em Cássia (MG), Campinas (SP) e Chapadão do Céu (GO), devendo inaugurar, nos próximos meses, outra fábrica em Rolândia (PR). A capacidade diária de produção dessas unidades é da ordem de 10 mil litros. O produto é comercializado como éster-etílico tendo em vista que o biodiesel ainda não é um combustível homologado. A tecnologia desenvolvida pela Soyminas poderá ser utilizada na implantação de unidades industriais em Portugal, África do Sul e Uberlândia (MG).

Na Embrapa/UnB, em Brasília, também em fase experimental a produção de biodiesel por outra rota tecnológica através do processo de craqueamento.

No meu estado já fundamos o Núcleo de Produção de Biomassa onde terá como um dos primeiros trabalhos o desenvolvimento de Biodiesel a partir da capacidade produção de óleos do sistema produtivo agro-florestal.

Potencialidades

Grande parte das potencialidades do biodiesel reside no fato de as plantas industriais terem ampla flexibilidade em termos de tamanho e de matérias-primas empregadas, com pequena ou nenhuma necessidade de modificação, possibilitando, deste modo, que a produção desse combustível renovável se adapte às peculiaridades regionais do País e que se implante um programa não excludente.

Sob os pontos de vista social e regional, a produção de biodiesel promove a inclusão social pela geração de emprego e renda, tendo em vista que, embora com rendimentos variáveis, o biodiesel pode ser obtido a partir de diversas matérias-primas de origem vegetal e animal, disponíveis ou passíveis de produção nas diferentes regiões do Brasil.

Isso também contribui para a inclusão social ao permitir o suprimento de energia elétrica para comunidades isoladas ainda não atendidas, mediante o uso do biodiesel em motores estacionários – o que também pode ser feito com o emprego do óleo vegetal in natura em motores devidamente adaptados a essa finalidade.

No aspecto econômico, incluem-se, como potencialidades do biodiesel, a redução das importações de petróleo e de óleo diesel – que, em 2002, representaram 25% do consumo de diesel, sendo 17% de óleo diesel acabado e 8% de diesel produzido a partir de petróleo importado -refletindo-se positivamente na diversificação da matriz energética brasileira, na redução do dispêndio de divisas, na auto-suficiência, na questão geopolítica (interesses e conflitos relacionados ao petróleo), bem como no adensamento de várias cadeias de agronegócio, com possibilidades de participação de segmentos produtivos de portes diferenciados, incluindo agricultores familiares como produtores de matérias-primas, de óleos vegetais e de biodiesel.

Dentre as questões ambientais, cabe destacar a significativa diminuição das emissões de diversos poluentes, especialmente os monóxidos de carbono, hidrocarbonetos totais, material particulado e enxofre. Além disso, o uso do biodiesel reduz sensivelmente a emissão de gases causadores do efeito estufa. Embora haja ligeiro aumento na emissão de óxido de nitrogênio – cujas conseqüências sobre a qualidade

do ar nas grandes metrópoles pode ser contornada com a adoção de medidas específicas –, os efeitos líquidos sobre a redução global da pressão sobre o meio ambiente são altamente favoráveis ao biodiesel, especialmente quando se considera todo o ciclo de vida do produto, abrangendo desde a produção das sementes, cultivo, colheita, transporte, armazenamento, processamento e consumo.

Outro impacto positivo sobre o meio ambiente advém da possibilidade de se cultivar algumas espécies oleaginosas, especialmente o dendê, em áreas degradadas da região Norte do País, onde existem condições de solo e clima favoráveis a essa cultura. A mamona e outras matérias-primas podem desempenhar idêntico papel em outras regiões, especialmente no Semi-Árido nordestino. Cabe registrar, também, que a possibilidade de produzir biodiesel com resíduos gordurosos de frituras e esgoto tende a diminuir o despejo de material graxo no meio ambiente.

Deve-se considerar, ainda, que o biodiesel sendo utilizado como aditivo ao diesel de origem fóssil melhora sua lubricidade. Além disso, facilita o atendimento de compromissos firmados no âmbito da Convenção do Clima e pode proporcionar a obtenção de créditos de carbono, sob o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Kyoto, desde que seu uso ou mistura ao diesel não seja compulsório.

Desafios

Se considerarmos que o País já tem suficiente domínio sobre o processo de produção de biodiesel por meio de rotas tecnológicas alternativas, abrangendo principalmente a transesterificação etílica, mas com avanços importantes também em outras rotas, como a transesterificação metílica e o craqueamento térmico, envolvendo diversas matérias-primas de origem vegetal, animal e mesmo resíduos, portanto, mais que um desafio tecnológico, o que de fato se apresenta como objetivo a ser alcançado em curto prazo é fortalecer e disseminar essas experiências, levando em conta a variada gama de alternativas existentes no País. Esta diversidade de alternativas de produção no país, por sinal, as quais não existem em outros países onde o biodiesel já é uma realidade.

De forma qualquer forma deve-se continuar aprimorando os testes de produção e uso desse combustível renovável e estabelecer padrões de qualidade adequados aos seus vários usos. Sob esse enfoque, enfatiza-se a necessidade de realizar testes com o biodiesel puro (B100), de forma a solucionar todas

as eventuais dúvidas que se possa ter quanto ao seu uso.

Outro ponto necessário, relativamente simples, mas sobre o qual ainda não foram feitos estudos sistemáticos e conclusivos, refere-se ao período de armazenamento do biodiesel e à necessidade de uso de aditivos (antioxidantes) de modo a prolongar sua durabilidade.

No âmbito econômico, um dos principais desafios é a possível competição entre a destinação das matérias-primas empregadas (soja, mamona, dendê e outros) para a produção de óleo vegetal combustível ou óleos refinados para consumo alimentar, a saturação do mercado para a glicerina e os custos do biodiesel em relação ao diesel.

A saturação do mercado de subprodutos (ou co-produtos) associados ao processo de extração do óleo vegetal é outro entrave que pode ser superado desde que se analise e implemente a produção do biodiesel considerando toda a cadeia produtiva, da qual devem fazer parte novos usos para a glicerina e a expansão da produção, consumo e exportação de proteínas animais mediante a utilização da torta como ração.

Em Relação à Inclusão Social

Os estudos conjuntos desenvolvidos pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura, da Integração Nacional e das Cidades permitem simular que a cada 1% de participação da agricultura familiar no mercado de biodiesel no País, na hipótese de utilização de um percentual de mistura de 5% de biodiesel no óleo diesel em todo o território nacional, seria possível gerar cerca de 45 mil empregos no campo, a um custo médio de aproximadamente R\$ 4.900,00 por emprego.

Tomando-se como média a possibilidade de se criar três empregos na cidade para cada emprego no campo, a mencionada participação de um ponto percentual da agricultura familiar no mercado de B5 permitiria a geração de aproximadamente 180 mil empregos diretos e indiretos. Num cenário realista em que se destaca a importância regional da agricultura familiar, considera-se inteiramente viável a participação dos agricultores familiares no atendimento de parcela expressiva da demanda de biodiesel.

Fazendo-se uma estimativa preliminar, com base nos indicadores acima citados, a participação de apenas 6% da agricultura familiar no mercado do biodiesel (B5) possibilitaria a geração de aproximadamente 1 milhão de empregos, dos quais 270 mil no campo e 810 mil na indústria, comércio e distribuição.

Apenas para efeito comparativo, se essa participação fosse integralmente apropriada exclusivamente pelo agronegócio da soja, seriam gerados, segundo os mesmos estudos, apenas cerca de 46 mil postos de trabalho, a um custo médio da ordem de R\$ 80 mil por emprego. Portanto não podemos deixar acontecer o mesmo erro cometido pelo Proálcool onde a exclusão social predominou.

Em relação a renda na agricultura familiar, verifica-se que a cada 1% de participação desse segmento agrícola no mercado de biodiesel, seriam necessários recursos da ordem de R\$ 220 milhões por ano (média de custeio e investimento), os quais proporcionariam acréscimo de renda bruta anual ao redor de R\$ 470 milhões, mostrando, portanto, que a cada R\$ 1,00 aplicado na agricultura familiar, seriam gerados R\$ 2,13 adicionais na renda bruta anual, permitindo que a renda média por família no mínimo dobrasse de valor com a medida.

Dessa forma, para que se disponha de números indicativos preliminares sobre os valores envolvidos, pode-se estimar que a participação de 6% dos agricultores familiares no mercado de biodiesel (B5) demandaria recursos anuais de aproximadamente R\$ 1,32 bilhão, permitindo que a renda bruta adicional alcançasse cifra da ordem de R\$ 2,82 bilhões por ano.

Comparando-se de forma global as possibilidades de criação de novos postos de trabalho na agricultura empresarial e na familiar, tem-se que, enquanto na primeira são necessários, dependendo da cultura e da tecnologia utilizada, cerca de 100 hectares para empregar um trabalhador, na agricultura familiar é preciso apenas 10 hectares, aproximadamente. Não obstante, a participação da agricultura empresarial, bem como de matérias-primas diversas na produção de biodiesel, deve ocorrer em regiões cujas realidades socioeconômica e climática assim o recomendarem.

Adicionalmente, não se deve ignorar outros desdobramentos favoráveis do biodiesel como forma de inclusão social, a exemplo de seu uso para geração de energia elétrica para comunidades ainda não atendidas, em diversas regiões do País, colocando-o, desse modo, como instrumento adicional para o alcance dos objetivos do Programa Luz para Todos”

Em Relação aos Aspectos Econômicos

Em relação aos aspectos econômicos estudos indicam que o biodiesel puro (B100), isento de tributos federais (CIDE e PIS/COFINS) e estadual (ICMS), apresenta os seguintes custos por litro: R\$ 0,902

(soja); R\$ 0,645 (girassol); R\$ 0,761 (mamona) e R\$ 0,494 (dendê).

Tomando-se por base o preço ao consumidor de um litro de diesel mineral de R\$ 1,397, a adição de 5% de biodiesel (B5) poderia levar a duas situações distintas: com e sem isenção tributária.

Se a tributação fosse cobrada integralmente na venda do B5, haveria um aumento nos preços de venda de 0,72%, se a matéria-prima utilizada fosse a soja, e de 0,21% se a oleaginosa fosse a mamona.

Usando-se girassol e dendê, haveria redução de 0,2 1% e 0,72%, respectivamente. Na situação inversa, se houvesse isenção tributária, os preços de venda poderiam diminuir em 2,29% (dendê); 1,79% (girassol); 1,36% (mamona) e em 0,86% se a oleaginosa empregada fosse a soja.

Em Relação aos Aspectos Ambientais

Analisando-se apenas as emissões de gases de efeito estufa geradas pelo ciclo de vida do insumo, segundo estudos técnicos do Ministério do Meio Ambiente o uso do biodiesel metílico reduz a emissão de gases causadores do citado efeito em 95%. Quanto ao biodiesel etílico, os mesmos estudos indicam que a redução é de 96,2%, havendo, portanto, diferença pouco significativa (1,2%) entre os dois ésteres.

Embora seja um poluente local controlado, os hidrocarbonetos totais (HC) apresentam uma diversidade de compostos tóxicos que não são controlados individualmente. Dos 21 hidrocarbônicos tóxicos que provocam câncer e outros sérios efeitos à saúde, sete são metais e, portanto, não estão presentes no biodiesel.

Dos 14 compostos restantes, onze deles não controlados, foram avaliados pela Agência Americana de Meio Ambiente. O estudo conclui que a correlação entre as emissões totais de gases tóxicos do biodiesel em relação ao diesel convencional é estatisticamente mais significativa, podendo-se afirmar que o uso do biodiesel reduz em cerca de 16% a emissão total desses gases tóxicos, em relação ao diesel de petróleo.

Por outro lado, em relação ao diesel de origem fóssil, o uso do biodiesel aumenta em aproximadamente 10% as emissões de óxido de nitrogênio (NOx), o que não deve constituir obstáculo para seu uso devido às grandes vantagens em relação aos outros poluentes.

Ademais, há estudos em andamento visando reduzir a formação do NOx mediante o emprego de catalisadores adequados, a identificação da fonte ou propriedade que pode ser modificada para minimizar

as emissões e a mudança do tempo de ignição do combustível, com a finalidade de alterar as condições de pressão e temperatura de modo a proporcionar menor formação de óxido de nitrogênio.

Cabe destacar, todavia, que o ajuste na regulação dos motores e a instalação de catalisadores são operações simples durante o processo de produção de veículos novos, mas se revestem de considerável complexidade e de difícil mensuração de resultados quando se trata da frota de veículos em circulação, com número variado de modelos e anos de uso.

Ao reduzir a poluição, o uso do biodiesel permitiria que se evitassem custos de variada ordem, relacionados principalmente à saúde. As estimativas resumidas na tabela a seguir indicam que a substituição do diesel de origem fóssil pelo biodiesel puro (B100) proporcionaria redução desses custos da ordem de R\$ 192 milhões anuais, nas dez principais cidades brasileiras, e em aproximadamente R\$ 873 milhões, em nível nacional.

Conclusões

Bem diante do exposto podemos ter uma primeira conclusão. O biodiesel pode contribuir favoravelmente para o equacionamento de questões fundamentais para o País, como a geração de emprego e renda, inclusão social, redução das emissões de poluentes, das disparidades regionais e da dependência de importações de petróleo, envolvendo, portanto, aspectos de natureza social, estratégica, econômica e ambiental.

A produção de biodiesel já é uma realidade em nosso País. Embora de forma insuficientemente articulada, o Brasil já detém considerável informação de pesquisa e desenvolvimento a ser utilizada como base para estabelecer contornos mais nítidos visando consolidar a produção e o uso do biodiesel no País, como substituto parcial ou total do óleo diesel, uma vez que as experiências realizadas em diversas regiões, por entidades públicas e privadas, impulsionadas a partir do primeiro choque do petróleo, passaram por sucessivos avanços.

Os desafios tecnológicos e a inexistência, até o momento, de testes conclusivos e certificados relativos ao uso de biodiesel não devem representar empecilhos ao desenvolvimento imediato de ações que estimulem sua produção e o uso. As experiências internacionais e existentes no Brasil mostram que os avanços tecnológicos e a realização de testes certificados poderão ser feitos concomitantemente com a intensificação e difusão da produção e uso desse combustível alternativo e renovável.

Outra conclusão de caráter geral, mas importante para orientar as decisões a respeito da matéria, é a de que o Brasil, de modo diverso do que ocorre em outros países, especialmente na Comunidade Européia, não deve privilegiar rotas tecnológicas, matérias-primas e escalas de produção agrícola e agroindustrial, diante do amplo leque de alternativas que se pode explorar com vistas a tornar a produção e consumo de biodiesel um vetor de desenvolvimento, podendo atender, com as adaptações devidas, necessidades, objetivos e metas os mais variados, consentâneos com nossas diferentes realidades.

Recomendações

No trabalho realizado pelo GTI diversas recomendações foram apresentadas. Entre diversas poderíamos destacar:

2. Adotar a inclusão social e o desenvolvimento regional, especialmente via geração de emprego e renda, como princípios orientadores básicos das ações do Governo direcionadas ao biodiesel, o que implica dizer que sua produção e consumo devem ser promovidos de forma descentralizada e não excludente em termos de rotas tecnológicas, matérias-primas utilizadas, categorias de produtores, portes de indústria ou regiões. O Norte e o Nordeste devem receber tratamento diferenciado por serem regiões mais carentes e com amplas possibilidades de inserção no mercado de biodiesel;

3. Autorizar oficialmente o uso do biodiesel em nível nacional, inicialmente B5, reservando-se a obrigatoriedade de sua utilização como instrumento de última instância para viabilizá-lo em situações regionais específicas. A esse respeito, cabe observar que a obrigatoriedade do uso do biodiesel, qualquer que seja a proporção de mistura ao diesel de origem fóssil, criaria, de imediato, uma reserva de mercado que pode ser danosa aos interesses dos consumidores, além do fato de o uso facultativo do biodiesel aumentar as possibilidades de o País valer-se do mercado de carbono, sob o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) previsto no Protocolo de Kyoto;

6. Inserir, de forma sustentável, a agricultura familiar nas cadeias produtivas do biodiesel como vetor para seu fortalecimento,

apoiando-a com financiamentos, assistência técnica e organização produtiva, visando a oferta de matérias-primas de qualidade e em escala econômica, assim como a participação dos agricultores familiares e suas associações como participantes de empreendimentos industriais, de modo a ampliar os benefícios socioeconômicos auferidos;

Analisar a viabilidade do emprego de óleo vegetal **in natura** em motores estacionários, visando a oferta de energia para comunidades isoladas, onde o custo da eletricidade gerada pelo uso de óleo diesel é elevado;

Definir modelo tributário a ser aplicado na comercialização do biodiesel, bem como o seu enquadramento na classificação oficial de produtos com vistas a incidência da tributação.

8. Estabelecer normas, regulamentos e padrões de qualidade do biodiesel, inclusive quanto às emissões, de acordo com os diferentes usos a que se destina, independentemente das matérias-primas ou rotas tecnológicas que lhe deram origem, com a finalidade de não se discriminar, a priori, alternativas de oferta que podem ser viabilizadas regionalmente mediante desenvolvimento tecnológico e investimentos privados;

11. Criar uma Comissão Interministerial Permanente, encarregada de acompanhar a implementação das diretrizes e políticas públicas que vierem a ser definidas pelo Governo Federal, bem como os demais aspectos relevantes relacionados ao biodiesel no País, com a participação dos Ministérios de Minas e Energia, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Meio Ambiente, do Trabalho e Emprego e de outros órgãos governamentais que vierem a ser indicados pela Câmara de Políticas de Infra-Estrutura do Conselho de Governo.

No Relatório Final do Grupo de Trabalho Interministerial recomenda privilegiar parcerias público-privadas, (empresarial e comunitária) envolvendo entidades representativas dos produtores de matérias-primas, indústrias de processamento, centros de pesquisa e desenvolvimento, universidades, fabricantes de veículos e componentes automotivos,

agências reguladoras e representações dos usuários finais do biodiesel.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp) – Esta Presidência parabeniza V. Ex^a pelo brilhante pronunciamento acerca do relevante tema que discutiu nesta manhã e defere o pedido de transcrição, na íntegra, do seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp) – Os Srs. Senadores Mozarildo Cavalcanti e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, desde a chegada aqui dos primeiros viajantes europeus, a Amazônia freqüenta o imaginário do mundo – às vezes como inferno, às vezes como paraíso. Sua imensidão, sua aparência de impenetrável e inesgotável, seus habitantes, reais e imaginados, os mistérios que supostamente estão lá escondidos – tudo isso, desde então, alimenta a imaginação e desperta a curiosidade sobre essa região, do mesmo modo como já impulsivou, no início, até mesmo sua exploração.

Hoje não é diferente. Conhecemos infinitamente mais sobre a região do que conheciam seus primeiros exploradores europeus, o que não impede que muitos, no entanto, continuem cultivando seus próprios mitos sobre a Amazônia. Alguns desses mitos foram coligidos ao longo dos anos por Aimberê Freitas, pesquisador roraimense e profundo conhecedor da Amazônia real. Refiro-me em seguida a alguns deles.

Como acontece freqüentemente nos mitos, a Amazônia imaginada é hiperbólica. Uns dizem, por exemplo, que é dela que depende a sobrevivência da espécie humana. Outros, que é ela que absorve todo o gás carbônico do mundo. Há quem diga que dela depende a regulação de todo o clima do planeta. E alguns estão seguros de que é nela que encontraremos a cura para todos os males humanos.

Há também, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, todo um imaginário apocalíptico em torno da Amazônia. A crer em algumas das profecias anunciadas sobre a região, há dez anos a floresta já deveria ter desaparecido em Rondônia, no Pará e no Acre! Apon-ta-se para a devastação da Amazônia, comparando-a com um holocausto, com o apartheid sul-africano, chamando-a de maior tragédia da história, esquecendo-se de toda noção de proporção e, até mesmo, des-

merecendo a terrível tragédia humana que representaram os eventos históricos mencionados.

Como levar a sério tamanhos disparates? Só uma explicação, Sr. Presidente, ocorre-me. Não é possível que pessoas esclarecidas, educadas, bem informadas sustentem opiniões tão absurdas, a não ser que estejam movidas por algum outro interesse que não o da verdade. É preciso ver o que está por trás de toda essa nova mitologia amazônica. E não é preciso ser muito sutil para ver isso, até porque esses novos amigos da Amazônia não se esforçam especialmente para esconder suas intenções.

O que está por trás, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, de toda essa efusiva falação sobre o paraíso amazônico, é o velho discurso da internacionalização da Amazônia. As hipérboles servem a um fim preciso: manipular a opinião dos que conhecem menos, manipulação que se torna cada vez mais fácil, à medida que a opinião se torna mais enviesada.

Não vou aqui insistir nos perigos desse discurso, já tantas vezes denunciado. Gostaria apenas agora de chamar a atenção para o aspecto algo ofensivo que ele tem.

Não bastassem os disparates que ofendem qualquer um que esteja familiarizado com a Amazônia real e com os fatos sobre a floresta, eles são ainda acompanhados de conselhos e recomendações sobre o que fazer. A floresta, dizem eles, não serve para ser explorada: sua maior riqueza é o oxigênio que produz. Assim, o melhor investimento na Amazônia é deixá-la como está, intocada, desocupada, desabitada – estrategicamente desabitada... Não contentes de fazer passar o mito pela verdade, ainda fundam sobre ele recomendações, como se não soubéssemos o que fazer e como agir.

No entanto, Sr. Presidente, sabemos, sim, como agir. Sabemos como agir na nossa Amazônia, e não na fantasiosa e irreal Amazônia “deles”.

Exemplo disso não falta. Recentemente, foi inaugurado um projeto de assentamento próximo a Boa Vista. Esse assentamento, batizado de Nova Amazônia 1, vai receber 1.200 famílias até 2005. O projeto introduz um modelo novo de reforma agrária em Roraima, que poderá, por sua vez, servir de exemplo para toda a região Norte. Foram feitos não apenas estudos sobre o solo e sobre a potencialidade produtiva da área, mas também um zoneamento ecológico prévio, que ajudará a definir o uso mais apropriado do local. Enfim, com os devidos cuidados, podemos ocupar responsabilmente a Amazônia, usando-a sem destruir suas imensas riquezas e promovendo o bem-estar da população que lá vive.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, se, por um lado, as intenções nem sempre reveladas dos novos “amigos” da Amazônia, cobiçosos de suas riquezas, são fonte de preocupação, por outro, acabam indiretamente prestando uma homenagem que confirma o amor e o orgulho que sentimos por nossa região. Mas nosso orgulho e nosso amor são mais consistentes do que a cobiça e o amor interessado deles, porque baseado em familiaridade, em conhecimento real e de primeira mão. Não nos iludem os mitos, porque conhecemos a realidade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, a edição de novembro da revista Indústria Brasileira, publicada mensalmente pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), traz uma interessante análise, assinada por Simone Biehler Mateos, sobre a expansão da agricultura brasileira e os limites de sua influência sobre o crescimento de nossa economia.

Ao contrário da maioria dos setores da economia brasileira, a agricultura tem vivido tempos dourados. Cada nova safra quebra os recordes estabelecidos na safra anterior. A modernização da tecnologia tem revolucionado a vida no campo, especialmente em pequenos municípios no interior do País.

De fato, o desenvolvimento do agronegócio e o crescimento das exportações transformaram profundamente a economia de várias cidades brasileiras, como, por exemplo, Petrolina e Juazeiro, na divisa de Pernambuco com a Bahia, Rio Verde, em Goiás, Dourados, no Mato Grosso do Sul, e os municípios de Sorriso e Sinop, ambos no Mato Grosso.

Em Petrolina e Juazeiro, investimentos em técnicas modernas de irrigação deram resultado. A região, antes árida e improdutiva, tornou-se pólo exportador de frutas para a Europa e os Estados Unidos.

A contínua modernização dos métodos agrícolas e a expansão das indústrias de beneficiamento fizeram com que a cidade goiana de Rio Verde se tornasse uma forte produtora de soja, milho, leite, algodão, suínos e frango. Entre 1995 e 2002, a arrecadação municipal triplicou, crescendo a uma taxa média de 18% ao ano. Só em 2001, o PIB municipal acusou um crescimento de 47%.

O caso de Rio Verde é modelar. É visível a boa influência que a expansão agrícola exerce sobre outros segmentos da vida daquela cidade. O emprego de tecnologias modernas provoca a constante necessidade de mão-de-obra qualificada, fenômeno que,

por sua vez, ocasionou a expansão do ensino na cidade, com a abertura de novos cursos e a duplicação do número de vagas na faculdade local.

Fenômenos semelhantes vêm ocorrendo em Sorriso e Sinop, no Mato Grosso, nas cidades paranaenses de Toledo, Cascavel e Francisco Beltrão, nos municípios paulistas de Araraquara, Bebedouro e Presidente Prudente e em várias outras localidades brasileiras. Gradual e inexoravelmente, novas tecnologias e métodos agrícolas estão revolucionando a vida dos habitantes do interior do Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a última parte do artigo é dedicada a responder a uma questão bastante importante: até que ponto o agronegócio é capaz de irradiar sua prosperidade aos demais setores da economia?

Técnicos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) mostraram que, na maioria de nossos Municípios, um aumento de 10% na atividade agrícola gera crescimento semelhante nos setores comercial e industrial. Esse fenômeno, contudo, não se verifica em mais de 500 cidades brasileiras – justamente as maiores, cujas complexas economias pulverizam o impacto positivo do crescimento agrícola.

O recado para os governantes é claro: o agronegócio não tem condições de ancorar, sozinho, a economia do País. Os bons resultados da agricultura não eximem o Brasil da necessidade de políticas de geração de renda e de investimentos em infra-estrutura, tecnologia e formação de recursos humanos.

O próprio agronegócio ainda tem muito espaço para crescer. A exportação de produtos processados ou semiprocessados, em substituição à pura e simples matéria-prima, é uma tendência que o Brasil precisa abraçar com determinação. Os produtos elaborados, embora esbarrem em barreiras comerciais em determinados países, favorecem o mercado de trabalho interno e a disseminação da riqueza gerada pela agricultura aos demais setores da economia.

E é exatamente disso que o Brasil precisa: um crescimento compacto, harmônico, equilibrado, sem a nociva e arriscada dependência em relação a este ou aquele setor.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 10 horas e 34 minutos.)

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)**

	BAHIA		PFL	- Heráclito Fortes
PFL	- Rodolpho Tourinho		PMDB	- Mão Santa
PFL	- Antonio Carlos Magalhães			RIO GRANDE DO NORTE
PFL	- César Borges		PTB	- Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO		PMDB	- Garibaldi Alves Filho
PT	- Roberto Saturnino		PFL	- José Agripino
PL	- Marcelo Crivella			SANTA CATARINA
PMDB	- Sérgio Cabral		PFL	- Jorge Bornhausen
	MARANHÃO		PT	- Ideli Salvatti
PMDB	- João Alberto Souza		PSDB	- Leonel Pavan
PFL	- Edison Lobão			ALAGOAS
PFL	- Roseana Sarney		PT	- Heloísa Helena
	PARÁ		PMDB	- Renan Calheiros
PMDB	- Luiz Otávio		PSDB	- Teotônio Vilela Filho
PT	- Ana Júlia Carepa			SERGIPE
PTB	- Duciomar Costa		PFL	- Renildo Santana
	PERNAMBUCO		PDT	- Almeida Lima
PFL	- José Jorge		PSB	- Antonio Carlos Valadares
PFL	- Marco Maciel			AMAZONAS
PSDB	- Sérgio Guerra		PMDB	- Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO		PSDB	- Arthur Virgílio
PT	- Eduardo Suplicy		PDT	- Jefferson Peres
PT	- Aloizio Mercadante			PARANÁ
PFL	- Romeu Tuma		PSDB	- Alvaro Dias
	MINAS GERAIS		PT	- Flávio Arns
PL	- Aelton Freitas		PDT	- Osmar Dias
PSDB	- Eduardo Azeredo			ACRE
PMDB	- Hélio Costa		PT	- Tião Viana
	GOIÁS		PSB	- Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	- Maguito Vilela		PT	- Sibá Machado
PFL	- Demóstenes Torres			MATO GROSSO DO SUL
PSDB	- Lúcia Vânia		PMDB	- Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO		PT	- Delcídio Amaral
PSDB	- Antero Paes de Barros		PMDB	- Ramez Tebet
PFL	- Jonas Pinheiro			DISTRITO FEDERAL
PT	- Serys Shessarenko		PMDB	- Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL		PT	- Eurípedes Camargo
PMDB	- Pedro Simon		PFL	- Paulo Octávio
PT	- Paulo Paim			TOCANTINS
PTB	- Sérgio Zambiasi		PSDB	- Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ		PFL	- João Ribeiro
PSDB	- Reginaldo Duarte		PMDB	- Leomar Quintanilha
PPS	- Patrícia Saboya Gomes			AMAPÁ
PSDB	- Tasso Jereissati		PMDB	- José Sarney
	PARAÍBA		PSB	- João Capiberibe
PMDB	- Ney Suassuna		PMDB	- Papaléo Paes
PFL	- Efraim Morais			RONDÔNIA
PMDB	- José Maranhão		PMDB	- Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO		PT	- Fátima Cleide
PPS	- João Batista Motta		PMDB	- Valdir Raupp
PMDB	- Gerson Camata			RORAIMA
PL	- Magno Malta		PPS	- Mozarildo Cavalcanti
	PIAUI		PDT	- Augusto Botelho
PMDB	- Alberto Silva		PMDB	- Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscmcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL -DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1.
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT - PA)
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL - BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Morais
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO
DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB - RN)
Relator: Senador Ney Suassuna**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Lúcia Vânia
PDT - PPS	
(vago)	(vago)

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)**

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT - SP)
Relator: Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Morais
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Reuniões: Quintas - Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO
ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.(vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.
Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS
DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)
Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Moraes
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 10.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas - Feiras às 10:00 horas. - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS
“INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E
RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS
COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO
(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati
Vice-Presidente: Pedro Simon
Relator Geral: Senador Demóstenes Torres**

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Morais
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscmccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Moraes	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças - Feiras às 11:30 horas - Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
(vago)	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata*	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Antonio Carlos Magalhães	
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT -PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB - DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2. Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003
Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Morais (PFL -PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2. Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Morais	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 15.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E - Mail: mariadul@senado.br

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella
Vice-Presidente: Senador João Capiberibe
Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres
Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças - Feiras às 14:00 horas. - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
Eurípedes Camargo ⁸	DF	2285	3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 19.01.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5256
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ²	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 19.01.2004

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastou-se do exercício do mandato em 18.11.2003, para tratar de interesses particulares, por 125 dias - RQS 1.168/2003 (DSF de 19.11.2003, página 37785)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Eurípedes Camargo ¹	Bloco/PT	DF	2285
Demóstenes Torres ¹	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF do dia 25.09.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko ⁴
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior ⁴

PMDB
Senador Papaléo Paes ⁸
PFL ⁶
Senadora Roseana Sarney (MA) ¹
PT ⁵
Senadora Serys Slhessarenko (MT) ¹
PSDB ⁶
Senadora Lúcia Vânia (GO) ¹
PDT
Senador Augusto Botelho (RR) ³
PTB ⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS) ⁷⁻⁹
PSB ⁵
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) ²
PL ⁵
Senador Magno Malta (ES) ¹
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) ¹

Atualizada em 19.01.2004

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

² Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

³ Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

⁴ Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

⁵ Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

⁶ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁷ Vaga ocupada no período de 26.2.2003 a 10.10.2003 pelo Senador Papaléo Paes, que na Sessão do SF de 7.5.2003 comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

⁸ Designado na Sessão do SF de 14.10.2003, conforme indicação da Liderança do PMDB lida na Sessão da mesma data. A vaga do PMDB foi ocupada no período de 26.2.2003 a 1º.08.2003 pela Senadora Íris de Araújo, cujo exercício do mandato encerrou-se em virtude do retorno do titular, Senador Maguito Vilela.

⁹ Designado na Sessão do SF de 10.10.2003, em substituição ao Senador Papaléo Paes.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
AELTON FREITAS		ANA JÚLIA CAREPA	
Requerimento nº 22, de 2004, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de congratulações ao Grupo Empresarial Brasileiro Algar com sede em Uberlândia-MG, à qual pertence à Companhia Brasileira de Telecomunicações do Brasil Central – CTBC, que completa em fevereiro do corrente, 50 anos de atividade operando na área de telecomunicações. ..	42	Discorre sobre a política habitacional desenvolvida pelo Governo Lula.	359
ALBERTO SILVA		ANTERO PAES DE BARROS	
Fala sobre as enchentes no Estado do Piauí e a falta que faz a Sudene no auxílio deste tipo de calamidade.	330	Cumprimenta o Senador Efraim Morais pela explanação sobre a reforma do Judiciário. Aparte ao Senador Efraim Morais.	90
Expõe o processo de transformação da mamonha em combustível.	330	Critica o poder excessivo do Ministro da Casa Civil, Sr. José Dirceu, no Governo Lula, deixando o Vice-Presidente, José Alencar, sem atuação.	324
Defende um maior aproveitamento da energia elétrica no Brasil.	330	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	
ALMEIDA LIMA		Requerimento nº 23, de 2004, que requer urgência, nos termos do art. 336, inciso II do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2003.	52
Retrata o estado de calamidade pública no Estado de Sergipe, decorrente das fortes chuvas que atingiram o semi-árido e demonstra sua indignação diante da falta de atitude do Governo Federal perante os problemas desse Estado.	6	Requerimento nº 29, de 2004, que requer, nos termos do art. 218 do regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, inserção em ata de um voto de profundo pesar e apresentação de condolências à família e ao Estado do Rio Grande do Sul pelo falecimento do Sr. Nestor Herculano de Paula, grande empresário brasileiro.	143
Registra a falta de cortesia do Senhor Ciro Gomes, Ministro da Integração Nacional, em visita às áreas em calamidade pública e conseqüentemente ter a dimensão exata dos estragos ocorridos.	70	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	
Requerimento nº 30, de 2004, que requer, nos termos do art. 218 do regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, inserção em ata de um voto de profundo pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do jurista Caíó Mário da Silva Pereira, ocorrido no dia 27 de janeiro de 2004.	143	Presta sua solidariedade às populações do Nordeste, em especial as do Estado de Sergipe, atingidas pelas últimas enchentes.	12
		Elogia o Governo Federal por ter convocado sessão extraordinária para aprovação da Emenda nº 67, que trata da reforma da Previdência. Aparte ao Senador Efraim Morais.	89
		Manifesta seu apoio ao pronunciamento do Senador José Agripino no referente a PEC paralela. Aparte ao Senador José Agripino.	146

	Pág.		Pág.
AUGUSTO BOTELHO			
Comenta a falta de comprometimento do Governo Federal em assentar os índios e pequenos agricultores que foram retirados de suas propriedades rurais em governos anteriores. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.	60	nos setores de transporte, energia, entre outros. Aparte ao Senador Alberto Silva.	333
Alerta o Senador Juvêncio da Fonseca para a existência de algum minério no município de Japorã e Iguatemi, devido à grande cobiça pelas terras desses municípios. Aparte ao Senador Juvêncio da Fonseca.	153	Evidencia o seu repúdio ao trabalho escravo existente no Brasil e registra as iniciativas do Governo Federal em acabar com esse tipo de trabalho.	361
Menciona a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima, e a criação de reservas na Amazônia.	342	Notícia o assassinato do motorista e de três auditores fiscais do Ministério do Trabalho.	361
CRISTOVAM BUARQUE			
Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2004, que insere parágrafo no art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), de modo a assegurar, aos docentes da rede pública que não tenham habilitação em nível superior, vagas nos cursos de graduação de formação de professores.	133	Discorre sobre a propagação do desemprego e solicita, do Governo Federal, mais criatividade na geração de emprego.	379
Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2004, que altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública, e a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para estabelecer, nos casos que especifica, critérios para o pagamento de justa indenização.	134	Comentários acerca da "PEC Paralela" à reforma da Previdência.	379
DEMOSTENES TORRES			
Corroborar o pronunciamento do Senador Juvêncio da Fonseca em busca de uma reforma profunda no Judiciário. Aparte ao Senador Juvêncio da Fonseca.	329	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	
Tece críticas ao governo Lula.	340	Solidariza-se com o pronunciamento do Senador Almeida Lima sobre a calamidade vivenciada pelo Estado de Sergipe. Aparte ao Senador Almeida Lima.	8
EDISON LOBÃO			
Associa-se ao Senador Eduardo Siqueira Campos no referente à homenagem ao Senador Cristovam Buarque. Aparte ao Senador Eduardo Siqueira Campos.	24	Parabeniza o Sr. Cristovam Buarque pela sua competência durante sua passagem pelo Ministério da Educação.	23
Junta-se ao Senador José Agripino no tocante aos exportadores brasileiros. Aparte ao Senador José Agripino.	149	Demonstra sua preocupação com o não cumprimento, por parte do novo Ministro da Educação, Sr. Tarso Genro, de propostas educacionais aventadas pelo Sr. Cristovam Buarque em benefício do Estado do Tocantins.	23
Congratula o Senador Alberto Silva pela assessoria, gratuita, que oferece ao Governo Federal		Elogia o Ministro Ciro Gomes, afirmando que ele é competente para resolver os problemas da calamidade pública vivida por algumas regiões do Nordeste. Aparte ao Senador Almeida Lima.	71
		Fala sobre o modelo universitário brasileiro e defende a reformulação do mesmo.	128
		Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2004, que insere artigo na Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), com o fim de criar forma especial de amortização mediante serviço social.	136
		Projeto de Lei do Senado nº 6, de 2004, que altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências, para incluir entre as receitas desse fundo linha de crédito especial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Senador Eduardo Siqueira Campos.	138
		Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2004, que altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências, para possibilitar que os codificados recebidos pelas	

	Pág.		Pág.
instituições de ensino superior possam ser utilizadas para pagamento de tributos federais.	141	do Governo Lula na assistência aos flagelados das enchentes. Aparte ao Senador Mão Santa.	113
Parabeniza o Senador Renan Calheiros por fazer uma abordagem sobre o turismo brasileiro. Aparte ao Senador Renan Calheiros.....	358	Comenta o artigo do jornalista Villas-Bôas Corrêa, publicado no Jornal do Brasil, intitulado "O governo não olha para o céu", que versa sobre a calamidade pública que arrasa o Nordeste do Brasil.	154
Parabeniza a Rádio Senado que completa mais um aniversário bem como toda a sua equipe.	363	Fala sobre a decisão da Executiva do PFL em ingressar com ação direta de inconstitucionalidade contra a Medida Provisória nº 163, de 2004, que cria 2.797 novos empregos, dispensados de concurso público.	154
EDUARDO SUPPLICY			
Informa reunião que irá acontecer na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com os Ministros da Justiça e da Defesa, com o intuito de debater as diversas iniciativas para solucionar o problema das áreas em conflito com índios. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.	59	FRANCISCO DE ASSIS	
Discute o Projeto de Decreto Legislativo nº 857, de 2003, que aprova o texto da Decisão CMC nº 17/02, do Conselho do Mercado Comum, que altera a Decisão CMC nº 1/98, que regulamenta o uso dos símbolos do Mercosul, aprovada por ocasião da XXIII Reunião do referido órgão do Mercosul, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.	79	Requerimento nº 26, de 2004, que requer, nos termos do art. 221 – Inciso I do regimento Interno do Senado Federal, a apresentação de condolências à família do advogado, professor, ex-reitor e fundador da Universidade Federal do Piauí – UFPI, José Camilo da Silveira Filho, falecido em 22 de janeiro de 2004, em Teresina-PI.	73
Convida o Senador Juvêncio da Fonseca para comparecer na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e prestar seu depoimento dos problemas que assolam os municípios de Japorã e Iguatemi, no Estado de Mato Grosso do Sul. Aparte ao Senador Juvêncio da Fonseca.	153	GARIBALDI ALVES FILHO	
Faz uma avaliação positiva da Medida Provisória nº 163, de 2004, que trata da reforma ministerial.....	165	Discorre sobre a dramática crise do sistema de ensino superior no Brasil.	346
Registra artigo do Professor francês Philippe Van Parijs, parabenizando o Governo Brasileiro pela adoção do programa de Renda Mínima.	165	Trata sobre a situação difícil do Estado do Rio Grande do Norte por causa das chuvas intensas.	346
Parecer nº 99, de 2004, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 2, de 2004 – (nº 11/2004, na origem) da Presidência da República, que encaminha ao Senado Federal a programação monetária relativa ao primeiro trimestre de 2004.....	303	Relata a crise do leite originada pela empresa Parmalat.	346
EFRAIM MORAIS		GERALDO MESQUITA JÚNIOR	
Trata da demora da tramitação da reforma do Judiciário.....	86	Homenageia o Senador Eurípedes Camargo pelo seu brilhantismo como político. Aparte ao Senador Paulo Paim.	18
Parabeniza o Senador Heráclito Fortes pelo discurso em que alerta as autoridades sobre a calamidade pública que aflige o Estado do Piauí. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	98	Requerimento nº 21, de 2004, que solicita ao Ministro de Defesa informações sobre a instalação de equipamento de pouso por instrumentos no aeroporto de Rio Branco – AC.	29
Apresenta sua solidariedade com o pronunciamento do Senador Mão Santa e lamenta a ausência		Necessidade de instalação de equipamento de pouso por instrumentos no aeroporto de Rio Branco – AC.	29
		Evidencia sua preocupação com a qualidade dos serviços de telefonia celular no Acre.	29
		Registra a avaliação da Ordem dos Advogados do Brasil dos cursos de Direito em funcionamento no País.....	114
		Demonstra sua indignação diante da omissão da Anatel no que condiz a falta de serviço de qualidade por parte das empresas de telefonia móvel celular no Estado do Acre.	114

IV

	Pág.		Pág.
Informa a formação de cartel, no Estado do Acre, por parte dos fornecedores de gás de cozinha.....	114	Ministério da Integração Nacional que atuará na prevenção de catástrofes.	68
GERSON CAMATA		Requerimento nº 27, de 2004, que requer, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento dos jornalistas Cláudio Hahn Silva, o “Miro”, do jornal O Estado, de Santa Catarina, e Aldírio Simões, do jornal A Notícia, também de Santa Catarina, e do SBT.	73
Comunica a nomeação de três arcebispos, pelo Papa João Paulo II, que serão os futuros cardeais de três sedes cardinalistas brasileiras.	121	Fala sobre a chegada, ao território nacional, de brasileiros que estavam presos nos EUA.	116
HÉLIO COSTA		Requerimento nº 31, de 2004, que requer, nos termos do caput do Art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de louvor à equipe de direção do filme brasileiro Cidade de Deus, pelo recebimento de 4 (quatro) indicações ao Oscar da Academia de Artes e Ciências Cinematográficas de Hollywood – EUA.	144
Parecer nº 95, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 854, de 2003 (nº 44/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção sobre Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos, adotada em 10 de setembro de 1998, na cidade de Roterdã.	47	JEFFERSON PERES	
HELOÍSA HELENA		Demonstra sua preocupação com os discursos do Presidente da República no exterior.	333
Saúda o Senador José Agripino pelo discurso em defesa da PEC paralela. Aparte ao Senador José Agripino.	147	JOÃO CAPIBERIBE	
Faz um apelo ao Governo Federal pela disponibilização de recursos para reparação dos danos causados pelas inundações no Estado de Alagoas.	380	Parabeniza o Senador Eurípedes Camargo pela sua generosidade e articulação política no Senado Federal. Aparte ao Senador Paulo Paim. .	19
HERÁCLITO FORTES		Afirma que o problema da educação no Brasil está ligado à falta de autonomia da política econômica. Aparte ao Senador Eduardo Siqueira Campos. .	25
Discorre sobre as chuvas excessivas no Estado do Piauí e convoca o Governo Federal e o Governo Estadual a somarem esforços com o intuito de sanar a calamidade em que passa esse Estado. .	95	Apresenta sua preocupação com o surto da dengue que assola a Amazônia, e a falta de providências do Ministério da Saúde.	31
Parabeniza o Senador Mão Santa pelo discurso sobre a calamidade pública. Aparte ao Senador Mão Santa.	113	JOÃO TENÓRIO	
IDELI SALVATTI		Destaca o desprezo por parte dos governantes do Brasil diante da calamidade pública no Nordeste. Aparte ao Senador Almeida Lima.	72
Considerações sobre o aumento de recursos liberados para o programa de agricultura familiar. .	40	Solidariza-se com o pronunciamento do Senador Heráclito Fortes. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	97
Homenagem de pesar pelo falecimento dos jornalistas catarinenses Miro e Aldírio Simões.	40	Corroborar com o pronunciamento do Senador Efraim Morais sobre a calamidade pública no Nordeste e afirma que a falta de solidariedade do Governo Federal não é só durante a cheia, mas também no período da seca. Aparte ao Senador Efraim Morais.	157
Aponta as iniciativas do Ministério da Integração Nacional para reduzir os efeitos da calamidade nos municípios brasileiros, em decorrência de desastres naturais e anuncia a criação do Centro Nacional de Gerenciamento de Desastres pelo		JORGE BORNHAUSEN	
		Requer explicações de contrato firmado pelo BNDES com a empresa americana AES.	82

	Pág.	V	Pág.
Questiona a contratação, pela Petrobrás, de uma plataforma para a exploração de petróleo em Cingapura, no final do ano passado.....	82		
Parecer nº 100, de 2004, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 283, de 2003, (nº 765/2003, na origem) que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até US\$ 80.040.000,00 (oitenta milhões e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Curitiba e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento parcial do “Programa de Transporte Urbano de Curitiba II”.	305	Glorifica à iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania de convidar autoridades para aprofundar discussões para o aprimoramento da reforma do Judiciário e faz análise da explanação do Vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Edson Vidigal na referida Comissão.	327
JOSÉ AGRIPINO			
Parecer nº 96, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 894, de 2003 (nº 818/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes, adotada, naquela cidade, em 22 de maio de 2001.	49	LEOMAR QUINTANILHA	
Apresenta sua posição contrária à edição da Medida Provisória nº 163, de 2004, que cria 2.797 postos de trabalho sem concurso público.....	146	Comenta a falta de solidariedade dos Ministros em atender às demandas e às necessidades do povo brasileiro. Aparte ao Senador Almeida Lima.	8
Manifesta sua estranheza sobre as declarações do Presidente Lula, na viagem à Índia, com relação aos exportadores brasileiros.....	146	Apresenta a importância da aprovação do Estatuto do Idoso, destacando a demanda por geriatrias em todo território nacional.....	13
Faz alguns questionamentos sobre a importância da tramitação da “PEC paralela” nº 77, que visa melhorar o funcionamento da Previdência Social. ...	146	LEONEL PAVAN	
Põe à vista o descaso do Governo Federal com os efeitos causados pelas chuvas no Estado do Rio Grande do Norte.	337	Comunica a contratação de funcionários públicos sem concurso público.	67
JOSÉ MARANHÃO			
Manifesta sua solidariedade ao pronunciamento do Senador Garibaldi Alves Filho e anuncia que o Estado da Paraíba está passando pela mesma situação. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho.....	346	Menciona o aumento do desemprego, que atinge índice recorde, e a queda da renda média do trabalhador no Governo Lula.	67
JUVÊNCIO DA FONSECA			
Demonstra sua preocupação com as invasões indígenas em terras particulares ocorridas nos municípios de Japorã e Iguatemi, no Estado de Mato Grosso do Sul.....	151	Faz uma recordação das promessas feitas por Lula durante sua candidatura para Presidente da República. Aparte ao Senador Efraim Morais.	91
		Requerimento nº 32, de 2004, que requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno de acordo com as tradições da Casa, a inserção em ata de um voto de profundo pesar e apresentação de condolências à família e ao Estado pelo falecimento do Nivaldo Dias Lins da Costa.	180
		LÚCIA VÂNIA	
		Requerimento nº 28, de 2004, que solicita, nos termos do artigo 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno, informações ao ministro de Estado da Previdência Social, Senhor Amir Lando, sobre as medidas que estão sendo tomadas em relação à greve dos médicos peritos do INSS, responsável pela suspensão de mais de cem mil perícias médicas.	74
		Comunica o retorno de brasileiros que entram ilegalmente nos Estados Unidos em busca de emprego, e aponta a ineficiência do modelo do PT na geração de empregos.....	132
		Faz uma abordagem sobre a conduta do Governo Lula diante dos problemas no Brasil.	334

	Pág.		Pág.
MAGNO MALTA			
Solicita que o Presidente da Câmara dos Deputados cumpra os acordos para a votação das matérias da convocação extraordinária.....	122	Faz algumas considerações sobre entrevista publicada na Revista Veja, edição de 12 de novembro, concedida pelo geógrafo norte-americano David McGrath, que aborda o desenvolvimento da Amazônia.	181
MÃO SANTA			
Manifesta sua preocupação com as enchentes que assolam o Estado do Piauí.....	38	Discorre sobre a importância da demarcação de terras no Estado de Roraima. Aparte ao Senador Augusto Botelho.	344
Comenta a respeito do avanço na qualidade da educação no Brasil.	38	Homenagem pelo transcurso do aniversário da Rádio Senado.	353
Homenagem à pessoa do Senador Eurípedes Camargo.	38	Fala da necessidade de maiores investimentos governamentais no Estado de Roraima tendo em vista o seu crescimento populacional.....	353
Manifesta sua solidarização com o Senador Heráclito Fortes diante do estado de calamidade no Estado do Piauí. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	96	Fala sobre a importância da Amazônia para a vida humana.	392
Fala sobre o descaso do Governo Federal em virtude da calamidade pública que aflige o Estado do Piauí.....	111	NEY SUASSUNA	
Comunica a suspensão do crédito de custeio agrícola pelo Banco do Brasil no Estado do Piauí.	111	Requerimento nº 24, de 2004, que requer, nos termos do art. 338, IV, do RISF, urgência para a PRS nº 57, de 2003 que “autoriza a cessão, para cobrança, da dívida ativa dos municípios a instituições financeiras e dá outras providências”.	52
Retrata a falta de sensibilidade política do Governo Federal diante da calamidade pública no Nordeste. Aparte ao Senador Efraim Morais.....	156	Requerimento nº 25, de 2004, que requer urgência, nos termos do art. 336, inciso II do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2004.....	52
Cumprimenta o Senador Ramez Tebet pelo pronunciamento e aponta a decadência das empresas brasileiras. Aparte ao Senador Ramez Tebet..	165	Faz leitura do artigo do professor César Benjamin, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que discorre sobre a política econômica desenvolvida pelo Governo Lula, e fala da necessidade de redução da burocracia.	53
Demonstra sua preocupação com as enchentes nas cidades piauienses próximas ao Rio Parnaíba..	354	Afirma que, se a Sudene tivesse sido revitalizada, os problemas com a enchente no Nordeste estariam sendo contornados. Aparte ao Senador Efraim Morais.....	157
Saúda a Rádio Senado por mais um aniversário.....	354	Parabeniza o Senador Ramez Tebet pelo tema abordado sobre a burocracia em abrir e fechar uma empresa e também por ser o Relator da Lei de Falências. Aparte ao Senador Ramez Tebet.	164
MARCO MARCIEL			
Faz referências e homenageia a pessoa de Norberto Bobbio, falecido em 2004.	185	Comenta operação da Polícia Federal, denominada Operação Anaconda, que visa coibir a corrupção.	348
MARIA DO CARMO ALVES			
Aponta a indiferença do Governo Federal no auxílio às populações atingidas pela calamidade pública no Estado de Sergipe.	86	OSMAR DIAS	
Apresenta a necessidade de melhoria na política de saúde brasileira.....	179	Fala sobre a demarcação das terras indígenas no Brasil.....	124
MOZARILDO CAVALCANTI			
Faz algumas considerações sobre os conflitos que envolvem índios no Brasil.	58	PAPALÉO PAES	
		Manifesta sua defesa em favor da aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 2.403, de 2003, de	

	Pág.		Pág.
<p>autoria do Senador José Sarney, que concede benefícios fiscais à área de livre comércio de Macapá e Santana.</p> <p>Comenta a necessidade de se discutir a reforma do Judiciário no Senado Federal.....</p> <p>PAULO OCTÁVIO</p> <p>Cumprimenta o Senador Efraim Morais pelo brilhante pronunciamento sobre a reforma do Judiciário. Aparte ao Senador Efraim Morais.</p> <p>Congratula o Senador Cristovam Buarque pelo trabalho desenvolvido no Ministério da Educação.</p> <p>Fala sobre a importância da renovação da malha ferroviária nacional.</p> <p>PAULO PAIM</p> <p>Homenageia o Senador Eurípedes Camargo pela sua contribuição junto ao Senado Federal. ...</p> <p>Fala sobre a importância da política de cotas, adotadas por diversas universidades brasileiras e aguarda a sanção do Governo Lula do Estatuto da Igualdade Racial.....</p> <p>Projeto de Lei do Senado nº 1, de 2004, que dispõe sobre percentual de vagas semigratuitas em cursos de graduação de instituições privadas de educação superior.</p> <p>Projeto de Lei do Senado nº 2, de 2004, que atualiza valores das faixas de referência do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, de que trata a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996.....</p> <p>Parecer nº 97, de 2004, da Comissão Diretora que dá redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2003 (nº 1.273, de 2003, na Casa de origem).</p> <p>Comunica o assassinato de auditores fiscais em Minas Gerais.</p> <p>Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2004, que altera os arts. 102 e 105 e acrescenta parágrafo ao art. 111 da Constituição Federal, para restringir a utilização dos recursos extraordinário, especial e de revista.....</p> <p>Requerimento nº 33, de 2004, que requer, nos termos do art. 218 do regimento Interno, que seja inserido em ata voto de pesar pelo assassinato de Nelson José da Silva, de Heratostenes de Almeida Gonçalves, de João Batista Soares Lages e de Ailton Pereira Oliveira e, nos termos do art 221, inciso I, a apresentação de condolências à seus familiares.</p>	<p>9</p> <p>53</p> <p>93</p> <p>130</p> <p>130</p> <p>17</p> <p>17</p> <p>50</p> <p>74</p> <p>81</p> <p>125</p> <p>309</p> <p>338</p>	<p>Parabeniza a Rádio Senado pelo transcurso de seu aniversário.</p> <p>Esclarece as negociações que estão sendo concluídas para a tramitação da “Pec Paralela”. ..</p> <p>Preocupa-se com a taxa de desemprego e a queda da renda do trabalhador.</p> <p>Fala sobre a divulgação do Estatuto do Idoso.</p> <p>Apresenta sua preocupação com a PEC relativa à Previdência.....</p> <p>RAMEZ TEBET</p> <p>Homenageia o Senador Amir Lando por ser o novo Ministro da Previdência. Aparte ao Senador Valdir Raupp.</p> <p>Corroboras as afirmações do Senador Sibá Machado no condizente à reforma política e apresenta alguns pontos que precisam de um estudo minucioso, como a questão da lista partidária. Aparte ao Senador Sibá Machado.</p> <p>Corroboras o pronunciamento do Senador Sibá Machado no que tange à vida pública do Senador Eurípedes Camargo. Aparte ao Senador Sibá Machado.</p> <p>Destaca a dificuldade de se cumprir o Regimento Interno, principalmente no que concerne ao tempo destinado aos oradores.</p> <p>Faz uma explanação sobre o título “Por que o Brasil não é Primeiro Mundo?”, estampado na revista Veja, que retrata estudo feito pelo Banco Mundial que aponta os melhores países de se fazer investimento.</p> <p>REGINALDO DUARTE</p> <p>Profere um apelo ao Governo Federal para ajudar os Estados Nordestinos atingidos pelas chuvas.</p> <p>RENAN CALHEIROS</p> <p>Retrata a importância da atividade turística para o Brasil, destacando o potencial turístico do Estado de Alagoas.</p> <p>RODOLPHO TOURINHO</p> <p>Assinala a importância da Medida Provisória nº 161, que estabelece novos critérios de partilha da Cide – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – para os Estados no que se refere à melhoria da infra-estrutura do País.....</p> <p>Retrata a atuação do Governo do Estado da Bahia na área rural e na geração de empregos.</p>	<p>350</p> <p>350</p> <p>374</p> <p>374</p> <p>374</p> <p>11</p> <p>16</p> <p>17</p> <p>133</p> <p>163</p> <p>336</p> <p>356</p> <p>120</p> <p>336</p>

VIII

	Pág.		Pág.
ROMERO JUCÁ			
Defende a universalização de acesso dos serviços postais para todos os brasileiros.	101	Homenageia o Senador Eurípedes Camargo pela sua atuação no Senado Federal.	16
Indica as realizações do setor pesqueiro brasileiro no ano de 2003 divulgados pela Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República – SEAP	182	Felicita o Senador Cristovam Buarque pelo zelo que tem com o povo brasileiro, diante da função que lhe foi confiada. Aparte ao Senador Paulo Paim. ...	19
Parabeniza a Revista Sinais dos Tempos, da Igreja Adventista do Sétimo Dia, por apresentar matéria sobre a violência doméstica em nosso país....	362	Comenta o relatório do grupo interministerial destinado a analisar a aplicação do biodiesel no Brasil. ...	381
Comenta a expansão da agricultura e o crescimento da economia brasileira, conforme matéria publicada na edição de novembro da revista Indústria Brasileira.	393	TIÃO VIANA	
ROMEU TUMA			
Pede soluções ao Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, diante dos confrontos indígenas no Estado do Mato Grosso. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.	61	Discute o Projeto de Decreto Legislativo nº 857, de 2003, que aprova o texto da Decisão CMC nº 17/02, do Conselho do Mercado Comum, que altera a Decisão CMC nº 1/98, que regulamenta o uso dos símbolos do Mercosul, aprovada por ocasião da XXIII Reunião do referido órgão do Mercosul, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.	79
Cumprimenta o Senador Juvêncio da Fonseca pelo pronunciamento em favor da discussão e aprovação da reforma do Judiciário. Aparte ao Senador Juvêncio da Fonseca.	328	Afirma que a contratação efetivada pela Petrobrás é uma estratégia que visa a desenvolver a tecnologia brasileira. Aparte ao Senador Jorge Bornhausen.	84
SÉRGIO GUERRA			
Fala sobre a falta de zelo do Governo Federal diante da calamidade pública que aflige o Nordeste brasileiro.	115	Corroboras as afirmações do Senador Efraim Morais sobre a reforma do Judiciário e retrata a inoperância e a falta de agilidade do mesmo. Aparte ao Senador Efraim Morais.	87
SERYS SLHESSARENKO			
Registra a falta de participação popular por parte do Governo do Estado do Mato Grosso.....	33	VALDIR RAUPP	
Fala sobre a questão da violência doméstica.	33	Presta sua homenagem ao Senador Amir Lando, alçado à função de Ministro da Previdência Social.	10
Retrata a necessidade de se reformar e conservar as rodovias do Estado de Mato Grosso, em particular as BRs 158 e 364.	33	Elogia o setor agrícola do Brasil, principalmente o setor cafeeiro, e pede às instituições financeiras brasileiras que disponibilizem crédito aos produtores de café do Estado de Rondônia.	378
Cobranças de revisão da Cofins, conforme acordo feito, no final de 2003, para a votação do projeto. .	33	Tece comentários sobre a crise do leite que abateu a Parmalat.	378
Parecer nº 98, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2003 (nº3/03, na origem), que acrescenta parágrafo ao art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, criando o tipo especial denominado “Violência Doméstica”.....	105	VALMIR AMARAL	
SIBÁ MACHADO			
Faz algumas considerações sobre a reforma política.	14	Importância de apoio do governo às pesquisas e aos projetos voltados para o incremento e a melhoria da produção de combustíveis biológicos no País, em especial, o Dendiesel, derivado do dendê.	43
		Presta homenagem à Cidade de São Paulo pelo transcurso do seu quadringentésimo quinquagésimo aniversário.....	100
		Homenagem pelo falecimento de Dona Kyo-la Ferreira de Araújo Costa, mãe do Senador José Sarney.	182